





## **Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.**

*Sociedade Aberta*

*Sede: Rua de João Távira, 30, 9004-509 Funchal*

*Capital Social: 1.370.000.000,00 Euros*

*Número de Pessoa Colectiva e de Matricula na Conservatória do Registo Comercial do Funchal 511 202 008*

*(Emitente e Oferente)*

# **PROSPECTO DE OFERTAS PÚBLICAS DE SUBSCRIÇÃO E DE ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO**

### **OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO**

**DE ATÉ 10.000.000.000 ACÇÕES ORDINÁRIAS, ESCRITURAIS E NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL**

**E**

### **OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO**

**DE ATÉ 225.000.000 OBRIGAÇÕES, ESCRITURAIS E AO PORTADOR, COM VALOR NOMINAL DE €1,00,  
RESERVADA A ACCIONISTAS E A DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS OBRIGATORIAMENTE  
CONVERTÍVEIS EM ACÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL DO BANIF - BANCO  
INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**

**AMBAS A SEREM EMITIDAS PELO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**

**E**

**ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DE ATÉ 20.000.000.000 ACÇÕES ORDINÁRIAS, ESCRITURAIS E NOMINATIVAS,  
SEM VALOR NOMINAL, CORRESPONDENTES A 24,8% DAS ACÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL  
SOCIAL DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A. (DAS QUAIS 10.000.000.000 ACÇÕES  
CORRESPONDEM ÀS ACÇÕES EMITIDAS NO ÂMBITO DO AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO EM 26 DE  
JUNHO DE 2013 E AS RESTANTES 10.000.000.000 ACÇÕES CORRESPONDEM ÀS ACÇÕES A EMITIR NO  
ÂMBITO DA PRESENTE OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES)  
E DE ATÉ 225.000.000 OBRIGAÇÕES, ESCRITURAIS E AO PORTADOR, COM VALOR NOMINAL DE €1,00**

**Organização**



05 de Julho de 2013

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	3
<b>0 ADVERTÊNCIAS .....</b>	<b>8</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 SUMÁRIO .....</b>	<b>22</b>
Secção A – Introdução e advertências .....	22
Secção B – Emitente .....	22
Secção C – Valores mobiliários .....	35
Secção D – Riscos .....	39
Secção E – Ofertas .....	43
<b>2 FACTORES DE RISCO .....</b>	<b>52</b>
2.1 Quanto ao Emitente e à sua actividade .....	52
2.2 Riscos relacionados com as Ofertas e com as Acções e as Obrigações .....	81
<b>3 RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>88</b>
3.1 Responsáveis pela informação .....	88
3.2 Disposições legais relevantes sobre responsabilidade pela informação .....	89
3.3 Declaração dos responsáveis pela informação contida no Prospecto .....	90
<b>4 DESCRIÇÃO DAS OFERTAS .....</b>	<b>91</b>
4.1 Condições, estatísticas das Ofertas, calendário previsto e modalidades de subscrição .....	91
4.2 Plano de distribuição e atribuição .....	100
4.3 Preço de subscrição das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas Públicas de Subscrição .....	101
4.4 Interesses de pessoas singulares e colectivas envolvidas nas Ofertas .....	101
4.5 Admissão à negociação .....	102
4.6 Assistência .....	102
4.7 Motivos das Ofertas e afectação das receitas .....	103
4.8 Resultado da Oferta .....	103
4.9 Diluição .....	103
4.10 Despesas das Ofertas .....	104
<b>5 DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS OBJECTO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE SUBSCRIÇÃO .....</b>	<b>105</b>

5.1	Acções .....	105
5.2	Obrigações .....	110
6	REGIME FISCAL .....	123
6.1	Rendimentos derivados da detenção de Acções .....	123
6.2	Rendimentos derivados da detenção de Obrigações .....	127
7	DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS .....	134
7.1	Demonstração de resultados .....	135
7.2	Balanço .....	137
7.3	Rácios principais .....	139
8	CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO DO EMITENTE E OFERENTE .....	141
8.1	Declaração do Emitente e Oferente relativa à suficiência do fundo de maneo.....	145
9	INFORMAÇÕES SOBRE O EMITENTE E OFERENTE .....	146
9.1	Antecedentes e evolução do Emitente e Oferente .....	146
9.2	Acontecimentos recentes .....	147
9.3	Plano de Recapitalização .....	149
9.4	Plano de Reestruturação .....	152
9.5	Estratégia .....	154
9.6	Principais actividades .....	156
9.7	Principais mercados .....	161
9.8	Marketing e Produtos .....	168
9.9	Redes de distribuição e pontos de venda .....	173
9.10	Banca telefónica e electrónica .....	174
9.11	Contratos significativos .....	175
9.12	Investimentos .....	175
9.13	Notação de risco .....	181
9.14	Política de dividendos .....	182
9.15	Imóveis, instalações e equipamento .....	182
9.16	Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças .....	188
9.17	Recursos humanos .....	190
9.18	Acções judiciais e arbitrais .....	192

9.19 Representante para as relações com o mercado .....	194
9.20 Estrutura organizativa .....	195
<b>10 ANÁLISE DA EXPLORAÇÃO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>201</b>
10.1 Panorâmica geral das actividades do Banif.....	202
10.2 Enquadramento macroeconómico.....	205
10.3 Informação sobre tendências .....	215
10.4 Resultados do primeiro trimestre de 2013.....	217
10.5 Período de três meses findo em 31 de Março de 2013 comparado com o período de três meses findo em 31 de Março de 2012.....	220
10.6 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 comparado com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 .....	222
10.7 Comparação do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.....	250
10.8 Liquidez e recursos financeiros .....	281
10.9 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.....	287
<b>11 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E QUADROS SUPERIORES DO EMITENTE E OFERENTE .....</b>	<b>291</b>
11.1 Panorâmica geral sobre governo societário.....	291
11.2 Conselho de Administração .....	293
11.3 Conselho Fiscal .....	296
11.4 Comissão Executiva .....	297
11.5 Aspectos relevantes da experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e graus de parentesco entre os mesmos .....	298
11.6 Lista completa de cargos dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal noutras sociedades .....	303
11.7 Participações sociais .....	309
11.8 Política de remuneração dos órgãos sociais.....	309
11.9 Remuneração .....	310
11.10 Comissão de Remunerações .....	315
11.11 Revisor Oficial de Contas.....	315
11.12 Práticas do Conselho de Administração.....	316
11.13 Comissões do Conselho de Administração .....	316

11.14	Conselho Estratégico .....	316
11.15	<i>Compliance</i> , controlo interno e prevenção de branqueamento de capitais .....	317
11.16	Declaração relativa à conformidade com o regime português de governo das sociedades .....	320
11.17	Quadros superiores relevantes e cargos exercidos noutras sociedades fora do Banif – Grupo Financeiro nos últimos cinco anos.....	327
11.18	Declaração sobre potenciais conflitos de interesses.....	327
11.19	Declaração sobre litígios.....	327
12	<b>PRINCIPAIS ACCIONISTAS E OPERAÇÕES COM ENTIDADES TERCEIRAS ESPECIALMENTE RELACIONADAS .....</b>	<b>328</b>
12.1	Principais accionistas .....	328
12.2	Operações com entidades terceiras especialmente relacionadas .....	330
12.3	Relação com o Estado Português.....	335
13	<b>GESTÃO DE RISCO .....</b>	<b>338</b>
13.1	Modelo Organizativo .....	338
13.2	Alocação de capital .....	339
13.3	Principais actividades.....	340
13.4	Gestão de risco no Banif – Grupo Financeiro .....	342
14	<b>LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ACTIVIDADE DO EMITENTE E OFERENTE.....</b>	<b>373</b>
14.1	Banco de Portugal.....	373
14.2	Supervisão pela CMVM .....	379
14.3	Instituto de Seguros de Portugal .....	382
14.4	Evolução da regulamentação .....	382
15	<b>DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIREITOS INERENTES ÀS ACÇÕES.....</b>	<b>384</b>
15.1	Capital social.....	384
15.2	Estatutos e Normas de Recapitalização do Banif.....	388
16	<b>INFORMAÇÕES DE TERCEIROS, DECLARAÇÕES DE PERITOS E DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS INTERESSES .....</b>	<b>399</b>
17	<b>DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO .....</b>	<b>400</b>
18	<b>INFORMAÇÃO INSERIDA POR REMISSÃO .....</b>	<b>401</b>
19	<b>RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO NAS OFERTAS .....</b>	<b>402</b>

**20 ANEXOS .....405**

## 0 ADVERTÊNCIAS

### Objecto

O presente Prospecto de ofertas públicas de subscrição e de admissão à negociação é elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 7.º, 114.º, n.º 1, 134.º, 135.º, 135.º-A, 135.º-B, 136.º, 136.º-A, 137.º, 236.º e 238.º do Código dos Valores Mobiliários (adiante designado por “**Código dos Valores Mobiliários**” ou “**Cód.VM**”). A sua forma e conteúdo obedecem ao preceituado no Código dos Valores Mobiliários, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, objecto da rectificação publicada no Jornal Oficial n.º L 215, de 16 de Junho de 2004, tal como alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1787/2006 da Comissão, de 4 de Dezembro, publicado no Jornal Oficial n.º L 337, de 5 de Dezembro de 2006, pelo Regulamento (CE) n.º 211/2007 da Comissão, de 27 de Fevereiro, publicado no Jornal Oficial n.º L 61, de 28 de Fevereiro de 2007, pelo Regulamento (CE) n.º 1289/2008 da Comissão, de 12 de Dezembro, publicado no Jornal Oficial n.º L 340, de 19 de Dezembro de 2008, pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 311/2012 da Comissão, de 21 de Dezembro, publicado no Jornal Oficial n.º L 103, de 13 de Abril de 2012, pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 486/2012 da Comissão, de 30 de Março, publicado no Jornal Oficial n.º L 150, de 9 de Junho de 2012, e pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 862/2012 da Comissão, de 4 de Junho, publicado no Jornal Oficial n.º L 256, de 22 de Setembro de 2012, e demais legislação aplicável.

O presente Prospecto diz respeito (i) à oferta pública de subscrição de até 10.000.000.000 Acções (adiante designada por “**Oferta Pública de Subscrição de Acções**” ou “**OPS de Acções**”) e à oferta pública de subscrição de até 225.000.000 Obrigações (adiante designada por “**Oferta Pública de Subscrição de Obrigações**” ou “**OPS de Obrigações**”), a serem emitidas pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (adiante designado por “**Banif**”, “**Oferente**”, “**Emitente**”, “**Sociedade**” ou “**Banco**”) (adiante designadas por “**Ofertas Públicas de Subscrição**”, “**Ofertas**” ou “**OPSS**”), e (ii) à admissão à negociação de até 20.000.000.000 acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 24,8% das acções representativas do capital social do Banif (das quais 10.000.000.000 acções correspondem às acções emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 e as restantes 10.000.000.000 acções correspondem às acções a emitir no âmbito da presente Oferta Pública de Subscrição de Acções) e de até 225.000.000 obrigações, escriturais e ao portador, com valor nominal de €1,00.

O n.º 5 do artigo 118.º do Código dos Valores Mobiliários estabelece que “*a aprovação do prospecto é o acto que implica a verificação da sua conformidade com as exigências de completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação*”. O n.º 7 do artigo 118.º do Cód.VM estabelece que a aprovação do Prospecto não envolve “*qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica ou financeira do Emitente e Oferente [...], à viabilidade da oferta ou à qualidade dos valores mobiliários*”.

A informação incluída no presente Prospecto referente ao Plano de Reestruturação, documento que pode vir a ser alterado, não aprovado, ou aprovado em termos distintos pela Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, é coerente com o documento entregue a esta entidade, respeitando nesta medida os princípios de qualidade da informação prevista no artigo 135.º do Cód.VM e assegurando-se a responsabilidade da sua conformidade.



O Emitente declara igualmente que o nível de informação nesta matéria está ainda sujeito à limitação decorrente da confidencialidade própria do processo negocial entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia e de tal documento não poder, por esse motivo, ser divulgado no presente Prospecto.

O presente Prospecto encontra-se disponível sob a forma electrónica designadamente no sítio na internet da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e no sítio na internet do Banif em [www.banif.pt](http://www.banif.pt) e nos demais locais referidos no Capítulo 17 - “*Documentação acessível ao público*”.

As entidades que, no âmbito do disposto nos artigos 149.º e 243.º do Código dos Valores Mobiliários, são responsáveis pela completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação contida no presente Prospecto encontram-se indicadas no Capítulo 3 - “*Responsáveis pela informação*”.

O Banif – Banco de Investimento, S.A. (“**Banif Investimento**”) é o intermediário financeiro responsável pela prestação dos serviços de assistência ao Emitente e Oferente na preparação, lançamento e execução das Ofertas e de assessoria ao processo de admissão à negociação das Acções e das Obrigações, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 113.º do Cód.VM. O Banif Investimento é responsável, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM, pela prestação dos serviços de assistência em oferta pública previstos no artigo 337.º do Cód.VM, devendo assegurar o respeito pelos preceitos legais e regulamentares em especial quanto à qualidade da informação. Não obstante, o Banif Investimento não realizou uma verificação autónoma de todos os factos ou informação constantes deste Prospecto.

Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, os intermediários financeiros têm deveres legais de prestação de informação aos seus clientes relativamente a si próprios, aos serviços prestados e aos produtos objecto desses serviços. Não obstante, para além do Emitente e Oferente, nenhuma entidade foi autorizada a dar informação ou prestar qualquer declaração que não esteja contida no presente Prospecto ou que seja contraditória com informação contida neste Prospecto. A emissão do presente Prospecto não deverá ser tomada como confirmação de que não houve qualquer alteração nas actividades do Emitente e Oferente ou das sociedades que de si dependem e com quem consolida contas (adiante designados por “**Banif – Grupo Financeiro**”), desde a data do Prospecto ou de que a informação nele contida é correcta em qualquer altura posterior à data do Prospecto. A existência deste Prospecto não assegura que a informação nele contida se mantenha inalterada desde a data da sua disponibilização. Não obstante, se entre a data da sua aprovação e o final da Oferta for detectada alguma deficiência no Prospecto ou ocorrer qualquer facto novo ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospecto, que sejam relevantes para a decisão a tomar pelos destinatários das Ofertas, o Emitente e Oferente deverá requerer imediatamente à CMVM a aprovação de adenda ou rectificação do Prospecto.

Nos termos do artigo 234.º, n.º 2 do Cód.VM, a decisão de admissão de valores mobiliários à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon (o “**Euronext Lisbon**”) pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (a “**Euronext**”) “*não envolve qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica e financeira do emitente, à viabilidade deste e à qualidade dos valores mobiliários admitidos*”.

Os riscos relacionados com a actividade do Banif – Grupo Financeiro, com a regulação a que está sujeito, com as Ofertas, com os valores mobiliários que constituem o objecto das Ofertas, com os mercados financeiros e com a apresentação de informação financeira estão referidos no Capítulo 2 - “*Factores de risco*”

do presente Prospecto. Os destinatários das Ofertas devem ponderar cuidadosamente os riscos referidos e as demais advertências constantes deste Prospecto antes de tomarem qualquer decisão relativa às Ofertas. Para quaisquer dúvidas que possam subsistir quanto a estas matérias, os destinatários da Oferta deverão informar-se junto dos seus consultores jurídicos, financeiros ou outros. Os destinatários das Ofertas devem também informar-se sobre as implicações legais e fiscais existentes no seu país de residência que decorrem da aquisição, detenção, oneração ou alienação das Acções e das Obrigações que são objecto das Ofertas Públicas de Subscrição que lhes sejam aplicáveis.

Qualquer decisão de investimento deverá basear-se na informação do Prospecto no seu conjunto e ser efectuada após avaliação independente da condição económica, situação financeira e demais elementos relativos ao Emitente e Oferente. Em acréscimo, nenhuma decisão deverá ser tomada sem prévia análise, pelo potencial investidor e pelos seus eventuais consultores, do Prospecto no seu conjunto, mesmo que a informação relevante seja prestada mediante remissão para outra parte deste Prospecto ou para outros documentos incorporados no mesmo.

O Emitente e Oferente é o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., sociedade aberta de lei portuguesa com sede na Rua de João Távira, 30, Funchal e com o número de telefone: +351 217 211 200.

### **Restrições à participação nas Ofertas**

A distribuição do presente Prospecto ou a aceitação dos termos das Ofertas, com consequente subscrição dos valores mobiliários aqui descritos, pode estar restringida em certas jurisdições. Aqueles em cuja posse o presente Prospecto se encontre deverão informar-se e observar essas restrições.

Para mais informação, ver o Capítulo 19 - “*Restrições à participação nas Ofertas*”.

### **Declarações ou menções relativas ao futuro**

O presente Prospecto inclui declarações ou menções relativas ao futuro. Todas as declarações constantes deste Prospecto, com excepção das relativas a factos históricos, incluindo, designadamente, aquelas que respeitam à situação financeira, receitas e rentabilidade (incluindo, designadamente, quaisquer projecções ou previsões financeiras ou operacionais), estratégia empresarial, perspectivas, planos e objectivos de gestão para operações futuras do Banif – Grupo Financeiro, constituem declarações relativas ao futuro. Algumas destas declarações podem ser identificadas por termos como “antecipa”, “acredita”, “estima”, “espera”, “pretende”, “prevê”, “planeia”, “pode”, “poderá” e “poderia” ou expressões semelhantes. Contudo, estas expressões não constituem a única forma utilizada para identificar declarações relativas ao futuro. Estas declarações relativas ao futuro ou quaisquer outras projecções contidas neste Prospecto envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas e outros factores que poderão determinar que os efectivos resultados ou desempenho do Banif – Grupo Financeiro, bem como os resultados da sua actividade, sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente das declarações relativas ao futuro. Tais declarações relativas ao futuro baseiam-se em convicções presentes, pressupostos, expectativas, estimativas e projecções dos administradores e da Comissão Executiva do Banif, declarações públicas do Banif, estratégia empresarial presente e futura bem como no contexto em que virão a operar no futuro. Tendo em conta esta situação, os destinatários das Ofertas deverão ponderar cuidadosamente estas declarações relativas ao futuro previamente à tomada de qualquer decisão de investimento relativamente às Acções e às Obrigações.

Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, deve ser objecto de relatório de auditoria a informação financeira anual contida em documento de prestação de contas ou prospecto que deva ser submetido à CMVM.

Diversos factores poderão determinar que a *performance* futura ou os resultados do Banif – Grupo Financeiro sejam significativamente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente das declarações relativas ao futuro, incluindo os seguintes:

- Alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como noutros países onde o Banif – Grupo Financeiro actua, incluindo Brasil, Espanha, Malta, Cabo Verde e E.U.A.;
- Flutuações e volatilidade das taxas de câmbio, taxas de juro e dos *spreads* de crédito;
- Flutuações nos mercados accionistas em geral e no preço das Acções Banif;
- Alterações nas políticas governamentais e na regulamentação;
- Alterações no ambiente concorrencial do Banif – Grupo Financeiro;
- Outros factores melhor descritos no capítulo relativo aos Factores de Risco;
- Factores que não são actualmente do conhecimento do Banif.

Caso algum destes riscos ou incertezas se verifique, ou algum dos pressupostos venha a revelar-se incorrecto, as perspectivas futuras descritas ou mencionadas neste Prospecto poderão não se verificar total ou parcialmente e os resultados efectivos poderão ser significativamente diferentes dos descritos no presente Prospecto como antecipados, esperados, previstos ou estimados. Estas declarações relativas ao futuro reportam-se apenas à data do presente Prospecto. O Banif não assume qualquer obrigação ou compromisso de divulgar quaisquer actualizações ou revisões a qualquer declaração relativa ao futuro constante do presente Prospecto de forma a reflectir qualquer alteração das suas expectativas decorrente de quaisquer alterações aos factos, condições ou circunstâncias em que os mesmos se basearam, salvo se, entre a data de aprovação do Prospecto e a data da admissão à negociação, for detectada alguma deficiência no Prospecto ou ocorrer qualquer facto novo ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospecto, que sejam relevantes para a decisão a tomar pelos destinatários das Ofertas, situação em que o Emitente e Oferente deverá imediatamente requerer à CMVM aprovação de adenda ou rectificação do Prospecto.

### **Apresentação de informação financeira e outra informação**

A informação financeira contida no presente Prospecto foi preparada a partir das demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro relativas aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 e aos períodos de três meses findos em 31 de Março de 2013 e 2012. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento CE n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002, e aplicável nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, tendo a informação financeira anual sido auditada pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. As demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro para o período intercalar trimestral findo em 31 de Março de 2013 não foram objecto de auditoria ou revisão limitada.

No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, em 2012 o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados

comparativos apresentados neste Prospecto e nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS dos exercícios de 2011 e 2010, quando esta última era a *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro. A fusão da Banif SGPS com o Banif não alterou a estrutura do Grupo, não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas, e não exige uma reexpressão das contas consolidadas do Grupo. Por ausência de clarificação nas IFRS sobre a forma de tratar as concentrações de negócios entre entidades sob controlo comum, optou-se por utilizar o método da comunhão de interesses. De acordo com este método, as contas consolidadas do Grupo mantiveram-se inalteradas, não tendo existido qualquer remensuração ou reconhecimento de novos activos ou passivos nas contas consolidadas. Deste modo, as contas consolidadas relativas aos exercícios de 2012 e 2011 são, em geral, comparáveis, apenas diferindo a identidade da empresa mãe do Grupo e determinadas reclassificações descritas na nota 2.2 das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012.

Em geral, os valores aqui apresentados relativamente ao exercício de 2012 são comparáveis, tendo no exercício de 2012 sido efectuadas as seguintes reclassificações: (i) reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica activos financeiros detidos para negociação para outros créditos e valores a receber, e (ii) reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica de outros activos ao justo valor através de resultados para outros créditos e valores a receber. Uma vez que um conjunto de títulos de dívida não cumpriam as características e objectivos de gestão desta carteira, a Sociedade considerou que o reconhecimento inicial dos títulos de dívida registados nas rubricas acima referidas não estava correcto, pelo que reclassificou estes títulos na rubrica de outros créditos e valores a receber, reexpressando o balanço comparativo. Esta reclassificação não teve impactos nos resultados do exercício de 2011.

No que concerne aos valores aqui apresentados relativamente ao exercício de 2011, os valores são comparáveis nos aspectos relevantes com os do exercício anterior. No exercício foram efectuadas as seguintes alterações: (i) alteração no reconhecimento das unidades de participação dos fundos de investimento detidas por entidades externas ao Banif – Grupo Financeiro, passando o Grupo a reconhecê-las na rubrica de “Outros Passivos” e deixando de as reconhecer na rubrica de “Interesses que não controlam”, e (ii) alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio.

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, de 2011 e de 2010 e as demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro para o período intercalar trimestral findo em 31 de Março de 2013 são incluídas por remissão conforme consta do Capítulo 18 - “*Documentação inserida por remissão*” do presente Prospecto. A análise da informação económico-financeira consolidada apresentada neste Prospecto deverá ser lida conjuntamente com os documentos de prestações de contas inseridos por remissão.

O Banif apresenta a sua informação financeira consolidada em Euros, excepto se contrariamente especificado ou se um determinado contexto assim o exigir. Referências a “euro”, “Euro”, “EUR” ou “€” referem-se à moeda única dos Estados-Membros da União Europeia que participam na terceira fase da União Económica e Monetária Europeia.

A informação financeira contida no presente Prospecto foi arredondada em cada apresentação. Assim, em determinados casos, a soma dos números numa coluna de um quadro poderá não coincidir exactamente com o número total fornecido nessa coluna. Os valores representados por percentagens incluídas no presente

Prospecto não foram calculados com base em valores arredondados mas sim em valores anteriores ao arredondamento.

## GLOSSÁRIO

Salvo indicação em contrário, os termos utilizados no presente Prospecto têm o seguinte significado:

“Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”	Os investidores que sejam titulares de acções representativas do capital social e/ou de VMOCs do Banif à data da liquidação financeira do aumento de capital a realizar através da OPS de Acções (a qual se prevê de que ocorra em 23 de Julho de 2013), considerando-se inclusivamente como tal quem tenha subscrito Acções no âmbito da OPS de Acções e procedido à respectiva liquidação financeira, fazendo prova dessa qualidade através da apresentação de certificado emitido pelo respectivo intermediário financeiro de acordo com o disposto nos números 1 e 2 do artigo 78.º do Cód.VM, excepto se a ordem for transmitida ao intermediário financeiro junto do qual o accionista do Banif tenha as acções e/ou os VMOCs do Banif de que seja titular registadas na data de referência, e/ou tenha apresentado a sua ordem de subscrição e procedido à correspondente liquidação financeira no âmbito da OPS de Acções, consoante o caso, situação em que caberá ao próprio intermediário financeiro verificar a veracidade da informação prestada pelo investidor
“Acções”	As até 10.000.000.000 acções ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal, a emitir pelo Banif no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções, que serão de natureza idêntica às demais acções ordinárias representativas do capital social do Banif existentes e admitidas à negociação, e que conferirão os mesmos direitos que são atribuídos àquelas
“Açoreana” ou “Açoreana Seguros”	A Açoreana Seguros, S.A., anteriormente denominada Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
“Auto-Industrial SGPS”	A Auto-Industrial – Investimentos e Participações SGPS, S.A.
“Banco Mais”	O Banco Banif Mais, S.A.
“Banif”, “Banco”, “Sociedade”, “Emitente”, “Oferente” ou “Emitente e Oferente”	O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
“Banif Açor Pensões”	A Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
“Banif Capital”	A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
“Banif Corretora de Valores e Câmbio”	A Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.

“Banif Finance”	O Banif Finance Ltd.
“Banif Gestão de Activos”	A Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
“Banif – Grupo Financeiro” ou “Grupo”	O Banif e as sociedades que, nos termos do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais de si dependem e com quem consolida contas, a partir da data de produção de efeitos da fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif, ou seja, a partir de 1 de Julho de 2012 (anteriormente a essa data, a Banif SGPS e as sociedades que, nos termos do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, de si dependem e com quem consolida contas)
“Banif Imobiliária” ou “BI”	A Banif – Imobiliária, S.A.
“Banif Investimento” ou “BBI”	O Banif – Banco de Investimento, S.A.
“Banif Mais Doméstico”	Conjunto de activos/créditos originados em Portugal pelo Banif Mais SGPS, S.A. (ou por uma das suas participadas) e sob sua gestão
“Banif Mais Internacional”	Conjunto de activos/créditos originados fora de Portugal pelo Banif Mais SGPS, S.A. (ou por uma das suas participadas) e sob sua gestão
“Banif Mais SGPS” ou “Tecnicrédito”	O Banif Mais SGPS, S.A., anteriormente denominado Technicrédito SGPS, S.A.
“BanifServ”	O BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE, dissolvido em 31 de Julho de 2012
“Banif SGPS”	A Banif – SGPS, S.A., extinta por incorporação no Banif em 17 de Dezembro de 2012
“Basileia II”	O regime prudencial bancário adoptado pelo Decreto-Lei n.º 103/2007 e pelo Decreto-Lei n.º 104/2007, ambos de 3 de Abril, que transpõem para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2006/48/CE e a Directiva n.º 2006/49/CE, ambas de 14 de Junho de 2006
“BCE”	O Banco Central Europeu
“BdP”	O Banco de Portugal
“BES”	O Banco Espírito Santo, S.A.
“Central de Valores Mobiliários” ou “CVM”	O sistema centralizado de valores mobiliários escriturais e titulados geridos pela Interbolsa
“CMVM”	A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
“CoCos”	Instrumentos de capital Core Tier I no montante de €400.000.000, emitidos em 25 de Janeiro de 2013 pelo Banif, ao abrigo da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada) e da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de

	Maio (conforme alterada), subscritos pelo Estado Português
“Código das Sociedades Comerciais” ou “CSC”	O Código das Sociedades Comerciais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 117-A/2007, de 28 de Dezembro), Decreto-Lei n.º 247-B/2008, 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 64/2009, de 20 de Março, Lei n.º 19/2009, de 12 de Maio, Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março, Decreto-Lei n.º 53/2011, de 13 de Abril, e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro
“Código dos Valores Mobiliários” ou “Cód.VM”	O Código dos Valores Mobiliários aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 211-A/2008, de 3 de Novembro, Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, Decreto-Lei n.º 52/2010, de 26 de Maio, Decreto-Lei n.º 71/2010, de 18 de Junho, Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, Decreto-Lei n.º 85/2011, de 29 de Junho, Decreto-Lei n.º 18/2013, de 6 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de Maio
“Data de Pagamento de Juros”	O dia 30 dos meses de Janeiro e Julho em cada ano ou, se esse dia não for um Dia Útil, o Dia Útil imediatamente seguinte
“Despacho n.º 1527-B/2013”	O Despacho n.º 1527-B/2013 do Ministro do Estado e das Finanças, de 23 de Janeiro de 2013, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.º Série, de 24 de Janeiro de 2013 (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 393/2013 do Ministério das Finanças, de 14 de Março de 2013, publicado em Diário da República, 2.ª série, de 26 de Março de 2013), que aprovou o investimento público previsto no Plano de Recapitalização
“Dia de Pagamento”	Qualquer dia que seja: (i) Um dia no qual os bancos comerciais e os mercados de capitais estejam em funcionamento para liquidação de pagamentos em Lisboa; (ii) Um dia em que o sistema TARGET 2 (o sistema de pagamentos “ <i>Trans-European Automated Real Time Gross Settlement Express Transfer 2</i> ”) esteja aberto.
“Dia Útil”	Os dias que não sejam sábado, domingo ou feriado, em que estejam abertos e a funcionar a Central de Valores



	Mobiliários, as instituições de crédito e os mercados cambiais e regulamentados envolvidos nas operações a realizar, e o sistema TARGET 2
“Directiva dos Fundos Próprios”	A Directiva 2006/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Directivas 2008/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, 2009/27/CE da Comissão, de 7 de Abril, 2009/111/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro, e 2010/76/UE e 2010/78/UE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, na medida em que as mesmas tenham sido transpostas para a legislação de um Estado-Membro
“Directiva dos Prospectos”	A Directiva 2003/71/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Directiva 2008/11/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, e pelas Directivas 2010/73/UE e 2010/78/UE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, na medida em que as mesmas tenham sido transpostas para a legislação de um Estado-Membro
“DMIF”	A Directiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Directivas 2006/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, 2007/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro, 2008/10/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março e 2010/78/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, na medida em que as mesmas tenham sido transpostas para a legislação de um Estado-Membro
“Euro”, “EUR”, “euro” ou “€”	Euro, a moeda única europeia
“Euronext”	A Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.
“Euronext Lisbon”	O mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.
“FBCF”	A formação bruta de capital fixo
“Fed”	O Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos
“FMI”	O Fundo Monetário Internacional
“IHPC”	O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
“INE”	O Instituto Nacional de Estatística
“Interbolsa”	A Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.
“IPC”	O Índice de Preços no Consumidor

“IRC”	O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, de acordo com a legislação em vigor
“IRS”	O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, de acordo com a legislação em vigor
“Legado Banif”	Unidade de gestão independente para onde serão transferidos determinados activos e negócios a alienar
“MEDIP”	O Mercado Especial de Dívida Pública
“MEE”	O Mecanismo Europeu de Estabilidade
“Normas de Recapitalização do Banif”	A Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, n.º 4/2012, de 11 de Janeiro e n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro), a Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio (conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), o Despacho n.º 1527-B/2013 do Ministério das Finanças, de 23 de Janeiro de 2013, publicado no 2.º Suplemento ao Diário da República, 2.ª série, de 24 de Janeiro de 2013 (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 393/2013 do Ministério das Finanças, de 14 de Março de 2013, publicado em Diário da República, 2.ª série, de 26 de Março de 2013), e o Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.ª série, de 4 de Março de 2013, quando referidos em conjunto
“Normas Internacionais de Contabilidade” ou “IFRS”	As Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, que altera as Directivas n.º 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE, do Conselho, relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 237/2008, de 15 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho
“Obrigações”	As até 225.000.000 Obrigações, escriturais e ao portador, com o valor nominal de €1,00, a emitir no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações
“Oferta Pública de Subscrição de Acções” ou “OPS de Acções”	A oferta pública de subscrição de até 10.000.000.000 Acções a serem emitidas pelo Banif
“Oferta Pública de Subscrição de Obrigações” ou “OPS de Obrigações”	A oferta pública de subscrição de até 225.000.000 Obrigações a serem emitidas pelo Banif

“Ofertas Públicas de Subscrição”, “Ofertas” ou “OPSs”	A Oferta Pública de Subscrição de Acções e a Oferta Pública de Subscrição de Obrigações
“PAEF”	O Programa de Assistência Económica e Financeira
“PALOP”	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
“pb”	Pontos base
“Período de Subscrição das Acções”	O período compreendido entre 8 de Julho de 2013 e 19 de Julho de 2013, inclusive
“Período de Subscrição das Obrigações”	O período compreendido entre 24 de Julho de 2013 e 26 de Julho de 2013, inclusive
“PIB”	Produto interno bruto
“Plano de Recapitalização”	O plano de recapitalização do Banif – Grupo Financeiro apresentado ao Banco de Portugal, no âmbito do acesso do Banco ao investimento público para reforço de fundos próprios Core Tier I, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), o qual foi aprovado pelos accionistas em Assembleia Geral realizada no dia 16 de Janeiro de 2013, tendo sido o investimento público aprovado pelo Despacho n.º 1527-B/2013 do Ministério das Finanças, de 23 de Janeiro de 2013, publicado no 2.º Suplemento ao Diário da República, 2.ª série, de 24 de Janeiro de 2013, o qual foi completado pelo Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.ª série, de 4 de Março de 2013
“Plano de Reestruturação”	O plano de reestruturação do Banif inicialmente apresentado em 2 de Abril de 2013 e, na sua versão revista, em 28 de Junho de 2013, à Comissão Europeia pelo Governo da República Portuguesa, para efeitos de aprovação, nos termos da Comunicação da Comissão Europeia sobre o regresso à viabilidade e avaliação em conformidade com as regras em matérias de auxílios estatais, das medidas de reestruturação tomadas no sector financeiro no contexto da actual crise (2009/C 195/04), e da Comunicação da Comissão sobre a aplicação, a partir de 1 de Janeiro de 2012, das regras em matérias de auxílios estatais às medidas de apoio aos bancos no contexto da crise financeira (2011/C 356/02)
“PME”	Pequenas e médias empresas
“PPR”	Plano poupança reforma
“Prospecto”	O presente documento relativo às Ofertas
“p.p.”	Pontos percentuais
“Regime Geral das Instituições de	O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades

Crédito e Sociedades Financeiras” ou “RGICSF”	Financeiras aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 246/95, de 14 de Setembro, n.º 232/96, de 5 de Dezembro, n.º 222/99, de 22 de Junho, n.º 250/2000, de 13 de Outubro, n.º 285/2001, de 3 de Novembro, n.º 201/2002, de 26 de Setembro, n.º 319/2002, de 28 de Dezembro, n.º 252/2003, de 17 de Outubro, n.º 145/2006, de 31 de Julho, n.º 104/2007, de 3 de Abril, n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro, n.º 1/2008, de 3 de Janeiro, n.º 126/2008, de 21 de Julho, n.º 211-A/2008, de 3 de Novembro, pela Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho, pela Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, pelos Decretos-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro, n.º 52/2010, de 26 de Maio, n.º 71/2010, de 18 de Junho, pela Lei n.º 36/2010, de 2 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-A/2010, de 30 de Dezembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, pelos Decretos-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, n.º 119/2011, de 26 de Dezembro, n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, n.º 242/2012, de 7 de Novembro, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2013, de 6 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de Maio
“Rentipar Financeira”	A Rentipar Financeira SGPS, S.A.
“SAMS”	O Serviço de Assistência Médico-Social
“SEBC”	O Sistema Europeu de Bancos Centrais
“Subsidiária Relevante”	O conjunto das seguintes sociedades integradas no Banif – Grupo Financeiro: (i) Banif – Banco de Investimento, S.A.; (ii) Banif Mais, SGPS, S.A.; (iii) Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.; (iv) Banif Bank (Malta), plc.; (v) Banif Holding (Malta), plc.; (vi) Banif International Bank, Ltd; (vii) Banif International Holdings, Ltd.; (viii) Banif Finance (USD), Corp; (ix) Banif Securities Holdings, Ltd.; (x) Banif Securities Inc.; (xi) Banif (Brasil), Ltd.; (xii) Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.; (xiii) Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. e (xiv) Centaurus Realty Group, Investimentos Imobiliários, S.A.
“SIP”	O Programa Especial de Inspeções, um programa integrado nas medidas e acções das autoridades portuguesas acerca do sistema financeiro no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a Troika em Maio de 2011
“UE”	A União Europeia
“UEM”	A União Económica e Monetária

“VMOCs”

Os 70.000.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis, emitidos em 30 de Setembro de 2009 pela Banif SGPS, que, nos termos das respectivas condições de emissão (actualizadas em virtude da fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif), serão obrigatoriamente convertíveis em 70.000.000 acções a emitir pelo Banif, em 30 de Setembro de 2013

“Zona Euro”

O conjunto de países Estados-Membros da União Europeia que utilizam o Euro

## 1 SUMÁRIO

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004 (com a redacção actualmente em vigor), o sumário é elaborado numa base modular, contendo a informação exigida por referência aos requisitos de divulgação denominados “elementos”, previstos naquele Regulamento e determinados em função do emitente e do tipo de valores mobiliários objecto do prospecto. Os referidos elementos encontram-se ordenados em secções de A a E (A.1 a E.7).

O presente sumário contém todos os elementos que devem ser incluídos num sumário para o emitente e tipo de valores mobiliários em causa. A numeração dos elementos poderá não ser sequencial, uma vez que há elementos cuja inclusão não é, neste caso, exigível. Ainda que determinado elemento deva ser inserido no sumário, tendo em conta o emitente e tipo de valores mobiliários em causa, poderá não existir informação relevante a incluir sobre tal elemento. Neste caso, será incluída a menção “Não aplicável”.

### Secção A – Introdução e advertências

<b>A.1</b>	<b>Advertências</b>	<p>O presente sumário deve ser lido como introdução ao Prospecto. Como tal, a sua leitura não dispensa a leitura integral do Prospecto, bem como não dispensa a leitura e conjugação com os elementos de informação que nele são incluídos por remissão para outros documentos, devendo estes ser entendidos como parte integrante deste Prospecto. Qualquer decisão de investimento em valores mobiliários deve basear-se na informação do Prospecto no seu conjunto.</p> <p>Sempre que seja apresentado em tribunal um pedido relativo à informação contida num Prospecto, o investidor pode, nos termos da legislação interna dos Estados-Membros, ter de suportar os custos de tradução do Prospecto antes do início do processo judicial.</p> <p>Nos termos do n.º 4 do artigo 149.º do Cód.VM, nenhuma das pessoas ou entidades responsáveis pela informação contida no presente Prospecto poderá ser tida por responsável meramente com base neste sumário do Prospecto, ou em qualquer das suas traduções, salvo se o mesmo, quando lido em conjunto com os outros documentos que compõem o Prospecto, contiver menções enganosas, inexactas ou incoerentes ou não prestar informações fundamentais para permitir que os investidores determinem se e quando devem investir nos valores mobiliários em causa.</p>
<b>A.2</b>	<b>Autorizações</b>	Não aplicável. O Prospecto não será utilizado para a subsequente revenda ou colocação final das Acções e/ou Obrigações através de intermediários financeiros.

### Secção B – Emitente

<b>B.1</b>	<b>Denominação do Emitente e Oferente</b>	O Emitente e Oferente é o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
<b>B.2</b>	<b>Endereço e forma jurídica do Emitente e Oferente, legislação ao abrigo</b>	O Emitente e Oferente é uma sociedade anónima portuguesa, com o capital aberto ao investimento público (“sociedade aberta”), tem sede na Rua de João Távira, 30, 9004-509 Funchal e o número de telefone: +351 217 211 200. Encontra-se registado junto do Banco de Portugal como Banco com o código 38 e na CMVM como intermediário

	<b>do qual exerce a sua actividade e país em que está registado</b>	<p>financeiro sob o n.º de registo 293.</p> <p>O Banif rege-se pelas normas da União Europeia, pelas leis bancárias e comerciais aplicáveis às sociedades anónimas – nomeadamente, pelo Código das Sociedades Comerciais – e, em particular, pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, pelo Cód.VM e demais legislação complementar. Em termos gerais, a actividade do Banif encontra-se sujeita à supervisão do Banco de Portugal, enquanto instituição de crédito, sujeita à supervisão da CMVM, enquanto emitente e intermediário financeiro e sujeita à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal na medida em que dele fazem parte a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a empresa de seguros Açoreana Seguros, S.A.</p> <p>O Banif encontra-se igualmente sujeito ao disposto na Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, e na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, ambas conforme alteradas, desde a realização do investimento público através da subscrição, pelo Estado Português, de acções especiais e de instrumentos de capital Core Tier I, em 25 de Janeiro de 2013.</p>
<b>B.3</b>	<b>Natureza das operações em curso e das principais actividades do Emitente e Oferente</b>	<p>O Banif é um banco com 25 anos de existência no sector financeiro português, com uma rede de agências, em diversas geografias, e dispõe de um sistema de <i>e-banking</i> cada vez mais utilizado por clientes. O Banco oferece uma base alargada de produtos e serviços, para clientes particulares e empresariais, e adequa de forma constante esses produtos e serviços de acordo com as necessidades de mercado. O Banco é actualmente o líder de mercado na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores (fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico 03/2013; e Banif) e está presente junto das comunidades portuguesas da Venezuela e da África do Sul, disponibilizando um serviço personalizado e uma oferta diversificada de produtos.</p> <p>O Plano de Reestruturação, actualmente em discussão entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, constitui, nos princípios já estabilizados, um plano viável para proporcionar ao Grupo uma robustez autónoma a longo prazo, sem o apoio do Estado Português. Uma vez concluída a sua negociação, o Plano de Reestruturação deverá: (i) mostrar a viabilidade do Grupo a longo prazo sem qualquer apoio estatal; (ii) demonstrar a contribuição presente e futura do Grupo e dos seus accionistas (excluindo o Estado Português) para os esforços de recapitalização e de reestruturação; e (iii) incluir medidas destinadas a prevenir uma eventual distorção em termos de concorrência que poderia verificar-se pelo facto de o Grupo receber fundos públicos do Estado Português.</p> <p>Neste sentido, as medidas constantes do Plano de Reestruturação têm como objectivo permitir que o Banif tenha capacidade de reembolsar o mais rapidamente possível a participação pública no processo de recapitalização, reorientando a sua estratégia comercial nos segmentos de clientes de maior valor acrescentado para o Banco, desinvestindo actividades consumidoras de capital e que não contribuem para a geração de resultados (actividades consideradas <i>non core</i>) e, em virtude desse desinvestimento, reduzir significativamente os seus custos de estrutura. Paralelamente, a gestão do desinvestimento das actividades consideradas <i>non core</i> será feita de forma progressiva ao longo dos próximos cinco anos, de forma a permitir obter os melhores resultados possíveis desse processo.</p> <p>Na sequência da fusão através da qual a Banif SGPS foi incorporada no Banif, e com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2012, este tornou-se na <i>holding</i> de topo do Banif</p>

		<p>– Grupo Financeiro, cujas principais actividades são levadas a cabo através de mais de 40 empresas que operam em variados sectores, incluindo banca, seguros, <i>leasing</i>, crédito ao consumo, corretagem, gestão de activos, imobiliário, <i>venture capital</i> e <i>trade finance</i>.</p> <p>A actividade do sistema financeiro português desenvolveu-se em 2012 num ambiente económico particularmente adverso e exigente do ponto de vista macroeconómico, financeiro e regulamentar. Por um lado, a drástica deterioração da qualidade das carteiras de crédito conduziu à necessidade de reforço acentuado de imparidades do Grupo, e, por outro lado, tem-se assistido a uma significativa diminuição na margem financeira do Grupo e comissões devido à recessão económica, à necessidade de redução da concessão de crédito, associado ao processo de desalavancagem imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira ao Estado Português pelo Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, e ainda a um aumento do custo dos recursos de clientes, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários interbancários da Zona do Euro. Por sua vez, as restrições no acesso ao financiamento, as imposições regulamentares em termos de reforço dos níveis de capital, bem como a necessidade de se continuar a implementar medidas que conduzam à sustentabilidade das finanças públicas colocam, num contexto de elevada incerteza, desafios adicionais significativos para todos os <i>players</i>, mantendo-se uma perspectiva desfavorável para a actividade económica em 2013.</p> <p>Tendo em conta este enquadramento, a nova equipa de gestão, mandatada em Março de 2012, iniciou, de imediato, um processo de revisão do modelo e do plano de negócios do Grupo, que deu origem a um plano estratégico que visa uma reestruturação transversal de toda a organização. Este novo posicionamento estratégico, vertido no Plano de Recapitalização aprovado em reunião da Assembleia Geral do Banco de 16 de Janeiro de 2013 e com base no qual assentou o investimento público realizado no Banif, visa, nomeadamente assegurar um regresso a níveis de rentabilidade sustentáveis, reforçar o balanço e, finalmente, manter o nível de capital adequado a um enquadramento económico e regulatório mais desafiador. Subsequentemente, e sem prejuízo da sua implementação em diversas vertentes, nomeadamente ao nível da estratégia comercial, ajustamento da estrutura e redução de custos, este plano estratégico tem vindo a ser objecto de renovada reflexão, nomeadamente, no contexto do diálogo mantido entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, tendente à conclusão do Plano de Reestruturação. A reflexão estratégica ao nível do Banif centra-se em áreas como estrutura corporativa, <i>governance</i>, <i>performance</i> operacional e revisão do portefólio de negócios, concretizando-se na aplicação de um extenso conjunto de medidas – tais como (i) um processo abrangente para a reorganização da estrutura societária; (ii) um plano estratégico detalhado para reposicionar o Grupo no segmento das PME, retalho nas Regiões Autónomas e segmentos <i>affluent</i> e <i>private</i> no continente; (iii) foco do negócio nos segmentos e regiões reconhecidamente mais rentáveis para o Grupo; (iv) desinvestimento das unidades internacionais, criando-se uma unidade de <i>legacy</i> que assegure a sua gestão de forma especializada e segregada; (v) um programa de desalavancagem profundo, a implementar no médio prazo, e (vi) racionalização da plataforma operacional, medidas que se espera venham a resultar num Grupo mais forte, mais focado nas suas capacidades distintivas e no reforço das suas vantagens competitivas. Não obstante, tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito do processo de investimento público e no Plano de Recapitalização, a estratégia</p>
--	--	---



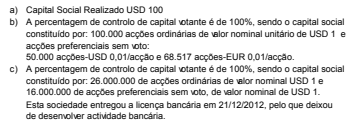
		<p>a prosseguir pela administração deverá em qualquer dos casos respeitar tais compromissos, enquanto a ajuda estatal não se encontrar integralmente reembolsada, bem como outros que possam vir a ser determinados como consequência do processo negocial entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia.</p> <p>No contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira foram ainda realizadas, no decurso do ano de 2012, duas acções de inspecção ao Grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Validation of Assets and Liabilities</i>, destinada a avaliar os principais activos e passivos do Grupo quer em Portugal, quer das suas subsidiárias no exterior; e</li> <li>• <i>On-site Inspection Programme</i>, destinado a avaliar em particular as exposições aos sectores da construção e promoção imobiliária.</li> </ul> <p>Em resultado destas inspecções, foram identificadas necessidades de reforço de reservas para imparidades do Banif, que o Grupo reconheceu, e que tiveram um impacto significativo nos seus resultados, tendo sido preservado o nível dos rácios de capital através do recurso ao investimento do Estado Português no âmbito da primeira fase do processo de recapitalização, que inclui um <i>buffer</i> prudencial.</p> <p>Neste enquadramento, o Banif registou em 2012 um resultado líquido consolidado negativo de 576,4 milhões de euros. Estas perdas incluem a contabilização de custos não recorrentes relacionados com o processo de reestruturação actualmente em curso, e reflectem: (i) um reforço significativo de dotações para provisões e imparidades; (ii) a necessidade de prossecução do processo de desalavancagem imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira; (iii) o aumento do custo dos recursos de clientes; (iv) o baixo nível das taxas de referência do mercado interbancário, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários da Zona Euro; (v) a redução na margem financeira e nas comissões, em resultado dos factores referidos anteriormente e ainda da redução do número de unidades operativas e da recessão económica.</p> <p>O impacto negativo do aumento das provisões foi parcialmente compensado pelo desenvolvimento favorável nos custos de estrutura (gastos gerais administrativos e custos com pessoal) que, em 2012, registaram uma redução anual de 9,72%. Esta evolução reflectiu medidas de racionalização e optimização em curso, não obstante o reconhecimento, em 2012, de custos significativos relacionados com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores e da redução do número de pontos de venda. Os custos de estrutura (gastos gerais administrativos e custos com pessoal) registaram, no primeiro trimestre de 2013, uma redução anual de 16,2%, face ao primeiro trimestre de 2012.</p> <p>O Banif reportou perdas consolidadas de €69,2 milhões durante o primeiro trimestre de 2013, penalizado pelo aumento das dotações para provisões e imparidades. A 31 de Março de 2013, o activo líquido do Banif – Grupo Financeiro totalizava €14.761 milhões, registando um crescimento de 5,5% face ao final do exercício de 2012, essencialmente devido à aquisição de títulos de dívida soberana portuguesa, enquadrada nos compromissos assumidos no âmbito do Plano de Recapitalização.</p> <p>O rácio Core Tier I a 31 de Março de 2013 situou-se em 10,5% e tem em consideração a aprovação do Plano de Recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da primeira fase de recapitalização, com a entrada do Estado Português na</p>
--	--	--

		<p>estrutura accionista do Banif em 25 de Janeiro de 2013, através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como a subscrição de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos), qualificados como capital Core Tier I. A 31 de Março de 2013, o rácio de solvabilidade total situou-se em 11,1%.</p>
<b>B.4 a)</b>	<b>Tendências recentes mais significativas que afectam o Emitente e Oferente e o sector em que opera</b>	<p>No início de 2011, o Banco de Portugal exigiu que os grupos financeiros portugueses aumentassem os seus níveis de capital, impondo um rácio de capital Core Tier I mínimo de 10% a partir de 31 de Dezembro de 2012. Adicionalmente, o Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com as autoridades portuguesas veio impor reformas estruturais de desalavancagem e planos específicos de financiamento a médio prazo, com impacto sobre os níveis de rentabilidade estrutural dos bancos e respectiva capacidade de geração de capital orgânico.</p> <p>Ainda no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira e, de um modo mais geral, das reformas do sector financeiro que têm sido levadas a cabo a nível europeu, tem-se observado um aumento da intensidade do escrutínio feito pelos reguladores sobre a consistência das práticas seguidas pelos bancos (por exemplo: políticas de risco e de recuperação de crédito; exercícios de esforço), implicando uma monitorização ainda mais apertada dos riscos da actividade bancária e forçando por vezes alterações das práticas anteriormente implementadas.</p> <p>Por outro lado, a crise financeira de 2007-2008 espoletou alterações regulamentares de grande amplitude, nomeadamente no que respeita à arquitectura dos órgãos de supervisão (esquemas de garantia de depósitos, <i>bail-in</i>, CRD, Basileia III, MiFID, EMIR, restrições à venda de instrumentos financeiros a descoberto, revisão da Directiva sobre Abuso de Mercado, regulação da ESMA sobre agências de <i>rating</i>, Solvência II, remuneração dos dirigentes e titulares dos órgãos de administração e fiscalização, governo corporativo, ESAs, SIFIs, entre outros aspectos), que poderão ter um impacto muito relevante sobre a dinâmica e a estrutura do mercado bancário nos próximos anos.</p> <p>A conjuntura económica recessiva tem tido igualmente forte impacto sobre a rentabilidade da actividade bancária, já que o cenário de taxas de juro anormalmente baixas reduz significativamente o retorno das carteiras de crédito e, por outro lado, o aumento do crédito mal-parado obriga à constituição de imparidades acrescidas.</p> <p>Finalmente, não obstante a implementação de medidas de política monetária não convencional por parte do Banco Central Europeu, os mercados monetários continuam a apresentar deficiências estruturais, distorcendo o funcionamento dos canais normais de financiamento por parte dos bancos.</p> <p>Para este cenário de dificuldades de financiamento tem igualmente contribuído a evolução geral das notações de <i>rating</i> do sector financeiro europeu, em geral. De facto, os efeitos da crise, quer em termos económicos, quer do ponto de vista das crescentes exigências regulamentares, têm levado as agências de <i>rating</i> a reduzir estruturalmente as notações atribuídas aos bancos, o que se traduz numa menor capacidade por parte destes de captar fundos junto de investidores e contrapartes.</p> <p>Num contexto operacional tão adverso, o Grupo envidou activamente esforços no sentido de reforçar a solidez dos seus capitais. Esses esforços incluíram medidas como a optimização dos activos ponderados pelo risco, transacções de gestão de activos e passivos, venda de activos, desalavancagem do balanço e redução de custos. Com</p>

		<p>efeito, o reforço da solvabilidade foi sempre encarado como uma prioridade estratégica para o Grupo que, entre 2006 e 2010, beneficiou de quatro aumentos de capital no valor de €370 milhões com o objectivo de reforçar o seu capital. O Grupo também reteve parte do lucro líquido e ganhos acumulados, com o mesmo objectivo. Contudo, ainda assim, a combinação de todos esses esforços não permitiu ao Grupo garantir o cumprimento dos requisitos de capital exigidos pelo regulador, do que viria a resultar um pedido formal de acesso ao fundo de recapitalização.</p> <p>Depois de devidamente confirmada pelo Banco de Portugal a viabilidade do plano apresentado, o Grupo viria a celebrar um acordo com o Estado Português com vista à sua recapitalização e cujos detalhes foram posteriormente publicados no Despacho n.º 1527-B/2013. A injeção de capital estatal, correspondente à primeira fase do processo de recapitalização, ocorreu nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Emissão de CoCos, no valor total de €400 milhões, nos termos de <i>Subscription Agreement</i> celebrado com o Estado, os quais serão parcialmente amortizados através do encaixe financeiro obtido pelo Banif em resultado da realização da segunda fase de recapitalização;</li> <li>(ii) Um aumento do capital social do Banif, por entradas em dinheiro com supressão do direito de preferência, reservado ao Estado, no montante de €700 milhões, através da emissão de 70.000.000.000 de novas acções especiais, sendo 44.511.019.900 acções com direitos de voto a exercer na sua plenitude (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro) e 25.488.980.100 acções com direitos de voto sujeitos a restrições, com um valor de emissão unitário de €0,01. Assim, as acções da titularidade do Estado serão, nos termos da lei, especiais, beneficiando de um limite a partir do qual o Estado exercerá, na sua plenitude, os direitos de voto.</li> </ul> <p>O investimento público está associado a um conjunto de requisitos adicionais, alguns deles resultantes da lei, que são comuns em operações de investimento público em instituições financeiras noutros países europeus, nomeadamente, limitações de investimento, limitações em termos de gestão e de governo da sociedade e um conjunto de condições em termos de mecanismos de mercado.</p> <p>No que respeita ao Banco, e conforme melhor detalhado no Plano de Recapitalização e no contexto do Despacho n.º 1527-B/2013, que aprovou o investimento público previsto no Plano de Recapitalização, bem como nos anexos a ambos os documentos (e, em especial, no anexo aos Termos e Condições dos Instrumentos de Capital Core Tier I), destacam-se, para além de limitações a distribuição de dividendos, as imposições de proibições de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Recompra de instrumentos híbridos ou de dívida subordinada, sem o consentimento do Ministro das Finanças;</li> <li>ii) Pagamento de cupões e juros relativos a instrumentos híbridos e dívida subordinada, quando não exista legalmente obrigação de efectuar tal pagamento;</li> <li>iii) Aquisição de participações sociais noutras sociedades, salvo se com autorização prévia da Comissão Europeia, do Ministro das Finanças e do Banco de Portugal.</li> </ul> <p>O acordo estabelecido com o Estado previa igualmente que o Ministro das Finanças</p>
--	--	---

		<p>viesses a nomear um membro não executivo do órgão de administração e um membro do órgão fiscalização (“<b>Membros Nomeados</b>”). Um dos Membros Nomeados terá assento nas comissões de gestão de risco e remuneração ou outras de natureza semelhante. Se necessário, após consulta com o presidente do órgão de administração executivo do banco, os Membros Nomeados poderão, atuando de forma comercialmente razoável e de acordo com as práticas de mercado, requerer a realização de auditorias externas e independentes relativas à situação financeira, à atividade e à estratégia do banco, sendo os custos de tais auditorias suportados pelo banco.</p> <p>Outras restrições impostas pelo acordo com o Estado incluem:</p> <p>i) A remuneração e benefícios complementares dos quadros superiores serão sujeitos a níveis apropriados de transparência e escrutínio, de forma a assegurar a respetiva manutenção num nível adequado;</p> <p>ii) O Banco aplicará pelo menos €10 milhões por ano num fundo, que poderá ser gerido por si próprio e que investirá em participações sociais em PME.</p> <p>No quadro da injeção de capital estatal, o Banco apresentou também um Plano de Reestruturação exigido pela lei nacional e pelas regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de Estado, o qual foi submetido formalmente pelo Estado à Comissão Europeia no início de Abril de 2013 e, na sua versão revista, em 28 de Junho de 2013. O plano de reestruturação tem por objectivo (i) evidenciar a viabilidade do Banco a longo prazo sem ajudas de Estado, (ii) comprovar o contributo que o próprio Banco e os seus acionistas deram e continuarão a dar para os esforços de recapitalização e reestruturação necessários, e (iii) prever medidas susceptíveis de limitar eventuais distorções da concorrência que possam resultar da atribuição do investimento público. Nesta medida, e para além das orientações estratégicas já contempladas no Plano de Recapitalização, o Plano de Reestruturação, cuja aprovação se encontra ainda pendente por parte da Comissão Europeia, prevê um conjunto adicional de medidas e condições associadas à aprovação do investimento público por parte da Comissão Europeia, designadamente eventuais obrigações de natureza comportamental e/ou estrutural, tendentes à colocação do Banco numa trajectória de viabilidade sustentada.</p>
<b>B.5</b>	<b>Descrição do grupo e da posição do Emitente e Oferente no seio do mesmo</b>	<p>Após a fusão com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2012, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. passou a ser a entidade mãe do Banif – Grupo Financeiro, conjunto formado pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e as sociedades que, nos termos do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, de si dependem e com quem consolida contas, a partir da data de produção de efeitos da fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif, ou seja, a partir de 1 de Julho de 2012 (anteriormente a essa data, a Banif SGPS e as sociedades que, nos termos do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, de si dependem e com quem consolida contas).</p> <p>O diagrama das principais participações, com referência a 31 de Março de 2013, é o que a seguir se apresenta:</p>

**Banif - Banco Internacional  
do Funchal, SA \***



\* Foram consideradas as sociedades com maior relevância para o Grupo

<b>B.6</b>	<b>Principais accionistas</b>	<p>Em resultado da operação de recapitalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. aprovada pela Assembleia Geral em 16 de Janeiro de 2013, e cuja primeira fase foi concluída em 25 de Janeiro de 2013, o Estado Português passou a ser titular de 70.000.000.000 acções especiais, representativas de cerca de 99,192% do capital social do Banif, das quais 44.511.019.900 acções com direitos de voto (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), representativas de 98,736% do capital votante. As restantes 25.488.980.100 acções conferem direito de voto em deliberações relativas à alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a lei ou os estatutos exijam maioria qualificada, nos termos e com as excepções e demais limitações previstas nas Normas de Recapitalização do Banif.</p> <p>As acções especiais apenas podem ser detidas pelo Estado Português ou por uma entidade pública. O Estado poderá, a todo o tempo, dispor livremente de parte ou da totalidade das acções especiais ou das acções ordinárias que detém no Banco, desde que ofereça preferência na aquisição das acções em causa aos accionistas que o sejam à data do desinvestimento, nos termos das Normas de Recapitalização do Banif.</p> <p>Assiste aos accionistas do Banif, na proporção das acções por eles detidas em 25 de Janeiro de 2013, a faculdade de adquirir as acções de que o Estado seja titular, em virtude da operação de recapitalização. Esta faculdade pode ser exercida durante um período determinado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças. O primeiro período de exercício desta faculdade será em 2014, nos termos do Despacho n.º 1527-B/2013.</p> <p>De acordo com o Despacho n.º 1527-B/2013, o Estado Português, enquanto for titular das acções especiais, o que se prevê que ocorra até 25 de Janeiro de 2018, tem direito a receber uma remuneração prioritária (dividendo preferencial) correspondente a uma percentagem equivalente ao seu interesse económico sobre 30% dos lucros distribuíveis do Banif do exercício financeiro relevante.</p> <p>A segunda fase do Plano de Recapitalização implica um aumento de capital adicional no valor de €450 milhões, a realizar através de um ou mais aumentos de capital.</p> <p>No âmbito desta segunda fase do Plano de Recapitalização, em 26 de Junho de 2013, foi realizado um aumento de capital do Banif no montante de €100 milhões, de €1.270 milhões para €1.370 milhões, o qual foi subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS em €75 milhões e em €25 milhões, respectivamente.</p> <p>Após o aumento de capital <i>supra</i> referido, a participação detida pelo Estado Português foi diluída para 86,881% do capital social, correspondendo a 80,810% dos direitos de voto. No que se refere às demais participações qualificadas, importa referir que o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque voltou a assumir uma participação qualificada no Banif, indirectamente detida, correspondente a</li> </ul>
------------	-------------------------------	---

	<p>7.837.073.868 acções ordinárias, representativas de 9,727% do capital social e de 14,228% dos direitos de voto; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Auto-Industrial SGPS voltou a assumir uma participação qualificada no Banif, correspondente a 2.576.377.857 acções ordinárias, representativas de 3,198% do capital social e de 4,677% dos direitos de voto.</li> </ul> <p>A partir da conclusão da primeira fase do Plano de Recapitalização, as percentagens de direitos de voto apresentadas são calculadas tendo por base todas as matérias não previstas no número 8 do artigo 4.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada).</p> <p>Caso o BES venha a subscrever, no âmbito do presente aumento de capital, a totalidade das 2.500.000.000 acções objecto do respectivo compromisso de colocação no âmbito da OPS de Acções, aquele assumirá uma participação qualificada no Banif, correspondente a 2.500.000.000 acções ordinárias, representativas de 2,760% do capital social e de 3,841% dos direitos de voto.</p> <p>No âmbito do processo de recapitalização do Banif, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), foi subscrito, em 31 de Dezembro de 2012, por cada um dos accionistas Rentipar Financeira e Auto-Industrial SGPS, um documento designado <i>Secured Subscription Commitment</i>, nos termos do qual os referidos accionistas se comprometeram, designadamente, a não transaccionar/transmitir quaisquer acções do Banif (ou títulos convertíveis em acções do Banco ou direitos de adquirir ou subscrever tais acções) até 31 de Outubro de 2013, inclusive.</p>
<b>B.7</b>	<p><b>Informação financeira histórica fundamental seleccionada sobre o Emitente e Oferente</b></p> <p>A informação financeira a seguir referida foi preparada a partir das demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro relativas aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 e aos períodos de três meses findos em 31 de Março de 2013 e 2012. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento CE n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002. A informação financeira anual foi auditada pela Ernst &amp; Young Audit &amp; Associados – SROC, S.A. As demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro para o período intercalar trimestral findo em 31 de Março de 2013 não foram objecto de auditoria ou revisão limitada.</p> <p>No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados comparativos do exercício de 2012 apresentados aqui e nas demonstrações financeiras consolidadas são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS dos exercícios de 2011 e 2010. A fusão da Banif SGPS com o Banif não alterou a estrutura do Grupo, nem altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas. Deste modo, as contas consolidadas relativas aos exercícios de 2012 e 2011 são, em geral, comparáveis.</p> <p><b>Dados financeiros seleccionados do Emitente e Oferente</b></p> <p><b><i>Demonstração de resultados</i></b></p> <p>O produto da actividade do Grupo atingiu 56,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2013, registando uma diminuição de 16,1% em termos homólogos, devendo-se fundamentalmente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Uma diminuição de 32,5% na margem financeira, para 29,6 milhões de euros, que reflecte sobretudo a redução da actividade creditícia em 2012, o reduzido nível das taxas de juro de curto prazo que servem</li> </ul>

	<p>como indexante ao crédito e os custos com obrigações subordinadas de conversão contingente (CoCos);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma diminuição de 6,9% nas comissões (líquidas), para 19,3 milhões de euros, devido à diminuição da actividade bancária;</li> <li>• Um aumento em outros proveitos de 3,1 milhões para 5,0 milhões de euros, e um aumento de 2,8 milhões de euros nos resultados em operações financeiras, que beneficiou de ganhos na venda de títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (3,8 milhões de euros).</li> </ul> <p>Os custos de estrutura (gastos gerais administrativos e os custos com pessoal) totalizaram 60,6 milhões de euros, diminuindo 16,2% face ao primeiro trimestre de 2012, reflectindo essencialmente as medidas de racionalização e optimização adoptadas pelo Grupo.</p> <p>No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no primeiro trimestre de 2013, um aumento de 17,4% face ao período homólogo, para 83,0 milhões de euros. Em relação à evolução da imparidade da carteira de crédito, verificou-se um aumento das dotações líquidas para imparidade, no montante de 73,7 milhões de euros, no final do primeiro trimestre de 2013, que se deveu ao reforço das imparidades no Brasil, no montante de 78,1 milhões de euros. Este valor compara com 90,1 milhões de euros de imparidade contabilizados no Brasil em 2012. O Grupo constituiu ainda, no primeiro trimestre de 2013, imparidades no montante de 4,2 milhões de euros para fundos de investimento, 2,5 milhões de euros para imóveis recebidos por reembolso de crédito, e 1,7 milhões de euros relativos a outros activos.</p> <p>Os resultados líquidos obtidos pelo Banif no primeiro trimestre de 2013 atingiram -69,2 milhões de euros, o que compara com -75,9 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.</p> <p><b>Balanço</b></p> <p>O activo líquido totalizava 14.761,0 milhões de euros a 31 de Março de 2013, registando um crescimento de 5,5% face ao final do exercício de 2012, essencialmente devido a aquisição de títulos de dívida soberana portuguesa, no montante aproximado de 1,2 mil milhões de euros na sequência do aumento de capital e da emissão de CoCos ocorridos em Janeiro de 2013 e relacionados com o processo de recapitalização.</p> <p>O crédito bruto concedido a clientes atingiu 10.782,0 milhões de euros a 31 de Março de 2013, diminuindo cerca de 1,2% em comparação com Dezembro de 2012.</p> <p>Os recursos de clientes em 31 de Março de 2013 ascendiam a 7.314,9 milhões de euros, diminuindo 5,6% em comparação com Dezembro de 2012. Esta diminuição é explicada por uma redução dos depósitos de entidades estatais e administração central (contrapartida da operação de recapitalização) e redefinição da política de <i>pricing</i> dos depósitos inserida na estratégia de redução de custos de financiamento.</p> <p>A 31 de Março de 2013, o rácio de transformação de depósitos em crédito (crédito líquido/depósitos) atingiu 131,2%.</p> <p>A exposição líquida do Grupo ao BCE aumentou 531,0 milhões de euros, comparativamente a Dezembro de 2012, totalizando 3.335,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2013, dispondo ainda o Grupo de 608 milhões de euros de activos disponíveis para desconto junto do BCE. De salientar que o aumento da exposição ao BCE no primeiro trimestre de 2013 reflecte a amortização de uma emissão garantida pelo Estado, no montante de 300 milhões de euros (não elegível para o BCE mas usada em operações de <i>repo</i>), a redução dos depósitos de entidades estatais/administração central, em cerca de 115 milhões de euros, ambas como contrapartida da operação de recapitalização, e a estratégia de redução dos custos de financiamento.</p> <p>Os capitais próprios, deduzidos de interesses minoritários, registaram um aumento de 215,2% face a Dezembro de 2012, ascendendo a 920,2 milhões de euros no final do exercício do primeiro trimestre de 2013, explicada essencialmente por: aumento de capital de 700 milhões de euros, reservado ao Estado; resultado acumulado do primeiro trimestre de 2013 (-69,2 milhões de euros); diminuição das reservas de reavaliação (-1,8 milhões de</p>
--	---



euros).

Não se registaram alterações significativas na situação financeira e nos resultados de exploração do Banif após 31 de Março de 2013.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-03-2013	31-03-2012	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010
		(*)		Reexpresso (*)	Reexpresso (*)
<b>Margem financeira</b>	29,565	43,805	172,772	277,275	348,132
Rendimentos de instrumentos de capital	83	-	2,439	753	905
Comissões líquidas	19,307	20,741	84,917	110,364	122,075
Resultados em operações financeiras	2,486	(362)	(19,253)	(1,132)	24,360
Outros resultados de exploração	4,986	3,052	(56,683)	174,329	55,831
<b>Produto da actividade</b>	56,427	67,236	184,192	561,589	551,303
Custos com pessoal	(37,217)	(41,216)	(175,646)	(184,133)	(183,974)
Gastos gerais administrativos	(23,370)	(31,096)	(118,745)	(141,948)	(144,176)
Amortizações do exercício	(7,380)	(8,290)	(33,585)	(35,546)	(37,327)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(83,013)	(70,704)	(531,881)	(377,759)	(123,941)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	(17)	(335)	1,080	(2,426)	(4,039)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	(94,570)	(84,405)	(674,585)	(180,223)	57,846
Impostos	24,484	9,618	96,956	26,922	(13,904)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	(70,086)	(74,787)	(577,629)	(153,301)	43,942
Interesses que não controlam	919	(1,113)	1,276	(8,282)	(9,584)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	(69,167)	(75,900)	(576,353)	(161,583)	34,358

#### BALANÇO CONSOLIDADO

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-03-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido Reexpresso (*)	Valor líquido Reexpresso (*)
Crédito a clientes	9,599,224	9,815,981	11,183,823	12,206,254
Total do Activo	14,761,012	13,992,293	15,823,114	15,700,135
Recursos de Bancos Centrais	3,335,089	2,804,084	2,484,286	1,938,147
Recursos de clientes e outros empréstimos	7,314,858	7,750,430	8,030,692	7,840,050
Total do Passivo	13,763,324	13,616,137	14,888,198	14,509,952
Total do Capital	997,688	376,156	934,916	1,190,183

#### RÁCIOS PRINCIPAIS

	31.03.2013	31.03.2012 (*)	31.12.2012 <sup>(1)</sup>	31.12.2011 Reexpresso (*)	31.12.2010 Reexpresso (*)
	(milhões de euros)				
Core Tier I <sup>(2)</sup>	1.102	637	1.199	804	903
Total Tier I <sup>(2)</sup>	1.126	679	1.224	858	1.049
Tier II <sup>(2)</sup>	199	215	199	226	271
Deduções	-163	-178	-159	-132	-142
Total dos Fundos Próprios	1.162	716	1.263	951	1.178
Activos ponderados pelo risco	10.500	11.879	10.749	11.863	12.736
Rátios					
Rátios de Solvabilidade <sup>(3)</sup>					
Core Tier I	10,5%	5,4%	11,2%	6,8%	6,6%
Capital Tier I	10,1%	5,2%	10,8%	6,8%	7,8%
Capital Tier II	1,3%	1,3%	1,3%	1,4%	1,6%
Total Capital	11,1%	6,0%	11,8%	8,0%	9,2%
Rácio de Solvabilidade (com base nos regulamentos do Banco de Portugal)	11,1%	6,0%	11,8%	8,0%	9,2%
Crédito em risco / Crédito Total	20,7%	19,8%	20,3%	16,8%	12,0%

	31.03.2013	31.03.2012 (*)	31.12.2012 <sup>(1)</sup>	31.12.2011 Reexpresso (*)	31.12.2010 Reexpresso (*)
	(milhões de euros)				
Imparidade do crédito / Crédito total.....	11,0%	7,2%	10,1%	6,8%	4,7%
<i>Rentabilidade</i>					
Return on Equity (ROE) <sup>(4)</sup> .....	-	-	-	-	3,5%
Return on Assets (ROA) <sup>(5)</sup> .....	-	-	-	-	0,2%
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / activo líquido médio .....	-	-	-	-	0,4%
Proveitos Bancários / activo líquido médio .....	0,4%	0,4%	1,2%	3,5%	3,6%
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ capitais próprios médios (incluindo interesses minoritários) .....	-	-	-	-	4,9%
<i>Eficiência</i>					
Custos operacionais + depreciações & amortizações / proveitos bancários .....	120,5%	119,9%	178,1%	64,4%	66,3%
Custos com pessoal / proveitos bancários .....	66,0%	61,3%	95,4%	32,8%	33,4%
<i>Transformação</i>					
Rácio crédito líquido / depósitos .....	131,2%	135,9%	126,7%	138,7%	155,7%
<i>Outros indicadores</i>					
Activos sob gestão (milhões de Euros).....	2.275	2.161	2.163	2.962	3.800

(1) Os valores dos rácios a 31 de Dezembro de 2012 têm em conta o impacto da primeira fase do Plano de Recapitalização como se realizada em 31 de Dezembro de 2012. Face às metas regulamentares definidas pelo Banco de Portugal para rácio Core Tier I de Dezembro de 2012 (os 10% estabelecidos no Aviso n.º 3/2011), o Grupo deliberou recorrer a fundos públicos, ao abrigo da Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), para a recapitalização do Banco. Em 31 de Dezembro de 2012, o Estado Português anunciou o seu acordo de princípio à participação no Plano de Recapitalização do Banif, após devida apreciação e parecer favorável do Banco de Portugal. Em Janeiro de 2013, em consequência do acordo de Dezembro de 2012, foi concretizada a entrada do Estado na estrutura accionista do Banco e o reforço dos seus fundos próprios, através da subscrição de €700 milhões de acções especiais e de €400 milhões de CoCos. Neste contexto, mostrou-se mais relevante a divulgação dos referidos rácios relativos a 2012 já com a inclusão dos efeitos da operação de recapitalização, permitindo assim evidenciar que foram alcançados, em Janeiro de 2013, os objectivos que estiveram na base desse mesmo processo (adequação desses rácios às exigências regulamentares).

(2) Dados calculados de acordo com a definição do Banco de Portugal.

(3) Dados calculados com base no método padrão (*standardised approach*).

(4) *Return on equity* corresponde ao rácio entre o lucro líquido (deduzido de dividendos de acções preferenciais e juros de outros instrumentos de capital) e a média do capital social e reservas.

(5) *Return on assets* corresponde ao rácio entre o lucro líquido (deduzido de dividendos de acções preferenciais e juros de outros instrumentos de capital) e a média do activo líquido.

(\*) No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados comparativos apresentados neste Prospecto e nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS dos exercícios de 2011 e 2010, quando esta última era a *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro. A fusão da Banif SGPS com o Banif não alterou a estrutura do Grupo, não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas, e não exige uma reexpressão das contas consolidadas do Grupo.

<b>B.8</b>	<b>Informações financeiras <i>pro forma</i> fundamentais seleccionadas</b>	Não aplicável.
<b>B.9</b>	<b>Previsões ou estimativas de lucros</b>	Não aplicável.
<b>B.10</b>	<b>Reservas expressas no relatório de auditoria das informações financeiras históricas</b>	Não aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro relativas aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 foram objecto de certificação legal e relatório de auditoria por parte da Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., não tendo sido emitida nenhuma opinião com reserva. As demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro para o período intercalar trimestral findo em 31 de Março de 2013 não foram objecto de auditoria

		ou revisão limitada.																		
B.11	Capital de exploração do Emitente e Oferente	Não aplicável. O Emitente e Oferente considera que o seu capital de exploração é suficiente para as suas necessidades actuais.																		
B.17	Notação de risco (rating)	<p>O Banif tem notação de <i>rating</i> atribuída por duas agências (Fitch Ratings España, S.A.U. e Moody’s Investors Services España, S.A., ambas registadas na <i>European Securities and Markets Authority</i>) desde 2003.</p> <p>As notações de <i>rating</i> atribuídas ao Banif em 9 de Janeiro de 2013 (pela Fitch Ratings) e em 15 de Abril de 2013 (pela Moody’s) são as seguintes:</p> <table><tr><th></th><th>Longo Prazo</th><th>Curto Prazo</th><th>Outlook</th><th>BFSR (BCA)</th><th>VR</th></tr><tr><td>Moody’s</td><td>Caa1</td><td>NP</td><td>Negativo</td><td>E(ca)</td><td>-</td></tr><tr><td>Fitch Ratings</td><td>BB</td><td>B</td><td>Negativo</td><td>-</td><td>f</td></tr></table>		Longo Prazo	Curto Prazo	Outlook	BFSR (BCA)	VR	Moody’s	Caa1	NP	Negativo	E(ca)	-	Fitch Ratings	BB	B	Negativo	-	f
	Longo Prazo	Curto Prazo	Outlook	BFSR (BCA)	VR															
Moody’s	Caa1	NP	Negativo	E(ca)	-															
Fitch Ratings	BB	B	Negativo	-	f															

### Secção C – Valores mobiliários

<b>C.1</b>	<b>Tipo e categoria dos valores mobiliários a oferecer e a admitir à negociação</b>	<p><b>Acções</b></p> <p>As Acções são ordinárias, nominativas e com representação escritural, sem valor nominal, com um valor de emissão unitário de €0,01 e serão objecto de inscrição nas contas dos respectivos intermediários financeiros legalmente habilitados, não havendo lugar à emissão de títulos. Uma vez admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, as Acções serão fungíveis com as demais acções ordinárias actualmente existentes e admitidas à negociação representativas do capital social do Banif e estarão inscritas sob o código ISIN PTBAF0AM0002.</p> <p>Desde a data de liquidação financeira da OPS de Acções e até ao registo comercial do aumento de capital objecto da OPS de Acções, os saldos resultantes da subscrição de Acções (inscritos sob a forma de cautelas) serão identificados com o código ISIN PTBAF9AM0029. Após a admissão à negociação das Acções, estas últimas passarão a assumir o código ISIN das actuais acções ordinárias representativas do capital social do Banif que se encontram admitidas à negociação, ou seja, o código ISIN PTBAF0AM0002.</p> <p>Foi ainda solicitada a admissão à negociação das 10.000.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013, subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, nos montantes de €75.000.000 e €25.000.000, respectivamente. As 10.000.000.000 acções ordinárias <i>supra</i> referidas encontram-se inscritas sob o código ISIN PTBAF8AM0004. Após a admissão à negociação destas acções, estas últimas passarão a assumir o código ISIN das actuais acções ordinárias representativas do capital social do Banif que se encontram admitidas à negociação, ou seja, o código ISIN PTBAF0AM0002.</p> <p><b>Obrigações</b></p> <p>As Obrigações serão ao portador e com representação escritural, com o valor nominal unitário de €1 e serão objecto de inscrição nas contas dos respectivos intermediários financeiros legalmente habilitados, não havendo lugar à emissão de títulos. As</p>
------------	---	--

		<p>Obrigações estarão inscritas sob o código ISIN PTBAFCOE0024.</p> <p>O valor de emissão global das Obrigações que serão efectivamente emitidas ficará dependente do número de aceitações que se verifiquem no contexto da Oferta.</p> <p>Todas as Obrigações serão emitidas ao abrigo da lei portuguesa, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, os estatutos do Emitente e demais legislação aplicável.</p>
<b>C.2</b>	<b>Moeda em que os valores mobiliários são emitidos</b>	As Acções e as Obrigações serão emitidas em Euros.
<b>C.3</b>	<b>Número de acções emitidas e valor nominal</b>	<p>O capital social do Banif é de 1.370.000.000 Euros, representado por 80.570.000.000 acções, escriturais e nominativas, sem valor nominal, das quais 10.570.000.000 são acções ordinárias (encontrando-se 570.000.000 das 10.570.000.000 acções ordinárias admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon) e 70.000.000.000 são acções especiais com dividendo prioritário detidas pelo Estado Português, das quais 44.511.019.900 são acções especiais relativamente às quais o Estado Português poderá exercer na sua plenitude os direitos de voto inerentes (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), estando no demais sujeitas aos termos e demais limitações previstas nas Normas de Recapitalização do Banif, e 25.488.980.100 acções especiais relativamente às quais o Estado Português só pode exercer direitos de voto em deliberações que respeitem à alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a lei ou os estatutos exijam maioria qualificada, nos termos e com as excepções e demais limitações previstas nas Normas de Recapitalização do Banif. Não existe capital subscrito não realizado.</p> <p>No âmbito da Oferta, serão emitidas e admitidas à negociação 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.</p>
<b>C.4</b>	<b>Direitos associados às Acções</b>	<p>De acordo com o estabelecido na lei e nos estatutos do Banco, após a admissão à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, as Acções serão fungíveis com as demais acções ordinárias do Emitente e Oferente admitidas à negociação e conferirão aos seus titulares, a partir da data da respectiva emissão, os mesmos direitos que as demais acções ordinárias existentes antes da OPS de Acções.</p> <p>Os detentores de acções ordinárias do Banif têm, designadamente, como direitos principais: o direito à informação, o direito à participação nos lucros, o direito de participação e voto na Assembleia Geral, o direito à partilha do património em caso de liquidação, o direito de preferência na subscrição de novas acções do Banif no âmbito de aumentos de capital por novas entradas em dinheiro, o direito a receber novas acções no âmbito de aumento de capital por incorporação de reservas, e o direito de impugnação de deliberações sociais, tudo nos termos da lei e dos estatutos do Banco.</p>
<b>C.5</b>	<b>Restrições à livre transferência</b>	Não aplicável. As Acções e as Obrigações serão livremente transmissíveis.
<b>C.6</b>	<b>Admissão à negociação</b>	Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Acções a emitir no âmbito da OPS de Acções. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Acções ocorra no dia 31 de Julho de 2013, estando esta admissão dependente, porém, designadamente, do registo

		<p>do aumento de capital do Banif na Conservatória do Registo Comercial, do cumprimento das formalidades legais aplicáveis, da emissão das Obrigações e da obtenção de autorização por parte da Euronext.</p> <p>Adicionalmente, foi igualmente solicitada a admissão à negociação das 10.000.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013, sendo expectável que a sua admissão venha a ocorrer em simultâneo com a admissão à negociação das Acções objecto da presente Oferta Pública de Subscrição de Acções.</p>
<b>C.7</b>	<b>Política de dividendos</b>	<p>A política de distribuição de dividendos do Banco assentou, até 2009, no princípio da distribuição dos resultados que não se mostrassem indispensáveis à constituição de reservas legais e/ou ao regular financiamento da sua actividade, o que se vinha traduzindo na distribuição de um dividendo anual correspondente a um valor entre 35% e 40% do lucro consolidado do exercício. Em 2010, as exigências conjunturais e regulamentares de reforço dos capitais próprios do Banif – Grupo Financeiro determinaram a impossibilidade de distribuição de dividendos referentes àquele exercício. Nos anos de 2011 e 2012, a existência de resultados líquidos negativos e as necessidades de fundos próprios inviabilizaram a distribuição de dividendos. A futura distribuição de dividendos estará condicionada, por um lado, pela geração de resultados distribuíveis e, por outro, pelos compromissos assumidos nessa matéria com o Estado Português no contexto da operação de recapitalização. De acordo com o Despacho n.º 1527-B/2013, o Estado Português, enquanto for titular das acções especiais, o que se prevê que ocorra até 25 de Janeiro de 2018, tem direito a receber uma remuneração prioritária (dividendo preferencial) correspondente a uma percentagem equivalente ao seu interesse económico sobre 30% dos lucros distribuíveis do Banif do exercício financeiro relevante.</p> <p>Enquanto as acções especiais e os instrumentos de capital Core Tier I emitidos pelo Banif forem detidos pelo Estado Português, o Banco não poderá distribuir dividendos. Quaisquer lucros, que de outro modo estariam disponíveis para ser distribuídos aos accionistas, serão obrigatoriamente afectos ao pagamento de qualquer dividendo prioritário relativo às acções especiais, ou à recompra de quaisquer acções especiais ou CoCos, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos. As presentes limitações são igualmente aplicáveis a quaisquer outras distribuições aos accionistas, incluindo recompra de acções e distribuição de activos.</p>
<b>C.8</b>	<b>Direitos associados às Obrigações</b>	<p>A OPS de Obrigações é reservada aos “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, podendo subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, ou por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor, sendo a alocação das Obrigações efectuada por aplicação dos critérios de alocação definidos.</p> <p>Uma vez admitidas à negociação em mercado regulamentado, as Obrigações serão livremente negociáveis nos termos da lei geral.</p> <p>Não existem direitos especiais atribuídos às Obrigações senão os conferidos nos termos da lei geral, nomeadamente quanto ao recebimento de juros e reembolso de capital.</p> <p>As obrigações que, para o Emitente e Oferente, resultam da emissão das Obrigações</p>

		<p>constituem responsabilidades directas, incondicionais, não subordinadas, não garantidas e gerais do Emitente, que empenhará toda a sua boa-fé no respectivo cumprimento.</p> <p>As Obrigações constituem obrigações comuns do Emitente, a que corresponderá um tratamento <i>pari passu</i> com as restantes obrigações pecuniárias presentes e futuras não condicionais, não subordinadas e não garantidas do Emitente, sem prejuízo dos privilégios que resultem da lei.</p> <p>As receitas e o património geral do Emitente respondem integralmente pelo serviço da dívida do presente empréstimo obrigacionista.</p> <p>Sem prejuízo do ónus de consulta da legislação aplicável, os juros das Obrigações estão sujeitos à retenção na fonte de IRS ou IRC à taxa em vigor, sendo esta liberatória para efeitos de IRS e pagamento por conta para efeitos de IRC aquando do pagamento a entidades residentes.</p> <p>Caso se verifique alguma situação de incumprimento relativa às Obrigações, cada obrigacionista poderá exigir o reembolso antecipado das Obrigações de que seja titular, sem necessidade de uma qualquer deliberação prévia da assembleia geral de obrigacionistas e, terá direito a receber os respectivos juros devidos até à data em que se efectuar aquele reembolso. Os obrigacionistas que desejem, verificada uma situação de incumprimento, exercer a opção de reembolso antecipado, deverão comunicar a sua intenção, por carta registada dirigida ao Conselho de Administração do Emitente, devendo o Emitente proceder ao respectivo reembolso das Obrigações e respectivos juros contados até à data em que se efectuar aquele reembolso, até dez dias úteis após a referida comunicação. O reembolso antecipado encontra-se porém limitado pelo compromisso previsto no n.º 1, alínea b), do anexo ao Despacho n.º 1527-B/2013, o qual dispõe, como restrição relacionada com transacções, pagamentos e aquisições a realizar pelo Banif, a imposição de uma proibição de recompra ou reembolso antecipado relativo a instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumentos de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente ou por qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), sem o prévio consentimento do Ministro das Finanças.</p> <p>O empréstimo obrigacionista é regulado pela lei portuguesa. Para resolução de qualquer litígio emergente do presente empréstimo obrigacionista, é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.</p>
C.9	<b>Direitos associados às Obrigações</b>	<p>A taxa de juro anual nominal bruta aplicável a cada um dos períodos de juros será fixa e igual a 7,50% ao ano. Cada investidor poderá solicitar ao seu intermediário financeiro a simulação da rentabilidade líquida após impostos, comissões e outros encargos.</p> <p>A liquidação financeira das Obrigações ocorrerá no dia 30 de Julho de 2013, data a partir da qual se inicia a contagem do primeiro período de juros relativos às Obrigações.</p> <p>Os juros das Obrigações serão calculados tendo por base meses de 30 dias, num ano de 360 dias e vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 30 de Janeiro e 30 de Julho de cada ano até à Data de Vencimento (conforme a seguir definida) das Obrigações, ocorrendo o primeiro pagamento de juros a 30 de Janeiro de 2014.</p> <p>As Obrigações têm um prazo de maturidade de três anos a contar da data de subscrição, ocorrendo a respectiva data de vencimento em 30 de Julho de 2016 (“<b>Data de</b></p>

		<p><b>Vencimento</b>”). As Obrigações serão reembolsadas integralmente, ao par, de uma só vez, na Data de Vencimento, salvo se ocorrer reembolso antecipado conforme acima referido, ou se as Obrigações forem adquiridas pelo Emitente para amortização nos termos legais.</p> <p>A taxa de rendibilidade efectiva é aquela que iguala o valor actual dos fluxos monetários gerados pela Obrigação ao seu preço de compra, pressupondo capitalização com idêntico rendimento.</p> <p>Taxa de rendibilidade efectiva anual ilíquida de impostos: 7,634%.</p> <p>Taxa de rendibilidade efectiva anual líquida de impostos: 5,468%.</p> <p>As taxas de rendibilidade apresentadas dependem de alguns pressupostos e poderão também ser afectadas por eventuais comissões a cobrar pelas instituições que asseguram o serviço financeiro do empréstimo.</p> <p>Utilizou-se como pressuposto para o cálculo da taxa de rendibilidade efectiva líquida de impostos uma taxa de imposto sobre os juros de 28%.</p> <p>Os obrigacionistas poderão, a todo o tempo, tomar as diligências necessárias para proceder à eleição do representante comum dos obrigacionistas, nos termos da legislação em vigor.</p>
<b>C.10</b>	<b>Condições associadas às Obrigações</b>	Não aplicável.
<b>C.11</b>	<b>Admissão à negociação</b>	Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Obrigações a emitir no âmbito da OPS de Obrigações. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Obrigações ocorra no dia 31 de Julho de 2013, estando esta admissão dependente, porém, designadamente, do cumprimento das formalidades legais aplicáveis e da obtenção de autorização por parte da Euronext.

## Secção D – Riscos

<b>D.1</b>	<b>Principais riscos específicos do Emitente e Oferente ou do seu sector de actividade</b>	<p>O investimento em acções e em obrigações, incluindo nas Acções e Obrigações do Emitente, envolve riscos. Deverá ter-se em consideração toda a informação contida no presente Prospecto e, em particular, os riscos que em seguida se elencam, antes de ser tomada qualquer decisão de investimento.</p> <p>Qualquer dos riscos que se destacam no presente Prospecto poderá ter um efeito substancial e negativo na actividade, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas futuras do Banif – Grupo Financeiro. Adicionalmente, podem existir alguns riscos desconhecidos e outros que, apesar de serem actualmente considerados como pouco relevantes ou não relevantes, se venham a tornar relevantes no futuro. Todos estes factores poderão vir a afectar de forma adversa a evolução dos negócios, proveitos, resultados, património e liquidez do Grupo.</p> <p>A ordem pela qual os seguintes riscos são elencados não constitui qualquer indicação relativamente à probabilidade da sua ocorrência ou à grandeza dos seus potenciais impactos.</p>
------------	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• As pressões recessivas, em Portugal, continuam a ter um efeito negativo significativo na actividade, resultados operacionais e situação financeira do Grupo;</li> <li>• A actividade e o desempenho do Grupo têm sido e podem continuar a ser negativamente afectados pela crise da dívida soberana europeia. De igual forma, a crise da dívida soberana europeia poderá afectar negativamente a <i>performance</i> futura do Grupo atendendo à exposição existente a este tipo de dívida na carteira própria do Grupo;</li> <li>• A actividade e o desempenho do Grupo têm sido e podem continuar a ser negativamente afectados pelas condições dos mercados financeiros globais e pela solvabilidade das restantes instituições financeiras;</li> <li>• A participação do Banif no Plano de Recapitalização terá um impacto substancial no Grupo e pode ter um efeito negativo substancial na sua actividade, resultados operacionais e situação financeira, designadamente caso os prazos de realização da operação não sejam alterados e reescalados;</li> <li>• O Estado Português pode vir a considerar existir um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, com a inerente possibilidade de conversão obrigatória do montante de CoCos em acções especiais do Banco, e consequente diluição das participações dos restantes accionistas;</li> <li>• A implementação do Plano de Reestruturação pode ter um efeito negativo substancial na actividade, resultados operacionais e situação financeira do Grupo;</li> <li>• O Plano de Reestruturação ainda não foi finalizado e pode sofrer novas alterações, eventualmente materiais, antes de ser aprovado pela Comissão Europeia;</li> <li>• O Grupo pode não ser capaz de implementar o Plano de Reestruturação e reembolsar o investimento público como previsto, o que pode implicar a manutenção do Estado Português como accionista do Banif bem como a possibilidade de conversão dos CoCos e das acções especiais em acções ordinárias do Banco;</li> <li>• Com a implementação do Plano de Reestruturação, o Grupo passa a ser menos diversificado e pode experimentar desvantagens competitivas e de outra ordem;</li> <li>• O Grupo está sujeito ao risco de eventual indisponibilidade de liquidez; este risco é agravado pelas actuais condições dos mercados financeiros globais;</li> <li>• O Grupo está restringido na sua capacidade de obter financiamento nos mercados de capitais e significativamente dependente do BCE para o financiamento e liquidez;</li> <li>• Uma redução na notação de risco de crédito do Banif ou de Portugal aumentaria os custos de financiamento e afectaria negativamente a sua margem líquida;</li> <li>• A actividade do Grupo é significativamente afectada pelo risco de crédito;</li> <li>• O Grupo encontra-se exposto ao mercado imobiliário português;</li> <li>• O Grupo enfrenta o risco de crédito e outros riscos sistémicos devido à sua exposição a outras instituições financeiras;</li> <li>• O Grupo está exposto a riscos de concentração de crédito;</li> <li>• O Grupo está exposto a riscos relativos a perdas causadas por alterações</li> </ul>
--	--	---



		<p>adversas na avaliação dos seus activos financeiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os negócios do Grupo são particularmente sensíveis à volatilidade das taxas de juro;</li> <li>• Os riscos operacionais são inerentes à actividade do Grupo;</li> <li>• A concorrência nos mercados bancários em que o Grupo desenvolve a sua exploração pode ter um efeito negativo na actividade do Grupo;</li> <li>• Os problemas financeiros enfrentados pelos clientes do Grupo podem afectá-lo negativamente;</li> <li>• A crescente dependência do Grupo do recurso a sistemas sofisticados tecnologia de informação (“TI”) pode revelar-se inadequada;</li> <li>• O Grupo está exposto a riscos actuariais e financeiros relacionados com as obrigações que tem para com os seus empregados em termos de pensões de reforma e cuidados de saúde;</li> <li>• A capacidade de crescimento do Grupo pode ser restringida por uma desaceleração do mercado bancário;</li> <li>• O Grupo está exposto às condições económicas dos mercados internacionais e a desenvolvimentos políticos, governamentais ou económicos adversos relacionados com a sua expansão internacional;</li> <li>• O Grupo conta com o recrutamento, a retenção e o desenvolvimento de quadros superiores adequados e pessoal competente;</li> <li>• Acontecimentos imprevistos podem afectar negativamente a actividade e os resultados do Grupo;</li> <li>• O Grupo enfrenta riscos associados à implementação das suas políticas de gestão de risco;</li> <li>• O sucesso do Grupo depende da sua capacidade em manter a sua carteira de clientes;</li> <li>• O Grupo opera num sector de actividade que é fortemente regulado em Portugal e noutros mercados em que desenvolve a sua actividade, podendo nomeadamente perder a autorização para exercer a sua actividade;</li> <li>• O quadro regulamentar e de supervisão da UE pode condicionar o ambiente económico, tendo um impacto negativo no ambiente operacional do Grupo;</li> <li>• Os resultados negativos dos <i>stress tests</i> poderão ter como consequência a necessidade de aumento de capital ou a perda da confiança pública no Grupo;</li> <li>• O Grupo pode ser afectado negativamente pela alteração da legislação e regulamentação fiscais;</li> <li>• As deliberações da Comissão Europeia relativas ao quadro comunitário da Recuperação e Resolução Bancária (“<b>Directiva de Resolução e Recuperação</b>”) podem restringir as operações empresariais do Grupo e aumentar os custos de refinanciamento;</li> <li>• O cumprimento das regras de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo implica custos e esforços significativos;</li> <li>• A planeada criação de um sistema de protecção de depósitos aplicável a toda a UE poderá resultar num encargo financeiro adicional para o Grupo;</li> <li>• Risco relacionado com as regras relativas a constituição de imparidades e provisões;</li> <li>• O Estado Português pode vir a reforçar a sua influência sobre determinadas deliberações dos accionistas.</li> </ul>
--	--	---

D.3	<b>Principais riscos específicos dos valores mobiliários</b>	<p>Há outros riscos que se destacam no Prospecto susceptíveis de afectar de forma negativa o preço de mercado dos valores mobiliários a emitir no âmbito das Ofertas e, em resultado, os investidores poderão perder parte ou a totalidade do seu investimento. Estes riscos incluem, mas não se limitam, ao seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A representação do capital social de sociedades por acções sem valor nominal, como é o caso do Banif, poderá suscitar questões e problemas interpretativos;</li> <li>• A participação dos actuais accionistas poderá ser diluída se os mesmos não participarem na OPS de Acções;</li> <li>• O Banif não pode garantir que o preço dos valores mobiliários a emitir no âmbito das Ofertas corresponda ao valor de mercado dos mesmos durante o período das Ofertas ou no momento da sua admissão à negociação;</li> <li>• A cotação das acções ordinárias do Banif pode descer;</li> <li>• Os direitos dos investidores enquanto accionistas serão regidos pelo direito português, sendo reconhecida a possibilidade de deliberações dos órgãos sociais (tais como as deliberações do Conselho de Administração respeitantes à OPS de Acções) serem declaradas nulas ou anuladas quando se encontrem em violação dos estatutos da sociedade ou da lei aplicável;</li> <li>• Os direitos dos investidores enquanto accionistas serão regidos pelo direito português, podendo alguns aspectos diferir dos direitos usualmente reconhecidos a accionistas de sociedades regidas por direitos que não o português;</li> <li>• Os direitos dos accionistas minoritários poderão ver-se limitados no quadro da lei portuguesa;</li> <li>• Impedimentos de natureza legal ou regulamentar poderão restringir certos investimentos por parte dos destinatários das Ofertas;</li> <li>• O compromisso assumido pelo Banco Espírito Santo, S.A. de assegurar a colocação de até 2.500.000.000 Acções encontra-se sujeito a determinadas condições, designadamente, à de a liquidação financeira do aumento de capital ocorrer até 31 de Julho de 2013;</li> <li>• Os destinatários são responsáveis pela avaliação dos méritos das Ofertas;</li> <li>• A eficácia da OPS de Acções encontra-se condicionada à realização da OPS de Obrigações;</li> <li>• A subscrição de Acções no âmbito da OPS de Acções não garante que o subscritor consiga subscrever um montante mínimo de Obrigações no âmbito da OPS de Obrigações;</li> <li>• Após decorrido o período da OPS de Acções, e uma vez efectuada a correspondente liquidação financeira, só será possível alienar Acções subscritas nesta Oferta após as mesmas estarem registadas em conta de valores mobiliários junto de intermediário financeiro legalmente habilitado e admitidas à negociação, o que se prevê que venha a acontecer apenas aquando da liquidação financeira da OPS de Obrigações;</li> <li>• Os destinatários das Ofertas estão sujeitos a diversas restrições;</li> <li>• O Banco não poderá distribuir dividendos enquanto existirem acções especiais, o que se prevê que ocorra até 25 de Janeiro de 2018;</li> <li>• As Obrigações objecto da OPS de Obrigações apresentam riscos específicos inerentes a este tipo de valor mobiliário, nomeadamente, os custos associados à existência da carteira de títulos.</li> </ul>
-----	--	--

		As Ofertas não foram objecto de notação de risco por qualquer sociedade de prestação de serviços de notação de risco ( <i>rating</i> ) registada na CMVM.
--	--	---

## Secção E – Ofertas

<b>E.1</b>	<b>Receitas líquidas totais e estimativa das despesas totais das Ofertas</b>	<p>Assumindo a integral subscrição da OPS de Acções, no montante máximo de €100.000.000, e da OPS de Obrigações, no montante máximo de €225.000.000, prevê-se que, deduzidas todas as despesas associadas, o montante líquido das receitas resultantes das Ofertas seja de aproximadamente €319,683 milhões.</p> <p>As despesas totais com as Ofertas consistem num conjunto de honorários, comissões e outras despesas relacionadas com a organização e execução das Ofertas, num montante máximo de €5,316 milhões.</p>
<b>E.2 a)</b>	<b>Motivos das Ofertas, afectação das receitas, e montante líquido estimado das receitas</b>	<p>A OPS de Acções visa (i) cumprir com os novos requisitos a nível de capital regulatório aplicáveis ao sector financeiro, (ii) diluir a participação detida pelo Estado Português, equilibrando a estrutura accionista entre o Estado e os investidores particulares, e (iii) reforçar a base de capital do Banif, por forma a melhor enfrentar os desafios relacionados com a incerteza na evolução das condições macroeconómicas. No seu conjunto, os montantes do encaixe das Ofertas serão utilizados para proceder ao reembolso parcial dos CoCos.</p> <p>O montante líquido das receitas resultantes das Ofertas apenas será apurável depois do encerramento da subscrição, prevendo-se que, deduzidas todas as despesas associadas, o mesmo seja de aproximadamente €319,683 milhões.</p>
<b>E.2 b)</b>	<b>Motivos das Ofertas e afectação das receitas, quando diferentes da obtenção de lucros e/ou da cobertura de determinados riscos</b>	<p>Com a OPS de Obrigações, o Emitente visa diversificar as suas fontes de financiamento e incrementar o nível de relacionamento comercial com os seus accionistas, disponibilizando a estes investidores a possibilidade de investir num valor mobiliário com uma remuneração fixa, razão pela qual a OPS de Obrigações lhes é exclusivamente destinada. No seu conjunto, os montantes do encaixe das Ofertas serão utilizados para proceder ao reembolso parcial dos CoCos.</p>
<b>E.3</b>	<b>Termos e condições das Ofertas</b>	<p>No âmbito da autorização conferida pela Assembleia Geral de 25 de Junho de 2013, e após obtenção de parecer favorável por parte do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, em reunião havida em 27 de Junho de 2013, deliberou proceder ao aumento de capital no montante de até €100 milhões mediante a emissão de até 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário. O aumento deliberado destina-se a ser realizado em dinheiro através da Oferta Pública de Subscrição de Acções no montante acima referido.</p> <p>O aumento é realizado sem direito de preferência na subscrição por parte dos actuais accionistas do Banif, uma vez que, na mesma Assembleia Geral, foi deliberada a supressão do referido direito de preferência.</p> <p>Após a conclusão da OPS de Acções, e caso se verifique a subscrição completa do presente aumento de capital no âmbito desta oferta, o capital social do Banif ascenderá a</p>

		<p>€1.470.000.000.</p> <p>Nos termos da deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração de 27 de Junho de 2013, o aumento de capital está sujeito ao regime da subscrição incompleta previsto no artigo 457.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, se por qualquer eventualidade nem todas as Acções vierem a ser subscritas, o aumento de capital ficará limitado às subscrições recolhidas.</p> <p>Na mesma reunião do Conselho de Administração do Banco de 27 de Junho de 2013 foi igualmente deliberado proceder, subsequentemente ao aumento de capital, à emissão de até 225.000.000 Obrigações destinadas a subscrição pública no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, sendo tal subscrição reservada aos “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, podendo os accionistas subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, e podendo os detentores dos VMOCs subscrever até 3 Obrigações por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor.</p> <p>O montante máximo de Obrigações destinado a subscrição no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações é de €225.000.000, correspondente a 225.000.000 Obrigações.</p> <p>As presentes Ofertas Públicas de Subscrição encontram-se ainda sujeitas à possibilidade de ocorrência de qualquer das vicissitudes referidas nos artigos 128.º e seguintes do Cód.VM. As Ofertas serão reguladas pela lei portuguesa.</p> <p><b>Períodos e processo de subscrição</b></p> <p>No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções, o público em geral poderá apresentar ordens para subscrição das 10.000.000.000 Acções objecto de oferta.</p> <p>O Período de Subscrição das Acções decorre entre as 08:30 horas do dia 8 de Julho de 2013 e as 15:00 horas do dia 19 de Julho de 2013, inclusive.</p> <p>O Período de Subscrição das Obrigações decorre entre as 08:30 horas do dia 24 de Julho de 2013 e as 15:00 horas do dia 26 de Julho de 2013, inclusive.</p> <p>No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, os “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, que revistam tal qualidade na data da liquidação financeira do aumento de capital realizado através da OPS de Acções (a qual se prevê que venha a ocorrer em 23 de Julho de 2013) poderão apresentar ordens para subscrição de até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, e os detentores dos VMOCs poderão apresentar ordens para subscrição de até 3 Obrigações por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor.</p> <p>A OPS de Acções encontra-se dependente da realização da OPS de Obrigações, pelo que, caso a OPS de Obrigações não se possa concretizar, a OPS de Acções ficará sem efeito, havendo lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos montantes pagos a título de realização das Acções (sem que, porém, sejam restituídos os valores dos custos e</p>
--	--	---

		<p>despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros).</p> <p>As datas mais relevantes para efeitos das Ofertas são as seguintes:</p> <p>Início do Período de Subscrição das Acções..... 8 de Julho de 2013</p> <p>Último dia em que as ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções podem ser revogadas..... 12 de Julho de 2013</p> <p>Fim do período da OPS de Acções ..... 19 de Julho de 2013, às 15:00 horas</p> <p>Data prevista para o apuramento dos resultados da OPS de Acções <sup>(1)</sup> ..... 22 de Julho de 2013</p> <p>Data da liquidação financeira das Acções <sup>(2)</sup> ..... 23 de Julho de 2013</p> <p>Data prevista para a inscrição dos saldos resultantes da subscrição de Acções (inscritos sob a forma de cautelas) nas contas dos titulares junto da Central de Valores Mobiliários ..... 23 de Julho de 2013</p> <p>Início do Período de Subscrição das Obrigações..... 24 de Julho de 2013</p> <p>Fim do período da OPS de Obrigações e último dia em que as ordens de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações podem ser revogadas ..... 26 de Julho de 2013</p> <p>Data prevista para o apuramento dos resultados da OPS de Obrigações <sup>(3)</sup> ..... 29 de Julho de 2013</p> <p>Data prevista para a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado referente à divulgação de resultados da OPS de Acções e da OPS de Obrigações <sup>(4)</sup> ..... 29 de Julho de 2013</p> <p>Data da liquidação financeira e emissão das Obrigações ..... 30 de Julho de 2013</p> <p>Data prevista para o registo comercial, para a emissão e entrega das Acções <sup>(5)</sup>..... 30 de Julho de 2013, ou em data próxima</p> <p>Data prevista para o início da negociação no Euronext Lisbon das Acções e das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 <sup>(5)</sup>..... 31 de Julho de 2013, ou em data próxima</p> <p>Data prevista para o início da negociação no Euronext Lisbon das Obrigações ..... 31 de Julho de 2013, ou em data próxima</p> <p>Notas:</p> <p>(1) Os resultados da OPS de Acções serão apurados pela Euronext.</p> <p>(2) Prevê-se que nesta data tenha lugar o crédito das cautelas nas contas dos titulares junto da Central de Valores Mobiliário, tendo sido solicitado um código ISIN específico para as mesmas (PTBAF9AM0029). Após obtenção do registo comercial do aumento de capital realizado através da OPS de Acções, as cautelas nas contas dos seus titulares junto da Central de Valores Mobiliários serão automaticamente convertidas em títulos definitivos, assumindo no entanto o mesmo código ISIN <i>supra</i> referido.</p> <p>(3) Os resultados da OPS de Obrigações serão apurados pela Euronext.</p> <p>(4) Foi requerida à Euronext a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado referente à divulgação de resultados da OPS de Acções e da OPS de Obrigações.</p> <p>(5) A verificação destes eventos nas datas que indicativamente se referem encontra-se dependente do prévio registo do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial, prevendo-se que o mesmo seja obtido no dia 30 de Julho de 2013. O Banif não pode, todavia, garantir a obtenção do registo nesta data. Após admissão à negociação dos títulos definitivos (Acções) no mercado regulamentado Euronext Lisbon, as Acções deixarão de assumir o código ISIN <i>supra</i> para passar a assumir o código ISIN das actuais acções ordinárias do Banif (PTBAF0AM0002).</p> <p>As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções e da OPS de Obrigações poderão ser apresentadas em qualquer balcão do Banif, bem como junto de outros intermediários financeiros legalmente habilitados a prestar o serviço de registo de valores mobiliários escriturais. Os clientes do Banif que tenham aderido ao serviço de banca electrónica, designado por Banif@st, poderão ainda apresentar as ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções através do Banif@st, acessível através do <i>site</i> do Banif (<a href="http://www.banif.pt">www.banif.pt</a>).</p>
--	--	---

		<p>Para a OPS de Obrigações, apenas os clientes do Banif que tenham a totalidade das suas acções e/ou VMOCs depositados junto do Banif e que tenham aderido ao serviço de banca electrónica, designado por Banif@st, poderão apresentar as suas ordens de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações através do Banif@st, acessível através do site do Banif (<a href="http://www.banif.pt">www.banif.pt</a>).</p> <p>As ordens de subscrição de Obrigações estão sujeitas à verificação da qualidade de “Accionista do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, e bem assim do número de Obrigações a que tal investidor tem direito a subscrever por aplicação do factor estabelecido (até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social ou por cada 100 VMOCs detidos).</p> <p>A prova da qualidade de “Accionista do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, para efeitos de alocação preferencial no âmbito da OPS de Obrigações na data da liquidação financeira da OPS de Acções (a qual se prevê que ocorra no dia 23 de Julho de 2013), faz-se através da apresentação, ao intermediário financeiro junto de quem foram apresentadas as ordens de subscrição, de certificado emitido pelo respectivo intermediário financeiro de acordo com o artigo 78.º do Código dos Valores Mobiliários, excepto se a ordem for transmitida junto do(s) intermediário(s) financeiro(s) onde o accionista do Banif tenha as suas acções ordinárias do Banif e/ou VMOCs depositados na data de referência e/ou junto do(s) qual(ais) tenha apresentado a sua ordem de subscrição e procedido à correspondente liquidação no âmbito da OPS de Acções, consoante o caso, situação em que caberá ao(s) próprio(s) intermediário(s) financeiro(s) verificar a veracidade da informação prestada pelo investidor.</p> <p>O subscritor de Acções apenas poderá transmitir uma só ordem de subscrição de Acções.</p> <p>As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções e da OPS de Obrigações devem ser dadas em quantidades de Acções e em quantidades de Obrigações.</p> <p>As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções podem ser revogadas até cinco dias antes de findar o período desta OPS por comunicação ao intermediário financeiro que a recebeu, ou seja, as ordens são revogáveis até ao dia 12 de Julho de 2013, inclusive, data a partir da qual são irrevogáveis.</p> <p>As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações serão revogáveis até ao termo da OPS de Obrigações, ou seja, até ao dia 26 de Julho de 2013.</p> <p>A OPS de Acções encontra-se dependente da realização da OPS de Obrigações, pelo que, caso a OPS de Obrigações não se possa concretizar, a OPS de Acções ficará sem efeito, havendo lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos montantes pagos a título de realização das Acções (sem que, porém, sejam restituídos os valores dos custos e despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros). Adicionalmente, nos termos do n.º 4 do artigo 142.º do Cód.VM, em caso de publicação de uma adenda ao presente Prospecto, as ordens de subscrição em ambas as Ofertas Públicas de Subscrição serão revogáveis em prazo não inferior a dois dias úteis após a divulgação da adenda (nos termos que vierem a constar da adenda).</p> <p>Durante o período de subscrição da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, os intermediários financeiros transmitirão diariamente à Euronext, via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas, no período entre as 8:00 horas e as 19:00 horas, as ordens de subscrição recolhidas para a OPS de Acções e para a OPS de Obrigações, bem como as anulações e/ou alterações das ordens de subscrição recolhidas</p>
--	--	---

		<p>no âmbito das Ofertas, à excepção do último dia do período de subscrição quer da OPS de Acções quer da OPS de Obrigações, no qual o período para transmissão de ordens via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas será entre as 8:00 horas e as 16:30 horas. A confirmação das ordens transmitidas é disponibilizada pela Euronext, pelo mesmo sistema, imediatamente após a transmissão desta informação pelos intermediários financeiros.</p> <p>Os intermediários financeiros deverão igualmente enviar ao Banif, desde o primeiro dia de transmissão de ordens no âmbito de cada uma das Ofertas, o resultado diário das ordens de subscrição, bem como as revogações e/ou alterações das ordens de subscrição, por eles recebidas durante os períodos de subscrição, respectivos, assim como as revogações de subscrição de Acções recolhidas após o termo da OPS de Acções e até ao último dia do período de subscrição da OPS de Obrigações.</p> <p>Os resultados da OPS de Acções e da OPS de Obrigações serão apurados pela Euronext.</p> <p><b>Método, prazos de pagamento e entrega das Acções e Obrigações objecto das Ofertas Públicas de Subscrição</b></p> <p>O pagamento do preço de subscrição das Acções e das Obrigações no âmbito, respectivamente, da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, será efectuado em numerário e integralmente no acto de subscrição.</p> <p>O subscritor suportará ainda os encargos eventualmente cobrados pelo intermediário financeiro junto do qual transmita a sua ordem de subscrição.</p> <p>A comissão de realização de operações em sessão especial de bolsa que incidirá sobre o valor de emissão das Acções e das Obrigações objecto das Ofertas será suportada pelo Emitente e Oferente, tanto na parte compradora como na parte vendedora.</p> <p>As Acções objecto da OPS serão fungíveis com as acções ordinárias do Banif actualmente existentes e admitidas à negociação, salvo na eventualidade de ser proposta acção de anulação ou de declaração de nulidade da deliberação de aumento de capital, caso em que as Acções constituirão uma categoria autónoma até que ocorra o trânsito em julgado da decisão judicial da mencionada acção de anulação ou de declaração de nulidade. As Acções conferirão os mesmos direitos que os atribuídos às acções ordinárias do Banif existentes antes do aumento de capital.</p> <p>As Obrigações serão creditadas na data da liquidação física da OPS de Obrigações nas contas de valores mobiliários escriturais indicadas pelos accionistas aquando da apresentação da ordem de subscrição.</p> <p><b>Critérios de rateio</b></p> <p>No âmbito da OPS de Acções, e caso o total de Acções solicitadas for superior ao número máximo de Acções disponíveis, proceder-se-á a rateio das mesmas, pelo que as Acções serão atribuídas aos subscritores proporcionalmente ao número de Acções que tenham sido solicitadas na respectiva ordem de subscrição. As Acções que não tenham sido assim atribuídas serão sorteadas, por uma só vez, para subscrição por entre os investidores que não tenham visto integralmente satisfeitos os seus pedidos de subscrição adicional.</p> <p>O Banco Espírito Santo, S.A. assumiu ainda o compromisso de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000, correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções. Este compromisso</p>
--	--	---

		<p>encontra-se sujeito a determinadas condições, designadamente, à de a liquidação financeira do aumento de capital ocorrer até 31 de Julho de 2013.</p> <p>No âmbito da OPS de Obrigações, as Obrigações serão alocadas da maneira que de seguida se descreve.</p> <p>A OPS de Obrigações é reservada aos “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, podendo subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, ou por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor, sendo a alocação das Obrigações efectuada do seguinte modo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Os accionistas do Banif que tenham subscrito Acções no âmbito da OPS de Acções terão prioridade na subscrição das Obrigações face aos demais accionistas e detentores de VMOCs que tenham apresentado pedidos de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações, pela ordem em que os pedidos de subscrição de Acções tiverem sido transmitidos no âmbito da OPS de Acções, e pela totalidade e quantidade subscrita, considerando, para o factor de conversão, a totalidade de acções detidas, e não só as Acções subscritas no âmbito da OPS de Acções (considerando-se para esse efeito a respectiva data e hora em que as ordens de subscrição de Acções deram entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext, sendo dada preferência às primeiras ordens de subscrição de Acções que tenham entrado). Caso a procura não exceda o número de Obrigações disponíveis, as restantes Obrigações disponíveis serão atribuídas para satisfazer aos pedidos de subscrição apresentados na OPS de Obrigações pelos accionistas e detentores dos VMOCs que não tenham subscrito as Acções no âmbito da OPS de Acções (incluindo os accionistas que subscreveram o aumento de capital realizado no dia 26 de Junho de 2013);</li> <li>Os pedidos de subscrição apresentados na OPS de Obrigações pelos accionistas e detentores dos VMOCs que não tenham subscrito as Acções no âmbito da OPS de Acções (incluindo os accionistas que subscreveram o aumento de capital realizado no dia 26 de Junho de 2013) apenas serão satisfeitos após a satisfação dos pedidos de subscrição referidos na alínea anterior, pela ordem em que os pedidos de subscrição de Obrigações tiverem sido transmitidos no âmbito da OPS de Obrigações (considerando-se para esse efeito a respectiva data e hora em que as ordens de subscrição de Obrigações deram entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext, sendo dada preferência às primeiras ordens de subscrição de Obrigações que tenham entrado).</li> </ol> <p>Caso a procura de Obrigações não exceda o número de Obrigações disponíveis, não haverá lugar a rateio, sendo a OPS de Obrigações eficaz relativamente a todas as Obrigações objecto de ordens de subscrição validamente emitidas.</p> <p>Se o total de Obrigações solicitadas for superior ao número máximo de Obrigações disponíveis, ficará a última ordem de subscrição de Obrigações a ser servida, reduzida a esta quantidade de Obrigações (considerando-se para esse efeito a respectiva data e hora em que essa ordem de subscrição de Obrigações der entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext). Apenas nesta eventualidade, e em caso de igualdade de circunstâncias entre ordens de subscrição de Obrigações, nomeadamente na circunstância</p>
--	--	---



		<p>de ordens de subscrição terem dado entrada na mesma data e na mesma hora no sistema de centralização de ordens da Euronext, deverá ser atribuído um número de Obrigações proporcional à quantidade solicitada na respectiva ordem de subscrição de Obrigações.</p> <p>Caso sejam transmitidas pelo mesmo subscritor de Obrigações várias ordens de subscrição, apenas será considerada válida a ordem de subscrição que tiver sido apresentada em primeiro lugar, considerando-se neste caso, a respectiva data e hora em que a ordem de subscrição tiver dado entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext, sendo que em igualdade de circunstâncias entre ordens de subscrição de Obrigações, a ordem de subscrição de maior quantidade de Obrigações terá prevalência sobre as outras ordens de subscrição.</p> <p><b>Contrato de Colocação</b></p> <p>A colocação das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas será efectuada pelo Banif Investimento. Nos termos do Contrato de Colocação celebrado em 26 de Junho de 2013, o Banif Investimento comprometeu-se, perante o Banif, a envidar os melhores esforços com vista à colocação das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas (sem garantia de colocação ou tomada firme).</p> <p><b>Redução das subscrições e modo de reembolso de montantes pagos em excesso pelos subscritores</b></p> <p>Caso não seja possível atribuir a um investidor todas as Acções ou Obrigações por ele solicitadas, o montante que este haja provisionado para efeitos de realização das Acções ou Obrigações que não pode subscrever ficará disponível junto do intermediário financeiro a quem haja sido entregue a respectiva ordem de subscrição imediatamente após o recebimento por este dos resultados da OPS de Acções ou da OPS de Obrigações, consoante o caso.</p> <p><b>Montante mínimo e/ou máximo das subscrições</b></p> <p>No âmbito da OPS de Acções, o mínimo de subscrição é 1 Acção e o máximo de subscrição será o montante máximo da OPS de Acções, ou seja, 10.000.000.000 de Acções.</p> <p>No que respeita à OPS de Obrigações, o mínimo de subscrição é 1 Obrigação e o máximo de subscrição será de 30.000.000 Obrigações, correspondente a €30.000.000, com respeito pelo critério de subscrição definido de até 3 Obrigações por cada 100 Acções detidas e com respeito pela quantidade de Obrigações oferecida à subscrição na OPS de Obrigações.</p> <p>A satisfação dos pedidos de subscrição será efectuada de acordo com os critérios <i>supra</i> descritos.</p> <p>O Banif não foi informado da intenção de subscrição de Acções por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.</p> <p><b>Preço de subscrição das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas Públicas de Subscrição</b></p> <p>O preço de subscrição das Acções a emitir no âmbito do aumento de capital é de €0,01 por acção, que corresponde ao seu valor de emissão.</p> <p>O preço de subscrição das Obrigações a subscrever no âmbito da OPS de Obrigações é de</p>
--	--	--

		<p>€1,00 por Obrigação, que corresponde ao seu valor nominal.</p> <p>O pagamento relativamente às Acções e às Obrigações a emitir no âmbito da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, respectivamente será efectuado em numerário, em Euros, e integralmente no acto de subscrição.</p> <p>O preço de subscrição das Acções corresponde ao preço de subscrição que foi definido para a subscrição de acções especiais pelo Estado Português, no âmbito da primeira fase do Plano de Recapitalização do Banif, o qual foi determinado por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos no artigo 4.º da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio (alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), que regulamenta a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sobre as medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito.</p> <p>Não foram efectuadas nos últimos 12 meses quaisquer aquisições de acções do Banif pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os quadros superiores ou entidades associadas.</p>
E.4	<b>Interesses significativos para as Ofertas e situações de conflito de interesses</b>	<p>Tanto quanto é do conhecimento do Banif, não existem conflitos de interesse potenciais entre as obrigações de qualquer uma das pessoas que integram os órgãos de administração e de fiscalização para com o Banif ou para com outra sociedade do Banif – Grupo Financeiro e os seus interesses privados ou outras obrigações.</p> <p>O Banif Investimento, enquanto intermediário financeiro responsável pela prestação de serviços necessários à assistência às Ofertas e à admissão à negociação das Acções, das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 e das Obrigações no mercado regulamentado Euronext Lisbon, tem um interesse financeiro nas Ofertas e na admissão à negociação, considerando que será remunerado pela prestação dos referidos serviços, através do pagamento de uma comissão de 200.000 Euros.</p> <p>O responsável pela colocação das Acções e das Obrigações objecto das Ofertas possui um interesse directo de natureza financeira nas Ofertas, na medida em que irá receber do Emitente, a título de remuneração pelos serviços prestados, uma comissão de colocação de 1,00%. A referida comissão será calculada sobre o montante das Acções e das Obrigações efectivamente colocadas.</p> <p>O Banco Espírito Santo, S.A. tem um interesse financeiro na OPS de Acções, considerando que será remunerado, através do pagamento de uma comissão no montante de €750.000, pelo seu compromisso de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000, correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções. Esta comissão será devida apenas se a OPS de Acções for realizada.</p>
E.5	<b>Nome da pessoa ou entidade que propõe a venda dos valores mobiliários. Acordos de bloqueio (lock-up)</b>	<p>Não aplicável.</p> <p>Não existem acordos de bloqueio (<i>lock-up</i>) dos valores mobiliários a emitir no âmbito das Ofertas.</p>

E.6	Montante e percentagem da diluição imediata resultante das Ofertas	<p>Em caso de subscrição completa da OPS de Acções, e caso não subscriam Acções a emitir no âmbito da OPS de Acções na proporção das acções por si detidas actualmente, os accionistas poderão sofrer uma diluição da sua participação no capital social do Banif, já que outros investidores poderão subcrever Acções, e uma parte das Acções que não seja subscrita no âmbito da OPS de Acções poderá vir a ser subscrita no âmbito do compromisso de colocação assumido pelo BES no âmbito da OPS de Acções.</p> <p>Os accionistas poderão assim ver a sua participação diluída, de tal modo que um accionista que fosse detentor de uma participação de 1% do capital social antes da OPS de Acções verá a sua participação diluída para aproximadamente 0,890% do capital social, na sequência da emissão de 10.000.000.000 Acções (diluição de 11,04%).</p> <p>Assumindo um cenário de subscrição completa da OPS de Acções e o accionamento do compromisso de colocação assumido pelo BES no seu montante máximo, traduzido num total de 2.500.000.000 Acções, o BES deteria 2,760% do capital social do Banif, correspondente a 3,841% dos direitos de voto.</p> <table><tr><th></th><th colspan="2">A 01.07.2013 (a última data viável antes da data deste Prospecto)</th><th colspan="2">Imediatamente após a conclusão da Oferta</th></tr><tr><td>Número de acções existentes imediatamente antes da OPS de Acções .....</td><td>80.570.000.000</td><td>100%</td><td>80.570.000.000</td><td>88,96%</td></tr><tr><td>Número de acções emitidas no âmbito da OPS de Acções (assumindo a subscrição completa da mesma).....</td><td>—</td><td>—</td><td>10.000.000.000</td><td>11,04%</td></tr><tr><td>Total.....</td><td><u>80.570.000.000</u></td><td><u>100%</u></td><td><u>90.570.000.000</u></td><td><u>100%</u></td></tr></table>		A 01.07.2013 (a última data viável antes da data deste Prospecto)		Imediatamente após a conclusão da Oferta		Número de acções existentes imediatamente antes da OPS de Acções .....	80.570.000.000	100%	80.570.000.000	88,96%	Número de acções emitidas no âmbito da OPS de Acções (assumindo a subscrição completa da mesma).....	—	—	10.000.000.000	11,04%	Total.....	<u>80.570.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>90.570.000.000</u>	<u>100%</u>
	A 01.07.2013 (a última data viável antes da data deste Prospecto)		Imediatamente após a conclusão da Oferta																			
Número de acções existentes imediatamente antes da OPS de Acções .....	80.570.000.000	100%	80.570.000.000	88,96%																		
Número de acções emitidas no âmbito da OPS de Acções (assumindo a subscrição completa da mesma).....	—	—	10.000.000.000	11,04%																		
Total.....	<u>80.570.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>90.570.000.000</u>	<u>100%</u>																		
E.7	Despesas estimadas cobradas ao investidor pelo Emitente e Oferente	<p>O Banco, enquanto emitente e oferente, não cobrará quaisquer despesas aos investidores. Contudo, sobre o preço de subscrição das Acções e das Obrigações poderão recair comissões ou outros encargos a pagar pelos subscritores aos intermediários financeiros (incluindo, nesta qualidade, o Banco), os quais constam dos preçários destes disponíveis no sítio na internet da CMVM, em <a href="http://www.cmvm.pt">www.cmvm.pt</a>, devendo os mesmos ser indicados pela instituição financeira receptora das ordens de subscrição.</p>																				

## 2 FACTORES DE RISCO

*Os potenciais investidores deverão ponderar cuidadosamente os factores de risco adiante descritos e demais informação contida neste Prospecto previamente à tomada de qualquer decisão relativamente à Ofertas. Qualquer dos riscos que se destacam no Prospecto poderá ter um efeito substancial e negativo na actividade, resultados operacionais, situação financeira, perspectivas futuras do Banif ou do Grupo ou na capacidade para atingir os seus objectivos. Adicionalmente, qualquer dos riscos que se destacam no Prospecto poderá afectar de forma negativa o futuro preço de mercado dos valores mobiliários a emitir no âmbito da Ofertas e, em resultado, os destinatários da Ofertas poderão perder parte ou a totalidade do seu investimento.*

*Os potenciais investidores deverão estar cientes de que os riscos descritos no Prospecto não são os únicos a que o Banif ou o Banif – Grupo Financeiro estão sujeitos. O Banif apenas descreve aqueles riscos e incertezas relativos à actividade, resultados operacionais, situação financeira ou perspectivas futuras do Banif e do Banif – Grupo Financeiro que considera serem mais significativos e de que actualmente tem conhecimento. Poderão existir riscos e incertezas adicionais que o Banif actualmente considere como não significativos ou de que não tenha conhecimento, podendo qualquer desses riscos ter um efeito substancial e negativo sobre a actividade, resultados operacionais, situação financeira, perspectivas futuras do Banif ou do Banif – Grupo Financeiro ou capacidade deste para atingir os seus objectivos. A ordem pela qual os seguintes riscos são apresentados não constitui qualquer indicação relativamente à possibilidade da sua ocorrência.*

### 2.1 Quanto ao Emitente e à sua actividade

#### **Riscos relacionados com a actual situação macroeconómica**

***As pressões recessivas, em Portugal, continuam a ter um efeito negativo significativo na actividade, resultados operacionais e situação financeira do Grupo***

Como grupo que exerce principalmente a sua actividade em Portugal, o desempenho do Grupo é influenciado pela actividade desenvolvida no país, de natureza cíclica que, por seu turno, é afectada pelos acontecimentos económicos e políticos nacionais e internacionais. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, 87,9% do activo líquido do Grupo estava afecto às suas actividades em Portugal (em 31 de Dezembro de 2011 e relativamente ao exercício findo nessa data: 85,7%). A 31 de Março de 2013, 89% do activo líquido do Grupo estava afecto às suas actividades em Portugal. Consequentemente, a actividade do Grupo está particularmente dependente das condições macroeconómicas e de outros factores que condicionam o crescimento do mercado nacional, assim como do risco de crédito dos seus clientes bancários particulares e empresariais nacionais.

O produto interno bruto (“**PIB**”) português estagnou em 2008 (+0%), contraiu 2,9% em 2009, voltou a crescer em 2010 (1,9%), tendo contraído novamente em 2011 (-1,7%) e 2012 (-3,2%). Os dados trimestrais mais recentes mostram que o crescimento registou uma diminuição homóloga de 4,0% em volume no primeiro trimestre de 2013 (face a uma variação de -3,8% no trimestre anterior). Em 2012, o défice público representava 6,4% do PIB português, e a dívida pública correspondia a 123,6% do PIB. Em 31 de Março de 2013, o défice público representava 10,6% do PIB português. A taxa de desemprego cresceu de 14% em 2011 para 16,9% no final de 2012 e situou-se em 17,7% no final do primeiro trimestre de 2013. Permanecem fracas as perspectivas da economia portuguesa a curto e a médio prazo.

Na sequência da crise financeira que se iniciou em 2007, a crise tanto de confiança como de liquidez no mercado financeiro conduziu a uma queda dos níveis de investimento e de produção. A economia portuguesa foi afectada negativamente pela crise, tendo o Governo português solicitado, em Abril de 2011, ajuda financeira aos Estados-Membros da União Europeia (“UE”), através do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, e ao Fundo Monetário Internacional (“FMI”), de que resultou um plano de estabilização (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro ou “PAEF”) aprovado, em Maio de 2011, pelo FMI, pelo Banco Central Europeu (“BCE”) e pela UE (a “Troika”). O PAEF foi concebido para proporcionar uma ajuda financeira a Portugal, no valor de 78 mil milhões de euros ao longo de um período de três anos, na forma de um pacote de financiamento cooperativo do FMI e da UE, sendo 26 mil milhões de euros, ao longo de um período de três anos, um empréstimo do FMI nos termos da *Extended Fund Facility* e os remanescentes 52 mil milhões de euros financiados pela União Europeia a uma taxa de juro que se espera ser entre 3,5% e 4,0%. Já foram disponibilizadas a Portugal sete tranches destes financiamentos (de um total de treze), no montante global de 65,9 mil milhões de euros entre Junho de 2011 e Maio de 2013, sendo que a disponibilização do financiamento total está dependente da implementação, por Portugal, de um conjunto de medidas de natureza orçamental e estrutural, cuja prossecução é controlada trimestralmente pela UE e pelo FMI durante todo o prazo do PAEF.

O PAEF visa a redução do rácio de dívida pública sobre o PIB a partir de 2013 e a manutenção da consolidação orçamental de modo a atingir um equilíbrio orçamental a médio prazo. Nos termos do PAEF, o Governo português comprometeu-se a implementar um conjunto de medidas de redução de despesa e aumento de receitas, que, com base em determinados pressupostos, tinham como objectivo conduzir o défice público para um valor de cerca de 3,0% do PIB em 2013. Este objectivo de redução do défice já foi atenuado pela Troika, por duas vezes, fixando-se agora em 5,5% do PIB em 2013. Em 6 de Abril de 2013, o Tribunal Constitucional português determinou que algumas das medidas estruturais do Governo para implementação do PAEF, nomeadamente, cortes nas pensões e nos salários do sector público e, bem assim, cortes nos subsídios de doença e de desemprego, são inconstitucionais. De acordo com “Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017”, publicado pelo Ministro das Finanças, a decisão do Tribunal Constitucional terá como consequência a perda, para o Estado português, de cerca de 1,3 mil milhões de euros de consolidação orçamental, podendo levar ao aumento do défice orçamental para cerca de 6,4% do PIB em 2013, sem quaisquer medidas compensatórias com impacto orçamental. Assim, o Governo está a ponderar outros cortes em despesas de saúde, educação e segurança social, por forma a continuar a implementação do PAEF, podendo daí resultar grandes perdas de emprego no sector público e o encerramento de serviços públicos. O mais recente exame regular da Troika ocorreu em Junho de 2013. Caso as metas de redução do défice público fixadas pela Troika não sejam cumpridas, o Estado Português pode ver-se impossibilitado de obter financiamento adicional nos termos do empréstimo da UE.

As perspectivas da economia portuguesa estão condicionadas pela implementação do PAEF. A necessidade de reduzir o défice público para 5,5% do PIB em 2013 requer a adopção de uma política orçamental muito restritiva, com impactos negativos na actividade económica no curto prazo. Ao mesmo tempo, o sector privado – empresas, sector financeiro e famílias – continuam o processo de desalavancagem. Neste contexto, é expectável, de acordo com o documento de Estratégia Orçamental 2013-17 publicado pelo Ministério das Finanças em Abril de 2013, que se verifique uma contracção do PIB de cerca de 2,3% em 2013, após ter contraído 3,2% em 2012.

O PAEF contém igualmente medidas estruturais e linhas de orientação no sentido de promover a competitividade de Portugal e melhorar as taxas de crescimento da economia a médio prazo, com o objectivo

de fazer face ao elevado endividamento nacional. Concretamente, o PAEF tem incluído, entre outras, medidas destinadas a:

- Consolidar as finanças públicas, em parte através do aumento da carga fiscal sobre os bens e serviços e também através da redução estrutural da despesa pública;
- Aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho;
- Colocar a Segurança Social em trajectória sustentável, com impacto na redução do nível de pensões em determinados grupos de funcionários públicos; e
- Melhorar a competitividade da economia nacional.

A implementação destas medidas depende do compromisso continuado por parte do Governo português. Eventuais alterações no Governo português ou das políticas governamentais, inclusivamente em resultado de outras intervenções na Europa, poderão ter impacto na execução temporal e no âmbito das reformas estruturais que Portugal tem de implementar por forma a cumprir as condições estabelecidas no PAEF. Adicionalmente, a implementação destas reformas estruturais poderá continuar a enfrentar resistências significativas por parte dos sindicatos e da opinião pública portuguesa, o que poderá criar pressões à capacidade do Governo português implementar tais medidas no futuro. Por outro lado, a situação política europeia (incluindo a realização de eleições nos Estados-Membros) poderá afectar a disponibilidade de financiamento para Portugal e para outras economias europeias.

É provável que a implementação das medidas constantes do PAEF tenha um efeito negativo na economia portuguesa, pelo menos no curto e médio prazo, dado o carácter recessivo das mesmas. Mesmo admitindo a correcta implementação do PAEF, não se pode assegurar que a economia portuguesa evolua para um estágio de crescimento suficiente no longo prazo para atenuar os constrangimentos financeiros do país. A continuação da deterioração das condições económicas globais, particularmente na Europa, tendo em vista os crescentes sinais de continuação da recessão na Zona Euro, assim como o perfil de crédito de outros países da UE, a qualidade creditícia dos bancos portugueses ou internacionais ou as alterações na Zona Euro podem vir a causar preocupação quanto à capacidade de Portugal fazer face às suas necessidades de financiamento. Caso o Estado Português não implemente as medidas necessárias constantes do PAEF ou proponha a renegociação dos respectivos termos, pode ter de procurar obter da Troika uma ajuda financeira adicional, o que pode não ser bem acolhido e, de qualquer modo, pode afectar negativamente o regresso de Portugal aos mercados obrigacionistas, provocar incerteza política, agravar ainda mais a difícil situação económica de Portugal e prolongar a recessão, tendo um efeito negativo substancial na actividade, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas do Grupo.

Mesmo que o PAEF seja implementado na sua plenitude, as preocupações relativas às finanças públicas portuguesas e a contágios financeiros negativos de factores externos poderão continuar a afectar a liquidez e a rentabilidade das instituições financeiras nacionais, tendo como resultado, entre outros, a redução do valor de mercado da dívida pública nacional; liquidez reduzida no sistema bancário português e dependência do financiamento externo; aumento da concorrência na captação dos depósitos dos clientes e, consequentemente, do respectivo custo; limitação da concessão de crédito aos clientes; e deterioração da qualidade da carteira de crédito.

***A actividade e o desempenho do Grupo têm sido e podem continuar a ser negativamente afectados pela crise da dívida soberana europeia. De igual forma, a crise da dívida soberana europeia poderá afectar negativamente a performance futura do Grupo atendendo à exposição existente a este tipo de dívida na carteira própria do Grupo***

A persistência da crise bancária e financeira agravou os desequilíbrios orçamentais de vários países europeus, devido à necessidade de uma maior intervenção governamental no sentido de apoiar a actividade económica e estabilizar os sistemas financeiros. O aumento da dívida pública de determinados Estados-Membros da UE e o decréscimo da qualidade creditícia desses mesmos países limitaram ainda mais as suas capacidades de financiamento nos mercados de capitais internacionais, o que, por sua vez, afectou os países a diversos níveis, nomeadamente a cooperação entre Estados-Membros da UE, a reformulação dos mecanismos de supervisão, a harmonização de políticas orçamentais, a regulação do sistema financeiro, os mecanismos de apoio financeiro de emergência aos Estados-Membros e a adopção de mecanismos excepcionais no que respeita à política monetária. As importantes mudanças políticas e institucionais que estão a ocorrer na UE criaram substancial incerteza nos mercados financeiros, não tendo resolvido a crise da dívida soberana. Por outro lado, os processos eleitorais realizados em França, na primeira metade de 2012, e os que terão lugar na Alemanha, em 2013, podem ter como consequência alterações significativas na política actual. Assim, a incerteza política e regulamentar noutros Estados-Membros da UE é, em parte, responsável pela deterioração significativa da confiança e, consequentemente, do desempenho macroeconómico de Portugal. Tais condições foram agravadas pelos recentes acontecimentos ocorridos em Chipre. Para o Grupo, estas condições tiveram como consequência, entre outras, a redução das operações de crédito e o aumento dos custos de financiamento, assim como a deterioração da qualidade de crédito das carteira de empréstimos do Grupo, com o decorrente efeito negativo, que é provável que se mantenha, na situação financeira, resultados operacionais e perspectivas do Grupo.

No âmbito da carteira de investimento do Banif, procedeu-se ao desinvestimento dos activos que não fossem 0% *risk weighted assets*, para assim se obter uma melhor optimização do balanço. A partir de Janeiro de 2013, com a entrada do Estado Português no capital social do Banif, o Banco procedeu à compra de Obrigações do Tesouro português, que vieram completar a carteira já existente. O primeiro trimestre de 2013 acabou com uma exposição a dívida pública doméstica portuguesa de €1.200.000.000.

O Banif, pelo facto de não estar regulado pela *European Banking Authority* (“EBA”), para o cálculo do rácio de Core Tier I, utiliza a metodologia do Banco de Portugal, sendo os futuros impactos no Core Tier I, via reservas de avaliação do *mark-to-market* da dívida soberana, anulados pela aplicação de um filtro prudencial que anularia os possíveis efeitos negativos.

***A actividade e o desempenho do Grupo têm sido e podem continuar a ser negativamente afectados pelas condições dos mercados financeiros globais e pela solvabilidade das restantes instituições financeiras***

O desempenho do Grupo é influenciado, de forma geral, pelas condições do sistema financeiro global. Este tem-se deparado, desde Agosto de 2007, com condições difíceis e voláteis, que exercem uma pressão significativa na actividade principal de muitos bancos de investimento, bancos comerciais e companhias de seguros em todo o mundo. Como resposta à instabilidade e falta de liquidez no mercado, alguns países, incluindo alguns membros da UE e os Estados Unidos da América, intervieram, injectando liquidez e capital no sistema financeiro, com o objectivo de estabilizar os mercados financeiros e, em alguns casos, evitar a insolvência de entidades bancárias.

Por outro lado, desde o segundo semestre de 2010, a volatilidade dos mercados financeiros ficou a dever-se à perceptível fraqueza, em termos de crédito, de algumas entidades soberanas, assinalada pelas reduções das notações de crédito dos países periféricos – Grécia, Irlanda, Itália, Espanha e Portugal –, assim como pela perda de notações AAA pela França e pelo Reino Unido. Para além dos receios dos investidores, surgiram incertezas quanto ao impacto potencial da crise do risco soberano no sector financeiro europeu, que afectaram especialmente as economias da periferia da Zona Euro, incluindo Portugal, criando uma envolvente desfavorável para as actividades bancárias no país.

Acresce que inúmeros bancos em todo o mundo foram e, na Europa em particular, continuam a ser apoiados, em parte, por vários “planos de resgate” e a receber outros tipos de apoios dos governos dos respectivos países. Para o Grupo, a incerteza reside no facto de não se saber por quanto tempo mais será necessário apoio governamental, com vista a manter a solvência desses bancos, nem se os governos disporão de meios ou vontade política para continuar a apoiá-los. Os recentes acontecimentos em Chipre sugerem que o apoio político pode estar a desvanecer, mantendo-se a possibilidade de falências bancárias. A cessação ou a redução dos apoios governamentais pode ter como resultado o aumento de falências bancárias e uma crescente falta de confiança no sistema bancário global, com o consequente acréscimo dos desafios enfrentados pelo Grupo e demais instituições financeiras.

O actual contexto económico cria desafios ao Grupo, podendo afectar negativamente a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais, mediante um abrandamento geral da sua actividade, um aumento dos seus custos de financiamento, menores resultados nas operações de crédito, uma maior debilidade de crédito e um acréscimo de constrangimentos à liquidez.

#### **Riscos relacionados com a recapitalização e a reestruturação do Grupo**

***A participação do Banif no Plano de Recapitalização terá um impacto substancial no Grupo e pode ter um efeito negativo substancial na sua actividade, resultados operacionais e situação financeira, designadamente caso os prazos de realização da operação não sejam alterados e reescalados***

Face à persistência da crise financeira, a EBA publicou, em 8 de Dezembro de 2011, uma recomendação formal declarando que as entidades de supervisão nacionais deviam exigir aos bancos sujeitos a *stress tests* que reforçassem os seus níveis de capitalização, pela constituição de um *buffer* de capital excepcional e temporário contra as exposições a dívida soberana, por forma a reflectir os preços de mercado no final de Setembro de 2011. Por outro lado, exigia-se que os bancos constituíssem um *buffer* excepcional e temporário no referente aos seus rácios de capital Core Tier I, com metas específicas. O Banco de Portugal impôs às instituições financeiras portuguesas um rácio de capital Core Tier I mínimo de 10% a 31 de Dezembro de 2012.

O acesso ao investimento público por parte do Banco tem por objectivo o cumprimento do rácio de fundos próprios Core Tier I calculado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, conforme previsto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), e o plano de recapitalização apresentado pelo Banco (o “**Plano de Recapitalização**”) cumpre, entre outros, os requisitos de necessidade e proporcionalidade previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

O Plano de Recapitalização foi aprovado na Assembleia Geral de 16 de Janeiro de 2013 e provisoriamente aprovado pela Comissão Europeia (“CE”) em 21 de Janeiro de 2013, nos termos da decisão relativa ao processo SA.34662 (2013/N), sendo que o plano prevê diversos investimentos em duas fases consecutivas.



A primeira fase do Plano de Recapitalização envolveu o investimento público, subscrito pelo Estado Português em 25 de Janeiro de 2013, no montante de €1.100 milhões, compreendendo:

- i) A emissão de Instrumentos de Capital Core Tier I subscritos pelo Estado (instrumentos híbridos), que se qualificam como capital Core Tier I (os “CoCos”), no montante de €400 milhões; e
- ii) Um aumento do capital social do Banif, no montante de €700 milhões, realizado em numerário com supressão do direito de preferência dos accionistas, reservado à subscrição pelo Estado Português, através da emissão de 70 mil milhões de novas acções especiais (nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada)), das quais 44.511.019.900 acções com direito de voto sem restrições (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), representando 98,736% do capital social com direito de voto, e 25.488.980 acções com restrições ao direito de voto (de acordo com as limitações previstas no número 8 do artigo 4.º da Lei n.º 4/2012, de 11 de Janeiro), ao preço de emissão de €0,01 por acção. A titularidade do Estado Português conferiu-lhe uma participação económica de 99,19% no Grupo, controlando 98,736% dos direitos de voto.

A segunda fase do Plano de Recapitalização previa a realização de um aumento suplementar do capital social do Banif no montante de €450 milhões, até 30 de Junho de 2013. Em 26 de Junho de 2013, foi realizado um aumento de capital do Banco, no valor de €100 milhões, integralmente subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, o que reduziu o montante em causa para €350 milhões. A OPS de Acções integra-se também nesta segunda fase do Plano de Recapitalização, visando-se, através dela, um aumento de capital do Banco no valor de €100 milhões, reduzindo o montante ainda pendente de realização. Não obstante, tendo sido incumprido o prazo inicialmente acordado para o aumento global de €450 milhões, o Banif solicitou ao Estado Português a alteração e reescalonamento dos prazos de realização da operação. Caso tais prazos não venham a ser alterados e/ou reescalados, o Estado Português pode declarar ter-se verificado um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização. Em tal caso, serão atribuídos às acções especiais detidas pelo Estado Português, nomeadamente, os seguintes direitos: (i) o Estado poderá exercer todos os direitos de voto inerentes às acções especiais (como se estas fossem acções ordinárias normais); (ii) o Estado poderá nomear ou aumentar, na proporção dos direitos de voto exercidos ao abrigo da alínea anterior, o número dos seus representantes no órgão de administração, os quais poderão ter funções executivas, ou de supervisão (incluindo comissão de auditoria, se aplicável) do Banco; (iii) o Estado poderá livremente dispor, no todo ou em parte, da sua participação no capital do Banco, independentemente dos direitos legais de preferência referidos no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sem prejuízo do disposto nos artigos 102.º e seguintes do regime legal relevante (RGICSF) e ao abrigo dos termos legalmente previstos.

Do total de €1.550 milhões, €300 milhões correspondem a uma margem de segurança extraordinária destinada a acomodar riscos potenciais de execução.

Em reunião de Assembleia Geral de accionistas do Banif de 25 de Junho de 2013, foi deliberada a alteração do artigo 5.º, n.º 1A dos estatutos por forma a conferir autorização ao Conselho de Administração para deliberar o aumento do capital social do Banco em até €450 milhões, por entradas em dinheiro, através de um ou mais aumentos de capital, e ainda a supressão do direito de preferência dos accionistas no aumento de

capital social a realizar em dinheiro, em uma ou mais vezes, e a deliberar pelo Conselho de Administração nos termos da autorização acima referida.

No âmbito da referida autorização, o Conselho de Administração em reunião havida em 25 de Junho de 2013, deliberou proceder ao aumento de capital no montante de €100 milhões mediante a emissão de 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário, subscrito exclusivamente pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif), no montante de €75.000.000, e pela Auto-Industrial SGPS, no montante de €25.000.000, em cumprimento dos compromissos de subscrição de capital assumidos por estas entidades perante o Estado Português. Este aumento de capital foi concluído em 26 de Junho de 2013.

Adicionalmente, o Conselho de Administração do Banif – tendo presente a autorização constante do artigo 5.º, n.º 1A dos estatutos do Banif, a deliberação de supressão do direito de preferência dos accionistas aprovada na Assembleia Geral *supra* referida, o parecer favorável do Conselho Fiscal e a necessidade de fazer face aos compromissos assumidos relativamente à segunda fase do Plano de Recapitalização – deliberou aprovar a realização de um aumento de capital social do Banif, por novas entradas em dinheiro, em até €100.000.000, através da Oferta a que se refere este Prospecto.

Assumindo a subscrição completa da OPS de Acções, o Estado Português passará a deter uma participação de 77,288% do capital social do Banif, correspondente a 68,393% dos direitos de voto.

No âmbito da segunda fase do Plano de Recapitalização, está previsto realizar um aumento de capital no montante de €450 milhões. Neste contexto, foi já realizado um aumento de capital, no montante de €100.000.000, integralmente subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, sendo objecto do presente Prospecto a OPS de Acções, da qual resultará um novo aumento de capital de até 100.000.000 de Euros. O encaixe resultante do aumento de capital global no valor de €450 milhões será utilizado para (i) cumprir com os novos requisitos a nível de capital regulatório aplicáveis ao sector financeiro, (ii) diluir a participação detida pelo Estado Português, equilibrando a estrutura accionista entre o Estado e os investidores particulares, e (iii) reforçar a base de capital do Banif, por forma a melhor enfrentar os desafios relacionados com a incerteza na evolução das condições macroeconómicas.

No que respeita aos Cocos, estes são elegíveis como capital Core Tier I e são remunerados a uma taxa de juro anual de 9,5%, a ser acrescida de 25 pb em cada um dos anos de 2013 e 2014, e de 50 pb anualmente nos períodos posteriores, estando previsto que o reembolso dos CoCos ocorra em Junho de 2013 (150 milhões de euros), Dezembro de 2013 (125 milhões de euros), e Dezembro de 2014 (125 milhões de euros). No seu conjunto, os montantes do encaixe das Ofertas serão utilizados para proceder ao reembolso parcial dos CoCos. Em caso de incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, *inter alia*, por não ter ocorrido o reembolso parcial dos CoCos nas datas previstas, existe o risco de estes serem convertidos em acções especiais, cujo número dependerá do preço de conversão que vier a ser definido nos termos do acordo assinado com o Estado Português no final de 2012, e que, de acordo com o Despacho n.º 1527-B/2013, atribuirão ao Estado um dividendo preferencial equivalente ao seu interesse económico, assumindo um rácio de distribuição de resultados (*pay-out*) mínimo de 30%.

Refira-se que o Banif se propõe promover todos os procedimentos contratualmente previstos para o reembolso do montante de €150 milhões relativo aos CoCos, inicialmente previsto para 30 de Junho de 2013, para um momento tão imediatamente subsequente quanto possível à conclusão da presente operação de

aumento de capital. O não reembolso dos CoCos no prazo inicialmente estabelecido poderá vir a determinar uma situação incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, existindo o risco, se assim decidido pelo Ministro das Finanças, após parecer do Banco de Portugal, de os CoCos serem convertidos em acções especiais, as quais atribuirão ao Estado os direitos acima referidos. No final do período do investimento público, os CoCos ainda não reembolsados ao Estado serão convertidos em acções ordinárias.

Ao longo de todo o período de investimento público, aplicam-se ao Grupo, entre outras, as seguintes condições decorrentes da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), da decisão da Comissão Europeia, de 21 de Janeiro de 2013, relativa ao processo SA.34662 (2013/N), e do Despacho n.º 1527-B/2013:

- Restrições referentes à recompra de determinados instrumentos híbridos e outros títulos de dívida, assim como a proibição de determinados pagamentos relativos a cupões e juros de instrumentos híbridos e outros títulos de dívida (com excepção dos CoCos), sem o consentimento do Ministro das Finanças;
- Restrições de aquisição ou subscrição de participações de capital noutras sociedades (incluindo subsidiárias ou afiliadas do Emitente) ou de participações em activos que, no seu conjunto, constituam um negócio, salvo autorização prévia, em determinados casos, da Comissão Europeia, do Ministro das Finanças e do Banco de Portugal;
- Proibição de estratégias comerciais agressivas e proibição de publicidade referente ao apoio prestado pelo Estado ao Grupo;
- Restrições à distribuição de dividendos;
- O Ministro das Finanças terá a faculdade de limitar a afectação, pelo Emitente, de recursos financeiros adicionais a actividades que não correspondam à concessão de crédito, bem como à realização de fusões ou aquisições pelo Emitente, e
- Será proibido o financiamento, pelo Banco, de fusões ou aquisições de empresas no sector dos serviços financeiros, excepto quando previamente autorizado pelo Ministro das Finanças.

A estas condições poderão acrescer outras resultantes da decisão final da Comissão Europeia que aprove o Plano de Reestruturação.

O Ministro das Finanças tem poderes para nomear, pelo menos, um membro não executivo do Conselho de Administração e um membro do Conselho Fiscal (“**Membros Nomeados**”) do Banif, sendo que o primeiro dos Membros Nomeados faz também parte das comissões de remuneração e risco ou similares. Tal significa que, neste momento, o representante do Estado Português tem a possibilidade de acompanhar as decisões de gestão do Grupo e participar e votar no Conselho de Administração, continuando a tê-la após a conclusão da segunda fase do Plano de Recapitalização. Nos termos do Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, e com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, foram designados pelo Estado Português António Carlos Custódio de Moraes Varela como membro não executivo do Conselho de Administração e Rogério Pereira Rodrigues como membro do Conselho Fiscal, os quais iniciaram o exercício efectivo de funções em 26 de Março de 2013, após conclusão do correspondente processo de registo junto do Banco de Portugal.

O Conselho de Administração está firmemente empenhado na consecução das metas definidas no Plano de Recapitalização, destinadas a garantir o reembolso do investimento público o mais brevemente possível e a

evitar a diluição que resultaria de uma eventual transformação de CoCos em acções especiais. Embora o Conselho de Administração tenha assumido esse compromisso, essas metas não serão atingidas se (i) não for cumprida alguma das condições dos Cocos, (ii) não for satisfeita alguma uma das condições essenciais do Plano de Recapitalização, (iii) se verificarem outras circunstâncias não controláveis pelo Banco, nomeadamente alterações no controlo da sua estrutura accionista ou alterações no quadro regulamentar, uma nova ajuda estatal ou a exclusão das suas acções da negociação em mercados regulamentados. No final do período do investimento público, os CoCos ainda não reembolsados ao Estado serão convertidos em acções ordinárias.

***O Estado Português pode vir a considerar existir um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, com a inerente possibilidade de conversão obrigatória do montante de CoCos em acções especiais do Banco, e consequente diluição das participações dos restantes accionistas***

Os accionistas estão expostos à diluição potencialmente resultante da conversão dos CoCos em acções ordinárias ou em acções especiais, o que poderá ocorrer caso se determine terem-se já verificado, ou virem a verificar-se, os respectivos pressupostos, que incluem, entre outros aspectos melhor enunciados nos termos e condições de emissão dos CoCos, circunstâncias que consubstanciem um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, a falta de reembolso integral no final do prazo legalmente estabelecido para o investimento público, o cancelamento ou suspensão, no todo ou em parte, do pagamento de juros, ou outras circunstâncias que o Banco pode não controlar, incluindo decisões da Comissão Europeia sobre o Plano de Reestruturação para o Grupo, alterações à sua estrutura de controlo ou ao quadro regulamentar aplicável, ou de novo recurso ao investimento publico, ou mesmo decisões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a exclusão das suas acções da negociação em mercado. Em complemento da informação relevante de que se dispõe sobre este tema, informa-se que, previamente à data prevista para a conclusão das operações de recapitalização, o Banif apresentou um pedido de revisão do respectivo calendário para o fazer coincidir com os prazos e termos constantes do Plano de Reestruturação que foi submetido para aprovação pelas autoridades. Como enunciado nos termos e condições da emissão dos CoCos, o Estado ou o Ministro das Finanças, sob parecer prévio do Banco de Portugal, pode tomar qualquer decisão materialmente relevante relativa à conversão dos CoCos, estando também prevista a possibilidade de sanação, de forma satisfatória para o Estado, e no prazo razoável que para o efeito tenha sido determinado pelo Ministro das Finanças.

Salvo nos casos de exclusão das acções da negociação em mercado ou de alteração ou aquisição de controlo, o preço de conversão dos CoCos será determinado pelo Ministro das Finanças, com sujeição a eventuais requisitos de auxílios de Estado, aplicando um desconto de 35% sobre o preço das acções ordinárias que reflecta o seu valor de mercado expresso pela cotação no momento em que a conversão seja anunciada, tomando em conta o efeito de diluição. Em caso de alteração ou aquisição de controlo do Banco, a taxa de conversão será determinada pelo Ministro das Finanças com base numa avaliação independente do preço médio, ponderado pelo volume, das acções ordinárias, nos cinco dias de negociação anteriores ao anúncio da aquisição ou alteração de controlo em apreço e, no caso de exclusão das acções do Banco da negociação em mercado regulamentado, conforme determinado por dois peritos independentes nomeados pelo Ministro das Finanças. Para os efeitos acima referidos, o termo “controlo” tem o significado de domínio como definido no artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários. Se (i) as condições de mercado actuais se mantiverem, (ii) se existirem ou se vierem a verificar os pressupostos susceptíveis de desencadear a conversão, (iii) a mesma vier a ser decidida pelo Ministro das Finanças após parecer do Banco de Portugal, e (iv) nesse momento ainda estiver por reembolsar a totalidade (ou uma parte significativa) dos instrumentos híbridos, os accionistas sofreriam uma diluição integral (ou quase integral).

Quando o pagamento (integral ou parcial) da remuneração dos CoCos em dinheiro determine o não cumprimento ou, na opinião do Banco de Portugal, possa colocar em risco o cumprimento, dos requisitos mínimos de fundos próprios, em particular dos requisitos de fundos próprios Core Tier I, tal pagamento poderá, por opção do Banco, ser substituído, na medida do necessário, pelo pagamento em espécie, através da entrega ao Estado de novas acções ordinárias do Banco. O número de acções ordinárias a emitir como pagamento da remuneração em espécie será calculado de acordo com a seguinte fórmula:  $AO = C / (P \times 95\%)$ , onde AO é o número de acções ordinárias a emitir, C é o montante do pagamento de juros relevante (ou parte dele), e P é a média aritmética do preço médio ponderado pelo volume de acções ordinárias por cada um dos cinco dias de negociação anteriores ao anúncio feito pelo emitente de que pretende exercer o seu direito a efectuar pagamento de juros em espécie ao Estado. Assim, pressupondo um pagamento de remuneração a ser feito em espécie no valor de €17.705.016,16 (correspondente à estimativa do valor de juros relativos ao primeiro período de juros) e €0,01 como o preço médio, ponderado pelo volume, de acções ordinárias, nos cinco dias de negociação anteriores, a quantidade de acções ordinárias a ser subscritas pelo Estado seria de 1.863.685.912 acções. Conforme referido, no caso de o Banco cancelar ou suspender, no todo ou em parte, o pagamento de juros, tal poderá consubstanciar um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, que, a ser declarado pelo Ministro das Finanças, implicará a conversão obrigatória dos CoCos em acções especiais.

Uma eventual conversão dos CoCos em acções ordinárias ou em acções especiais (ou a respectiva remuneração em espécie, com entrega de novas acções ordinárias, nos termos aprovados na Assembleia Geral de 16 de Janeiro de 2013 e previstos nos respectivos termos e condições de emissão, anexos ao Despacho n.º 1527-B/2013) consubstancia um risco de diluição da participação dos accionistas e poderia resultar na possibilidade de o Estado Português manter ou agravar um controlo significativo nas operações do Banco, o qual se poderá manter por tempo mais alargado do que o esperado, situações que podem afectar o preço das acções do Banif.

***A implementação do Plano de Reestruturação pode ter um efeito negativo substancial na actividade, resultados operacionais e situação financeira do Grupo***

Conjuntamente com o Plano de Recapitalização, Portugal comprometeu-se a entregar à Comissão Europeia um plano de reestruturação de grande alcance para o Grupo (o “**Plano de Reestruturação**”). Esse plano já foi apresentado e tem vindo a ser objecto de discussões pormenorizadas e prolongadas entre o Ministério das Finanças e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, e ainda terá de ser submetido à aprovação final do colégio de comissários da Comissão Europeia. Em Junho de 2013, foi submetida à Comissão Europeia uma versão revista e aprofundada do Plano de Reestruturação para o Grupo, contendo as medidas de reestruturação propostas, incluindo as medidas necessárias para permitir o reembolso do investimento público realizado sob a forma de CoCos no processo de recapitalização do Banco e o calendário para a respectiva implementação, plano que se encontra ainda sujeito a discussão e aprovação final pela Comissão Europeia. Só após a apreciação final das medidas de reestruturação propostas no Plano de Reestruturação é que será possível garantir a compatibilidade da injeção de capital recebida pelo Grupo com as regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais. Consequentemente, embora o Plano de Reestruturação ainda não esteja definitivamente fechado, já é neste momento possível apresentar um conjunto de linhas gerais estratégicas consensualizadas, ainda que o desenho final possa sofrer ajustamentos. Em virtude de o processo negocial em curso entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia ter natureza confidencial e não se encontrar ainda concluído, os termos concretos do Plano de Reestruturação não podem ser revelados pelo Emitente.

As medidas constantes do Plano de Reestruturação têm como objectivo permitir que o Banif tenha capacidade de reembolsar o mais rapidamente possível a participação pública no processo de recapitalização, reorientando a sua estratégia comercial nos segmentos de clientes de maior valor acrescentado para o Banco, desinvestindo actividades consumidoras de capital e que não contribuem para a geração de resultados (actividades consideradas *non core*) e, em virtude desse desinvestimento, reduzir significativamente os seus custos de estrutura. Paralelamente, a gestão do desinvestimento das actividades consideradas *non core* será feita de forma progressiva ao longo dos próximos cinco anos, de forma a permitir obter os melhores resultados possíveis desse processo. Sumarizam-se abaixo as principais medidas de reestruturação que constam do Plano de Reestruturação e que terão de ser implementadas pelo Banco num prazo de cinco anos. Ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente”.

O Plano de Reestruturação prevê que o Banif proceda à alienação de activos importantes, podendo o Banif não ser capaz de consumir esses desinvestimentos em condições comercialmente favoráveis, particularmente durante períodos de deslocação de mercados como aqueles a que temos assistido em anos recentes. Acresce que, com os desinvestimentos, o Banif pode sofrer perdas substanciais e encargos por imparidade de activos, o que pode reduzir a sua rendibilidade. As actividades de desinvestimento podem constituir riscos financeiros, de gestão e operacionais, incluindo a integração ou afastamento de pessoal e do sistema financeiro e outros sistemas, efeitos negativos nas relações comerciais com os clientes actualmente existentes, alterações na estimativa do justo valor contabilizadas para aquisições e amortização de activos incorpóreos, o que pode reduzir os ganhos futuros, perda potencial de clientes ou de empregados essenciais dos negócios a alienar e indemnizações e potenciais diferendos com os compradores. Qualquer destas actividades pode vir a ter um efeito negativo substancial na situação financeira, resultados operacionais e perspectivas futuras do Grupo.

Do Plano de Reestruturação consta igualmente a adopção de compromissos comportamentais no seio do Grupo, tais como um rigoroso programa de desalavancagem, o compromisso de não adquirir participações noutras sociedades, de não aumentar a quota de mercado global de empréstimos e de não pagar dividendos, ressalvado o dividendo prioritário do Estado. Estes compromissos podem limitar a capacidade de administração e gestão do Grupo ao contrário do que se verifica quanto a outros concorrentes.

***O Plano de Reestruturação ainda não foi finalizado e pode sofrer novas alterações, eventualmente materiais, antes de ser aprovado pela Comissão Europeia***

O Plano de Reestruturação, apresentado à Comissão Europeia, ainda será submetido à aprovação final do colégio de comissários da Comissão Europeia. Embora as discussões entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia estejam já num estado avançado, estão ainda por resolver determinadas questões antes de o Plano poder ser aprovado. A aprovação final depende da compatibilidade da injeção de capital a receber pelo Grupo com as regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais, após uma cuidadosa apreciação das medidas de reestruturação propostas para o Banif no Plano de Reestruturação.

Muito embora o Banif esteja confiante quanto à consistência dos termos do Plano de Reestruturação com as linhas de orientação sobre auxílios estatais da Comissão Europeia, devendo portanto ser aprovado nos termos já estabelecidos, não é possível assegurar que o Plano de Reestruturação seja aprovado na sua forma actual. Podem ser introduzidas modificações ao Plano de Reestruturação antes da sua aprovação final, o que pode resultar em alterações substanciais, incluindo as descritas no presente documento. O Grupo não pode prever quais poderão ser essas modificações, se se verificarem, sendo que eventuais alterações materiais, como a exigência da ampliação da alienação de activos e/ou negócios do Grupo, ou a imposição de novas limitações à capacidade de administração e gestão do Grupo, podem ter um efeito negativo substancial na situação

financeira, resultados operacionais e perspectivas futuras do Grupo. Sem prejuízo do acima exposto, existe o risco de o Plano de Reestruturação não ser aprovado, o que se traduziria na incapacidade de cumprimento das exigências regulatórias de capital.

***O Grupo pode não ser capaz de implementar o Plano de Reestruturação e reembolsar o investimento público como previsto, o que pode implicar a manutenção do Estado Português como accionista do Banif bem como a possibilidade de conversão dos CoCos e das acções especiais em acções ordinárias do Banco***

O Plano de Reestruturação constitui um desafio, envolve riscos e incertezas e contém várias vertentes que são independentes da vontade do Grupo. Deste modo, o Grupo não pode assegurar que as metas do Plano de Reestruturação serão atingidas, ou se são atingíveis, nem garantir o prazo em que serão implementadas.

Nos termos do Plano de Reestruturação, o Banif deve alienar activos e actividades essenciais num determinado prazo (ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente”). Não se pode garantir que essas alienações possam ser realizadas ou que o sejam em condições comercialmente favoráveis.

Podem também ocorrer desvios durante o período de implementação do Plano de Reestruturação, que podem afectar a sua implementação e execução. O não cumprimento do Plano de Reestruturação poderá implicar que o Banif não seja capaz de reembolsar o investimento público do Estado Português tal como previsto, implicando assim a manutenção do Estado Português como accionista do Banif por mais tempo do que o esperado, bem como a possibilidade de conversão dos CoCos e das acções especiais subscritas pelo Estado Português em acções ordinárias do Banco, nos termos das Normas de Recapitalização do Banif.

***Com a implementação do Plano de Reestruturação, o Grupo passa a ser menos diversificado e pode experimentar desvantagens competitivas e de outra ordem***

Na sequência da conclusão do Plano de Reestruturação, o Grupo prevê tornar-se numa instituição financeira de dimensão significativamente menor, centrada na banca de retalho, directa e comercial em Portugal. Ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente”. Embora o Grupo se vá concentrar nas suas operações bancárias mais rentáveis, tornar-se-á um banco menor do que as suas actuais operações bancárias representam. No altamente competitivo mercado português e noutros mercados onde o Grupo opera, os concorrentes podem ser maiores, mais diversificados e melhor capitalizados e com maior alcance geográfico, o que pode ter um substancial efeito negativo na capacidade do Grupo para competir, bem como na sua rentabilidade. Por outro lado, as restrições à capacidade do Grupo para liderar os preços e proceder a aquisições e as políticas de compensação do Grupo podem constituir mais um entrave à sua capacidade de competir com concorrentes não onerados com tais restrições, o que poderá ter um efeito negativo substancial nos resultados operacionais do Grupo. Não é possível assegurar que a implementação do Plano de Reestruturação não terá um efeito negativo substancial na quota de mercado, actividade e oportunidades de crescimento e resultados operacionais da actividade bancária principal remanescente do Grupo.

### **Riscos relacionados com a situação de liquidez do Grupo**

***O Grupo está sujeito ao risco de eventual indisponibilidade de liquidez; este risco é agravado pelas actuais condições dos mercados financeiros globais***

A liquidez é uma componente do risco de mercado. Por risco de liquidez entende-se a incapacidade, por parte de um banco como o Banif, de antecipar e prever acontecimentos imprevistos, decréscimos ou alterações nas

fontes de financiamento com consequências para a capacidade do Grupo em satisfazer as suas obrigações à medida que se vencem. A gestão deste risco para todo o Grupo encontra-se centralizada, sendo realizados *stress tests* para o risco de liquidez.

Desde o segundo semestre de 2007, perturbações periódicas nos mercados globais de crédito e financiamento, associadas à reapreciação do risco de crédito, criaram condições cada vez mais difíceis nos mercados financeiros, tendo um impacto negativo na confiança dos investidores. As preocupações com a qualidade creditícia afectaram os mercados interbancários e emissões de dívida, em termos de volume, maturidade e *spreads* de crédito. Títulos garantidos por activos, obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* ou CDOs), estruturas financeiras alavancadas e títulos estruturalmente complexos foram os mais negativamente afectados pelas fracas condições de mercado. Essas condições resultaram em volatilidade, menor liquidez ou iliquidez, alargamento dos *spreads* de crédito e ausência de transparência de preços em determinados mercados, tendo resultado na falência de inúmeras instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa e numa intervenção sem precedentes por parte de entidades governamentais, entidades reguladoras e bancos centrais de todo o mundo. Embora as condições tenham melhorado e a disponibilidade de liquidez nos mercados globais tenha aumentado para as instituições financeiras mais fortes, a liquidez mantém-se incerta e volátil para as restantes instituições financeiras, particularmente as de países da UE como a Grécia, Itália, Espanha, Irlanda, Portugal e, mais recentemente, Chipre, que continuaram a ser afectadas negativamente por essas condições de liquidez. É difícil prever por quanto mais tempo essas condições vão perdurar, e em que medida os investimentos do Grupo e os mercados onde este opera serão negativamente afectados.

A pressão exercida sobre os mercados, português e internacionais, em relação à dívida excessiva dos países e das instituições fez subir o custo de financiamento e tornou mais difícil para as instituições financeiras a obtenção de empréstimos com prazos mais alargados de vencimento. Para as instituições financeiras, nas quais se inclui o Grupo, tal traduziu-se na necessidade de redesenhar as suas políticas de gestão de liquidez e de financiamento. O Grupo não tem, desde 2007, conseguido ter acesso aos mercados de capitais internacionais de dívida sénior não garantida.

A liquidez do Grupo tem sido prejudicada pela incapacidade de acesso aos mercados de dívida. Tal liquidez pode ainda ser afectada pela incapacidade de venda dos seus activos ou de resgatar os seus investimentos, por levantamentos anormais de depósitos ou pela deterioração de garantias. Estas situações poderão ocorrer devido a circunstâncias independentes da vontade do Grupo, nomeadamente dos factores inerentes à situação geral do mercado anteriormente descritos. As circunstâncias específicas em que a liquidez do Grupo pode ser adicionalmente prejudicada incluem, nomeadamente, as seguintes:

- A capacidade de venda de activos do Grupo pode ser prejudicada quer se outros participantes de mercado estiverem a procurar vender activos semelhantes ao mesmo tempo, ou se não estiverem em posição de se poderem financiar a si mesmos ou se encontrarem em dificuldades, quer porque o valor de mercado dos activos, incluindo os instrumentos financeiros subjacentes às transacções de derivados nas quais o Grupo seja parte, sejam difíceis de aferir.
- As instituições financeiras com que o Grupo interage podem exercer direitos de compensação ou o direito de requerer garantias adicionais, o que pode prejudicar ainda mais a situação de liquidez do Grupo.



- Caso uma percentagem superior à esperada dos clientes com quem o Grupo tem contratadas linhas de crédito ainda não utilizadas decidir utilizar essas linhas de crédito, a uma taxa superior à prevista pelo Grupo, poderá ser acrescida a pressão sobre a tesouraria do Grupo.
- O plano de contingência do Grupo para situações de falta de liquidez depende, em parte, da possibilidade de o Grupo realizar operações de reporte junto do BCE. Caso o BCE suspenda o seu programa de reportes e caso não exista no mercado uma fonte de financiamento semelhante para operações de reporte, a capacidade do Grupo para gerir a sua liquidez em cenários de *stress* pode ficar gravemente afectada.
- Um aumento das taxas de juro e/ou dos *spreads* de crédito, assim como eventuais restrições à disponibilidade de crédito, incluindo, mas não se limitando, ao financiamento interbancário, podem alterar a capacidade do Grupo para se financiar, com ou sem garantias, o que pode ter um efeito negativo substancial na liquidez e nos resultados operacionais do Grupo.

Qualquer uma destas circunstâncias pode resultar numa redução das actividades do Grupo e no aumento do custo de financiamento, os quais poderão originar substanciais efeitos negativos na actividade e nos resultados operacionais do Grupo.

Face às actuais condições nos mercados financeiros, o Grupo mantém sob vigilância permanente a sua situação de liquidez, não só por meio dos indicadores constantes das disposições emitidas pelas entidades de supervisão, mas também pelo recurso a indicadores produzidos internamente e orientados para uma mais eficiente gestão diária. Contudo, não pode ser assegurado que o Grupo venha a poder financiar as suas operações junto de fontes públicas, incluindo depositantes. Como consequência, desde 2010 que o Grupo, como outros bancos portugueses e de outras jurisdições, conheceu uma dependência crescente do BCE para se financiar.

Historicamente, uma das principais fontes de financiamento do Grupo têm sido os depósitos dos clientes. Dado que o Grupo depende dos depósitos dos clientes para a maior parte do seu financiamento, caso os seus depositantes levarem os seus fundos a um ritmo superior ao do reembolso dos empréstimos pelos mutuários, e caso o Grupo não consiga obter a necessária liquidez por outros meios, o Grupo pode vir a não ser capaz de manter os actuais níveis de financiamento sem ter de incorrer em custos de financiamento significativamente acrescidos ou de liquidar determinados activos ou, ainda, sem um acréscimo do acesso ao BCE e ao Banco de Portugal, nos termos excepcionais que estes aceitam. Em 31 de Março de 2013, os depósitos de clientes do Grupo apresentavam um valor de €7.315 milhões, uma redução de 5,6% relativamente a 31 de Dezembro de 2012, sobretudo devido à redefinição da política de *pricing* de depósitos, que permitiu um decréscimo significativo no custo médio desta fonte de financiamento.

A manutenção de depósitos de clientes suficientes para financiar a carteira de empréstimos do Grupo está sujeita a factores independentes da vontade do Grupo, tais como as preocupações dos depositantes em relação à economia em geral, com o sector financeiro ou com o Grupo em particular, a descida das notações de risco de crédito, uma significativa deterioração adicional das condições económicas nacionais e a existência e extensão dos mecanismos de garantia de depósitos. Estes factores, individualmente ou combinados, podem levar a uma redução da capacidade do Grupo para aceder, futuramente, a financiamento através de depósitos de forma adequada e podem resultar numa saída de depósitos, os quais poderão ter um impacto na capacidade do Grupo para financiar a sua actividade e cumprir as exigências mínimas de liquidez, podendo tornar necessário que o Grupo aumente o recurso a outras fontes de financiamento, se disponíveis, para financiar a sua carteira de empréstimos.

Embora o Grupo considere adequadas as suas políticas de gestão e de mitigação de risco, a continuação deste ambiente de mercado pode fazer com que a situação de liquidez do Grupo se deteriore. Uma tal deterioração levaria ao aumento dos custos de financiamento, o que pode ter um efeito negativo substancial na actividade, situação financeira ou resultados operacionais do Grupo. Por outro lado, não é possível prever que alterações estruturais e/ou regulamentares poderão resultar das actuais condições de mercado ou se tais alterações podem afectar de forma substancialmente negativa o Grupo. Caso as actuais condições e circunstâncias de mercado continuem a deteriorar-se ou se mantenham por períodos prolongados, pode vir a verificar-se uma baixa do financiamento disponível e da qualidade do crédito e um aumento do incumprimento de dívida, o que pode ter um impacto negativo na notação de risco, investimentos, actividade, situação financeira e resultados operacionais do Grupo. Além disso, o Grupo está exposto ao risco geral de carência de liquidez, não podendo assegurar que os procedimentos estabelecidos para a gestão de riscos desse tipo sejam suficientes para eliminar o risco de liquidez, o que pode ter um impacto negativo na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

***O Grupo está restringido na sua capacidade de obter financiamento nos mercados de capitais e significativamente dependente do BCE para o financiamento e liquidez***

Dado que o Grupo não tem conseguido aceder aos mercados financeiros internacionais para se financiar a curto e médio/longo prazo (sem ser através de depósitos e do empréstimo garantido por activos obtido em Julho de 2012 *supra* referido), as suas operações de tomada de liquidez junto do BCE são extremamente importantes. O BCE estabelece os critérios de avaliação e de elegibilidade dos activos a serem dados em garantia nas operações de reporte junto de instituições financeiras. Eventuais alterações a estes critérios de avaliação ou de elegibilidade podem ter um impacto negativo na quantidade de activos disponíveis para esse efeito, reduzindo as linhas de liquidez disponibilizadas pelo BCE. Adicionalmente, uma descida da notação de risco da dívida de longo prazo da República Portuguesa poderá resultar no aumento dos *haircuts* aos activos elegíveis e, consequentemente, na redução do conjunto de activos que podem ser considerados como garantias elegíveis. A 31 de Março de 2013, o montante total de financiamento do Grupo junto do BCE ascendia a €3.335,1 milhões e a carteira de títulos elegíveis disponível para refinanciamento junto do BCE cifrava-se em €608 milhões. A média ponderada das maturidades do financiamento do Grupo era de cerca de um ano. Contudo, não é possível assegurar que o Grupo seja capaz de manter esse nível de activos elegíveis e eventuais alterações nos critérios do BCE ou uma descida da notação de risco de crédito da República Portuguesa poderão ter como consequência a redução da carteira de títulos que possa ser considerada como garantia elegível, o que, por seu turno, poderá reduzir o montante disponível para obtenção de financiamento junto do BCE, tendo um impacto negativo na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo. No actual ambiente, a redução ou o fim das operações de cedência de liquidez por parte do BCE poderia ter como consequência que o Grupo se visse forçado a alienar os seus activos, potencialmente com desconto significativo face ao respectivo valor contabilístico, de modo a poder cumprir com as suas obrigações e a procurar fontes de financiamento alternativas que poderão apenas estar disponíveis (se estiverem) em condições desfavoráveis e poderão assim aumentar de forma relevante os seus custos de financiamento, com um correspondente impacto negativo nos resultados e situação financeira.

***Uma redução na notação de risco de crédito do Banif ou de Portugal aumentaria os custos de financiamento e afectaria negativamente a sua margem líquida***

As notações de risco de crédito afectam o custo e outras condições de financiamento do Grupo. As notações de risco são baseadas num diversificado número de factores, incluindo o desempenho financeiro do emitente e as condições gerais que afectam o sector em que o mesmo se insere. À data do presente Prospecto, o Banif

tem uma notação de risco de dívida de longo prazo de Caa1, com perspectivas de revisão em baixa, por parte da Moody's Investors Services España, S.A. ("**Moody's**") e de BB, com uma perspectiva negativa, por parte da Fitch Ratings España, S.A.U. ("**Fitch**"). A Moody's e a Fitch estão estabelecidas no Espaço Económico Europeu e registadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1060/2009, e subsequentes alterações (o "**Regulamento ANC**"), encontrando-se, à data do presente Prospecto, incluídas na lista de agências de notação de crédito publicada pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e Mercados ("**ESMA**"), no seu sítio da Internet (<http://www.esma.europa.eu/page/List-registered-and-certified-CRAs>) nos termos do Regulamento ANC. Face às dificuldades da economia portuguesa, continua a existir o risco de *downgrading* das actuais notações do Banif. Se o Banif não conseguir manter as suas actuais notações ou se se verificar uma nova redução da sua notação, o seu custo de financiamento pode aumentar e, consequentemente, os mercados de financiamento podem continuar inacessíveis para o Banif, o que, por seu turno, poderá ter um efeito negativo substancial na sua liquidez, situação financeira e resultados operacionais.

De Abril de 2010 até 30 de Janeiro de 2012, assistiu-se a consecutivas reduções da notação da dívida de longo prazo da República Portuguesa por parte das agências de notação. As preocupações das agências de notação justificaram-se pela ausência de tomada de medidas significativas e credíveis de controlo do défice orçamental pelo governo português, quando a dívida pública se aproximava dos 100% do PIB, e pela falta de consenso entre o governo português e a oposição relativamente às medidas a implementar para a consolidação das finanças públicas, por forma a obter a necessária convergência com os países com notação semelhante. As perspectivas das agências de notação relativamente à República Portuguesa dependerão da capacidade do governo para tomar medidas e cumprir as metas constantes do PAEF, nomeadamente reduzir o défice e observar os elementos quantitativos da dívida. A notação da República Portuguesa pode vir a ser novamente objecto de uma redução caso as finanças públicas se continuem a deteriorar em resultado da fraca actividade económica ou da percepção que as medidas propostas pelo governo são insuficientes. À data do presente Prospecto, a República Portuguesa tem uma notação de dívida de longo prazo de Ba3, com perspectivas negativas, por parte da Moody's, de BB+, com perspectivas negativas, por parte da Fitch, e de BB, com uma perspectiva estável, por parte da Standard & Poor's ("**S&P**"). Um impacto negativo na República Portuguesa pode ter efeitos secundários nos bancos nacionais, incluindo o Grupo, e nas empresas em geral e, consequentemente nos seus resultados financeiros.

Até hoje, reduções da notação de risco da República Portuguesa conduziram igualmente a reduções da notação de risco dos bancos nacionais em geral, sendo muito provável que a notação do Banif continue a ser afectada pela notação da dívida soberana do país onde tem a sua sede e pela evolução da economia nacional.

## **Riscos relacionados com a actividade do Grupo**

### ***A actividade do Grupo é significativamente afectada pelo risco de crédito***

Os riscos decorrentes das alterações na qualidade do crédito e na capacidade de reembolso de empréstimos e outros montantes devidos pelos mutuários e contrapartes são inerentes ao conjunto dos negócios do Grupo. Eventuais alterações adversas à qualidade do crédito dos mutuários e contrapartes do Grupo ou uma deterioração geral das condições económicas nacionais ou globais, ou decorrente de riscos sistémicos nos sistemas financeiros poderão afectar a taxa de recuperação e o valor dos activos do Grupo, tornando necessário um aumento de imparidades, e, assim sendo, teriam um efeito negativo substancial na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo, incluindo no valor das acções e obrigações que está a emitir. Nos últimos três anos, o Grupo constituiu imparidades para perdas relativas a empréstimos no

montante de €107,9 milhões, €342,2 milhões e 410,7 milhões, respectivamente em 2010, 2011 e 2012, e de €73,7 milhões à data de 31 de Março de 2013.

Assim sendo, o Grupo enfrenta o risco da eventual incapacidade dos seus mutuários e contrapartes para cumprirem as suas obrigações de pagamento. Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Março de 2013, as principais exposições de crédito do Grupo compreendiam pessoas singulares representativas de 45% do crédito líquido contabilístico, empresas de prestação de serviços representativas de 16% do crédito líquido contabilístico, seguidas pelo sector da construção com 10%, e actividades imobiliárias com 8% do crédito líquido contabilístico. Embora o Grupo analise a sua exposição a esses mutuários, assim como a sua exposição face a determinados sectores económicos e regiões que julga serem particularmente críticos, podem ocorrer incumprimentos nos pagamentos resultantes de circunstâncias imprevisíveis ou difíceis de prever. Por outro lado, as garantias que lhe são prestadas podem ser insuficientes para cobrir a sua exposição, em resultado, por exemplo, de uma súbita depreciação do mercado que reduza dramaticamente o valor dos activos dados em garantia. Assim, caso os mutuários ou outras contrapartes não cumpram as suas obrigações de pagamento para com o Grupo, tal incumprimento poderá ter um efeito negativo substancial na sua situação financeira e resultados operacionais.

O Grupo procede activamente à gestão do risco de crédito e à análise das operações de crédito. As expectativas quanto a futuras perdas de crédito podem, no entanto, estar incorrectas por diversos motivos. Factores como uma deterioração inesperada das condições económicas gerais, acontecimentos políticos inesperados ou falta de liquidez na economia podem ter como consequência perdas de crédito que excedam o montante das imparidades do Grupo ou as perdas máximas prováveis previstas pelos seus modelos de gestão de risco. Na medida em que as operações do Grupo se concentram maioritariamente em Portugal, o Banco está e tem estado particularmente exposto ao risco de uma recessão económica generalizada ou outro acontecimento que afecte as taxas de incumprimento em Portugal.

Um aumento das imparidades do Grupo para perdas decorrentes de crédito em incumprimento ou eventuais perdas que excedam tais imparidades pode ter um efeito negativo substancial na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo. A exposição líquida do Grupo ao risco de crédito proveniente de empréstimos e outras formas de crédito era, em 31 de Dezembro de 2012, de €9.816 milhões, e, em 31 de Março de 2013, de €9.599,2 milhões.

No âmbito de uma acção de supervisão transversal aos oito principais bancos nacionais, promovida pelo Banco de Portugal, o Grupo está neste momento sujeito a uma auditoria à sua carteira de crédito por parte dos auditores externos. Em resultados desta auditoria, que irá cobrir pelo menos 40% da carteira de crédito, poderão vir a ser identificadas necessidades adicionais de imparidades com impacto nos resultados operacionais do Grupo.

### ***O Grupo encontra-se exposto ao mercado imobiliário português***

O Grupo tem uma elevada exposição ao mercado imobiliário português, quer directamente, através dos activos relacionados com as suas operações ou obtidos em dação de pagamento, quer indirectamente, por via das hipotecas residenciais ou através do financiamento de projectos de promoção imobiliária (os activos recebidos por dação em pagamento correspondiam a €631,8 milhões em 2012, dos quais €245 milhões foram recebidos nesse mesmo ano e €44,8 milhões até 31 de Março de 2013, sendo que a exposição directa ao sector imobiliário, correspondente ao crédito concedido a empresas de construção, a actividades imobiliárias e a crédito hipotecário representava 51,1% da carteira de empréstimos líquida em 31 de Dezembro de 2012), o que o torna vulnerável a uma contracção no mercado imobiliário e a uma depreciação do valor dos activos

imobiliários. A debilidade do mercado imobiliário português e a sua contínua deterioração originou e poderá continuar a originar perdas directas para o Banif, menor cobertura das exposições de crédito com colateral imobiliário e no fundo de pensões, o que tem afectado e poderá continuar a afectar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais do Grupo.

***O Grupo enfrenta o risco de crédito e outros riscos sistémicos devido à sua exposição a outras instituições financeiras***

É significativa a exposição do Grupo a contrapartes do sector dos serviços financeiros. Esta exposição decorre da negociação de activos financeiros, empréstimos, depósitos, compensação e liquidação, e de muitas outras actividades e relações. Estas contrapartes incluem, nomeadamente, clientes institucionais, corretores, bancos comerciais, bancos de investimento e sociedades mutualistas. Muitas destas relações expõem o Grupo ao risco de crédito em caso de incumprimento de uma contraparte ou cliente. Embora uma parte significativa do empréstimo esteja garantida, o risco de crédito a que o Grupo está exposto pode não ser mitigado na medida do estimado se a garantia prestada não puder ser realizada pela totalidade do valor do empréstimo ou do derivado cuja exposição se pretende cobrir, ou for executada por um preço que não permite recuperar aquele valor, o que, por sua vez, poderia afectar a capacidade do respectivo emitente para satisfazer as obrigações de pagamento que para si decorrem dos seus valores mobiliários. Muitas das coberturas e outras estratégias de gestão de riscos utilizadas pelo Grupo também envolvem transacções com contrapartes pertencentes ao sector dos serviços financeiros. A insolvência destas contrapartes poderá afectar a eficácia das coberturas e de outras estratégias de gestão de risco do Grupo, o que, por seu turno, poderá ter um efeito negativo substancial na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo.

***O Grupo está exposto a riscos de concentração de crédito***

O Grupo tem alguma concentração de crédito em determinados grupos de clientes. Os vinte maiores clientes (considerando a interligação existente entre eles, ou seja, numa perspectiva de grupos de clientes), excluindo bancos, representavam, em termos de exposição global bruta de crédito do Grupo, a 31 de Março de 2013, 11%, e a 31 de Dezembro de 2012, 14,5%. A ocorrência de possíveis condições adversas na situação económica e financeira destes clientes ou grupos económicos ou no sector de actividade onde operam poderá originar um reforço significativo ao nível das imparidades, o que poderá ter um efeito substancial negativo nos resultados operacionais do Grupo e na qualidade dos seus activos.

***O Grupo está exposto a riscos relativos a perdas causadas por alterações adversas na avaliação dos seus activos financeiros***

O risco de mercado é inerente a alterações adversas na avaliação global de activos de *trading*, decorrendo essencialmente de movimentos de parâmetros do mercado *trading* e *non-trading*. Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto são os riscos de taxa de juro, risco cambial e risco de preço. Os movimentos dos níveis de taxa de juro, curvas de rendimento e *spreads* podem afectar o valor do activo e do passivo e podem afectar as receitas das transacções cambiais. O desempenho dos mercados financeiros pode baixar o valor das carteiras de investimento e de *trading* do Grupo. O Grupo implementou métodos de avaliação e gestão de risco destinados a mitigar e controlar estes e outros riscos de mercado que o podem afectar, sendo as exposições constantemente avaliadas e monitorizadas. Contudo, é difícil prever com exactidão eventuais alterações nas condições económicas ou de mercado e antecipar os efeitos que essas alterações possam vir a ter na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo.

### ***Os negócios do Grupo são particularmente sensíveis à volatilidade das taxas de juro***

O Grupo está sujeito aos riscos normais da actividade bancária, tais como flutuações das taxas de juro. O risco de taxa de juro pode definir-se como o impacto na situação líquida ou no resultado financeiro devido a uma variação adversa nas taxas de juro de mercado. Tal como acontece com outros bancos em Portugal, o Grupo, e especialmente o seu segmento de actividade de banca a particulares e empresas, está particularmente exposto aos diferenciais entre as taxas de juro que tem de pagar nos depósitos e as taxas de juro que pode cobrar relativamente a empréstimos a clientes e a outros bancos. Esta exposição advém do facto de os empréstimos no mercado português terem normalmente taxas de juro variáveis, enquanto as taxas de juro aplicáveis aos depósitos são usualmente fixadas para prazos que podem variar entre três meses e três anos. Isto leva a que os bancos portugueses, incluindo o Grupo, sintam frequentemente dificuldades em ajustar as taxas de juro que pagam pelos depósitos às alterações das taxas de juro do mercado. Esta tendência é reforçada pela concorrência intensa que existe no sector, sendo o actual momento marcado por taxas de juro reduzidas, exercendo assim pressão no *spread* dos depósitos bancários.

As taxas de juro são sensíveis a muitos factores que o Grupo não controla, incluindo políticas fiscais e monetárias de governos e bancos centrais, assim como a condicionantes políticas internas e internacionais. As alterações das taxas de juro de mercado podem afectar de forma diferente os juros que o Grupo cobra, recebidos dos activos geradores de juros, quando comparados com os juros que o Grupo paga pelos passivos remunerados. Esta diferença pode reduzir a margem financeira, o que pode ter efeito negativo substancial nos resultados operacionais do Grupo.

Uma subida excessiva das taxas de juro pode reduzir a procura de crédito e a capacidade do Grupo para gerar crédito para os seus clientes, bem como contribuir para um aumento da taxa de incumprimento de crédito. Inversamente, uma redução do nível das taxas de juro pode afectar o Grupo negativamente, através de, nomeadamente, uma menor margem financeira nos depósitos, uma redução da procura no que diz respeito a depósitos e um aumento da concorrência na captação de depósitos e na concessão de empréstimos a clientes. Em resultado destes factores, alterações significativas ou volatilidade nas taxas de juro poderão ter um impacto negativo substancial na actividade, situação financeira ou resultados operacionais do Grupo.

Se o Grupo não for capaz de ajustar as taxas de juro devidas por depósitos à evolução das taxas de juro de mercado dos empréstimos, ou se os procedimentos de controlo não forem capazes de gerir de forma adequada o risco de taxa de juro, os seus proveitos podem subir menos ou descer mais do que os seus custos, caso em que os resultados operacionais do Grupo podem ser negativamente afectados.

### ***Os riscos operacionais são inerentes à actividade do Grupo***

Na gestão corrente da sua actividade e em resultado da estrutura organizacional do Grupo, este encontra-se sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo a interrupção do serviço, erros, fraude, omissões, atrasos na prestação de serviços e requisitos de gestão de risco. O Grupo monitoriza continuamente estes riscos, nomeadamente através de avançados sistemas administrativos e de informação, bem como através de seguros para cobertura de determinados riscos operacionais. Qualquer falha na execução bem-sucedida das políticas de gestão e controlo de risco operacional do Grupo pode ter um efeito negativo substancial na sua situação financeira e resultados operacionais.

### ***A concorrência nos mercados bancários em que o Grupo desenvolve a sua exploração pode ter um efeito negativo na actividade do Grupo***

As alterações estruturais ocorridas na economia portuguesa ao longo dos últimos anos fizeram aumentar a concorrência no sector bancário português. Tais alterações estiveram principalmente relacionadas com a

privatização de diversos sectores da economia, nomeadamente da banca e dos seguros, assim como com a integração da economia portuguesa na UE e a introdução do Euro.

Os concorrentes do Grupo nos mercados portugueses são bancos comerciais e de aforro nacionais e bancos estrangeiros que entraram no mercado português. Nos últimos anos, as fusões e aquisições envolvendo os maiores bancos portugueses conduziram a uma significativa concentração da quota de mercado, um processo que pode continuar a verificar-se. A concorrência tem aumentado com o surgimento de canais de distribuição não tradicionais, tais como a internet e a banca telefónica.

Os níveis de concorrência são afectados pela procura dos consumidores, pelas alterações tecnológicas, pela consolidação de participantes do mercado, pela actuação regulamentar e por outros factores. Caso o Grupo não seja capaz de proporcionar ofertas de produtos e serviços atractivos e, simultaneamente, lucrativos, pode perder quota de mercado ou sofrer perdas nas suas actividades, o que pode afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Embora o Grupo acredite que está em condições de competir no mercado português, não existem garantias de que, no futuro, seja capaz de competir eficazmente nos mercados em que opera ou de que seja capaz de manter ou aumentar os seus resultados operacionais. O Plano de Recapitalização e o Plano de Reestruturação podem afectar a capacidade do Grupo em efectivamente competir no mercado português.

Em resultado do Plano de Reestruturação, o Banif será forçado a abandonar diversos dos seus negócios actuais e a concentrar-se noutros. Em especial, terá de reduzir a sua presença em Portugal Continental, pelo ajustamento e reconcentração da sua rede de agências, e de reduzir simultaneamente e de forma significativa a sua presença internacional, ao longo dos próximos cinco anos, através do desinvestimento de todas as suas unidades internacionais de negócio (ver a secção 9.4 - “*Plano de Reestruturação*” do Capítulo 9 - “*Informações sobre o Emitente e Oferente*”). Este cenário pode constituir uma pressão acrescida para que seja competitivo nas áreas em que o Banco venha a concentrar a sua estratégia no futuro. Os concorrentes podem ser maiores, mais diversificados e melhor capitalizados e com maior alcance geográfico, o que poderá ter um efeito negativo substancial na capacidade do Grupo para competir, assim como na sua rentabilidade.

#### ***Os problemas financeiros enfrentados pelos clientes do Grupo podem afectá-lo negativamente***

A instabilidade dos mercados financeiros e a recessão económica, especialmente em Portugal, pode ter um efeito negativo substancial na liquidez, nos negócios e/ou na situação financeira dos clientes do Grupo, o que, por sua vez, pode prejudicar a carteira de empréstimos do Grupo. O rácio de crédito vencido a mais de 90 dias registou um agravamento, de 12,3% a 31 de Dezembro de 2012 para 12,9% a 31 de Março de 2013, situando-se o rácio de cobertura por provisões em 84,9% em 31 de Março de 2013.

Num contexto de persistente agitação dos mercados, de recessão económica e de aumento do desemprego, aliado a uma diminuição do consumo, o valor dos activos que garantem os empréstimos concedidos pelo Grupo pode baixar significativamente, levando ao aumento das imparidades reconhecidas sobre os valores em dívida. Prevê-se que os empréstimos a empresas e a particulares permaneçam sujeitos a pressão em Portugal, na medida em que é provável que a considerável pressão descendente exercida pelas medidas de austeridade nos rendimentos disponíveis das famílias e na rentabilidade das empresas, assim como a deterioração do ambiente de negócios, as condições mais restritivas de acesso ao crédito e as dificuldades de liquidez daí resultantes venham a afectar negativamente a procura de empréstimos e a capacidade de reembolso dos actuais empréstimos pelos clientes.

Os níveis de poupança e procura de crédito por parte dos clientes do Grupo estão dependentes da confiança dos clientes, das tendências dos níveis de emprego, da situação das economias dos países onde o Grupo desenvolve a sua actividade e da disponibilidade e custo do financiamento. Acresce que os clientes do Grupo podem ainda reduzir significativamente a tolerância ao risco de investimentos que não sejam depósitos, tais como acções, obrigações e fundos de investimento mobiliários, o que pode afectar negativamente o resultado do Grupo decorrente de comissões. Qualquer uma das condições acima descritas pode ter um efeito negativo substancial na actividade, na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo.

***A crescente dependência do Grupo do recurso a sistemas sofisticados tecnologia de informação (“TI”) pode revelar-se inadequada***

As actividades bancárias dependem, em elevado grau, de sistemas sofisticados de TI. Os sistemas de TI são vulneráveis a diversos problemas, tais como falhas do *software* ou do *hardware*, intrusão criminosa, danos físicos em componentes vitais e vírus informáticos. Os sistemas de TI necessitam de actualizações frequentes para responderem às alterações da actividade e aos crescentes requisitos regulamentares, bem como para responderem ao desenvolvimento normal da actividade comercial do Grupo. O Grupo pode não ser capaz de implementar as actualizações necessárias em tempo útil e, por outro lado, tais actualizações podem não proporcionar as melhorias de eficiência ou de desempenho planeadas.

Além dos custos que possam vir a ser incorridos em resultado da eventual falha dos seus sistemas de TI, o Grupo pode ficar sujeito à aplicação de coimas pelas entidades reguladoras da actividade bancária se os seus sistemas de TI não lhe permitirem cumprir adequadamente todas as obrigações emergentes da regulamentação da sua actividade, incluindo matérias de prestação de informação. Assim, uma eventual interrupção dos sistemas de TI instalados poderia ter um efeito negativo substancial nas actividades, nos resultados operacionais e na situação financeira do Grupo.

***O Grupo está exposto a riscos actuariais e financeiros relacionados com as obrigações que tem para com os seus empregados em termos de pensões de reforma e cuidados de saúde***

Existem diversos planos de pensões no Grupo, alguns com benefícios definidos e outros com contribuições definidas, os quais resultam, em 31 de Dezembro de 2012, num *superavit* dos fundos de pensões para o Grupo de aproximadamente €7,1 milhões (cerca de 8% das suas responsabilidades). Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões independentes ou de pagamentos a empresas de seguros. O Grupo está exposto aos riscos relacionados com a rentabilidade dos activos dos seus fundos de pensões, que poderá ser inferior à prevista ou até mesmo negativa. Nesse caso, ter-se-á de reconhecer perdas actuariais sobre a diferença entre o valor estimado superior e o valor efectivo dos activos. Por outro lado, factores demográficos como o aumento da esperança média de vida dos empregados no activo e dos pensionistas, podem resultar em alterações nas tabelas de mortalidade utilizadas pelas empresas de seguros e, deste modo, poderão determinar uma evolução das responsabilidades diferente da esperada, originando igualmente perdas actuariais, que originam contribuições para os fundos de pensões por forma a garantir que os fundos de pensões do Grupo se encontram devidamente financiados. Para além da contribuição financeira, os desvios actuariais negativos provocam, por um lado, uma redução dos rácios de capital Core Tier I do Grupo, enfraquecendo os rácios de solvabilidade, e, por outro lado, afectam negativamente a situação líquida por via do reconhecimento destes desvios nas Reservas – Outro Rendimento Integral.

As eventuais perdas actuariais apuradas em exercícios futuros exigirão que o Grupo proceda a contribuições para os fundos de pensões a fim de manter os seus níveis mínimos de cobertura das responsabilidades, provocando reduções nos fundos próprios e, consequentemente, diminuição nos seus rácios de solvabilidade.



Nesta eventualidade, estar-se-ia perante um constrangimento à capacidade do Grupo em expandir os seus negócios, podendo obrigar mesmo à redução de actividade ou das exposições com risco por forma a acomodá-las aos níveis permitidos pela autoridade de supervisão.

Nos termos de um acordo celebrado em 2010 entre os bancos portugueses (incluindo o Grupo), os sindicatos dos empregados bancários e o Governo português, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social (“RGSS”), que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, em detrimento da sujeição a um específico regime bancário. Contudo, nos termos do presente acordo, no caso da pensão do Estado atribuir benefícios menores do que aqueles a que os colaboradores do Grupo teriam direito nos termos da convenção colectiva de trabalho, o Grupo terá de compensar a diferença, a qual poderá ser significativa. Adicionalmente, o Grupo mantém as suas obrigações relativas ao período anterior a 1 de Janeiro de 2011 e relativamente a certos assuntos, tais como benefícios respeitantes a doenças, incapacidades, sobrevivência e morte.

***A capacidade de crescimento do Grupo pode ser restringida por uma desaceleração do mercado bancário***

A capacidade do Grupo para crescer organicamente dependerá, em larga medida, de um crescimento continuado do sector bancário em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas. O crescimento do sector bancário em Portugal tem abrandado e poderá abrandar ainda mais por diversos motivos. É de prever que, dada a debilidade da conjuntura económica, o crescimento do sector bancário em Portugal abrande e, não pode ser assegurado que venha a crescer a longo prazo, a par da generalidade da economia global. Um clima económico menos favorável a nível mundial e orientações políticas mais proteccionistas por parte dos maiores importadores mundiais poderão resultar numa redução em termos de fluxos comerciais internacionais, uma importante componente do crescimento em Portugal. Além disso, o crescimento económico na Europa pode ser restringido nos próximos anos pela regulamentação legal, fiscal e monetária da UE, o que pode limitar a capacidade de resposta de um país às circunstâncias económicas locais. Um cenário de menor crescimento da actividade internacional terá um efeito negativo substancial na capacidade do Grupo para executar a sua estratégia e poderá afectar os seus resultados operacionais. Por outro lado, as restrições constantes do Plano de Recapitalização e do Plano de Reestruturação podem igualmente impedir o Grupo de aproveitar oportunidades de crescimento em Portugal.

***O Grupo está exposto às condições económicas dos mercados internacionais e a desenvolvimentos políticos, governamentais ou económicos adversos relacionados com a sua expansão internacional***

O Grupo mantém operações nos mercados internacionais, os quais se encontram expostos a riscos decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos ao nível político, governamental e económico.

O Grupo mantém operações em mercados integrados na União Europeia que não aderiram ainda ao Euro, designadamente em Malta e Hungria.

Parte das operações internacionais estão directa ou indirectamente expostas ao risco cambial, que poderá afectar adversamente os seus resultados.

***O Grupo conta com o recrutamento, a retenção e o desenvolvimento de quadros superiores adequados e pessoal competente***

A continuação do sucesso do Grupo depende, em parte, da manutenção dos serviços prestados pelos membros chave da sua equipa de gestão. A capacidade de continuar a atrair, formar, motivar e reter profissionais

altamente qualificados é um elemento chave da estratégia do Grupo. A implementação bem-sucedida da estratégia de crescimento do Grupo depende da disponibilidade de gestores competentes, tanto na sede como nas unidades de negócios. Caso o Grupo ou qualquer das suas unidades de negócios ou as diversas funções não se proverem de pessoal adequado ou perderem quadros superiores, não os substituindo satisfatória e atempadamente, a actividade, situação financeira e resultados operacionais do Grupo, incluindo os riscos de controlo e operacionais, podem ser afectados negativamente. Do mesmo modo, caso o Grupo não seja capaz de atrair e formar adequadamente, motivar e reter profissionais qualificados, a sua actividade também pode se afectada negativamente.

#### ***Acontecimentos imprevistos podem afectar negativamente a actividade e os resultados do Grupo***

Acontecimentos imprevistos, tais como catástrofes naturais, ataques terroristas ou outros estados de emergência podem levar a uma interrupção abrupta das operações do Grupo, o que pode causar perdas substanciais, as quais podem estar relacionadas com o património, activos financeiros, posição comercial e empregados chave. Esses acontecimentos podem tornar a contratação de seguros para determinados riscos indisponível, aumentando o risco do Grupo, o que pode afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais. Os acontecimentos imprevistos podem igualmente implicar custos adicionais (como, por exemplo, a realocização dos empregados afectados) e aumentar os custos do Grupo (como, por exemplo, os prémios de seguro).

#### ***O Grupo enfrenta riscos associados à implementação das suas políticas de gestão de risco***

As políticas, procedimentos e estratégias de gestão de risco do Grupo podem não ser eficazes para mitigar a exposição do Grupo a riscos em todos os ambientes do mercado económico ou contra todos os tipos de risco, incluindo riscos que o Grupo não identifique ou antecipe. Alguns dos instrumentos qualitativos e os elementos quantitativos da gestão de risco baseiam-se no recurso à observação do comportamento histórico do mercado. Nessa observação, o Grupo aplica estatísticas e outros instrumentos para chegar à quantificação das suas exposições a riscos. Estes instrumentos qualitativos e elementos quantitativos podem não prever exposições a riscos futuros, as quais podem, por exemplo, decorrer de factores que o Grupo não antecipou ou não avaliou correctamente nos seus modelos estatísticos, o que limitaria a capacidade do Grupo para gerir os seus riscos. Assim, as perdas do Grupo poderão ser significativamente maiores do que indicado pelas medições históricas. Além disso, a concepção dos modelos quantificados do Grupo não toma em consideração todos os riscos. Os instrumentos qualitativos e elementos quantitativos utilizados pelo Grupo para gerir esses riscos pode revelar-se insuficiente, expondo-o a perdas substanciais imprevistas. Caso os clientes, actuais ou potenciais, julguem a gestão de risco do Grupo inadequada, podem deixar de fazer negócios com o Grupo. Eventuais deficiências dos procedimentos de gestão de risco podem prejudicar a reputação do Grupo, assim como afectar negativamente a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais.

#### ***O sucesso do Grupo depende da sua capacidade em manter a sua carteira de clientes***

O sucesso do Grupo depende, em grande medida, da sua capacidade de manter a sua carteira de clientes e de lhes oferecer uma gama diversificada de produtos competitivos e de alta qualidade e elevados níveis de serviço. A eventual incapacidade do Banif de manter a sua base de clientes ou de oferecer aos clientes do Grupo uma vasta gama de produtos competitivos e de alta qualidade ou níveis de serviço consistentemente elevados poderá ter um efeito negativo substancial na situação financeira e resultados operacionais do Banif.

## Riscos regulatórios e legais

***O Grupo opera num sector de actividade que é fortemente regulado em Portugal e noutros mercados em que desenvolve a sua actividade, podendo nomeadamente perder a autorização para exercer a sua actividade***

O Grupo está sujeito a leis, regulamentos, actos administrativos e políticas relativos aos serviços financeiros em cada uma das jurisdições onde desenvolve a sua actividade. Tais requisitos regulamentares estão sujeitos a alterações, particularmente na actual conjuntura do mercado, onde têm ocorrido uma intervenção governamental sem precedentes e alterações aos regulamentos que regem as instituições financeiras. Em resposta à crise financeira global, os governos nacionais e, bem assim, alguns grupos supranacionais, tal como a UE, têm vindo a ponderar alterações significativas aos actuais quadros regulamentares, incluindo os respeitantes à adequação do capital, liquidez e escopo das operações bancárias. Os futuros requisitos regulamentares podem ser diferentes em cada uma das localizações, podendo mesmo os requisitos com aplicação a todo o Espaço Económico Europeu ser implementados ou aplicados de forma diferente nas diferentes jurisdições.

O cumprimento de novos requisitos, tais como os impostos pelo regulamento comunitário relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e sociedades de investimento (conhecido por “**CRD IV**”), que se prevê que entre em vigor em 1 de Janeiro de 2014, e com o qual o Grupo pretende cumprir, pode aumentar os requisitos e custos do capital regulamentar e da liquidez do Grupo (podendo inclusivamente implicar a necessidade de realizar futuros aumentos de capital), os requisitos de comunicação de informação, restringir determinados tipos de operações, afectar a estratégia do Grupo e limitar ou impor a modificação de taxas ou comissões que o Grupo cobra em determinados empréstimos ou outros produtos, sendo que qualquer dessas alterações pode diminuir a remuneração dos investimentos, os seus activos e o seu capital social. O Grupo pode igualmente enfrentar um aumento dos custos de conformidade e limitações à sua capacidade de prossecução de determinadas oportunidades de negócio. O novo quadro regulamentar pode ter um escopo significativo, podendo ter consequências não intencionais no sistema financeiro global, no sistema financeiro português ou na actividade do Grupo, incluindo um acréscimo de concorrência, uma crescente incerteza generalizada nos mercados ou o favorecimento ou desfavorecimento de determinadas linhas de negócio. O Grupo não pode prever o efeito de qualquer dessas alterações na sua actividade, situação financeira, *cash flows* ou perspectivas futuras.

Além da introdução de novos regulamentos, o Grupo tem estado e mantém-se sujeito a extensos regimes de supervisão e regulamentares do BCE, do Banco de Portugal e da CMVM, fundamentalmente relacionados com níveis de liquidez, solvabilidade, provisões, investimentos permitidos, questões éticas, branqueamento de capitais, privacidade, emissão, oferta e colocação de valores mobiliários (incluindo instrumentos de dívida), questões de intermediação financeira, manutenção de registos, práticas de *marketing* e de venda.

Estes regulamentos podem aumentar significativamente os custos da estrutura de um banco e limitar as suas possibilidades de aumento de rendimentos. Entre os exemplos específicos em que a regulamentação pode ter impacto no exercício da actividade do Grupo contam-se:

- Imposição de manutenção de reservas mínimas de caixa junto do banco central – a reserva de caixa mínima actualmente aplicável aos bancos portugueses encontra-se fixada em 1% do montante total de depósitos. A fixação de uma percentagem superior juntamente com a reduzida taxa de juro actualmente aplicável à remuneração de tais reservas teria um impacto negativo no rendimento líquido do Grupo.

- Níveis mínimos de capitalização – a partir de 31 de Dezembro de 2012, o Banco de Portugal impõe aos grupos bancários portugueses a manutenção de um rácio de capital Core Tier I mínimo de 10%.

O Grupo não conseguiu satisfazer o rácio de capital Core Tier I imposto pelo Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2012, tendo, por isso, na sequência do acordo celebrado com o Estado Português em 2012, ocorrido, em Janeiro de 2013, o investimento público do Estado Português, nos termos do Plano de Recapitalização. Não obstante, o Grupo divulgou os rácios referentes a 31 de Dezembro de 2012 como se, nessa data, já tivesse sido realizado o investimento público, uma vez que os acordos a ele subjacentes haviam sido assinados ainda em 2012. Assim, em 31 de Março de 2013, o rácio de capital total do Banif era de 11,06%, sendo o seu rácio Tier I e o rácio Core Tier I de 10,11% e 10,50%, respectivamente. Já em 31 de Dezembro de 2012, o rácio de capital total do Banif era de 11,75%, sendo o seu rácio Tier I e o rácio Core Tier I de 10,80% e 11,16%, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2011, esses rácios eram, respectivamente, de 8,02%, 6,77% e 6,78%. Para além dos elevados custos de obtenção desse capital, a actividade do Grupo continuará sujeita a condicionalismos.

Em 12 de Setembro de 2010, foi anunciado pelo Comité de Basileia sobre Supervisão Bancária um novo acordo sobre supervisão bancária, conhecido como Basileia III, que revê a maior parte dos requisitos mínimos de capital e de liquidez. O acordo obtido tem requisitos de capital mais exigentes que serão aplicados ao longo de um período de transição para atenuar o seu impacto no sistema financeiro internacional. Os requisitos mínimos de capital para *Common Equity Tier I capital* aumentarão gradualmente de 3,5% dos *risk-weighted assets* para 7% dos *risk-weighted assets*, incluindo um *buffer* de conservação de capital, em 2019. O requisito mínimo de rácio de solvabilidade total aumentará de 8% para 10,5% entre 2016 e 2019. Alterações adicionais incluem: (i) um aumento progressivo do rácio de *common equity* de 3,5% para 4,5% em 2015; (ii) um aumento progressivo no rácio de Tier I de 4,5% para 6% em 2015; (iii) um requisito adicional de *buffer* de conservação de capital de 2,5% sobre a *common equity*, com implementação faseada de 2016 a 2019 e aplicação de restrições na capacidade de os bancos pagarem dividendos ou fazerem outros pagamentos, a definir, se o capital for inferior ao rácio de *common equity* e de conservação do capital; (iv) um *buffer* de capital anti-cíclico, que será entre 0% e 2,5% dos *risk-weighted assets*, com características de absorção de perdas, em função da fase do ciclo de crédito de acordo com a sua aplicação pelas autoridades de supervisão nacionais; e (v) o rácio de alavancagem será testado para um rácio não ajustado de risco de 3%. Adicionalmente, o regime Basileia III também contém requisitos mais estritos relativos à qualidade do capital que pode ser considerado “*Common Equity Tier I capital*” e para o cálculo de *risk-weighted assets*. A implementação plena de Basileia III é apenas esperada para o início de 2019. Os principais impactos previstos de Basileia III nos rácios consolidados de capital relacionam-se com activos fiscais diferidos, com as provisões de imparidades para perdas esperadas, com o corredor do fundo de pensões, com as participações minoritárias em subsidiárias consolidadas, participações significativas em instituições financeiras não consolidadas e com o aumento dos requisitos de capital para riscos de mercado e de contraparte.

Em 13 de Janeiro de 2011, o Comité de Basileia emitiu “Requisitos mínimos para assegurar a absorção de perdas em situação de não viabilidade”, que sugere algumas regras específicas para bancos internacionalmente activos, como o Banif. As regras exigem que todos os instrumentos adicionais de Tier I e Tier II emitidos por bancos internacionalmente activos tenham de incluir, com sujeição a certas excepções, uma disposição nos seus termos e condições que requeira que os mesmos sejam *written-off* quando ocorram determinadas circunstâncias. Se estas regras forem implementadas em Portugal, o Banco ficará sujeito às

mesmas. Se a proposta for implementada na sua actual redacção, tal poderá afectar o custo associado aos instrumentos adicionais de Tier I e Tier II que o Grupo emita no futuro.

Para além das regras sobre requisitos de capital, nas recomendações de Basileia III preve-se também o estabelecimento de rácios de liquidez de curto e longo prazo e de rácios de financiamento referidos como “Rácio de Cobertura de Liquidez” e “Rácio de Financiamento Líquido Estável”, respectivamente. O Rácio de Cobertura de Liquidez, cuja implementação se recomenda que seja efectuada em 2015, diz respeito à suficiência de activos líquidos de elevada qualidade para suprir necessidades de liquidez de curto prazo em cenários de elevado *stress*, sendo que o valor destes activos não poderá ser inferior a 100% das saídas líquidas de *cash flow* para os trinta dias seguintes à data de *stress* relevante. O Rácio de Financiamento Líquido Estável, cuja implementação se recomenda que seja efectuada em 2018, procura estabelecer um montante mínimo de financiamento estável baseado nas características de liquidez dos activos da instituição em causa e das suas actividades no período de um ano.

A rentabilidade dos activos financeiros é, regra geral, inversamente correlacionada com a sua liquidez. Nessa medida, o respeito destes rácios por parte do Banco pode levar à necessidade de reforço ou constituição de carteiras de activos de elevada liquidez mas de reduzida rentabilidade e/ou a um aumento dos custos de financiamento, já que a forma de cálculo destes rácios privilegia o financiamento de longo prazo face ao financiamento de curto prazo.

Adicionalmente a estes requisitos, as instituições identificadas como sistemicamente relevantes a nível mundial poderão estar sujeitas a requisitos ainda mais exigentes e restritivos. Não estando prevista a classificação de bancos nacionais como sistemicamente relevantes a nível mundial, existem, contudo, propostas para que este princípio também deva ser aplicado a um nível nacional. Nesse caso, a classificação do Banif como sistematicamente relevante para Portugal poderia implicar custos acrescidos para o Banco.

Subsiste alguma incerteza quanto aos requisitos finais e implementação de Basileia III. Se estas medidas forem implementadas como actualmente propostas, será de esperar que tenham um impacto significativo no capital e na gestão de activos e responsabilidades do Grupo, o que terá provavelmente um efeito adverso na situação financeira, nos resultados e nas perspectivas futuras do Grupo.

As normas regulamentares que regem a actividade do Grupo podem igualmente ser alteradas a qualquer momento, o que pode ter um efeito negativo nos seus negócios. Além disso, o Grupo não tem possibilidade de prever quando e em que forma futuras iniciativas regulamentares terão lugar nem os efeitos que eventuais novos requisitos terão nas suas operações, no seu desempenho financeiro e na fixação do preço dos seus valores mobiliários. A modificação da regulamentação actual pode afectar de forma significativa a forma como o Grupo desenvolve a sua actividade, os produtos e serviços que pode disponibilizar e o valor dos seus activos e, consequentemente, a sua situação financeira e resultados operacionais.

Além do mais, o PAEF estabelece ainda reformas essenciais relativamente a alavancagem e planos específicos de financiamento a médio prazo. Este acréscimo de supervisão do Banco de Portugal pode aumentar os custos e forçar o Grupo a alienar os seus activos em condições desfavoráveis.

O incumprimento da legislação aplicável poderá resultar em penalidades, danos de reputação e até na perda da autorização para exercer a actividade.

***O quadro regulamentar e de supervisão da UE pode condicionar o ambiente económico, tendo um impacto negativo nas operações do Grupo***

O Parlamento Europeu está a ponderar dois projectos de regulamento relativos ao governo económico, designadamente: (i) um regulamento destinado ao aumento da monitorização e avaliação dos projectos de planos orçamentais dos Estados-Membros da Zona Euro, em especial os que estão sujeitos a um processo de défice excessivo, e (ii) um regulamento relativo a uma maior fiscalização dos Estados-Membros da Zona Euro que estejam a sofrer graves perturbações financeiras ou solicitem assistência financeira (fonte: Conselho Europeu, Julho de 2012). Estes dois projectos de regulamento introduzem disposições destinadas a uma maior monitorização das políticas orçamentais dos países. É colocada grande ênfase no critério da dívida do Pacto de Estabilidade e Crescimento, em que seria exigido aos Estados-Membros cuja dívida seja superior a 60% do PIB (valor de referência da dívida na UE) que tomassem medidas de redução da dívida a um ritmo pré-definido, mesmo que tenham um défice inferior a 3% do PIB (o valor de referência do défice na EU). Como medida preventiva, a reforma propõe um *benchmark* de despesa, o que implica que o crescimento anual da despesa não deve ser superior a uma taxa de crescimento do PIB a médio prazo de referência. É proposto um novo conjunto de sanções financeiras para os Estados-Membros da Zona Euro, a aplicar a um nível inferior de défice e utilizando uma abordagem gradual. Embora não seja relevante no curto prazo, dada a dimensão do desequilíbrio da dívida pública portuguesa, é provável que estas medidas, se implementadas, tenham como consequência limitar a capacidade do Governo para estimular o crescimento económico através da despesa ou através da redução da carga fiscal, durante um período prolongado. Qualquer limitação do crescimento da economia portuguesa é susceptível de afectar negativamente a actividade, a situação financeira, os resultados ou operações e as perspectivas do Grupo.

***Os resultados negativos dos stress tests poderão ter como consequência a necessidade de aumento de capital ou a perda da confiança pública no Grupo***

Reguladores nacionais e internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional, o BCE, a EBA e outros, têm vindo a realizar periodicamente *stress tests* ao sector bancário, e o Grupo antecipa que tais testes continuem a ocorrer. Novos *stress tests* podem vir a revelar necessidades de capital suplementares num banco em particular ou no sistema bancário português em geral, podendo conduzir à introdução de mais regulamentação no sistema financeiro. Em particular, os *stress tests* podem levar a que o Banco seja obrigado a obter capital adicional.

Consequentemente, os resultados dos *stress tests* podem afectar negativamente os custos de financiamento do Grupo, com impacto negativo na sua actividade e situação financeira. Adicionalmente, uma quebra de confiança no sistema bancário na sequência da divulgação dos resultados dos *stress tests* relativos a um banco ou ao sistema bancário português como um todo, ou mesmo a percepção generalizada de que tais testes podem não ter sido suficientemente rigorosos, podem também afectar negativamente os custos de financiamento do Banco.

***O Grupo pode ser afectado negativamente pela alteração da legislação e regulamentação fiscais***

O Grupo pode ser afectado adversamente por alterações fiscais em Portugal, na UE e noutros países onde desenvolve a sua actividade. O Grupo não controla essas alterações fiscais ou alterações de interpretação das leis fiscais por parte de qualquer autoridade fiscal ou outra. As recentes medidas tomadas pelo Governo português para estimular a economia e apoiar o sistema bancário, bem como o objectivo proposto de equilibrar as contas públicas no médio prazo, podem conduzir ao aumento da carga fiscal ou à redução dos benefícios fiscais. Alterações significativas na legislação fiscal em Portugal, na UE ou nos países onde o Grupo mantém actividade ou dificuldades na implementação ou cumprimento de novas leis e regulamentação

fiscais podem ter um impacto negativo substancial na actividade, situação financeira e resultados operacionais do Grupo.

***As deliberações da Comissão Europeia relativas ao quadro comunitário da Recuperação e Resolução Bancária (“Directiva de Resolução e Recuperação”) podem restringir as operações empresariais do Grupo e aumentar os custos de refinanciamento***

A Directiva de Resolução e Recuperação contém três tipos de medidas: medidas preparatórias e preventivas, intervenção prévia de supervisão, e instrumentos e poderes de resolução. A aplicação destas medidas e poderes irá certamente afectar directamente os direitos dos accionistas e dos credores.

O custo da resolução pode também acarretar o estabelecimento de fundos nacionais para apoiar os fundos de resolução. Os bancos sujeitos à Directiva de Resolução e Recuperação podem vir a ser obrigados a contribuir para os fundos *ex ante*. Os termos dessa contribuição estão ainda por determinar, mas é provável que resulte em custo para os bancos, custo este que pode ser substancial.

Será exigido às instituições de crédito que elaborem planos de recuperação adequados para resolução dos problemas de liquidez, de solvabilidade ou de exposição global ao risco, mantendo-os actualizados. Como complemento dos planos de resolução, as autoridades podem ter poderes preventivos, incluindo limitação ou modificação da exposição ao risco; requisitos de informação adicional, restrições ou proibições de certas actividades e mudanças das estruturas do Grupo. Tais acções podem ter consequências sobre a rentabilidade do Grupo, no seu custo de financiamento e na implementação da sua estratégia global.

No âmbito de intervenções preventivas, as autoridades poderão ser investidas de poderes para proibir a distribuição de dividendos aos accionistas ou a detentores de valores mobiliários híbridos, para substituir directores ou administradores, para exigir ao Banco que proceda à alienação de activos que constituam risco excessivo ou indesejável para a solidez da instituição financeira. Estas acções podem ter um efeito directo na rentabilidade expectável dos accionistas e impactos indirectos adicionais através de alterações nos negócios do Banco.

No que se refere a instituições financeiras em incumprimento, os poderes das autoridades podem incluir, nomeadamente, o direito de determinar a transmissão de activos, direitos ou responsabilidades a favor de outra entidade, a amortização ou cancelamento de acções, o *bail-in* da dívida, resultando no *write-off* ou conversão de dívida, a substituição da gestão ou a exigência de continuidade da prestação dos serviços essenciais.

***O cumprimento das regras de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo implica custos e esforços significativos***

O Grupo está sujeito a regras e regulamentos relativos ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. A monitorização do cumprimento das regras de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo pode onerar significativamente, em termos financeiros, os bancos e outras instituições financeiras, suscitando problemas técnicos igualmente significativos. Embora o Grupo acredite que as suas actuais políticas e procedimentos são suficientes para assegurar o cumprimento da legislação aplicável, não pode garantir que as suas políticas e procedimentos de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, que são extensíveis a todo o Grupo, impeçam em absoluto situações dessas. A verificação de situações de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo pode ter consequências gravosas, nomeadamente em termos de reputação, podendo ter um efeito negativo substancial na situação financeira e nos resultados operacionais do Grupo.

***A planeada criação de um sistema de protecção de depósitos aplicável a toda a UE poderá resultar num encargo financeiro adicional para o Grupo***

A harmonização dos sistemas de garantia de depósitos implicará alterações significativas aos mecanismos dos sistemas de garantia de depósitos actualmente em vigor. Estando em consideração o aumento do financiamento *ex ante* para cerca de três quartos do financiamento total e do objectivo relativo ao nível dos esquemas de garantia de depósitos para 2% dos depósitos elegíveis, pode vir a ser exigido aos bancos que contribuam para os sistemas de garantia de depósitos com montantes muito superiores aos actuais.

Embora se preveja, neste momento, que a harmonização dos sistemas de garantia de depósitos mantenha o nível de cobertura em 100 mil euros, a preferência expressa pelas autoridades da UE no sentido da simplificação dos critérios de elegibilidade e da aplicação de procedimentos de pagamento mais céleres pode conduzir a ajustamentos adicionais no nível e âmbito da cobertura, implicando contribuições superiores dos bancos para os esquemas de garantia de depósitos.

Os custos indirectos adicionais dos sistemas de garantia de depósitos podem igualmente ser significativos, ainda que sejam muito inferiores aos das contribuições directas para o fundo, o mesmo acontecendo no que se refere à prestação de informações detalhadas aos clientes sobre produtos, bem como ao cumprimento de regulamentação específica relativa à publicidade de depósitos ou de produtos similares a depósitos.

***Risco relacionado com as regras relativas a constituição de imparidades e provisões***

O Banco de Portugal definiu requisitos mínimos para a constituição de provisões, aplicáveis às contas individuais, no que respeita ao crédito não vencido, crédito de cobrança duvidosa, crédito vencido, imparidade em títulos e participações financeiras, risco-país e outras contingências. Nas contas consolidadas, o Grupo constitui imparidades de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (IAS 39) que está actualmente a ser objecto de revisão, estando prevista a introdução do conceito de provisões por prejuízos esperados em substituição do actual conceito de provisões por prejuízos incorridos (“incurred losses”), em moldes ainda a definir. Esta alteração poderá ter um impacto negativo nos resultados do Grupo.

***Riscos relacionados com a estrutura accionista e societária do Banif***

***O Estado Português pode vir a reforçar a sua influência sobre determinadas deliberações dos accionistas***

Caso o aumento de capital a que respeita o presente Prospecto seja integralmente subscrito, a participação detida pelo Estado Português será diluída para 77,288% do capital social, correspondendo a 68,393% dos direitos de voto. Após a conclusão integral da segunda fase do Plano de Recapitalização, o Estado Português deterá 60,57% do capital social do Banif, correspondente a 49,41% dos direitos de voto (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), caso o valor global de €450 milhões (dos quais €100 milhões são objecto da presente Oferta) seja totalmente subscrito no âmbito do(s) aumento(s) de capital, o que lhe confere a possibilidade de exercer uma influência significativa sobre determinadas deliberações dos accionistas.

Actualmente, as restrições ao direito de voto do Estado Português encontram-se previstas nas Normas de Recapitalização do Banif, que determinam que o Estado apenas poderá exercer os direitos de voto decorrentes das acções especiais que excedam 50% do capital do Banif. Porém, a Lei n.º 63-A/2012, de 24 de Novembro (conforme alterada), que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no



âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, e ao abrigo da qual foi aprovado o Plano de Recapitalização do Banco, tem vindo a ser objecto de várias revisões, tendo sido enviado, em 26 de Junho de 2013, para promulgação pelo Presidente da República, o Decreto da Assembleia da República 146/XII, que teve origem na Proposta de Lei 127/XII, publicado no Diário da Assembleia da República II Série A n.º 151/XII/2 2013.06.14 (pág. 2-16) onde é proposta a sexta alteração à referida Lei.

No âmbito da antedita proposta está perspectivada a eliminação dos constrangimentos ao exercício dos direitos de voto pelo Estado, bem como o impedimento de exercício, qualquer que seja a sua participação no capital social da instituição de crédito, de domínio ou controlo sobre a instituição, nos termos do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 13.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, sem prejuízo do disposto no artigo 16.º -A da lei em causa.

Por outro lado, em caso de subscrição completa do aumento de capital a que respeita o presente Prospecto, e assumindo que as entidades abaixo referidas não irão subscrever este aumento, as demais participações qualificadas no Banif a assumir pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque e pela Auto-Industrial SGPS (antes da conversão dos VMOCs a ocorrer em 30 de Setembro de 2013) serão as seguintes:

- A Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque continuará a assumir uma participação qualificada no Banif, indirectamente detida, correspondente a 7.837.073.868 acções ordinárias, representativas de 8,653% do capital social e de 12,042% dos direitos de voto (participação que engloba, nos termos do artigo 20.º do CVM, as 7.500.000.000 acções ordinárias, representativas de 8,281% do capital social e de 11,524% dos direitos de voto detidos pela Açoreana Seguros);
- A Auto-Industrial SGPS continuará a assumir uma participação qualificada no Banif, correspondente a 2.576.377.857 acções ordinárias, representativas de 2,845% do capital social e de 3,959% dos direitos de voto.

## **2.2 Riscos relacionados com as Ofertas e com as Acções e as Obrigações**

### ***A representação do capital social de sociedades por acções sem valor nominal, como é o caso do Banif, poderá suscitar questões e problemas interpretativos***

Em resultado do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro concluído em 17 de Dezembro de 2012, todas as acções representativas do capital social do Banif foram convertidas em acções sem valor nominal. Muito embora esta alteração tenha sido efectuada na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, que introduziu a figura das acções sem valor nominal no sistema jurídico português, e não obstante haver já experiência similar noutros ordenamentos jurídicos, a existência de acções sem valor nominal corresponde a um regime jurídico novo e ainda não muito desenvolvido em Portugal, podendo, como é frequente em regimes jurídicos novos, serem suscitadas questões e problemas interpretativos ainda sem tratamento pela doutrina e jurisprudência portuguesas, com os inerentes riscos associados.

***A participação dos actuais accionistas poderá ser diluída se os mesmos não participarem na OPS de Acções***

Em caso de subscrição completa da OPS de Acções, e caso não subscrevam Acções a emitir no âmbito da OPS de Acções na proporção das acções por si detidas actualmente, os accionistas poderão sofrer uma diluição da sua participação no capital social do Banif, já que outros investidores poderão subscrever Acções, e uma parte das Acções que não seja subscrita no âmbito da OPS de Acções poderá vir a ser subscrita no âmbito do compromisso de colocação assumido pelo BES, melhor descrito na secção 4.1 - “*Critérios de rateio*” do Capítulo 4 - “*Descrição das Ofertas*”.

Os accionistas poderão assim ver a sua participação diluída, de tal modo que um accionista que fosse detentor de uma participação de 1% do capital social antes da OPS de Acções verá a sua participação diluída para aproximadamente 0,890% do capital social, na sequência da emissão de 10.000.000.000 Acções (diluição de 11,04%).

***O Banif não pode garantir que o preço dos valores mobiliários a emitir no âmbito das Ofertas corresponda ao valor de mercado dos mesmos durante o período das Ofertas ou no momento da sua admissão à negociação***

As condições da emissão das Obrigações e do aumento de capital aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em 27 de Junho de 2013 determinam que as Obrigações e as Acções a emitir no âmbito das Ofertas sejam emitidas com o valor de emissão correspondente a €0,01 para as Acções e de €1,00 para as Obrigações. O Banif não pode assegurar aos destinatários das Ofertas que, durante o período das Ofertas ou no momento de admissão à negociação das Obrigações e das Acções objecto das Ofertas, a sua cotação de mercado não seja inferior ao seu valor unitário de emissão de €0,01 para as Acções e €1,00 para as Obrigações.

***A cotação das acções ordinárias do Banif pode descer***

O Banif não pode garantir aos destinatários das Ofertas que o preço de negociação em mercado das suas acções ordinárias não irá descer. Caso isso ocorra após a conclusão das Ofertas, os destinatários das mesmas sofrerão, como resultado, uma perda imediata ainda que não realizada. Até ao registo em conta de valores mobiliários escriturais das Acções, no final da OPS de Acções, os destinatários da OPS de Acções não poderão vender as Acções que subscrevam no âmbito da OPS de Acções. Para além disto, a venda de um número substancial de acções ordinárias, incluindo por parte dos investidores que recebam Acções no âmbito da OPS de Acções (cujo objectivo de investimento ou estratégia podem levar a que alienem as Acções) ou a percepção de que tais vendas poderão ocorrer, podem afectar negativamente o preço de negociação em bolsa das acções ordinárias do Banif. Acresce que as acções que o Estado Português possa tomar relativamente à sua participação social no Banif, incluindo a possível conversão dos instrumentos híbridos por si detidos (CoCos) em acções ordinárias, poderão afectar negativamente o preço de negociação em bolsa das acções ordinárias do Banif.

A admissão à negociação no Euronext Lisbon depende do registo do aumento de capital do Banif na Conservatória do Registo Comercial, o qual só poderá ter lugar após a liquidação da OPS de Acções. Um atraso na admissão à negociação das Acções pode afectar a liquidez das mesmas. O Banif não pode garantir aos investidores que o registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial e a admissão à negociação das Acções no Euronext Lisbon ocorram nas datas previstas.

***Os direitos dos investidores enquanto accionistas serão regidos pelo direito português, sendo reconhecida a possibilidade de deliberações dos órgãos sociais (tais como as deliberações do Conselho***

***de Administração respeitantes à OPS de Acções) serem declaradas nulas ou anuladas quando se encontrem em violação dos estatutos da sociedade ou da lei aplicável***

O Banif é uma sociedade aberta regida pelo direito português e os direitos dos titulares das suas acções ordinárias são os decorrentes dos estatutos do Banif e dos direitos societário e dos valores mobiliários portugueses, independentemente da lei nacional aplicável aos respectivos accionistas. A possibilidade de accionistas do Banif proporem acções contra o Banif e seus quadros e administradores ao abrigo de regimes jurídicos estrangeiros e a possibilidade de os accionistas verem reconhecidas decisões judiciais obtidas noutro país pelos tribunais portugueses poderão ser limitadas por esse facto.

Não obstante, é reconhecido aos accionistas a possibilidade de, ao abrigo do direito português, declarar nulas ou anular, deliberações dos órgãos sociais que se encontrem em violação dos estatutos da sociedade ou da lei aplicável. Tais actos podem surgir, por exemplo, com respeito a deliberações adoptadas relativamente ao pagamento de dividendos, aumento de capital (incluindo as deliberações do Conselho de Administração respeitantes à OPS de Acções), redução de capital e quaisquer outras alterações aos estatutos, cisão ou fusão da sociedade. Esta actuação, no caso de aumento do capital social de uma sociedade aberta, como a OPS de Acções, pode levar a que as acções emitidas na sequência do dito aumento de capital não sejam fungíveis com as já existentes, até que se resolva a questão, como estabelece o artigo 25.º do Código dos Valores Mobiliários. Os accionistas têm que possuir, conjunta ou isoladamente, pelo menos, 0,5% do capital social para poderem requerer uma providência cautelar de suspensão de deliberação social de uma sociedade aberta.

***Os direitos dos accionistas minoritários poderão ver-se limitados no quadro da lei portuguesa***

Apesar do elevado grau de harmonização do quadro legal que regula os direitos dos accionistas nos Estados-Membros da União Europeia, os direitos dos accionistas minoritários, bem como outras questões que influenciem aqueles direitos, poderão ser diferentes em Portugal por comparação com outras jurisdições, podendo a capacidade de um investidor exercer tais direitos revelar-se limitada. Adicionalmente, a exequibilidade de decisões judiciais ou arbitrais proferidas contra o Banif ou qualquer um dos seus responsáveis fora de Portugal está sujeita à verificação de determinados requisitos legais.

***Impedimentos de natureza legal ou regulamentar poderão restringir certos investimentos por parte dos destinatários das Ofertas***

As actividades de investimento por parte de certos investidores estão condicionadas por leis e regulamentos relativos a actividades de investimento ou a supervisão e regulação por parte de um conjunto diverso de autoridades. Os destinatários das Ofertas deverão, previamente a uma decisão de investimento, atendendo à sua situação concreta, aconselhar-se com os seus consultores jurídicos para determinar se e em que medida: (i) o exercício do direito de aceitação das Ofertas é um investimento permitido por lei; (ii) os valores mobiliários que lhe sejam atribuídos no contexto das Ofertas podem ser utilizados como garantias para diversos tipos de empréstimo; e (iii) outras restrições susceptíveis de se aplicarem à aquisição, alienação ou oneração dos valores mobiliários que lhe sejam atribuídos no contexto das Ofertas. As instituições financeiras deverão consultar os seus consultores jurídicos e os reguladores apropriados para determinar o tratamento a dar aos valores mobiliários objecto das Ofertas, ao abrigo de quaisquer regras aplicáveis.

***O compromisso assumido pelo Banco Espírito Santo, S.A. de assegurar a colocação de até 2.500.000.000 Acções encontra-se sujeito a determinadas condições, designadamente, à de a liquidação financeira do aumento de capital ocorrer até 31 de Julho de 2013***

No âmbito da presente OPS de Acções, o Banco Espírito Santo, S.A. assumiu o compromisso de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que

não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000, correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções. Este compromisso encontra-se sujeito a determinadas condições, designadamente, à de a liquidação financeira do aumento de capital ocorrer até 31 de Julho de 2013.

***Os destinatários são responsáveis pela avaliação dos méritos das Ofertas***

Cada destinatário das Ofertas é individualmente responsável por realizar a sua própria avaliação independente de todas as matérias que considere conveniente avaliar (incluindo as relacionadas com as Ofertas, o Banif e as Obrigações e as Acções) e cada investidor deverá tomar a sua própria decisão de aceitar as Ofertas.

Os destinatários das Ofertas deverão consultar os seus assessores fiscais, contabilísticos, financeiros e legais, relativamente à adequação, para si, da aceitação das Ofertas, tendo em conta as respectivas consequências fiscais e contabilísticas.

***A eficácia da OPS de Acções encontra-se condicionada à realização da OPS de Obrigações***

A OPS de Acções encontra-se dependente da realização da OPS de Obrigações, que está prevista iniciar-se logo após a liquidação financeira da OPS de Acções. Assim, caso, por qualquer motivo, a OPS de Obrigações não se possa concretizar, a OPS de Acções ficará sem efeito, havendo lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos montantes pagos a título da correspondente liquidação no âmbito da OPS de Acções (sem que, porém, sejam restituídos os valores dos custos e despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros).

***A subscrição de Acções no âmbito da OPS de Acções não garante que o subscritor consiga subscrever um montante mínimo de Obrigações no âmbito da OPS de Obrigações***

Apesar de a OPS de Obrigações ser reservada aos “Acionistas do Banif para os efeitos da OPS de Obrigações” e estar prevista uma alocação preferencial das Obrigações aos investidores que tenham subscrito Acções no âmbito da OPS de Acções, tendo em conta que o montante das Obrigações objecto de oferta é limitado a 225.000.000, a subscrição de Acções na OPS de Acções não garante a subscrição de um montante mínimo de Obrigações no âmbito da OPS de Obrigações.

***Após o período da OPS de Acções, e uma vez efectuada a correspondente liquidação financeira, só será possível alienar Acções subscritas após as mesmas estarem registadas em conta e admitidas à negociação, o que se prevê que venha a acontecer apenas aquando da liquidação financeira da OPS de Obrigações***

Após decorrido o período da OPS de Acções, e uma vez efectuada a correspondente liquidação financeira, os destinatários desta Oferta não poderão vender as Acções que tenham subscrito e realizado no âmbito da Oferta até que as Acções sejam registadas em conta de valores mobiliários junto de intermediário financeiro legalmente habilitado e admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon. Acresce referir que as Acções só serão registadas em conta após o registo comercial do aumento de capital, que se prevê que venha a acontecer apenas aquando da liquidação financeira da OPS de Obrigações.

***Os destinatários das Ofertas estão sujeitos a diversas restrições***

Os destinatários das Ofertas devem consultar as restrições à participação nas Ofertas constantes do Capítulo 19 - “Restrições à participação nas Ofertas”. O não cumprimento destas restrições poderá resultar, entre outras consequências, na revogação ou cancelamento das transacções e/ou em penalidades relevantes.

***O Banco não poderá distribuir dividendos enquanto existirem acções especiais, o que se prevê que ocorra até 25 de Janeiro de 2018***

De acordo com o Despacho n.º 1527-B/2013, o Estado Português, enquanto for titular das acções especiais, o que se prevê que ocorra até 25 de Janeiro de 2018, tem direito a receber uma remuneração prioritária (dividendo preferencial) correspondente a uma percentagem equivalente ao seu interesse económico sobre 30% dos lucros distribuíveis do Banif do exercício financeiro relevante. Enquanto existirem acções especiais, o Banco não poderá proceder à distribuição de dividendos. Quaisquer lucros distribuíveis que de outro modo estariam disponíveis para serem distribuídos aos accionistas a título de dividendos deverão ser aplicados no pagamento da remuneração prioritária (dividendo preferencial) relativa às acções especiais, na recompra de acções especiais ou dos CoCos detidos pelo Estado Português, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos. Estes limites aplicam-se a qualquer outra modalidade de distribuição aos accionistas, incluindo a recompra de acções e a distribuição de activos.

***As Obrigações objecto da OPS de Obrigações apresentam riscos específicos inerentes a este tipo de valor mobiliário, nomeadamente, os custos associados à existência da carteira de títulos***

As Obrigações podem não ser um investimento adequado para todos os investidores. Cada potencial investidor nas Obrigações deve determinar a adequação do investimento em atenção às suas próprias circunstâncias. Em particular, cada potencial investidor deverá:

- (a) Ter suficiente conhecimento e experiência para realizar uma avaliação ponderada das Obrigações, das vantagens e dos riscos de um investimento nas Obrigações e da informação contida ou incorporada por remissão neste Prospecto ou em qualquer adenda ou rectificação ao mesmo;
- (b) Ter acesso e conhecer instrumentos analíticos apropriados para avaliar, no contexto da sua particular condição financeira, um investimento nas Obrigações e o impacto das mesmas na sua carteira de investimentos;
- (c) Ter recursos financeiros suficientes e liquidez que permitam suportar todos os riscos inerentes a um investimento nas Obrigações;
- (d) Perceber aprofundadamente os termos e as condições aplicáveis às Obrigações e estar familiarizado com os mercados financeiros relevantes com assessoria de um consultor financeiro ou outro adequado, bem como cenários possíveis relativamente a factores económicos, de taxas de juro ou outros que possam afectar o seu investimento e a sua capacidade de suportar os riscos aplicáveis.

As condições das Obrigações constantes da secção 5.2 - “Obrigações” do Capítulo 5 - “Descrição dos valores mobiliários objecto das Ofertas Públicas de Subscrição” bem como a legislação e regulamentação aplicável contêm regras sobre convocação de assembleias de obrigacionistas para deliberar acerca de matérias que afectem os seus interesses em geral. Aquelas regras prevêem que a tomada de decisões com base em determinadas maiorias vincula todos os obrigacionistas, incluindo aqueles que não tenham participado nem votado numa determinada assembleia e aqueles que tenham votado em sentido contrário à deliberação aprovada.

Se um representante comum dos obrigacionistas vier a ser nomeado, as respectivas condições de nomeação podem vir a prever que aquele tenha poder para acordar determinadas modificações às condições das Obrigações que sejam de natureza menor, formal, técnica, efectuadas para corrigir um erro manifesto ou cumprir disposições legais imperativas.

Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação das Obrigações. O Banif pretende que a admissão à negociação aconteça com a maior brevidade possível, sendo previsível que a mesma ocorra em 31 de Julho de 2013. Como tal, os investidores poderão transaccionar as Obrigações em mercado após a data de admissão à negociação. No entanto, a admissão à negociação não garante, por si só, uma efectiva liquidez das Obrigações. As Obrigações não têm um mercado estabelecido na data da sua emissão, e tal mercado pode não vir a desenvolver-se. Se um mercado se desenvolver, poderá não ter um elevado nível de liquidez, pelo que os obrigacionistas poderão não ter a possibilidade de alienar as Obrigações com facilidade ou a preços que lhes permitam recuperar os valores investidos ou realizar um ganho comparável a investimentos similares que tenham realizado em mercado secundário. A falta de liquidez poderá ter um efeito negativo no valor de mercado das Obrigações. Os investidores devem estar preparados para manter as Obrigações em carteira até à respectiva data de vencimento.

Não pode ser assegurado que não venha a ocorrer uma qualquer alteração legal (incluindo fiscal) regulatória ou na interpretação ou aplicação das normas jurídicas aplicáveis, que possa ter algum tipo de efeito adverso nas Obrigações ou nos direitos e obrigações do Emitente e/ou dos investidores.

Em resultado da crise de crédito na Europa e das preocupações relativas ao endividamento de determinados países da Zona Euro, poderá verificar-se a reintrodução de divisas individuais num ou mais Estados-Membros ou, em circunstâncias mais extremas, a possível extinção do Euro. Caso tal aconteça, as consequências legais e contratuais para os detentores de obrigações denominadas em Euros serão determinadas pelas leis em vigor no momento. Estes potenciais desenvolvimentos ou percepções de mercado relativamente a este assunto e outros relacionados podem ter um efeito adverso no valor das Obrigações.

Adicionalmente, o Banif pagará o capital e juros relativos às Obrigações em Euros, o que coloca certos riscos às conversões cambiais, caso os investimentos financeiros de um obrigacionista sejam denominados noutra moeda (a “**Moeda do Investidor**”). Tais riscos incluem o risco de as taxas de câmbio sofrerem alterações significativas (incluindo devido à depreciação do Euro ou à reavaliação da Moeda do Investidor) e o risco de as autoridades com jurisdição sobre a Moeda do Investidor ou sobre o Euro poderem impor ou modificar controlos cambiais. Uma valorização da Moeda do Investidor face ao Euro fará decrescer (i) o rendimento equivalente das Obrigações em Euros, (ii) o capital equivalente das Obrigações em Euros, e (iii) o valor de mercado das Obrigações em Euros. Os governos e autoridades monetárias das jurisdições em causa poderão impor (como já aconteceu no passado) controlos de câmbio susceptíveis de afectar adversamente uma taxa de câmbio aplicável. Em consequência, os investidores poderão receber um capital ou juro inferior ao esperado ou nem vir a receber capital ou juro.

O juro a que as Obrigações conferem direito é calculado com referência a uma taxa fixa. Em conformidade, o investimento nas Obrigações envolve o risco de modificações subsequentes nas taxas de juro de mercado poderem afectar negativamente o valor das Obrigações. Em particular, se as taxas de juro de mercado (designadamente, a Euribor e as taxas de rendibilidade das Obrigações do Tesouro) subirem, então será expectável que o valor de mercado das Obrigações desça.

O reembolso antecipado contemplado para as Situações de Incumprimento encontra-se limitado pelo compromisso previsto no n.º 1, alínea b), do anexo ao Despacho n.º 1527-B/2013, o qual dispõe, como restrição relacionada com transacções, pagamentos e aquisições a realizar pelo Banif, a imposição de uma proibição de recompra ou reembolso antecipado relativo a instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumentos de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente ou por

qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), sem o prévio consentimento do Ministro das Finanças.

### 3 RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO

*A forma e o conteúdo do presente Prospecto obedecem ao preceituado no Código dos Valores Mobiliários, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, objecto da rectificação publicada no Jornal Oficial n.º L 215, de 16 de Junho de 2004, tal como alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1787/2006 da Comissão, de 4 de Dezembro, publicado no Jornal Oficial n.º L 337, de 5 de Dezembro de 2006, pelo Regulamento (CE) n.º 211/2007 da Comissão, de 27 de Fevereiro, publicado no Jornal Oficial n.º L 61, de 28 de Fevereiro de 2007, pelo Regulamento (CE) n.º 1289/2008 da Comissão, de 12 de Dezembro, publicado no Jornal Oficial n.º L 340, de 19 de Dezembro de 2008, pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 311/2012 da Comissão, de 21 de Dezembro, publicado no Jornal Oficial n.º L 103, de 13 de Abril de 2012, pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 486/2012 da Comissão, de 30 de Março, publicado no Jornal Oficial n.º L 150, de 9 de Junho de 2012, e pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 862/2012 da Comissão, de 4 de Junho, publicado no Jornal Oficial n.º L 256, de 22 de Setembro de 2012, e demais legislação aplicável.*

#### 3.1 Responsáveis pela informação

Nos termos dos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM, as entidades a seguir indicadas são responsáveis pela completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação constante do Prospecto à data da sua publicação:

##### ***O Emitente e Oferente***

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., sociedade aberta de lei portuguesa com sede na Rua de João Távira, 30, 9004-509 Funchal, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Funchal e de pessoa colectiva 511202008, com o capital social integralmente realizado de €1.370.000.000,00.

##### ***Os membros do órgão de administração do Emitente e Oferente***

Luís Filipe Marques Amado	Presidente
Jorge Humberto Correia Tomé	Vice-Presidente
Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro	Vice-Presidente
José António Vinhas Mouquinho	Vogal
Carlos Eduardo Pais e Jorge	Vogal
Diogo António Rodrigues da Silveira	Vogal
Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho	Vogal
João José Gonçalves de Sousa	Vogal
João Paulo Pereira Marques de Almeida	Vogal
Nuno José Roquette Teixeira	Vogal
Vítor Manuel Farinha Nunes	Vogal
António Carlos Custódio de Moraes Varela	Vogal



### ***Os membros do Conselho Fiscal***

Fernando Mário Teixeira de Almeida	Presidente
António Ernesto Neto da Silva	Vogal Efectivo
Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos	Vogal Efectivo
Rogério Pereira Rodrigues	Vogal Efectivo
José Pedro Lopes Trindade	Vogal Suplente

### ***O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas do Emitente e Oferente***

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 178 e na CMVM sob o n.º 9011, com sede na Avenida da República, n.º 90, 6.º, 1600-206 Lisboa, na qualidade de Revisor Oficial de Contas do Banif e de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas e relatórios de auditoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banif – Grupo Financeiro. O representante da Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. no âmbito da certificação legal das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banif – Grupo Financeiro foi:

- Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011: Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, com domicílio profissional na morada referida *supra* e inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1230; e
- No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010: João Carlos Miguel Alves, com domicílio profissional na morada referida *supra* e inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 896.

### ***O intermediário financeiro responsável pela prestação dos serviços de assistência e colocação às Ofertas***

O Banif – Banco de Investimento, S.A., instituição financeira com sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14.º piso, 1070-274 Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de pessoa colectiva 502 261 722, com o capital social de € 85.000.000,00 é o intermediário financeiro responsável pela prestação dos serviços de assistência e colocação às Ofertas e pela assessoria na admissão à negociação das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013, e das Acções e das Obrigações a emitir pelo Banif no âmbito das presentes Ofertas no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

## **3.2 Disposições legais relevantes sobre responsabilidade pela informação**

Nos termos dos artigos 149.º e 243.º do Código dos Valores Mobiliários as entidades acima indicadas são responsáveis pela completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação constante do Prospecto à data da sua publicação.

De acordo com o disposto no Cód.VM, a responsabilidade é excluída se alguma das pessoas acima referidas provar que o destinatário tinha ou devia ter conhecimento da deficiência de conteúdo do Prospecto à data da emissão da sua declaração contratual ou em momento em que a respectiva revogação ainda era possível.

A responsabilidade é ainda excluída se os danos sofridos por um investidor resultarem apenas do sumário do Prospecto ou de qualquer das suas traduções, salvo se o mesmo quando lido em conjunto com o restante conteúdo do Prospecto e demais documentos que o compõem contiver menções enganosas, inexactas ou

incoerentes ou não prestar as informações fundamentais para permitir que os investidores determinem se e quando devem investir nos valores mobiliários em causa.

De acordo com o artigo 150.º do Cód.VM, o Banif, na sua qualidade de Emitente e Oferente, responde independentemente de culpa em caso de responsabilidade dos titulares do seu órgão de administração, do intermediário financeiro encarregado da assistência às Ofertas, das demais pessoas que aceitem ser nomeadas no Prospecto como responsáveis por qualquer informação, previsão ou estudo que nele se inclua, dos titulares do órgão de fiscalização, das sociedades de revisores oficiais de contas, dos revisores oficiais de contas e de outras pessoas que tenham certificado ou, de qualquer outro modo, analisado os documentos de prestação de contas em que o Prospecto se baseia.

No que diz respeito às presentes Ofertas, o direito a uma eventual indemnização deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do conteúdo do Prospecto e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos contados desde a data da divulgação dos resultados da Ofertas.

No que diz respeito à admissão à negociação, o direito a uma eventual indemnização deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do Prospecto ou da sua alteração e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos a contar do termo de vigência do Prospecto.

### **3.3 Declaração dos responsáveis pela informação contida no Prospecto**

As pessoas/entidades que, nos termos consignados *supra* ou em qualquer ponto deste Prospecto, são responsáveis pela informação contida no Prospecto ou numa determinada parte do mesmo declaram que, após terem efectuado todas as diligências razoáveis para se certificarem de que tal é o caso e, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Prospecto ou de partes do mesmo pelas quais são responsáveis está em conformidade com os factos, não existindo quaisquer omissões susceptíveis de afectar o seu alcance.

## **4 DESCRIÇÃO DAS OFERTAS**

### **4.1 Condições, estatísticas das Ofertas, calendário previsto e modalidades de subscrição**

Na Assembleia Geral de accionistas do Banif realizada em 25 de Junho de 2013 foi deliberado alterar o artigo 5.º, n.º 1A dos estatutos, por forma a conferir autorização ao Conselho de Administração para deliberar o aumento do capital social do Banco, em uma ou mais vezes, em até €450 milhões, mediante a emissão de até 45.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário, e ainda suprimir o direito de preferência dos accionistas no aumento de capital social a realizar em dinheiro, em uma ou mais vezes, e a deliberar pelo Conselho de Administração nos termos da autorização acima referida.

No âmbito da referida autorização, o Conselho de Administração em reunião havida em 25 de Junho de 2013, deliberou proceder ao aumento de capital particular no montante de €100 milhões mediante a emissão de 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário, subscrito exclusivamente pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif), no montante de €75.000.000, e pela Auto-Industrial SGPS, no montante de €25.000.000, em cumprimento dos compromissos de subscrição de capital assumidos por estas entidades perante o Estado Português. Este aumento de capital foi concluído em 26 de Junho de 2013.

Ainda no âmbito da autorização conferida pela Assembleia Geral de 25 de Junho de 2013, e após obtenção de parecer favorável por parte do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, em reunião havida em 27 de Junho de 2013, deliberou proceder a novo aumento de capital no montante de até €100 milhões mediante a emissão de até 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário. O aumento deliberado destina-se a ser realizado em dinheiro através da Oferta Pública de Subscrição de Acções no montante acima referido.

O aumento é realizado sem direito de preferência na subscrição por parte dos actuais accionistas do Banif, uma vez que, na mesma Assembleia Geral, foi deliberada a supressão do referido direito de preferência.

Após a conclusão da OPS de Acções, e caso se verifique a subscrição completa do presente aumento de capital no âmbito desta oferta, o capital social do Banif ascenderá a €1.470.000.000.

Nos termos da deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração de 27 de Junho de 2013, o aumento de capital está sujeito ao regime da subscrição incompleta previsto no artigo 457.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, se por qualquer eventualidade nem todas as Acções vierem a ser subscritas, o aumento de capital ficará limitado às subscrições recolhidas.

Na mesma reunião do Conselho de Administração do Banco de 27 de Junho de 2013 foi igualmente deliberado proceder, subseqüentemente ao aumento de capital, à emissão de até 225.000.000 Obrigações destinadas a subscrição pública no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, sendo tal subscrição reservada aos “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, podendo os accionistas subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, e podendo os detentores dos VMOCs subscrever até 3 Obrigações por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em

qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor.

O montante máximo de Obrigações destinado a subscrição no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações é de €225.000.000, correspondente a 225.000.000 Obrigações.

As presentes Ofertas Públicas de Subscrição encontram-se ainda sujeitas à possibilidade de ocorrência de qualquer das vicissitudes referidas nos artigos 128.º e seguintes do Cód.VM, melhor descritas na secção 4.1 - *“Momento e circunstâncias em que as Ofertas Públicas de Subscrição podem ser alteradas, retiradas ou suspensas”* do presente Capítulo. As Ofertas serão reguladas pela lei portuguesa.

### **Períodos e processo de subscrição**

No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções, o público em geral poderá apresentar ordens para subscrição das 10.000.000.000 Acções objecto de oferta.

O Período de Subscrição das Acções decorre entre as 08:30 horas do dia 8 de Julho de 2013 e as 15:00 horas do dia 19 de Julho de 2013, inclusive.

O Período de Subscrição das Obrigações decorre entre as 08:30 horas do dia 24 de Julho de 2013 e as 15:00 horas do dia 26 de Julho de 2013, inclusive.

No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, os “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, que revistam tal qualidade na data da liquidação financeira do aumento de capital realizado através da OPS de Acções (a qual se prevê que venha a ocorrer em 23 de Julho de 2013) poderão apresentar ordens para subscrição de até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, e os detentores dos VMOCs poderão apresentar ordens para subscrição de até 3 Obrigações por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor.

A OPS de Acções encontra-se dependente da realização da OPS de Obrigações, pelo que, caso a OPS de Obrigações não se possa concretizar, a OPS de Acções ficará sem efeito, havendo lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos montantes pagos a título de realização das Acções (sem que, porém, sejam restituídos os valores dos custos e despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros).

As datas mais relevantes para efeitos das Ofertas são as seguintes:

Início do Período de Subscrição das Acções .....	8 de Julho de 2013
Último dia em que as ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções podem ser revogadas .....	12 de Julho de 2013
Fim do período da OPS de Acções.....	19 de Julho de 2013, às 15:00 horas
Data prevista para o apuramento dos resultados da OPS de Acções <sup>(1)</sup> .....	22 de Julho de 2013
Data da liquidação financeira das Acções <sup>(2)</sup> .....	23 de Julho de 2013
Data prevista para a inscrição dos saldos resultantes da subscrição de Acções (inscritos sob a forma de cautelas), nas contas dos titulares junto da Central de Valores Mobiliários .....	23 de Julho de 2013
Início do Período de Subscrição das Obrigações.....	24 de Julho de 2013
Fim do período da OPS de Obrigações e último dia em que as ordens de subscrição no .....	26 de Julho de 2013

âmbito da OPS de Obrigações podem ser revogadas.....	
Data prevista para o apuramento dos resultados da OPS de Obrigações <sup>(3)</sup> .....	29 de Julho de 2013
Data prevista para a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado referente à divulgação de resultados da OPS de Acções e da OPS de Obrigações <sup>(4)</sup> .....	29 de Julho de 2013
Data da liquidação financeira e emissão das Obrigações .....	30 de Julho de 2013
Data prevista para o registo comercial, para a emissão e entrega das Acções <sup>(5)</sup> .....	30 de Julho de 2013, ou em data próxima
Data prevista para o início da negociação no Euronext Lisbon das Acções e das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 <sup>(5)</sup> .....	31 de Julho de 2013, ou em data próxima
Data prevista para o início da negociação no Euronext Lisbon das Obrigações.....	31 de Julho de 2013, ou em data próxima

---

Notas:

- (1) Os resultados da OPS de Acções serão apurados pela Euronext.
- (2) Prevê-se que nesta data tenha lugar o crédito das cautelas nas contas dos titulares junto da Central de Valores Mobiliário, tendo sido solicitado um código ISIN específico para as mesmas (PTBAF9AM0029). Após obtenção do registo comercial do aumento de capital realizado através da OPS de Acções, as cautelas nas contas dos seus titulares junto da Central de Valores Mobiliários serão automaticamente convertidas em títulos definitivos, assumindo no entanto o mesmo código ISIN *supra* referido.
- (3) Os resultados da OPS de Obrigações serão apurados pela Euronext.
- (4) Foi requerida à Euronext a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado referente à divulgação de resultados da OPS de Acções e da OPS de Obrigações.
- (5) A verificação destes eventos nas datas que indicativamente se referem encontra-se dependente do prévio registo do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial, prevendo-se que o mesmo seja obtido no dia 30 de Julho de 2013. O Banif não pode, todavia, garantir a obtenção do registo nesta data. Após admissão à negociação dos títulos definitivos (Acções) no mercado regulamentado Euronext Lisbon, as Acções deixarão de assumir o código ISIN *supra* para passar a assumir o código ISIN das actuais acções ordinárias do Banif (PTBAF0AM0002).

As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções e da OPS de Obrigações poderão ser apresentadas em qualquer balcão do Banif, bem como junto de outros intermediários financeiros legalmente habilitados a prestar o serviço de registo de valores mobiliários escriturais. Será disponibilizado aos intermediários financeiros um modelo de boletim para transmissão de ordens de subscrição para cada uma das Ofertas. Os referidos modelos de boletins deverão ser solicitados ao Banif.

Na eventualidade de vir a ser publicada uma adenda ao presente Prospecto, os investidores que tenham subscrito Acções no âmbito da OPS de Acções e que queiram proceder à revogação da sua subscrição de Acções, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 142.º do Cód.VM, deverão, para os devidos efeitos, proceder à apresentação de um boletim junto do intermediário financeiro onde apresentaram a sua ordem de subscrição de Acções para revogação da mesma. Para essas situações, será disponibilizado aos intermediários financeiros um modelo de boletim para revogação de ordens de subscrição para a OPS de Acções específico para este efeito. Ocorrendo esta revogação, haverá lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos

montantes pagos a título de realização das Acções, mas não serão restituídos os valores dos custos e despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros.

Os referidos modelos de boletins, quer para transmissão de ordens de subscrição para a OPS de Acções e para a OPS de Obrigações, quer para a revogação da sua subscrição de Acções, deverão ser solicitados ao Banif (através do telefone +351 217 233 552 ou do fax +351 217 233 588).

É da responsabilidade dos intermediários financeiros que recebam as ordens de subscrição o controlo da veracidade e da autenticidade dos elementos apresentados pelos investidores, bem como da qualidade em que os ordenantes actuem, face aos requisitos legais impostos pelas condições das presentes Ofertas, não podendo, no entanto, e salvo em caso de dolo, ser responsabilizados pela sua eventual falsidade.

Durante o período de subscrição da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, os intermediários financeiros transmitirão diariamente à Euronext, via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas, no período entre as 8:00 horas e as 19:00 horas, as ordens de subscrição recolhidas para a OPS de Acções e para a OPS de Obrigações, bem como as anulações e/ou alterações das ordens de subscrição recolhidas no âmbito das Ofertas, à excepção do último dia do período de subscrição quer da OPS de Acções quer da OPS de Obrigações, no qual o período para transmissão de ordens via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas será entre as 8:00 horas e as 16:30 horas. A confirmação das ordens transmitidas é disponibilizada pela Euronext, pelo mesmo sistema, imediatamente após a transmissão desta informação pelos intermediários financeiros.

Na eventualidade de vir a ser publicada uma adenda ao presente Prospecto, os intermediários financeiros transmitirão diariamente à Euronext, via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas, no período entre as 8:00 horas e as 19:00 horas, as ordens de revogação de subscrição de Acções recolhidas, à excepção do último dia do período de subscrição da OPS de Obrigações, no qual, o período para transmissão de ordens de revogação via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas será entre as 8:00 horas e as 16:00 horas.

Os intermediários financeiros deverão igualmente enviar ao Banif, desde o primeiro dia de transmissão de ordens no âmbito de cada uma das Ofertas, o resultado diário das ordens de subscrição, bem como as revogações e/ou alterações das ordens de subscrição, por eles recebidas durante os períodos de subscrição, respectivos, assim como as revogações de subscrição de Acções recolhidas após o termo da OPS de Acções e até ao último dia do período de subscrição da OPS de Obrigações.

Os clientes do Banif que tenham aderido ao serviço de banca electrónica, designado por Banif@st, poderão ainda apresentar as ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções através do Banif@st, acessível através do *site* do Banif ([www.banif.pt](http://www.banif.pt)). Para a OPS de Obrigações, apenas os clientes do Banif que tenham a totalidade das suas acções e/ou VMOCs depositados junto do Banif e que tenham aderido ao serviço de banca electrónica, designado por Banif@st, poderão apresentar as suas ordens de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações através do Banif@st, acessível através do *site* do Banif ([www.banif.pt](http://www.banif.pt)).

As ordens de subscrição de Obrigações estão sujeitas à verificação da qualidade de “Accionista do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, e bem assim do número de Obrigações a que tal investidor tem direito a subscrever por aplicação do factor estabelecido (até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social ou por cada 100 VMOCs detidos).

A prova da qualidade de “Accionista do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, para efeitos de alocação preferencial no âmbito da OPS de Obrigações na data da liquidação financeira da OPS de Acções (a qual se

prevê que ocorra no dia 23 de Julho de 2013), faz-se através da apresentação, ao intermediário financeiro junto de quem foram apresentadas as ordens de subscrição, de certificado emitido pelo respectivo intermediário financeiro de acordo com o artigo 78.º do Código dos Valores Mobiliários, excepto se a ordem for transmitida junto do(s) intermediário(s) financeiro(s) onde o accionista do Banif tenha as suas acções ordinárias do Banif e/ou VMOCs depositados na data de referência e/ou junto do(s) qual(ais) tenha apresentado a sua ordem de subscrição e procedido à correspondente liquidação no âmbito da OPS de Acções, consoante o caso, situação em que caberá ao(s) próprio(s) intermediário(s) financeiro(s) verificar a veracidade da informação prestada pelo investidor.

O subscritor de Acções apenas poderá transmitir uma só ordem de subscrição de Acções. Caso sejam transmitidas pelo mesmo subscritor de Acções várias ordens de subscrição, apenas será considerada válida a ordem de subscrição de maior quantidade de Acções, sendo que, em igualdade de circunstâncias entre ordens de subscrição de Acções, a ordem de subscrição que tiver sido apresentada em primeiro lugar (considerando-se neste caso, a respectiva data e hora em que a ordem de subscrição tiver dado entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext) terá prevalência sobre as outras ordens de subscrição.

As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções e da OPS de Obrigações devem ser dadas em quantidades de Acções e em quantidades de Obrigações. Para cálculo do montante respectivo às Acções, bastará multiplicar o número de Acções subscritas no âmbito da OPS de Acções pelo preço de subscrição de cada Acção, ou seja, por €0,01. Para cálculo do montante respectivo às Obrigações, bastará multiplicar o número de Obrigações subscritas no âmbito da OPS de Obrigações pelo preço de subscrição de cada Obrigação, ou seja, por €1,00, que corresponde ao seu respectivo valor nominal unitário.

As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Acções podem ser revogadas até cinco dias antes de findar o período desta OPS por comunicação ao intermediário financeiro que a recebeu, ou seja, as ordens são revogáveis até ao dia 12 de Julho de 2013, inclusive, data a partir da qual são irrevogáveis.

As ordens de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações serão revogáveis até ao termo da OPS de Obrigações, ou seja, até ao dia 26 de Julho de 2013.

A OPS de Acções encontra-se dependente da realização da OPS de Obrigações, pelo que, caso a OPS de Obrigações não se possa concretizar, a OPS de Acções ficará sem efeito, havendo lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos montantes pagos a título de realização das Acções (sem que, porém, sejam restituídos os valores dos custos e despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros). Adicionalmente, nos termos do n.º 4 do artigo 142.º do Cód.VM, em caso de publicação de uma adenda ao presente Prospecto, as ordens de subscrição em ambas as Ofertas Públicas de Subscrição serão revogáveis em prazo não inferior a dois dias úteis após a divulgação da adenda (nos termos que vierem a constar da adenda).

Note-se que, para efeitos de aplicação dos critérios de atribuição de Obrigações, a alteração efectuada a uma ordem de subscrição na OPS de Acções e na OPS de Obrigações é equiparada à revogação das mesmas e à transmissão de uma nova ordem (ou seja, a ordem inicialmente dada, por via da sua alteração, perderá a respectiva antiguidade, passando a relevar, para efeitos da aplicação dos critérios de atribuição de Obrigações, a data e hora da sua alteração).

Na eventualidade de vir a ser publicada uma adenda ao presente Prospecto, serão consideradas revogadas (e por conseguinte, consideradas nulas) as ordens de subscrição na OPS de Obrigações apresentadas pelos investidores que tenham procedido à revogação da sua subscrição de Acções no âmbito da OPS de Acções.

### **Método, prazos de pagamento e entrega das Acções e Obrigações objecto das Ofertas Públicas de Subscrição**

O pagamento do preço de subscrição das Acções e das Obrigações no âmbito, respectivamente, da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, será efectuado em numerário e integralmente no acto de subscrição.

O subscritor suportará ainda os encargos eventualmente cobrados pelo intermediário financeiro junto do qual transmita a sua ordem de subscrição.

A comissão de realização de operações em sessão especial de bolsa que incidirá sobre o valor de emissão das Acções e das Obrigações objecto das Ofertas será suportada pelo Emitente e Oferente, tanto na parte compradora como na parte vendedora.

Tendo em conta que as Acções e as Obrigações assumem a forma escritural, as mesmas serão objecto de inscrição nas contas de valores mobiliários dos respectivos titulares junto dos intermediários financeiros legalmente habilitados. A emissão das Acções e a referida inscrição apenas terá lugar na sequência do registo do aumento de capital social na Conservatória do Registo Comercial, prevendo-se que o referido registo venha a ser realizado em 30 de Julho de 2013 ou em data próxima. No entanto, o Banif não pode garantir a obtenção do registo nesta data. As Acções objecto da OPS serão fungíveis com as acções ordinárias do Banif actualmente existentes admitidas à negociação, salvo na eventualidade de ser proposta acção de anulação ou de declaração de nulidade da deliberação de aumento de capital, caso em que as Acções constituirão uma categoria autónoma até que ocorra o trânsito em julgado da decisão judicial da mencionada acção de anulação ou de declaração de nulidade. As Acções conferirão os mesmos direitos que os atribuídos às acções ordinárias do Banif existentes antes do aumento de capital.

Remete-se para o Capítulo 15 - “*Descrição do capital social e direitos inerentes às acções*” do presente Prospecto, quanto aos direitos atribuídos às Acções. No entanto, esses direitos só poderão ser exercidos pelos seus titulares após o registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial e a inscrição das Acções nas contas individualizadas de valores mobiliários nos termos acima descritos.

As Obrigações serão creditadas na data da liquidação física da OPS de Obrigações nas contas de valores mobiliários escriturais indicadas pelos accionistas aquando da apresentação da ordem de subscrição. Remete-se para o Capítulo 5 - “*Descrição dos valores mobiliários objecto das Ofertas Públicas de Subscrição*” do presente Prospecto, quanto aos direitos atribuídos às Obrigações.

### **CrITÉRIOS de rateio**

No âmbito da OPS de Acções, e caso o total de Acções solicitadas for superior ao número máximo de Acções disponíveis, proceder-se-á a rateio das mesmas, pelo que as Acções serão atribuídas aos subscritores proporcionalmente ao número de Acções que tenham sido solicitadas na respectiva ordem de subscrição. As Acções que não tenham sido assim atribuídas serão sorteadas, por uma só vez, para subscrição por entre os investidores que não tenham visto integralmente satisfeitos os seus pedidos de subscrição adicional.

O Banco Espírito Santo, S.A. assumiu ainda o compromisso de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000, correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções.

No âmbito da OPS de Obrigações, as Obrigações serão alocadas da maneira que de seguida se descreve.



A OPS de Obrigações é reservada aos “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, podendo subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, ou por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor, sendo a alocação das Obrigações efectuada do seguinte modo:

- a) Os accionistas do Banif que tenham subscrito Acções no âmbito da OPS de Acções terão prioridade na subscrição das Obrigações face aos demais accionistas e detentores de VMOCs que tenham apresentado pedidos de subscrição no âmbito da OPS de Obrigações, pela ordem em que os pedidos de subscrição de Acções tiverem sido transmitidos no âmbito da OPS de Acções, e pela totalidade da quantidade subscrita, considerando, para o factor de conversão, a totalidade de acções detidas, e não só as Acções subscritas no âmbito da OPS de Acções (considerando-se para esse efeito a respectiva data e hora em que as ordens de subscrição de Acções deram entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext, sendo dada preferência às primeiras ordens de subscrição de Acções que tenham entrado). Caso a procura não exceda o número de Obrigações disponíveis, as restantes Obrigações disponíveis serão atribuídas para satisfazer aos pedidos de subscrição apresentados na OPS de Obrigações pelos accionistas e detentores dos VMOCs que não tenham subscrito as Acções no âmbito da OPS de Acções (incluindo os accionistas que subscreveram o aumento de capital realizado no dia 26 de Junho de 2013);
- b) Os pedidos de subscrição apresentados na OPS de Obrigações pelos accionistas e detentores dos VMOCs que não tenham subscrito as Acções no âmbito da OPS de Acções (incluindo os accionistas que subscreveram o aumento de capital realizado no dia 26 de Junho de 2013) apenas serão satisfeitos após a satisfação dos pedidos de subscrição referidos na alínea anterior, pela ordem em que os pedidos de subscrição de Obrigações tiverem sido transmitidos no âmbito da OPS de Obrigações (considerando-se para esse efeito a respectiva data e hora em que as ordens de subscrição de Obrigações deram entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext, sendo dada preferência às primeiras ordens de subscrição de Obrigações que tenham entrado).

Os “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações” que detenham acções e/ou VMOCs e/ou cautelas do Banif (estas últimas em resultado da liquidação financeira dos pedidos de subscrição de Acções no âmbito da OPS de Acções), depositadas em mais do que um intermediário financeiro, e para efeitos de determinação do número de acções do Banif relevante para efeitos do cálculo do número máximo de Obrigações a que cada accionista do Banif tem direito a subscrever (por cada 100 acções e/ou 100 VMOCs e/ou 100 cautelas do Banif detidas poderá subscrever até 3 Obrigações), o investidor deverá somar a totalidade das acções e/ou VMOCs e/ou cautelas do Banif detidas nos vários intermediários financeiros, devendo fazer prova da titularidade das mesmas.

Caso a procura de Obrigações não exceda o número de Obrigações disponíveis, não haverá lugar a rateio, sendo a OPS de Obrigações eficaz relativamente a todas as Obrigações objecto de ordens de subscrição validamente emitidas.

Se o total de Obrigações solicitadas for superior ao número máximo de Obrigações disponíveis, ficará a última ordem de subscrição de Obrigações a ser servida, reduzida a esta quantidade de Obrigações (considerando-se para esse efeito a respectiva data e hora em que essa ordem de subscrição de Obrigações der entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext). Apenas nesta eventualidade, e em caso de igualdade de circunstâncias entre ordens de subscrição de Obrigações, nomeadamente na

circunstância de ordens de subscrição terem dado entrada na mesma data e na mesma hora no sistema de centralização de ordens da Euronext, deverá ser atribuído um número de Obrigações proporcional à quantidade solicitada na respectiva ordem de subscrição de Obrigações.

O subscritor de Obrigações apenas poderá transmitir uma só ordem de subscrição de Obrigações, sem prejuízo dos casos de (i) revogação de ordem de subscrição (situação em que o subscritor de Obrigações poderá decidir, posteriormente, à revogação, dar nova ordem de subscrição, se o período de subscrição da OPS de Obrigações ainda estiver a decorrer) ou (ii) alteração de ordem de subscrição (caso em que o subscritor de Obrigações poderá decidir alterar a sua ordem após a ordem inicial).

Note-se que, para efeitos de aplicação dos critérios de atribuição de Obrigações, a alteração efectuada a uma ordem de subscrição na OPS de Acções e na OPS de Obrigações é equiparada à revogação das mesmas e à transmissão de uma nova ordem (ou seja, a ordem inicialmente dada, por via da sua alteração, perderá a respectiva antiguidade, passando a relevar, para efeitos da aplicação dos critérios de atribuição de Obrigações, a data e hora da sua alteração).

Caso sejam transmitidas pelo mesmo subscritor de Obrigações várias ordens de subscrição, apenas será considerada válida a ordem de subscrição que tiver sido apresentada em primeiro lugar, considerando-se neste caso, a respectiva data e hora em que a ordem de subscrição tiver dado entrada no sistema de centralização de ordens da Euronext, sendo que em igualdade de circunstâncias entre ordens de subscrição de Obrigações, a ordem de subscrição de maior quantidade de Obrigações terá prevalência sobre as outras ordens de subscrição.

### ***Contrato de Colocação***

A colocação das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas será efectuada pelo Banif Investimento. Nos termos do Contrato de Colocação celebrado em 26 de Junho de 2013, o Banif Investimento comprometeu-se, perante o Banif, a envidar os melhores esforços com vista à colocação das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas (sem garantia de colocação ou tomada firme).

Nos termos do contrato referido no parágrafo *supra*, a obrigação de colocação assumida pelo Banif Investimento vincula-o a:

- i. Promover a subscrição de Acções e de Obrigações, desenvolvendo os melhores esforços para a sua colocação junto de investidores, sem contudo se vincular à subscrição de qualquer quantidade de Acções e de Obrigações que não sejam subscritas por terceiros;
- ii. Aceitar quaisquer ordens de subscrição transmitidas pelos interessados e receber eventuais declarações de cancelamento que sejam manifestadas nos limites e condições previstos no artigo 329.º do Cód.VM e do presente Prospecto, e a enviar diariamente à Euronext, de acordo com as normas e procedimentos fixados em aviso da Euronext e nos prazos nele estabelecidos, a informação sobre as ordens de subscrição recebidas, bem como a cumprir as demais normas aplicáveis;
- iii. Ter à disposição do público na sua sede, após o lançamento da Oferta, os documentos da Oferta, nomeadamente o presente Prospecto.

### **Momento e circunstâncias em que as Ofertas Públicas de Subscrição podem ser alteradas, retiradas ou suspensas**

Nos termos do disposto no artigo 128.º do Cód.VM, em caso de alteração imprevisível e substancial das circunstâncias que, de modo cognoscível pelos destinatários de uma oferta pública de subscrição, hajam fundado a decisão de lançamento da oferta, excedendo os riscos a esta inerentes, pode o Banif, em prazo razoável e mediante autorização da CMVM, modificar tal oferta ou revogá-la.

A modificação da oferta constitui fundamento de prorrogação do respectivo prazo, decidida pela CMVM por sua iniciativa ou a requerimento do Banif. Nesse caso, as declarações de aceitação da oferta anteriores à modificação consideram-se eficazes para a oferta modificada.

A revogação da oferta determina a ineficácia da mesma e dos actos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação, devendo ser restituído tudo o que foi entregue, tal com estabelecido pelo artigo 132.º do Cód.VM.

Nos termos do disposto no artigo 131.º do Cód.VM, a CMVM deve ordenar a retirada da oferta pública de subscrição se verificar que esta enferma de alguma ilegalidade ou violação de regulamento insanáveis. A decisão de retirada é publicada, a expensas do oferente, através de meios iguais aos utilizados para a divulgação do Prospecto.

A retirada da oferta pública de subscrição determina a ineficácia da mesma e dos actos de aceitação anteriores ou posteriores à retirada, devendo ser restituído tudo o que foi entregue (artigo 132.º do Cód.VM).

Nos termos do artigo 133.º do Cód.VM, a suspensão da oferta pública de subscrição deverá ocorrer quando a CMVM verificar alguma ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. Nos termos do disposto no Cód.VM, o oferente deverá suspender a oferta até publicação de adenda ou de rectificação do Prospecto se, entre a data de aprovação do Prospecto e a data da admissão à negociação das Acções e das Obrigações, for detectada alguma deficiência no Prospecto ou ocorrer qualquer facto novo, ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospecto, que sejam relevantes para a decisão a tomar pelos destinatários da oferta pública de subscrição. Nessa circunstância, o oferente requererá imediatamente à CMVM a aprovação de adenda ou de rectificação do Prospecto.

A adenda ou a rectificação ao Prospecto deve ser divulgada nos termos do disposto no artigo 140.º do Cód.VM. Por outro lado, o sumário e as suas traduções devem ser completados ou rectificadas, se necessário, para ter em conta as informações incluídas na adenda ou na rectificação.

A suspensão da oferta pública de subscrição faculta aos destinatários a possibilidade de revogar a sua ordem de subscrição até ao quinto dia posterior ao termo da suspensão, com direito à restituição do que tenha sido entregue. O prazo de suspensão da oferta não pode ser superior a dez dias úteis. Findo o referido prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CMVM deve ordenar a retirada da oferta.

### **Redução das subscrições e modo de reembolso de montantes pagos em excesso pelos subscritores**

Caso não seja possível atribuir a um investidor todas as Acções ou Obrigações por ele solicitadas, o montante que este haja provisionado para efeitos de realização das Acções ou Obrigações que não pode subscrever ficará disponível junto do intermediário financeiro a quem haja sido entregue a respectiva ordem de subscrição imediatamente após o recebimento por este dos resultados da OPS de Acções ou da OPS de Obrigações, consoante o caso.

### **Montante mínimo e/ou máximo das subscrições**

No âmbito da OPS de Acções, o mínimo de subscrição é 1 Acção e o máximo de subscrição será o montante máximo da OPS de Acções, ou seja, 10.000.000.000 de Acções.

No que respeita à OPS de Obrigações, o mínimo de subscrição é 1 Obrigação e o máximo de subscrição será de 30.000.000 Obrigações, correspondente a €30.000.000, com respeito pelo critério de subscrição definido de até 3 Obrigações por cada 100 acções representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, ou por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite de 225.000.000 Obrigações.

A satisfação dos pedidos de subscrição será efectuada de acordo com os critérios descritos na secção 4.1 - “*Crítérios de rateio*” do presente Capítulo.

### **4.2 Plano de distribuição e atribuição**

A distribuição e atribuição das Acções e das Obrigações objecto da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, respectivamente, será efectuada em conformidade com descrito atrás na secção 4.1 - “*Crítérios de rateio*”.

Em particular, as condições a que se encontra sujeito o compromisso assumido pelo BES, de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000, correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções, são as seguintes:

- i. O preço de subscrição de cada Acção não ser superior a €0,01;
- ii. O aumento de capital relevante ser validamente deliberado pelos órgãos competentes do Banif, tendo sido obtidas todas as autorizações relevantes para o efeito, nomeadamente, se aplicáveis, do Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia;
- iii. Não ocorrer, até à data da liquidação financeira da OPS de Acções, qualquer facto ou acto imprevisível ou qualquer alteração substancial desfavorável na situação do Banif que, no entender razoável e devidamente justificado do Banco Espírito Santo, S.A., altere as condições de realização do projectado aumento de capital, seja susceptível de configurar um caso de força maior, e modifique os pressuposto de viabilidade em que o compromisso de colocação foi apresentado pelo Banco Espírito Santo, S.A. – ocorrendo tal situação, o Banif deverá (i) desenvolver os melhores esforços para ainda assim ser realizada a OPS de Acções nos termos previstos ou (ii) solicitar à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários a modificação, revogação ou suspensão da mesma; não sendo solucionado o facto imprevisível (conforme acima definido) ou obtida a modificação, revogação ou suspensão da OPS de Acções, o Banco Espírito Santo, S.A. poderá pôr termo ao compromisso acima referido, com efeitos imediatos e sem qualquer penalização.
- iv. A liquidação financeira do aumento de capital ocorrer até 31 de Julho de 2013; e
- v. O aumento de capital não ser superior a €100.000.000,00.

O Banif não foi informado da intenção de subscrição de Acções por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

#### **4.3 Preço de subscrição das Acções e das Obrigações no âmbito das Ofertas Públicas de Subscrição**

O preço de subscrição das Acções a emitir no âmbito do aumento de capital é de €0,01 por acção, que corresponde ao seu valor de emissão.

O preço de subscrição das Obrigações a subscrever no âmbito da OPS de Obrigações é de €1,00 por Obrigação, que corresponde ao seu valor nominal.

O pagamento relativamente às Acções e às Obrigações a emitir no âmbito da OPS de Acções e da OPS de Obrigações, respectivamente será efectuado em numerário, em Euros, e integralmente no acto de subscrição.

O preço de subscrição das Acções corresponde ao preço de subscrição que foi definido para a subscrição de acções especiais pelo Estado Português, no âmbito da primeira fase do Plano de Recapitalização do Banif, o qual foi determinado por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos no artigo 4.º da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio (alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), que regulamenta a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sobre as medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito.

Sobre o preço de subscrição das Acções e das Obrigações poderão recair comissões ou outros encargos a pagar pelos subscritores, os quais constam dos preçários dos intermediários financeiros disponíveis no sítio da CMVM na internet em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), devendo os mesmos ser indicados pela instituição financeira receptora das ordens de subscrição.

Não foram efectuadas nos últimos 12 meses quaisquer aquisições de acções do Banif pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os quadros superiores ou entidades associadas.

#### **4.4 Interesses de pessoas singulares e colectivas envolvidas nas Ofertas**

Tanto quanto é do conhecimento do Banif, não existem conflitos de interesse potenciais entre as obrigações de qualquer uma das pessoas que integram os órgãos de administração e de fiscalização para com o Banif ou para com outra sociedade do Banif – Grupo Financeiro e os seus interesses privados ou outras obrigações.

O Banif Investimento, enquanto intermediário financeiro responsável pela prestação de serviços necessários à assistência às Ofertas e à admissão à negociação das Acções, das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 e das Obrigações no mercado regulamentado Euronext Lisbon, tem um interesse financeiro nas Ofertas e na admissão à negociação, considerando que será remunerado pela prestação dos referidos serviços, através do pagamento de uma comissão de 200.000 Euros.

O responsável pela colocação das Acções e das Obrigações objecto das Ofertas possui um interesse directo de natureza financeira nas Ofertas, na medida em que irá receber do Emitente, a título de remuneração pelos serviços prestados, uma comissão de colocação de 1,00%. A referida comissão será calculada sobre o montante das Acções e das Obrigações efectivamente colocadas.

O Banco Espírito Santo, S.A. tem um interesse financeiro na OPS de Acções, considerando que será remunerado, através do pagamento de uma comissão no montante de €750.000, pelo seu compromisso de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000,

correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções. Esta comissão será devida apenas se a OPS de Acções for realizada.

Os eventuais interesses dos membros dos órgãos sociais do Banif encontram-se descritos na secção 11.18 - “*Declaração sobre potenciais conflitos de interesses*” do Capítulo 11 - “*Órgãos de administração e de fiscalização e quadros superiores do Emitente e Oferente*” deste Prospecto.

#### **4.5 Admissão à negociação**

Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Acções e Obrigações a emitir no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções e da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Acções ocorra no dia 31 de Julho de 2013, estando a admissão à negociação das Acções dependente, porém, designadamente, do registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial, da emissão das Obrigações e do cumprimento das demais formalidades legais aplicáveis.

Adicionalmente, foi igualmente solicitada a admissão à negociação das 10.000.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, nos montantes de €75.000.000 e €25.000.000, respectivamente, sendo expectável que a sua admissão venha a ocorrer em simultâneo com a admissão à negociação das Acções objecto da presente Oferta Pública de Subscrição de Acções.

O Emitente passará assim a ter a totalidade das acções ordinárias representativas do seu capital social admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Obrigações ocorra dia 31 de Julho de 2013.

#### **4.6 Assistência**

Os serviços de assistência às Ofertas são assegurados pelo Banif Investimento.

Em 26 de Junho de 2013, foi celebrado entre o Banif e o Banif Investimento um contrato de assistência para a realização das Ofertas, através do qual o Banif Investimento se obrigou a prestar ao Banif serviços relativos à preparação, lançamento, execução das Ofertas e admissão à negociação das Acções, das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 e das Obrigações no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

O contrato acima mencionado estabelece ainda outras obrigações, quer do Banif, quer do Banif Investimento, em relação às Ofertas, incluindo cláusulas relativas a honorários, despesas e procedimentos operacionais respeitantes às Ofertas.

Qualquer intermediário financeiro devidamente registado para o efeito poderá assumir a função de entidade registadora e depositária relativamente aos valores mobiliários oferecidos no âmbito das Ofertas.

O serviço financeiro dos valores mobiliários oferecidos no âmbito das Ofertas, nomeadamente no que concerne ao pagamento de dividendos e juros, será assegurado pelo próprio Emitente e Oferente, podendo ser cobradas comissões por esses serviços.

#### **4.7 Motivos das Ofertas e afectação das receitas**

Com base no preço de subscrição de €0,01 por cada Acção e no preço de subscrição de €1,00 por cada Obrigação, e assumindo a subscrição integral do aumento de capital, o Banif estima que o montante líquido das receitas das Ofertas seja aproximadamente €319,683 milhões, após a dedução de honorários, comissões e outras despesas relacionadas com a organização e execução das Ofertas, num montante máximo de €5,316 milhões.

A OPS de Acções visa (i) cumprir com os novos requisitos a nível de capital regulatório aplicáveis ao sector financeiro, (ii) diluir a participação detida pelo Estado Português, equilibrando a estrutura accionista entre o Estado e os investidores particulares, e (iii) reforçar a base de capital do Banif, por forma a melhor enfrentar os desafios relacionados com a incerteza na evolução das condições macroeconómicas. Com a OPS de Obrigações, o Emitente visa diversificar as suas fontes de financiamento e incrementar o nível de relacionamento comercial com os seus accionistas, disponibilizando a estes investidores a possibilidade de investir num valor mobiliário com uma remuneração fixa, razão pela qual a OPS de Obrigações lhes é exclusivamente destinada. No seu conjunto, os montantes do encaixe das Ofertas serão utilizados para proceder ao reembolso parcial dos CoCos.

#### **4.8 Resultado da Oferta**

Foi requerida à Euronext a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado para divulgação dos resultados das Ofertas, a qual terá lugar previsivelmente no próximo dia 29 de Julho de 2013, em hora a designar no respectivo aviso da Sessão Especial de Mercado Regulamentado.

Os resultados da OPS de Acções e da OPS de Obrigações serão divulgados logo após o apuramento dos resultados de cada uma das Ofertas e publicados no Sistema de Difusão de Informação da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), no boletim de cotações da Euronext e pelo Banif no seu sítio na internet em [www.banif.pt](http://www.banif.pt).

Prevê-se que a liquidação financeira da OPS de Acções ocorra no primeiro dia útil seguinte à data de apuramento dos resultados da OPS de Acções, ou seja, no dia 23 de Julho de 2013. No entanto, as Acções apenas serão creditadas nas contas dos subscritores após o registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial, o qual se prevê que venha ocorrer na data da liquidação física e financeira da OPS de Obrigações. Prevê-se que a liquidação física e financeira da OPS de Obrigações ocorra em 30 de Julho de 2013.

#### **4.9 Diluição**

Em caso de subscrição completa da OPS de Acções, e caso não subscrevam Acções a emitir no âmbito da OPS de Acções na proporção das acções por si detidas actualmente, os accionistas poderão sofrer uma diluição da sua participação no capital social do Banif, já que outros investidores poderão subscrever Acções, e uma parte das Acções que não seja subscrita no âmbito da OPS de Acções poderá vir a ser subscrita no âmbito do compromisso de colocação assumido pelo BES, melhor descrito na secção 4.1 - “*Critérios de rateio*” do Capítulo 4 - “*Descrição das Ofertas*”.

Os accionistas poderão assim ver a sua participação diluída, de tal modo que um accionista que fosse detentor de uma participação de 1% do capital social antes da OPS de Acções verá a sua participação diluída para

aproximadamente 0,890% do capital social, na sequência da emissão de 10.000.000.000 Acções (diluição de 11,04%).

Assumindo um cenário de subscrição completa da OPS de Acções e o accionamento do compromisso de colocação assumido pelo BES no seu montante máximo, traduzido num total de 2.500.000.000 Acções, o BES deteria 2,760% do capital social do Banif, correspondente a 3,841% dos direitos de voto.

A tabela que se segue apresenta o número de acções representativas do capital social do Banif existentes imediatamente antes da OPS de Acções, o número máximo de Acções e o número máximo total de acções representativas do capital social do Banif após a conclusão da OPS de Acções (assumindo que, antes da conclusão da OPS de Acções, não serão emitidas mais acções para além das Acções):

	A 01.07.2013 (a última data viável antes da data deste Prospecto)		Imediatamente após a conclusão da Oferta	
Número de acções existentes imediatamente antes da OPS de Acções.....	80.570.000.000	100%	80.570.000.000	88,96%
Número de acções emitidas no âmbito da OPS de Acções (assumindo a subscrição completa da mesma).....	—	—	10.000.000.000	11,04%
Total .....	80.570.000.000	100%	90.570.000.000	100%

Ver o risco intitulado “*O Estado Português pode vir a considerar existir um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, com a inerente possibilidade de conversão obrigatória do montante de CoCos em acções especiais do Banco, e consequente diluição das participações dos restantes accionistas*” no Capítulo 2 - “*Factores de risco*” do presente Prospecto.

#### 4.10 Despesas das Ofertas

As despesas totais com as Ofertas consistem num conjunto de honorários, comissões e outras despesas relacionadas com a organização e execução das Ofertas, num montante máximo de €5,316 milhões, designadamente: (i) honorários e despesas de assessores, que poderão ascender a um máximo de €918 mil; (ii) um conjunto de comissões, que poderá ascender a um máximo de €3,25 milhões, devidas no âmbito do Contrato de Colocação; e (iii) comissões, no montante máximo de aproximadamente €750.000, devidas no âmbito do compromisso de colocação assumido pelo BES, melhor descrito na secção 4.1 - “*Crítérios de rateio*” do Capítulo 4 - “*Descrição das Ofertas*”.



## **5 DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS OBJECTO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE SUBSCRIÇÃO**

### **5.1 Acções**

#### **Montante e natureza**

No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções, serão emitidas pelo Banif até 10.000.000.000 acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com um valor de emissão unitário de €0,01, representativas de 12,4% do actual capital social do Banif, mediante novas entradas em dinheiro (as “Acções”).

Todas as Acções são emitidas em euros, ao abrigo da lei portuguesa, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, os estatutos do Emitente e demais legislação aplicável.

#### **Motivos da emissão das Acções**

A emissão de até 10.000.000.000 Acções destina-se à subscrição do público em geral no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções.

Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Acções a emitir no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Acções ocorra no dia 31 de Julho de 2013, estando a admissão à negociação das Acções dependente, porém, designadamente, do registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial.

Adicionalmente, foi igualmente solicitada a admissão à negociação das 10.000.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013, e subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, sendo expectável que a sua admissão venha a ocorrer em simultâneo com a admissão à negociação das Acções objecto da Oferta Pública de Subscrição de Acções.

O Banif auferirá uma receita monetária em resultado da emissão das Acções equivalente às subscrições dos investidores no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções.

#### **Deliberações, autorizações e aprovações**

Na Assembleia Geral de accionistas do Banif realizada em 25 de Junho de 2013 foi deliberado alterar o artigo 5.º, n.º 1A dos estatutos, por forma a conferir autorização ao Conselho de Administração para deliberar o aumento do capital social do Banco, em uma ou mais vezes, em até €450 milhões, mediante a emissão de até 45.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário, e ainda suprimir o direito de preferência dos accionistas no aumento de capital social a realizar em dinheiro, em uma ou mais vezes, e a deliberar pelo Conselho de Administração nos termos da autorização acima referida.

No âmbito desta autorização, o Conselho de Administração em reunião havida em 25 de Junho de 2013, deliberou proceder ao aumento de capital no montante de até €100 milhões mediante a emissão de até 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário, subscrito exclusivamente pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar

Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif), no montante de €75.000.000, e pela Auto-Industrial SGPS, no montante de €25.000.000, em cumprimento dos compromissos de subscrição de capital assumidos por estas entidades perante o Estado Português. Este aumento de capital foi concluído em 26 de Junho de 2013.

Ainda no âmbito da autorização conferida pela Assembleia Geral de 25 de Junho de 2013, e após obtenção de parecer favorável por parte do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, em reunião havida em 27 de Junho de 2013, deliberou proceder a novo aumento de capital no montante de até €100 milhões mediante a emissão de até 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário. O aumento deliberado destina-se a ser realizado em dinheiro através da Oferta Pública de Subscrição de Acções no montante acima referido.

O aumento é realizado sem direito de preferência na subscrição por parte dos actuais accionistas do Banif, uma vez que, na mesma Assembleia Geral, foi deliberada a supressão do referido direito de preferência.

### **Categoria, forma de representação e emissão das Acções**

As Acções serão ordinárias, nominativas e com representação escritural, sem valor nominal e serão objecto de inscrição nas contas dos respectivos intermediários financeiros legalmente habilitados, não havendo lugar à emissão de títulos.

As Acções serão emitidas ao abrigo da lei portuguesa, nomeadamente do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, dos estatutos do Banif e demais legislação aplicável.

A inscrição em conta das Acções será efectuada na sequência do registo da deliberação do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial, previsto para o dia 30 de Julho de 2013. O Emitente não pode, contudo, garantir a obtenção do registo comercial na referida data.

De acordo com o estabelecido nos estatutos do Banif, as Acções serão fungíveis com as demais acções ordinárias do Emitente e conferirão aos seus titulares, a partir da data da respectiva emissão, os mesmos direitos que as demais acções ordinárias existentes antes da Oferta Pública de Subscrição de Acções admitidas à negociação.

À semelhança das demais acções do Emitente, as Acções serão inscritas no sistema centralizado gerido pela Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, com sede na Avenida da Boavista, 3433, 4100-138 Porto, Portugal.

### **Preço e liquidação**

No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções, os subscritores pagarão €0,01 por cada Acção.

A operação envolverá custos e encargos legalmente aplicáveis aos compradores e vendedores em transacções de valores mobiliários executadas em sessões de bolsas nacionais e internacionais, designadamente as taxas de corretagem e comissões de realização de operações de bolsa, e os demais custos que forem acordados ou contratados, os quais deverão ser indicados pelos intermediários financeiros no momento da transmissão das declarações de aceitação, bem como os impostos que couberem na respectiva situação tributável.

A comissão de realização de operações em sessão especial de bolsa que incidirá sobre o valor de emissão das Acções e das Obrigações objecto das Ofertas será suportada pelo Emitente e Oferente, tanto na parte compradora como na parte vendedora.

Poderão ser exigidas comissões a pagar pelos aceitantes das presentes Ofertas, dependendo as mesmas da instituição financeira receptora das ordens de aceitação. O preçário dos intermediários financeiros poderá ser consultado no *site* da CMVM, em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

Prevê-se que a liquidação financeira da Oferta Pública de Subscrição de Acções ocorra no primeiro dia útil seguinte à data de apuramento dos resultados da OPS de Acções, ou seja no dia 23 de Julho de 2013. No entanto, as Acções apenas serão creditadas nas contas dos subscritores após o registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial, o qual se prevê que venha ocorrer na data da liquidação física e financeira da OPS de Obrigações. Prevê-se que a liquidação física e financeira da OPS de Obrigações ocorra em 30 de Julho de 2013.

### **Colocação, períodos e locais de aceitação e resultados**

As Acções destinam-se a servir como objecto da Oferta Pública de Subscrição de Acções sendo oferecidas à subscrição por parte dos accionistas e público em geral.

Os períodos e locais de aceitação das ordens de subscrição das Acções correspondem aos períodos e locais de aceitação das ordens de aceitação da OPS de Acções descritos no Capítulo 4 - “*Descrição das Ofertas*”.

Nos termos da deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração de 27 de Junho de 2013, o aumento de capital está sujeito ao regime da subscrição incompleta previsto no artigo 457.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, se por qualquer eventualidade nem todas as Acções vierem a ser subscritas, o aumento de capital ficará limitado às subscrições recolhidas.

A OPS de Acções encontra-se ainda dependente da realização da OPS de Obrigações, pelo que, caso a OPS de Obrigações não se possa concretizar, a OPS de Acções ficará sem efeito, havendo lugar à restituição aos subscritores da OPS de Acções dos montantes pagos a título da correspondente liquidação no âmbito da OPS de Acções (sem que, porém, sejam restituídos os valores dos custos e despesas eventualmente cobrados pelos intermediários financeiros).

### **Organização e liderança**

O Banif Investimento é o intermediário financeiro responsável pela assistência às Ofertas e pela admissão à negociação das 10.000.000.000 acções objecto do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013, das Acções e das Obrigações no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

### **Regime de transmissão das acções ordinárias representativas do capital social do Banif**

Não existem quaisquer restrições estatutárias e legais quanto à livre negociabilidade das acções ordinárias representativas do capital do Banif, as quais são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

### **Serviço financeiro**

O serviço financeiro das Acções, nomeadamente o pagamento de dividendos, será assegurado pela própria entidade Emitente.

No entanto, enquanto existirem acções especiais, o Banco não poderá proceder à distribuição de dividendos. Quaisquer lucros distribuíveis que, de outro modo, estariam disponíveis para serem distribuídos aos accionistas a título de dividendos, deverão ser aplicados no pagamento da remuneração prioritária (dividendo preferencial) relativa às acções especiais, na recompra de acções especiais ou dos CoCos detidos pelo Estado Português, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos.

Estes limites aplicam-se a qualquer outra modalidade de distribuição aos accionistas, incluindo a recompra de acções e a distribuição de activos.

Os dividendos que não sejam reclamados consideram-se abandonados a favor do Estado quando, durante o prazo de cinco anos, os titulares ou possuidores das Acções não hajam cobrado ou tentado cobrar aqueles rendimentos ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito sobre os mesmos (Decreto-Lei n.º 187/70, de 30 de Abril).

### **Admissão à negociação**

Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Acções a emitir no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Acções. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Acções ocorra no dia 31 de Julho de 2013, estando dependente, porém, designadamente, do registo do aumento de capital na Conservatória do Registo Comercial.

Adicionalmente, foi igualmente solicitada a admissão à negociação das 10.000.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013, e subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, sendo expectável que a sua admissão venha a ocorrer em simultâneo com a admissão à negociação das Acções objecto da Oferta Pública de Subscrição de Acções.

### **Estabilização**

Não foi celebrado qualquer contrato de liquidez ou de fomento, nem se prevê que venha a existir qualquer actividade de estabilização de preços relativamente às Acções na sequência da OPS de Acções.

### **Direitos atribuídos às Acções**

De acordo com o estabelecido nos estatutos do Banif e na reunião do Conselho de Administração de 27 de Junho de 2013, as Acções serão fungíveis com as demais acções ordinárias representativas do capital social do Emitente e Oferente admitidas à negociação e conferirão aos seus titulares, a partir da data da respectiva emissão, os mesmos direitos que as demais acções ordinárias.

Para mais informação sobre os direitos inerentes às acções ordinárias representativas do capital social do Banif e seu exercício, deverá ser consultada a secção 15.2 - “*Descrição dos direitos inerentes às acções*” do Capítulo 15 - “*Descrição do capital social e direitos inerentes às acções*” do presente Prospecto.

No que respeita ao regime fiscal aplicável à titularidade e à transmissão das Acções, ver o Capítulo 6 - “*Regime fiscal*”.

### **Eventuais ofertas públicas de aquisição obrigatórias**

O Banif é uma sociedade aberta com 570.000.000 acções ordinárias representativas de 0,71% do seu actual capital social admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon e, nessa medida, encontra-se sujeita aos regimes aplicáveis às ofertas públicas de aquisição (OPA) voluntárias e obrigatórias, à aquisição potestativa e à perda de qualidade de sociedade aberta.

O regime aplicável às OPA obrigatórias encontra-se estabelecido no Cód.VM, cuja versão actualmente em vigor incorpora já as alterações introduzidas pelo diploma que procedeu à transposição para o ordenamento jurídico nacional das regras previstas na Directiva n.º 2004/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa às ofertas públicas de aquisição.

Nos termos do disposto no artigo 187.º do Cód.VM, o dever de lançamento de uma OPA obrigatória sobre a totalidade das acções representativas do capital social de uma sociedade aberta e de outros valores mobiliários emitidos por essa sociedade que confirmam o direito à subscrição ou aquisição das respectivas acções recai sobre qualquer pessoa singular ou colectiva que ultrapasse, directamente ou nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, um terço ou metade dos direitos de voto correspondentes ao capital social dessa sociedade.

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, no cômputo dos direitos de voto imputáveis a um participante no capital social de uma sociedade aberta consideram-se as acções de que este tenha a titularidade ou o usufruto, bem como os direitos de voto:

- a) Detidos por terceiro em nome próprio, mas por conta do participante;
- b) Detidos por sociedade que se encontre em relação de domínio ou de grupo com o participante, nos termos do artigo 21.º do Cód.VM;
- c) Detidos por titulares do direito de voto com os quais o participante tenha celebrado acordo para o seu exercício, salvo se, pelo mesmo acordo, estiver vinculado a seguir instruções de terceiro;
- d) Detidos, se o participante for uma sociedade, pelos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização;
- e) Que o participante possa adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares;
- f) Inerentes a acções detidas em garantia pelo participante ou por este administradas ou depositadas junto dele, se os direitos de voto lhe tiverem sido atribuídos;
- g) Detidos por titulares do direito de voto que tenham conferido ao participante poderes discricionários para o seu exercício;
- h) Detidos por pessoas que tenham celebrado algum acordo com o participante que vise adquirir o domínio da sociedade ou frustrar a alteração de domínio ou que, de outro modo, constitua um instrumento de exercício concertado de influência sobre a sociedade participada, sendo que, nos termos dos números 4 e 5 do citado artigo 20.º do Cód.VM, se presume, de forma ilidível perante a CMVM, serem instrumento desse exercício concertado de influência os acordos relativos à transmissibilidade das acções representativas do capital social da sociedade aberta participada;
- i) Imputáveis a qualquer das pessoas referidas numa das alíneas anteriores por aplicação, com as devidas adaptações, de critério constante de alguma das outras alíneas.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 188.º do Cód.VM, a contrapartida de oferta pública de aquisição obrigatória não pode ser inferior ao mais elevado dos seguintes montantes:

- a) O maior preço pago pelo oferente ou por qualquer das pessoas que, em relação a ele, estejam em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20.º pela aquisição de valores mobiliários da mesma categoria, nos seis meses imediatamente anteriores à data da publicação do anúncio preliminar da oferta;
- b) O preço médio ponderado desses valores mobiliários apurado em mercado regulamentado durante o mesmo período.

Todavia, se a contrapartida não puder ser determinada por recurso aos critérios acima indicados ou se a CMVM entender que a contrapartida, em dinheiro ou em valores mobiliários, proposta pelo oferente não se

encontra devidamente justificada ou não é equitativa, por ser insuficiente ou excessiva, a contrapartida mínima será fixada a expensas do oferente por auditor independente designado pela CMVM.

Nos termos do número 3 do artigo 188.º do Cód.VM, a contrapartida, em dinheiro ou em valores mobiliários, proposta pelo oferente de uma OPA obrigatória presume-se não equitativa se:

- a) O preço mais elevado tiver sido fixado mediante acordo entre o adquirente e o alienante através de negociação particular;
- b) Os valores mobiliários em causa apresentarem liquidez reduzida por referência ao mercado regulamentado em que se encontrem admitidos à negociação;
- c) Tiver sido fixada com base no preço de mercado dos valores mobiliários em causa e aquele ou o mercado regulamentado em que se encontrem admitidos à negociação tiverem sido afectados por acontecimentos excepcionais.

A contrapartida na OPA obrigatória pode consistir em dinheiro ou em valores mobiliários. Apenas se admite a entrega de valores mobiliários em contrapartida desde que se encontrem preenchidas duas condições cumulativas: (i) os valores mobiliários oferecidos como contrapartida serem do mesmo tipo dos que são objecto da OPA; (ii) esses valores mobiliários se encontrarem admitidos ou serem da mesma categoria de valores mobiliários de comprovada liquidez admitidos à negociação em mercado regulamentado. Porém, independentemente de se encontrarem verificadas as referidas condições, se o oferente ou pessoas que se encontrem em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM tiverem adquirido, nos seis meses anteriores ao anúncio preliminar e até ao encerramento da OPA, quaisquer acções representativas do capital social da sociedade visada com pagamento em dinheiro, deverá ser oferecida contrapartida equivalente em dinheiro.

### **Outras ofertas**

Não foram lançadas por terceiros quaisquer ofertas públicas de aquisição de acções representativas do capital social do Emitente, nem durante o exercício em curso, nem durante o último exercício. Não obstante, sendo uma sociedade aberta, nos termos descritos no Cód.VM, o Emitente encontra-se sujeito aos regimes das ofertas públicas voluntárias e obrigatórias, das ofertas de aquisição e de alienação potestativas e da perda de qualidade de sociedade aberta previstos no referido diploma, sumariamente descrito na secção anterior, intitulada “*Eventuais ofertas públicas de aquisição obrigatórias*”.

### **Legislação aplicável e foro competente**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 138.º do Cód.VM, os contratos a celebrar entre o Emitente e Oferente e os destinatários das Ofertas reger-se-á pela lei portuguesa. Eventuais litígios emergentes destes contratos serão dirimidos pelos tribunais do foro da Comarca de Lisboa.

## **5.2 Obrigações**

### **Montante e natureza**

No âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, serão emitidas pelo Banif até 225.000.000 obrigações, escriturais, ao portador, não garantidas, com o valor nominal unitário de €1,00, com uma taxa de juro anual fixa de 7,5% ao ano e um prazo de três anos.

O valor de emissão global das Obrigações que serão efectivamente emitidas ficará dependente do montante de ordens de subscrição de Obrigações que se verifiquem no contexto da OPS de Obrigações.

Todas as Obrigações são emitidas em euros, ao abrigo da lei portuguesa, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, os estatutos do Emitente e demais legislação aplicável.

### **Motivos da emissão das Obrigações**

A emissão de até 225.000.000 Obrigações, no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, destina-se à subscrição pelos detentores das acções ordinárias representativas do capital social do Banif, que revistam tal qualidade na data da liquidação financeira do aumento de capital realizado através da OPS de Acções, e aos detentores dos VMOCs, podendo os accionistas subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social do Banif detidas a essa data, e podendo os detentores dos VMOCs subscrever até 3 Obrigações por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor.

Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Obrigações a emitir no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Obrigações ocorra no dia 31 de Julho de 2013.

O Banif auferirá uma receita monetária em resultado da emissão das Obrigações equivalente às subscrições dos investidores no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações.

### **Deliberações, autorizações e aprovações**

Na reunião do Conselho de Administração do Banco de 27 de Junho de 2013, em que foi deliberado proceder ao aumento de capital através da OPS de Acções, foi igualmente deliberado proceder, subsequentemente ao aumento de capital, à emissão de até 225.000.000 Obrigações destinadas a subscrição pública no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, sendo tal subscrição reservada aos “Accionistas do Banif para efeitos da OPS de Obrigações”, podendo os accionistas subscrever até 3 Obrigações por cada 100 acções ordinárias representativas do capital social do Banif detidas ou subscritas e realizadas no âmbito da OPS de Acções à data da liquidação financeira da OPS de Acções, e podendo os detentores dos VMOCs subscrever até 3 Obrigações por cada 100 VMOCs detidos a essa data, em qualquer um dos casos, até ao limite máximo de 30.000.000 Obrigações, correspondente ao montante máximo de €30 milhões por subscritor.

O montante máximo de Obrigações destinado à subscrição no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações é de €225.000.000, correspondente a 225.000.000 Obrigações por cada subscritor, com respeito pelos critérios de subscrição *supra* apresentados.

### **Categoria, forma de representação e emissão das Obrigações**

As Obrigações serão ao portador e com representação escritural, com o valor nominal de €1,00 e serão objecto de inscrição nas contas dos respectivos intermediários financeiros legalmente habilitados, não havendo lugar à emissão de títulos.

Todas as Obrigações são emitidas em euros, ao abrigo da lei portuguesa, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, os estatutos do Emitente e demais legislação aplicável.

As Obrigações são reguladas pela lei portuguesa. Para a resolução de qualquer litígio emergente do presente empréstimo obrigacionista, é competente o foro da Comarca da Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

As Obrigações que sejam objecto de subscrição serão creditadas na data da liquidação física da OPS de Obrigações nas contas de valores mobiliários escriturais indicadas pelos investidores aquando da apresentação de ordem de subscrição.

As Obrigações serão inscritas no sistema centralizado gerido pela Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, com sede na Avenida da Boavista, 3433, 4100-138 Porto, Portugal.

Às Obrigações a emitir no âmbito da OPS de Obrigações foi atribuído o seguinte código ISIN: PTBAFCOE0024.

### **Direitos de preferência e direitos atribuídos**

A subscrição das Obrigações não está sujeita a quaisquer direitos de preferência. Por outro lado, uma vez admitidas à negociação em mercado regulamentado, as Obrigações serão livremente negociáveis nos termos da lei geral.

Não existem direitos especiais atribuídos às Obrigações senão os conferidos nos termos da lei geral, nomeadamente quanto ao recebimento de juros e reembolso de capital.

### **Grau de subordinação das Obrigações**

As obrigações que para o Emitente e Oferente resultam da emissão das Obrigações constituem responsabilidades directas, incondicionais, não subordinadas, não garantidas e gerais do Emitente, que empenhará toda a sua boa-fé no respectivo cumprimento.

As Obrigações constituem obrigações comuns do Emitente e do Oferente, a que corresponderá um tratamento *pari passu* com as restantes obrigações pecuniárias presentes e futuras não condicionais, não subordinadas e não garantidas do Emitente, sem prejuízo dos privilégios que resultem da lei.

### **Garantias das Obrigações**

#### **a) Património do Emitente**

Não existem garantias especiais associadas às Obrigações, respondendo as receitas e o património do Emitente pelo cumprimento de todas as obrigações que, para o Emitente, resultam e/ou venham a resultar da emissão nos termos da lei.

#### **b) Não oneração**

O Emitente e Oferente compromete-se, enquanto as Obrigações não forem reembolsadas integralmente, a não dar em garantia ou, por qualquer outra forma, onerar os bens que constam ou venham a constar do seu activo presente e futuro e que representem mais de 20 por cento do seu activo líquido consolidado. No entanto, poderá fazê-lo nas seguintes situações:

- (i) Garantias existentes à presente data (sobre activos do Banif ou de sociedade que se venha a fundir com o Banif) e aquelas que sejam ou venham a ser constituídas para garantia das obrigações decorrentes da Emissão;



- (ii) Garantias constituídas com o acordo prévio dos Obrigacionistas, obtido por maioria simples nos termos previstos no n.º 7 do artigo 355.º do Código das Sociedades Comerciais;
- (iii) Garantias constituídas nos termos de operações de securitização, *asset-back financing* ou operações similares, de acordo com condições normais de mercado, e desde que o montante garantido seja limitado ao valor dos activos dados em garantia;
- (iv) Garantias constituídas no âmbito de emissão de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público emitidas pelo Banif nos termos da lei portuguesa; e
- (v) Garantias constituídas sobre bens a adquirir pelo Emitente ou para seu benefício, desde que (i) a aquisição em causa não se configure como uma mera substituição de activos, sendo que o investimento nos bens do activo imobilizado do Emitente que se encontrem obsoletos ou deteriorados não constituirá uma mera substituição de activos, e (ii) a garantia seja constituída em caução do respectivo preço de aquisição ou do crédito concedido para o efeito.

### **Pagamentos de juros e outras remunerações**

#### *a) Datas de pagamento*

A liquidação financeira das Obrigações ocorrerá no dia 30 de Julho de 2013, data a partir da qual se inicia a contagem do primeiro período de juros relativos às Obrigações. Os juros das Obrigações serão calculados tendo por base meses de 30 dias, num ano de 360 dias e vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 30 de Janeiro e 30 de Julho de cada ano até à Data de Vencimento das Obrigações, ocorrendo o primeiro pagamento de juros a 30 de Janeiro de 2014.

#### *b) Taxa de juro*

A taxa de juro anual nominal bruta aplicável a cada um dos períodos de juros será fixa e igual a 7,50 (sete vírgula cinquenta) por cento ao ano.

#### *c) Processamento de pagamentos*

Em cada Data de Pagamento de Juros, serão movimentadas a crédito as contas correntes das entidades registadoras junto do Banco de Portugal indicadas para o efeito à Interbolsa, com base em informação recebida das entidades registadoras. Após recepção dos montantes devidos, as entidades registadoras procederão à respectiva distribuição pelas contas de pagamento correntes, associadas às contas individualizadas de cada um dos titulares das Obrigações seus clientes.

#### *d) Regime fiscal*

Os pagamentos devidos aos titulares das Obrigações ficarão em todo o caso sujeitos a quaisquer leis e regulamentos, de natureza fiscal, aplicáveis.

#### *e) Pagamentos em Dias Úteis*

Se a data prevista para o pagamento de qualquer montante relativo às Obrigações não for um Dia Útil, o respectivo titular não terá direito ao pagamento até ao Dia Útil seguinte e não terá direito a receber juros adicionais ou qualquer outro pagamento em virtude do diferimento do pagamento em causa para o Dia Útil seguinte.

## **Amortizações e reembolso antecipado**

### *a) Vencimento*

As Obrigações têm um prazo de maturidade de três anos a contar da data de subscrição, ocorrendo a respectiva data de vencimento em 30 de Julho de 2016 (“**Data de Vencimento**”). As Obrigações serão reembolsadas integralmente, ao par, de uma só vez, na Data de Vencimento, salvo se ocorrer reembolso antecipado nos termos da secção relativa às Situações de Incumprimento tal como adiante definidas.

### *b) Reembolso antecipado*

Sem prejuízo do disposto na secção relativa às Situações de Incumprimento, não existe nenhuma opção de reembolso antecipado das Obrigações ao dispor dos titulares das Obrigações ou do Emitente. O reembolso antecipado encontra-se porém limitado pelo compromisso previsto no n.º 1, alínea b), do anexo ao Despacho n.º 1527-B/2013, o qual dispõe, como restrição relacionada com transacções, pagamentos e aquisições a realizar pelo Banif, a imposição de uma proibição de recompra ou reembolso antecipado relativo a instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumentos de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente ou por qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), sem o prévio consentimento do Ministro das Finanças.

## **Situações de Incumprimento**

### *a) Situações de Incumprimento*

A ocorrência e manutenção de qualquer uma das seguintes situações em relação ao Emitente ou às suas Subsidiárias Relevantes (quando especificado nos parágrafos seguintes) constitui uma Situação de Incumprimento:

- (a) Não pagamento, pelo Emitente, de qualquer montante a título de capital ou juros respeitantes às Obrigações, salvo se o incumprimento for sanado, no caso de capital, no prazo de 3 (três) Dias Úteis após a respectiva Data de Vencimento ou, no caso de juros, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a respectiva Data de Vencimento;
- (b) Não cumprimento, pelo Emitente, de qualquer outra obrigação relativa às Obrigações, salvo se o incumprimento em causa, sendo sanável, for sanado no prazo de 30 dias (ou em qualquer outro prazo superior concedido pelo representante comum dos titulares das Obrigações (caso exista) ou pelos titulares das Obrigações) a contar de notificação ao Emitente para o efeito;
- (c) Ocorrência de uma situação de incumprimento no âmbito de qualquer empréstimo, facilidade de crédito, garantia ou outro compromisso com incidência financeira, contraído pelo Emitente ou por uma Subsidiária Relevante junto do sistema financeiro português ou estrangeiro, ou relativa a obrigações decorrentes da emissão de valores mobiliários ou monetários de qualquer natureza, desde que o montante em causa seja superior a €15.000.000,00 (ou o seu equivalente noutra moeda), considerado de forma individual ou agregada, e haja sido decretado o vencimento antecipado nesses mesmos contratos ou desses mesmos valores mobiliários ou monetários;
- (d) Existência de uma ou mais decisões judiciais ou administrativas com trânsito em julgado, a respeito do Emitente ou de uma Subsidiária Relevante, ou de processo de execução fiscal ou de dívidas à Segurança Social relativamente ao qual não tenha sido apresentada reclamação ou contestação, que determinem, para a entidade em causa, responsabilidades de montante superior a €15.000.000,00 (ou o seu equivalente noutra moeda), considerado de forma individual ou

agregada, salvo se o Emitente ou a Subsidiária Relevante liquidar integralmente o valor em causa no prazo de 90 (noventa) dias a contar do trânsito em julgado ou da notificação da liquidação da dívida fiscal ou da dívida à Segurança Social;

- (e) Início de um processo executivo incidente sobre a totalidade ou parte substancial dos activos do Emitente ou de uma Subsidiária Relevante, salvo se o Emitente ou a Subsidiária Relevante apresentar de boa-fé contestação dentro do prazo legalmente aplicável ou prestar garantia idónea à suspensão do processo em curso;
- (f) (i) O Emitente ou uma Subsidiária Relevante reconhecer expressamente a impossibilidade de liquidar integral e pontualmente as suas dívidas à medida que estas se forem vencendo ou ocorrer uma cessação de pagamentos em geral do Emitente ou de uma Subsidiária Relevante; (ii) o Emitente ou uma Subsidiária Relevante requerer a sua declaração de insolvência, ou se a declaração de insolvência for requerida por qualquer terceiro, salvo se o Emitente ou a Subsidiária Relevante apresentar de boa-fé contestação dentro do prazo legalmente aplicável; (iii) declaração de insolvência do Emitente ou de uma Subsidiária Relevante pelo tribunal competente ou, no âmbito de um processo de insolvência, existência de um acordo com, ou cessão a benefício de, credores gerais do Emitente ou de uma Subsidiária Relevante; ou (iv) nomeação de um administrador da insolvência ou outra entidade equivalente para o Emitente ou para uma Subsidiária Relevante ou em relação à totalidade ou a uma parte substancial dos activos do Emitente ou da Subsidiária Relevante.

*b) Reembolso imediato*

Os titulares das Obrigações poderão exigir o reembolso antecipado das Obrigações de que sejam detentores, bem como o pagamento dos respectivos juros devidos até à data em que se efectuar aquele reembolso, sem necessidade de uma qualquer deliberação prévia da Assembleia Geral de Obrigacionistas, nas Situações de Incumprimento acima descritas.

Os titulares das Obrigações que desejem, verificadas as situações acima descritas, exercer a opção de reembolso antecipado, deverão comunicar a sua intenção, por carta registada dirigida ao Conselho de Administração do Emitente, devendo o Emitente proceder ao respectivo reembolso das Obrigações e respectivos juros contados até à data em que se efectuar aquele reembolso, até 10 dias úteis após a referida comunicação.

**Taxa de rendibilidade efectiva**

*a) Pressupostos*

A taxa de rendibilidade efectiva é aquela que iguala o valor actual dos fluxos monetários gerados pela Obrigação ao seu preço de compra, pressupondo capitalização com idêntico rendimento. A taxa de rendibilidade efectiva utilizada nos cálculos apresentados depende dos seguintes pressupostos:

- (a) O preço de compra de cada Obrigação é igual ao seu valor de subscrição;
- (b) A taxa anual nominal bruta fixa aplicável a todos os cupões é de 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento);
- (c) O reembolso será efectuado ao par na Data de Vencimento;
- (d) A convenção de cálculo de juros é 30/360; e

(e) A taxa de imposto sobre os juros será de 28%.

Será utilizada a seguinte fórmula de cálculo da taxa de rendibilidade efectiva anual (“TRE”):

$$Pc = \sum_{t=1}^n \frac{Juros \times (1-T)}{(1+i/2)^t} + \frac{VR}{(1+i/2)^n}$$

$$TRE = (1+i/2)^2 - 1$$

Em que:

Pc: preço de compra da Obrigação;

Juros: cupão semestral;

t: períodos semestrais;

n: maturidade (expressa em semestres);

i: taxa de rendibilidade nominal anual;

TRE: taxa de rendibilidade efectiva anual;

VR: valor de reembolso; e

T: taxa de imposto.

#### *b) Taxa*

A taxa de rendibilidade efectiva anual bruta é 7,634%, enquanto que a taxa de rendibilidade efectiva anual líquida é 5,468%.

#### *c) Alterações*

A taxa de rendibilidade efectiva poderá vir a ser afectada por eventuais taxas e comissões a pagar pelos subscritores pela prestação de serviços financeiros (incluindo comissões de subscrição, de custódia e outras aplicáveis), que podem variar de instituição para instituição financeira. Os preçários destes serviços financeiros prestados por cada instituição financeira podem ser consultados em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

#### **Serviço financeiro**

O serviço financeiro das Obrigações, nomeadamente o pagamento de juros, será assegurado pelo próprio Oferente e Emitente.

Os montantes pagos a título de reembolso e os juros que não sejam reclamados consideram-se abandonados a favor do Estado quando, durante o prazo de cinco anos, os titulares ou possuidores das Obrigações não hajam cobrado ou tentado cobrar aqueles rendimentos ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito sobre os mesmos (Decreto-Lei n.º 187/70, de 30 de Abril).

#### **Representação dos titulares das Obrigações e assembleias de titulares de Obrigações**

##### *a) Designação, destituição e substituição do representante comum*

O Emitente empreenderá os seus melhores esforços para assegurar que se proceda à eleição do representante comum dos titulares das Obrigações nos termos da lei em vigor, se tal for a opção dos Obrigacionistas, sendo

que a decisão de designação, destituição ou substituição do representante comum será da competência dos titulares das Obrigações.

*b) Convocação de assembleias*

As assembleias de titulares das Obrigações poderão ser convocadas para deliberar sobre qualquer matéria que afete os interesses daqueles, incluindo a aprovação, por deliberação extraordinária, de uma modificação às Condições das Obrigações ou da nomeação ou destituição de representante comum dos titulares de Obrigações, caso exista, e tanto as respectivas convocatórias como o seu funcionamento serão reguladas pelo Código das Sociedades Comerciais. As assembleias de titulares de Obrigações podem ser convocadas pelo representante comum dos titulares de Obrigações (caso exista) ou, se não tiver sido nomeado nenhum representante comum dos titulares de Obrigações, ou o representante comum dos titulares de Obrigações não tenha convocado a assembleia de titulares de Obrigações, pelo presidente da mesa da assembleia geral do Emitente (quando exista), e deverão ser convocadas se requeridas pelos titulares de Obrigações que detenham pelo menos 5% (cinco por cento) do montante global das Obrigações em dívida a cada momento. Os titulares de Obrigações que detenham pelo menos 5% (cinco por cento) do montante global das Obrigações em dívida a cada momento podem ainda requerer a convocação judicial da assembleia de titulares de Obrigações, quando a mesma não seja convocada pelo representante comum ou pelo presidente da mesa da assembleia geral.

*c) Quórum constitutivo*

O quórum necessário para que numa assembleia de titulares de Obrigações seja aprovada uma deliberação que não seja uma deliberação extraordinária será de uma pessoa ou pessoas que detenham ou representem quaisquer das Obrigações então em dívida, independentemente do montante global em causa. O quórum exigido para que numa assembleia de titulares de Obrigações convocada se aprove uma deliberação extraordinária será de uma pessoa ou pessoas que detenham ou representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) das Obrigações então em dívida, ou numa assembleia realizada em segunda convocatória, qualquer pessoa ou pessoas que detenham ou representem quaisquer das Obrigações então em dívida, independentemente do montante global em causa.

*d) Quórum deliberativo*

O número de votos necessários para aprovar uma deliberação que não seja uma deliberação extraordinária é a maioria dos votos recolhidos na assembleia de titulares de Obrigações em causa. A maioria necessária para aprovar uma deliberação extraordinária é de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do montante global das Obrigações então em dívida ou, numa assembleia realizada em segunda convocatória, dois terços de votos recolhidos na assembleia em causa.

*e) Deliberações vinculativas*

As deliberações aprovadas em qualquer assembleia de titulares de Obrigações serão vinculativas para todos os titulares de Obrigações, independentemente de terem estado, ou não, presentes nessa assembleia de titulares de Obrigações e de terem, ou não, votado contra as deliberações em causa.

*f) Modificações*

O representante comum (caso exista) pode, sem o consentimento dos titulares de Obrigações, acordar determinadas modificações às Condições das Obrigações, desde que as mesmas:

- (a) Sejam de natureza menor e ainda de natureza formal ou técnica;
- (b) Sejam efectuadas para corrigir um erro manifesto ou cumprir disposições legais imperativas.

*g) Notificação*

Qualquer modificação, renúncia ou autorização ao abrigo das secções “*Deliberações vinculativas*” ou “*Modificações*” deverá ser vinculativa para os titulares de Obrigações e deverá ser notificada pelo Emitente aos titulares de Obrigações assim que possível de acordo com a secção “*Comunicações*”.

*h) Matérias que devem ser aprovadas por deliberação extraordinária*

Será exigida uma deliberação extraordinária dos titulares de Obrigações para:

- (a) Modificar qualquer data fixada para pagamento de capital ou juros em relação às Obrigações, reduzir o montante de capital ou juros devido em qualquer data em relação às Obrigações ou alterar o método de cálculo do montante de qualquer pagamento em relação às Obrigações na Data de Vencimento;
- (b) Aprovar a modificação ou revogação de quaisquer disposições previstas nas Condições das Obrigações;
- (c) Aprovar qualquer retificação ou alteração do presente parágrafo;
- (d) Renunciar ao cumprimento ou autorizar o incumprimento de qualquer uma das Condições das Obrigações;
- (e) Aprovar quaisquer outras matérias relativamente às quais as presentes Condições das Obrigações exigem a aprovação de uma deliberação extraordinária.

**Regime fiscal**

No que respeita ao regime fiscal aplicável à titularidade e à transmissão das Obrigações, ver o Capítulo 6 - “*Regime fiscal*”.

**Regime de transmissão das Obrigações**

Não existem restrições à livre transmissibilidade das Obrigações, pelo que as mesmas podem ser transaccionadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon se e quando e assim que estiverem admitidas à negociação.

**Comunicações**

*a) Local de publicação*

Todas as notificações relativas às Obrigações serão publicadas, se e enquanto as Obrigações estiverem admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, no boletim de cotações da Euronext e no sistema de difusão de informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) ou por qualquer outra forma que se mostre de acordo com o previsto no Código dos Valores Mobiliários e com as regras da Interbolsa e da Euronext relativamente à divulgação de informação a investidores.

*b) Requisitos adicionais*

O Emitente assegurará a realização de todas as comunicações de forma a cumprir com outras regras e regulamentos em vigor.

*c) Comunicações pelos obrigacionistas*

As comunicações efetuadas pelos titulares de Obrigações deverão revestir a forma escrita e ser entregues ou remetidas ao Emitente.

**Notação de risco**

As Obrigações não serão objecto de notação de risco.

**Admissão à negociação**

Foi solicitada à Euronext a admissão à negociação, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, de todas as Obrigações a emitir no âmbito da OPS de Obrigações. O Emitente e Oferente prevê que a admissão à negociação das Obrigações ocorra no dia 31 de Julho de 2013, estando dependente, porém, designadamente, do cumprimento das formalidades legais aplicáveis.

**Estabilização**

Não foi celebrado qualquer contrato de liquidez ou de fomento, nem se prevê que venha a existir qualquer actividade de estabilização de preços relativamente às Obrigações na sequência da OPS de Obrigações.

**Outros empréstimos obrigacionistas**

Para além da presente emissão, o Banif – Grupo Financeiro contratou os seguintes empréstimos obrigacionistas que ainda não se encontram reembolsados:

(em euros)				
Emitente	Data de emissão	Data de reembolso	Valor em circulação	Taxa de juro
Banif Finance 2010-2013 EUR	23/10/2010	23/10/2013	40.000	6,00%
Banif Finance 2010-2013 USD	23/10/2010	23/10/2013	37.896	5,00%
Banif Finance 2012-2014 EUR	30/07/2012	30/01/2014	55.000	5,75%
Banif Finance 2012-2014 USD	30/07/2012	30/01/2014	41.686	5%
Banco Banif Brasil 2016	15/02/2012	15/02/2016	481	CDI
Banco Banif Brasil 2017	21/03/2012	21/03/2017	1.641	IPCA-8,25%
Banco Banif Brasil 2017	21/03/2012	21/03/2017	1.641	IPCA-8,25%
Banco Banif Brasil 2016	19/12/2011	19/12/2021	4.580	17,00%
Banif S.A. 2010-2013	21/12/2010	21/12/2013	50.000	6,00%
Banif S.A. 2011-2013	09/08/2011	09/08/2013	50.000	7,00%
Banif S.A. 2011-2013	09/08/2011	09/08/2013	75.000	7,00%
Beta Securitizadora	2010	10/09/2025	11.372	6,77%
Beta Securitizadora	2011	01/09/2021	10.268	6,25%
Beta Securitizadora	2011	01/09/2021	11.053	6,73%
Beta Securitizadora	2012	01/09/2021	1.142	6,73%

<b>Emitente</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de reembolso</b>	<b>Valor em circulação</b>	<b>Taxa de juro</b>
Beta Securitizadora	2012	14/08/2027	9.773	4,66%
Banco Mais 2011-2014, com garantia da República Portuguesa	19/07/2011	19/07/2014	25.000	Euribor(3m)+4,95%
Banif Investimento 2011-2014, com garantia da República Portuguesa	19/07/2011	19/07/2014	55.000	Euribor(3m)+4,95%
Banif Investimento 2011-2014, com garantia da República Portuguesa	22/12/2011	22/12/2014	95.000	Euribor(3m)+12%
Banif FLOAT 2014	29/07/2011	29/07/2014	85.000	Euribor(3m)+1,6%
Banif FLOAT 2014	21/10/2011	21/10/2014	50.000	Euribor(3m)+1,6%
Banif 2011-2014, com garantia da República Portuguesa	19/07/2011	19/07/2014	200.000	Euribor(3m)+4,95%
Banif 2011, com garantia da República Portuguesa	22/12/2011	22/12/2014	500.000	Euribor(3m)+12%
Banif 2012-2015 EUR Fungíveis	20/06/2012	31/05/2015	63.000	5,75%
Banif 2012-2015EUR	31/05/2012	31/05/2015	50.000	5,75%
Banif 2012-2015 USD	31/05/2012	31/05/2015	9.853	5,00%
Banif 2012/2014	08/11/2012	08/11/2014	100.000	5,75%
Banif 2012/2014	08/11/2012	08/11/2014	30.000	5,75%
Banif 2013/2014	20/03/2013	20/09/2014	50.000	4,50%
Banif 2013/2014	20/03/2013	20/09/2014	19.524	4,50%
Banco Banif Brasil	31/08/2012	31/08/2019	29.296	10,00%
Banco Banif Brasil	17/12/2004	17/12/2014	5.873	USD Libor + 4,50%
Banif Investimento 2006-2016	29/06/2006	29/06/2016	15.000	Primeiros 5 anos: Eur6m+0,875%; restante período: Eur6m+1,15%
Banif Investimento 2007-perpétua	05/05/2007	Perpétua	2.465	Eur3m+1,35%
Banif S.A. 2005-2015	30/12/2005	30/12/2015	20.749	Até 30/12/2010; Eur3m+0,75%; Restante período: Eur3m+1,25%
Banif S.A. 2006-perpétua	22/06/2006	Perpétua	7.366	Até 22/12/2014; Eur3m+1,0%; Restante período: Eur3m+2,0%
Banif S.A. 2006-2016	22/12/2006	22/12/2016	11.040	Até 22/12/2011; Eur3m+0,75%; Restante período:



Emitente	Data de emissão	Data de reembolso	Valor em circulação	Taxa de juro
				Eur3m+1,25%
Banif SFE 2007	22/12/2007	Perpétua	9.215	Até 22/12/2016; Eur3m+1,37%; Restante período: Eur3m+2,37%
Banif SFE 2008	30/06/2008	Perpétua	95	Até 28/12/2017; Eur3m+3,0362%; Restante período: Eur3m+4,0362%
Banif 2008-2018	18/08/2008	18/08/2018	21.704	1º ano 6,25%; até 11º cupão Eur6m+1%; Restante período: Eur6m+1,15%
Banif 2009-2019	30/06/2009	31/12/2019	10.286	Até 30/06/2014; 4,5%; Restante período: Eur6m+2,75%
Banif 2012-2019	09/01/2012	09/01/2019	87.193	Até 09/01/2017: taxa fixa 6,875%; Restante período: 7,875% emissão a 70%
BBCA 2006-2016	23/10/2006	23/10/2016	19.336	1os 5 anos: Eur6m+1%; Restante período: Eur6m+1,25%
BBCA 2007-2017	25/09/2007	25/09/2017	9.480	Até 11º cupão: Eur6m+1%; Restante período: Eur6m+1,25%
BBCA 2008-perpétua	30/06/2008	Perpétua	10.000	Até 28/12/2017: Eur3m+3,0362%; Restante período: Eur3m+4,0362%
Banif Go 2005/2015 (Banif Mais)	30/06/2005	30/06/2015	6.000	Eur12m+1,5%
Banif Finance 2004-2014	29/12/2004	29/12/2014	8.856	Até 21.º cupão: Eur3m+0,80%; Restante período: Eur3m+1,30%
Banif Finance 2006-perpétua	22-12-2006	Perpétua	9.215	Até 22/12/2016: Eur3m+1,37%; Restante período: Eur3m+2,37%
Banif Finance 2006-2016	22/12/2006	22/12/2016	11.040	Até 22/12/2011: Eur3m+0,75%; Restante período: Eur3m+1,25%
Banif Finance 2009-2019	31/12/2009	31/12/2019	73.723	3%; Passivo emitido a 75% e 50%
Banif Bank Malta	30/08/2012	30/08/2017	5.000	10%

<b>Emitente</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de reembolso</b>	<b>Valor em circulação</b>	<b>Taxa de juro</b>
Banco Caboverdiano de Negócios	30/08/2012	30/08/2019	1.000	10%

Refira-se que a listagem *supra* apresentada não contém informação sobre os empréstimos obrigacionistas associados a operações de titularização e as emissões de dívida estruturada realizadas pelo veículo Euro Invest Limited (Séries 3A e 3B).

## 6 REGIME FISCAL

*O presente Capítulo constitui um resumo do regime fiscal aplicável em Portugal, à data da emissão do presente Prospecto, relativamente à detenção e transmissão onerosa das Acções e das Obrigações. O enquadramento descrito é geral e está sujeito a alterações, incluindo alterações que podem ter efeito retroactivo, e não dispensa a consulta da legislação aplicável. O presente Capítulo não representa uma análise dos potenciais efeitos fiscais da detenção das Acções ou das Obrigações. Não foram tomados em consideração regimes transitórios eventualmente aplicáveis. Os potenciais investidores devem assegurar conselho sobre as consequências e implicações da detenção e transmissão onerosa das Acções e das Obrigações à luz das suas circunstâncias particulares, incluindo as eventuais implicações da aplicação de ordenamentos jurídicos distintos do português. As consequências fiscais podem variar de acordo com as disposições de convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal ou características particulares dos investidores, nomeadamente, nos casos em que os mesmos possam beneficiar de isenções fiscais, dispensas de retenção na fonte, reduções de taxa ou outros benefícios fiscais eventualmente aplicáveis.*

### 6.1 Rendimentos derivados da detenção de Acções

#### **Dividendos**

##### **(a) Auferidos por pessoas singulares**

*Residentes fora do âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

Os dividendos estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, no momento da sua colocação à disposição, à taxa liberatória de 28%, sem prejuízo da opção pelo englobamento.

Realizada esta opção, 50% do valor dos dividendos será sujeito às taxas liberatórias, acrescidas de eventuais sobretaxas, operando a retenção na fonte como um mero pagamento por conta do imposto.

Estão, no entanto, sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa liberatória de 35% os rendimentos de capitais, sempre que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares, mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

*Residentes no âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

Os dividendos estão sujeitos a retenção na fonte à taxa de 28%, tendo a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final, sendo o englobamento obrigatório, entrando no cômputo do resultado tributável do sujeito passivo em apenas metade do seu valor.

*Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

Os dividendos estão sujeitos a tributação, no momento da sua colocação à disposição, sendo o imposto retido na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 28%.

Estão, no entanto, sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa liberatória de 35% os dividendos pagos ou colocados à disposição de residentes numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças (actualmente constante da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro – “**Portaria n.º 150/2004**”), bem como os rendimentos de capitais pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

As taxas de retenção na fonte *supra* podem vir a ser reduzidas para as taxas previstas nas convenções para evitar a dupla tributação internacional celebradas pelo Estado Português, sempre que se encontrem cumpridos os requisitos para a aplicação das mesmas.

#### **(b) Auferidos por pessoas colectivas**

*Residentes e não residentes com estabelecimento estável em Portugal ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

Os dividendos são sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%, a qual assume a natureza de pagamento por conta do imposto devido em termos finais, salvo situações em que a lei preveja a aplicação de dispensa de retenção na fonte, atendendo à qualificação da forma jurídica do investidor (por exemplo, instituições financeiras).

Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa de 35% os rendimentos de capitais sempre que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

Os dividendos concorrem para a formação do lucro tributável, encontrando-se, assim, sujeitos às taxas gerais de IRC (acrescidas de derrama municipal e derrama estadual, quando aplicáveis). Caso o titular das acções não esteja abrangido pelo regime de transparência fiscal previsto no artigo 6.º do Código do IRC e detenha acções representativas de pelo menos 10% do capital social, os dividendos serão dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, contanto que as acções permaneçam na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante um ano. Se esse período já se houver completado na data da colocação à disposição dos dividendos, haverá lugar a dispensa de retenção na fonte de IRC.

*Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

Os dividendos são sujeitos a retenção na fonte, a título definitivo, no momento da sua colocação à disposição, à taxa liberatória de 25%.

Estão, no entanto, sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa liberatória de 35% os dividendos pagos ou colocados à disposição de residentes numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, bem como os dividendos pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo.

As taxas referidas podem ser reduzidas nos termos de uma convenção em vigor entre Portugal e o Estado de residência do titular dos rendimentos, caso se verifiquem as condições substanciais de aplicação de tal redução e se cumpram as formalidades previstas na legislação fiscal portuguesa para a invocação de uma convenção.

Estão isentos de IRC os dividendos colocados à disposição de uma sociedade residente noutro Estado-Membro da União Europeia ou de Estado integrante do Espaço Económico Europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, quando a sociedade em causa preencha as condições previstas no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, de 30 de Novembro de 2011 (com as necessárias adaptações, quando aplicável), e que detenha, durante um período ininterrupto de pelo menos um ano, acções representativas de, pelo menos, 10% do capital social da empresa. Se esse período já se houver completado na data da colocação à disposição dos lucros, haverá lugar a dispensa da obrigação de retenção na fonte de IRC. Na eventualidade de apenas se completar após a data da colocação à disposição, o IRC retido na fonte será reembolsável. Para efeitos de dispensa de retenção na fonte de IRC ou do seu reembolso, consoante os casos, é necessário cumprir as formalidades previstas na legislação fiscal portuguesa.

Este regime é igualmente aplicável às entidades residentes na Confederação Suíça, nos termos do acordo celebrado entre a Confederação Suíça e a União Europeia, designadamente quando entidades residentes na Confederação Suíça detenham uma participação de, pelo menos, 25% do capital social durante um período de dois anos.

Estão isentos de IRS os dividendos obtidos por fundos de pensões relativamente a acções detidas, de modo ininterrupto, há pelo menos um ano, desde que os fundos se constituam, operem de acordo com a legislação e estejam estabelecidos noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, neste último caso desde que esse Estado esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, que não sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em território português, desde que garantam exclusivamente o pagamento de prestações de reforma por velhice ou invalidez, sobrevivência, pré-reforma ou reforma antecipada, benefícios de saúde pós-emprego e, quando complementares e acessórios destas prestações, a atribuição de subsídios por morte, sejam geridos por instituições de realização de planos de pensões profissionais às quais seja aplicável a Directiva n.º 2003/41/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Junho de 2003, e sejam o beneficiário efectivo dos rendimentos.

## **Mais-valias**

### **(a) Auferidas por pessoas singulares**

#### *Residentes fora do âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

As mais-valias e menos-valias apuradas na transmissão onerosa das acções contribuem para o cômputo do saldo anual de mais-valias e menos-valias decorrentes da venda de acções, obrigações e outros títulos de dívida, de partes sociais e outros valores mobiliários e de operações com instrumentos financeiros derivados (excepto *swaps* de taxa de juro, *swaps* cambiais, *swaps* de taxa de juro e de divisa e operações cambiais a prazo), *warrants* autónomos e certificados.

Não relevam para efeitos do apuramento do saldo de mais e menos-valias as perdas apuradas, quando a contraparte da operação estiver situada em país, território ou região sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004. O referido saldo anual, quando seja positivo, está sujeito a tributação em IRS a uma taxa especial de 28%, salvo se o titular optar pelo englobamento, sendo nesse caso sujeito às taxas normais de IRS.

#### *Residentes no âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

As mais-valias e menos-valias apuradas na transmissão onerosa das acções contribuem para o cômputo do rendimento empresarial e profissional, sendo tributado de acordo com as regras previstas no Código do IRS previstas para os rendimentos da Categoria B.

#### *Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

As mais-valias realizadas com a transmissão onerosa das acções são isentas de tributação em Portugal, ao abrigo do artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Porém, esta isenção não é aplicável se o beneficiário efectivo for domiciliado numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004.

Neste caso, o saldo anual positivo entre as mais-valias e as menos-valias é tributado à taxa especial de 28%. No entanto, se existir convenção para evitar a dupla tributação internacional celebrado entre Portugal e o Estado de residência do titular do rendimento, a tributação em Portugal poderá não ocorrer consoante as disposições da referida convenção.

#### **(b) Auferidas por pessoas colectivas**

##### *Residentes e não residentes com estabelecimento estável em Portugal ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

O saldo anual das mais-valias e menos-valias realizadas, apuradas na transmissão onerosa de acções, concorrem para a formação do lucro tributável em sede de IRC e estão sujeitas a tributação às taxas gerais de IRC (acrescidas de derrama municipal e derrama estadual, quando aplicáveis).

Para efeitos de apuramento das mais e menos-valias fiscais, o custo de aquisição das acções detidas há pelo menos dois anos na data da transmissão onerosa é objecto de actualização mediante a aplicação de coeficientes de desvalorização monetária aprovados anualmente por portaria do Ministro das Finanças.

Para efeitos de determinação do lucro tributável, a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital é considerada em apenas 50% do seu valor, desde que respeitadas determinadas condições previstas no Código do IRC, nomeadamente, em caso de reinvestimento do valor de realização.

A diferença negativa entre as mais-valias e menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital concorre para a formação do lucro tributável em apenas metade do seu valor. No entanto, não são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC as menos-valias relativas a partes de capital, na parte do valor que corresponda aos lucros distribuídos que tenham beneficiado da dedução para efeitos de eliminação da dupla tributação económica nos quatro anos anteriores.

Não são também dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC os gastos suportados na alienação de partes de capital detidas por período inferior a três anos, quando tenham sido adquiridas (i) a entidades relacionadas, considerando-se como tal, entre outras, entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante da Portaria n.º 150/2004; ou (ii) a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação.

Não são igualmente dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC os gastos suportados com a alienação de partes de capital a (i) entidades relacionadas, considerando-se como tal, entre outras, entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável,

constante da Portaria n.º 150/2004; ou (ii) a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação.

Não são, por fim, dedutíveis, para os efeitos referidos, os gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital sempre que a entidade alienante tenha resultado de transformação, incluindo a modificação do objecto social, de sociedade à qual fosse aplicável regime fiscal diverso, relativamente a estes gastos, e tenham decorrido menos de três anos entre a data da verificação desse facto e a data da transmissão.

*Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

As mais-valias provenientes da transmissão a título oneroso de acções realizadas por pessoas colectivas não residentes em território português e sem estabelecimento estável em Portugal ao qual as mesmas sejam imputáveis estão, regra geral, isentas de tributação, ao abrigo do artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, salvo se:

- (i) A entidade alienante for detida, directa ou indirectamente, em mais de 25% por entidades residentes para efeitos fiscais em território português;
- (ii) A entidade alienante for residente para efeitos fiscais em país, território ou região, sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da Portaria n.º 150/2004.

Nestas situações, o saldo anual positivo entre as mais-valias não isentas de tributação nos termos dos parágrafos anteriores e as menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de acções, deduzido das despesas necessárias e efectivamente incorridas na sua transmissão onerosa, é tributado à taxa de 25%.

No entanto, podem ser excluídas de tributação em Portugal as mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de acções por um residente, para efeitos fiscais, num país com o qual vigore uma convenção com Portugal, o que deverá ser confirmado numa base casuística.

## **6.2 Rendimentos derivados da detenção de Obrigações**

O regime fiscal descrito neste Capítulo respeita aos rendimentos das obrigações integradas em sistemas centralizados de valores mobiliários reconhecidos nos termos do Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar, beneficiando os não residentes em Portugal de um regime de isenção nos rendimentos de capitais e nas mais-valias obtidas nos termos do Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março (adiante designado abreviadamente por “**Decreto-Lei n.º 193/2005**”).

Os juros, os prémios de amortização ou de reembolso e as outras formas de remuneração de obrigações são considerados como rendimentos de capitais. Compreendem-se nos rendimentos de capitais o quantitativo dos juros contáveis desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data em que ocorra alguma transmissão dos respectivos títulos, bem como a diferença, pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor de reembolso e o preço de emissão, no caso de títulos cuja remuneração seja constituída, total ou parcialmente, por essa diferença.

## **Juros**

### **(a) Auferidos por pessoas singulares**

#### *Residentes fora do âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

Os juros de obrigações estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 28%, sem prejuízo da opção pelo englobamento. Esta taxa será de 35% sempre que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo.

#### *Residentes no âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

Os juros de obrigações estão sujeitos a retenção na fonte à taxa de 28%, tendo a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final, sendo o englobamento obrigatório, entrando no cômputo do resultado tributável do sujeito passivo em apenas metade do seu valor.

#### *Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

Os juros estão isentos de tributação em Portugal, desde que estejam observados os requisitos de prova previstos no Decreto-Lei n.º 193/2005. Porém, esta isenção não é aplicável se o beneficiário efectivo for residente numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004.

Não estando isentos, os rendimentos são, regra geral, objecto de retenção na fonte à taxa liberatória de 28%. Esta taxa será de 35% no caso de residentes numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, bem como, no caso de os rendimentos de capitais serem pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

As taxas de retenção na fonte *supra* podem vir a ser reduzidas para as taxas previstas nas convenções para evitar a dupla tributação internacional celebradas pelo Estado Português, sempre que se encontrem cumpridos os requisitos para a aplicação das mesmas.

### **(b) Auferidos por pessoas colectivas**

#### *Residentes e não residentes com estabelecimento estável em Portugal ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

Os juros são sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%, a qual assume a natureza de pagamento por conta do imposto devido em termos finais, salvo situações em que a lei preveja a aplicação de isenções.

Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa de 35% no caso de serem pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo.

Os juros concorrem para a formação do lucro tributável, encontrando-se, assim, sujeitos às taxas gerais de IRC (acrescidas de derrama municipal e derrama estadual, quando aplicáveis).

#### *Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*



Os juros de obrigações estão isentos de IRC, desde que estejam observados os requisitos de prova previstos no Decreto-Lei n.º 193/2005. Porém, esta isenção não é aplicável relativamente aos rendimentos de capitais, se os obrigacionistas não residentes:

- (i) Forem entidades residentes numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, com excepção dos respectivos bancos centrais e agências de natureza governamental;
- (ii) Forem detidas, directa ou indirectamente, em mais de 20% por entidades residentes no território português.

Não estando isentos, os rendimentos são, regra geral, objecto de retenção na fonte à taxa liberatória de 25%. Esta taxa será de 35% no caso de residentes numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, bem como, no caso de os rendimentos de capitais serem pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo.

As taxas de retenção na fonte *supra* podem vir a ser reduzidas para as taxas previstas nas convenções para evitar a dupla tributação internacional celebradas pelo Estado Português, sempre que se encontrem cumpridos os requisitos para a aplicação das mesmas.

### **Mais-Valias**

#### **(a) Auferidas por pessoas singulares**

##### *Residentes fora do âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

As mais-valias e menos-valias apuradas na transmissão onerosa de obrigações contribuem para o cômputo do saldo anual de mais-valias e menos-valias.

O referido saldo anual, quando seja positivo, está sujeito a tributação em IRS a uma taxa especial de 28%, salvo se o titular optar pelo englobamento.

##### *Residentes no âmbito de actividades empresariais ou profissionais*

As mais-valias e menos-valias apuradas na transmissão onerosa de obrigações contribuem para o cômputo do rendimento empresarial e profissional, sendo tributado de acordo com as regras previstas no Código do IRS previstas para os rendimentos da Categoria B.

##### *Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

As mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de obrigações são isentas de tributação em Portugal. Porém, esta isenção não é aplicável se o beneficiário efectivo for domiciliado numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004.

Neste caso, o saldo anual positivo entre as mais-valias e as menos-valias é tributado à taxa especial de 28%. No entanto, se existir convenção para evitar a dupla tributação internacional celebrado entre Portugal e o Estado de residência do titular do rendimento, a tributação em Portugal poderá não existir, consoante as disposições da referida convenção.

## **(b) Auferidas por pessoas colectivas**

*Residentes e não residentes com estabelecimento estável em Portugal ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

O saldo anual das mais-valias e menos-valias apuradas na transmissão onerosa de obrigações, quando positivo, é incluído no lucro tributável e sujeito a tributação às taxas gerais de IRC (acrescidas de derrama municipal e derrama estadual, quando aplicáveis).

*Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis*

As mais-valias obtidas com a transmissão onerosa de obrigações estão isentas de IRC ao abrigo do Decreto-Lei n.º 193/2005 (desde que estejam observados os requisitos de prova) e ao abrigo do artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Porém, esta isenção não é aplicável se os obrigacionistas não residentes:

- (i) Forem entidades residentes numa jurisdição sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, com excepção dos respectivos bancos centrais e agências de natureza governamental;
- (ii) Forem detidos, directa ou indirectamente, em mais de 25% por entidades residentes no território português.

Neste caso, o saldo anual positivo entre as mais-valias e as menos-valias é tributado à taxa de 25%. No entanto, se existir convenção para evitar a dupla tributação internacional celebrado entre Portugal e o Estado de residência do titular do rendimento, a tributação em Portugal poderá não existir, consoante as disposições da referida convenção.

A presente cláusula constitui um simples resumo do actual regime fiscal a que estão sujeitas as emissões, e não dispensa a consulta da legislação aplicável.

### **Requisitos para aplicação das isenções de IRS e / ou IRC aos rendimentos das Obrigações no âmbito do regime especial**

Para efeitos da aplicação do regime de isenção fiscal descrito, o Decreto-Lei n.º 193/2005 requer o cumprimento de certos procedimentos e certificações de prova. Segundo estes procedimentos (cujo objectivo é a verificação da qualidade de não residente do beneficiário efectivo), requer-se ao beneficiário efectivo que detenha as Obrigações através de uma conta nas seguintes entidades: (i) entidade registadora directa, que é uma entidade filiada no sistema centralizado reconhecido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) entidade registadora indirecta, que, apesar de não assumir o papel de uma entidade registadora directa, é cliente desta; ou (iii) entidades gestoras de um sistema de liquidação internacional, que são entidades que operam no mercado internacional para liquidar e compensar transacções com valores mobiliários.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 193/2005, os intermediários financeiros junto dos quais sejam abertas as contas individualizadas de valores mobiliários (junto dos quais se encontram registadas as Obrigações) ficam, na qualidade de entidades registadoras directas, obrigadas a possuir prova (i) relativamente às entidades residentes isentas, cuja isenção não seja de natureza automática, do acto de reconhecimento do benefício fiscal; e (ii) relativamente aos beneficiários efectivos abrangidos pelas isenções *supra*, da qualidade de não residente.

**(a) Obrigações integradas em sistemas centralizados reconhecidos pelo Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar – detidas através de entidades registadoras directas**

Cada beneficiário efectivo das Obrigações deve apresentar ao intermediário financeiro (enquanto entidade registadora directa) onde se encontra aberta a respectiva conta na qual se encontram registadas as Obrigações, antes ou na Data para Pagamento dos Rendimentos, os meios de prova indicados *infra*.

A comprovação da qualidade de não residente dos obrigacionistas beneficiários efectivos deve ser aferida nos termos a seguir descritos:

- (i) No caso de bancos centrais, instituições de direito público, organismos internacionais, instituições de crédito, sociedades financeiras, fundos de pensões e empresas de seguros, domiciliados em qualquer país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (“OCDE”) ou em país com o qual Portugal tenha celebrado convenção para evitar a dupla tributação internacional, a prova efectua-se através dos seguintes elementos:
  - (a) A respectiva identificação fiscal; ou
  - (b) Certidão emitida pela entidade responsável pelo registo ou pela supervisão que ateste a existência jurídica do titular e o seu domicílio; ou
  - (c) Prova da qualidade de não residente, nos termos previstos no ponto (iii) *infra*, caso o titular opte pelos meios de prova aí previstos; ou
  - (d) Declaração do próprio titular devidamente assinada e autenticada, se se tratar de bancos centrais, organismos internacionais ou instituições de direito público que integrem a administração pública central, regional ou a demais administração periférica, estadual indirecta ou autónoma do Estado de residência fiscalmente relevante.

Note-se que a prova da qualidade de não residente, quando estejam em causa bancos centrais ou agências de natureza governamental, é feita uma única vez, sendo dispensada a sua renovação periódica.
- (ii) No caso de fundos de investimento mobiliário, imobiliário ou outros organismos de investimento colectivo domiciliados em qualquer país da OCDE ou em país com o qual Portugal tenha celebrado convenção para evitar a dupla tributação internacional, a prova efectua-se através dos seguintes elementos:
  - (a) Declaração emitida pela entidade responsável pelo registo ou supervisão, ou pela autoridade fiscal, que certifique a existência jurídica do organismo, a lei ao abrigo da qual foi constituído e o local da respectiva domiciliação; ou
  - (b) Prova da qualidade de não residente, nos termos previstos no ponto (iii) *infra*, caso o titular opte pelos meios de prova aí previstos.
- (iii) Relativamente a beneficiários efectivos não abrangidos pelas regras anteriores, a prova efectua-se através de certificado de residência ou documento equivalente emitido pelas autoridades fiscais, ou documento emitido por consulado português comprovativo da residência no estrangeiro ou documento especificamente emitido com o objectivo de certificar a residência por entidade oficial que integre a administração pública central, regional ou demais administração periférica, estadual indirecta ou autónoma do respectivo Estado. O documento exigido nos termos deste parágrafo é necessariamente o original ou cópia devidamente autenticada, sendo válido pelo período de três anos a contar da

respectiva data de emissão, a qual não pode ser posterior a três meses em relação à data em que a retenção deva ser efectuada, devendo o beneficiário efectivo informar imediatamente a entidade registadora das alterações verificadas nos pressupostos de que depende a isenção.

Para efeitos da presente secção “**Data para Pagamento dos Rendimentos**” significa uma determinada data a partir da qual são devidos juros ou outros rendimentos de capitais provenientes das Obrigações aos respectivos beneficiários efectivos.

**(b) Obrigações detidas através da titularidade de contas junto de entidades gestoras de sistemas centralizados internacionais ou dos seus próprios sistemas de registo**

Quando as Obrigações estejam registadas em conta mantida junto de entidade gestora de sistema de liquidação internacional e a mesma se comprometa, relativamente a esses valores mobiliários, a não prestar serviços de registo (i) a residentes para efeitos fiscais em Portugal, que não beneficiem de isenção ou dispensa de retenção na fonte de IRS ou de IRC, e a (ii) não residentes aos quais não seja, nos termos do regime especial descrito neste Capítulo, aplicável a isenção de IRS ou de IRC, a comprovação dos pressupostos da isenção deve ser efectuada antes ou na Data para Pagamento dos Rendimentos, do seguinte modo:

- (i) Através de apresentação anual de certificado que contenha o nome e o endereço de cada beneficiário efectivo, o respectivo número de identificação fiscal, sempre que dele disponha, bem como a identificação e a quantidade dos valores mobiliários por ele detidos e a justificação da isenção ou dispensa de retenção de IRS ou de IRC. Uma minuta do certificado em causa consta do Anexo I ao presente Prospecto e corresponde integralmente ao certificado de isenção ou dispensa de retenção na fonte sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida, aprovado pelo Despacho n.º 4980/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 3 de Março de 2006, emitido pelo Ministro das Finanças e Administração Pública.
- (ii) Alternativamente, através de declaração anual de que os beneficiários efectivos estão isentos ou dispensados de retenção na fonte de IRS ou de IRC, devendo, neste caso, ser transmitida, em cada data de vencimento do cupão, uma lista que contenha, relativamente a cada beneficiário efectivo, o nome, o endereço e o respectivo número de identificação fiscal, sempre que dele disponha, bem como a justificação da isenção ou dispensa de retenção e a identificação e a quantidade dos valores mobiliários por ele detidos. Uma minuta da declaração em causa consta do Anexo II ao presente Prospecto e corresponde integralmente à declaração de isenção ou dispensa de retenção na fonte sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida, aprovado pelo Aviso n.º 3714/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 59, de 23 de Março de 2006, emitido pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Os documentos referidos nos pontos (i) e (ii) *supra*, reproduzidos nos Anexos I e II, são transmitidos por cada participante à entidade registadora directa, através da entidade gestora de sistema de liquidação internacional, e devem referir-se ao universo das contas sob sua gestão, respeitantes aos beneficiários efectivos isentos ou dispensados de retenção na fonte de IRS ou de IRC. Neste âmbito, a entrega dos documentos referidos nos pontos (i) e (ii) *supra*, pelos participantes à entidade gestora de sistema de liquidação internacional, deve observar os procedimentos que possam ser aplicáveis pela respectiva entidade gestora.

A entidade gestora do sistema de liquidação internacional comunica às entidades registadoras directas o montante dos rendimentos dos valores mobiliários pagos referentes a cada participante.

A inobservância dos requisitos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 193/2005, nomeadamente, se a comprovação da qualidade de não residente de que depende a isenção de IRS ou de IRC não for observada, determina a perda da isenção aplicável e a consequente tributação às taxas de retenção na fonte aplicáveis em Portugal.

A regra da retenção na fonte nos pagamentos a não residentes aplicar-se-á igualmente sempre que as Obrigações não estejam integradas em sistemas centralizados reconhecidos pelo Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar.

O Decreto-Lei n.º 193/2005 prevê um mecanismo de reembolso, se existirem informações ou documentos que se revelem imprecisos ou insuficientes, ainda que os requisitos para aplicação das isenções de IRS/IRC estejam cumpridos. O pedido de reembolso de imposto destina-se a ser apresentado pelos beneficiários efectivos, ou por um seu representante devidamente habilitado, relativamente aos rendimentos de Obrigações, junto da entidade registadora directa, ou de entidade registadora indirecta (que o remeterá à primeira), no prazo de noventa dias a contar da data em que foi efectuada a retenção na fonte de imposto. O formulário de pedido de reembolso foi aprovado pelo Despacho n.º 4980/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 3 de Março de 2006, emitido pelo Ministro das Finanças e Administração Pública, e está disponível em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt). Após o referido prazo de noventa dias, o pedido de reembolso deverá ser dirigido às autoridades fiscais, nos termos gerais do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## 7 DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

*Os dados financeiros seleccionados que se apresentam foram preparados a partir das demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro relativas aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 e aos períodos de três meses findos em 31 de Março de 2013 e 2012. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento CE n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002, e aplicável nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, tendo a informação financeira anual sido auditada pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. As demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro para o período intercalar trimestral findo em 31 de Março de 2013 não foram objecto de auditoria ou revisão limitada.*

*As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, de 2011 e de 2010, bem como o relatório de actividades relativo ao período de três meses findo em 31 de Março de 2013, divulgado no dia 31 de Maio de 2013, são incluídas por remissão conforme consta do Capítulo 18 - “Documentação inserida por remissão” do presente Prospecto.*

*A análise da informação económico-financeira consolidada apresentada neste Capítulo deverá ser lida conjuntamente com a demais informação financeira constante do presente Prospecto, nomeadamente a constante do Capítulo 10 - “Análise da exploração e da situação financeira” e demais documentos de prestações de contas inseridos por remissão, bem como com o relatório de actividades relativo ao período de três meses findo em 31 de Março de 2013, divulgado no dia 31 de Maio de 2013, igualmente inserido por remissão.*

*No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados comparativos apresentados neste Prospecto e nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS dos exercícios de 2011 e 2010, quando esta última era a holding de topo do Banif – Grupo Financeiro. A fusão da Banif SGPS com o Banif não alterou a estrutura do Grupo, não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas, e não exige uma reexpressão das contas consolidadas do Grupo. Por ausência de clarificação nas IFRS sobre a forma de tratar as concentrações de negócios entre entidades sob controlo comum, optou-se por utilizar o método da comunhão de interesses. De acordo com este método, as contas consolidadas do Grupo mantiveram-se inalteradas, não tendo existido qualquer remensuração ou reconhecimento de novos activos ou passivos nas contas consolidadas. Deste modo, as contas consolidadas relativas aos exercícios de 2012 e 2011 são, em geral, comparáveis, apenas diferindo a identidade da empresa mãe do Grupo e determinadas reclassificações descritas na nota 2.2 das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012.*

*Em geral, os valores aqui apresentados relativamente ao exercício de 2012 são comparáveis, tendo no exercício de 2012 sido efectuadas as seguintes reclassificações: (i) reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica activos financeiros detidos para negociação para outros créditos e valores a receber, e (ii) reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica de outros activos ao justo valor através de resultados para outros créditos e valores a receber. Uma vez que um conjunto de títulos de dívida não cumpriam as características e objectivos de gestão desta carteira, a Sociedade considerou que o reconhecimento inicial dos títulos de dívida registados nas rubricas acima referidas não estava correcto, pelo*

que reclassificou estes títulos na rubrica de outros créditos e valores a receber, reexpressando o balanço comparativo. Esta reclassificação não teve impactos nos resultados do exercício de 2011.

No que concerne aos valores aqui apresentados relativamente ao exercício de 2011, os valores são comparáveis nos aspectos relevantes com os do exercício anterior. No exercício foram efectuadas as seguintes alterações: (i) alteração no reconhecimento das unidades de participação dos fundos de investimento detidas por entidades externas ao Banif – Grupo Financeiro, passando o Grupo a reconhecê-las na rubrica de “Outros Passivos” e deixando de as reconhecer na rubrica de “Interesses que não controlam”, e (ii) alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio.

Para uma descrição de determinados eventos de balanço ocorridos após 31 de Dezembro de 2012, incluindo ajustamentos ao capital social assumindo a execução da Oferta, ver o Capítulo 8 - “Capitalização e endividamento do Emitente e Oferente”.

## 7.1 Demonstração de resultados

	31.03.2013	31.03.2012 (*)	31.12.2012	31.12.2011 Reexpresso (*)	31.12.2010 Reexpresso (*)
	(milhares de euros)				
Juros e rendimentos similares .....	153.714	216.850	794.701	910.154	750.988
Juros e encargos similares.....	(124.149)	(173.045)	(621.929)	(632.879)	(402.856)
<b>Margem financeira .....</b>	<b>29.565</b>	<b>43.805</b>	<b>172.772</b>	<b>277.275</b>	<b>348.132</b>
Rendimentos de instrumentos de capital.....	83	-	2.439	753	905
Rendimentos de serviços e comissões .....	25.019	29.058	119.229	139.696	145.218
Encargos com serviços e comissões.....	(5.712)	(8.317)	(34.312)	(29.332)	(23.143)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.....	(4.434)	(2.885)	(11.154)	(2.049)	452
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....	3.834	520	(1.655)	(2.337)	13.130
Resultados de reavaliação cambial .....	3.086	2.003	(6.444)	3.254	10.778
Resultados de alienação de outros activos .....	-	-	6.172	50.862	2.895
Prémios líquidos de resseguro .....	-	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros .....	-	-	-	-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro.....	-	-	-	-	-
Outros resultados de exploração .....	4.986	3.052	(62.855)	123.467	52.936
<b>Produto da actividade.....</b>	<b>56.427</b>	<b>67.236</b>	<b>184.192</b>	<b>561.589</b>	<b>551.303</b>
Custos com pessoal.....	(37.217)	(41.216)	(175.646)	(184.133)	(183.974)
Gastos gerais administrativos .....	(23.370)	(31.096)	(118.745)	(141.948)	(144.176)
Amortizações do exercício.....	(7.380)	(8.290)	(33.585)	(35.546)	(37.327)
Provisões líquidas de reposições e anulações .....	(928)	(998)	(6.977)	(3.880)	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações .....	(73.692)	(67.657)	(410.743)	(342.276)	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações.....	(4.339)	(499)	(37.108)	(3.771)	(5.113)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....	(4.054)	(1.550)	(77.053)	(27.832)	(12.005)
Diferenças de consolidação negativas.....	-	-	-	-	-

	31.03.2013	31.03.2012 (*)	31.12.2012	31.12.2011 Reexpresso (*)	31.12.2010 Reexpresso (*)
	(milhares de euros)				
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial).....	(17)	(335)	1.080	(2.426)	(4.039)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam .....</b>	<b>(94.570)</b>	<b>(84.405)</b>	<b>(674.585)</b>	<b>(180.223)</b>	<b>57.846</b>
Impostos .....	24.484	9.618	96.956	26.922	(13.904)
Correntes .....	(2.297)	(3.369)	(9.938)	(23.838)	(13.022)
Diferidos .....	26.781	12.987	106.894	50.760	(882)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam .....</b>	<b>(70.086)</b>	<b>(74.787)</b>	<b>(577.629)</b>	<b>(153.301)</b>	<b>43.942</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas.....	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam .....	919	(1.113)	1.276	(8.282)	(9.584)
<b>Resultado consolidado do exercício .....</b>	<b>(69.167)</b>	<b>(75.900)</b>	<b>(576.353)</b>	<b>(161.583)</b>	<b>34.358</b>
Resultado por acção básico (expresso em EUR por acção) .....	(0,00)	(0,13)	(0,01)	(0,28)	0,07
Resultado por acção diluído (expresso em EUR por acção) .....	(0,00)	(0,12)	(0,01)	(0,25)	0,06



## 7.2 Balanço

	31.03.2013			31.12.2012			31.12.2011	31.12.2010
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Reexpresso (*)	Valor líquido Reexpresso (*)
(milhares de euros)								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	161.811	-	161.811	184.109	-	184.109	288.078	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	172.938	-	172.938	210.089	-	210.089	183.769	217.814
Activos financeiros detidos para negociação.....	223.325	-	223.325	214.725	-	214.725	251.614	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.....	79.561	-	79.561	79.287	-	79.287	160.138	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda.....	1.837.439	(47.924)	1.789.515	800.008	(44.442)	755.566	561.488	294.410
Aplicações em instituições de crédito .....	202.280	-	202.280	367.520	-	367.520	648.671	491.022
Crédito a clientes.....	10.782.047	(1.182.823)	9.599.224	10.913.745	(1.097.764)	9.815.981	11.183.823	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade.....	154.859	-	154.859	36.284	-	36.284	53.506	63.939
Activos com acordo de recompra.....	37.339	-	37.339	26.223	-	26.223	72.347	51.004
Derivados de cobertura .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda .....	471.810	(32.339)	439.471	433.353	(30.219)	403.134	267.678	167.456
Propriedades de investimento.....	918.513	-	918.513	924.357	-	924.357	844.026	272.591
Outros activos tangíveis .....	472.330	(174.350)	297.980	478.470	(171.445)	307.025	369.192	269.957
Activos intangíveis.....	85.651	(60.627)	25.024	86.326	(60.062)	26.264	27.456	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação.....	122.047	-	122.047	118.630	-	118.630	155.670	151.280
Activos por impostos correntes.....	16.272	-	16.272	17.216	-	17.216	25.067	27.104
Activos por impostos diferidos.....	266.204	-	266.204	248.598	-	248.598	151.179	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos .....	293.854	(39.205)	254.649	294.525	(37.240)	257.285	579.412	417.991
Devedores por seguro directo e resseguro .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos .....	293.854	(39.205)	254.649	294.525	(37.240)	257.285	579.412	417.991
<b>Total do Activo .....</b>	<b>16.298.280</b>	<b>(1.537.268)</b>	<b>14.761.012</b>	<b>15.433.465</b>	<b>(1.441.172)</b>	<b>13.992.293</b>	<b>15.823.114</b>	<b>15.700.135</b>
Recursos de Bancos Centrais .....	-	-	3.335.089	-	-	2.804.084	2.484.286	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação .....	-	-	112.350	-	-	116.204	89.048	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	-	-	14.974	-	-	14.017	80.946	118.886
Recursos de outras instituições de crédito .....	-	-	369.144	-	-	689.101	1.088.515	1.286.879

	31.03.2013			31.12.2012			31.12.2011	31.12.2010
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Reexpresso (*)	Valor líquido Reexpresso (*)
Recursos de clientes e outros empréstimos.....	-	-	7.314.858	-	-	7.750.430	8.030.692	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos.....	-	-	1.634.330	-	-	1.706.431	2.349.156	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura .....	-	-	-	-	-	-	130	1.303
Passivos não correntes detidos para venda .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões .....	-	-	32.932	-	-	31.285	15.405	15.230
Provisões técnicas .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes .....	-	-	4.273	-	-	5.854	14.290	10.850
Passivos por impostos diferidos .....	-	-	48.571	-	-	63.059	51.687	32.211
Instrumentos representativos de capital.....	-	-	402.039	-	-	2.009	43.891	45.651
Outros passivos subordinados .....	-	-	225.551	-	-	228.114	218.540	268.178
Outros passivos .....	-	-	269.213	-	-	205.549	421.612	427.287
Credores por seguro directo e resseguro.....	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.763.324</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.616.137</b>	<b>14.888.198</b>	<b>14.509.952</b>
Capital.....	-	-	1.270.000	-	-	570.000	570.000	570.000
Prémios de emissão .....	-	-	104.565	-	-	104.565	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital.....	-	-	95.900	-	-	95.900	95.900	95.900
Acções próprias.....	-	-	(103)	-	-	(124)	(1.086)	(1.043)
Reservas de reavaliação .....	-	-	(3.901)	-	-	(2.141)	(52.004)	(31.258)
Outras reservas e resultados transitados .....	-	-	(477.131)	-	-	100.100	276.471	246.265
Resultado do exercício .....	-	-	(69.167)	-	-	(576.353)	(161.583)	34.358
Dividendos antecipados .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam .....	-	-	77.525	-	-	84.209	103.104	171.847
<b>Total do Capital.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>997.688</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>376.156</b>	<b>934.916</b>	<b>1.190.183</b>
<b>Total do Passivo + Capital.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.761.012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.992.293</b>	<b>15.823.114</b>	<b>15.700.135</b>

### 7.3 Rácios principais

	31.03.2013	31.03.2012 (*)	31.12.2012 <sup>(1)</sup>	31.12.2011 Reexpresso (*)	31.12.2010 Reexpresso (*)
	(milhões de euros)				
Core Tier I <sup>(2)</sup> .....	1.102	637	1.199	804	903
Total Tier I <sup>(2)</sup> .....	1.126	679	1.224	858	1.049
Tier II <sup>(2)</sup> .....	199	215	199	226	271
Deduções .....	-163	-178	-159	-132	-142
Total dos Fundos Próprios .....	1.162	716	1.263	951	1.178
Activos ponderados pelo risco .....	10.500	11.879	10.749	11.863	12.736
<b>Rácios</b>					
<i>Rácios de Solvabilidade <sup>(3)</sup></i>					
Core Tier I .....	10,5%	5,4%	11,2%	6,8%	6,6%
Capital Tier I .....	10,1%	5,2%	10,8%	6,8%	7,8%
Capital Tier II .....	1,3%	1,3%	1,3%	1,4%	1,6%
Total Capital .....	11,1%	6,0%	11,8%	8,0%	9,2%
Rácio de Solvabilidade (com base nos regulamentos do Banco de Portugal) .....	11,1%	6,0%	11,8%	8,0%	9,2%
Crédito em risco / Crédito Total .....	20,7%	19,8%	20,3%	16,8%	12,0%
Imparidade do crédito / Crédito total .....	11,0%	7,2%	10,1%	6,8%	4,7%
<i>Rentabilidade</i>					
Return on Equity (ROE) <sup>(4)</sup> .....	-	-	-	-	3,5%
Return on Assets (ROA) <sup>(5)</sup> .....	-	-	-	-	0,2%
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / activo líquido médio .....	-	-	-	-	0,4%
Proveitos Bancários / activo líquido médio .....	0,4%	0,4%	1,2%	3,5%	3,6%
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ capitais próprios médios (incluindo interesses minoritários) .....	-	-	-	-	4,9%
<i>Eficiência</i>					
Custos operacionais + depreciações & amortizações / proveitos bancários .....	120,5%	119,9%	178,1%	64,4%	66,3%
Custos com pessoal / proveitos bancários .....	66,0%	61,3%	95,4%	32,8%	33,4%
<i>Transformação</i>					
Rácio crédito líquido / depósitos .....	131,2%	135,9%	126,7%	138,7%	155,7%
<i>Outros indicadores</i>					
Activos sob gestão (milhões de Euros) .....	2.275	2.161	2.163	2.962	3.800

<sup>(1)</sup> Os valores dos rácios a 31 de Dezembro de 2012 têm em conta o impacto da primeira fase do Plano de Recapitalização como se realizada em 31 de Dezembro de 2012. Face às metas regulamentares definidas pelo Banco de Portugal para rácio Core Tier I de Dezembro de 2012 (os 10% estabelecidos no Aviso n.º 3/2011), o Grupo deliberou recorrer a fundos públicos, ao abrigo da Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), para a recapitalização do Banco. Em 31 de Dezembro de 2012, o Estado Português anunciou o seu acordo de princípio à participação no Plano de Recapitalização do Banif, após devida apreciação e parecer favorável do Banco de Portugal. Em Janeiro de 2013, em consequência do acordo de Dezembro de 2012, foi concretizada a entrada do Estado na estrutura accionista do Banco e o reforço dos seus fundos próprios, através da subscrição de €700 milhões de acções especiais e de €400 milhões de CoCos. Neste contexto, mostrou-se mais relevante a divulgação dos referidos rácios relativos a 2012 já com a inclusão dos efeitos da operação de recapitalização, permitindo assim evidenciar que foram alcançados, em Janeiro de 2013, os objectivos que estiveram na base desse mesmo processo (adequação desses rácios às exigências regulamentares).

<sup>(2)</sup> Dados calculados de acordo com a definição do Banco de Portugal.

<sup>(3)</sup> Dados calculados com base no método padrão (*standardised approach*).

<sup>(4)</sup> *Return on equity* corresponde ao rácio entre o lucro líquido (deduzido de dividendos de acções preferenciais e juros de outros instrumentos de capital) e a média do capital social e reservas.

<sup>(5)</sup> *Return on assets* corresponde ao rácio entre o lucro líquido (deduzido de dividendos de acções preferenciais e juros de outros instrumentos de capital) e a média do activo líquido.

(\*) No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados comparativos apresentados neste Prospecto e nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS dos exercícios de 2011 e 2010, quando esta última era a *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro. A fusão da Banif SGPS com o Banif não alterou a estrutura do Grupo, não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas, e não exige uma reexpressão das contas consolidadas do Grupo.

## 8 CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO DO EMITENTE E OFERENTE

O quadro seguinte apresenta a capitalização e endividamento líquido consolidado de curto e de médio-longo prazo do Banif – Grupo Financeiro a 30 de Abril de 2013, elaborado em conformidade com as IFRS: (i) com base nas demonstrações financeiras consolidadas, com referência àquela data e (ii) ajustado por forma a reflectir o aumento de capital no montante de €100 milhões realizado em 26 de Junho de 2013 e subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, o aumento de capital no montante máximo que resultar da presente OPS de Acções, correspondendo à emissão de até 10.000.000.000 Acções e a emissão de Obrigações que resultar da presente OPS de Obrigações, no montante máximo de até 225.000.000 Obrigações.

A informação constante do quadro abaixo deverá ser lida em conjunto com a restante informação financeira contida no presente Prospecto e, bem assim, com a que nele é inserida por remissão.

<b>CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO</b>	<b>30.04.2013</b>	<b>30.04.2013 ajustado ao aumento capital em 26.06.2013, à OPS de Acções e à OPS de Obrigações</b>
	<b>(milhares de euros)</b>	
<b>CAPITAL</b>	<b>1.112.720</b>	<b>1.312.720</b>
Capital Social	1.270.000	1.470.000
Prémios de emissão	104.565	104.565
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Acções próprias	-102	-102
Reservas de reavaliação	38.971	38.971
Outras reservas e resultados transitados	-474.510	-474.510
Interesses minoritários	77.896	77.896
<b>ENDIVIDAMENTO NO CURTO E MÉDIO-LONGO PRAZO</b>		
Recursos de Bancos Centrais	3.442.092	3.442.092
Recursos de instituições de crédito de curto prazo	390.849	390.849
Parte de curto prazo de passivos financeiros de longo prazo	434.387	434.387
Outros passivos financeiros de curto prazo	88.657	88.657
<b>PASSIVOS FINANCEIROS DE CURTO PRAZO <sup>A)</sup></b>	<b>4.355.985</b>	<b>4.355.985</b>
Outros recursos de médio-longo prazo (obrigações emitidas)	853.161	1.078.161
Outros passivos financeiros de médio-longo prazo	521.436	521.436
<b>PASSIVOS FINANCEIROS DE MÉDIO-LONGO PRAZO <sup>A)</sup></b>	<b>1.374.597</b>	<b>1.599.597</b>

<b>CAPITALIZAÇÃO TOTAL</b>	<b>6.843.302</b>	<b>7.268.302</b>
----------------------------	------------------	------------------

Fonte: Banif

<sup>A)</sup> Exclui recursos de clientes (depósitos e certificados de depósitos de clientes).

	30.04.2013	30.04.2013 ajustado ao aumento capital em 26.06.2013, da OPS de Acções e da OPS de Obrigações
<b>ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>30.04.2013</b>	
<b>(milhares de euros)</b>		
<b>ENDIVIDAMENTO NO CURTO E MÉDIO-LONGO PRAZO</b>		
Caixa	43.351	43.351
Equivalentes a caixa	349.228	349.228
Títulos de negociação	216.175	216.175
<b>A. LIQUIDEZ</b>	<b>608.754</b>	<b>608.754</b>
<b>B. ACTIVOS FINANCEIROS DE CURTO PRAZO <sup>A)</sup></b>	<b>359.791</b>	<b>359.791</b>
Recursos de Bancos Centrais	3.442.092	3.442.092
Recursos de instituições de crédito de curto prazo	390.849	390.849
Parte de curto prazo de passivos financeiros de longo prazo	434.387	434.387
Outros passivos financeiros de curto prazo	88.657	88.657
<b>C. PASSIVOS FINANCEIROS DE CURTO PRAZO <sup>B)</sup></b>	<b>4.355.985</b>	<b>4.355.985</b>
<b>D. ACTIVOS REDESCONTÁVEIS JUNTO DO BCE <sup>C)</sup></b>	<b>479.471</b>	<b>479.471</b>
<b>E. ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE CURTO PRAZO</b>	<b>2.907.969</b>	<b>2.907.969</b>
Outros recursos de médio-longo prazo (obrigações emitidas)	853.161	1.078.161
Outros passivos financeiros de médio-longo prazo	521.436	521.436
<b>F. PASSIVOS FINANCEIROS DE MÉDIO-LONGO PRAZO <sup>B)</sup></b>	<b>1.374.597</b>	<b>1.599.597</b>
<b>G. ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>4.282.566</b>	<b>4.507.566</b>

Fonte: Banif

<sup>a)</sup> Exclui crédito a clientes.

<sup>b)</sup> Exclui recursos de clientes (depósitos e certificados de depósitos de clientes).

<sup>c)</sup> Montante não utilizado.

O endividamento líquido de curto prazo do Banif – Grupo Financeiro era negativo em 2.907.969 milhares de euros, constituídos por 4.355.985 milhares de euros de passivos financeiros de curto prazo, 608.754 milhares de euros de liquidez, 359.791 milhares de euros de activos financeiros de curto prazo, e 479.471 milhares de euros de activos redescontáveis junto do BCE.

Os recursos de bancos centrais, no montante de 3.442.092 milhares de Euros, correspondem a operações de refinanciamento junto do BCE, no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis (títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, crédito a clientes e títulos), sendo considerados passivos garantidos.

A parte de curto prazo de passivos financeiros de longo prazo representa responsabilidades não garantidas.

No que concerne à rubrica de outros passivos financeiros de curto prazo, à data de 30 de Abril de 2013, no montante de 88.657 milhares de Euros, esta apresenta a seguinte decomposição:

(milhares de euros)	
<b>Outros Passivos Financeiros de Curto Prazo</b>	<b>30.04.2013</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	86.230
Passivos subordinados	2.427
<b>Outros passivos financeiros de curto prazo</b>	<b>88.657</b>

Os passivos financeiros detidos para negociação, no montante de 86.230 milhares de Euros, correspondem essencialmente a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, encontrando-se registados pelo justo valor, sendo considerados passivos não garantidos.

Os passivos financeiros de médio-longo prazo, no montante global de 1.374.597 milhares de Euros, são constituídos por outros recursos de médio-longo prazo, no montante de 853.161 milhares de Euros, e outros passivos financeiros de médio-longo prazo, no montante de 521.436 milhares de Euros.

Os outros recursos de médio-longo prazo, no montante global de 853.161 milhares de Euros, incluem títulos emitidos por veículos de securitização, os quais compreendem o montante de 465.592 milhares de Euros garantidos por carteiras de crédito hipotecário. Refira-se que os restantes recursos não são garantidos.

Na sequência da OPS de Obrigações, assumindo a subscrição completa desta Oferta, o montante dos outros recursos de médio-longo prazo ascenderá ao montante global de 1.078.161 milhares de Euros, reflectindo um aumento de 225 milhões de Euros.

No que concerne à rubrica de outros passivos financeiros de médio-longo prazo, no montante de 521.436 milhares de Euros, esta apresenta a seguinte decomposição:

(milhares de euros)	
<b>Outros Passivos Financeiros de Médio-Longo Prazo</b>	<b>30.04.2013</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	28.742
Instrumentos representativos de capital (CoCos)	250.000
Outros passivos subordinados	226.433
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	16.261
<b>Outros passivos financeiros de médio-longo prazo</b>	<b>521.436</b>

Relativamente ao quadro *supra* apresentado, refira-se o seguinte:

- Os passivos financeiros detidos para negociação, no montante de 28.742 milhares de Euros, correspondem essencialmente a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, encontrando-se registados pelo justo valor, sendo considerados passivos não garantidos;
- Os passivos subordinados, no montante de 226.433 milhares de Euros, respeitam a emissões de títulos de dívida subordinada por entidades do Banif – Grupo Financeiro, não garantidas;
- Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados, no montante de 16.261 milhares de Euros, respeitam a instrumentos de dívida emitida por entidades do Banif – Grupo Financeiro, com um ou mais derivados implícitos, não garantida;
- Os instrumentos representativos de capital (CoCos) correspondem a instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital Core Tier I subscritos pelo Estado Português. A emissão foi de 400 milhões de euros, sendo que o montante de 150 milhões de euros é apresentado como parte de curto prazo de passivos financeiros de longo prazo.

O aumento de capital, no montante de 100 milhões de euros, realizado em 26 de Junho de 2013, e subscrito pela Açoreana Seguros e pela Auto-Industrial SGPS; o aumento de capital no montante máximo que resultar da presente OPS de Acções e a emissão de Obrigações que resultar da presente OPS de Obrigações têm como pressuposto a diminuição de Recursos de clientes e Responsabilidades representativas de títulos.

O montante global de passivos contingentes e compromissos é detalhado no quadro seguinte:

Descrição	(milhares de euros)		
	30.04.2013	31.03.2013	31.12.2012
Garantias prestadas (das quais:)	426.625	447.883	447.883
Garantias e avals	387.734	388.757	405.605
Créditos documentários abertos	38.891	40.100	42.278
Outros passivos eventuais (dos quais:)	7.735.655	7.684.196	6.524.755
Activos dados em garantia	7.735.655	7.684.196	6.524.755
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	670.689	671.870	601.462
Compromissos irrevogáveis	151.760	125.436	139.723
Compromissos revogáveis	518.929	546.434	461.739

Os activos dados em garantia correspondem a títulos cedidos em *repos* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o BCE.



#### **8.1 Declaração do Emitente e Oferente relativa à suficiência do fundo de maneo**

O Conselho de Administração do Banif considera que o seu fundo de maneo é suficiente para as suas necessidades actuais, ou seja, para um período de doze meses contados da data de publicação do presente Prospecto.

## 9 INFORMAÇÕES SOBRE O EMITENTE E OFERENTE

### 9.1 Antecedentes e evolução do Emitente e Oferente

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (sociedade aberta), actual *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro, foi constituído em 1 de Abril de 2002, no Funchal, Madeira (sob o número de registo 8945). Tem sede na Rua João Tavira, n.º 30, 9004-509 Funchal, Portugal, encontra-se registado na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o número único de pessoa colectiva e de matrícula 511 202 008. O seu número de telefone é o +351 291 222 162. As acções ordinárias do Banif encontram-se admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

O Banif emergiu da reestruturação do Banif – Grupo Financeiro em 2002, realizada com o objectivo de concentrar as empresas do Grupo de acordo com a respectiva actividade. Em 2002, o Grupo alterou a sua estrutura organizativa e a Banif SGPS tornou-se a empresa-mãe do Banif – Grupo Financeiro, concentrando as suas actividades através de duas sub-*holdings*: a Banif Comercial SGPS, S.A. (“**Banif Comercial**”) e a Banif Investimentos SGPS, S.A. (“**Banif Investimentos**”), mantendo ainda uma participação social directa na Açoreana, entidade responsável pelo negócio segurador.

- A Banif Comercial controlava as entidades do Grupo associadas à banca comercial, incluindo o Banif e o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A., que opera no Brasil, e outras dedicadas a actividades de crédito especializado: a Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., e a Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
- A Banif Investimentos controlava as entidades do Grupo focadas na banca de investimento, incluindo o Banif – Banco de Investimento, S.A., que se posicionou como operador especializado nas actividades de *private banking*, gestão de activos, corretagem, mercado de capitais, *private equity*, *corporate finance* e *project finance*, e o Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.

A 4 de Setembro de 2012, o Conselho de Administração da Banif SGPS registou o projecto de fusão da Banif SGPS no Banif, projecto este previamente aprovado pelo Banco de Portugal. Esta fusão resultou na transmissão dos activos da Banif SGPS para o Banif e na atribuição, aos accionistas da Banif SGPS, de novas acções representativas do capital social do Banif.

Esta operação resultou na absorção da então *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro por parte da sua principal entidade bancária (o Banif) e representou um passo essencial no processo de reorganização interna que está a ser levado a cabo pelo Banif – Grupo Financeiro, com o objectivo de simplificar o organograma do Grupo e, em simultâneo, criar as condições necessárias ao acesso ao investimento público por parte do Banif. Ao nível da reestruturação societária, outro passo importante foi igualmente dado com a fusão da Banif Comercial e da Banif Investimentos na Banif SGPS, a qual foi concluída em Agosto de 2012.

A fusão da Banif SGPS no Banif foi registada na Conservatória do Registo Comercial em 17 de Dezembro de 2012. Em resultado da fusão, a Banif SGPS, na qualidade de sociedade incorporada, foi extinta e os seus accionistas tornaram-se accionistas do Banif. As acções da Banif SGPS foram atribuídas numa proporção de 1:1, em 21 de Dezembro de 2012, a mesma data em que as acções do Banif começaram a ser negociadas em bolsa. Todos os actos e operações executados pelas sociedades participantes na fusão foram considerados, de

um ponto de vista contabilístico e fiscal, como realizados por conta do Banif a partir de 1 de Julho de 2012. Em resultado desta operação de fusão, o Banif tornou-se na empresa-mãe do Banif – Grupo Financeiro.

## 9.2 Acontecimentos recentes

O Banif é um banco com 25 anos de existência no sector financeiro português, com uma rede de agências, em diversas geografias, e dispõe de um sistema de *e-banking* cada vez mais utilizado por clientes. O Banco oferece uma base alargada de produtos e serviços, para clientes particulares e empresariais, e adequa de forma constante esses produtos e serviços de acordo com as necessidades de mercado. O Banco é actualmente o líder de mercado na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores (fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico 03/2013; e Banif) e está presente junto das comunidades portuguesas da Venezuela e da África do Sul, disponibilizando um serviço personalizado e uma oferta diversificada de produtos.

O Plano de Reestruturação, actualmente em discussão entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, constitui, nos princípios já estabilizados, um plano viável para proporcionar ao Grupo uma robustez autónoma a longo prazo, sem o apoio do Estado Português. Uma vez concluída a sua negociação, o Plano de Reestruturação deverá: (i) mostrar a viabilidade do Grupo a longo prazo sem qualquer apoio estatal; (ii) demonstrar a contribuição presente e futura do Grupo e dos seus accionistas (excluindo o Estado Português) para os esforços de recapitalização e de reestruturação; e (iii) incluir medidas destinadas a prevenir uma eventual distorção em termos de concorrência que poderia verificar-se pelo facto de o Grupo receber fundos públicos do Estado Português.

Neste sentido, as medidas constantes do Plano de Reestruturação têm como objectivo permitir que o Banif tenha capacidade de reembolsar o mais rapidamente possível a participação pública no processo de recapitalização, reorientando a sua estratégia comercial nos segmentos de clientes de maior valor acrescentado para o Banco, desinvestindo actividades consumidoras de capital e que não contribuem para a geração de resultados (actividades consideradas *non core*) e, em virtude desse desinvestimento, reduzir significativamente os seus custos de estrutura. Paralelamente, a gestão do desinvestimento das actividades consideradas *non core* será feita de forma progressiva ao longo dos próximos cinco anos, de forma a permitir obter os melhores resultados possíveis desse processo. Ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do presente Capítulo.

Na sequência da fusão através da qual a Banif SGPS foi incorporada no Banif, e com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2012, este tornou-se na *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro, cujas principais actividades são levadas a cabo através de mais de 40 empresas que operam em variados sectores, incluindo banca, seguros, *leasing*, crédito ao consumo, corretagem, gestão de activos, imobiliário, *venture capital* e *trade finance*.

O ano de 2012 revelou-se um ano de viragem para o Banif. Como marco crítico para o desenvolvimento futuro do Banif – Grupo Financeiro, e no âmbito do processo de reestruturação societária em curso, procedeu-se à fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif, aprovada em Assembleia Geral realizada no dia 8 de Outubro de 2012, como passo essencial à simplificação do organograma do Grupo e à sua optimização e, em simultâneo, à criação das condições necessárias ao acesso ao investimento público por parte do Banif.

A actividade do sistema financeiro português desenvolveu-se em 2012 num ambiente económico particularmente adverso e exigente do ponto de vista macroeconómico, financeiro e regulamentar. Por um

lado, a drástica deterioração da qualidade das carteiras de crédito conduziu à necessidade de reforço acentuado de imparidades do Grupo, e, por outro lado, tem-se assistido a uma significativa diminuição na margem financeira do Grupo e comissões devido à recessão económica, à necessidade de redução da concessão de crédito, associado ao processo de desalavancagem imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (“PAEF”) ao Estado Português pelo Fundo Monetário Internacional (“FMI”), a Comissão Europeia (“CE”) e o Banco Central Europeu (“BCE”), e ainda a um aumento do custo dos recursos de clientes, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários interbancários da Zona do Euro. Por sua vez, as restrições no acesso ao financiamento, as imposições regulamentares em termos de reforço dos níveis de capital, bem como a necessidade de se continuar a implementar medidas que conduziram à sustentabilidade das finanças públicas colocam, num contexto de elevada incerteza, desafios adicionais significativos para todos os *players*, mantendo-se uma perspectiva desfavorável para a actividade económica em 2013.

Tendo em conta este enquadramento, a nova equipa de gestão, mandatada em Março de 2012, iniciou, de imediato, um processo de revisão do modelo e do plano de negócios do Grupo, que deu origem a um plano estratégico que visa uma reestruturação transversal de toda a organização. Este novo posicionamento estratégico, vertido no Plano de Recapitalização aprovado em reunião da Assembleia Geral do Banco de 16 de Janeiro de 2013 e com base no qual assentou o investimento público realizado no Banif, visa, nomeadamente assegurar um regresso a níveis de rentabilidade sustentáveis, reforçar o balanço e, finalmente, manter o nível de capital adequado a um enquadramento económico e regulatório mais desafiador. Subsequentemente, e sem prejuízo da sua implementação em diversas vertentes, nomeadamente ao nível da estratégia comercial, ajustamento da estrutura e redução de custos, este plano estratégico tem vindo a ser objecto de renovada reflexão, nomeadamente, no contexto do diálogo mantido entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, tendente à conclusão do Plano de Reestruturação. A reflexão estratégica ao nível do Banif centra-se em áreas como estrutura corporativa, *governance*, *performance* operacional e revisão do portefólio de negócios, concretizando-se na aplicação de um extenso conjunto de medidas – tais como (i) um processo abrangente para a reorganização da estrutura societária; (ii) um plano estratégico detalhado para reposicionar o Grupo no segmento das PME, retalho nas Regiões Autónomas e segmentos *affluent* e *private* no continente; (iii) foco do negócio nos segmentos e regiões reconhecidamente mais rentáveis para o Grupo; (iv) desinvestimento das unidades internacionais, criando-se uma unidade de *legacy* que assegure a sua gestão de forma especializada e segregada; (v) um programa de desalavancagem profundo, a implementar no médio prazo, e (vi) racionalização da plataforma operacional, medidas que se espera venham a resultar num Grupo mais forte, mais focado nas suas capacidades distintivas e no reforço das suas vantagens competitivas. Não obstante, tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito do processo de investimento público e no Plano de Recapitalização, a estratégia a prosseguir pela administração deverá em qualquer dos casos respeitar tais compromissos (identificados na secção 9.3 - “Plano de Recapitalização” do presente Capítulo), enquanto a ajuda estatal não se encontrar integralmente reembolsada, bem como outros que possam vir a ser determinados como consequência do processo negocial entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia.

No âmbito do ambiente macroeconómico acima descrito, e no decurso do processo de recapitalização, o ano de 2012 foi igualmente caracterizado por um conjunto de iniciativas que visaram o robustecimento dos mecanismos de controlo e de carácter regulamentar, nomeadamente, inspecções das entidades supervisoras, a continuidade dos trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspecções (“SIP”), realizado no âmbito do PAEF, e a consequente concretização de diversos planos de acção para endereçar as recomendações e melhorias identificadas no mesmo.

O activo líquido do Banif – Grupo Financeiro totalizava 14.761 milhões de euros, a 31 de Março de 2013, registando um crescimento de 5,5% face ao final do exercício de 2012, essencialmente devido à aquisição de títulos de dívida soberana portuguesa no contexto do Plano de Recapitalização.

O rácio Core Tier I atribuível a 31 de Março de 2013 situou-se em 10,5% e tem em consideração a aprovação do Plano de Recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da primeira fase de recapitalização, com a entrada do Estado Português na estrutura accionista do Banif em 25 de Janeiro de 2013, através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como a subscrição de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos), qualificados como capital Core Tier I. A 31 de Março de 2013, o rácio de solvabilidade total situou-se em 11,1%.

### 9.3 Plano de Recapitalização

A deterioração da rendibilidade do Banco em consequência da recessão que afecta a economia portuguesa, com maior impacto desde o início de 2011, não permitiu que as medidas já tomadas no sentido de reforço da solvabilidade (e que incluíram, entre outras, a optimização dos activos ponderados pelo risco, gestão de activos e passivos, venda de activos, desalavancagem do balanço e redução de custos) fossem suficientes para o Banco atingir o novo limite mínimo regulamentar de 10% imposto ao capital Core Tier I em 31 de Dezembro de 2012. Por outro lado, em 2012, o acesso a fontes externas de capital continuou vedado a empresas nacionais, em particular, o acesso aos mercados de capitais (cujo acesso está intrinsecamente ligado à sustentabilidade das finanças públicas, bem como aos desenvolvimentos do enquadramento externo, particularmente, ao potencial efeito de contágio por agravamento da crise da dívida soberana na Zona Euro). Finalmente, o ambicioso processo de reestruturação que começou a ser implementado em 2012 ainda não teve impacto no Banco.

Assim, o Grupo teve de recorrer a fundos públicos para a recapitalização do Banco. O Plano de Recapitalização, elaborado nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada) e da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio (conforme alterada), foi aprovado pelos accionistas do Banco na Assembleia Geral de 16 de Janeiro de 2013. O Plano de Recapitalização foi elaborado com vista a reforçar o rácio Core Tier I do Banco, designadamente por forma a cumprir com os cada vez mais exigentes requisitos regulamentares impostos pelo Banco de Portugal (10% em 31 de Dezembro de 2012). Neste contexto, em 25 de Janeiro de 2013, foi concretizada a entrada do Estado Português na estrutura accionista do Banco, através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros e de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos), compreendendo a primeira fase do Plano de Recapitalização. Não obstante a participação do Estado Português no capital do Banif, aquele não assume qualquer responsabilidade pelos termos da Oferta ou pela restante informação contida neste Prospecto.

No âmbito do processo de recapitalização do Banif, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), foi subscrito, em 31 de Dezembro de 2012, por cada um dos accionistas Rentipar Financeira e Auto-Industrial SGPS, um documento designado *Secured Subscription Commitment*, nos termos do qual os referidos accionistas se comprometeram, designadamente, a não transaccionar/transmitir quaisquer acções do Banif (ou títulos convertíveis em acções do Banco ou direitos de adquirir ou subscrever tais acções) até 31 de Outubro de 2013, inclusive.

O Banif espera que o plano estratégico agora em fase de implementação tenha impactos duradouros e sustentados sobre os níveis de geração de capital do Grupo, revelando-se por isso crítico por forma a permitir que os capitais investidos pelo Estado Português sejam reembolsados no prazo previsto.

As necessidades estimadas de capital do Grupo ascenderam a 1.100 milhões de euros. A primeira fase do Plano de Recapitalização permitiu assegurar a conformidade com os requisitos de capital em 31 de Março de 2013 (rácio Core Tier I de 10%). Por outro lado, a segunda fase do Plano de Recapitalização do Banif pretende angariar capital privado para fazer face ao reembolso dos CoCos e dotar o Banco de uma margem prudencial para lidar com uma envolvente de mercado desafiadora.

Em 21 de Janeiro de 2013, a Comissão Europeia aprovou temporariamente, ao abrigo da legislação europeia sobre auxílios estatais, o Plano de Recapitalização do Banif, o qual compreendia os seguintes investimentos:

- Investimento público já realizado, no montante de 1.100 milhões de euros, composto por 700 milhões de euros de capital por via da emissão de acções especiais e 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos) a ser reembolsados faseadamente durante o período de investimento (a primeira fase de recapitalização); e
- Investimento por parte de accionistas privados de 450 milhões de euros, incluindo através da presente operação de aumento de capital (a segunda fase de recapitalização). O Banif solicitou ao Estado Português a alteração e reescalonamento dos prazos de realização da operação.

O Conselho de Administração considera fundamental a participação de investidores privados neste processo e está totalmente empenhado em desenvolver esforços para assegurar o sucesso da segunda fase de recapitalização do Banif.

Caso o aumento de capital a que respeita o presente Prospecto seja integralmente subscrito, a participação detida pelo Estado Português será diluída para 77,288% do capital social, correspondendo a 68,393% dos direitos de voto. No final da segunda fase de recapitalização prevê-se, assumindo a subscrição completa da(s) operação(ões) de aumento de capital social do Banif no montante de €450 milhões (representando a presente Oferta um aumento de até €100 milhões), que o Estado Português fique com uma participação de 60,57% do capital social, o que corresponde, a uma participação de 49,41% dos direitos de voto (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro).

O encaixe resultante do aumento suplementar do capital social, no montante de €450 milhões, no âmbito da segunda fase do Plano de Recapitalização (nos quais se incluem o aumento de capital já realizado no montante de €100.000.000, integralmente subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, e o aumento de capital objecto da presente OPS de Acções), será utilizado para (i) cumprir com os novos requisitos a nível de capital regulatório aplicáveis ao sector financeiro, (ii) diluir a participação detida pelo Estado Português, equilibrando a estrutura accionista entre o Estado e os investidores particulares, e (iii) reforçar a base de capital do Banif, por forma a melhor enfrentar os desafios relacionados com a incerteza na evolução das condições macroeconómicas.

De acordo com o Despacho n.º 1527-B/2013, as acções especiais subscritas pelo Estado Português no âmbito da primeira fase do processo de recapitalização do Banif atribuem ao Estado o direito a receber uma remuneração prioritária (dividendo preferencial) correspondente a uma percentagem equivalente ao seu interesse económico sobre 30% dos lucros distribuíveis do Banif do exercício financeiro relevante.

Enquanto as acções especiais forem detidas pelo Estado Português, o Banco não poderá distribuir dividendos. Quaisquer lucros, que de outro modo estariam disponíveis para ser distribuídos aos accionistas, serão obrigatoriamente afectos ao pagamento de qualquer dividendo prioritário relativo às acções especiais, ou à

recompra de quaisquer acções especiais ou CoCos, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos. As presentes limitações são igualmente aplicáveis a quaisquer outras distribuições aos accionistas, incluindo recompra de acções e distribuição de activos.

De entre as 70.000.000.000 de acções especiais subscritas pelo Estado Português, 44.511.019.900 acções têm direito de voto sem restrições (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro) e as 25.488.980.100 restantes acções têm o direito de voto limitado a alterações estatutárias, fusões, cisões, transformação, dissolução e outras deliberações que exijam uma maioria qualificada para a sua aprovação.

O Estado poderá, a todo o tempo, dispor livremente de parte ou da totalidade das acções especiais ou das acções ordinárias que detém no Banco, desde que ofereça preferência na aquisição das acções em causa aos accionistas que o sejam à data do desinvestimento, nos termos das Normas de Recapitalização do Banif.

Assiste aos accionistas do Banco a faculdade de adquirir as acções de que o Estado Português seja titular, na medida correspondente à participação de cada um daqueles no capital social do Banco em 25 de Janeiro de 2013, nos termos e condições melhor identificados no Despacho n.º 1527-B/2013, a um preço por acção correspondente ao mais elevado dos seguintes valores:

- a) A média do preço médio ponderado pelo volume das acções ordinárias em cada um dos dias de negociação num período de trinta dias corridos imediatamente anteriores;
- b) O preço por acção especial que represente um retorno anual global de 10% sobre o montante médio pago pelo Estado Português pela aquisição das acções especiais por si detidas, tendo em consideração os dividendos que o Estado tenha recebido enquanto detentor de acções especiais.

Para mais informação sobre as acções especiais detidas pelo Estado Português, ver a secção 15.2 - “*Estatutos e Normas de Recapitalização do Banif*” do Capítulo 15 - “*Descrição do capital social e direitos inerentes às Acções*”.

No que respeita aos CoCos, estes são elegíveis como capital Core Tier I e são remunerados a uma taxa de juro anual de 9,5%, a ser acrescida de 25 pb em cada um dos anos de 2013 e 2014, e de 50 pb anualmente nos períodos posteriores, estando previsto que o reembolso dos CoCos ocorra em Junho de 2013 (150 milhões de euros), Dezembro de 2013 (125 milhões de euros), e Dezembro de 2014 (125 milhões de euros). No seu conjunto, os montantes do encaixe das Ofertas serão utilizados para proceder ao reembolso parcial dos CoCos. Em caso de incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, *inter alia*, por não ter ocorrido o reembolso parcial dos CoCos nas datas previstas, existe o risco de estes serem convertidos em acções especiais, cujo número dependerá do preço de conversão que vier a ser definido nos termos do acordo assinado com o Estado Português no final de 2012, e que atribuirão ao Estado o dividendo preferencial acima referido.

Refira-se que o Banif se propõe promover todos os procedimentos contratualmente previstos para o reembolso do montante de €150 milhões relativo aos CoCos, inicialmente previsto para 30 de Junho de 2013, para um momento tão imediatamente subsequente quanto possível à conclusão da presente operação de aumento de capital.

O não reembolso dos CoCos no prazo inicialmente estabelecido poderá vir a determinar uma situação incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, existindo o risco, se assim decidido pelo Ministro das Finanças, após parecer do Banco de Portugal, de os CoCos serem convertidos em acções

especiais, as quais atribuirão ao Estado, nomeadamente, os seguintes direitos: (i) o Estado poderá exercer todos os direitos de voto inerentes às acções especiais (como se estas fossem acções ordinárias normais); (ii) o Estado poderá nomear ou aumentar, na proporção dos direitos de voto exercidos ao abrigo da alínea anterior, o número dos seus representantes no órgão de administração, os quais poderão ter funções executivas, ou de supervisão (incluindo comissão de auditoria, se aplicável) do Banco; (iii) o Estado poderá livremente dispor, no todo ou em parte, da sua participação no capital do Banco, independentemente dos direitos legais de preferência referidos no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sem prejuízo do disposto nos artigos 102.º e seguintes do regime legal relevante (RGICSF) e ao abrigo dos termos legalmente previstos. No final do período do investimento público, os CoCos ainda não reembolsados ao Estado serão convertidos em acções ordinárias.

Existem riscos associados à participação do Banif no Plano de Recapitalização e ao incumprimento dos respectivos termos. Ver a secção 2.1 - *“Riscos relacionados com a recapitalização e a reestruturação do Grupo”* do Capítulo 2 - *“Factores de risco”*.

#### **9.4 Plano de Reestruturação**

Conjuntamente com o Plano de Recapitalização, Portugal comprometeu-se a entregar à Comissão Europeia um Plano de Reestruturação de grande alcance para o Grupo até 31 de Março de 2013. Esse plano já foi apresentado e tem vindo entretanto a ser objecto de discussões pormenorizadas e prolongadas entre o Ministério das Finanças e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, e ainda terá de ser submetido à aprovação final do colégio de comissários da Comissão Europeia. Em Junho de 2013, foi submetida à Comissão Europeia uma versão revista e aprofundada do Plano de Reestruturação para o Grupo, contendo as medidas de reestruturação propostas, incluindo as medidas necessárias para permitir o reembolso do investimento público realizado sob a forma de CoCos no processo de recapitalização do Banco e o calendário para a respectiva implementação, plano que se encontra ainda sujeito a discussões e aprovação final pela Comissão Europeia. Só após a apreciação final das medidas de reestruturação propostas no Plano de Reestruturação é que será possível garantir a compatibilidade da injeção de capital recebida pelo Grupo com as regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais. Consequentemente, o Plano de Reestruturação ainda não está definitivamente fechado, mas já é neste momento possível apresentar um conjunto de linhas gerais estratégicas que estão já consolidadas, ainda que o desenho final possa sofrer ajustamentos. Em virtude de o processo negocial em curso entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia ter natureza confidencial e não se encontrar ainda concluído, os termos concretos do Plano de Reestruturação não podem ser revelados pelo Emitente.

Do Plano de Reestruturação constam medidas adicionais às incluídas no Plano de Recapitalização, constituindo um desafio e envolvendo riscos e incertezas independentes da vontade do Grupo. O incumprimento dos termos acordados pode ter como resultado o reembolso do montante da ajuda estatal concedido pelas entidades públicas. Ver a secção 2.1 - *“Riscos relacionados com a recapitalização e a reestruturação do Grupo”* do Capítulo 2 - *“Factores de risco”*.

Uma vez concluída a sua negociação, o Plano de Reestruturação deverá: (i) mostrar a viabilidade do Grupo a médio e longo prazo de uma forma autónoma, sem qualquer apoio estatal; (ii) demonstrar a contribuição presente e futura do Grupo e dos seus accionistas (excluindo o Estado Português) para os esforços de recapitalização e de reestruturação; e (iii) incluir medidas destinadas a prevenir uma eventual distorção em



termos de concorrência que poderia verificar-se pelo facto de o Grupo receber fundos públicos do Estado Português.

Neste sentido, as medidas constantes do Plano de Reestruturação têm como objectivo permitir que o Banif tenha capacidade de reembolsar o mais rapidamente possível a participação pública no processo de recapitalização, reorientando a sua estratégia comercial nos segmentos de clientes de maior valor acrescentado para o Banco, desinvestindo actividades consumidoras de capital e que não contribuem para a geração de resultados (actividades consideradas *non core*) e, em virtude desse desinvestimento, reduzir significativamente os seus custos de estrutura. Paralelamente, a gestão do desinvestimento das actividades consideradas *non core* será feita de forma progressiva ao longo dos próximos cinco anos, de forma a permitir obter os melhores resultados possíveis desse processo. Sumarizam-se abaixo as principais medidas de reestruturação que constam do Plano de Reestruturação e que terão de ser implementadas pelo Banco num prazo de cinco anos.

#### ***Foco do negócio nos segmentos mais rentáveis para o Grupo***

O Banif deverá manter e explorar um negócio de banca de retalho sustentável, rentável e consideravelmente eficiente, centrado nos segmentos principais do Grupo, prestando serviços (i) às ilhas (Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores), (ii) às comunidades portuguesas emigrantes, e (iii) às microempresas, PME's e clientes privados/de alto rendimento no continente.

#### ***Desinvestimento das unidades internacionais e dos negócios fora da banca comercial***

O Banif deverá proceder ao desinvestimento progressivo dos negócios bancários que se situam fora da esfera de actuação da banca comercial e também de todas as suas unidades internacionais bancárias (excluindo os escritórios de representação e outra forma de actuação no negócio de emigração), até final de 2017 (ver o ponto “Área internacional” da secção 9.7 - “Principais mercados” do presente Capítulo).

Estes desinvestimentos terão lugar durante o prazo de implementação do Plano de Reestruturação, ocorrendo espaçadamente por forma a maximizar o seu valor para o Grupo. As alienações poderão ser efectuadas mediante transacções públicas ou privadas, vendas negociadas ou uma combinação de ambas.

#### ***Criação de uma unidade de legacy separada***

O Banif deverá estabelecer uma unidade de *legacy*, separada das outras unidades em termos meramente contabilísticos e de *reporting*, mas dentro da mesma realidade jurídica (o “**Legado Banif**”), para a qual serão transferidos determinados activos e negócios a alienar, como anteriormente descrito.

O objectivo é valorizar os activos e negócios desta unidade de *legacy* enquanto os mesmos se mantenham na titularidade do Banif, através de uma eficaz recuperação e desinvestimento de activos. O Legado Banif deverá incluir activos que afectam a rentabilidade do Grupo, nomeadamente (i) as carteiras de crédito à habitação e ao consumo que o Banif concedeu no continente, (ii) os activos do negócio de imobiliário, e (iii) todos os outros activos a alienar na pendência do respectivo desinvestimento.

#### ***Racionalização da plataforma operacional***

A plataforma operacional do Banif será simultaneamente racionalizada e recentrada na conservação e atracção de recursos de clientes privados/de alto rendimento no continente e os demais segmentos nas regiões autónomas e no desenvolvimento do negócio empresarial junto do segmento das microempresas e PME's. Em

particular, a distribuição geográfica da rede de agências será ajustada e recentrada em função da rentabilidade das suas operações e do apoio à actividade comercial junto dos segmentos alvo do Grupo.

### ***Capitalização***

Nos termos do Plano de Recapitalização, o Banif foi capitalizado no sentido de manter rácios de capital em linha com o exigido pelo regulador durante os próximos cinco anos bem como a resistir a um cenário de *stress* conforme definido pelas directrizes do Banco de Portugal. Ver a secção 9.3 - “*Plano de Recapitalização*” do presente Capítulo.

### ***Compromissos comportamentais***

No âmbito do Plano de Reestruturação, o Banif irá assumir igualmente uma série de compromissos comportamentais, que se manterão até que a ajuda estatal recebida pelo Banco seja inteiramente reembolsada. Estes compromissos impõem uma limitação às medidas que venham a ser tomadas pela administração do Banif, incluindo:

- Abster-se de adquirir participações noutras sociedades;
- Abster-se de desenvolver actividades de *marketing* e promocionais baseadas na ajuda estatal;
- Não aumentar a quota de mercado global a nível de empréstimos;
- Não assumir um comportamento comercial agressivo;
- Não pagar dividendos (ressalvada a remuneração adequada do Estado);
- Não proceder à recompra de instrumentos híbridos ou títulos de dívida subordinada; e
- Não proceder a pagamentos de cupões ou juros relativos a instrumentos híbridos ou títulos de dívida subordinada.

## **9.5 Estratégia**

A criação de valor para os accionistas é a principal prioridade do Conselho de Administração, pelo que, com o objectivo de reposicionar o Grupo dentro do sistema financeiro nacional e potenciar a capacidade de geração orgânica de capital, foram identificadas como cruciais determinadas áreas de actuação, mencionadas abaixo. Na sequência da aprovação do Plano de Reestruturação, estas áreas deverão convergir no sentido da implementação, até 2017, das medidas impostas por tal Plano.

### ***Implementação da reestruturação societária***

Os objectivos que o Grupo se propõe atingir passam pela simplificação da estrutura organizacional, redução do número de sub-*holdings* e subsidiárias e redução de financiamento intragrupo. Estas medidas destinam-se a tornar a organização mais flexível e a aumentar a eficácia nos processos de tomada de decisão, ao mesmo tempo que contribuem para uma melhoria significativa dos mecanismos de controlo interno. De salientar que o passo mais importante relativamente a esta área já foi tomado com a eliminação das sub-*holdings* Banif Comercial e Banif Investimentos, e com a conclusão do processo de fusão da Banif SGPS no Banif.

### ***Eficiência operacional***

O processo de *turnaround* operacional actualmente em curso irá contribuir para a melhoria das capacidades de geração orgânica de capital e baseia-se em medidas críticas ao nível da geração de receitas, redução de custos, recuperação de crédito, gestão imobiliária e aumento da produtividade.

No que respeita à geração de receitas, importa referir que o Grupo pretende continuar o processo de desalavancagem em curso e redireccionar a concessão de crédito para os sectores e empresas mais competitivos da economia. Em termos de corte de custos, merece referência o programa de redução de pessoal que compreendeu mais de 300 trabalhadores, entre rescisões e reformas, e que foi concluído no início de 2013. Adicionalmente, o Grupo tem procurado otimizar a rede de distribuição em função das perspectivas actuais de negócio, processo no qual já se incluiu o encerramento de 24 agências em 2012. Por fim, existem outras áreas que foram objecto de reestruturação por potenciarem a obtenção de um nível de sinergias significativo e, consequentemente poupança de custos. Globalmente, é objectivo do Grupo, com o plano acima descrito, fazer convergir as suas principais métricas de produtividade para as melhores práticas de mercado, garantindo assim rácios de *cost/income* compatíveis com níveis atractivos de retorno sobre os capitais próprios.

Estas medidas estão a ser acompanhadas pela reformulação e optimização da estratégia comercial do Grupo, através da revisão do modelo de segmentação de clientes e reorganização da estrutura comercial, de forma a maximizar a criação de valor na sua base de clientela tradicional. Adicionalmente, e no sentido de fazer face aos elevados níveis de incumprimento de crédito, o Grupo reformulou e tem vindo a reforçar as estruturas de gestão de risco e de recuperação de crédito. São de salientar, nomeadamente, os esforços no sentido de reforçar recursos, processos e procedimentos com vista a melhorar os níveis de recuperação do crédito concedido pelo Grupo e promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido e assim reduzir os rácios de incumprimento.

### ***Revisão de portefólio de negócios***

Com o objectivo de otimizar a alocação de capital, a estratégia de desalavancagem irá privilegiar a venda de activos com baixas taxas de retorno e elevados consumos de capital, nomeadamente, activos imobiliários, carteiras de crédito em incumprimento e outros activos considerados não estratégicos. O *rationale* deste programa de desinvestimento tem por base a avaliação dos actuais níveis de retorno e de consumo de capital das diversas carteiras de activos em termos relativos. No cômputo geral, é importante ter em conta que o programa de desalavancagem irá contribuir para a geração orgânica de capital do Grupo, por via da redução de custos de financiamento e alocação mais eficiente de capital.

Globalmente, as linhas estratégicas acima descritas têm por objectivo assegurar que o modelo de negócio do Grupo, tradicionalmente assente na captação de recursos junto de clientes e a sua aplicação em segmentos de elevado retorno, como são as PME's e algumas categorias de crédito ao consumo, se mantém viável e perfeitamente adaptado a um contexto económico e operacional bastante mais desafiante face ao passado recente.

Os cinco vectores estratégicos a implementar entre 2012 e 2017 (o período de investimento público) são:

- Reorganização da estrutura societária: simplificação da estrutura do Grupo, que se espera que resulte numa redução significativa do financiamento intragrupo e numa melhoria na utilização de capital, bem como numa simplificação notória da estrutura societária e aumento da transparência;

- Recuperação operacional: implementação de um plano de acção para as unidades domésticas, particularmente no Grupo, incluindo uma série de acções tácticas e estruturais para reposicionar e reforçar o Grupo. O Grupo pretende implementar medidas que visam o aumento da produtividade e a optimização da sua estrutura de custos, de forma a alcançar níveis de produtividade operacional sustentáveis, rentabilidade e reforço de capital (através da optimização do perfil de risco, particularmente nas carteiras de crédito);
- Programa de desalavancagem: implementação de um plano de desalavancagem abrangendo carteiras de crédito, participações financeiras e imóveis, a desenvolver durante o período de investimento público, e destinado a optimizar a estrutura de balanço através da venda de classes de activos de baixo retorno e, em simultâneo, a minimizar aumentos de imparidades. O desinvestimento nas subsidiárias de Cabo Verde e do Brasil fazem parte deste plano;
- Programa de optimização de capital: implementação de um conjunto de medidas destinadas a gerar capital de forma orgânica, incluindo medidas específicas para reduzir os activos ponderados pelo risco através da revisão dos níveis de colaterais no crédito concedido; e
- Medidas de capitalização: o plano estratégico inclui um aumento em termos líquidos dos fundos próprios do Grupo no valor de €1.400 milhões.

Este novo posicionamento estratégico, em parte vertido no Plano de Recapitalização aprovado em reunião da Assembleia Geral do Banco de 16 de Janeiro de 2013 e com base no qual assentou o investimento público realizado no Banif, visa, nomeadamente, assegurar um regresso a níveis de rentabilidade sustentáveis, reforçar o balanço e, finalmente, manter o nível de capital adequado a um enquadramento económico e regulatório mais desafiador.

Subsequentemente, e sem prejuízo da sua implementação em diversas vertentes, nomeadamente ao nível da estratégia comercial, ajustamento da estrutura e redução de custos, estes vectores estratégicos têm vindo a ser objecto de renovada reflexão, nomeadamente no contexto do diálogo mantido entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, tendente à conclusão do Plano de Reestruturação.

Não obstante, tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito do processo de investimento público e no Plano de Recapitalização, a estratégia a prosseguir pela administração deverá em qualquer dos casos respeitar tais compromissos (identificados na secção 9.3 - “*Plano de Recapitalização*” do presente Capítulo), enquanto a ajuda estatal não se encontrar integralmente reembolsada, bem como outros que possam vir a ser determinados como consequência do processo negocial em curso entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, cujos termos não podem ser revelados pelo Banco em virtude da sua natureza confidencial e pelo facto de não se encontrar ainda concluído.

## 9.6 Principais actividades

### Exercícios de 2012, 2011 e 2010

O Banif – Grupo Financeiro encontra-se organizado em quatro áreas autónomas de negócio: banca de retalho, banca de investimentos, gestão de activos e participações e outros. Para o triénio 2010-2012, o Grupo procedeu à divulgação dos seus segmentos operacionais, que abaixo se elencam, segundo a forma em que a informação é analisada pela gestão do Grupo.

### ***Banca de retalho***

Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo crédito à habitação, crédito ao consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, *factoring*, facilidades de tesouraria e créditos de importação e exportação.

No âmbito da banca de retalho, o Banif Mais Doméstico é uma empresa de crédito ao consumo dedicada ao financiamento automóvel, outro crédito ao consumo, e financiamento à agricultura, indústria e à distribuição automóvel. O Banif Mais Doméstico opera através de 19 pontos de venda em Portugal e de uma rede de agentes em concessionários automóveis.

Em 2010, neste segmento de actividade, a margem financeira atingiu €340,5 milhões, o produto de actividade €473 milhões e o resultado líquido €53,4 milhões. Por sua vez, em 2011, a margem financeira atingiu €313,7 milhões, o produto de actividade €521,4 milhões e o resultado líquido €-102,9 milhões. No que respeita a 2012, a margem financeira atingiu €194,2 milhões, o produto de actividade €249,4 milhões e o resultado líquido €-464,9 milhões.

### ***Banca de investimento***

O negócio de banca de investimento do Grupo é maioritariamente desenvolvido pelo Banif Investimento, que inclui uma série de subsidiárias de investimento especializado, consolidadas sob a sua marca. O Banif Investimento foca-se nos mercados de capitais, na gestão de investimento, e na prestação de serviços bancários e de consultoria, operando tanto em Portugal como no estrangeiro (especialmente no Brasil e nos EUA). O Banif Investimento foca-se em empresas com grau de capitalização médio (*mid-cap*) situadas em Portugal, Espanha e Brasil.

No contexto da estratégia de desenvolvimento de negócio implementada pela actual administração do Banif – Grupo Financeiro, o Banif Investimento levou a cabo, no decorrer de 2012, uma profunda reestruturação organizacional e operacional dos negócios de banca de investimento e de gestão de activos, focada principalmente nos seguintes vectores de actuação:

- Privilegiar o desenvolvimento de negócios de assessoria financeira, geradores de comissões com reduzida afectação de capital regulamentar e sem necessidade de recurso a *funding* externo;
- Potenciar a eficiência e eficácia operacional do banco por via da redução e simplificação da sua estrutura organizacional, no quadro de uma crescente integração operacional com o Banif, nomeadamente ao nível da operativa bancária (operações, IT, contabilidade) e demais unidades de suporte;
- Promover a redução sustentada do activo e do passivo do banco, por forma reforçar os índices de solvência e liquidez da instituição; e
- Desenvolver o *cross-selling* com o Banif e com as restantes unidades do Grupo.

A referida reestruturação organizacional, operacional e de negócios, levada a cabo desde Março 2012, permitiu ao Banif Investimento recentrar as suas actividades em quatro grandes áreas de negócio: *corporate finance*, mercado de capitais, *sales & trading* e gestão de activos; reduzir o quadro de colaboradores, com incidência especial na integração das áreas de *back office* e de suporte e na cedência de quadros do Banif Investimento para a estrutura operacional do Banif; e promover uma redução expressiva da estrutura de custos da instituição, em particular no que respeita os custos com pessoal e com fornecimentos e serviços externos e

potenciar a geração de externalidades positivas pela crescente articulação e integração das operativas do Banif Investimento com o Banif.

Em 2010, neste segmento de actividade, a margem financeira atingiu €27,7 milhões, o produto de actividade €62 milhões e o resultado líquido €-10,1 milhões. Por sua vez, em 2011, a margem financeira atingiu €18,7 milhões, o produto de actividade €98,4 milhões e o resultado líquido €6,5 milhões. No que respeita a 2012, a margem financeira atingiu €14,8 milhões, o produto de actividade €27,6 milhões e o resultado líquido €-14,7 milhões.

### ***Gestão de activos***

Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação. A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banif Investimento na gestão de patrimónios e consultoria para o investimento de clientes particulares e institucionais; pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (“**Banif Gestão de Activos**”) nos fundos de investimento; pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“**Banif Açor Pensões**”) nos fundos de pensões; e pela Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (“**Banif Capital**”) nos fundos de capital de risco.

Na actividade de gestão de patrimónios, o Banif Investimento implementou uma estratégia comercial ainda mais proactiva, por um lado em coordenação com o Banif e, por outro, com o apoio de consultores internacionais independentes, que analisaram e validaram o processo de investimento desenvolvido. Ao nível da gestão dos fundos de pensões, mandatada pelo Banif Açor Pensões e que não será desinvestida ao abrigo do Plano de Reestruturação, o Banif Investimento decidiu redefinir as políticas de investimento de alguns mandatos, por forma a acomodar as alterações de mercado que ocorreram nos últimos anos. Finalmente, no mandato de consultoria para investimento prestado à Açoreana, há a destacar o aconselhamento integrado das mais diversas classes de activos, com base em critérios financeiros, contabilísticos e em função das responsabilidades que as mesmas se encontram a colateralizar.

O Banif Capital acompanha a evolução dos activos/fundos sob gestão, e desempenha um papel decisivo de *interface* com investidores internacionais para o alinhamento de parcerias estratégicas para as suas participadas. Em 2013, o Banif Capital está essencialmente focado na estruturação e gestão de um novo fundo de investimento, no quadro da execução do Plano de Recapitalização do Banif, que prevê o investimento de 10 milhões de euros anuais via fundo de *private equity*.

Em 2010, neste segmento de actividade, a margem financeira atingiu €2,0 milhões, o produto de actividade €24,4 milhões e o resultado líquido €10,8 milhões. Por sua vez, em 2011, a margem financeira atingiu €-6,3 milhões, o produto de actividade €9,3 milhões e o resultado líquido €-4,5 milhões. No que respeita a 2012, a margem financeira atingiu €-6,8 milhões, o produto de actividade €-9,3 milhões e o resultado líquido €-23,4 milhões.

### ***Participações e outros***

Abrange todas as operações efectuadas não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

### Gestão imobiliária

Abrange a gestão da carteira de imóveis do Grupo. O ano de 2012 caracterizou-se da seguinte forma:

- No mercado imobiliário nacional, tanto comercial como residencial, continuou a verificar-se uma reduzida liquidez e a concretização de um número limitado de negócios;
- No entanto, verificaram-se alguns sinais positivos na procura de investidores internacionais por imobiliário em Portugal ligado ao mercado de reabilitação urbana;
- Com a nova lei das rendas e a criação de fundos especiais de arrendamento residencial, verificou-se em 2012 a continuação do desenvolvimento do mercado de arrendamento;
- Relativamente à parte internacional, notou-se, principalmente na segunda metade de 2012, alguma recuperação do mercado imobiliário na Flórida, estado norte-americano onde o Banif – Grupo Financeiro tem alguma exposição imobiliária.

A Banif Imobiliária (“**BI**”), no seu papel de apoio à supervisão da actividade imobiliária do Grupo, dinamizou uma série de iniciativas com o objectivo de otimizar a gestão do património imobiliário e a sua rendibilização, a saber:

- Concretizou-se o *rebranding* da BI em Banif Real Estate (“**BRE**”), reflectindo o seu foco multinacional;
- Assegurou-se a participação da BI nos comités de crédito internos e em todos os realizados fora do Grupo em que seja necessária “*expertise*” na área imobiliária;
- Criou-se um esquema de incentivos comerciais para a comercialização de imóveis através dos diferentes canais de distribuição do Grupo;
- Otimizou-se a alocação da propriedade dos imóveis, nomeadamente através da venda de imóveis residenciais para fundos de arrendamento habitacional;
- Celebrou-se contratos com entidades internacionais e nacionais de gestão / arrendamento para imóveis de exploração turística;
- Criou-se, recorrendo a 100% de recursos “*in-house*”, uma nova e potente ferramenta informática de gestão de imóveis (SGI – Sistema de Gestão de Imóveis) que, no final de 2012, já estava completamente implementada no que diz respeito ao módulo de cadastro de imóveis, sendo que, de acordo com o cronograma previsto, será enriquecida em 2013 com os módulos de facturação (rendas, condomínios, etc.), avaliações e informação de gestão;
- Desenvolveram-se as redes virtuais de venda de activos, nomeadamente o *website* imobiliário, cuja nova versão entrou em funcionamento em meados de Fevereiro de 2013;
- Celebraram-se acordos de comercialização de activos com intermediários nacionais e internacionais.

No decurso de 2012, prosseguiram um conjunto de acções, em diferentes domínios, tendentes à valorização e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira. Para o efeito, foram estabelecidos contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se negociações em curso para alguns imóveis de elevado montante.

O Banif – Grupo Financeiro tem um plano ambicioso de desalavancagem, quer em activos imobiliários nacionais, quer internacionais. Estes objectivos fazem parte integrante do plano de capital e financiamento (*Funding and Capital Plan*) do Grupo para o período de 2013 a 2017. Durante os próximos anos, continuarão a efectuar-se os ajustamentos que têm caracterizado o passado recente do mercado imobiliário português. Tais ajustamentos são ainda consequência da fraca procura, das novas condições de financiamento e, sobretudo, da deficiente conjuntura económica.

As famílias e as empresas continuarão a sentir durante os próximos anos carências de rendimentos inibidores do consumo de bens imóveis. Estas dificuldades, muito evidentes no mercado interno, deverão ditar a forma como os vários intervenientes no mercado imobiliário, incluindo o Banif – Grupo Financeiro, irão adaptar a sua estratégia: incrementando o arrendamento; mantendo o valor dos activos (sobretudo terrenos) ainda não desenvolvidos; elaborando e fazendo aprovar projectos urbanísticos, na expectativa da retoma do mercado; e vendendo “a desconto” apenas e só aqueles bens que não têm nem nunca terão capacidade de obter melhor valor.

### Seguros

A actividade seguradora do Grupo é desenvolvida pela Açoreana, que mantém o foco na prossecução dos seus objectivos, reforçando o seu posicionamento no mercado segurador português, em particular no ramo não vida onde ocupa, a 31 de Dezembro de 2012, a quinta posição do *ranking* e detém uma quota de 7,0% (fonte: APS, “Produção de Seguro Direto 2012”, de Fevereiro de 2013).

Os produtos de seguro são distribuídos através de uma rede de mediação composta por cerca de 4.200 agentes e 84 corretores, agências Banif e 45 agências Açoreana. No final de 2012, a mediação representava 78,6% da rede de distribuição da Açoreana. O canal bancário era responsável pela distribuição de 37,4% de apólices no ramo vida e 3,2% nos ramos não vida.

O plano estratégico trienal 2011-2013 da Açoreana apresenta como fórmula essencial de actuação a seguinte equação: R2E2, que traduz o objectivo da Açoreana em alcançar níveis de rentabilidade em linha com as *best practices* do mercado no que respeita ao ROE. “R” (Rentabilidade) para uma rentabilidade/ROE em linha com as *best practices* do mercado; “R” (Referência) para se tornar cada vez mais uma referência no mercado; “E” (Eficiência) para eficiência do serviço; e “E” (Eficácia) para eficácia na capacidade de inovação e rapidez de resposta. A empresa é cada vez mais uma referência no mercado segurador por via da eficiência e eficácia na qualidade de serviço, capacidade de inovação e rapidez de resposta. Em linha com os objectivos estratégicos delineados, a Açoreana assumiu, como vector privilegiado para o exercício de 2012, perante os seus clientes o compromisso do serviço.

De entre os principais projectos e programas desenvolvidos em 2012, destacaram-se:

- No plano comercial, o projecto “Oxigénio”, lançado em 2011, deu origem ao projecto “Maestro”, cujo objectivo principal é tornar a Açoreana a seguradora de referência no serviço aos agentes. No que se refere ao canal bancário, a Açoreana prosseguiu o objectivo de alavancar as sinergias no seio do Banif – Grupo Financeiro nas vertentes *bancassurance* e *assurfinance*;
- No plano dos produtos, a Açoreana prosseguiu o objectivo de sofisticação do seu portfólio, alargando aos novos produtos acidentes de trabalho e multirrisco (ambos direccionados para o segmento empresas), o conceito inaugurado com o produto automóvel, o “Pontual Auto”: aliando inovação à assunção clara e quantificada de compromissos com os níveis de serviço;



- No plano da gestão de sinistros, a Açoreana lançou em 2012 o “Portal de Serviços” com o objectivo de facilitar a comunicação com os clientes e parceiros da Açoreana, tornando mais ágil e eficaz a gestão dos processos;
- No plano da gestão de risco, a Açoreana deu continuidade ao desenvolvimento de ferramentas e competências internas que permitirão no futuro quantificar de forma mais detalhada, gerir e monitorizar os diferentes riscos inerentes à sua actividade, dentre os quais se destacam o risco específico de seguros, o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de concentração;
- No plano tecnológico, foram iniciados os projectos de desmaterialização das comunicações com clientes e mediadores, de implementação de uma plataforma de integração dos sistemas de agentes e parceiros com as plataformas da sociedade e de uma nova plataforma de suporte a processos de negócio;
- No plano de reforço de notoriedade, foram efectuadas em 2012 duas grandes campanhas, a primeira das quais com o objectivo de reforçar o posicionamento da sociedade no serviço prestado e no compromisso que a Açoreana assume para com os seus clientes; a segunda foi mais direccionada ao segmento empresarial, com enfoque no ramo acidentes de trabalho, de modo a reforçar o posicionamento da sociedade neste ramo;
- No plano do reforço da cultura, o ano de 2012 marca o arranque do projecto “Cultura e Bem-Estar” na sociedade e a implementação de um conjunto de medidas concretas que visam reforçar os recursos humanos da Açoreana e os laços entre esta e os seus colaboradores;
- No domínio da responsabilidade social, destaque para preparação e entrega por parte dos colaboradores da Açoreana de cabazes de primeira necessidade, numa acção que abrangeu mais de 9.000 famílias carenciadas, e o lançamento do projecto de voluntariado que visa apoiar os sem-abrigo;
- Ainda em 2012, a sociedade lançou os “Prémios Açoreana *Risk Management*”, uma iniciativa desenvolvida em parceria com o jornal Diário Económico, com o objectivo de reconhecer e premiar empresas e gestores que se destaquem pela mais adequada gestão de risco da sua actividade. Estes prémios têm associado uma série de iniciativas que irão decorrer durante o ano de 2013.

Em 2010, neste segmento de actividade (participações e outros), a margem financeira atingiu €-22,1 milhões, o produto de actividade €-8,2 milhões e o resultado líquido €-19,8 milhões. Por sua vez, em 2011, a margem financeira atingiu €-48,9 milhões, o produto de actividade €-42,7 milhões e o resultado líquido €-60,8 milhões. No que respeita a 2012, a margem financeira atingiu €-29,5 milhões, o produto de actividade €-56,1 milhões e o resultado líquido €-73,3 milhões.

## 9.7 Principais mercados

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade, compreende Portugal, resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo. Em Portugal, o Banif opera na Região Autónoma da Madeira, na Região Autónoma dos Açores e em Portugal continental.

No que respeita a 2012, o produto da actividade situou-se em €211,6 milhões (o que compara com €586,5 milhões em 2011 e €551,3 milhões em 2010) com a seguinte repartição geográfica: Portugal: €224,8 milhões

(*versus* €428,2 milhões em 2011 e €434,3 milhões em 2010); resto da União Europeia: €24,1 milhões (*versus* €6,7 milhões em 2011 e €16,8 milhões em 2010); América Latina: €4,7 milhões (*versus* €149 milhões em 2011 e €78 milhões em 2010); América do Norte: €-22,3 milhões (*versus* €-4,4 milhões em 2011 e €7 milhões em 2010) e resto do mundo: €-19,8 milhões (*versus* €7,1 milhões em 2011 e €15,3 milhões em 2010).

### **Região Autónoma da Madeira**

A actividade da direcção comercial da Madeira encontra-se focada em atingir o objectivo estratégico de consolidar a liderança do Banif no mercado regional. Actualmente, a Região Autónoma da Madeira é a segunda região mais próspera de Portugal, a seguir a Lisboa, com um PIB *per capita* de 99,5% da média europeia (INE: dados de 2011). Em 31 de Dezembro de 2012, o Banif operava através de uma rede de distribuição composta por 34 agências. O Banif presta serviços bancários na Região Autónoma da Madeira através de três divisões comerciais:

- *Retail*, que oferece uma grande variedade de produtos e serviços bancários (como crédito ao consumo e hipotecário, cartões de crédito e débito, depósitos e produtos de investimento, crédito comercial e *bank assurance*);
- *Corporate* e PME's, que presta serviços (incluindo crédito a empresas e a projectos) a PME's e empresas de grande dimensão na Região Autónoma da Madeira; e
- *Private banking* a particulares com elevado património líquido e clientes institucionais, oferecendo produtos e serviços feitos à medida.

O Banif beneficia de um relacionamento próximo com o governo regional e com as administrações locais, sendo a principal instituição financeira na gestão das contas dos gabinetes públicos, onde são pagos os salários da maioria dos funcionários públicos. As operações do Banif na Região Autónoma da Madeira durante 2012 continuaram a ser exercidas num ambiente dominado pelas dificuldades relacionadas com a situação económica doméstica e internacional e pela forte concorrência sentida no sector bancário da região.

Em 31 de Dezembro de 2012, o portefólio de crédito do Banif na Região Autónoma da Madeira era de aproximadamente €1.323 milhões (que compara com €1.480 milhões em 2011 e €1.637 milhões em 2010) e os recursos de clientes ascendiam a €2.075 milhões (que compara com €2.197 milhões em 2011 e €2.250 milhões em 2010). Na mesma data, o Banif tinha aproximadamente 103.620 clientes activos na região da Madeira (que compara com €109.667 em 2011 e €104.565 em 2010).

### **Região Autónoma dos Açores**

Com a fusão do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. no Banif em Janeiro de 2009, o Banif posicionou-se igualmente na região dos Açores como um “banco de referência” para empresas e particulares. Actualmente, Região Autónoma dos Açores é a quarta região mais próspera de Portugal, a seguir a Lisboa, Madeira e Algarve, com um PIB *per capita* de 72,5% da média europeia (INE: dados de 2011). Em 31 de Dezembro de 2012, o Banif tinha 44 pontos de venda na Região Autónoma dos Açores. A actividade comercial do Banco na Região Autónoma dos Açores encontra-se dividida em cinco áreas:

- Rede de agências: presta opções de investimento e produtos de crédito a particulares;
- *Private banking*: oferece produtos financeiros a particulares de rendimentos médios;
- Rede de centros de empresas: oferece produtos bancários e assessoria financeira a empresas;

- Rede de não residentes: presta serviços financeiros à comunidade açoreana emigrante, através da sua rede internacional; e
- Rede de corretagem: oferece a concessão de crédito hipotecário e ao consumo.

Em 31 de Dezembro de 2012, o portefólio de crédito do Banif na Região Autónoma dos Açores era de aproximadamente €1.519 milhões (que compara com €1.613 milhões em 2011 e €1.668 milhões em 2010) e os recursos de clientes ascendiam a €868 milhões (que compara com €955 milhões em 2011 e €982 milhões em 2010). Em 31 de Dezembro de 2012, o Banif tinha aproximadamente 74.011 clientes activos na Região Autónoma dos Açores (que compara com 76.628 em 2011 e 77.953 em 2010).

### **Portugal Continental**

No último trimestre de 2012, o Banco procedeu a uma reorganização interna da estrutura comercial em Portugal Continental. A anterior organização por segmentos de negócio (uma direcção comercial com o segmento de retalho e outra com as áreas de empresas, institucionais e particulares de alto rendimento) deu lugar a uma estrutura baseada numa divisão geográfica (norte e sul), que engloba os diferentes segmentos de negócio.

#### ***Direcção comercial do norte***

A direcção comercial do norte, criada no último trimestre de 2012, resultou do processo de reorganização interna das direcções comerciais no continente.

Esta nova estrutura desenvolve a sua actuação a nível regional e é constituída por três redes (“RPN” – Rede Particulares Norte, “REN” – Rede Empresas Norte, e “CPN” – Centro Privado Norte), cujas actividades consistem no acompanhamento e dinamização dos segmentos de retalho, pequenas e médias empresas e particulares de alto rendimento, elevando a articulação entre os diferentes segmentos e alavancando o negócio das redes comerciais. Encontra-se ainda integrado nesta direcção o “Núcleo de Canais Agenciados”, vocacionado para a dinamização de negócios via promotores.

Durante 2012, a actividade da direcção comercial do norte centrou-se principalmente na captação de recursos e no desenvolvimento do *cross-selling* com outras empresas do Grupo. A recuperação e regularização do crédito vencido é igualmente um dos principais vectores da actuação em 2013.

#### **RPN – Rede Particulares Norte:**

A RPN terminou o ano de 2012 com 123 agências, sendo 108 agências *standard* e 15 agências associadas (agências de menor dimensão, que comercializam os mesmos produtos e prestam os mesmos serviços que as demais, mas são dependentes de uma agência *standard*).

Mantendo o plano definido para o ajustamento da dimensão da rede, procedeu-se durante 2012 ao encerramento de 10 agências, sem perda de negócio e manutenção da qualidade de atendimento para os clientes do Banco. Com base na estratégia de aumento e diversificação de clientes activos, nomeadamente residentes no exterior, foram contratados 45 promotores em vários países europeus.

#### **REN – Rede Empresas Norte:**

A REN é constituída por seis centros de empresa, sendo responsável pela dinamização do negócio de empresas na região norte do país. No exercício de 2012, verificou-se uma racionalização da sua estrutura, de forma a adequá-la à nova realidade do negócio, que se consubstanciou no encerramento de dois centros de empresas, com realocação dos seus meios a outros centros.

#### CPN – Centro Privado Norte:

O CPN desenvolve a sua actividade com 8 gestores privados, dedicados à gestão dos investimentos dos clientes particulares de alto rendimento, identificando as oportunidades de acordo com o perfil de cada cliente.

O núcleo de canais agenciados manteve a sua actividade de dinamização dos promotores *assurfinance*, rede de promotores de negócio assente em agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de clientes e negócios para as agências. No final do ano, registam-se 367 promotores com código atribuído.

Em 31 de Dezembro de 2012, o portefólio de crédito do Banif na direcção comercial do norte era de aproximadamente €1.857 milhões (que compara com €2.151 milhões em 2011) e os recursos de clientes ascendiam a €2.374 milhões (que compara com €2.263 milhões em 2011).

De referir que esta direcção foi criada no último trimestre de 2012.

#### ***Actividade comercial no sul***

A direcção comercial do sul (“DCS”) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de retalho, pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de alto rendimento no sul de Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere os negócios de *factoring* e *confirming* do Banco.

#### Retalho

A actividade do segmento de retalho, que está assente em 118 agências e inclui o negócio de clientes particulares, foi direccionada para a captação e manutenção de recursos, com simultâneo enfoque na melhoria da margem de negócio e na diversificação da carteira de clientes. Apostou-se, assim, nos produtos vocacionados para as pequenas poupanças e poupanças programadas. Com este mesmo objectivo, foi lançado em 2012 o subsegmento V+, destinado a clientes de médio rendimento, cuja situação actual ou potencial futuro justifique a prestação de um serviço e de uma proposta de valor diferenciada. Apostou-se num relacionamento mais alargado com os clientes através da oferta de uma maior diversidade de produtos, particularmente de *cross-selling*.

A concessão de crédito é assente em políticas selectivas e baseada em rigorosos critérios de risco. O controlo do crédito vencido foi considerado estratégico, procurando-se oferecer soluções a clientes com registo de sinais de alerta.

#### PMEs

A estratégia seguida ao nível do segmento de empresas, estruturado em cinco unidades de negócio e que engloba a actividade das pequenas e médias empresas, baseia-se no controlo da qualidade da carteira de crédito, na melhoria da relação entre o volume de crédito e de recursos e no aumento da rentabilidade. Os *spreads* foram utilizados como ferramenta de gestão, reflectindo quer o risco associado aos clientes em geral, quer às operações em particular. Tendo sempre presente as implicações para a rentabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, utilizaram-se ainda como ferramentas de gestão o *repricing* e o reforço de garantias associadas às operações de crédito. Em resultado destas políticas, a carteira de crédito registou um decréscimo face ao ano anterior.

### Particulares de alto rendimento e Institucionais

Esta área de negócio, actualmente com “Centros Privados” em Lisboa e Faro, e vocacionada para clientes institucionais e de alto rendimento, focou a sua actividade na captação de recursos, com simultâneo enfoque na rentabilidade da carteira.

Ao nível dos custos operacionais e de estrutura, a DCS em 2012 prosseguiu uma política de controlo estrito, transversal aos três segmentos e focada na racionalização e optimização da rede, com constante ajustamento da estrutura ao volume de negócios. Consequentemente, foram encerradas unidades de negócio em todos os segmentos, apostando-se numa estrutura mais reduzida, quer em termos de colaboradores, quer de instalações.

Em 31 de Dezembro de 2012, o portefólio de crédito do Banif na direcção comercial do sul era de aproximadamente €4.752 milhões (que compara com €5.348 milhões em 2011) e os recursos de clientes ascendiam a €2.585 milhões (que compara com €2.815 milhões em 2011).

De referir que esta direcção foi criada no último trimestre de 2012.

### **Corporate banking**

A direcção de *corporate banking* (“DCB”) tem como missão conjugar a oferta de produtos financeiros do Grupo (banca comercial, banca de investimento e seguros) com as necessidades dos clientes do segmento *Corporate* (clientes empresas ou grupos de empresas de média dimensão, *i.e.*, com uma facturação anual superior a 50 milhões de euros, residentes e não residentes), através de uma abordagem comercial proactiva e coordenada.

A actividade desta direcção durante o ano de 2012 ficou pautada por importantes operações de crédito desintermediável (com destaque para emissões de obrigações e vários programas de papel comercial) e *trade finance*.

Durante 2013, as actividades desta direcção estão a tornar-se num dos negócios chave do Banco. Estas actividades propiciariam as seguintes vantagens:

- Contribuir para a melhoria da qualidade na carteira de crédito do Banco junto de empresas, na medida em que historicamente as empresas do segmento *Corporate* têm demonstrado, na generalidade, menor risco de crédito;
- *Shifting* da carteira de crédito do Banco para sectores relacionados com a indústria e exportação, pois é no segmento *Corporate* que se encontram mais empresas com estas actividades;
- Aproveitar o maior *share of wallet* que as empresas deste segmento tradicionalmente proporcionam, pela sua sofisticação e tipo de necessidades com produtos de reduzido “RWA” (ex: *trade finance*) e maior comissionamento;
- Potenciar o *cross-segment*, utilizando as operações contratadas com clientes do segmento *Corporate*, *i.e.*, médias empresas para indirectamente alcançar outros segmentos tais como pequenas empresas (ex: fornecedores ou clientes em operações de *confirming*, *factoring* ou *trade finance*, etc.) ou particulares *affluent* (ex: accionistas das empresas) ou particulares *mass market* (ex: colaboradores das empresas);
- Aumentar a desintermediação do crédito, uma vez que o crédito concedido a clientes do segmento *corporate* é facilmente desintermediável (ex: papel comercial e obrigações);

- Contribuir para a promoção do *cross-selling*, uma vez que esta direcção funciona como um canal de distribuição de todos os produtos do Banif – Grupo Financeiro, pois é no segmento *corporate* que se encontram os clientes que mais valorizam ofertas integradas de produtos de banca comercial, banca de investimento e seguros.

### **Área internacional**

Actualmente, as principais actividades do Grupo são prosseguidas por intermédio de mais de 40 sociedades em áreas como banca comercial, seguros, crédito especializado, corretagem, banca de investimento e gestão de activos, imobiliário / gestão imobiliária, e capital de risco. No âmbito do Plano de Reestruturação, e com o objectivo de reembolsar o investimento estatal, o Banif irá proceder ao desinvestimento de todas as suas unidades internacionais de negócio, incluindo Brasil, Malta, EUA, Cabo Verde, Bahamas, Banif Mais Internacional e Banca Pueyo, até final de 2017. Estes desinvestimentos terão lugar durante o prazo de implementação do Plano de Reestruturação, ocorrendo espaçadamente por forma a maximizar o seu valor para o Grupo. Ver a secção 9.4 - “*Plano de Reestruturação*” do presente Capítulo.

### **Brasil**

O Banif encontra-se presente no Brasil desde 1998, com a sede na cidade de São Paulo, onde mantém duas estruturas autónomas, um banco comercial e um banco de investimento. O património líquido consolidado dos dois bancos totalizou R\$208,2 milhões (aproximadamente €77,3 milhões) em Dezembro de 2012. O Banif – Grupo Financeiro no Brasil actua em duas áreas de negócio:

- Banca comercial: captação de depósitos a prazo e de depósitos estruturados, comércio exterior, tesouraria e crédito para empresas do *middle market*. Detém ainda carteiras de crédito ao consumo na forma de crédito consignado e financiamento para aquisição de veículos; e
- Banca de investimento: mercado de capitais, consultoria e *corporate finance*, com reputação consolidada na estruturação de negócios através de diversos instrumentos, tais como “**CRI**” (títulos garantidos por hipotecas), “**FII**” (fundos de investimento imobiliário), “**FIP**” (fundos de investimentos em participações) e debêntures.

A estratégia actual do Grupo no Brasil, e até o negócio ser desinvestido, em cumprimento do Plano de Reestruturação, passa por uma consolidação da presença no país, uma maior sinergia com as demais entidades do Grupo no Brasil e no estrangeiro e uma optimização de estruturas com reflexo nos custos de exploração, com vista à geração de valor para o Grupo, clientes e accionistas.

No final de 2012, foi aprovada a incorporação da totalidade das acções representativas do capital social do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. Em resultado, o capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. foi alterado de R\$200.357.555,09 para R\$323.507.497,77. A operação de integração acima referida teve como principais objectivos:

- Simplificar a estrutura societária das empresas, possibilitando maior rapidez no processo de decisão;
- Melhoria da eficiência de custos, principalmente por meio da partilha da estrutura e de pessoal (em modelo de *cost-sharing*) e da gestão unificada dos patrimónios das empresas; e
- A geração de importantes sinergias decorrentes do processo de integração, em especial pelo ganho de competitividade em actuação conjunta e complementar dos bancos no mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banif Banco Comercial no Brasil apresentou activos totais de 546,9 milhões de euros, uma carteira de crédito líquido de 355,8 milhões de euros e recursos de clientes de 302,4 milhões de euros).

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. apresentou activos totais de €788,8 milhões de euros (que compara com €893,8 milhões em 2010), uma carteira de crédito líquido de €470,1 milhões (que compara com €539,7 milhões em 2010) e recursos de clientes de €420,9 milhões (que compara com €470,9 milhões em 2010).

### **Malta**

O Banif Bank (Malta), plc. (“**Banif Bank (Malta)**”) oferece produtos à medida a clientes de retalho e empresas, e opera através de uma rede de consultores financeiros situados em nove agências de retalho, uma unidade de banca *corporate & business* e uma extensão de *private banking*. O Banif detém actualmente uma participação de 78% no banco maltês. Em Dezembro de 2012, o Banif Bank (Malta) concluiu com sucesso o seu quinto ano de actividade, registando o seu primeiro resultado líquido anual positivo desde a sua constituição, em 2007. Este resultado vem na sequência de quatro anos intensos de preparação e investimento em termos de capital, recursos humanos e processos administrativos, com o objectivo de construir uma estrutura sólida que permita o funcionamento de um banco universal, o seu crescimento rápido e ganho de quota de mercado. Presentemente, o Banif Bank (Malta) opera uma rede de nove agências e quatro equipas *corporate & business*, empregando 150 pessoas. Em 31 de Dezembro de 2012, o Banif Bank (Malta) detinha €478,7 milhões em activos (que compara com €470,4 milhões em 2011 e €458,6 milhões em 2010).

### **Bahamas**

O Banif International Bank (Bahamas) abriu em Nassau em Junho de 2005, oferecendo os produtos e serviços bancários do Grupo aos seus clientes, principalmente nos EUA. Em 31 de Dezembro de 2012, detinha €586,5 milhões em activos (que compara com €598,9 milhões em 2011 e €475,8 milhões em 2010) e €301,3 milhões em depósitos (que compara com €173,8 milhões em 2011 e €184,1 milhões em 2010).

### **Cabo Verde**

O Banco Caboverdiano de Negócios (Cabo Verde) (“**BCN**”) é o terceiro maior banco de Cabo Verde, com uma rede de dezoito agências nas nove ilhas. O BCN oferece serviços às famílias e empresas locais, direccionados às comunidades emigrantes. Foca-se nas principais actividades bancárias incluindo a concessão de crédito (quer a particulares quer a empresas, sobretudo empresas do sector da prestação de serviços e do sector da construção) e recolha de depósitos. A 31 de Dezembro de 2012, o BCN detinha €107,8 milhões em activos (que compara com €109,3 milhões em 2011 e €113,9 milhões em 2010).

Para 2012, embora os efeitos adversos decorrentes da crise que tem afectado os seus principais parceiros, designadamente os europeus, os dados apontam para um crescimento do PIB caboverdiano em torno de 4% a 5%.

A nível macroeconómico, as orientações da política monetária do respectivo banco central continuam a pautar-se pela preservação do nível de reservas internacionais e estabilidade de preços, tendo mantido os mecanismos de controlo de liquidez do sistema financeiro nacional, designadamente a taxa de disponibilidade mínima de caixa em 18% e a taxa directora em 5,75%, aos níveis de 2011, que se traduz num acréscimo de custos de financiamento e pressão adicional sobre a gestão de liquidez para todos os intervenientes no sector financeiro.

## **Espanha**

A Banca Pueyo (Espanha) (“**Banca Pueyo**”) é um banco regional espanhol fundado em 1890 com o propósito de servir empreendedores e pequenos negócios. No final de 2012, o Pueyo tinha crescido, contando com 91 agências na Extremadura, em Madrid e Sevilha. A Banca Pueyo está focada nos clientes de retalho, oferecendo os principais serviços bancários, bem como serviços de intermediação mobiliária, seguros, fundos de investimento e planos de pensões. Em 2007, o Banif adquiriu 33,3% do capital social da Banca Pueyo, o qual representa €32 milhões em activos.

## **Hungria**

O Banif Mais International (“**Banif Mais International**”) é uma empresa de crédito ao consumo dedicada ao financiamento automóvel (bem como outro crédito ao consumo e financiamento à agricultura, indústria e à distribuição automóvel). Encontra-se sediado principalmente na Hungria, mas com presença igualmente em Espanha, na Eslováquia e na Polónia. A subsidiária do Banif Mais International na Hungria denomina-se Banif Plus Bank, ZRT.

A 31 de Dezembro de 2012, o Banif Plus Bank, ZRT tinha seis agências, incluindo uma em Budapeste (o que compara com oito agências em 2011 e seis em 2010) e um activo líquido de €79 milhões (que compara com €94,1 milhões em 2011 e €113,0 milhões em 2010).

## **EUA**

O Banif gere nos EUA a “Banif Finance (USA) Corp”, a “Banif Financial Services, Inc.” e a “Banif Securities Inc.”, bem como uma rede de escritórios de representação para apoiar as comunidades emigrantes nos EUA. Esta actividade complementa a actividade existente na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores e a actividade com as respectivas comunidades emigrantes. O Plano de Reestruturação visa uma saída faseada do Grupo dos EUA, mantendo-se os escritórios de representação.

## **9.8 Marketing e Produtos**

### **Segmentação da base de clientes e produtos**

No âmbito da nova estratégia delineada, o Grupo está focado no novo modelo de segmentação de clientes adoptado no segundo semestre de 2012, com impacto transversal em toda a organização.

Com o intuito de garantir uma proposta de valor diferenciada e ajustada a cada segmento de clientes, incrementando o nível de serviço prestado, o Banco passou a dispor de uma abordagem centrada no cliente em detrimento de uma óptica de produto. Assim, assente no estudo da base de clientes particulares, e alinhando com as melhores práticas do sector, o Banco passou a trabalhar três segmentos diferenciados em função do nível de património detido pelo cliente e seu envolvimento com o Banco: os segmentos *mass market*, *affluent* e privado.

Neste contexto, foram implementadas, entre outras, as seguintes medidas estruturantes do negócio para particulares, nomeadamente no que concerne ao segmento *affluent*:

- Definição de critérios de segmentação, classificação e encarteiramento de clientes com base no novo modelo;
- Criação de novo *branding* e *naming* para o segmento “Banif V+”, alinhado com a nova proposta de valor;



- Implementação de sistema de objectivos e incentivos comerciais; e
- Reorganização interna da estrutura por forma a integrar um gestor na equipa de *marketing*, dedicado ao segmento e à monitorização do seu negócio.

No que concerne à abordagem aos clientes do segmento privado, sob gestão dos Centros Banif Privado, à semelhança das iniciativas adoptadas para o segmento *affluent*, foi desenvolvido um novo *branding* para o segmento “Banif *Exclusive*”, encontrando-se a proposta de valor associada em implementação.

Considerando o abrangente portefólio de produtos de captação de poupança, transaccionais e de crédito, procedeu-se a ajustamentos na proposta de valor para os clientes do segmento *mass market*, com o intuito de garantir a coerência com a oferta para os outros segmentos de clientes e a sua competitividade no mercado.

Ainda no âmbito do novo modelo de segmentação, de destacar o projecto de emigração, dedicado à gestão do segmento de clientes residentes no exterior. Neste contexto, foi definido um plano de negócio para o próximo triénio 2013-2015 que comporta, entre outros, os seguintes *items*:

- Capilaridade da rede de distribuição e reforço da cobertura geográfica, com a abertura de novas unidades de negócio nos países de presença internacional do Banco;
- Reforço da equipa comercial, com o incremento do número de colaboradores no exterior, crescimento do programa visitas comerciais domésticas e alargamento da rede de promotores comerciais;
- Exploração de novas oportunidades e mercados ao nível internacional, principalmente em países de afinidade com Portugal; e
- Desenvolvimento e exploração de novos canais para o desenvolvimento do negócio, privilegiando os canais electrónicos e à distância.

Em 2012, o Banco também introduziu um novo modelo de segmentação para a área de empresas. O modelo de segmentação assenta em três níveis diferentes, sendo o critério de segmentação a facturação anual. Com base nesse pressuposto, definem-se:

- “ENIs” e “Pequenas Empresas”: até 2 milhões de euros;
- “Empresas”+ “Institucionais”: de 2 milhões de euros até 50 milhões de euros; e
- “*Corporate*”: acima de 50 milhões de euros.

A nova abordagem apresentada consubstanciou-se na criação de um gabinete de *marketing* de empresas (“**GME**”), os quais incorporam os centros de empresas do Banif. A nível comercial, foi criada a direcção de *corporate banking* (“**DCB**”), cuja missão é conjugar as oportunidades de mercado com as necessidades de produtos financeiros dos clientes deste segmento.

### ***Cross-Selling***

A conjuntura adversa de 2012 condicionou a venda de produtos das empresas associadas nas redes comerciais do Banco. Não obstante, existiram casos em que o *cross-selling* foi caracterizado por um sucesso assinalável.

Os seguros não financeiros, nomeadamente as rubricas acidentes e doença e vida não vinculado, destacaram-se ao registar uma variação de +8% e +1% face à produção, em prémios pagos, de período homólogo de 2011, respectivamente.

Também o PPR terminou o ano de 2012 acima da produção acumulada em período homólogo do ano anterior, com uma variação de +2%, igualmente em termos de prémios pagos. Já a carteira deste seguro financeiro variou +4%, para 53,2 milhões de euros, em relação a Janeiro de 2012.

Os fundos de investimento, mobiliário e imobiliário, atenuaram durante 2012 a forte retracção ao nível de volumes sob gestão observada durante os últimos anos. Os fundos de investimento mobiliário recuperaram no terceiro quadrimestre do ano praticamente a totalidade da erosão verificada durante os primeiros dois quadrimestres de 2012, terminando praticamente em linha com o registado em Janeiro de 2012, com 25 milhões de euros, face a 26 milhões de euros registados no início do ano, em termos de volume sob gestão. No que ao número de investidores diz respeito, este tipo de fundos de investimento registaram no final de 2012 uma variação de +26% de aforradores, face a período homólogo de 2011.

Os protocolos comerciais continuaram a servir de alavanca na angariação de novos clientes para o Banco, representando uma fatia significativa do global de clientes captados: cerca de 3% e com uma taxa de actividade, que importa destacar, de 91%. Protocolos comerciais são acordos com empresas e instituições (por exemplo, ordens profissionais) nos termos dos quais os trabalhadores dessas empresas e instituições beneficiam de condições preferenciais no Banco. Esta ancoragem deriva não só da domiciliação de ordenados, que os protocolos com mais expressão pressupõem, mas também da oferta integrada de soluções financeiras, em condições ainda mais atractivas. Na vertente de fidelização dos protocolos comerciais, sobre a base de clientes já existente, importa referir a média 4,5 produtos por cliente registada, acima do rácio médio verificado no universo de clientes do Banco: 3,3 produtos por cliente.

Adicionalmente, o Banco dispõe actualmente de um universo de mais de 40 protocolos institucionais. Protocolos institucionais são acordos com instituições públicas em que o Banco participa com parte do financiamento exigido para projectos co-financiados por essas instituições públicas.

## **Meios e canais de pagamento electrónico, produtos de crédito e poupança**

### ***Cartões***

No que concerne à gestão de meios de pagamento, nomeadamente cartões de crédito e débito, prosseguiu-se o enriquecimento do portefólio de produtos, com a disponibilização de novos cartões, e a dinamização de acções promocionais com enfoque na venda e utilização destes meios de pagamento.

- Em 2012, o portefólio de cartões de crédito foi complementado com a disponibilização de um novo cartão com termos e condições comerciais ajustados à menor capacidade de endividamento das famílias – o Cartão Simple, um cartão com limites de crédito e preçário reduzido;
- No mesmo período, foi lançado um novo cartão *gold* exclusivo para o segmento de clientes empresariais – o “Cartão Corporate”;
- No âmbito da parceria com a companhia aérea SATA, foi ainda disponibilizado um novo cartão com programa de milhas associado – o “Cartão SATA *Imagine Gold*”. Com o lançamento deste cartão, as vantagens associadas ao programa de milhas foram disponibilizadas também ao segmento de clientes empresariais, passando ainda este programa a contemplar a troca de milhas por transacções de *cash advance*;
- No âmbito da promoção da venda e utilização de cartões, destacam-se as seguintes acções que contribuíram para alavancar a taxa de penetração de cartões de débito e crédito, na base de clientes do Banco e para captar clientes de outras instituições de crédito: a campanha de venda de cartões de

débito, e a campanha de crédito pré-concedido em cartão implementada junto de clientes com forte envolvimento com o Banco;

- Com o intuito de prosseguir no reforço da comunicação e notoriedade dos cartões de crédito, foram ainda realizadas diversas acções em parceria com o Jardim Zoológico de Lisboa, no âmbito do patrocínio ao rinoceronte-branco, em datas festivas como o Aniversário do Zoo, o Dia da Mãe, o Dia do Pai, o Dia dos Avós, e a chegada do Pai Natal ao Zoo, bem como passatempos com o intuito de premiar as transacções efectuadas com cartões de débito e crédito;
- Na sequência da renovação da licença de utilização dos direitos de imagem da mascote *Hello Kitty*, o Banco desenvolveu diversas iniciativas com vista à colocação e promoção do transaccional dos cartões associados à marca.

Em 2012, no que respeita à actividade de gestão de cartões bancários, destaca-se ainda:

- A flexibilização e ajustamento das modalidades de pagamento de cartões, disponibilizados aos clientes, alinhando com as melhores práticas do mercado;
- A certificação pelo Banif de todos os seus produtos cartão para *chips* “DDA”, passando assim a emitir cartões com esta tecnologia a partir de Janeiro de 2012;
- A adesão pelo Banif ao projecto “*Contactless*” promovido pela Visa Europe, encontrando-se no final do exercício de 2012 em fase de certificação desta tecnologia na SIBS e Visa Europe;
- Os desenvolvimentos associados à preparação do lançamento dos cartões pré-pagos, versão “*Standard*” (particulares e empresas) e cartão “*Pay Rest*”, cuja comercialização se iniciou em Janeiro de 2013;
- A migração da carteira de cartões de crédito do Banif Mais que ocorreu durante o primeiro semestre de 2012, estando actualmente incorporada na carteira de cartões Banif. Ainda no âmbito da parceria com o Banif Mais, o Banif desenvolveu um modelo de captação de não clientes, consubstanciado em campanhas de captação. A primeira campanha de captação sobre a carteira de clientes Banif Mais realizou-se no final do ano de 2012.

Por comparação com o período homólogo de 2011, a carteira de cartões registou um decréscimo de 6,8% em saldo de crédito durante 2012, e um crescimento de 4,3% em número de cartões emitidos, com a seguinte distribuição por tipologia de cartão:

	31 Dezembro 2012		31 Dezembro 2011		Variação	
	Número	Carteira de Crédito (Milhares de euros)	Número	Carteira de Crédito (Milhares de euros)	Número	Carteira de Crédito (Milhares de euros)
Cartões de Crédito .....	76.265	44.459,46	72.050	47.497,16	5,9%	-6,8%
Cartões de Débito .....	292.542	-	321.405	-	-9,0%	-
Total de Cartões .....	393.455	44.459,46	377.204	47.497,16	4,3%	-6,8%

### ***Terminais de pagamento automático e caixas automáticas***

O Banif aderiu ao projecto-piloto promovido pela SIBS FPS – Forward Payment Solutions, no âmbito do serviço de *cash-management* sobre o parque de caixas automáticos *off-premises*. O parque de Banifselfs foi descontinuado durante o ano, pelo facto de o equipamento se ter tornado obsoleto. Este parque encontrava-se totalmente desactivado no final de 2012.

Relativamente ao parque de terminais de pagamento automático, no final de 2012 verificou-se um decréscimo na carteira, apresentando um total de 6.281 equipamentos apoiados pelo Banco, face aos 6.679 equipamentos verificados no final de 2011. Este canal continua a ser um meio fundamental na captação e fidelização de clientes para o Banco, pelo que se prosseguiu a estratégia de lançamento de um conjunto de iniciativas, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos.

No que respeita a caixas automáticos, o Banif manteve a sua política de limitar o número de instalações de caixas automáticos fora das agências, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos. No final do exercício, confirmou-se a tendência de redução do parque, tendo o Banif encerrado o exercício com um parque final de 510 equipamentos (à data do fecho de exercício de 2011, o parque apresentava 543 equipamentos).

### **Crédito imobiliário**

No âmbito da concessão de crédito imobiliário, o ano de 2012 caracterizou-se pelos seguintes factos relevantes:

- Na sequência da continuada retracção do sector da construção e imobiliário, no ano de 2012 assistiu-se a uma redução da carteira de crédito imobiliário, atingindo no final do ano um valor de 3.174 milhões de euros;
- Em 2012, como consequência da política de *pricing* adoptada desde 2010, prosseguiu-se ao ajustamento dos *spreads* aplicados aos novos contratos;
- No âmbito da concessão de crédito imobiliário, de destacar ainda a disponibilização de linhas de crédito com condições especiais para a aquisição de imóveis integrados na carteira do Grupo, e para a aquisição de habitações e espaços comerciais em imóveis cuja construção foi financiada pelo Banco.

### **Crédito pessoal**

No âmbito da concessão de crédito ao consumo, na modalidade de crédito pessoal, o ano de 2012 caracterizou-se pelos seguintes factos relevantes:

- Contracção do crédito concedido a clientes em consequência do agravamento do contexto económico e redução da capacidade de endividamento das famílias;
- Ajustamento das condições de financiamento praticadas na generalidade dos produtos;
- Implementação de iniciativas de crédito pré-concedido dirigidas exclusivamente a clientes com experiência positiva na contratação deste tipo de crédito e com relevante capacidade de endividamento;

- Redução da carteira, em número de contratos e montante, atingindo, no final de 2012, 204,1 milhões de euros, correspondentes a 40.689 contratos de empréstimo.

### Crédito a pequenos negócios

No âmbito da gestão de produtos para clientes do segmento pequenos negócios, destacam-se os seguintes factos em 2012:

- Adopção de critérios mais restritivos na concessão de crédito a empresas e empresários em nome individual, ao abrigo das Soluções Conta Gestão Tesouraria (“CGT”);
- Revisão em alta das taxas de juro praticadas na concessão de crédito, por força do aumento do custo do *funding* e de restrições de balanço;
- No final de 2012, a carteira de crédito concedido ao abrigo da CGT cifrou-se em 15.729 contratos e 249,4 milhões de euros em saldo, correspondendo a uma redução de 10,2% e 8,9%, respectivamente, face ao período homólogo.

### Contas de depósito e produtos de poupança

No âmbito da gestão do portefólio de produtos para captação e aplicação de recursos de clientes, destacam-se as seguintes acções implementadas em 2012:

- Lançamento de novos produtos com atributos diferenciados, ajustados ao novo modelo de segmentação adoptado pelo Banco no segundo semestre, nomeadamente: “Soluções Banif V+” dirigidas ao segmento *affluent*; “Depósito a Prazo RE 6+6” exclusivo para clientes do segmento residentes no exterior;
- Ajustamento das condições de comercialização da generalidade dos produtos disponíveis para clientes do segmento *mass market* por forma a permitir a captação de um maior número de clientes depositantes;
- Implementação ao longo do ano de diversas acções de captação de poupança, das quais se destacam o depósito comemorativo do 24.º aniversário Banif, a campanha de regresso às aulas, a campanha do dia mundial da poupança e a campanha especial de Natal;
- Lançamento de uma nova mascote – o “Rinaldo” – associada aos produtos de poupança exclusivos para os clientes do segmento jovem.

## 9.9 Redes de distribuição e pontos de venda

A 31 de Março de 2013, o Banif – Grupo Financeiro tinha uma cobertura geográfica de 425 pontos de venda (excluindo a Banca Pueyo e a Açoreana), comparando com os 430 pontos de venda em 31 de Dezembro de 2012. O número de agências bancárias em Portugal diminuiu de 332 para 330 no mesmo período.

	Continente	Madeira	Açores	Estrangeiro <sup>(2)</sup>	Total
	31 de Dezembro 2012				
<b>BANIF Comercial .....</b>	<b>276</b>	<b>38</b>	<b>46</b>	<b>144</b>	<b>504</b>
<b>BANIF .....</b>	<b>257</b>	<b>37</b>	<b>44</b>	<b>7</b>	<b>345</b>
Agências .....	240	34	38	0	312
Centros de Empresas.....	11	1	3	0	15

	Continente	Madeira	Açores	Estrangeiro <sup>(2)</sup>	Total
	31 de Dezembro 2012				
Centros de Clientes Institucionais.....	0	0	1	0	1
BANIF Privado.....	5	1	1	0	7
Call Center.....	1	0	0	0	1
Lojas de Habitação.....	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros.....	0	0	0	7	7
<b>BANIF Mais, SGPS.....</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>30</b>
BANCO MAIS.....	16	1	2	4	23
Outros.....	1	0	0	6	7
<b>BANIF –Banco Internacional do Funchal</b>					
(Brasil).....	0	0	0	7	7
Agências.....	0	0	0	6	6
Outros.....	0	0	0	1	1
<b>BANIF International Bank.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>BANIF BANK (Malta).....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
<b>Banco Caboverdiano de Negócios.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
<b>Banca Pueyo (Espanha) <sup>(1)</sup>.....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>91</b>	<b>91</b>
<b>Outros.....</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>BANIF Investimentos.....</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>17</b>
<b>BANIF Banco de Investimento.....</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>BANIF Banco de Investimento (Brasil).....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Outros.....</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>11</b>
<b>Seguros.....</b>	<b>30</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>50</b>
<b>CSA <sup>(1)</sup>.....</b>	<b>30</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>50</b>
Delegações.....	30	1	17	0	48
Outros.....	0	2	0	0	2
<b>Total.....</b>	<b>314</b>	<b>41</b>	<b>63</b>	<b>153</b>	<b>571</b>

<sup>(1)</sup> Não consolidado integralmente.

<sup>(2)</sup> Inclui todos os países em que o Grupo opera, excluindo Portugal.

A implementação do Plano de Reestruturação terá como consequência uma redução substancial do número de pontos de venda no estrangeiro e bem assim uma redução do número de pontos de venda no continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores em virtude do desinvestimento de determinados activos e negócios, efectuado com vista a reembolsar o investimento estatal. Ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do presente Capítulo.

#### 9.10 Banca telefónica e electrónica

Em 2012, num ano marcado pelo processo de reestruturação do Grupo assim como pela reorientação do modelo de negócios, o Banco promoveu o ajustamento do perímetro funcional das actividades por si desenvolvidas, quer no âmbito do serviço de banca telefónica (*inbound*, *outbound* e recuperação de crédito) quer no serviço de banca electrónica (Banif@st).

A Linha Banif atingiu um volume de chamadas atendidas de cerca de 81.000, valor que representa um acréscimo de cerca de 44% face a 2011. No que respeita aos contactos de *outbound*, efectuados no âmbito de campanhas comerciais de promoção e colocação de produtos, registou-se um decréscimo homólogo de 40%. Em termos da actividade de recuperação de crédito, realizaram-se, aproximadamente, 538 mil contactos, o que representa uma variação de 7% em comparação com o valor alcançado em 2011.

### **9.11 Contratos significativos**

Para uma descrição do Plano de Recapitalização e do Plano de Reestruturação, ver as secções 9.3 - “*Plano de Recapitalização*” e 9.4 - “*Plano de Reestruturação*” do presente Capítulo, e bem assim a secção 2.1 - “*Riscos relacionados com a recapitalização e a reestruturação do Grupo*” do Capítulo 2 - “*Factores de risco*”.

### **9.12 Investimentos**

No contexto macroeconómico de 2010, a estratégia transversalmente seguida pelas entidades que integram o Banif – Grupo Financeiro, nomeadamente pelo Banif, passou por um maior controlo e racionalização dos custos, uma gestão criteriosa e concertada da liquidez, contenção na concessão de crédito, reforço das garantias no crédito concedido e uma oferta competitiva em produtos de poupança.

A exigência e o rigor dos processos de reestruturação implementados privilegiaram a aposta em unidades de menor dimensão, com estruturas mais flexíveis e menos onerosas.

Deste modo, e ainda que de forma moderada, adaptada à conjuntura, o Banif manteve a aposta no aumento da capilaridade da sua rede de distribuição.

O crescimento da rede de distribuição do Banif – Grupo Financeiro em 2010 visou acompanhar, de forma prudente e moderada, adaptada ao contexto económico, o expressivo aumento da base de clientes do Grupo, resultante das ambiciosas campanhas de captação de clientes e de fidelização desenvolvidas nos anos anteriores.

Deste modo, o número de agências bancárias do Banif aumentou de 351 no final de 2009 para 360 no final de 2010. Este procedimento foi efectuado de acordo com exigentes critérios de racionalidade económica, privilegiando locais com grande potencial e optando por agências de menor dimensão, dotadas de estruturas mais flexíveis e menos onerosas.

Em 2011, os desafios decretados pelo contexto macroeconómico impuseram uma nova estratégia para o Banif – Grupo Financeiro, em paralelo com a continuação do esforço de racionalização e controlo de custos. Após um período de forte expansão doméstica e internacional, em que o Grupo reforçou a sua presença geográfica e nos vários segmentos da actividade financeira, tornou-se necessário proceder à reorganização do Grupo, de forma a criar uma linha de orientação estratégica comum às várias unidades do Grupo que permitisse uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos disponíveis, uma optimização de meios e estruturas susceptível de reduzir substancialmente a base de custos.

Neste contexto, é de realçar a política de desinvestimento na rede de distribuição do Banif em 2011, que se traduziu no encerramento de 17 agências e a consequente libertação de meios humanos, que se reflectiu na redução de 121 colaboradores, factores considerados determinantes na obtenção de poupanças.

Durante o ano de 2012 foram encerradas 31 agências e centros de empresas (24 agências e 7 centros de empresas), tendo o Banif terminado o ano com uma rede de 312 agências.

As transacções relacionadas com investimentos financeiros mais relevantes realizados pelo Banif – Grupo Financeiro no exercício de 2010 foram as seguintes:

- Alienação, em 10 de Fevereiro de 2010, da participação de 30% detida pelo Banif – Grupo Financeiro no Banco Pecúnia, S.A. (Brasil) (“**Banco Pecúnia**”) ao Banco Société Générale Brasil, S.A. Após esta venda, o Banco Pecúnia deixou de ser detido a 30% pela Tecnocrédito, tendo passado a ser detido em 100% pelo Banco Société Générale Brasil, S.A. O valor da venda ascendeu a 15,4 milhões de euros.
- Reforço da participação do Banif Investimento no capital social da Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., tendo passado a deter 100% do capital desta sociedade.
- Aumento de capital no montante de 3,9 milhões de euros na Banif Gestão de Activos (Brasil), subscrito pelo Banif – Banco de Investimento (Brasil).
- Aumento do capital social da Banif SGPS no montante de 80 milhões de euros – de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros – através de uma oferta pública de subscrição reservada a accionistas e aos titulares dos VMOCs.
- Reforço da participação da Banif SGPS no capital social da Rentipar Seguros SGPS, S.A. (“**Rentipar Seguros**”), por via da subscrição de um aumento de capital social no montante de 23.534 milhares de euros e através da aquisição ao Banif de 3.814.651 acções pelo montante de 26.664 milhares de euros, passando a deter um total de 12.930.529 acções, representativas de 47,69% do capital social da Rentipar Seguros, correspondente a um investimento global na ordem dos 72.244 milhares de euros.
- Alienação pela Banif SGPS de 17.217.294 acções da Finibanco Holding SGPS, S.A., representativas de 9,84% do capital social daquela entidade, pelo montante de 33,5 milhares de euros, no âmbito da oferta pública de aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.
- Aumento do capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. subscrito pela Banif Comercial no montante de 13.502 milhares de reais (contra-valor de 6.168 milhares de euros).
- Aumento do capital social do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A., subscrito pela Banif Investimentos SGPS no montante de 11,25 milhões de reais (contra-valor de 5,1 milhões de euros).
- Aquisição pela Banif Investimentos de 85% do capital social da Banif International Holdings, Ltd. no montante de 15 milhões de dólares (contra-valor de 11,2 milhões de euros) .
- Aquisição pela Rentipar Seguros à CNP Assurances de participações de 100% na Global e Global Vida, o que representou um investimento global superior a 137 milhões de euros. De modo a financiar estas aquisições, foi realizado um aumento do capital social da Rentipar Seguros no montante de 70 milhões de euros, subscrito e realizado pelos seus accionistas Soil SGPS, S.A. (“**Soil**”), Banif SGPS e Banif, na proporção das suas respectivas participações, pelo que o capital social da Rentipar Seguros, após o aumento de capital social, passou a ser de 135,57 milhões de euros.

As transacções relacionadas com investimentos financeiros mais relevantes realizados pelo Banif – Grupo Financeiro no exercício de 2011, foram as seguintes:

- Aumento do capital social da Açoreana para 82,5 milhões de euros em resultado da integração da Global e da Global Vida, cujo processo de fusão na Açoreana ficou concluído em Janeiro de 2011.



- Aumento do capital social da Banif Imobiliária de 750 milhares de euros para 200 milhões de euros, o qual foi subscrito pelo Banif. Na sequência desse investimento, o Banif passou a ser titular de 44% do capital social da Banif Imobiliária.
- Aumento do capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A., subscrito pela Banif Comercial, no montante de 18.003.660 reais, com o contra-valor de 8.089,7 milhares de euros.
- Aumento do capital social do Banif de 780 milhões de euros para 794,5 milhões de euros e aumento do capital social do Banco Mais de 100 milhões de euros para 101 milhões de euros, decorrente da operação de cisão-fusão da Banif Go com o Banco Mais e o Banif, de que resultou a cisão do seu património e a sua subsequente fusão por incorporação nas duas entidades bancárias.
- Aumento do capital social do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. em 7,5 milhões de reais (contra-valor de aproximadamente 3,1 milhões de euros).
- Aumento do capital social do Banif Investimento em 30 milhões de euros.
- Aumento do capital social da Banif Mais SGPS e entrada de novos accionistas nesta sociedade, até então detida a 100% pela Banif SGPS. A referida entrada de novos accionistas foi aprovada da seguinte forma: 22,5 milhões de Euros para a entrada da Açoreana no capital da Banif Mais SGPS; 10 milhões de Euros para a entrada da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. no capital da Banif Mais SGPS; 7,5 milhões de Euros para a entrada da Auto-Industrial SGPS no capital da Banif Mais SGPS. O montante do aumento do capital social ascendeu a 2,869 milhões de euros e resultou da integral aplicação dos 40 milhões de euros na subscrição de novas acções no valor nominal de 1 euro, ao preço de subscrição de 13,94 euros (estabelecido com base no valor contabilístico das acções em 31 de Dezembro de 2011).
- Aumento do capital social da Açoreana no montante de 25 milhões de euros, subscrito pela Rentipar Seguros.

As transacções relacionadas com investimentos financeiros mais relevantes realizados pelo Banif – Grupo Financeiro no exercício de 2012 foram as seguintes:

- Aquisição da Sociedade W.I.L. - Projectos Turísticos, S.A. no primeiro trimestre de 2012, pela conversão de suprimentos em capital social no montante de 600 milhares de euros. Os activos desta sociedade ascendem a 31.684 milhares de euros, sendo essencialmente imóveis, dos quais 261 milhares de euros de caixa e seus equivalentes. A diferença de consolidação de 2.197 milhares de euros foi afectada a activos imobiliários da sociedade.
- Aumento de capital na entidade Banif Mais SGPS de 40.000 milhares de euros (capital social de 2.869 e prémios de emissão de 37.131 milhares de euros) subscritos por entidades que não consolidam pelo método de consolidação integral.
- Aquisição de 2,71% da Banif Açor Pensões pelo Banif Investimento, pelo montante de 107 milhares de euros, em 2 de Março de 2012.
- Reembolso antecipado do veículo de securitização Atlantes Finance n.º 3 em Abril de 2012.
- Liquidação da entidade Econofinance em Abril de 2012.

- Os fundos de investimento Banif Gestão Activa e Banif Europa de Leste foram liquidados no segundo trimestre de 2012.
- Fusão da Tecnicredito ALD no Banco Mais em Junho de 2012.
- Liquidação das entidades Euro Invest Série 8 (Abril de 2012) e Euro Invest Série 9 (Novembro 2012).
- No terceiro trimestre de 2012, foi efectuada a operação de fusão por incorporação da Banif (Açores) SGPS, S.A. na Banif Comercial.
- Dissolução da BanifServ, tendo os seus direitos e obrigações sido transmitidos ao membro único do ACE Banif, com data de 1 de Julho de 2012.
- A Banif SGPS concluiu em Agosto de 2012 a operação de fusão por incorporação das sub-*holdings* Banif Comercial e Banif Investimentos na própria Banif SGPS.
- Aumento de capital no Banif Bank (Malta), no montante de 7,5 milhões de euros, por conversão de acções preferenciais em acções ordinárias, operação efectuada em Agosto de 2012. Após esta operação, o Grupo passou a deter 78% da sociedade.
- Constituição dos veículos de securitização Atlantes Finance n.º 5 (Julho 2012) e Atlantes NPL 1 (Dezembro 2012).
- Liquidação da entidade Banieuropa, com sede em Espanha, em Dezembro de 2012.
- Liquidação do fundo de investimento Banif Gestão Patrimonial, em 14 de Dezembro de 2012.
- Em Dezembro de 2012, realizou-se a operação de fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif. Com a fusão extingue-se a Banif SGPS enquanto sociedade incorporada e os accionistas da Banif SGPS tornaram-se accionistas do Banif. Todos os actos e operações realizados pelas sociedades são considerados, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efectuados por conta do Banif a partir de 1 de Julho de 2012 (inclusive).

Já no decurso de 2013, foi efectuada em Fevereiro o reembolso antecipado da operação de titularização Atlantes n.º 1, e, em Maio, a operação de titularização Atlantes SME n.º 2.

Em síntese, a rubrica de investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação apresentou a seguinte evolução ao longo dos três últimos anos e do período intercalar findo em 31 de Março de 2013:

	(milhares de Euros)			
	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	31.03.2013
Investimento em associadas e filiais excluídas da consolidação	151.280	155.670	118.630	122.047

De seguida, apresenta-se a decomposição da rubrica de investimentos em associadas e filiais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2011 e 2012 e em 31 de Março de 2013:

(milhares de Euros)

2010						
Sociedade	Detentor de capital	% Participação	Valor da participação	Goodwill	Capital próprio	Resultado líquido
Rentipar Seguros	Banif SGPS	47,69%	64.017	834	134.239	4.438
Banca Pueyo	Banif SGPS	33,32%	27.963	27.449	83.922	5.761
Bankpime	Banif SGPS	27,50%	6.903	7.067	25.101	-29.474
Inmobiliária Vegas Altas	Banif SGPS	33,33%	2.589	-	7.766	112
Espaço Dez	Banif Investimentos SGPS	25,00%	-	-	-941	-46
MCO2	Banif Investimento	25,00%	1.338	-	5.351	-254
Pedidos Liz	Imogest	31,30%	2	-	6	-2
Centaurus Reality Group	Banif Holding Malta / Banif International Holdings	10,71%	12.036	-	29.602	-30
Banif Europa Leste	Banif Investimento	40,29%	1.082	-	2.686	169
			115.930	35.350	287.732	-19.326

(milhares de Euros)

2011						
Sociedade	Detentor de capital	% Participação	Valor da participação	Goodwill	Capital próprio	Resultado líquido
Rentipar Seguros	Banif SGPS	47,69%	63.277	834	132.687	795
Banca Pueyo	Banif SGPS	33,32%	27.838	27.449	83.549	5.117
Bankpime	Banif SGPS	28,66%	2.121	-	7.400	-16.335
Inmobiliária Vegas Altas	Banif SGPS	33,33%	2.602	-	7.807	72
Espaço Dez	Banif Investimentos SGPS	25,00%	-	-	-1.030	-90
MCO2	Banif Investimento	25,00%	1.251	-	5.005	181
Pedidos Liz	Imogest	33,10%	1	-	2	-4
Centaurus Reality Group	Banif Holding Malta / Banif International Holdings	43,45%	30.297	-	70.225	-
			127.387	28.283	305.645	-10.264

(milhares de Euros)

2012						
Sociedade	Detentor de capital	% Participação	Valor da participação	Goodwill	Capital próprio	Resultado líquido
Rentipar Seguros	Banif	47,69%	83.840	-	176.252	6.212
Banca Pueyo	Banif	33,32%	31.662	-	95.024	2.999
Inmobiliária Vegas Altas	Banif	33,33%	2.631	-	7.894	87
Espaço Dez	Banif	25,00%	-	-	(1.171)	(141)
MCO2	Banif Investimento	25,00%	497	-	1.989	(3.016)
Pedidos Liz	Imogest	40,24%	-	-	1	(1)
Bankpime	Banif	0,00%	-	-	-	-

	118.630	-	279.989	6.140
--	---------	---	---------	-------

31.03.2013						
Sociedade	Detentor de capital	% Participação	Valor da participação	Goodwill	Capital próprio	Resultado líquido
Rentipar Seguros	Banif	47,69%	86.292	-	180.945	(911)
Banca Pueyo	Banif	33,32%	32.579	-	97.775	1.145
Inmobiliária Vegas Altas	Banif	33,33%	2.654	-	7.962	68
Espaço Dez	Banif	25,00%	-	-	(1.525)	(41)
MCO2	Banif Investimento	25,00%	522	-	2.082	93
Pedidos Liz	Imogest	40,24%	-	-	1	(1)
			122.047	-	287.240	353

No decorrer de 2010, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- A Rentipar Seguros adquiriu uma participação de 100% do capital social e direitos de voto da Global e de 100% no capital social e direitos de voto da Global Vida, pelo montante de 137,2 milhões de euros, cujo processo ficou concluído em Março de 2010.
- A Rentipar Seguros aumentou o capital social de 65,57 milhões de euros para 135,57 milhões de euros.

No decorrer de 2011, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- Em Setembro de 2011, foi estabelecido um acordo com a Caixa Bank, S.A. (“**La Caixa**”), no âmbito do qual foram alienados os activos e passivos bancários do Bankpime à La Caixa, pelo montante global de 16 milhões de euros.
- O Banif – Grupo Financeiro registou uma imparidade, no montante de 7.067 milhares de euros, relativa à totalidade do *goodwill* do Bankpime. Verificou-se que os pressupostos de apuramento de *goodwill* à data de aquisição deixaram de se verificar nesse ano.
- O Banif – Grupo Financeiro adquiriu 32.74% da Centaurus Reality Group, no montante de 16.501 milhares de euros.

No decorrer de 2012, a rubrica “Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação” sofreu as seguintes alterações:

- Alienação do IPME 2012, S.A. (anteriormente designado por Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. ou Bankpime).
- Reclassificação da entidade Centaurus para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda”.

No decorrer do primeiro trimestre de 2013, a rubrica “investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação” não registou alterações de assinalar.

### **Principais investimentos em curso**

Desde 2011, a estratégia do Banif – Grupo Financeiro em matéria de investimentos tem vindo a pautar-se por um esforço de racionalização e optimização dos seus recursos.

Com efeito, o Banif – Grupo Financeiro tem vindo a prosseguir uma estratégia de reorganização da rede de distribuição do Grupo, em face da conjuntura altamente desfavorável sentida, em especial, em Portugal e noutros países europeus onde o Banif – Grupo Financeiro desenvolve a sua actividade.

Durante o ano de 2012, foram encerradas 31 agências e centros de empresas (24 agências e 7 centros de empresas), tendo o Banif terminado o ano com uma rede de 312 agências.

Refira-se ainda que a estratégia do Banif – Grupo Financeiro passa igualmente por reforçar a presença internacional do Grupo, por forma a que esta seja avaliada em função da actividade empresarial dos clientes do Grupo, devendo este último dotar-se, em cada caso, dos recursos financeiros e das estruturas orgânicas necessárias para prestar um serviço que demonstre elevada capacidade de resposta às solicitações dos clientes.

### **Compromissos firmes para investimentos futuros**

Não existem compromissos firmes em relação a investimentos futuros de montante relevante que tenham sido assumidos pelo Conselho de Administração do Banif, para além do compromisso assumido pelo Banco, no âmbito da sua recapitalização, de aplicar pelo menos 10 milhões de euros por ano num fundo que investirá em participações sociais em PME's e em sociedades com grau de capitalização médio (*mid-cap*).

## **9.13 Notação de risco**

O Banif tem notação de *rating* atribuído por duas agências (Fitch Ratings España, S.A.U. e Moody's Investors Services España, S.A., ambas registadas na *European Securities and Markets Authority*) desde 2003. A crise da dívida soberana conduziu a sucessivos cortes da notação do *rating* da República Portuguesa, o que, associado à recessão económica já vigente, contribuiu para a deterioração da qualidade dos activos e da rentabilidade dos bancos. Consequentemente, os *ratings* foram revistos em baixa sobretudo em 2010, 2011 e 2012 (embora a um ritmo inferior).

Em 18 de Junho de 2012, a Fitch reviu em baixa o VR (*rating* de viabilidade) dos bancos portugueses que recorreram ao processo de recapitalização, a fim de cumprirem os rácios de solvabilidade mais rigorosos impostos pelos reguladores. A notação do VR do Banif foi revista em baixa de “b-” para “cc.”. Os *ratings* de longo e curto prazo mantiveram-se em BB \ B com *outlook* negativo.

Em 28 de Março de 2012, a Moody's a reviu em baixa a notação de *rating* dos bancos portugueses, a fim de os alinhar com o *rating* da República Portuguesa (o qual foi revisto em baixa para Ba3 em Março de 2013). As notações de *rating* de longo prazo e curto prazo do Banif foram revistas em baixa de Ba3/NP para B1/NP, enquanto o BFSR foi alterado de D-(Ba3) para E+(B2). A 4 de Dezembro de 2012, atendendo (i) à expectável maior deterioração da capacidade de absorção de risco por parte dos bancos, em resultado da perspectiva mais negativa de crescimento da economia portuguesa, e (ii) ao facto de alguns bancos terem recorrido ao apoio estatal para se recapitalizarem ao abrigo do PAEF), a Moody's reviu em baixa o *rating* de alguns bancos portugueses. As notações de *rating* de longo prazo e curto prazo do Banif foram revistas em baixa de B1/NP para B2/NP, enquanto o BFSR foi alterado de E+(B2) para E(Caa2). Em 15 de Abril de 2013, a Moody's desceu o *rating* da dívida sénior e dos depósitos do Banif em duas notações, de B2/Not Prime para Caa1/Not Prime, tendo ambos sido colocados em *outlook* negativo. Esta decisão decorreu da descida do *Baseline Credit*

*Assessment* (BCA) do Banco, de Caa2 para Ca, no contexto da descida do *Bank Financial Strength Rating* (BSFR), em base *standalone*, para E.

	<b>Longo Prazo</b>	<b>Curto Prazo</b>	<b>Outlook</b>	<b>BFSR (BCA)</b>	<b>VR</b>
Moody's.....	Caa1	NP	Negativo	E(ca)	-
Fitch Ratings.....	BB	B	Negativo	-	f

#### **9.14 Política de dividendos**

A política de distribuição de dividendos do Banco assentou, até 2009, no princípio da distribuição dos resultados que não se mostrassem indispensáveis à constituição de reservas legais e/ou ao regular financiamento da sua actividade, o que se vinha traduzindo na distribuição de um dividendo anual correspondente a um valor entre 35% e 40% do lucro consolidado do exercício. Em 2010, as exigências conjunturais e regulamentares de reforço dos capitais próprios do Banif – Grupo Financeiro determinaram a impossibilidade de distribuição de dividendos referentes àquele exercício. Em 2011, a existência de resultados líquidos negativos e as necessidades de fundos próprios inviabilizaram a distribuição de dividendos. A futura distribuição de dividendos estará condicionada, por um lado, pela geração de resultados distribuíveis e, por outro, pelos compromissos assumidos nessa matéria com o Estado Português no contexto da operação de recapitalização.

Enquanto as acções especiais e os instrumentos de capital Core Tier I emitidos pelo Banif forem detidos pelo Estado Português, o Banco não poderá distribuir dividendos. Quaisquer lucros, que de outro modo estariam disponíveis para ser distribuídos aos accionistas, serão obrigatoriamente afectos ao pagamento de qualquer dividendo prioritário relativo às acções especiais, ou à recompra de quaisquer acções especiais ou CoCos, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos. As presentes limitações são igualmente aplicáveis a quaisquer outras distribuições aos accionistas, incluindo recompra de acções e distribuição de activos.

*Nota: A presente secção contém a informação sobre dividendos a pagar (caso existam) considerada relevante pelo Banif, não devendo ser considerada completa e estando sujeita à análise dos seus estatutos e da lei, conforme aplicável.*

Para informação mais detalhada sobre o pagamento de dividendos, ver o Capítulo 6 - “*Regime fiscal*” do presente Prospecto.

#### **9.15 Imóveis, instalações e equipamento**

##### **Imobilizações corpóreas, existentes ou previstas, incluindo imóveis arrendados e encargos significativos que as onerem**

Em finais de 2011, o valor consolidado de activos tangíveis do Banif – Grupo Financeiro ascendeu a 1.480 milhões de Euros. Por sua vez, em 2012, este valor ascendeu a 1.634 milhões de euros. Para este valor concorre o valor dos activos não correntes detidos para venda (imóveis e equipamento, equipamento e outros activos tangíveis), propriedades de investimento e outros activos tangíveis.

O activo tangível consolidado do Banif – Grupo Financeiro, com base em contas consolidadas para o período do historial financeiro, encontra-se evidenciado no quadro abaixo apresentado.

(milhares de Euros)				
<b>Activo Imobilizado</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.03.2013</b>
<b>Activos não correntes detidos para venda</b>				
Imóveis e Equipamento	155.508	267.678	377.271	413.487
Participações <sup>1</sup>	11.948	-	25.863	25.984
<b>Sub-Total</b>	<b>167.456</b>	<b>267.678</b>	<b>403.134</b>	<b>439.471</b>
<b>Propriedades de Investimento</b>				
Edifícios e Terrenos	272.591	844.026	924.357	918.513
<b>Sub-Total</b>	<b>272.591</b>	<b>844.026</b>	<b>924.357</b>	<b>918.513</b>
<b>Outros Activos Tangíveis</b>				
Imóveis	149.927	260.385	227.669	225.764
Equipamento	31.053	21.144	14.986	13.686
Activos em locação operacional	77.171	52.475	27.377	23.321
Activos tangíveis em curso	11.530	33.104	34.851	33.239
Outros activos tangíveis	276	2.084	2.142	1.970
<b>Sub-Total</b>	<b>269.957</b>	<b>369.192</b>	<b>307.025</b>	<b>297.980</b>
<b>Total</b>	<b>710.004</b>	<b>1.480.896</b>	<b>1.634.516</b>	<b>1.655.964</b>

<sup>1</sup> A rubrica Participações relativa a 31 de Dezembro de 2010 corresponde à participação no Banco Pecúnia, já alienada em Janeiro de 2010. A rubrica Participações relativa a 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Março de 2013 corresponde à participação na entidade Centaurus RG.

(milhares de Euros)			
<b>Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional (31.12.2012)</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável</b>	<b>Rendas contingentes reconhecidas em resultados</b>
Maturidade residual			
Inferior a 1 ano	11.252	6.083	-
Entre 1 e 5 anos	16.125	3.099	-
Superior a 5 anos	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27.377</b>	<b>9.182</b>	<b>-</b>
<b>Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional (31-03-2013)</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável</b>	<b>Rendas contingentes reconhecidas em resultados</b>
Maturidade residual			
Inferior a 1 ano	14.381	5.796	-
Entre 1 e 5 anos	8.940	1.669	-
Superior a 5 anos	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.321</b>	<b>7.465</b>	<b>-</b>

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.

### **Propriedades de investimento**

Os imóveis detidos pelo Banif – Grupo Financeiro são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem à sua utilização. As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção. Subsequentes ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que deverá reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros Proveitos Operacionais.

As propriedades de investimento são desreconhecidas assim que alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação, a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados, no momento da alienação.

As transferências de e para a rubrica “Propriedades de Investimento” podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao seu uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para relevação contabilística é o justo valor, à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes. Estas avaliações são efectuadas na base do rendimento e dos custos de manutenção ou substituição e, ainda, com base em valores de mercado quando comparáveis.

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes, de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentaram, no exercício de 2012, os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 15.335 milhares de euros;
- Gastos operacionais directos: 5.067 milhares de euros.

À data de 31 de Dezembro de 2012, e no que concerne à rubrica propriedades de investimento, os imóveis temporariamente não arrendados ascendiam ao montante de 539.496 milhares de euros, sendo o montante de 290.940 milhares de euros referente a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

### **Activos não correntes detidos para venda**

O Grupo classifica como activos não correntes detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado através de uma transacção de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e os activos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata, no seu estado actual.



A operação de venda poderá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Banif – Grupo Financeiro regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Estes activos são registados no momento inicial pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação.

Os activos registados nesta categoria são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos a incorrer com a venda, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

### **Outros activos fixos tangíveis**

A rubrica “Outros Activos Fixos Tangíveis” inclui os imóveis de serviço próprio utilizados pelo Banif – Grupo Financeiro no desenvolvimento da sua actividade, veículos e demais equipamentos.

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se, como referência, um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas na rubrica “Reservas de Reavaliação”, incluídas em capital próprio, excepto, e até à medida, que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo, reconhecidas em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que essas variações possam ser compensadas com o registo de reservas de reavaliação positivas existentes para esse mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os restantes activos fixos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

Imóveis	10 – 50 anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	2 – 15 anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa. Um activo tangível é desreconhecido quando é alienado ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o

valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de Exploração”.

Em finais de 2012, a rede de distribuição do Banif – Grupo Financeiro era constituída por um total de 571 pontos de venda, sendo importante referir que o Banif representava cerca de 60,4% deste total, com 345 pontos de venda.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rede de agências do Banif era constituída por 312 unidades, todas arrendadas, das quais 150 agências são propriedade de entidades externas ao Banif – Grupo Financeiro e as restantes 165 agências são propriedade de entidades integradas no Banif – Grupo Financeiro. Refira-se que todos os contratos de arrendamento são celebrados de acordo com a prática de mercado.

31.12.2012						
Banif	Entidades terceiras	Banif Fundo de Pensões	Banif Property	Banif Imobiliária	CSA	TOTAL
Agências	147	8	144	10	3	312
Serviços (Edifícios)	2	3	8	3	-	16
Centro de Empresas*	2	-	2	-	-	4
Estacionamento / Arquivo	3	-	1	-	-	4
Terrenos	-	-	-	1	-	1
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>11</b>	<b>155</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>337</b>

\* Os restantes centros de empresas estão integrados nas fracções das agências respectivas.

A sede social do Banif, sita na Rua de João Távira, n.º 30, no Funchal, não é propriedade de nenhuma sociedade do Banif – Grupo Financeiro, sendo arrendada a uma entidade terceira.

A Banif Imobiliária tem desenvolvido a sua actividade, consubstanciada na gestão de imóveis de propriedade própria ou de outras entidades integradas no Banif – Grupo Financeiro. Com efeito, a sua actividade compreende: (i) a aquisição de imóveis para arrendamento a entidades do Banif – Grupo Financeiro, designados por imóveis afectos à exploração, e (ii) a gestão, orientada fundamentalmente para a alienação de património próprio ou de outras entidades do Banif – Grupo Financeiro, activos esses designados por imóveis não afectos à exploração.

A partir do final de 2011, a Banif Imobiliária passou a assumir uma função de maior intervenção na gestão dos activos imobiliários do Banif – Grupo Financeiro. Com efeito, foi alterada a estratégia e actuação da Banif Imobiliária por forma a ir ao encontro do objectivo de centralização das participações imobiliárias do Grupo na Banif Imobiliária.

Na actual conjuntura, no decurso dos exercícios de 2012 e 2013 (neste, até à data) não ocorreram aberturas de agências, pelo que a Banif Imobiliária não efectuou nenhuma aquisição de imóveis “afectos à exploração”. Uma vez que o processo de venda desses imóveis a um fundo especializado estava concluído em 2011, também não ocorreram alienações.

Deste modo, o valor dos imóveis arrendados a empresas do Grupo era de 17.963 milhares de euros no final do ano de 2012 e as receitas provenientes do seu arrendamento ascenderam a 1.126 milhares de euros.

O valor das aquisições dos imóveis considerados na rubrica imóveis não afectos à exploração em 2012 totalizou 8.052 milhares de euros e que correspondeu quase exclusivamente a imóveis residenciais. A carteira

de imóveis tem alguma antiguidade e algum peso de imóveis cuja alienação está dificultada, normalmente por questões de natureza administrativa.

Por outro lado, a actividade da Banif Imobiliária ressentiu-se da conjuntura económica, com a crescente dificuldade em concretizar vendas. Daí que, particularmente no segmento de habitação, se tenha acentuado uma orientação no sentido do arrendamento que começa a dar frutos. Não obstante, foram alienados imóveis num montante de 6.411 milhares de euros, sendo que uma parte substancial dessas vendas foram de imóveis residenciais a fundos de investimento imobiliário de arrendamento habitacional, nomeadamente o FIIAH NORFIN e FIIAH BGA.

Nos outros segmentos, em que predominam imóveis em relação aos quais, por motivos diversos, a alienação não é possível de imediato, a actividade tem sido orientada no sentido de resolver as situações administrativas que condicionam a venda e valorizar os imóveis, nomeadamente assegurando direitos construtivos.

Ao todo, a carteira de imóveis arrendados a entidades exteriores ao Banif – Grupo Financeiro ascende a 69 milhões de euros, não tendo havido, em 2012, quaisquer aquisições neste segmento. O montante global de rendas recebidas neste segmento foi de 3.641 milhares de euros.

A Banif Imobiliária adquiriu, durante 2012, unidades de participação em diversos fundos de investimento imobiliário conforme segue:

<b>Fundo</b>	<b>N.º de UP's</b>	<b>Valor (milhares de euros)</b>
Banif Imogest	331.535	12.900
Banif Renda Habitação	39.431	40.000
<b>Total</b>		<b>52.900</b>

Como seria de esperar nas actuais circunstâncias, o volume de imóveis recebidos como forma de pagamento pelo Banif aumentou substancialmente. A gestão destes imóveis mantém-se a cargo da Banif Imobiliária e o seu valor total ascende a 417 milhões de euros no final de 2012, o que inclui o Banif e o Banif Investimento.

Assim, os valores totais do património imobiliário que é propriedade da Banif Imobiliária, ou está sob a sua gestão, evoluiu do seguinte modo:

<b>Rubrica</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Imóveis próprios	66.002	143.985	132.374
Imóveis em processo de aquisição	68.339	-	-
Imóveis propriedade de outras entidades do Grupo	88.239	271.004	416.681*
Unidades de participação de fundos imobiliários	-	433.257	463.336
Outros	2.379	33.536	33.536
<b>Total</b>	<b>224.959</b>	<b>858.782</b>	<b>1.045.927</b>

\* Inclui Banif e Banif Investimento.

Adicionalmente e no âmbito dos contratos / protocolos de gestão com o FII BGI e FII FIIAH, são geridos administrativamente pela Banif Imobiliária um montante global de imóveis de 152 milhões de euros.

O montante consolidado registado na rubrica de rendas e alugueres do Banif – Grupo Financeiro relativamente ao exercício de 2012 ascendeu a 12.100 milhares de euros. Este custo está incluído na rubrica “Gastos gerais administrativos” da demonstração de resultados consolidada do Banif.

### **Questões ambientais susceptíveis de afectar a utilização das imobilizações corpóreas**

Não existem quaisquer eventuais questões ambientais susceptíveis de afectar a utilização das imobilizações corpóreas pelas entidades integradas no Banif – Grupo Financeiro, atendendo à natureza da actividade por estas desenvolvidas.

### **9.16 Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças**

Até meados de 2012, as despesas com investigação e desenvolvimento ao nível do Banif – Grupo Financeiro eram realizadas pela BanifServ, sendo classificadas como custos operacionais atendendo ao objecto social desta última.

A BanifServ era uma prestadora de serviços ao nível dos sistemas e das tecnologias de informação, tendo sido dissolvida em Agosto de 2012.

Após a dissolução da BanifServ, as políticas de investigação e desenvolvimento passaram a ser assumidas pelo Banif.

A tecnologia e os sistemas de informação são encarados pelo Banif – Grupo Financeiro como um meio para suportar e desenvolver o negócio, quer através da disponibilização de novas ferramentas orientadas às necessidades, quer disponibilizando os meios necessários para reforçar a eficácia, a eficiência e a racionalização de custos e de recursos.

O plano de actividades da BanifServ para 2011 comportou 40 projectos, dos quais 20 foram concluídos no decorrer do ano, quatro anulados e sete novos incluídos já no decorrer do ano. Dos projectos desenvolvidos, alguns englobando mais do que uma agrupada, merecem referência os seguintes:

- Nova solução de suporte às agências do Banif, reforçando os níveis de ergonomia, navegabilidade e qualidade da informação ao dispor dos utilizadores internos e clientes;
- Conclusão da disponibilização da nova operativa de depósitos à ordem para o Banif, melhorando o nível de funcionalidades, operacionalidade, integração e flexibilidade do sistema, criando um novo patamar de cobertura dos requisitos de negócio;
- Fusão-cisão da associada Banif Go, através da integração dos seus sistemas de informação e respectiva carteira de negócio no Banif e no Banco Mais;
- Novo sistema de gestão de terminais de pagamentos automático e caixas automático para o Banif, reforçando o controlo operacional e melhorando o nível de serviço prestado aos clientes;
- Disponibilização de novas funcionalidades na banca electrónica, alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos clientes do Banif, das quais se citam, a título de exemplo, a disponibilização de notas de lançamento em formato electrónico;
- Novo portal externo do Banif, para clientes e não clientes, disponibilizando uma nova área segura e novas funcionalidades electrónicas para interacção com o Banco;

- Novo portal interno para o Banif – Grupo Financeiro, com novo *design*, novas funcionalidades, ergonomia reforçada e um novo modelo de gestão de conteúdos;
- Novo sistema de gestão de linhas e limites de crédito para o Banif, melhorando a operacionalidade e o grau de alinhamento da aplicação com os requisitos de negócio;
- Novo sistema de gestão de garantias emitidas para o Banif, tendo por base uma reengenharia dos processos actuais, com o objectivo principal de aumentar o controlo e a eficiência da operativa;
- Desenvolvimento e disponibilização de suporte informático a cartões pré-pagos para o Banif, reforçando, por esse meio, a oferta e o leque de produtos para clientes;
- Revisão da aplicação de gestão de colaterais do Banif, reforçando os mecanismos de controlo e o nível de integração com os restantes sistemas;
- Nova aplicação para gestão de cofres de aluguer para o Banif.

Em Agosto de 2012, foi dissolvida a BanifServ, tendo a generalidade do seu património e dos seus colaboradores sido integrados no Banif, o qual, por esta via, passou a dispor directamente dos recursos para a satisfação das suas necessidades de manutenção, gestão e desenvolvimento de sistemas de informação, através da direcção de sistemas de informação.

O plano de actividades da direcção de sistemas de informação para 2013 é constituído, principalmente por um conjunto de projectos estruturais para o Banco, e que se encontram agrupados em quatro programas agregadores: *report* e controlo financeiro; crédito; informação de clientes; e risco. Estes projectos estruturais, dezoito no total, foram ainda classificados de acordo com a seguinte nomenclatura:

- Projectos Mandatórios – são todos os decorrentes de imperativos legais ou de solicitações efectuadas pelas entidades de supervisão;
- Projectos Nucleares – são todos os que são considerados estratégicos ou centrais no momento actual da vida da instituição;
- Projectos Complementares – projectos que contribuem para a mudança e/ou transformação da organização e que se traduzem em benefícios de aumento de resultados, redução de custos ou incremento da eficiência.

Assim, dos projectos em desenvolvimento, alguns transversais ao Banif – Grupo Financeiro, merecem referência, nomeadamente:

- *Report Control* (Projecto Mandatório) – Este projecto tem como principal objectivo construir uma base de dados com detalhe dos reportes obrigatórios fiscais, CMVM e Banco de Portugal, com identificação dos responsáveis pela informação, periodicidade e prazo de entrega. Com este projecto pretende-se ainda definir formas de controlo do cumprimento das obrigações e qualidade do reporte, especificar responsabilidades, e difundir a informação relativa a incumprimento nos reportes à cadeia hierárquica e à gestão;
- *DataWarehouse* (Projecto Mandatório) – Este projecto pretende reconstruir o *DataWarehouse* do Banco, assente num modelo de dados coerente e consistente que sirva todas as dimensões da gestão, nomeadamente, comercial, financeira, risco e contabilidade;

- Consolidação e Controlo Orçamental (Projecto Mandatário) – Este projecto tem por objectivo a implementação de um conjunto de aplicações de suporte ao processo de consolidação e controlo orçamental, assegurando o fecho de contas consolidadas de forma tempestiva. Tem também como objectivo definir um conjunto de regras base de construção do orçamento do Grupo e criação de mecanismos para o seu controlo;
- *Workflow* de Crédito – BPM (Projecto Nuclear) – Implementação de uma plataforma de *business process management / operational decision manager*, para integrar o processo de crédito desde a fase de admissão até à disponibilização de fundos numa única ferramenta;
- Plataforma de Gestão Contratual (Projecto Complementar) – Construção de uma solução informática que suporte os *templates* dos contratos de crédito, FIN's e cartas de comunicação de condições de operações de crédito;
- AML (Projecto Mandatário);
- FATCA (Projecto Mandatário) – Projecto que visa desenvolver as necessárias adaptações aos sistemas, processos e procedimentos (e porventura ao modelo de negócio), em resultado da adesão ao FATCA – *Foreign Account Tax Compliance Act*, através do qual as autoridades norte-americanas requerem a instituições financeiras estrangeiras a prestação de informação relativa aos seus clientes que sejam classificados como *US Persons*;
- Modelo de Imparidade (Projecto Mandatário) – Desenvolvimento de uma aplicação integrada de cálculo da imparidade (individual e colectiva).

O montante dos gastos relacionados com estas actividades foi de €1.918.753 em 2012, de €2.164.469 em 2011 e de €2.601.566 em 2010.

### 9.17 Recursos humanos

Durante o ano de 2012, a direcção de recursos humanos do Banif desenvolveu a sua actividade em torno de quatro grandes áreas de actuação: racionalização do quadro de pessoal da empresa, desenvolvimento do plano de formação, reestruturação dos sistemas de informação de recursos humanos e lançamento do “Fundo Humanismo”.

A direcção de recursos humanos do Banif sofreu alterações estruturais profundas ao nível da sua organização, desde logo com a nomeação de um novo director. A nova estrutura da direcção, mais pequena e flexível, está agora assente em dois gabinetes: gabinete de desenvolvimento e comunicação e gabinete de carreiras e compensação.

As alterações foram também ao nível do número de colaboradores da direcção de recursos humanos, uma vez que passou de 23 para 17 colaboradores, e da abrangência das funções. A direcção de recursos humanos passou a ter uma lógica de serviços partilhados com as restantes empresas do Banif – Grupo Financeiro, acompanhando a nova política de *governance* do Banif – Grupo Financeiro.

O Banif tinha, a 31 de Dezembro de 2012, 2.336 colaboradores, em comparação com os 2.548 no período homólogo de 2011. Estendendo esta análise aos três últimos exercícios, numa base de número médio de efectivos por exercício, constata-se que o número médio de colaboradores no Banif, em 2012, foi de 2.464, o que compara com 2.601 em 2011, e 2.683 em 2010.

Do ponto de vista da dispersão geográfica do seu efectivo, o Banif tinha, a 31 de Dezembro de 2012, 310 colaboradores na Região Autónoma dos Açores, 252 na Região Autónoma da Madeira, e 1.774 no continente. Ao nível da sua segmentação por categoria profissional, e no mesmo período de referência, o Banif tinha 139 quadros superiores, 364 quadros médios, 413 quadros intermédios, 1.407 colaboradores altamente qualificados e qualificados, e 13 profissionais sem qualificação/praticantes.

Ao nível do Banif – Grupo Financeiro, os esforços significativos no âmbito do processo de racionalização do número de colaboradores (rescisões por mútuo acordo, reformas antecipadas, pré-reformas e saídas naturais) resultou num decréscimo de 13%. O Grupo tinha um total de 3.386 colaboradores a 31 de Dezembro de 2012, comparando com 3.902 no final de 2011. Sublinha-se, a este propósito, todo um conjunto de medidas complementares que procuraram minimizar o impacto deste processo junto dos ex-colaboradores: nomeadamente, a possibilidade de manter as actuais condições dos créditos em vigor no Banif e o acesso ao Serviço de Assistência Médico-Social (“SAMS”) durante o período em que permanecerem em situação de desemprego comprovado, o acesso a um programa de *outplacement* efectuado por uma empresa da especialidade, e a concessão de uma linha de crédito de apoio à criação do próprio negócio. A 31 de Março de 2013, o número de colaboradores do Banif – Grupo Financeiro (excluindo a rede da Açoreana e Banca Pueyo) ascendeu a 3.300.

Ao nível social, foi implementado um fundo de apoio a colaboradores com dificuldades financeiras – o Fundo Humanismo. Pretende-se que este Fundo, lançado no final do ano de 2012, venha a assumir um papel central na vertente humanista do Grupo, sendo a sua dotação assegurada quer pelo próprio Banif – Grupo Financeiro, quer pelos próprios colaboradores, com entregas de dinheiro de forma regular ou pontual.

### **Formação e gestão de carreiras**

O Banif está a implementar um ambicioso processo de formação e desenvolvimento das suas equipas de gestão, incluindo o estabelecimento de formação específica em gestão, liderança e promoção do trabalho em equipa e o desenvolvimento de planos de sucessão. Está igualmente em curso a criação da Academia Evolução, uma escola de gestão que irá dotar os colaboradores que a frequentem de conhecimentos específicos nas áreas de gestão e liderança, através de formação no exterior, formação em sala de aula, ou apoio para a realização de programas de *Master in Business Administration* – MBA e doutoramento. Em 2012, foram dadas mais de 13.500 horas de formação nestas áreas, um número que se espera que triplique em 2013.

### **Fundos de pensões**

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

Os empregados da Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a sua admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência da fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (“BBCA”), em 1 de Janeiro de 2009, que apenas passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Em 31 de Dezembro de 2011, na sequência do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas do BBKA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do acordo colectivo de trabalho (“ACT”)

do sector bancário, quanto às responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência, mantendo-se na responsabilidade das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, o pagamento das actualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

Em 2008, a Sociedade celebrou um acordo de empresa (“AE”) com os sindicatos do sector. Na sequência da entrada em vigor do AE, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três planos de pensões, designados Planos de Pensões I, II e III, financiados pelo Fundo de Pensões Banif (fundo autónomo). Em 28 de Dezembro de 2012, e de acordo com a legislação aplicável, foi extinto o Fundo de Pensões Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A., por incorporação no Fundo de Pensões Banif, com a correspondente transferência de todos os seus activos e passivos para este último fundo de pensões.

Também existem, noutras empresas do Grupo, planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões independentes. Ver a nota 2.17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2012 do Banif – Grupo Financeiro, intitulada “Benefícios aos empregados”.

### **Planos de incentivos**

Foi estabelecida, em Julho de 2012, uma nova política de incentivos para os colaboradores da área comercial e recuperação de crédito que passaram a auferir uma remuneração variável directamente dependente do grau de atingimento dos objectivos estabelecidos.

Pretende-se, deste modo, promover e motivar um melhor desempenho individual de cada colaborador abrangido, no contexto das funções que lhe estão confiadas, sem associar directamente este (eventual) prémio aos resultados da Sociedade, nomeadamente aos resultados no curto prazo. O Banif encontra-se actualmente a trabalhar na extensão desta política de incentivos a todas as áreas do Banco, o que se espera que seja implementado em Julho de 2013. O modelo de incentivos é considerado um elemento estratégico para aumentar a produtividade e a motivação dos colaboradores, melhorando o desempenho individual e colectivo ao nível do Banco.

### **9.18 Acções judiciais e arbitrais**

A natureza dos negócios do Banif implica um envolvimento normal em acções judiciais de tempo em tempo. Abaixo apresenta-se um breve resumo das acções judiciais e outros processos que, no entender do Banif, poderão ter um impacto substancial na saúde financeira ou actividades empresariais do Banco.

A 30 de Dezembro de 2012, a Lisop – Sociedade de Serviços e Investimentos e Comércio de Imobiliário, Lda. (“**Lisop**”) (uma entidade portuguesa dedicada ao turismo residencial) propôs uma acção no Tribunal Judicial de Lisboa contra o Banif num valor superior a €120 milhões. A Lisop alega neste processo que houve uma violação, pelo Banif, de um contrato de financiamento celebrado entre ambos, o que, alegadamente, terá gerado prejuízos para a Lisop. O Banif contestou a acção e as partes aguardam agora a realização da audiência de julgamento.



Separadamente, o Banif apresentou, em 6 de Setembro de 2012, um pedido de arresto contra a Lisop no âmbito da cobrança de créditos no valor de €59 milhões. A Lisop opôs-se ao pedido e as partes aguardam agora a realização da audiência de julgamento.

O Banif também apresentou outro pedido de arresto, em 5 de Julho de 2012, no âmbito da cobrança de créditos contra a Construfalco Soc. Imobiliária, S.A. (“**Construfalco**”) e garantes, com um valor aproximado de €17 milhões. A Construfalco opôs-se ao pedido e as partes aguardam agora a realização da audiência de julgamento. Na medida em que a Construfalco foi declarada insolvente na pendência deste processo, a acção judicial prossegue agora contra os garantes.

Em Outubro de 2012, o Banif intentou igualmente uma reclamação para cobrança de créditos hipotecários contra a sua cliente Eurobis – Sociedade Europeia de Imobiliário, S.A. (“**Eurobis**”), com um valor aproximado de €13 milhões, no âmbito de uma execução de terceiros em que foram nomeados à penhora imóveis que se encontravam penhorados a favor do Banif. Ainda em Outubro de 2012, a Eurobis requereu a sua própria insolvência, ficando a execução de terceiros apensa aos autos de insolvência. Em Março de 2013, o tribunal decidiu a favor do Banif, e os créditos hipotecários, no valor aproximado de €12,3 milhões, foram reconhecidos como créditos prioritários a favor do Banif, visto tratarem-se de créditos com garantia de hipoteca. Créditos no valor de €952 milhares foram reconhecidos como créditos potenciais, uma vez que resultavam de garantias bancárias prestadas pelo Banif que não tinham sido executadas.

Por não se considerar existirem hipóteses de recuperação da Eurobis, o administrador da insolvência propôs, e a maioria qualificada dos credores, entre eles o Banif, aceitaram proceder à liquidação da sociedade e dos seus activos, como forma de se ressarcirem dos seus créditos. Actualmente, decorre o processo de insolvência, aguardando-se definição dos valores para liquidação (venda) dos activos da Eurobis.

A 6 de Março de 2013, o Banif e diversos outros bancos portugueses foram alvo de buscas por parte de agentes da Autoridade da Concorrência, em articulação com o Ministério Público e devidamente acompanhados por juízes do Tribunal de Instrução Criminal. As buscas foram realizadas no âmbito de uma denúncia relativa à concertação de taxas de juro nos contratos de crédito à habitação, que constituiriam práticas restritivas da concorrência, nomeadamente por violação do artigo 9.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio. Foram solicitados os estatutos orgânicos e funcionais de algumas direcções, tendo sido solicitada alguma informação relativa a colaboradores do Banco, nomeadamente aqueles que actuam no segmento dos contratos de crédito à habitação. Foram realizadas pesquisas por termos em alguns computadores, relativamente a documentos guardados em disco e em e-mails. Caso se comprove a infracção sob investigação, esta constitui uma contra-ordenação prevista e punida nos termos do artigo 68.º do *supra* mencionado diploma, com uma coima máxima de 10% do volume de negócios realizado no exercício imediatamente anterior (cfr. artigo 69.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio), correspondente, no caso do Banif, a um máximo de €18.419.200.

### 9.19 Representante para as relações com o mercado

O representante do Emitente e Oferente para as relações com o mercado é o Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus. Para os efeitos decorrentes do exercício das suas funções, a respectiva morada, número de telefone, de telefax e endereço de e-mail são os seguintes:

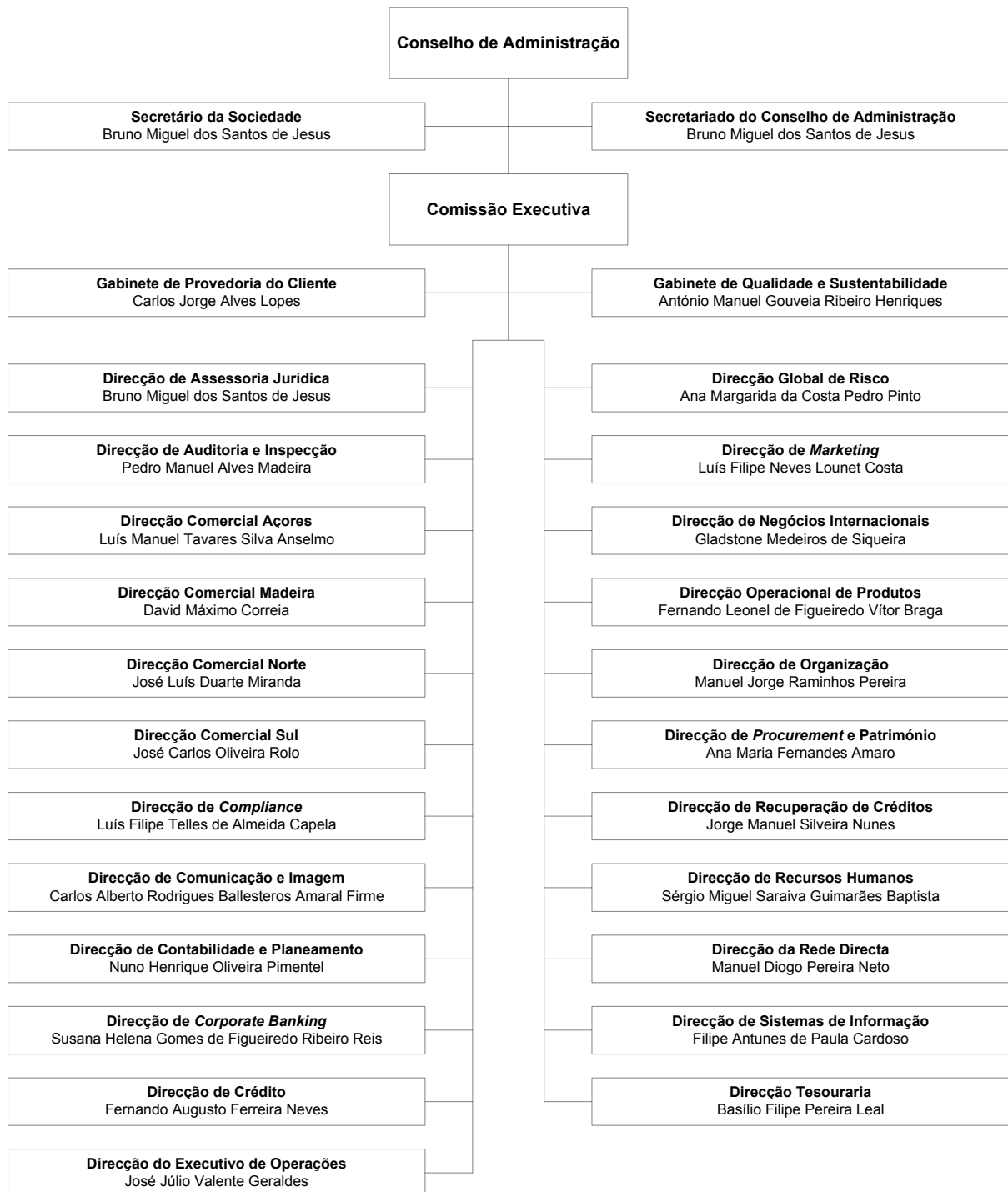
Endereço: Av. José Malhoa, n.º 22  
1099-012 Lisboa  
Telefone: +351 217 211 970  
Telefax: +351 217 211 584  
E-mail: [IR@banif.pt](mailto:IR@banif.pt)

A directora gabinete de relações com investidores e institucionais é a Dra. Teresa Martinho. Para os efeitos decorrentes do exercício das suas funções, a respectiva morada, número de telefone, de telefax e endereço de e-mail são os seguintes:

Endereço: Av. José Malhoa, n.º 22 – 5.º  
1099-012 Lisboa  
Telefone: +351 217 211 427  
Telefax: +351 217 211 584  
E-mail: [teresa.smartinho@banif.pt](mailto:teresa.smartinho@banif.pt)  
E-mail geral: [accionista@banif.pt](mailto:accionista@banif.pt) ou [investidor@banif.pt](mailto:investidor@banif.pt)

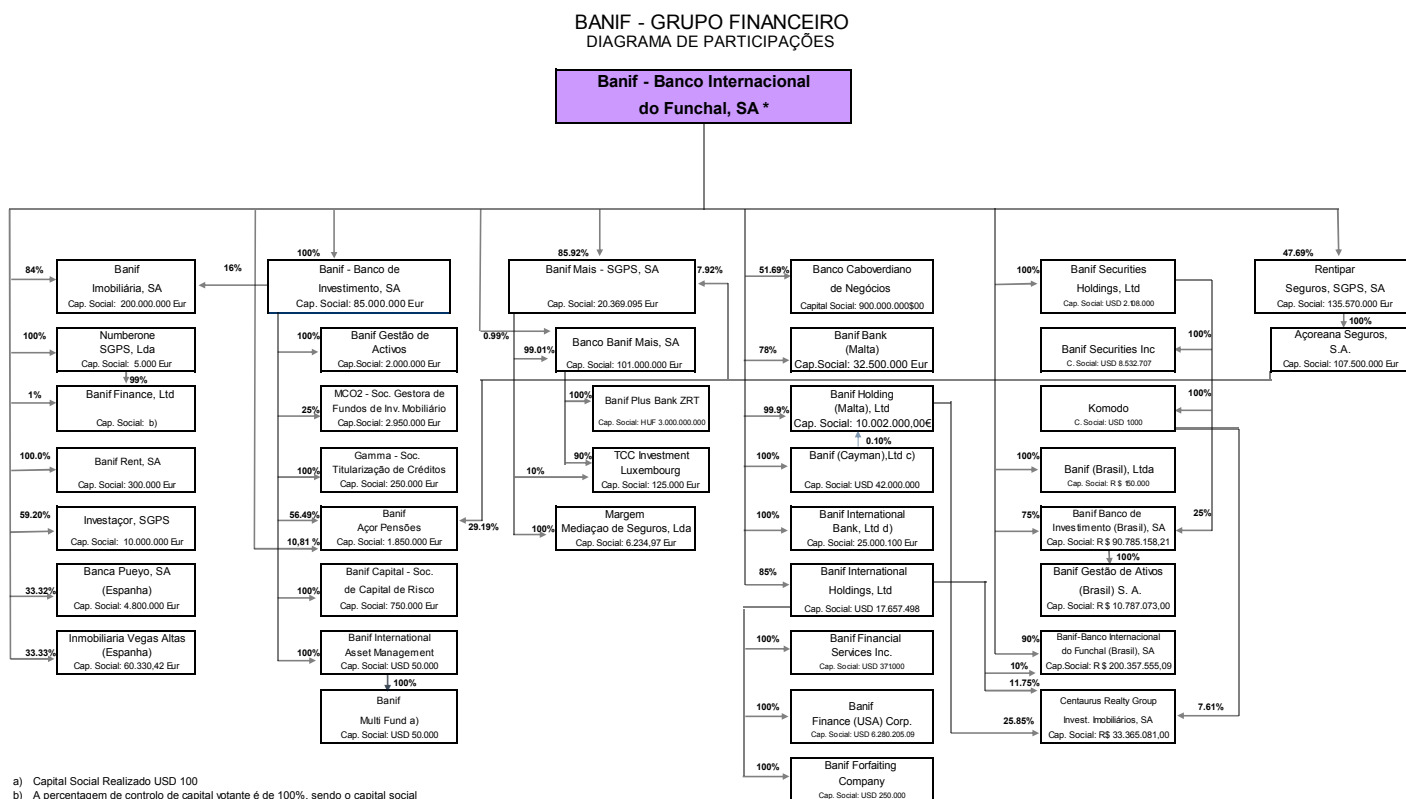
## 9.20 Estrutura organizativa

O Banif adoptou a seguinte estrutura para a sua organização interna:



A reestruturação societária levada a cabo no Grupo teve como objectivo a simplificação da estrutura organizacional e a redução do número de sub-holdings e subsidiárias. Neste contexto, foram eliminadas as sub-holdings Banif Comercial SGPS, S.A. e Banif Investimentos SGPS, S.A., e procedeu-se à fusão da Banif SGPS no Banif. O Banif é, desde 17 de Dezembro de 2012, a entidade de topo do Banif – Grupo Financeiro.

Abaixo o organograma das entidades compreendidas no Banif – Grupo Financeiro, a 31 de Março de 2013:



a) Capital Social Realizado USD 100

b) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 100.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e acções preferenciais sem voto: 50.000 acções-USD 0,01/acção e 68.517 acções-EUR 0,01/acção.

c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1. Esta sociedade entregou a licença bancária em 21/12/2012, pelo que deixou de desenvolver actividade bancária.

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01.

\* Foram consideradas as sociedades com maior relevância para o Grupo

Para mais informação, ver a secção 9.6 - “Principais actividades” do presente Capítulo.

As sociedades em que o Banif detém uma parte do capital susceptível de ter um efeito significativo na avaliação do seu próprio activo e passivo, situação financeira ou lucros e prejuízos, são as abaixo indicadas. Refira-se que os valores constantes dos quadros *infra* apresentados reportam-se à data de 31 de Dezembro de 2012.

Actividade em Portugal:

<b>Banif Mais SGPS</b>	
<b>Sede</b>	Av. 24 Julho, n.º 98, Lisboa
<b>Área de Actividade</b>	Sociedade Gestora de Participações Sociais ligada à actividade crédito especializado
<b>Capital Social</b>	20.369.095 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	20.369.095 Euros
<b>% de Participação directa</b>	85,92%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	85,92% (controlo)
<b>Valor contabilístico da participação</b>	225.965.587 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	243.138.324 Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	10.384.557 Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	76.018.572 Euros (aplicação em IC)
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	1.710.571 Euros (aplicação em IC)
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

<b>Rentipar Seguros SGPS</b>	
<b>Sede</b>	Av. Barbosa du Bocage, n.º 85, Lisboa
<b>Área de Actividade</b>	Sociedade Gestora de Participações Sociais ligada à actividade seguradora
<b>Capital Social</b>	135.570.000 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	135.570.000 Euros
<b>% de Participação directa</b>	47,69%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	47,69%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	84.166.300 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	3.435.293 Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	5.924.725 Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	-
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	-
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

<b>Banif Imobiliária</b>	
<b>Sede</b>	Avenida José Malhoa, n.º 22, Lisboa
<b>Área de Actividade</b>	Compra, venda, arrendamento e gestão imobiliária
<b>Capital Social</b>	200.000.000 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	200.000.000 Euros

<b>% de Participação directa</b>	84%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	100%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	123.743.825 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	(4.190.821) Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	(51.255.335) Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	510.750.000 Euros (suprimentos)
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	-
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

---

#### Banif Investimento

---

<b>Sede</b>	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14.º piso, Lisboa
<b>Área de Actividade</b>	Banca de Investimento
<b>Capital Social</b>	85.000.000 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	85.000.000 Euros
<b>% de Participação directa</b>	100%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	100%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	86.878.625 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	18.144.229 Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	(13.335.376) Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	140.808.446 Euros (aplicação e títulos)
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	5.784 Euros
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

---

#### Actividade Internacional

---

#### Banca Pueyo

---

<b>Sede</b>	Virgen de Guadalupe, n.º 2, Badajoz, Espanha
<b>Área de Actividade</b>	Banca comercial
<b>Capital Social</b>	4.800.000 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	4.800.000 Euros
<b>% de Participação directa</b>	33,32%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	33,32%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	34.569.833 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	84.934.000 Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	2.999.000 Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	-
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	-

<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	199.920 Euros
----------------------------------	---------------

---

<b>Banco Caboverdiano de Negócios</b>	
<b>Sede</b>	Avenida Amílcar Cabral, n.º 97, Praia, Cabo Verde
<b>Área de Actividade</b>	Banca Comercial
<b>Capital Social</b>	900.000.000 Escudos Caboverdianos
<b>Capital Subscrito</b>	900.000.000 Escudos Caboverdianos
<b>% de Participação directa</b>	51,69%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	51,69%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	5.129.647 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	2.179.718 Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	426.439 Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	10.546.929 Euros (aplicação em IC)
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	-
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

---

<b>Inmobiliária Vegas Altas</b>	
<b>Sede</b>	Parque de la Constitución, n.º 9, Badajoz, Espanha
<b>Área de Actividade</b>	Gestão imobiliária
<b>Capital Social</b>	60.330 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	60.330 Euros
<b>% de Participação directa</b>	33,33%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	33,33%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	2.499.633 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	1.604.180 Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	86.796 Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	-
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	-
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

---

<b>Banif Bank (Malta)</b>	
<b>Sede</b>	Rue D'Argens, n.º 203, Gzira, Malta
<b>Área de Actividade</b>	Banca Comercial
<b>Capital Social</b>	32.500.000 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	32.500.000 Euros
<b>% de Participação directa</b>	78%

<b>% de Participação directa e indirecta</b>	78%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	25.500.000 Euros
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	(11.165.649) Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	172.772 Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	5.454.752 Euros (aplicação em IC)
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	106.754.548 Euros (aplicação em IC)
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-

<b>Banif Holding (Malta) Ltd</b>	
<b>Sede</b>	Rue D'Argens, n.º 203, Gzira, Malta
<b>Área de Actividade</b>	Sociedade Gestora de Participações Sociais
<b>Capital Social</b>	10.002.000 Euros
<b>Capital Subscrito</b>	10.002.000 Euros
<b>% de Participação directa</b>	99,9%
<b>% de Participação directa e indirecta</b>	100%
<b>Valor contabilístico da participação</b>	-
<b>Outras Reservas + Resultados Transitados (consolidados)</b>	(16.670.217) Euros
<b>Resultado Líquido (consolidado)</b>	(1.407.540) Euros
<b>Crédito concedido pelo Banif</b>	580.823 Euros
<b>Crédito concedido ao Banif</b>	255.687.500 Euros
<b>Dividendos pagos ao Banif</b>	-



## 10 ANÁLISE DA EXPLORAÇÃO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

*Tendo presente que a contrapartida na Oferta consiste em valores mobiliários a emitir pelo Emitente e Oferente, procede-se de seguida à análise de rentabilidade e da situação financeira do Banif – Grupo Financeiro.*

*A análise que se apresenta de seguida deverá ser lida conjuntamente com os documentos de prestação de contas do Banif – Grupo Financeiro, incluindo balanços consolidados, demonstrações de resultados consolidados e respectivas anexos às demonstrações financeiras consolidadas, inseridas por remissão.*

*A análise efectuada neste Capítulo foi preparada com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do Banif – Grupo Financeiro relativas aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 e aos períodos de três meses findos em 31 de Março de 2013 e 2012 (demonstrações financeiras consolidadas que não foram objecto de auditoria ou de revisão limitada). As referidas demonstrações financeiras, incluindo os respectivos anexos às demonstrações financeiras consolidadas, podem ser consultadas no sítio da CMVM na internet ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) e no sítio do Banif na internet ([www.banif.pt](http://www.banif.pt)).*

*O relatório de actividades do período trimestral findo em 31 de Março de 2013, divulgado no dia 31 de Maio de 2013, encontra-se igualmente disponível para consulta no sítio da CMVM na internet ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) e no sítio do Banif na internet ([www.banif.pt](http://www.banif.pt)).*

*No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banif incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados comparativos são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS do período homólogo. A fusão da Banif SGPS com o Banif não altera a estrutura do Grupo e não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas. Por ausência de clarificação nas IFRS sobre a forma de tratar as concentrações de negócios entre entidades sob controlo comum, optou-se por utilizar o método da comunhão de interesses. De acordo com este método as contas consolidadas do Grupo mantiveram-se inalteradas, não tendo existido qualquer remensuração ou reconhecimento de novos activos ou passivos nas contas consolidadas. Deste modo, as contas consolidadas relativas aos exercícios de 2012 e 2011 são, em geral, comparáveis, apenas diferindo a identidade da empresa mãe do Grupo e determinadas reclassificações descritas na nota 2.2 das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012.*

*Em geral, os valores aqui apresentados relativamente ao exercício de 2012 são comparáveis, tendo no exercício de 2012 sido efectuadas as seguintes reclassificações: (i) reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica activos financeiros detidos para negociação para outros créditos e valores a receber, e (ii) reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica de outros activos ao justo valor através de resultados para outros créditos e valores a receber. Uma vez que um conjunto de títulos de dívida não cumpriam as características e objectivos de gestão desta carteira, a Sociedade considerou que o reconhecimento inicial dos títulos de dívida registados nas rubricas acima referidas não estava correcto, pelo que reclassificou estes títulos na rubrica de outros créditos e valores a receber, reexpressando o balanço comparativo. Esta reclassificação não teve impactos nos resultados do exercício de 2011.*

*No que concerne aos valores aqui apresentados relativamente ao exercício de 2011, os valores são comparáveis nos aspectos relevantes com os do exercício anterior. No exercício foram efectuadas as seguintes alterações: (i) alteração no reconhecimento das unidades de participação dos fundos de*

*investimento detidas por entidades externas ao Banif – Grupo Financeiro, passando o Grupo a reconhecê-las na rubrica de “Outros Passivos” e deixando de as reconhecer na rubrica de “Interesses que não controlam”, e (ii) alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio.*

*A presente análise contém perspectivas de evolução futuras que estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos e a incertezas. Os resultados efectivos e o momento da verificação dos eventos poderão divergir daqueles que são expressa ou implicitamente contidos nas perspectivas de evolução futura em resultado de diversos factores, incluindo os abaixo descritos e outros factores descritos no presente Prospecto, particularmente no Capítulo 0 - “Advertências” e no Capítulo 2 - “Factores de risco”.*

### **10.1 Panorâmica geral das actividades do Banif**

O Banif é um banco com 25 anos de existência no sector financeiro português, com uma rede de agências, em diversas geografias, e dispõe de um sistema de *e-banking* cada vez mais utilizado por clientes. O Banco oferece uma base alargada de produtos e serviços, para clientes particulares e empresariais, e adequa de forma constante esses produtos e serviços de acordo com as necessidades de mercado. O Banco é actualmente o líder de mercado na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores (fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico 03/2013; e Banif) e está presente junto das comunidades portuguesas da Venezuela e da África do Sul, disponibilizando um serviço personalizado e uma oferta diversificada de produtos.

No âmbito do processo de recapitalização do Banif, o Governo Português está a discutir com a Comissão Europeia o Plano de Reestruturação do Banco, cujos princípios fundamentais já se encontram estabilizados mas estando ainda sujeito à aprovação final pela Comissão Europeia, após avaliação das medidas de reestruturação propostas para o Banif e a sua compatibilidade com as regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia.

O Plano de Reestruturação está desenhado para que o Banif tenha capacidade de reembolsar o mais rapidamente possível a participação pública no seu processo de recapitalização, reorientando a sua estratégia comercial nos segmentos de clientes de maior valor acrescentado para o Banco, desinvestindo actividades consumidoras de capital e que não contribuem para a geração de resultados (actividades consideradas *non core*) e, em virtude desse desinvestimento, reduzir significativamente os seus custos de estrutura. Paralelamente, a gestão do desinvestimento das actividades consideradas *non core* será feita de forma progressiva ao longo dos próximos cinco anos, de forma a permitir obter os melhores resultados possíveis desse processo. Ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente”.

O ano de 2012 revelou-se um ano de viragem para o Banif. Como marco crítico para o desenvolvimento futuro do Banif – Grupo Financeiro, e no âmbito do processo de reestruturação societária em curso, procedeu-se à fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif, aprovada em Assembleia Geral realizada no dia 8 de Outubro de 2012, como passo essencial à simplificação do organograma do Grupo e à sua optimização e, em simultâneo, à criação das condições necessárias ao acesso ao investimento público por parte do Banif.

Na sequência da fusão através da qual a Banif SGPS foi incorporada no Banif, e com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2012, este tornou-se na *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro, cujas principais

actividades são levadas a cabo através de mais de 40 empresas que operam em variados sectores, incluindo banca, seguros, *leasing*, crédito ao consumo, corretagem, gestão de activos, imobiliário, *venture capital* e *trade finance*.

A actividade do sistema financeiro português desenvolveu-se em 2012 num ambiente económico particularmente adverso e exigente do ponto de vista macroeconómico, financeiro e regulamentar. Por um lado, a drástica deterioração da qualidade das carteiras de crédito conduziu à necessidade de reforço acentuado de imparidades do Grupo, e, por outro lado, tem-se assistido a uma significativa diminuição na margem financeira do Grupo e comissões devido à recessão económica, à necessidade de redução da concessão de crédito, associado ao processo de desalavancagem imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira ao Estado Português pelo Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, e ainda a um aumento do custo dos recursos de clientes, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários interbancários da Zona do Euro. Por sua vez, as restrições no acesso ao financiamento, as imposições regulamentares em termos de reforço dos níveis de capital, bem como a necessidade de se continuar a implementar medidas que conduzam à sustentabilidade das finanças públicas colocam, num contexto de elevada incerteza, desafios adicionais significativos para todos os *players*, mantendo-se uma perspectiva desfavorável para a actividade económica em 2013.

Tendo em conta este enquadramento, a nova equipa de gestão, mandatada em Março de 2012, iniciou, de imediato, um processo de revisão do modelo e do plano de negócios do Grupo, que deu origem a um plano estratégico que visa uma reestruturação transversal de toda a organização. Este novo posicionamento estratégico, vertido no Plano de Recapitalização aprovado em reunião da Assembleia Geral do Banco de 16 de Janeiro de 2013 e com base no qual assentou o investimento público realizado no Banif, visa, nomeadamente assegurar um regresso a níveis de rentabilidade sustentáveis, reforçar o balanço e, finalmente, manter o nível de capital adequado a um enquadramento económico e regulatório mais desafiador. Subsequentemente, e sem prejuízo da sua implementação em diversas vertentes, nomeadamente ao nível da estratégia comercial, ajustamento da estrutura e redução de custos, este plano estratégico tem vindo a ser objecto de renovada reflexão, nomeadamente, no contexto do diálogo mantido entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, tendente à conclusão do Plano de Reestruturação. A reflexão estratégica ao nível do Banif centra-se em áreas como estrutura corporativa, *governance*, *performance* operacional e revisão do portefólio de negócios, concretizando-se na aplicação de um extenso conjunto de medidas – tais como (i) um processo abrangente para a reorganização da estrutura societária; (ii) um plano estratégico detalhado para reposicionar o Grupo no segmento das PME, retalho nas Regiões Autónomas e segmentos *affluent* e *private* no continente; (iii) foco do negócio nos segmentos e regiões reconhecidamente mais rentáveis para o Grupo; (iv) desinvestimento das unidades internacionais, criando-se uma unidade de *legacy* que assegure a sua gestão de forma especializada e segregada; (v) um programa de desalavancagem profundo, a implementar no médio prazo, e (vi) racionalização da plataforma operacional, medidas que se espera venham a resultar num Grupo mais forte, mais focado nas suas capacidades distintivas e no reforço das suas vantagens competitivas. Não obstante, tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito do processo de investimento público e no Plano de Recapitalização, a estratégia a prosseguir pela administração deverá em qualquer dos casos respeitar tais compromissos (identificados na secção 9.3 - “*Plano de Recapitalização*” do Capítulo 9 - “*Informações sobre o Emitente e Oferente*”), enquanto a ajuda estatal não se encontrar integralmente reembolsada, bem como outros que possam vir a ser determinados como consequência do processo negocial entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia.

No âmbito do ambiente macroeconómico acima descrito, e no decurso do processo de recapitalização, o ano de 2012 foi igualmente caracterizado por um conjunto de iniciativas que visaram o robustecimento dos mecanismos de controlo e de carácter regulamentar, nomeadamente, inspecções das entidades supervisoras, a continuidade dos trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspecções (“SIP”), realizado no âmbito do PAEF, e a consequente concretização de diversos planos de acção para endereçar as recomendações e melhorias identificadas no mesmo.

No contexto do PAEF foram ainda realizadas, no decurso do ano de 2012, duas acções de inspecção ao Grupo:

- *Validation of Assets and Liabilities*, destinada a avaliar os principais activos e passivos do Grupo quer em Portugal, quer das suas subsidiárias no exterior; e
- *On-site Inspection Programme*, destinado a avaliar em particular as exposições aos sectores da construção e promoção imobiliária.

Em resultado destas inspecções, foram identificadas necessidades de reforço de reservas para imparidades do Banif, que o Grupo reconheceu, e que tiveram um impacto significativo nos seus resultados, tendo sido preservado o nível dos rácios de capital através do recurso ao investimento do Estado Português no âmbito da primeira fase do processo de recapitalização, que inclui um *buffer* prudencial.

Parcialmente em resultado do exposto, o Banif registou em 2012 um resultado líquido consolidado negativo de 576,4 milhões de euros. Estas perdas incluem a contabilização de custos não recorrentes relacionados com o processo de reestruturação actualmente em curso, e reflectem: (i) um reforço significativo de dotações para provisões e imparidades; (ii) a necessidade de prossecução do processo de desalavancagem imposto pelo PAEF; (iii) o aumento do custo dos recursos de clientes; (iv) o baixo nível das taxas de referência do mercado interbancário, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários da Zona Euro; (v) a redução na margem financeira e nas comissões, em resultado dos factores referidos anteriormente e ainda da redução do número de unidades operativas e da recessão económica.

O impacto negativo do aumento das provisões foi parcialmente compensado pelo desenvolvimento favorável nos custos de estrutura (gastos gerais administrativos e custos com pessoal) que, em 2012, registaram uma redução anual de 9,72%. Esta evolução reflectiu medidas de racionalização e optimização em curso, não obstante o reconhecimento, em 2012, de custos significativos relacionados com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores e da redução do número de pontos de venda. Os custos de estrutura (gastos gerais administrativos e custos com pessoal) registaram, no primeiro trimestre de 2013, uma redução anual de 16,2%, face ao primeiro trimestre de 2012.

O Banif reportou perdas consolidadas de €69,2 milhões durante o primeiro trimestre de 2013, penalizado pelo aumento das dotações para provisões e imparidades. A 31 de Março de 2013, o activo líquido do Banif – Grupo Financeiro totalizava €14.761 milhões, registando um crescimento de 5,5% face ao final do exercício de 2012, essencialmente devido à aquisição de títulos de dívida soberana portuguesa, enquadrada nos compromissos assumidos no âmbito do Plano de Recapitalização.

O rácio Core Tier I a 31 de Março de 2013 situou-se em 10,5% e tem em consideração a aprovação do Plano de Recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da primeira fase de recapitalização, com a entrada do Estado Português na estrutura accionista do Banif em 25 de Janeiro de 2013, através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como a subscrição de 400 milhões

de euros de instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos), qualificados como capital Core Tier I. A 31 de Março de 2013, o rácio de solvabilidade total situou-se em 11,1%.

## **10.2 Enquadramento macroeconómico**

### **Conjuntura internacional e europeia**

A economia mundial registou um abrandamento da actividade em 2012, confirmando que o processo de recuperação da crise económica e financeira se está a processar de forma muito gradual e desigual entre os vários blocos económicos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (“FMI”)<sup>1</sup>, a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, abaixo do crescimento de 3,9% registado em 2011. Apesar do abrandamento geral, a economia global continuou a apresentar um padrão muito desigual, com as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento a serem o motor do crescimento, onde a margem de manobra dos instrumentos de política monetária e orçamental terão permitido ultrapassar o impacto negativo da forte redução do crescimento das economias desenvolvidas, em particular na Zona Euro, que no seu conjunto terá registado um crescimento negativo em 2012 (-0,5%) e que terá terminado o ano em recessão.

O desempenho económico durante 2012 foi muito afectado por períodos de elevado aumento da incerteza e instabilidade financeira. No início do ano – em resultado da estabilização das condições financeiras na Zona Euro, na sequência das duas operações de refinanciamento a longo prazo do sector bancário levadas a cabo pelo BCE – o crescimento da economia global surpreendeu pela positiva, tendo ascendido, de acordo com o FMI<sup>2</sup>, a 3,6%.

No ano de 2012 ocorreram períodos de significativa volatilidade, com movimentos rápidos nos activos de risco. A necessidade de estancar estes episódios de extrema aversão ao risco, provocada pela relação estreita entre risco soberano e o sector bancário na Zona Euro, reforçou a ideia de que a saída para a crise passaria por um aprofundamento da integração europeia, nomeadamente com a criação da União Bancária. Neste sentido, o Conselho Europeu decidiu, no final de Junho de 2012, iniciar o processo tendente à criação de uma União Bancária proposta no relatório dos quatro presidentes (do Conselho Europeu, da Comissão Europeia, do Eurogrupo e do BCE), com o objectivo de restaurar a confiança no sector financeiro em geral e, dessa forma, promover uma maior integração financeira e assegurar um fluxo adequado de crédito à economia real.

Já no final do Verão, o presidente do BCE reforçou a ideia de que a solução para a crise do euro passaria por um maior grau de integração europeia e afirmou que a Zona Euro é irreversível. Neste contexto, o mesmo presidente garantiu que o BCE fará o que for necessário para salvaguardar a estabilidade do euro, ao que se seguiu o anúncio de um novo programa de compra de dívida soberana em mercado secundário (programa TMD – Transacções Monetárias Definitivas), após a reunião do Conselho do BCE no início de Agosto de 2012. Os mercados financeiros reagiram positivamente a este anúncio, assistindo-se a uma redução das taxas de rendibilidade da dívida pública dos países sob pressão e a uma subida dos principais índices accionistas no derradeiro trimestre do ano de 2012, em especial dos bancos. Esta melhoria do sentimento também impactou sobre o valor externo do euro, que inverteu a tendência de depreciação nominal efectiva registada desde o início de 2012.

---

<sup>1</sup> FMI, World Economic Outlook Update, 23 de Janeiro de 2013.

<sup>2</sup> FMI, World economic Outlook, Spring 2012.

A actividade económica na Zona Euro deteriorou-se de forma extensiva durante 2012, ao diminuir -0,5% em comparação com um crescimento de 1,5% em 2011. O crescimento económico em 2012 foi fortemente afectado pela redução de -0,6% no último trimestre, que afectou as economias alemã (-0,6%), francesa (-0,3%) e italiana (-0,9%). Este desempenho resultou de uma combinação de factores, incluindo condições financeiras persistentemente desfavoráveis, o processo de consolidação orçamental implementado em vários países europeus e a acentuada deterioração no *outlook* económico. A instabilidade financeira que se instalou nos países periféricos a partir do final do primeiro trimestre de 2012, coincidente com as tensões nos mercados de dívida soberana, em conjunto com níveis elevados de incerteza, alastrou a outras economias da Zona Euro através da deterioração da confiança do público e das empresas.

No entanto, no decurso do ano de 2012, o desempenho económico nos países da Zona Euro foi muito diversificado. O pior desempenho foi registado nos países periféricos como a Grécia (-6,5%), Portugal (-3,2%), Itália (-2,2%) e Espanha (-1,3%), enquanto que a Holanda e a Bélgica também registaram um crescimento negativo (de -0,9% e -0,2%, respectivamente). A França registou crescimento nulo e a Alemanha cresceu 0,7%, enquanto que a Irlanda cresceu 0,5%. Em conformidade com a recessão económica, as condições de emprego deterioraram-se de forma significativa, com um acentuado aumento nas taxas de desemprego, particularmente nas economias periféricas.

O primeiro trimestre de 2013 denotou uma maior confiança na economia global, que se reflectiu na subida verificada nos mercados de capitais. Não obstante, devido à incerteza acerca das acções dos bancos centrais e a continuada preocupação acerca da solidez da recuperação económica, a volatilidade tornou-se de novo evidente nos mercados financeiros, com as recentes reduções acentuadas nos mercados de capitais e os *yields* crescentes em instrumentos de rendimento fixo.

### **Política monetária**

A inflação manteve-se controlada durante 2012, permitindo a adopção, em 2012, de políticas expansionistas por parte dos Bancos Centrais de países como o Reino Unido, os EUA, o Japão e a Zona Euro. Com efeito, o Banco de Inglaterra, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos (“**Fed**”) e o Banco do Japão mantiveram as taxas de juro directoras em 2012 ao nível de final de 2010, ou seja, próximas de zero. Na Zona Euro, o BCE decidiu em Julho reduzir as taxas de juro oficiais em 25 pb, passando a taxa das operações principais de refinanciamento para 0,75%. O BCE reduziu ainda mais as taxas de juro oficiais em 25 pb em Maio de 2013, para 0,50%.

Para além das decisões sobre taxas de juro, os principais Bancos Centrais continuaram a tomar medidas não convencionais de política monetária. Neste particular, tanto a Fed, como o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão levaram a cabo políticas de *quantitative easing*, através das quais se procedeu à expansão do balanço das autoridades monetárias por intermédio de aquisição de dívida em mercado secundário. O Banco Central Europeu continuou, ao longo do primeiro semestre de 2012, a utilizar instrumentos de política monetária não convencionais, tendo encetado, no final de Dezembro 2011 e no final de Fevereiro de 2012, operações de refinanciamento de longo prazo para o sistema bancário e ao mesmo tempo que flexibilizou as regras de elegibilidade de colateral, de forma a aliviar as tensões no mercado de financiamento por grosso dos bancos. Estas operações, por retirarem do mercado uma enorme incerteza relativamente à capacidade de refinanciamento dos bancos na Zona Euro, tiveram o efeito de acalmar as tensões financeiras, ao mesmo tempo que aliviaram a pressão sobre os Estados soberanos. No entanto, a partir do segundo trimestre, novas pressões emergiram, ligadas à situação política na Grécia e à situação difícil do sistema bancário espanhol, que provocaram o recrudescer da pressão sobre os Estados soberanos da Zona Euro. Neste contexto, o BCE sinalizou a continuação de utilização de instrumentos não convencionais, com o objectivo de repor o

funcionamento dos mecanismos de transmissão da política monetária, tendo anunciado em Setembro de 2012 o programa de Transacções Monetárias Definitivas (TMD), que consiste na compra de dívida pública em mercado secundário nos prazos de um a três anos. Estas aquisições estão sujeitas à adesão de um programa com condicionalidade estrita por parte do país alvo das aquisições.

As autoridades monetárias das economias de mercado emergentes também adoptaram, ao longo de 2012, políticas monetárias acomodatórias, que se caracterizaram por descidas das taxas de juro e redução do coeficiente de reservas obrigatórias, como foi o caso do Brasil.

### **Conjuntura nacional**

A economia nacional continua enquadrada e condicionada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a União Europeia, os países da Zona Euro e o FMI, o qual pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização está a ser particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

De acordo com o INE, o PIB em Portugal registou uma queda de 3,2% em 2012, após uma diminuição de 1,7% no ano anterior, resultado de um contributo muito negativo da procura interna, apesar de um assinalável contributo positivo das exportações. Esta evolução negativa, que se verifica desde 2010, acentua o diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da Zona Euro, continuando a observar-se um processo de divergência real face aos níveis de rendimento *per capita* médios da UE.

O contributo negativo da procura interna deveu-se à forte contracção do consumo privado e do investimento empresarial. O consumo privado tem sido afectado pela deterioração do sentimento e das expectativas dos agentes económicos e pelas dificuldades de financiamento externo da economia, no quadro da crise da dívida soberana na Zona Euro.

De acordo com o Banco de Portugal, o consumo privado, depois de ter registado uma queda de 3,8% em 2011, apresentou outra diminuição em 2012 (5,6%), visível tanto na componente de bens duradouros como na componente de bens correntes. No que respeita aos bens duradouros, estes deverão voltar a registar uma queda muito pronunciada em 2012 (-22,9% o que eleva para 38% a diminuição acumulada desde 2011), enquanto o consumo corrente de bens e serviços deverá registar uma queda significativamente superior à observada no ano anterior (-4,2% face a -2,2% em 2011), sendo particularmente vincada na componente não alimentar.

A forte redução do consumo privado resulta de um processo de correcção de uma trajectória insustentável de crescimento deste agregado desde finais da década de 1990 e é essencialmente estrutural, reflectindo a ocorrência simultânea de três factores:

- i. A redução real do rendimento disponível, factor primordial nas decisões de consumo das famílias, que foi entendida em grande medida como permanente;
- ii. A incerteza quanto ao rendimento futuro, motivada pela contínua deterioração estrutural da situação no mercado de trabalho e das expectativas quanto à evolução da situação económica, o que conduziu ao aumento da poupança por motivos de precaução por parte das famílias;

- iii. O aumento na restritividade no acesso a novo crédito, que aumenta as restrições de liquidez das famílias.

Em consequência destes factores, a queda do consumo privado nominal em 2012 foi de dimensão superior à do rendimento disponível das famílias, pelo que se registou um aumento da taxa de poupança das famílias em 2012.

No que respeita ao consumo público, o comportamento foi muito similar ao do consumo privado, dada a natureza pró-cíclica da política orçamental. No quadro da consolidação orçamental, o consumo público em termos reais terá registado uma redução em 2012 (-3,9% em 2012, após -3,8% em 2011). Esta redução é extensível às despesas em bens e serviços, traduzindo em particular a evolução do consumo intermédio, às prestações sociais em espécie, bem como à diminuição das despesas com pessoal. Os efeitos da queda do consumo público sobre a actividade económica são significativos, já que a redução das despesas com pessoal tem como resultado a redução do rendimento dos funcionários públicos, o que contribui para a queda do consumo privado, enquanto a redução das prestações sociais em espécie implica uma quebra do rendimento que as famílias dispõem para consumir em bens privados. A redução do consumo de bens e serviços por parte das administrações públicas tem também impacto sobre o universo das empresas que operam nesses mercados, acentuando a contracção da actividade.

No que respeita ao investimento, a formação bruta de capital fixo (“**FBCF**”) registou uma evolução muito negativa em 2012 (quebra de 14,5% em 2012), em particular o investimento empresarial. A FBCF deverá apresentar em 2012 uma queda pelo quinto ano consecutivo, acumulando uma diminuição de cerca de 35% neste período. De acordo com o Banco de Portugal, a queda da FBCF deverá ter-se situado em 14,9% em 2012, acima da queda verificada no ano anterior. À semelhança do observado em 2011, a contracção em 2012 é partilhada tanto pela componente pública, associada ao processo de consolidação orçamental, como pela componente privada.

Quanto ao investimento público, o processo de consolidação em curso originou uma contracção acumulada superior a 45% desde 2011 e é previsível que continue a condicionar a evolução desta componente nos próximos anos.

O investimento em habitação deverá ter registado uma queda de quase 20% em 2012, acumulando uma redução superior a 60% desde o início da década de 2000, após o significativo dinamismo registado na segunda metade da década de 1990.

Por sua vez, a FBCF empresarial deverá registar uma diminuição de cerca de 12% em 2012, após quedas em torno de 9% nos anos anteriores (em termos acumulados, regista-se uma redução superior a 30% desde 2009).

A queda do investimento nos últimos anos tem consequências graves para a recuperação económica dado o papel essencial do investimento para o crescimento potencial da economia. Sem aumento do investimento não será possível repor a obsolescência do *stock* de capital, não permitindo aumentos sustentados no nível de produtividade e, consequentemente, no nível de vida dos portugueses.

As exportações de bens e serviços deverão registar um abrandamento em 2012, num contexto de deterioração da actividade económica global, nomeadamente nos principais parceiros comerciais de Portugal, em particular na Zona Euro. Não obstante esta desaceleração, as exportações de bens e serviços deverão continuar a crescer substancialmente acima da procura externa dirigida à economia portuguesa, o que reflecte um aumento da quota de mercado das exportações portuguesas.



O crescimento em volume das exportações em 2012 deverá reflectir, em grande medida, o aumento das exportações de bens, que registaram, de acordo com o INE, uma taxa de variação ligeiramente inferior à observada no ano anterior (5,8% em 2012 face a 8,0% em 2011). Esta evolução determinou um desagravamento do défice da balança comercial no montante de 533,7 milhões de euros. A taxa de cobertura situou-se em 81,2%, o que corresponde a uma melhoria de 3,2 p.p. face à taxa registada no mesmo período do ano anterior. As exportações de serviços, por seu turno, deverão registar uma forte desaceleração em 2012, em parte devido ao comportamento da componente outros serviços.

A trajectória de desaceleração das exportações nominais de bens iniciada no final do ano passado foi visível na generalidade dos produtos, com excepção dos produtos de média-baixa tecnologia. Neste último caso, assistiu-se a crescimentos muito acentuados no final de 2011 e início de 2012, reflectindo em particular as exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos e Espanha.

Por áreas geográficas, de salientar a manutenção do processo de diversificação geográfica das exportações. Ao nível intracomunitário, as exportações prosseguiram a tendência de abrandamento observada ao longo de 2011 e que se intensificou no início de 2012, tendo as expedições aumentado 1% em termos homólogos acumulados, em Dezembro de 2012. Esta desaceleração foi particularmente marcada nos principais parceiros comerciais de Portugal pertencentes à Zona Euro, com destaque para Espanha, que regista taxas de variação negativas, e a Alemanha, reflectindo sobretudo a evolução muito desfavorável das exportações de “Veículos e outro material de transporte”. Ao nível extracomunitário, as exportações de bens mantiveram o ritmo de crescimento muito forte, que se tem traduzido num aumento da sua importância nas exportações portuguesas. Em 2012 as exportações para os países terceiros aumentaram 19,8% face a 2011, em resultado das subidas registadas em “Metais comuns” e em “Máquinas e aparelhos”. De entre os países de destino extracomunitários, saliente-se a aceleração das exportações para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (“PALOP”), nomeadamente para Angola, e referentes a produtos de média-alta tecnologia, bem como o aumento expressivo das exportações para os Estados Unidos, em resultado da evolução das exportações de combustíveis. Destaque-se também o comportamento das exportações para a China, em particular de “Veículos e outro material de transporte”, com crescimentos muito significativos desde o final de 2011, o que se tem traduzido num aumento assinalável do respectivo contributo para o crescimento das exportações.

No que respeita ao turismo, o enquadramento externo mais desfavorável motivou um abrandamento em 2012 (crescimento em volume inferior a 6% após um aumento de 7,3% em 2011). Relativamente às exportações de outros serviços, verificou-se uma pronunciada desaceleração em 2012 (após uma taxa de variação de 5,6%, em termos reais, em 2011). Este comportamento é relativamente transversal em termos de tipo de serviço e de país de destino.

As importações de bens e serviços tiveram a sua evolução condicionada pelo desempenho das várias componentes da procura interna. De acordo com INE, o volume de importações de bens registou em 2012 uma queda de 5,4%, após uma redução de 5,3% em 2011. Esta evolução está em linha com a queda da procura global ponderada, em particular de algumas componentes da procura com elevado conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte. Por blocos regionais, verificou-se uma queda das importações intra-comunitárias (-7,9%), enquanto as importações extra-comunitárias registaram uma ligeira subida de 1,4%.

Em relação aos serviços, as importações nominais registaram uma diminuição de 7,5% durante 2012, após um aumento de 5,0% em 2011. À semelhança do observado no ano anterior, deverá registar-se uma redução da

taxa de penetração das importações na procura global em 2012, em linha com a evolução habitual em períodos de contracção da actividade económica.

No primeiro trimestre de 2013, o PIB apresentou em Portugal uma taxa de variação homóloga em volume de -4,0% (-3,8% no trimestre anterior) e uma variação de -0,3% face ao trimestre precedente. Neste período, a evolução do PIB traduziu um contributo negativo mais significativo da procura interna, enquanto a procura externa líquida apresentou um contributo positivo mais acentuado. O indicador de clima económico manteve em Abril o perfil positivo apresentado nos três meses anteriores, após ter registado o mínimo da série em Dezembro, enquanto o indicador de actividade económica, disponível até Março, registou uma redução menos intensa. O indicador quantitativo do consumo privado apresentou uma diminuição homóloga ligeiramente mais intensa em Março, reflectindo o contributo negativo mais significativo do consumo corrente. O indicador de FBCF diminuiu de forma menos acentuada em Março, em resultado da evolução negativa menos expressiva das componentes de material de transporte e de máquinas e equipamentos. Relativamente ao comércio internacional de bens, em termos nominais, as exportações e importações registaram variações homólogas de 0,3% e -7,2% em Março (0,9% e -5,5% no mês anterior), respectivamente.

### **Evolução dos preços**

A evolução dos preços em Portugal encontra-se enquadrada por dois factores de sinal contrário. Por um lado, o elevado hiato de produto que se verifica na economia portuguesa, com um nível de produto substancialmente abaixo do nível potencial, manifesta-se na sub-utilização dos factores produtivos, introduzindo pressões descendentes nos preços dos bens e nos custos do trabalho. Por outro lado, o processo de consolidação orçamental impôs uma realocação dos recursos públicos, tendo-se reduzido a subsidiação de preços de bens e serviços públicos, e a subida dos impostos indirectos, o que se traduziu no aumento das taxas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) aplicáveis a alguns produtos, o agravamento do imposto sobre o tabaco e o aumento do preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

Em 2012, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do IHPC, situou-se em 2,8%, representando um decréscimo de 0,8 pontos percentuais em relação ao valor observado em 2011. A taxa de variação do IPC total situou-se em 2,77% (3,65% em 2011).

No que respeita aos custos unitários do trabalho, estes deverão apresentar, de acordo com as estimativas do BdP, uma queda de 4,0% em 2012, depois da redução de 0,7% observada em 2011. Esta evolução traduz em larga medida a diminuição significativa das remunerações por trabalhador no total da economia, em particular no sector público administrativo, após uma redução média de 0,9% em 2011. A evolução das remunerações por trabalhador no conjunto da economia reflecte as medidas relativas aos salários no sector público, nomeadamente o congelamento das remunerações e a suspensão parcial dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos. Por seu turno, num quadro de deterioração das condições no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a atingir níveis historicamente elevados, estima-se que, no conjunto do sector privado, o crescimento das remunerações apresente igualmente uma redução (0,6%, após um aumento de 0,9% em 2011).

Nos primeiros quatro meses de 2013, o IPC e o IHPC registaram taxas de variação média nos últimos doze meses, de 1,7% e de 1,8%, respectivamente (2,0% em Março, em ambos os casos). O diferencial entre o IHPC de Portugal e o da Zona Euro situou-se em -0,4 p.p. em Abril (-0,3 p.p. em Março).

## **Mercado de trabalho**

Em 2012 prosseguiu a dinâmica de forte deterioração das condições do mercado de trabalho em Portugal, que se traduz numa forte quebra do nível de emprego, num aumento da taxa de desemprego e do desemprego estrutural e redução da população activa. De acordo com o INE, a população empregada registou um decréscimo de 4,2% em 2012 (menos 202,3 mil pessoas), enquanto a taxa de desemprego atingiu um máximo histórico de 16,9% no último trimestre do ano, um valor superior em 2,9 p.p. ao trimestre homólogo de 2011.

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, a população activa registou em 2012 um decréscimo de 0,9%, tendo a taxa de actividade da população em idade activa ascendido a 60,5% no último trimestre de 2012, uma redução de 0,4 p.p. em relação ao trimestre homólogo do ano anterior. Esta redução da população activa em Portugal está relacionada com as fortes quedas de emprego, dado que muitos dos trabalhadores que perderam o emprego terão passado directamente à inactividade ou terão mesmo deixado o país. Esta contracção da população activa pode colocar sérios riscos à capacidade de crescimento da economia a médio prazo, sobretudo se afectar trabalhadores com qualificações mais elevadas.

O crescimento do desemprego estrutural é uma das características da evolução da economia portuguesa na última década e resulta em grande parte do deficiente funcionamento das instituições do mercado de trabalho português e do baixo nível do capital humano da população activa. De acordo com o BdP, a taxa de natural de desemprego passou de 6,4% em 2000 para 11,5% em 2012.

No primeiro trimestre de 2013, a taxa de desemprego voltou a subir, situando-se em 17,7%. Este valor é superior em 2,8 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2012, e em 0,8 pontos percentuais ao do trimestre anterior.

## **Balança de pagamentos e financiamento da economia**

Nos últimos anos, mas com maior incidência a partir de 2011, assistiu-se a uma redução significativa das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. Após ter atingido 11,4% do PIB em 2008, o défice da balança corrente e de capital tem vindo a reduzir-se de forma assinalável, tendo a economia portuguesa registado em 2012 uma capacidade líquida de financiamento externo, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, de 1,3 mil milhões de euros, correspondente a 0,8% do PIB.

A evolução registada reflecte a conjugação da posição cíclica da economia com uma alteração estrutural na relação entre poupança e investimento, ou seja, uma nova redução do investimento e um aumento significativo da poupança interna. Esta evolução é também muito influenciada pela evolução do comércio internacional de bens. Dado o elevado nível da posição devedora de investimento internacional, este ajustamento deverá manter-se ao longo de vários anos.

A capacidade de financiamento externo em 2012 resultou de uma melhoria significativa da balança de bens e serviços, que registou um excedente de 111 milhões de euros, o que compara com um défice de -6,5 mil milhões de euros em 2011.

Apesar da progressiva melhoria da percepção de risco dos investidores internacionais, os agentes económicos continuaram a ter elevadas dificuldades no financiamento nos mercados internacionais. Neste contexto, o financiamento da economia portuguesa foi assegurado em parte pelo recurso dos bancos portugueses às operações de política monetária do BCE, que do ponto de vista do registo na balança financeira se tem traduzido num aumento significativo do passivo do outro investimento das autoridades monetárias associado à posição no sistema Target2.

Registou-se igualmente uma forte entrada líquida de fundos nas administrações públicas associada aos desembolsos do empréstimo obtido ao abrigo do PAEF. De referir, também, a entrada líquida de fundos associada às operações de privatização (reflectida na rubrica de investimento directo do exterior).

Em 2012, a posição de investimento internacional de Portugal, medida pela diferença entre o *stock* de activos e de passivos de natureza financeira, agravou-se em 11,2 pontos percentuais relativamente à posição observada em final de 2011, ascendendo a -192,8 mil milhões de euros, ou seja, -116,1% do PIB. A justificar esta evolução destaca-se sobretudo uma variação de preços negativa, reflexo da valorização de títulos emitidos pelo Estado Português e detidos por não residentes, não compensada pelo aumento de activos líquidos de Portugal face ao exterior registado na balança financeira.

No final de 2012, a dívida externa líquida situou-se em 164,6 mil milhões de euros, equivalente a 99,1% do PIB, ou seja, 12,8 p.p. acima do observado no final de 2011.

### **Política orçamental**

A política orçamental em 2012 reflectiu os compromissos assumidos e a estratégia de consolidação acordada no Programa de Assistência Económica e Financeira, que é avaliado trimestralmente. No âmbito da quinta avaliação do Programa de Assistência Económica e Financeira, e na sequência das conclusões do Eurogrupo de Julho de 2012, o objectivo para o défice das administrações públicas para 2012 foi revisto de 4,5% para 5,5% do PIB. Esta medida justificou-se, de acordo com a declaração conjunta da Troika, para permitir o funcionamento parcial dos estabilizadores orçamentais automáticos, num contexto de agravamento da contracção económica. De acordo com o Relatório do Orçamento do Estado para 2013 (“**OE2013**”), o novo objectivo para o défice em 2012 terá sido cumprido e o rácio da dívida pública em relação ao PIB ter-se-á situado em 122,5% no final do ano.

De acordo com o BdP, o atingimento do objectivo para o défice em 2012 vai traduzir-se numa variação do saldo primário estrutural corrigido de factores especiais de 3,3 p.p. do PIB (após um ajustamento de 3,5 p.p. em 2011). Assim, nos dois primeiros anos de vigência do PAEF, deverá ter-se registado um ajustamento estrutural orçamental sem precedentes, de magnitude próxima de 6,5 p.p. do PIB.

A consolidação orçamental esperada para 2012 decorre sobretudo da diminuição estimada para a despesa primária e, numa menor medida, de desenvolvimentos do lado da receita estrutural. De acordo com o Ministério das Finanças, o peso das medidas pontuais no défice deverá diminuir de 3,0% do PIB, em 2011, para 1,0% do PIB em 2012, traduzindo uma redução do défice de 7,4% do PIB em 2011 para 6,0% em 2012, excluindo o seu efeito. Do lado da receita, essas medidas pontuais deverão ter um impacto de 0,2%, reflectindo a receita proveniente do fundo de pensões do BPN e a receita adicional da sobretaxa de IRS introduzida em 2011. Do lado da despesa, estima-se que as medidas deverão ter um impacto de -0,8% do PIB e correspondem à concessão do serviço público aeroportuário e do leilão de frequências 4G, que abatem à despesa de capital, e à regularização dos pagamentos devidos à UE.

De referir que a redução da despesa primária estrutural reflecte essencialmente o impacto nas despesas com pessoal e com o pagamento de prestações sociais em dinheiro da medida de suspensão dos subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores do sector público e pensionistas. Esta medida, cujo efeito líquido explica aproximadamente 1,3 p.p. do ajustamento estrutural em 2012, deverá ser parcialmente revertida em 2013, na sequência da declaração da sua inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional.

### **Taxas de juro activas e passivas**

De acordo com os dados do BdP, as taxas de juro de novas operações de empréstimos registaram uma tendência de descida em 2012, invertendo, deste modo, a trajectória de subida registada nos dois anos precedentes. Em Dezembro de 2012, as taxas de juro médias de novos empréstimos concedidos a particulares e a sociedades não financeiras fixaram-se, respectivamente, em 6,17% e 5,69%, representando descidas de 60 e 81 pb face a Dezembro de 2011. Estas descidas foram, no entanto, inferiores às dos dois indexantes mais comuns – Euribor a 3 meses e a 6 meses – que apresentaram reduções nos valores médios mensais de 124 pb e 135 pb, respectivamente.

Em 2012, e em termos generalizados, o volume médio mensal de novos empréstimos a particulares em Portugal seguiu a tendência de redução que já se tinha verificado em 2011, situando-se em 626 milhões de euros, o que representa um decréscimo superior a 30% face a 2011, atingindo o nível mínimo em Junho de 2012, com um montante de 481 milhões de euros. Em Março de 2012, o volume de novos empréstimos foi mais elevado e a taxa de juro mais baixa, dado que foram realizadas operações de empréstimos, com valores significativos e taxas de juro reduzidas, a instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, incluídas no sector dos particulares. O volume de novos empréstimos a sociedades não financeiras atingiu o nível mínimo histórico em Agosto de 2012, com um montante de 2.676 milhões de euros. O montante médio mensal de novos empréstimos a sociedades não financeiras manteve-se praticamente inalterado relativamente a 2011.

No que respeita às remunerações dos novos depósitos em Portugal, assistiu-se em 2012 à inversão da tendência de subida registada nos últimos anos. Em Dezembro de 2012, as taxas de juro dos novos depósitos de particulares e sociedades não financeiras fixaram-se em 2,40% e 1,34%, respectivamente, representando reduções de 125 e 160 pb face a Dezembro de 2011. Na sequência da redução das taxas de juro, o volume médio mensal de novos depósitos contraiu-se 6,3% relativamente a 2011.

Esta tendência de redução ocorreu tanto nos depósitos das sociedades não financeiras como dos particulares, mas foi mais expressiva no caso destes últimos. O volume médio mensal de novos depósitos de particulares em Portugal foi 8.521 milhões de euros, menos 12,5% do que em 2011. O diferencial de taxas de juro entre depósitos de particulares e de sociedades não financeiras, positivo desde Outubro de 2011, aumentou em 2012.

Nos primeiros meses de 2013, é de assinalar a continuação da trajectória de redução das taxas de juro nas novas operações de depósito. Por seu turno, a continuação do processo de desalavancagem do sector privado não financeiro residente voltou a manifestar-se numa redução do crédito bancário concedido, contribuindo também para o ajustamento estrutural do balanço dos bancos para uma estrutura de financiamento mais sustentável e menos sensível a alterações na percepção de risco por parte dos investidores internacionais.

### **Mercado monetário e cambial**

O ano de 2012 registou momentos de elevada aversão ao risco e incerteza, sobretudo durante a primeira metade do ano, que depois se foram dissipando sobretudo em consequência da actuação decisiva do BCE, cortando as taxas de juro de referência em 25 pb em Julho de 2012 e em 25 pb em Maio de 2013, o que deixou a taxa oficial em 50 pb, e criando um mecanismo de compra de dívida soberana em mercado secundário, o programa TMD, em Setembro do mesmo ano. O funcionamento dos mercados interbancários continuou limitado, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas Euribor começaram o ano em queda na sequência das operações de cedência de liquidez a três anos por parte do BCE e acentuaram a queda no início do segundo semestre, com a antecipação do corte de taxas de juro e a estabilização dos níveis de aversão ao risco. A queda das taxas Euribor ao longo do ano foi mais acentuada no

prazo a 12 meses (134 pb) do que nos prazos mais curtos (a Euribor a 1 mês caiu 82 pb), tendo as taxas chegado ao final do ano em níveis mínimos históricos.

Em 2012, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade, com as moedas que habitualmente são procuradas pelos investidores por motivo de refúgio a terem desempenhos muito fortes, sobretudo face ao euro, na sequência da agudização da crise da dívida soberana, na primeira metade do ano. De facto, os receios de uma eventual desagregação da Zona Euro, assim como expectativas de corte de taxas por parte do BCE tiveram impacto negativo no euro, que passou de cerca de 1,34 face ao dólar, em Março de 2012, para cerca de 1,21, em Agosto do mesmo ano. A redução da aversão ao risco na segunda metade do ano, sobretudo a partir de Setembro de 2012, motivou uma forte recuperação do euro face ao dólar, que terminou o ano com uma apreciação de 1,8%. Relativamente ao iene, o euro registou uma depreciação de 12,9%, muito por força da forte depreciação do iene no quarto trimestre do ano.

Nos primeiros meses de 2013, manteve-se a tendência de depreciação do iene, suportada na política monetária extremamente expansionista do banco central, promovida com o objectivo de influenciar positivamente as expectativas inflacionistas e quebrar a deflação persistente na economia japonesa. Na Zona Euro, a decisão do BCE de reduzir em 25 pb a taxa de refinanciamento, e em 0% a taxa de depósito contribuiu para o recuo da moeda da Zona Euro face às principais divisas, nomeadamente face ao dólar norte-americano.

### **Mercado de obrigações**

Os mercados obrigacionistas foram condicionados, na primeira metade de 2012, pelo agudizar da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, o que provocou variações muito diferenciadas no desempenho das dívidas dos vários países. Neste contexto, a forte valorização da dívida alemã deveu-se ao aumento de procura por activos de refúgio, enquanto a dívida de países sob planos de assistência financeira, como Grécia e Portugal, ou ainda de outros países periféricos, como Espanha e Itália, apresentaram desvalorizações muito significativas. A melhoria do sentimento provocado pelo anúncio da criação do programa TMD por parte do BCE, assim como a aprovação final do Mecanismo Europeu de Estabilidade (“MEE”), na sequência da autorização por parte do tribunal constitucional alemão, concorreram para o aumento do apetite dos investidores por dívida de países sob *stress* financeiro, o que contribuiu para reverter os movimentos anteriores de “*flight-to-quality*”. Em Portugal, as taxas de rendibilidade implícita da dívida pública atingiram, no final do ano de 2012, valores mínimos desde o pedido de ajuda externo.

No mercado de crédito, o ano de 2012 foi positivo para a generalidade dos segmentos, com particular destaque para os segmentos de dívida financeira, que terminaram o ano com valorizações expressivas, tanto na categoria da dívida subordinada (o índice iTraxx Sub Fin valorizou 54%), como na categoria de dívida sénior (o índice iTraxx Sr Fin valorizou 49,3%).

O ambiente de ampla liquidez proporcionada por políticas monetárias fortemente expansionistas nas economias desenvolvidas conduziu as taxas de referência da dívida pública a dez anos para mínimos históricos na Alemanha e nos Estados Unidos da América. Em Portugal, os *spreads* da dívida pública estreitaram significativamente nos primeiros cinco meses do ano, beneficiando de um sentimento positivo nos mercados financeiros em geral. As *yields* a dez anos de dívida portuguesa estreitaram quase 100 pb em Maio, muito suportadas pela emissão de dívida a dez anos de Portugal (no montante de €3 mil milhões, à taxa implícita de 5,70%).

## **Mercado de acções**

Os mercados accionistas globais tiveram um comportamento favorável em 2012. No entanto, o desempenho ao longo do ano variou, em função de momentos de extrema aversão ao risco causados principalmente pela incerteza em torno dos desenvolvimentos na Zona Euro. Assim, no primeiro trimestre de 2012, os mercados globais registaram um forte desempenho, beneficiando da redução da aversão ao risco proporcionada pelas operações de cedência de liquidez a longo prazo por parte do BCE. Os mercados norte-americanos atingiram, ainda no final do primeiro trimestre, os valores mais elevados desde Maio de 2008 e os mercados europeus atingiram os seus valores máximos desde Fevereiro de 2011. No entanto, assistiu-se a uma forte correcção no segundo trimestre que, no caso europeu, levou os mercados a anular os ganhos desde o início de 2012. No caso dos países da periferia europeia, excepção feita à Irlanda, os índices accionistas encerraram o semestre a acumular fortes perdas, inclusive próximas dos 20% no caso de Espanha.

No entanto, no final do Verão, com as declarações do presidente do BCE e as decisões do Conselho Europeu, eliminou-se o principal risco que estava a afectar o sentimento dos mercados – o risco de colapso do euro – o que conduziu a uma forte apreciação dos mercados accionistas, em particular na Europa. O índice MSCI World encerrou o ano a valorizar 13,1%, uma valorização muito semelhante à registada nos mercados emergentes (com o índice MSCI EM a valorizar 13,9%), nos EUA (com o índice S&P500 a valorizar 13,4%) e na Europa (com o índice Euro Stoxx a valorizar 13,8%). De entre os mercados desenvolvidos, os melhores desempenhos situaram-se na Alemanha (29,1% do índice DAX) e no Japão (22,9% do índice Nikkei).

Em Portugal, o índice PSI-20 encerrou o ano de 2012 nos 5.655,15 pontos, mais 2,9% do que no final de 2011. A Jerónimo Martins (17,2%), a EDP (17%) e a Portugal Telecom (15,8%) foram os títulos com maior representatividade no índice. O valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou, em 2012, 33.036,3 milhões de euros, menos 22% do que em 2011. Nos mercados regulamentados, o volume de transacções desceu 16,8% face a Novembro e subiu 8,4% face a Dezembro do ano anterior, para 2.226,6 milhões de euros. No Euronext Lisbon, registou-se uma subida de 12,6%, enquanto que, no Mercado Especial de Dívida Pública (“**MEDIP**”), o volume transaccionado caiu 57%.

Os mercados accionistas dos países desenvolvidos continuaram com um sentimento positivo nos primeiros meses de 2013, apresentando valorizações muito expressivas até Maio. O índice PSI20 subiu 7,6%, o índice DAX valorizou-se 10%, e o IBEX 4,6%. No entanto, as maiores valorizações verificaram-se no mercado japonês, com o índice Nikkei a valorizar 45,6%. Nos Estados Unidos da América, os mercados atingiram máximos sucessivos ao longo dos primeiros meses do ano, tendo apresentado valorizações de 16,3% e 15,7% para os índices *Dow Jones* e S&P500, respectivamente. Os mercados emergentes, por seu turno, registaram nos primeiros cinco meses do ano um desempenho mais fraco, com particular destaque negativo para o mercado brasileiro, que registou uma queda de 10,1%.

### **10.3 Informação sobre tendências**

O ano de 2012 marcou um ponto de viragem no percurso do Banif – Grupo Financeiro. No final do ano de 2012 foi divulgado o acordo de princípio do Estado Português em participar no plano de recapitalização do Grupo, com recurso ao Fundo de Recapitalização constante do PAEF (enquadrado pela Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, conforme alterada). Essa decisão de recapitalização era necessária face ao imperativo de cumprimento dos rácios de capitais definidos pelo Banco de Portugal para 2012, e incluiu: (i) um investimento público no montante de 1.100 milhões de euros, composto por um aumento do capital social do Banif reservado ao Estado, no montante de 700 milhões de euros e uma emissão de instrumentos

subordinados e convertíveis, qualificados como capital Core Tier I, no valor total de 400 milhões de euros; e (ii) um novo aumento do capital social do Banif, no montante de até 450 milhões de euros, dos quais €100 milhões são objecto da presente Oferta.

O processo de recapitalização tem, assim, por base um apoio transitório do Estado, num prazo máximo de cinco anos, e envolverá um ambicioso processo de reestruturação do modelo de negócio e de foco nos principais segmentos de actividade do Banco.

Este Plano de Recapitalização foi aprovado em reunião de Assembleia Geral de accionistas realizada no dia 16 de Janeiro de 2013. Na sequência de uma notificação efectuada em 11 de Janeiro de 2013 por parte do Estado Português, a Comissão Europeia avaliou as medidas de recapitalização, à luz das suas regras em matéria de auxílios estatais para as recapitalizações bancárias durante a crise, aprovando-as temporariamente.

Nesse contexto, foi concluída no dia 25 de Janeiro de 2013 a primeira fase do processo de recapitalização com a concretização do investimento público no montante de 1.100 milhões de euros. O Grupo está fortemente empenhado em concluir com sucesso a segunda fase do processo de recapitalização. Esta segunda fase do Plano de Recapitalização, que teve início em 26 de Junho de 2013, com o aumento de capital de €100 milhões, integralmente subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, prevê um aumento suplementar do capital social do Banif, no montante de €350 milhões, tendo o Banif solicitado ao Estado Português a alteração e reescalonamento dos prazos de realização da operação.

No âmbito do processo de recapitalização do Banif, o Governo Português apresentou à Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia o Plano de Reestruturação para o Banif, cujos princípios fundamentais já se encontram estabilizados mas estando ainda sujeito a discussão e aprovação final pela Comissão Europeia, após avaliação das medidas de reestruturação propostas para o Banif e a sua compatibilidade com as regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia.

O Plano de Reestruturação está desenhado para que o Banif tenha capacidade de reembolsar o mais rapidamente possível a participação pública no seu processo de recapitalização, reorientando a sua estratégia comercial nos segmentos de clientes de maior valor acrescentado para o Banco, desinvestindo actividades consumidoras de capital e que não contribuem para a geração de resultados (actividades consideradas *non core*) e, em virtude desse desinvestimento, reduzir significativamente os seus custos de estrutura. Paralelamente, a gestão do desinvestimento das actividades consideradas *non core* será feita de forma progressiva ao longo dos próximos cinco anos, de forma a permitir obter os melhores resultados possíveis desse processo. Ver a secção 9.4 - “Plano de Reestruturação” do Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente”.

Na Assembleia Geral de accionistas do Banif realizada em 25 de Junho de 2013 foi deliberado, no âmbito do Plano de Recapitalização, autorizar o Conselho de Administração a aumentar o capital social do Banco em até €450.000.000 mediante a emissão de até 45.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário. No âmbito desta autorização, o Conselho de Administração em reunião havida em 27 de Junho de 2013, deliberou proceder ao aumento de capital, realizado através da OPS de Acções, no montante de até €100.000.000 mediante a emissão de até 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em numerário.



2012 foi ainda o ano em que teve lugar a mudança das equipas de gestão do Grupo, bem como do respectivo modelo de governo, no sentido de uma maior coesão e integração entre as principais unidades de negócio, sobretudo ao nível doméstico. Este processo passa igualmente por uma profunda reestruturação societária, ainda em curso, na qual o Banif assumiu já o papel de instituição de topo do Grupo, após a fusão com a Banif SGPS.

A nova equipa de gestão reafirma assim o compromisso do Grupo para com os objectivos do Plano de Recapitalização e do Plano de Reestruturação, nomeadamente quanto à estratégia de adequação da estrutura de negócios e de custos face ao novo enquadramento macroeconómico, à desalavancagem do balanço, à manutenção da captação de recursos na sua rede e à recomposição do portefólio de geografias onde está presente, com o objectivo de otimizar a gestão do consumo de capital, permitindo o reembolso dos valores investidos pelo Estado Português nas condições previstas.

O plano estratégico, que se consubstancia no processo de reestruturação do Grupo, está totalmente focado na criação de valor com vista ao regresso a níveis sustentáveis de rentabilidade e o reforço da solvência e da liquidez, melhorando simultaneamente os níveis da qualidade dos serviços prestados e, logo, o nível de satisfação dos seus clientes.

#### 10.4 Resultados do primeiro trimestre de 2013

##### *Demonstração de resultados*

	31.03.2013	31.03.2012 (*)	%
	<b>(milhões de euros)</b>		
Juros e rendimentos similares .....	153,7	216,9	(29,1)%
Juros e encargos similares.....	(124,1)	(173,0)	(28,3)%
<b>Margem financeira .....</b>	<b>29,6</b>	<b>43,8</b>	<b>(32,5)%</b>
Rendimentos de instrumentos de capital.....	0,1	0,0	-
Rendimentos de serviços e comissões .....	19,3	20,7	(6,9)%
Ganhos e perdas em operações financeiras.....	2,5	(0,4)	-
Outros resultados de exploração .....	5,0	3,1	63,4%
<b>Produto da actividade.....</b>	<b>56,4</b>	<b>67,2</b>	<b>(16,1)%</b>
Custos com pessoal.....	(37,2)	(41,2)	(9,7)%
Custos gerais administrativos .....	(23,4)	(31,1)	(24,8)%
Depreciações e amortizações .....	(7,4)	(8,3)	(11,0)%
Provisões líquidas de reposições e anulações .....	(0,9)	(1,0)	(7,0)%
Imparidade de crédito líquida de reversões.....	(73,7)	(67,7)	8,9%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	(4,3)	(0,5)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões.....	(4,1)	(1,6)	161,5%
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial) .....	0,0	(0,3)	(98,4)%
<b>Resultados antes de impostos.....</b>	<b>(94,6)</b>	<b>(84,4)</b>	<b>12,0%</b>
Impostos .....	24,5	9,6	154,6%
<b>Resultados após impostos.....</b>	<b>(70,1)</b>	<b>(74,8)</b>	<b>(6,3)%</b>
Interesses que não controlam.....	0,9	(1,1)	(182,5)%
<b>Resultado líquido do período .....</b>	<b>(69,2)</b>	<b>(75,9)</b>	<b>(8,9)%</b>

## Balanço

	31.03.2013	31.12.2012
	(milhões de euros)	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	161,81	184,1
Disponibilidades em outras instituições de créditos .....	172,9	210,1
Activos financeiros detidos para negociação .....	223,3	214,7
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	79,6	79,3
Activos financeiros disponíveis para venda .....	1.789,5	755,6
Aplicações em instituições de crédito .....	202,3	367,5
Crédito a clientes .....	9.599,2	9.816,0
Investimentos detidos até à maturidade .....	154,9	36,3
Activos com acordo de recompra .....	37,3	26,2
Activos não correntes detidos para venda .....	439,5	403,1
Propriedades de investimento .....	918,5	924,4
Outros activos tangíveis .....	298,0	307,0
Activos intangíveis .....	25,0	26,3
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	122,0	118,6
Activos por impostos correntes .....	16,3	17,2
Activos por impostos diferidos .....	266,2	248,6
Outros activos .....	254,6	257,3
<b>Total do Activo .....</b>	<b>14.761,0</b>	<b>13.992,3</b>
Recursos de bancos centrais .....	3.335,1	2.804,1
Passivos financeiros detidos para negociação .....	112,4	116,2
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados .....	15,0	14,0
Recursos de outras instituições de crédito .....	369,1	689,1
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	7.314,9	7.750,4
Responsabilidades representadas por títulos .....	1.634,3	1.706,4
Provisões .....	32,9	31,3
Passivos por impostos correntes .....	4,3	5,9
Passivos por impostos diferidos .....	48,6	63,1
Instrumentos representativos de capital .....	402,0	2,0
Outros passivos subordinados .....	225,6	228,1
Outros passivos .....	269,2	205,5
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>13.763,3</b>	<b>13.616,1</b>
Capital social .....	1.270,0	570,0
Prémios de emissão .....	104,6	104,6
Outros instrumentos de capital .....	95,9	95,9
Acções próprias .....	(0,1)	(0,1)
Reservas de reavaliação .....	(3,9)	(2,1)
Outras reservas e resultados transitados .....	(477,1)	100,1
Resultado do período .....	(69,2)	(576,4)
Interesses que não controlam .....	77,5	84,2
<b>Total do Capital .....</b>	<b>997,7</b>	<b>376,2</b>
<b>Total do Capital + Passivo .....</b>	<b>14.761,0</b>	<b>13.992,3</b>

## Rácios principais

	31.03. 2013	31.03.2012 (*)	%
	(milhões de euros)		
<b>Resultados</b>			
Receitas operacionais .....	56,4	67,2	-16,1%
Custos operacionais (excluindo depreciações e amortizações) .....	60,6	72,3	-16,2%

	31.03. 2013	31.03.2012 (*)	%
		(milhões de euros)	
Provisões & imparidades .....	83,0	70,8	17,2%
<i>Portugal</i> .....	4,3	55,2	-92,2%
<i>Internacional</i> .....	78,7	15,6	404,5%
Resultado líquido .....	-69,2	-75,9	-8,9%
<b>Balanço</b>	<b>31.03. 2013</b>	<b>31.03.2012</b>	
Activo líquido total .....	14.761,0	13.992,3	5,5%
Carteira de crédito bruta .....	10.782,0	10.914,3	-1,2%
Recursos de clientes em balanço .....	8.339,6	8.691,3	-4,0%
Depósitos .....	7.314,9	7.750,4	-5,6%
<b>Qualidade dos activos</b>			
Crédito em atraso superior a 90 dias/Carteira de crédito bruta .....	12,9%	12,3%	0,6pp
Imparidades por perdas em contratos de crédito /créditos em atraso > 90 dias .....	84,9%	81,7%	3,2pp
<b>Liquidez</b>			
Financiamento líquido do BCE .....	3.335,1	2.804,1	18,9%
Rácio empréstimos/depósitos <sup>(1)</sup> .....	131,2%	126,7%	4,6pp
<b>Capital</b>			
Total rácio de capital <sup>(1)</sup> .....	11,1%	11,8% <sup>(2)</sup>	-0,7pp
Rácio Core Tier I <sup>(1)</sup> .....	10,5%	11,2% <sup>(2)</sup>	-0,7pp

<sup>(1)</sup> Conforme definição do Banco de Portugal.

<sup>(2)</sup> Conforme definição do Banco de Portugal e considerando o efeito da recapitalização por parte do Estado Português, realizada em 25 de Janeiro de 2013. Face às metas regulamentares definidas pelo Banco de Portugal para rácio Core Tier I de Dezembro de 2012 (os 10% estabelecidos no Aviso n.º 3/2011), o Grupo deliberou recorrer a fundos públicos, ao abrigo da Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), para a recapitalização do Banco. Em 31 de Dezembro de 2012, o Estado Português anunciou o seu acordo de princípio à participação no Plano de Recapitalização do Banif, após devida apreciação e parecer favorável do Banco de Portugal. Em Janeiro de 2013, em consequência do acordo de Dezembro de 2012, foi concretizada a entrada do Estado na estrutura accionista do Banco e o reforço dos seus fundos próprios, através da subscrição de €700 milhões de acções especiais e de €400 milhões de CoCos. Neste contexto, mostrou-se mais relevante a divulgação dos referidos rácios relativos a 2012 já com a inclusão dos efeitos da operação de recapitalização, permitindo assim evidenciar que foram alcançados, em Janeiro de 2013, os objectivos que estiveram na base desse mesmo processo (adequação desses rácios às exigências regulamentares).

(\*) No âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a empresa mãe do Banif – Grupo Financeiro. Os dados comparativos apresentados neste Prospecto e nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 são referentes às contas consolidadas da Banif SGPS dos exercícios de 2011 e 2010, quando esta última era a *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro. A fusão da Banif SGPS com o Banif não alterou a estrutura do Grupo, não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas, e não exige uma reexpressão das contas consolidadas do Grupo.

Os resultados líquidos consolidados do Banif no primeiro trimestre de 2013 situaram-se em -69,2 milhões de euros, o que compara com -75,9 milhões de euros, em base consolidada, no primeiro trimestre de 2012. Para estes resultados contribuiu o reforço das dotações líquidas para imparidade de crédito no montante de 73,7 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2013, face aos 67,7 milhões de euros contabilizados no final do primeiro trimestre de 2012.

A margem financeira no período em causa foi adversamente afectada pelo reduzido nível das taxas de juro de mercado, com a Euribor a atingir mínimos históricos, e pela forte diminuição da actividade creditícia em 2012, o que afectou negativamente a margem activa em 2013. Inversamente, em consequência da disciplina em termos de custos de financiamento, o resultado líquido beneficiou da redução nos custos dos depósitos. Contudo, os custos de financiamento foram negativamente afectados pelo custo dos instrumentos híbridos

subscritos nos termos da ajuda estatal. Em suma, a combinação dos presentes efeitos resultou numa diminuição do resultado líquido no período em causa.

O Banco foi capaz de colocar efectivamente em prática um rígido programa de redução de custos, o que resultou numa diminuição dos custos de estrutura (gastos gerais administrativos e os custos com pessoal) em 16,2% face ao primeiro trimestre de 2012, de 72,3 milhões de euros para 60,6 milhões de euros.

Os depósitos diminuíram em 5,6% quando comparados com o montante existente em 31 de Dezembro de 2012. Esta diminuição foi causada pela redução dos depósitos realizados pelo Governo e entidades administrativas centrais (no contexto do Plano de Recapitalização) e pela alteração na política de preços dos depósitos. Pelo que, o rácio empréstimos/depósitos melhorou significativamente de 126,7% em 31 de Dezembro de 2012 para 131,2% em 31 de Março de 2013, apesar da redução líquida dos empréstimos líquidos de clientes de 2,2% quando comparado com o período homólogo de 2012.

O rácio de capital Core Tier I atribuível a 31 de Março de 2013 situou-se em 10,5% e o rácio de solvabilidade total situou-se em 11,1%. O rácio Core Tier I foi adversamente afectado pelos resultados líquidos negativos obtidos no primeiro trimestre de 2013, que foram influenciados pelo forte aumento das dotações para provisões e imparidades, largamente influenciado pelo negócio no Brasil.

O processo de discussão em curso com a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia relativa ao Plano de Reestruturação irá definir os próximos passos a ser implementados pelo Banif com vista a reposicionar e refocar as operações do Banco no sistema financeiro português.

O activo líquido do Banif totalizava 14.761 milhões de euros a 31 de Março de 2013, registando um crescimento de 5,5% face ao final do exercício de 2012, essencialmente devido a aquisição de títulos de dívida soberana portuguesa no contexto do Plano de Recapitalização.

## **10.5 Período de três meses findo em 31 de Março de 2013 comparado com o período de três meses findo em 31 de Março de 2012**

### ***Demonstração de Resultados***

O produto da actividade do Banif foi de 56,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2013, registando uma diminuição de 16,1% no primeiro trimestre de 2012, o que se deveu fundamentalmente às três seguintes razões:

- Diminuição de 32,5% na margem financeira, para 29,6 milhões de euros, que reflecte sobretudo a redução da actividade creditícia iniciada em 2012, o reduzido nível das taxas de juro de curto prazo que servem como indexante ao crédito e os custos com instrumentos de capital Core Tier I (CoCos);
- Diminuição de 6,9% nas comissões (líquidas), para 19,3 milhões de euros, devido à diminuição da actividade bancária;
- Aumento em outros proveitos de 3,1 milhões para 5,0 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2013, e um aumento de 2,8 milhões de euros nos resultados em operações financeiras, que beneficiou de ganhos na venda de títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Os custos de estrutura (gastos gerais administrativos e os custos com pessoal) totalizaram 60,6 milhões de euros, diminuindo 16,2% face ao primeiro trimestre de 2012, reflectindo as medidas de racionalização e

optimização adoptadas pelo Grupo, incluindo poupança de custos em resultado do processo de rescisão por mútuo acordo com trabalhadores, da reorganização da rede de distribuição através do encerramento da rede de agências, da renegociação de contratos com fornecedores e da redução das despesas de representação.

As provisões e imparidades líquidas aumentaram em 17,4% durante o primeiro trimestre de 2013, atingindo 83 milhões de euros. As provisões e imparidades da carteira de crédito atingiram o montante de 73,7 milhões de euros. O Grupo constituiu ainda imparidades no montante de 4,2 milhões de euros para fundos de investimento, de 2,5 milhões de euros para imóveis recebidos por reembolso de crédito e de 1,7 milhões de euros relativos a outros activos.

Os resultados líquidos obtidos pelo Banif no primeiro trimestre de 2013 atingiram -69,2 milhões de euros, o que compara com -75,9 milhões de euros, em base consolidada, no período homólogo de 2012. De salientar a evolução ao nível do negócio doméstico, cujo resultado líquido registou uma melhoria significativa, no valor de -6,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2013, em comparação com o valor consolidado de -49,1 milhões de euros, no final do primeiro trimestre de 2012. A evolução menos favorável do negócio internacional está largamente relacionada com os ajustes extraordinários realizados no que respeita às subsidiárias no Brasil. A melhoria registada no negócio doméstico deveu-se essencialmente a um esforço bastante significativo em termos de redução de custos, bem como, a um menor montante relacionado com dotações para imparidade.

### **Balanço**

O activo líquido totalizava 14.761,0 milhões de euros a 31 de Março de 2013, registando um crescimento de 5,5% face ao final do exercício de 2012, essencialmente devido a aquisição de títulos de dívida soberana portuguesa no montante aproximado de 1,2 mil milhões de euros na sequência do aumento de capital e da emissão CoCos pelo Estado Português no contexto do Plano de Recapitalização.

O crédito bruto concedido a clientes atingiu 10.782,0 milhões de euros a 31 de Março de 2013, diminuindo cerca de 1,2% em comparação com 31 de Dezembro de 2012. O crédito a particulares registou uma diminuição de 0,2% no período em causa, para 5.016,8 milhões de euros, e o crédito a empresas diminuiu 4,8%, para 4.122,6 milhões de euros. No final de Março de 2013, o crédito vivo a particulares representava 46,5% do total de crédito concedido, enquanto que o crédito vivo a empresas representava 38,2%.

	31.03.2013	31.12.2012
	(milhões de euros)	
Crédito a Empresas .....	4.122,6	4.330,3
Crédito a Particulares.....	5.016,8	5.029,0
Habitação .....	3.199,8	3.239,0
Consumo .....	673,2	665,0
Outros .....	1.143,8	1.125,0
Outros .....	1.642,7	1.550,0
	<b>10.782,0</b>	<b>10.914,3</b>

A deterioração da qualidade de crédito reflecte a exposição acima da média do segmento empresarial do Banif e, em especial, ao sector da construção e imobiliário fortemente afectados pela redução da actividade económica e pela contracção do consumo rendimento disponível. Em 31 de Março de 2013, o crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total situou-se em 12,9%. Por sua vez, houve um reforço significativo do rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades que, a 31 de Março de 2013, se situou em 84,9% (e que compara com 81,7% a 31 de Dezembro de 2012).

Os recursos de clientes em 31 de Março de 2013 ascendiam a 7.314,9 milhões de euros, diminuindo 5,6% em comparação com 31 de Dezembro de 2012. Esta diminuição é explicada por uma redução dos depósitos de entidades estatais e administração central (contrapartida da operação de recapitalização) e redefinição da política de *pricing* dos depósitos inserida na estratégia de redução de custos de financiamento. Quanto aos recursos “fora de balanço”, o seu total ascendia a 2.275,3 milhões de euros a 31 de Março de 2013, reflectindo um aumento de 5,2% face a 31 de Dezembro de 2012.

	31.03.2013	31.12.2012	%
	(milhões de euros)		
<b>Recursos Totais de Clientes no Balanço</b>	<b>8.339,6</b>	<b>8.691,3</b>	-4,0%
Depósitos.....	7.314,9	7.750,4	-5,6%
Outros Débitos.....	1.024,7	940,9	8,9%
<b>Recursos de Clientes fora de Balanço</b>	<b>2.275,3</b>	<b>2.163,0</b>	5,2%
	<b>10.614,9</b>	<b>10.854,3</b>	-2,2%

A 31 de Março de 2013, o rácio de transformação de depósitos em crédito (crédito líquido/depósitos) atingiu 131,2%. A exposição líquida ao BCE aumentou 531 milhões de euros, comparativamente a 31 de Dezembro de 2012, totalizando 3.335,1 milhões de euros. Adicionalmente, o Banif – Grupo Financeiro dispõe de 608 milhões de euros de activos disponíveis para desconto junto do BCE. O aumento da exposição ao BCE reflecte a amortização de uma emissão garantida pelo Estado no montante de 300 milhões de euros (não elegível para o BCE mas utilizada em operações de *repo*), a redução dos depósitos de entidades estatais/administração central, em cerca de 115 milhões de euros, e a estratégia de redução dos custos de financiamento.

Os primeiros dois factores *supra* referidos estão relacionados com o Plano de Recapitalização.

Os capitais próprios, deduzidos de interesses minoritários, registaram um aumento de 215,2% face a Dezembro de 2012, ascendendo a 920,2 milhões de euros no final do exercício do primeiro trimestre de 2013, explicado essencialmente pelo aumento de capital de 700 milhões de euros reservado ao Estado; resultado acumulado do primeiro trimestre de 2013 (-69,2 milhões de euros); diminuição das reservas de reavaliação (-1,8 milhões de euros).

Não se registaram alterações significativas na situação financeira e nos resultados de exploração do Banif após 31 de Março de 2013.

## 10.6 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 comparado com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

O Banif obteve em 2012 um resultado líquido consolidado negativo de 576,4 milhões de euros. Neste período, a actividade do Grupo desenvolveu-se num cenário macroeconómico extremamente difícil, condicionado pelo ambiente de forte contracção económica, com redução do consumo privado, aumento do nível de desemprego e consequente aceleração do ritmo de degradação do risco de crédito das empresas e particulares. Adicionalmente, os resultados foram também influenciados por ajustamentos contabilísticos extraordinários relacionados com as acções de inspecção especiais realizadas no âmbito do processo de recapitalização, que se reflectiram num forte aumento das dotações para provisões e imparidades.

Desta forma, os resultados obtidos pelo Banif incluem a contabilização de custos não recorrentes relacionados com o processo de reestruturação actualmente em curso, e reflectem: (i) um reforço significativo de dotações para provisões e imparidades; (ii) a necessidade de prossecução do processo de desalavancagem imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira; (iii) o aumento do custo dos recursos de clientes; (iv) o baixo nível das taxas de referência do mercado interbancário, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários da Zona Euro; e (v) a redução na margem financeira e nas comissões, em resultado dos factores referidos anteriormente e ainda da redução do número de unidades operativas e da recessão económica.

Importa destacar a evolução bastante favorável dos custos de estrutura (gastos gerais administrativos e custos com pessoal) do Grupo que, até Dezembro de 2012, registaram uma redução anual de 9,72%. Esta evolução reflecte medidas de racionalização e optimização em curso – através, por exemplo, do encerramento de sucursais e da redução do número de pontos de venda – não obstante o reconhecimento, em 2012, de custos significativos relacionados com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores.

## **Análise de resultados**

### ***Demonstração de resultados***

O produto da actividade do Grupo atingiu 184,2 milhões de euros no final do exercício de 2012, registando uma diminuição de 67,2% em termos homólogos e que se deveu fundamentalmente a:

- Uma diminuição de 37,7% na margem financeira, para 172,8 milhões de euros, que reflecte sobretudo (i) a saída do perímetro de consolidação, no final de 2011, da Banif Corretora de Valores e Câmbio, no montante de 14,9 milhões de euros; (ii) o agravamento do custo dos recursos de clientes (em comparação com o período homólogo, os custos aumentaram 31,0 milhões de euros), sobretudo no que respeita aos depósitos a prazo; e (iii) a redução expressiva da actividade creditícia em 2012 (-9%), bem como o aumento verificado no crédito em incumprimento;
- Uma diminuição de 23,1% nas comissões (líquidas), para 84,9 milhões de euros, essencialmente explicada pela já referida saída do perímetro de consolidação da Banif Corretora de Valores e Câmbio; e
- Uma diminuição de 132,5% em outros proveitos, para -56,7 milhões de euros, justificada pela ocorrência, no exercício de 2011, de situações não recorrentes, como foi o reconhecimento dos ganhos com a alienação da Banif Corretora de Valores e Câmbio (46,8 milhões de euros) e as recompras de passivos (52,9 milhões de euros). Em 2012, foram registadas nesta rubrica desvalorizações de activos imobiliários no montante de -69,8 milhões de euros (em 2011: 44,5 milhões de euros).

Os custos de estrutura (gastos gerais administrativos e os custos com pessoal) totalizaram 294,4 milhões de euros, diminuindo 9,7% face ao final do exercício de 2011. Esta evolução reflecte medidas de racionalização e optimização em curso, não obstante, por exemplo, o reconhecimento, em 2012, de 13,5 milhões de euros em indemnizações relacionadas com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores. Excluindo apenas este efeito, os custos de estrutura teriam diminuído 13,9% face a 2011.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no final do exercício de 2012 um aumento de 40,8% face ao período homólogo para 531,9 milhões de euros. No que respeita à imparidade da carteira de crédito, verificaram-se dotações líquidas para imparidade no montante de 410,7 milhões de euros no final do exercício de 2012, face aos 342,3 milhões de euros contabilizados no final do exercício de 2011.

### **Balanço**

O activo líquido do Banif – Grupo Financeiro totalizava 13.992,3 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2012, registando um decréscimo de 11,6% face ao final do exercício de 2011, e reflectindo o esforço significativo em termos de política de desalavancagem prosseguida pelo Grupo.

O crédito bruto concedido a clientes atingiu 10.913,7 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012, diminuindo cerca de 9,0% em comparação com Dezembro de 2011. O crédito a particulares registou uma descida de 9,1%, no período em causa, para 4.898 milhões de euros e o crédito a empresas diminuiu 14,0% para 4.418 milhões de euros. No final de Dezembro de 2012, o crédito vivo a particulares representava 49,9% do total de crédito concedido, enquanto o crédito vivo a empresas representava 45%.

	31.12.2012	31.12.2011
	(milhões de euros)	
Crédito a Empresas .....	4.418	5.139
Crédito a Particulares.....	4.898	5.390
Outros créditos e valores a receber (titulados).....	187	322
Crédito e juros vencidos.....	1.345	1.065
Outros .....	66	82
Imparidade .....	-1.098	-814
	<b>9.816</b>	<b>11.184</b>
Crédito e juros vencidos (>90 dias) e crédito vincendo associado* .....	2.082	1.841
Crédito em risco.....	2.216	2.017
Crédito vencido (>90 dias)/Crédito a clientes.....	12,3%	8,9%
Crédito vencido (>90 dias)+crédito vincendo associado/Crédito a clientes .....	19,1%	15,4%
Crédito em risco/ Crédito a clientes .....	20,3%	17,0%
Cobertura do crédito vencido (>90 dias).....	81,7%	76,4%
Cobertura de crédito em risco .....	49,5%	40,3%

\* Respeita ao saldo total (vincendo e vencido) das operações de crédito que, à data de referência, se encontram em incumprimento há mais de 90 dias, de acordo com os conceitos da Instrução n.º 23/2007 do Banco de Portugal.

Face à exposição do Banif ao segmento empresarial e, em especial ao sector da construção e imobiliário, fortemente afectados pela redução da actividade económica, contracção do consumo e rendimento disponível, os indicadores de qualidade da carteira de crédito sofreram uma deterioração significativa. Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total situou-se em 12,3%. Por sua vez, houve um reforço significativo do rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades que, a 31 de Dezembro de 2012, se situou em 81,7% (aproximadamente 89% se considerado o *buffer* prudencial. Para efeitos prudenciais, mais do que contabilísticos, as reservas para imparidades consideradas nos fundos próprios são superiores ao valor da imparidade, assim criando um *buffer* nos rácios de capital na medida em que futuros aumentos de imparidade serão parcialmente absorvidos pelo *buffer*).

A exposição líquida do Grupo ao BCE aumentou 319,8 milhões de euros, comparativamente a Dezembro de 2011, totalizando 2.804,1 milhões de euros no exercício de 2012. No segundo trimestre de 2012, o Grupo



reembolsou as obrigações de caixa emitidas pelo Banif Finance no montante de 249,1 milhões de euros e as obrigações com garantia da República Portuguesa, emitidas pelo Banif, no montante de 442,1 milhões de euros, amortizando, assim, a quase totalidade das responsabilidades que tinha no mercado de *wholesale*.

Os recursos de clientes em 31 de Dezembro de 2012 ascendem a 7.750,4 milhões de euros, diminuindo ligeiramente em relação ao final de 2011 (-3,5%). Esta redução é explicada exclusivamente pela redução verificada nos depósitos de institucionais, tendo-se verificado um aumento dos depósitos de empresas e particulares. Quanto aos recursos “fora de balanço”, o seu total ascendia a 2.163 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012, reflectindo um aumento de 6,2% face a 31 de Dezembro de 2011.

	31.12.2012	31.12.2011
	(milhões de euros)	
<b>Depósitos</b>		
À vista .....	1.337	2.290
A prazo .....	5.627	5.129
Poupança .....	97	90
Outros .....	601	440
	<b>7.662</b>	<b>7.950</b>
<b>Outros débitos</b>		
Empréstimos .....	1	1
Outros .....	87	80
	<b>88</b>	<b>81</b>
	<b>7.750</b>	<b>8.031</b>

De salientar que a evolução favorável no *mix* de depósitos e crédito concedido resultou numa melhoria do rácio de transformação (crédito líquido/depósitos), que diminuiu de 139,2%, em Dezembro de 2011, para 126,7%, no final de Dezembro de 2012.

Os capitais próprios, deduzidos de interesses minoritários, registaram uma diminuição de 64,9% ascendendo a 291,9 milhões de euros no final do exercício de 2012, explicada essencialmente pelo resultado acumulado do exercício de 2012 (-576,4 milhões de euros) e pelo aumento das reservas de reavaliação (49,9 milhões de euros).

### **Capital**

O rácio Core Tier I atribuível a 31 de Dezembro de 2012 situou-se em 11,16% e tem em consideração a aprovação do Plano de Recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da primeira fase de recapitalização, com a entrada do Estado Português na estrutura accionista do Banif em 25 de Janeiro de 2013, através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como a subscrição de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital Core Tier I (CoCos).

O rácio Core Tier I foi penalizado pelos resultados líquidos negativos obtidos em 2012, que foram influenciados pelo forte aumento das dotações para provisões e imparidades, incluindo os apurados no âmbito das acções de inspecção especiais decorrentes do processo de recapitalização.

A evolução deste rácio reflecte também uma redução significativa dos activos ponderados pelo risco entre 2011 e 2012 em cerca de 1.113 milhões de euros (-9,4%), para 10.749 milhões de euros, em resultado da muito significativa desalavancagem da carteira de crédito, do reforço das reservas por imparidade e outros activos.

O rácio de solvabilidade total, calculado nos mesmos pressupostos, situou-se em 11,75%.

	31.12.2012 <sup>(*)</sup>	31.12.2011
	(milhões de euros)	
Core Tier I.....	1.199	804
Total Tier I.....	1.224	858
Tier II.....	199	226
Deduções.....	-159	-132
<b>Total Fundos Próprios .....</b>	<b>1.263</b>	<b>951</b>
<b>Activos Ponderados pelo Risco .....</b>	<b>10.749</b>	<b>11.862</b>
Rácios		
Core Tier I.....	11,16%	6,78%
Capital Tier I.....	10,80%	6,77%
Capital Tier II.....	1,26%	1,44%
Total Capital .....	11,75%	8,02%

(\*) Os valores dos rácios têm em conta o impacto da primeira fase do Plano de Recapitalização, cuja data de liquidação foi o dia 25 de Janeiro de 2013, como se realizada em 31 de Dezembro de 2012.

## Resultados por divisão geográfica

### *Actividade comercial na Região Autónoma da Madeira*

O ano de 2012 foi um ano em que a actividade comercial foi fortemente condicionada pelo agravamento do cenário macro e micro-económico recessivo que o país, em geral, e a Região Autónoma da Madeira, em particular, atravessam. No contexto regional, sublinham-se ainda os problemas acrescidos que a fraca execução do Programa de Ajustamento Económico Financeiro da Região Autónoma da Madeira tem provocado na economia local.

Esta conjuntura, que abrange os principais sectores de actividade económica da região, implicou o reforço e adaptação da actuação estratégica da direcção comercial da Madeira (“DCM”).

Emergiram assim como prioridades, a recuperação do crédito vencido, o controlo de custos e a venda de património imobiliário, rúbricas nas quais a DCM teve um desempenho bastante positivo, fruto do compromisso assumido por todas as estruturas da Direcção.

Relativamente à carteira de clientes, abriram-se durante o ano de 2012, 3.872 novas contas. O número médio de produtos por cliente fixou-se nos 2,91, um valor ligeiramente inferior (0,02pp) ao verificado em 2011.

Durante o exercício, as rúbricas de crédito concedido a clientes e recursos de clientes registaram evoluções negativas, respectivamente, -10,6% e -5,5%.

Relativamente ao crédito concedido a clientes, a DCM adoptou a estratégia global do Banco, desacelerando a concessão de crédito. Porém, o decréscimo verificado neste rúbrica foi potenciado por uma menor procura por parte das famílias e empresas assim como pelo abrandamento do investimento público.

Relativamente aos recursos de clientes, o desempenho registado deveu-se sobretudo à crescente falta de capacidade de aforro dos clientes, resultante da situação económica e social do país e à evolução cambial da carteira de dólares da Direcção.

Como forma de otimizar a presença (tanto física como humana) do Banif na RAM, as agências Cancela Park e Porto Moniz foram encerradas, procedendo-se igualmente à redução do quadro de colaboradores, que foi transversal a todo o Banco.

A emigração continua a ser um dos segmentos de enorme importância estratégica da Direcção. Neste sentido, o Banco reforçou a sua política de actuação junto destes mercados, dando continuidade a um plano de visitas bastante ambicioso aos mercados de implantação da emigração portuguesa, Venezuela e África do Sul, e expandindo-o durante o segundo semestre do ano ao Reino Unido, onde se encontra uma comunidade emigrante com dimensão relevante e elevado potencial comercial.

Este esforço comercial foi complementado com algumas acções, nomeadamente com a realização do I Encontro de Gerações na África do Sul e o XI Encontro de Gerações na Venezuela. Nestes dois países, no Reino Unido e na RAM, foram ainda realizadas outras acções que juntaram clientes e potenciais clientes, numa clara demonstração da reconhecida política de proximidade do Banco com os seus clientes.

Rubrica	2012	2011	Variação
		(milhões de euros)	
Recursos.....	2.075	2.197	-5,6%
Crédito .....	1.323	1.480	-10,6%
Cientes Activos.....	103.620	109.667	-5,5%

#### ***Actividade comercial na Região Autónoma dos Açores***

A actividade comercial do Banif na Região Autónoma dos Açores, desenvolvida no decurso de 2012, foi muito condicionada pela actual conjuntura, caracterizada pela retracção da actividade económica, com restrições aos financiamentos e tendência de agravamento dos indicadores de crédito vencido. Neste cenário, a actuação da direcção comercial dos Açores procurou responder à reorientação das principais estratégias e prioridades do Grupo, norteadas para a captação de recursos, manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao incremento da rentabilidade e à consolidação da posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional açoriano.

Neste contexto, a gestão da carteira de clientes tem-se revelado especialmente desafiante, registando-se no final de 2012 um total de 74.011 clientes activos, distribuídos pelos segmentos *retail*, *private* e *corporate*, representando um decréscimo de 3,4% face ao encerramento do exercício anterior. Não obstante, o empenho na prestação de um serviço de qualidade continua a traduzir-se na manutenção de um elevado número médio de produtos por cliente.

A importante gestão criteriosa do crédito concedido, associada a uma menor procura de financiamentos bancários, repercutiu-se numa redução de -5,8% da carteira de crédito por desembolso, face ao fecho de 2011, posicionando-se, no final de 2012, nos 1.519 milhões de euros.

A evolução da carteira de recursos de balanço, que se situa nos 868 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012, dá nota de um decréscimo de 9,1% face ao período homólogo, justificado pela elevada concorrência de taxas de remunerações no mercado, mas também por alguma transferência de recursos para produtos fora de balanço, de acordo com as estratégias delineadas.

Com vista à promoção de maiores níveis de rentabilidade, procedeu-se a uma racionalização da rede comercial do Banif nos Açores, traduzida no encerramento de sete unidades de negócio, mas tendo como

princípio subjacente a preservação de uma boa cobertura geográfica e sem prejuízo do relacionamento comercial com os clientes.

No âmbito do plano estratégico definido para o ano de 2012, os residentes no exterior assumiram um papel fulcral, com um programa desenhado especificamente para o segmento, orientado para a captação de recursos e de novos clientes, suportado na introdução de novos conceitos e ferramentas e, ainda, num plano de visitas que abrangeu os principais mercados da emigração açoriana na América no Norte, incluindo as Bermudas. Neste âmbito, com o intuito de reforçar a ligação às comunidades açorianas emigradas, o Banif associou-se, uma vez mais, às Grandes Festividades do Divino Espírito Santo de Nova Inglaterra, em Fall River.

A par das campanhas nacionais, continuou a ser dado especial ênfase a acções específicas da região, direccionadas quer para os mercados da emigração, quer para o mercado regional, com destaque para a captação de recursos e para o negócio de *cross-selling*.

O investimento nas parcerias com as principais instituições regionais continua a ser uma constante, de entre as quais se destaca a ligação à SATA, com a qual vêm sendo mantidas relações de longa duração, actualmente com uma vertente muito visível, traduzida na oferta de cartões de crédito em regime de *co-branding*.

Dando continuidade à política de apoio às empresas dos Açores, foram celebrados em Fevereiro de 2012 com o Governo Regional dois novos protocolos: (i) a Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores e Apoio à Liquidez, e (ii) a Linha Açores Empresas III. Em paralelo, foi também assinado um aditamento à Linha Açores Investe II, que previu a actualização da tabela de *spreads* e a prorrogação do prazo de vigência. Foi, ainda, concretizado o aditamento ao Protocolo SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, que contempla, igualmente, a revisão do preço. Ainda no primeiro semestre, foi assinado um aditamento ao protocolo Empreende Jovem, que implicou a revisão do preço a aplicar nas operações ao abrigo deste sistema de incentivos ao empreendedorismo. No segundo semestre, foi relançado o protocolo SAFIAGRI – Sistema de Apoio Financeiro à Agricultura dos Açores nas suas duas vertentes: Linha de Compensação Financeira, que visa reduzir o impacto negativo da subida das taxas de juro, e Linha de Fundo de Maneio, que, através um financiamento de curto prazo, com juro parcialmente bonificado, visa reforçar o desenvolvimento e melhoria das condições orgânicas e funcionais da actividade do sector agrícola nos Açores. Foi também assinado um aditamento à Linha de Microcrédito Bancário que prevê, igualmente, a revisão do *spread*, bem como novas regras de acesso, mais alargadas, adequadas à inclusão social de pessoas em situação de desfavorecimento.

Rubrica	2012	2011	Variação
	(milhões de euros)		
Recursos.....	868	955	(9,1%)
Crédito .....	1.519	1.613	(5,8%)
Cientes Activos .....	74.011	76.628	(3,4%)

#### **Actividade comercial no norte**

Em 2012, a direcção comercial do norte (“DCN”) registou uma variação positiva nos recursos de balanço de 111 milhões de euros (+5%) face a 2011, tendo atingido o montante total de 2.374 milhões de euros. A rubrica de recursos fora de balanço regista uma variação positiva de 57 milhões de euros (+24%). Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito ascendeu a 1.857 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 294 milhões de euros (-14%). O volume de comissões cobradas, em 2012, foi de 42 milhões de euros.

A DCN encerrou o ano de 2012 com uma carteira de cerca de 155.000 clientes activos e com um rácio de produtos de 3,47.

Rubrica	2012	2011	Varição
	(milhões de euros)		
Recursos.....	2.374	2.263	4,9%
Crédito .....	1.857	2.151	-13,7%
Clientes Activos.....	154.369	155.664	-0,8%

### **Actividade comercial no sul**

No âmbito da reorganização acima descrita, a direcção comercial do sul (“DCS”) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de retalho, pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de alto rendimento no sul de Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere os negócios de *factoring* e *confirming* do Banco. Na leitura das comparações apresentadas de seguida, dever-se-á ter presente a inexistência da DCS em 2011.

Não obstante a implementação de medidas para gerir a carteira de crédito, registou-se uma deterioração da carteira da DCS. A recessão económica, o aumento do desemprego e o encerramento de empresas provocaram um aumento dos níveis de crédito vencido, com especial destaque para o sector da construção. A degradação dos riscos actuais e consequente deterioração da carteira de crédito impuseram um acompanhamento estrito e permanente dos clientes e dos respectivos negócios, antecipando, nomeadamente, situações de incumprimento através da oferta de soluções dirigidas a estes clientes. O volume de negócios e o número de clientes do segmento de empresas foi ainda influenciado no final do ano de 2012 pela afectação de clientes à nova direcção de *corporate banking* criada no Banco.

Apesar do esforço de captação e manutenção de recursos de clientes no âmbito do segmento de clientes institucionais e de alto rendimento, a carteira de recursos de balanço registou um decréscimo em 2012, reflectindo o ambiente competitivo do sector bancário português ao nível dos produtos de poupança tradicional. O decréscimo foi ainda influenciado pelo peso do negócio na área de institucionais, que transmite volatilidade à carteira. Neste período, a variação negativa concentrou-se maioritariamente num desses clientes, com grande oscilação no montante dos depósitos.

Em geral, a DCS registou em 2012 um decréscimo de 230 milhões de euros de recursos de balanço, representando um decréscimo de 8% comparativamente a 2011, para 2.585 milhões de euros no final de 2012. De igual forma, a carteira de crédito total (incluindo programas de papel comercial) apresentou uma diminuição de 596 milhões de euros, um decréscimo de 11% face ao ano anterior, para 4.752 milhões de euros no final do ano. Ao nível da carteira de clientes activos, influenciada em parte pelo processo de segmentação efectuado, a DCS registou uma diminuição de 3,5% face ao final de 2011, com uma carteira de cerca de 126.550 clientes activos a 31 de Dezembro de 2012.

Rubrica	2012	2011	Varição
	(milhões de euros)		
Recursos.....	2.585	2.815	-8,2%
Crédito .....	4.752	5.348	-11,1%
Clientes Activos.....	126.550	131.189	-3,5%

A actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores registou uma contracção em 2012 em termos de volume de cedências e uma expansão em termos de adiantamentos. As

variações anuais registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações cifraram-se em -24% e +6%, respectivamente, atingindo, no final de 2012, 303 milhões de euros e 159 milhões de euros. Em linha com a evolução do volume de negócio gerido por esta área, as comissões apresentaram uma evolução negativa de 11% relativamente ao ano anterior, atingindo 1,2 milhões de euros. A margem financeira atingiu os 8,0 milhões de euros, traduzindo um incremento positivo de 9%. Desta forma, em 2012, o produto bancário desta actividade apresentou uma evolução positiva de 6%, atingindo 9,2 milhões de euros. O sector de construção continuou a ser o mais significativo na estrutura da carteira de créditos sobre clientes (81% em 2012), seguido da fabricação de produtos metálicos e do comércio por grosso, com 10% e 3%, respectivamente.

### ***Actividade comercial no departamento internacional***

Durante o ano de 2012, o Banif estabeleceu um novo plano estratégico para a área internacional, com o objectivo de reforçar o seu posicionamento e otimizar a abordagem comercial na área de negócios internacional, com enfoque estratégico no negócio com não residentes e no negócio de comércio externo.

O Grupo conta com uma vasta presença no exterior através de bancos, sucursais, escritórios de representação e *incorporated companies*, cujo racional assenta no acompanhamento da internacionalização das empresas suas clientes, na proximidade às comunidades portuguesas e no acesso a mercados onde existem boas oportunidades de negócios e elevado potencial de crescimento.

A apoiar as comunidades portuguesas, o Banif está presente através de escritórios / estruturas nos EUA, no Canadá e na Venezuela, onde desempenham um papel fundamental na representação do Banco e na identificação e facilitação de boas oportunidades de negócio para o Banif – Grupo Financeiro e/ou seus clientes.

De forma a incrementar o seu negócio de comércio externo, o Banif aderiu, em 2012, a três programas de *trade finance* de instituições multilaterais de desenvolvimentos (BERD, IFC e ADB), encontrando-se em fase de conclusão na formalização da adesão a um quarto programa (IADB). Em consequência, o Banif passou a dispor de instrumentos adicionais de apoio às empresas portuguesas que exportam para mercados de risco mais elevado.

Apesar das adversidades existentes na conjuntura actual, o Banif tem incrementado e diversificado junto dos seus parceiros bancários, as suas linhas *funded* e *unfunded*, de modo a permitir apoiar a actividade das empresas portuguesas suas clientes, quer no seu movimento comercial, quer no seu investimento, procurando desempenhar um papel cada vez mais importante na sua internacionalização, em especial junto das pequenas e médias empresas, principal motor de desenvolvimento da economia portuguesa.

O Banif negociou também, ao longo do ano, várias parcerias com bancos locais em mercados destino de expansão de negócio das empresas portuguesas suas clientes de forma a apoiar os seus projectos de internacionalização.

Para além do *trade finance*, o Banco focou também a sua actuação no apoio à expansão do negócio dos seus clientes a mercados onde o Banif tem presença física no estrangeiro, acompanhando-os localmente através das suas estruturas no exterior, em articulação com a direcção de negócios internacionais na sede.

Em termos de *correspondent banking*, o Banif tem mantido relacionamento com os seus principais parceiros na Europa e EUA e tem desenvolvido novas relações no Médio Oriente e África.

## Resultados da área internacional

### **Banif Bank (Malta)**

O Banif Bank (Malta) apresentou um resultado líquido após impostos de 172 mil euros no ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2012, com o produto bancário a atingir 10,7 milhões de euros e os gastos gerais administrativos a cifrarem-se em 9,6 milhões de euros, daqui resultando um rácio de “*cost-to-income*” de 89,3%.

O activo total aumentou 8,3 milhões de euros, atingindo 478,7 milhões de euros no final de 2012. O crescimento ligeiro do activo prende-se com a estratégia seguida de optimização da utilização de capital, através da desalavancagem e da alteração da composição do balanço. Neste período, os empréstimos cresceram 66 milhões de euros, tendo atingido 316 milhões de euros no final de 2012, enquanto os depósitos registaram um crescimento de 169 milhões de euros, ascendendo a 431 milhões de euros no final do período em análise. O maior crescimento dos depósitos face ao crédito permitiu ao banco alcançar um rácio de transformação de 73%.

É de salientar que a *performance* positiva obtida em 2012 ocorreu num contexto particularmente difícil, em virtude da crise das dívidas soberanas na Zona Euro e da recessão que se registou nessa região.

O Banif Bank (Malta) continua a prosseguir uma estratégia de crescimento com vista a atingir um dos seus principais objectivos estratégicos: tornar-se claramente o terceiro maior banco comercial no mercado local em termos de carteira de crédito e de depósitos. O banco permanece empenhado em consolidar o crescimento da actividade comercial e da infraestrutura de suporte através de um plano de capitalização que permita dotar a instituição de níveis de capital adequados em termos da Directiva de Capital Regulamentar e dos regulamentos que entrarão em vigor em 2013.

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	478.696	470.354	1,8%
Crédito Concedido Bruto .....	316.492	250.914	26,1%
Depósito de Clientes .....	430.996	261.873	64,6%
Capital Social .....	21.545	21.331	1,0%
Margem Financeira .....	2,35%	2,45%	-0,10 pp
Produto da Actividade .....	10.751	8.797	22,2%
Resultado Líquido .....	173	-578	n/s
ROA .....	0,05%	-0,16%	0,21 pp
ROE .....	1,16%	-4,07%	5,23 pp
Crédito Vencido / crédito Bruto .....	4,02%	2,38%	1,64 pp
Cost-to-income .....	89,28%	108,56%	-19,28 pp
N.º de Agências .....	9	9	—
N.º de Empregados .....	150	137	9,5%

### **Banif Brasil**

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. apresentou activos totais de R\$1.473,7 milhões (correspondente a aproximadamente 546,9 milhões de euros; 1 euro = R\$2,6944), uma carteira de crédito de R\$1.146,7 milhões (correspondente a aproximadamente 425,6 milhões de euros; 1 euro = R\$2,6944) e depósitos de clientes de R\$930,5 milhões (correspondente a aproximadamente 345,3 milhões de euros; 1 euro = R\$2,6944). O resultado líquido de 2012 foi de R\$ -131.667 milhares

(correspondente a aproximadamente -48,9 milhões de euros; 1 euro = R\$2,6944) e reflecte, essencialmente, o reforço de provisões para operações de crédito realizado no exercício (adicional de R\$163,847 milhões (correspondente a aproximadamente 60,8 milhões de euros; 1 euro = R\$2,6944), sendo R\$143,051 milhões (correspondente a aproximadamente 53,1 milhões de euros; 1 euro = R\$2,6944) no segundo semestre), proporcionando uma melhor cobertura das operações constantes do portefólio do banco e contribuindo para uma maior robustez do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2012, o índice de Basileia no consolidado do Grupo no Brasil atingiu 13,63%, superior ao limite mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, representando uma melhoria de 0,44 e 1,52 pontos percentuais em relação a 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012, 13,19% e 12,11%, respectivamente.

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	546.961	788.832	-30,7%
Crédito Líquido .....	355.799	470.072	-24,3%
Recursos de Clientes .....	302.361	420.937	-28,2%
Capitais Próprios .....	28.766	83.531	-65,6%
Produto Bancário .....	-39.433	35.011	n/s
Cash Flow de Exploração .....	-12.735	17.192	n/s
Resultado Líquido .....	-48.867	5.200	n/s
Pontos de Venda .....	6	19	-68,4%
Número de Empregados .....	186	275	-32,4%

Os elementos deste quadro foram produzidos de acordo com as regras contabilísticas locais. 31.12.2012: 1 euro = R\$2,6944; 31.12.2011: 1 euro = R\$2,4331 (fonte: BACEN).

### ***Banco Caboverdiano de Negócios, S.A. (“BCN”)***

Face à orientação da política monetária nacional, de controlo do crédito à economia, o ano de 2012 foi marcado pela continuidade da política de selectividade na concessão de crédito do BCN, que se traduziu numa redução de cerca de 6,6% da sua carteira de crédito bruto a clientes. Contrariamente à carteira de crédito, a carteira de recursos do banco aumentou 8,8% em consequência da estratégia comercial de aumento de captação de recursos junto da diáspora e alargamento da base de clientes/contas activas, visando sobretudo uma maior estabilidade da carteira de recursos.

A margem financeira do BCN diminuiu 22,3% na sequência da redução de juros recebidos em 4,6% e do aumento de juros pagos em 20,6%, em linha com a redução da carteira de crédito e o aumento do custo de *funding*, designadamente pelo aumento do custo associado às linhas de tesouraria intra-grupo. O produto bancário conheceu uma redução de 11,3% dado que o aumento da margem complementar, de aproximadamente 23,2%, não foi suficiente para cobrir a já referida diminuição da margem financeira.

Em termos de eficiência operacional, o rácio *cost-to-income* aumentou de 60,5% em 2011 para 66,5% em 2012.

Em 2012, verificou-se uma melhoria na qualidade da carteira de crédito, tendo o rácio de crédito em risco passado de 6,39% para 5,95%, na sequência das renegociações de dívidas e *write-offs* efectuados. O grau de cobertura do crédito em incumprimento pelas imparidades teve uma variação positiva de 12,6 p.p., passando as imparidades a cobrir 101,31% do crédito em incumprimento (88,77% em 2011). Em síntese, os resultados



líquidos conheceram uma redução de cerca de -13,0%, passando de 491 milhares de euros para 427 milhares de euros.

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	107.771	109.349	-1,4%
Crédito Concedido Bruto .....	81.771	87.566	-6,6%
Depósitos de Clientes.....	79.822	73.375	8,8%
Capitais Próprios.....	10.877	10.341	5,2%
Margem Financeira .....	3.655	4.704	-22,3%
Produto da Actividade.....	5.504	6.206	-11,3%
Cash Flow de Exploração .....	2.404	2.873	-16,3%
Resultado Líquido .....	427	491	-13,0%
ROA .....	0,40%	0,45%	-0,1%
ROE .....	3,92%	4,74%	-0,8%
Crédito em Incumprimento / Crédito Total.....	5,95%	6,39%	-0,4%
Imparidade / Crédito em Incumprimento .....	101,34%	88,77%	12,6%
Cost-to-income.....	66,52%	60,50%	6,0%
N.º de Agências.....	18	18	0,0%
N.º de Colaboradores .....	120	124	-3,2%
Rácio de Solvabilidade .....	12,32%	12,40%	-0,1%

Cotação em 31.12.2010 = 31.12.2012 (currency peg existente) 1 Euro = 110,265 CVE.

## Resultados por actividade

### Banca de crédito especializada

#### Banif Mais SGPS

Em 2012, o Banif Mais SGPS, S.A. (“**Banif Mais SGPS**”) manteve-se como a sub-*holding* do Grupo para a actividade do crédito especializado e *cross-selling* de produtos associados.

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas de 2012 do sub-grupo Banif Mais SGPS apresentam um activo líquido de 705,4 milhões de euros, capitais próprios de 306,7 milhões de euros e um resultado líquido consolidado de 10,3 milhões de euros. Face ao registado em 2011, e devido ao facto de o resultado nesse ano ter sido fortemente condicionado pela integração de parte do património do ex-Banif Go, o resultado líquido em 2012 apresentou um crescimento de 9,1 milhões de euros (mais 752% do que no ano anterior).

Os principais contributos para o resultado líquido consolidado vieram da actividade em Portugal, com 10,2 milhões de euros (-0,3 milhões de euros em 2011), e na Hungria, com 4,1 milhões de euros (3,8 milhões de euros em 2011), tendo a actividade em Espanha tido um contributo negativo de 4,2 milhões de euros (-2,2 milhões de euros em 2011).

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo líquido .....	705.407	948.348	-25,6%
Passivo .....	398.682	693.803	-42,5%
Capital Próprio .....	306.725	254.545	20,5%
Resultado líquido <sup>(1)</sup> .....	10.305	1.209	752,0%

<sup>(1)</sup> Atribuível ao Grupo.

### Banco Mais

O ano de 2012 foi, à semelhança de 2011, um ano fortemente marcado pela crise económica e pelas medidas de austeridade impostas a Portugal, bem como pelos seus impactos negativos na oferta e procura de financiamentos e no perfil de risco dos potenciais clientes.

No que respeita à principal actividade desenvolvida pelo Banco Mais, a concessão de financiamento para a aquisição de veículos usados, de acordo com os dados da ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado, financiaram-se 664,0 milhões de euros, menos -20% do que em 2011, correspondentes a 60.968 unidades, menos 10.817 unidades do que no ano anterior.

O cenário de crise económica, nomeadamente o aumento do desemprego e diminuição geral da actividade comercial, levou a que fossem mantidos critérios de análise restritivos. Assim, foram celebrados em Portugal 12.600 contratos (15.738 em 2011), aos quais corresponde um valor de crédito de 92,9 milhões de euros (134,6 milhões de euros em 2011).

Em 2012, as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram 1.978 contratos (1.950 contratos em 2011), com um total de crédito concedido de 8,2 milhões de euros (8,7 milhões de euros em 2011), o que traduz uma ligeira redução do valor de crédito concedido, apesar de ligeiro incremento do número de contratos realizados.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2012, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo líquido .....	721.724	1.037.781	-30,5%
Crédito Total .....	738.556	871.320	-15,2%
Capitais Próprios .....	250.456	247.883	1,0%
Produção global .....	101.077	143.118	-29,4%
Margem Financeira .....	32.129	35.003	-8,2%
Produto da Actividade .....	47.251	48.204	-2,0%
Cash-flow .....	27.499	26.733	2,9%
Resultado líquido .....	6.822	-995	—
Custos Pessoal/Produto Bancário .....	16,9%	18,0%	—
Cost to income .....	43,7%	46,9%	—
Produto Bancário/Activo Líquido Médio .....	5,5%	6,2%	—
ROE .....	2,7%	-0,5%	—
ROA .....	0,8%	-0,1%	—
RAI/Activo Líquido Médio .....	0,05%	-0,4%	—
RAI/Capitais Próprios Médios .....	0,2%	-1,6%	—

	2012	2011	Varição
Imparidade do Crédito / Crédito Total .....	26,0%	26,1%	—
Rácio Solvabilidade .....	31,0%	31,3%	—
Pontos de Venda .....	22	22	0,0%
N.º de Empregados <sup>(1)</sup> .....	253	278	-9,0%

<sup>(1)</sup> Em 31.12.2011 inclui 35 colaboradores da ex-Banif Go.

#### Banif Plus Bank, ZRT

As vendas de veículos novos em 2012, na Hungria, registaram um crescimento homólogo de 18% face a 2011, totalizando 53.059 unidades. Já no que se refere à venda de viaturas usadas, a tendência foi contrária, registando um decréscimo de 4%, totalizando 524.649 unidades em 2012. Contudo, o número de vendas financiadas continuou com uma tendência de queda, passando no segmento de veículos usados de 7,2% do total das transacções em 2011, para 5,6% em 2012, e no segmento de veículos novos de 28,3% para 22,4%. Durante o ano de 2012 foram financiadas 41.229 unidades (11.897 viaturas novas e 29.332 viaturas usadas).

Em 2012, a actividade da subsidiária do Banco Mais na Hungria registou um aumento de 6% em número de unidades financiadas de viaturas usadas e 3% em viaturas novas, apesar de um declínio global do mercado.

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo líquido .....	79.029	94.137	-16,0%
Crédito Total .....	66.856	85.809	-22,1%
Capitais Próprios .....	27.110	25.168	7,7%
Produção global .....	10.184	10.108	0,8%
Margem Financeira .....	7.024	9.720	-27,7%
Produto da Actividade .....	8.076	11.195	-27,9%
Cash flow .....	3.169	5.947	-46,7%
Resultado líquido .....	4.067	3.844	5,8%
Custos Pessoal/Produto Bancário .....	16,9%	14,0%	—
Cost to income .....	62,3%	49,1%	—
Produto Bancário/Activo Líquido Médio .....	9,4%	10,9%	—
ROE .....	15,2%	14,7%	—
ROA .....	4,7%	3,7%	—
RAI/Activo Líquido Médio .....	5,5%	4,6%	—
RAI/Capitais Próprios Médios .....	17,7%	17,8%	—
Imparidade do Crédito / Crédito Total .....	16,6%	16,1%	—
Rácio Solvabilidade .....	34,1%	25,75%	—
Pontos de Venda .....	6	8	-25,0%
N.º de Empregados .....	72	71	1,4%

#### Banca de investimento e gestão de activos

##### Banca de investimento

A direcção de *corporate finance* evidenciou dinâmica comercial ao longo de 2012. Em 2012, a área de mercado de capitais – dívida esteve envolvida na estruturação e colocação de 23 transacções em mercado primário, tanto em emissões em Euros como em Dólares Americanos, num montante total de cerca de 1.551 milhões de Euros. Para além da liderança e colocação de emissões de obrigações, a direcção de mercados de capitais estruturou vários programas de emissão de papel comercial.

Durante o exercício de 2012, foram estruturadas pelo Banif Investimento duas emissões de obrigações titularizadas, num montante global de aproximadamente 440 milhões de euros. A emissão Atlantes Finance n.º 5 foi concretizada em Julho de 2012 e envolveu a cessão de uma carteira de créditos ao consumo e automóvel originada pelo Banif e pelo Banif Mais, respectivamente. As obrigações seniores emitidas totalizaram 226.4 milhões de euros, e beneficiaram de *rating* A- pela Standard & Poor's. As obrigações classe A resultantes desta emissão foram integralmente colocadas no mercado internacional, junto de investidores institucionais, facto que não se verificava, com emissões portuguesas, desde o início da crise financeira em 2007.

Em Dezembro de 2012, foi concluída a operação denominada Atlantes NPL n.º 1, a qual envolveu a cessão de uma carteira de créditos vencidos originada pelo Banif e pelo ex-Banif Go. A emissão global ascendeu a 213 milhões de euros e não foi objecto de notação de *rating*.

No final de 2012, a Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. registava um activo líquido total de 3.978,9 milhões de euros, capitais próprios de 5,9 milhões de euros, tendo registado um resultado líquido no período de 519 milhares de euros, correspondente a 13 operações sob gestão.

As contas do Banif Investimento relativas a 2012 reflectem a redução de actividade económica em geral verificada no mercado português, num contexto de escassez de liquidez e de prémio de risco soberano que se manteve elevado no período, afectando de uma forma transversal os custos de financiamento dos agentes económicos em geral.

No plano individual, o produto da actividade decresceu 63%, com uma acentuada quebra nos proveitos de comissões e nos resultados de operações financeiras, apenas parcialmente compensada pela subida na margem financeira (29%) face a 2011, enquanto que os custos em geral decresceram significativamente (18% face a 2011), fruto dos grandes ajustamentos concretizados nas despesas com pessoal e nos fornecimentos e serviços de terceiros.

No plano consolidado da actividade de banca de investimento, o produto da actividade caiu 36%, com as elevadas reduções de proveitos em diversas áreas de negócio a não serem suficientemente compensadas nos segmentos de negócio que contrariaram a tendência negativa (mercado de capitais, depositário de fundos, clientes institucionais, *real estate finance* e securitização), bem como a referida subida na margem financeira. As dotações líquidas para provisões e imparidade atingiam 25,2 milhões de euros em Dezembro de 2012, significativamente acima do valor considerado em 2011, conduzindo a perdas no valor de 22,3 milhões de euros.

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Individual</b>			
Activo Líquido .....	1.058.025	1.102.738	-4,1%
Capitais Próprios .....	82.474	77.027	7,1%
Produto Bancário .....	8.344	22.613	-63,1%
Resultado do exercício .....	-21.765	3.063	n/d
<b>Subconsolidado (*)</b>			
Activo Líquido .....	1.053.713	1.093.293	-3,6%
Capitais Próprios .....	93.394	89.253	4,6%
Produto Bancário .....	19.226	30.203	-36,3%
Resultado do exercício .....	-22.286	-887	n/d

(\*) Como não existe uma entidade *holding* que consolida a banca de investimento, entende-se por Subconsolidado o conjunto de participações das quais o Banif Investimento é titular às datas de referência apresentadas. Esta informação é tratada para efeitos de gestão.

### *Gestão de activos*

Em 31 de Dezembro de 2012, a área de gestão de activos do Banif Investimento e sociedades participadas tinha sob gestão e consultoria para investimento o montante de 2.702 milhões de euros, o que compara com 2.473 milhões de euros em Dezembro de 2011, consubstanciando um acréscimo de 9,2%.

### *Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Fundo de Investimento Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)*

O ano de 2012 marcou a retoma no sector de fundos de investimento com os investidores a realizarem subscrições líquidas de 659 milhões de euros. Como alternativa aos depósitos a prazo, os aforradores têm apostado nos segmentos de menor risco, com os fundos especiais de investimento monetários de curto prazo a captarem mais de mil milhões de recursos, seguidos dos fundos de tesouraria e fundos do mercado monetário. Para 2013 perspectiva-se que a procura por produtos de investimento que proporcionem rendibilidades competitivas continue, beneficiando o sector dos fundos e, em particular, as classes mais conservadoras.

Na prossecução da estratégia delineada, a sociedade manteve a monitorização das condições do mercado, consubstanciada no alinhamento dos fundos de investimento sob sua gestão às necessidades dos clientes, concretizando, assim, a reformulação da sua linha de produtos nas vertentes dos fundos mobiliários e imobiliários.

No que respeita aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 44,8 milhões de euros no final de 2010 para 58,2 milhões de euros no final de 2011 (30,0% de acréscimo), enquanto os fundos imobiliários evoluíram de 717 milhões de euros para 816 milhões de euros no mesmo período, o que representou um aumento de 13,9%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 554 para 614 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 10,7 % no período.

Os proveitos desceram 8,0% relativamente ao exercício anterior, o que, aliado à necessidade de provisionar alguns valores, conduziu a uma diminuição dos resultados líquidos da sociedade, que passaram de 934 milhares de euros em 2011 para 455 milhares de euros em 2012. O ROE cifrou-se em cerca de 7,44% no período.

### *Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)*

O volume de activos geridos passou de 253 milhões de euros em Dezembro de 2011 para 270 milhões no final de 2012, o que representou um acréscimo de 6,7%, essencialmente resultante do retorno alcançado nos fundos geridos.

O resultado líquido obtido pela sociedade cifrou-se em 577 milhares de euros, contra 167 milhares de euros no ano anterior, o que representou um aumento de 246%.

### *Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)*

Em Dezembro de 2012, o Banif Investimento tinha sob gestão e/ou encontrava-se mandatado para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras no montante total de 1.214 milhões de euros. Em 2011, os activos geridos por conta de outrem cifravam-se em 1.158 milhões de euros, ou seja, verificou-se um acréscimo de 4,9% em 2012.

### *Banif Capital (Fundos de Capital de Risco)*

Em 2012, a Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (“**Banif Capital**”) teve três fundos de capital de risco sob gestão: o Fundo Capven, orientado para o segmento de PME's portuguesas; o Banif Capital Infrastructure Fund, um fundo direccionado para o sector das infra-estruturas europeias; e o Banif Global Private Equity Fund, um fundo de fundos de *private equity* composto por três fundos internacionais de *private equity*.

### Gestão imobiliária

Durante o ano de 2012, deram entrada no perímetro de consolidação do Grupo um total de 1.195 novos imóveis no montante aproximado de 245 milhões de euros, o que compara com os 978 imóveis entrados em 2011, com um valor associado de 133 milhões de euros, ou seja, um incremento de 84% em valor e 22% em número de imóveis. A maioria desta exposição é produto de dações em cumprimento de crédito vencido.

Foram realizados os seguintes negócios durante 2012 relativamente à área de imobiliário:

	Montantes (milhares de euros)
Vendas Nacionais .....	19.144
Vendas Internacionais .....	20.246
Total de Vendas .....	39.390
Arrendamentos .....	54.202
Total de Negócio 2012 .....	93.592

Abaixo os resultados da Banif Imobiliária:

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
Activo Líquido .....	661.965	624.300	6,0%
Capitais Próprios .....	146.738	197.999	-25,9%
Resultado do Exercício .....	-51.255	-3.456	n/d

O activo total da Banif Imobiliária, S.A. (“**BI**” ou “**Banif Imobiliária**”) ascendeu a 661,9 milhões de euros no final de 2012, um crescimento de 6% quando comparado com o final do ano de 2011. Este crescimento

deveu-se sobretudo à subscrição de 40 milhões de euros efectuada a 13 de Fevereiro, do Fundo de Investimento Imobiliário – Renda Habitação e à aquisição de uma tranche de 12,9 milhões de euros de UP's do FII Banif Imogest em Outubro de 2012.

O financiamento do referido aumento do activo foi efectuado através do aumento dos suprimentos junto da Banif SGPS e do Banif, que aumentaram 120 milhões de euros em 2012.

No ano de 2012, os proveitos totais da BI ascenderam a 8,6 milhões de euros, provenientes essencialmente de rendas no valor de 4,8 milhões de euros, de rendimentos de aplicações financeiras no montante de 2,7 milhões de euros, de serviços prestados que ascenderam a 918 milhares de euros, e de outros rendimentos financeiros no montante de 152 milhares de euros. Os custos operacionais totais atingiram o valor de 24,6 milhões de euros, para os quais contribuíram, fundamentalmente, os custos com terceiros e pessoal, no montante global de 2,2 milhões de euros e, principalmente, as perdas por diminuições de justo valor no montante de 22,1 milhões de euros.

As perdas por diminuição de justo valor (desvalorização dos FII em carteira) oneraram significativamente o resultado operacional da Banif Imobiliária que, sem esse efeito, teria sido positivo.

Os juros pagos, referentes a financiamentos contratados (suprimentos que no final do ano ascenderam a 510,75 milhões de euros), representaram 21,8 milhões de euros.

O resultado líquido do ano de 2012 da BI foi de -51,2 milhões de euros, sendo que o mesmo corresponde essencialmente a dois efeitos conjugados: (i) os anteriormente referidos custos financeiros; (ii) o efeito líquido dos resultados dos FII detidos na carteira de justo valor no montante de -21,667 milhões de euros (incluindo portanto os rendimentos recebidos pela participação no FII Banif Property); e (iii) as imparidades apuradas nos imóveis no montante de -12,6 milhões de euros.

Durante o ano 2012, a Banif Imobiliária adquiriu um conjunto de imóveis pelo valor de 9 milhões de euros, imóveis esses que advieram da actividade de intermediação imobiliária e apoio que esta sociedade exerce ao nível do Grupo. Durante o ano de 2012 e especialmente no mês de Dezembro de 2012, a Banif Imobiliária alienou um total de 6,4 milhões de euros de imóveis que geraram uma menos valia de 472 milhares de euros.

### Seguros

O volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos ascendeu, em 2012, a 432,188 milhões de euros, o que representa um decréscimo de -9,1% face ao ano anterior. O ramo vida registou uma produção de 150,791 milhões de euros o que representa um decréscimo face ao ano anterior de -19,6%, quando o mercado sofreu uma quebra de -8,2%, essencialmente explicada pela contracção dos prémios de vida financeiros. A venda de produtos de capitalização e PPR tem sofrido, devido à actual conjuntura económica, uma quebra significativa, pelo que é de salientar a performance deste produto estratégico na Açoreana, que registou um crescimento de cerca de 29%, claramente em contraciclo com o mercado que terminou o ano com uma quebra de 14,1%.

Os ramos não vida apresentaram em 2012 uma variação negativa do volume de prémios na ordem dos -2,2%, face ao ano anterior, ainda assim bem melhor que o comportamento do mercado, o qual registou para o mesmo período uma quebra de -3,9%. Para esta variação contribuiu particularmente o ramo acidentes de trabalho que apresentou uma quebra de -7,8%, inferior à do mercado que decresceu -10,6%. Este decréscimo resulta não somente do contexto económico desfavorável, mas também da decisão tomada pela Açoreana de proceder a um refrescamento criterioso da carteira em linha com o objectivo estratégico de melhorar os níveis de rentabilidade do ramo. Importa ainda realçar a evolução muito positiva registada pelos ramos automóvel

que apresentou um crescimento de +1,5% face a 2011 (contrariando o decréscimo do mercado de -4,8%) e o ramo saúde, com uma variação para o ano anterior de +5,3%, bem acima dos +1,9% alcançados pelo mercado.

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradores e incluindo contratos de investimento, é de 4,0%, sendo de 7,0% nos ramos não vida e 2,2% no ramo vida. Nos principais ramos não vida – acidentes de trabalho e automóvel – a sociedade posiciona-se como a segunda maior operadora de mercado português no ramo acidentes de trabalho.

A distribuição dos produtos de seguros é efectuada através da rede de mediação, que conta com cerca de 4.200 agentes e 84 corretores, das agências do Banif e por 45 delegações próprias. A rede de mediação representava, no final de 2012, 78,6% na estrutura de distribuição da Açoreana. O canal bancário foi responsável pela distribuição de 37,4% da produção do ramo vida e por 3,2% da produção dos ramos não vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 10,2 milhões de euros, revelam uma clara melhoria face a 2011, não obstante o contexto económico extremamente adverso em que a actividade se desenvolveu, acrescido da actual conjuntura desfavorável dos mercados de capitais, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos, nomeadamente no reconhecimento de imparidades, cujo montante atingiu cerca de 7.000 milhares de euros.

O activo líquido e os capitais próprios atingiram, respectivamente, o montante de 1.256,3 milhões de euros e de 162,6 milhões de euros.

A margem de solvência apresentava a Dezembro de 2012 uma taxa de cobertura que supera os 240%, o que confere à Açoreana uma posição muito confortável no mercado segurador e revela a capacidade e a robustez financeira da sociedade para enfrentar os desafios que a actual conjuntura impõe ao sector segurador.

Abaixo apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros da Açoreana:

	2012	2011	Varição
	(milhares de euros)		
Prémios Vida.....	150.791	187.630	-19,6%
Prémios Não Vida.....	281.397	287.719	-2,2%
Prémios Totais .....	432.188	475.349	-9,1%
Cash Flow Operacional.....	16.267	11.157	45,8%
Activo Líquido.....	1.256.295	1.250.788	0,4%
Investimentos Líquidos.....	1.056.864	1.006.937	5,0%
Capitais Próprios.....	162.632	115.465	40,8%
Resultados Líquidos.....	10.197	5.014	103,4%

### Segmentos de negócio

Abaixo apresentam-se as demonstrações de resultados e balanços por segmentos de negócio relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

Demonstração de resultados	31.12.2012			
	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros
	(milhares de euros)			
Margem financeira: Clientes externos .....	161.405	14.115	(2.632)	(116)
Margem Financeira: Inter - Segmentos.....	32.811	702	(4.171)	(29.342)
				172.772
				—



**Demonstração de resultados**
**31.12.2012**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
<b>Margem financeira</b> .....	<b>194.216</b>	<b>14.817</b>	<b>(6.803)</b>	<b>(29.458)</b>	<b>172.772</b>
Rendimento de instrumentos de capital .....	1.730	709	—	—	2.439
Rendimento de serviços e comissões -					
Clientes externos .....	102.954	12.924	2.760	591	119.229
Rendimento de serviços e comissões - Inter					
- Segmentos .....	10.183	2.495	4.838	98	17.614
Rendimento de serviços e comissões .....	113.137	15.419	7.598	689	136.843
Encargos com serviços e comissões -					
Clientes externos .....	(32.789)	(671)	(770)	(82)	(34.312)
Encargos com serviços e comissões - Inter -					
Segmentos .....	(3.741)	(435)	(7.227)	(201)	(11.604)
Encargos com serviços e comissões .....	(36.530)	(1.106)	(7.997)	(283)	(45.916)
Resultados de Activos e Passivos avaliados					
ao Justo Valor através de resultados .....	321	(5.528)	(2.412)	(3.535)	(11.154)
Resultados de Activos Financeiros					
disponíveis para Venda .....	424	(2.079)	—	—	(1.655)
Resultados de Reavaliação Cambial .....	(5.503)	(813)	(7)	(121)	(6.444)
Outros Resultados de Exploração .....	(18.385)	6.201	347	(23.414)	(35.251)
<b>Produto da Actividade</b> .....	<b>249.410</b>	<b>27.620</b>	<b>(9.274)</b>	<b>(56.122)</b>	<b>211.634</b>
Custos com Pessoal .....	(157.576)	(13.579)	(1.365)	(3.126)	(175.646)
Outros gastos administrativos .....	(121.242)	(11.160)	(9.643)	(4.142)	(146.187)
Amortizações do exercício .....	(27.855)	(1.870)	(1.816)	(2.044)	(33.585)
Provisões líquidas de anulações .....	(4.088)	(45)	(2.613)	(231)	(6.977)
Imparidade do crédito líquida de reversões e					
recuperações .....	(386.807)	(14.142)	(18)	(9.776)	(410.743)
Imparidade de outros activos financeiros					
líquida de reversões e recuperações .....	(35.202)	(1.906)	—	—	(37.108)
Imparidade de outros activos líquida de					
reversões e recuperações .....	(69.303)	(3.195)	(3.134)	(1.421)	(77.053)
Diferenças de Consolidação negativas .....	—	—	—	—	—
Resultados de associadas e					
empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim) .....	999	(2.874)	—	2.955	1.080
<b>Resultado antes de impostos e de</b>					
<b>  interesses que não controlam</b> .....	<b>(551.664)</b>	<b>(21.151)</b>	<b>(27.863)</b>	<b>(73.907)</b>	<b>(674.585)</b>
Impostos .....	92.256	6.642	(183)	(1.759)	96.956
Correntes .....	(8.190)	(1.256)	(416)	(76)	(9.938)
Diferidos .....	100.446	7.898	233	(1.683)	106.894
<b>Resultado após impostos e antes de</b>					
<b>  interesses que não controlam</b> .....	<b>(459.408)</b>	<b>(14.509)</b>	<b>(28.046)</b>	<b>(75.666)</b>	<b>(577.629)</b>
Interesses que não controlam .....	(5.478)	(189)	4.599	2.344	1.276
<b>Resultado do Exercício</b> .....	<b>(464.886)</b>	<b>(14.698)</b>	<b>(23.447)</b>	<b>(73.322)</b>	<b>(576.353)</b>

**Demonstração de resultados**
**31.12.2011**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Margem financeira: Clientes externos .....	267.016	24.359	(4.545)	(9.555)	277.275

**Demonstração de resultados**
**31.12.2011**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Margem Financeira: Inter - Segmentos.....	46.718	(5.628)	(1.780)	(39.310)	–
<b>Margem financeira .....</b>	<b>313.734</b>	<b>18.731</b>	<b>(6.325)</b>	<b>(48.865)</b>	<b>277.275</b>
Rendimento de instrumentos de capital .....	330	423	–	–	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos .....	105.917	28.359	4.762	658	139.696
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos.....	13.629	2.275	4.267	851	21.022
Rendimento de serviços e comissões .....	119.546	30.634	9.029	1.509	160.718
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos .....	(23.980)	(4.308)	(643)	(401)	(29.332)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	(7.599)	(52)	(7.170)	(548)	(15.369)
Encargos com serviços e comissões.....	(31.579)	(4.360)	(7.813)	(949)	(44.701)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados.....	5.188	4.432	(1.333)	(10.336)	(2.049)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda.....	(443)	(1.894)	–	–	(2.337)
Resultados de Reavaliação Cambial .....	(1.122)	4.860	13	(497)	3.254
Outros Resultados de Exploração .....	115.756	45.551	15.773	16.470	193.550
<b>Produto da Actividade.....</b>	<b>521.410</b>	<b>98.377</b>	<b>9.344</b>	<b>(42.668)</b>	<b>586.463</b>
Custos com Pessoal .....	(153.440)	(25.100)	(2.060)	(3.533)	(184.133)
Outros gastos administrativos.....	(128.337)	(24.138)	(10.276)	(4.071)	(166.822)
Amortizações do exercício.....	(30.167)	(2.646)	(519)	(2.214)	(35.546)
Provisões líquidas de anulações.....	(1.579)	(726)	(1.549)	(26)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações .....	(314.842)	(21.070)	–	(6.364)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações.....	(3.630)	(108)	–	(33)	(3.771)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.....	(18.554)	(68)	(2.141)	(7.069)	(27.832)
Diferenças de Consolidação negativas.....	–	–	–	–	–
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim).....	1.704	(4.510)	–	380	(2.426)
<b>Resultado antes de impostos e de   interesses que não controlam .....</b>	<b>(127.435)</b>	<b>20.011</b>	<b>(7.201)</b>	<b>(65.598)</b>	<b>(180.223)</b>
Impostos .....	34.407	(13.440)	617	5.338	26.922
Correntes.....	(10.444)	(12.554)	(777)	(63)	(23.838)
Diferidos .....	44.851	(886)	1.394	5.401	50.760
<b>Resultado após impostos e antes de   interesses que não controlam .....</b>	<b>(93.028)</b>	<b>6.571</b>	<b>(6.584)</b>	<b>(60.260)</b>	<b>(153.301)</b>
Interesses que não controlam.....	(9.838)	(38)	2.087	(493)	(8.282)
<b>Resultado do Exercício .....</b>	<b>(102.866)</b>	<b>6.533</b>	<b>(4.497)</b>	<b>(60.753)</b>	<b>(161.583)</b>

**Balanço**

31.12.2012

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	180.847	3.257	—	5	184.109
Disponibilidades em outras instituições de crédito	182.488	23.946	3.573	82	210.089
Activos financeiros detidos para negociação	57.054	157.511	160	—	214.725
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19.060	17.759	38.773	3.695	79.287
Activos financeiros disponíveis para venda	463.353	261.056	—	31.157	755.566
Aplicações em instituições de crédito	365.542	1.978	—	—	367.520
Crédito a clientes	9.384.237	429.035	2.639	70	9.815.981
Investimentos detidos até à maturidade	10.546	25.738	—	—	36.284
Activos com acordo de recompra	1.213	25.010	—	—	26.223
Derivados de cobertura	—	—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda	363.381	7.810	—	31.943	403.134
Propriedades de investimento	160.576	—	657.306	106.475	924.357
Outros activos tangíveis	65.247	10.392	136.359	95.027	307.025
Activos intangíveis	22.922	3.256	1	85	26.264
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	59.403	282	—	58.945	118.630
Activos por impostos correntes	10.655	4.805	416	1.340	17.216
Activos por impostos diferidos	227.670	18.670	292	1.966	248.598
Provisões técnicas de resseguro cedido	—	—	—	—	—
Outros activos	182.543	18.830	31.612	24.300	257.285
<b>Total do Activo</b>	<b>11.756.737</b>	<b>1.009.335</b>	<b>871.131</b>	<b>355.090</b>	<b>13.992.293</b>
Recursos de bancos centrais	2.469.263	334.821	—	—	2.804.084
Passivos financeiros detidos para negociação	15.142	101.062	—	—	116.204
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.017	—	—	—	14.017
Recursos de outras instituições de crédito	519.996	106.940	44.995	17.170	689.101
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.556.450	192.395	—	1.585	7.750.430
Responsabilidades representadas por títulos	1.633.515	72.916	—	—	1.706.431
Passivos financeiros associados a activos transferidos	—	—	—	—	—
Derivados de cobertura	—	—	—	—	—
Passivos não correntes detidos para venda	—	—	—	—	—
Provisões	24.237	965	5.662	421	31.285
Provisões técnicas	—	—	—	—	—
Passivos por impostos correntes	4.865	530	416	43	5.854
Passivos por impostos diferidos	54.157	2.561	56	6.285	63.059
Instrumentos representativos de capital	2.009	—	—	—	2.009
Outros passivos subordinados	226.370	1.744	—	—	228.114
Outros passivos	184.716	—	12.111	8.722	205.549
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.704.737</b>	<b>813.934</b>	<b>63.240</b>	<b>34.226</b>	<b>13.616.137</b>

**Balanço**

31.12.2011

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287.067	1.000	—	11	288.078
Disponibilidades em outras instituições	150.169	29.777	3.641	182	183.769

**Balanço**

31.12.2011

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
de crédito .....					
Activos financeiros detidos para negociação .....	54.093	190.158	7.363	—	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	32.952	60.844	50.600	15.742	160.138
Activos financeiros disponíveis para venda .....	342.997	183.619	—	34.872	561.488
Aplicações em instituições de crédito .....	600.248	48.384	39	—	648.671
Crédito a clientes .....	10.756.444	408.432	9.099	9.848	11.183.823
Investimentos detidos até à maturidade .....	13.693	39.813	—	—	53.506
Activos com acordo de recompra .....	72.347	—	—	—	72.347
Derivados de cobertura .....	—	—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda .....	237.762	3.273	—	26.643	267.678
Propriedades de investimento .....	195.279	—	558.069	90.678	844.026
Outros activos tangíveis .....	83.060	15.529	151.767	118.836	369.192
Activos intangíveis .....	20.688	3.710	22	3.036	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	27.839	3.157	1	124.673	155.670
Activos por impostos correntes .....	14.388	7.506	1.116	2.057	25.067
Activos por impostos diferidos .....	108.582	24.474	78	18.045	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	—	—	—	—	—
Outros activos .....	353.574	118.108	45.402	62.328	579.412
<b>Total do Activo .....</b>	<b>13.351.182</b>	<b>1.137.784</b>	<b>827.197</b>	<b>506.951</b>	<b>15.823.114</b>
Recursos de bancos centrais .....	2.171.015	313.271	—	—	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação .....	14.786	74.262	—	—	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados .....	67.177	13.769	—	—	80.946
Recursos de outras instituições de crédito .....	738.007	219.927	63.923	66.658	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	7.802.877	227.007	—	808	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos .....	2.051.841	120.182	—	177.133	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	—	—	—	—	—
Derivados de cobertura .....	130	—	—	—	130
Passivos não correntes detidos para venda .....	—	—	—	—	—
Provisões .....	10.262	1.109	3.055	979	15405
Provisões técnicas .....	—	—	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	11.089	3.130	—	71	14.290
Passivos por impostos diferidos .....	41.286	6.561	60	3.780	51.687
Instrumentos representativos de capital .....	39.997	—	—	3.894	43.891
Outros passivos subordinados .....	215.864	2.676	—	—	218.540
Outros passivos .....	231.427	19.364	142.373	28.448	421.612
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>13.395.758</b>	<b>1.001.258</b>	<b>209.411</b>	<b>281.771</b>	<b>14.888.198</b>

**Segmentos geográficos**

Abaixo apresenta-se a distribuição do resultado líquido e do activo líquido por mercado geográfico relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

**Demonstração de resultados**
**31.12.2012**

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
(milhares de euros)						
Margem financeira: Clientes externos .....	107.764	17.758	46.363	5.031	(4.144)	172.772
Margem Financeira: Inter - Segmentos .....	26.415	338	(8.039)	(17.221)	(1.493)	–
<b>Margem financeira .....</b>	<b>134.179</b>	<b>18.096</b>	<b>38.324</b>	<b>(12.190)</b>	<b>(5.637)</b>	<b>172.772</b>
Rendimento de instrumentos de capital .....	2.396	–	–	–	43	2.439
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos .....	105.909	3.488	5.435	2.374	2.023	119.229
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	16.196	–	–	338	1.081	17.615
Rendimento de serviços e comissões .....	122.105	3.488	5.435	2.711	3.104	136.843
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos .....	(28.059)	(402)	(4.141)	(476)	(1.234)	(34.312)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	(9.334)	(206)	–	(847)	(1.218)	(11.605)
Encargos com serviços e comissões .....	(37.392)	(609)	(4.141)	(1.323)	(2.452)	(45.917)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados .....	(5.443)	607	(1.266)	(3.608)	(1.444)	(11.154)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda .....	(2.700)	(1)	237	–	809	(1.655)
Resultados de Reavaliação Cambial .....	(736)	582	(7.035)	185	560	(6.444)
Outros Resultados de Exploração .....	12.415	1.989	(26.814)	(8.042)	(14.799)	(35.251)
<b>Produto da Actividade .....</b>	<b>224.824</b>	<b>24.152</b>	<b>4.740</b>	<b>(22.267)</b>	<b>(19.816)</b>	<b>211.633</b>
Custos com Pessoal .....	(139.891)	(9.383)	(21.580)	(2.583)	(2.209)	(175.646)
Outros gastos administrativos .....	(108.736)	(10.419)	(20.941)	(3.430)	(2.660)	(146.186)
Amortizações do exercício .....	(30.153)	(1.350)	(1.431)	(32)	(619)	(33.585)
Provisões líquidas de anulações .....	(3.975)	(2.609)	(225)	(168)	–	(6.977)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações .....	(266.922)	(6.011)	(90.780)	(37.110)	(9.920)	(410.743)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	(37.139)	–	–	–	31	(37.108)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....	(70.677)	(635)	(5.740)	–	(1)	(77.053)
Diferenças de Consolidação negativas .....	–	–	–	–	–	–
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim) .....	2.173	(1.093)	–	–	–	1.080
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam .....</b>	<b>(430.496)</b>	<b>(7.348)</b>	<b>(135.957)</b>	<b>(65.590)</b>	<b>(35.194)</b>	<b>(674.585)</b>
Impostos .....	55.859	432	39.156	305	1.204	96.956
Correntes .....	(7.354)	(605)	(1.833)	–	(146)	(9.938)
Diferidos .....	63.213	1.037	40.989	305	1.350	106.894

**Demonstração de resultados**
**31.12.2012**

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam .....</b>	<b>(374.637)</b>	<b>(6.916)</b>	<b>(96.801)</b>	<b>(65.285)</b>	<b>(33.990)</b>	<b>(577.629)</b>
Interesses que não controlam .....	(7.955)	64	1.232	8.141	(206)	1.276
<b>Resultado do Exercício .....</b>	<b>(382.592)</b>	<b>(6.852)</b>	<b>(95.569)</b>	<b>(57.144)</b>	<b>(34.196)</b>	<b>(576.353)</b>

**Demonstração de resultados**
**31.12.2011**

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
(milhares de euros)						
Margem financeira: Clientes externos .....	203.034	6.653	54.006	8.834	4.748	277.275
Margem Financeira: Inter - Segmentos .....	10.305	(1.086)	(4.662)	(11.237)	6.680	–
<b>Margem financeira .....</b>	<b>213.339</b>	<b>5.567</b>	<b>49.344</b>	<b>(2.403)</b>	<b>11.428</b>	<b>277.275</b>
Rendimento de instrumentos de capital .....	377	–	331	–	45	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos .....	110.844	882	22.987	2.344	2.639	139.696
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	17.666	–	–	875	2.481	21.022
Rendimento de serviços e comissões .....	128.510	882	22.987	3.219	5.120	160.718
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos .....	(19.846)	(547)	(7.163)	(393)	(1.383)	(29.332)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	(10.026)	(114)	–	(1.221)	(4.007)	(15.368)
Encargos com serviços e comissões .....	(29.872)	(661)	(7.163)	(1.614)	(5.390)	(44.700)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados .....	(17.719)	1.041	20.871	(3.897)	(2.345)	(2.049)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda .....	(1.919)	(1)	–	–	(417)	(2.337)
Resultados de Reavaliação Cambial .....	5.278	235	(2.545)	(238)	524	3.254
Outros Resultados de Exploração .....	130.169	(386)	65.145	518	(1.896)	193.550
<b>Produto da Actividade .....</b>	<b>428.163</b>	<b>6.677</b>	<b>148.970</b>	<b>(4.415)</b>	<b>7.069</b>	<b>586.464</b>
Custos com Pessoal .....	(139.840)	(4.395)	(33.361)	(3.777)	(2.760)	(184.133)
Outros gastos administrativos .....	(124.467)	(3.648)	(33.191)	(2.183)	(3.334)	(166.823)
Amortizações do exercício .....	(31.650)	(691)	(2.711)	(28)	(466)	(35.546)
Provisões líquidas de anulações .....	(1.248)	–	(1.512)	–	(1.120)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações .....	(283.980)	(1.425)	(24.326)	(15.558)	(16.987)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	(3.772)	–	–	–	1	(3.771)
Imparidade de outros activos .....	(27.832)	–	–	–	–	(27.832)

**Demonstração de resultados**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
liquida de reversões e recuperações .....						
Diferenças de Consolidação negativas .....	–	–	–	–	–	–
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim) .....	400	(2.953)	127	–	–	(2.426)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam .....</b>	<b>(184.226)</b>	<b>(6.435)</b>	<b>53.996</b>	<b>(25.961)</b>	<b>(17.597)</b>	<b>(180.223)</b>
Impostos .....	40.915	355	(17.560)	2.831	381	26.922
Correntes .....	(9.013)	–	(14.645)	–	(180)	(23.838)
Diferidos .....	49.928	355	(2.915)	2.831	561	50.760
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam .....</b>	<b>(143.311)</b>	<b>(6.080)</b>	<b>36.436</b>	<b>(23.130)</b>	<b>(17.216)</b>	<b>(153.301)</b>
Interesses que não controlam .....	(9.556)	192	(522)	2.392	(788)	(8.282)
<b>Resultado do Exercício .....</b>	<b>(152.867)</b>	<b>(5.888)</b>	<b>35.914</b>	<b>(20.738)</b>	<b>(18.004)</b>	<b>(161.583)</b>

**Balanco**

31.12.2012

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	171.672	7.128	2.118	–	3.191	184.109
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	196.275	5.701	1.800	4.515	1.798	210.089
Activos financeiros detidos para negociação .....	125.640	22.405	66.658	–	22	214.725
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	74.515	500	–	3.695	577	79.287
Activos financeiros disponíveis para venda .....	712.784	5.855	31.203	–	5.724	755.566
Aplicações em instituições de crédito .....	336.799	2	14.839	1.156	14.724	367.520
Crédito a clientes .....	8.673.198	443.843	434.062	106.297	158.581	9.815.981
Investimentos detidos até à maturidade .....	25.738	–	10.424	–	122	36.284
Activos com acordo de recompra .....	–	–	26.223	–	–	26.223
Derivados de cobertura .....	–	–	–	–	–	–
Activos não correntes detidos para venda .....	385.188	143	17.182	–	621	403.134
Propriedades de investimento .....	787.945	20.955	51.732	46.582	17.143	924.357
Outros activos tangíveis .....	292.386	7.351	3.233	235	3.820	307.025
Activos intangíveis .....	24.337	1.730	82	–	115	26.264

**Balanço**

31.12.2012

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	84.553	34.077	—	—	—	118.630
Activos por impostos correntes.....	5.823	335	10.814	—	244	17.216
Activos por impostos diferidos.....	190.986	5.989	48.785	2.746	92	248.598
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	—	—	—	—	—	—
Outros activos.....	207.119	9.374	33.524	4.273	2.995	257.285
<b>Total do Activo.....</b>	<b>12.294.958</b>	<b>565.388</b>	<b>752.679</b>	<b>169.499</b>	<b>209.769</b>	<b>13.992.293</b>
Recursos de bancos centrais .....	2.791.275	12.809	—	—	—	2.804.084
Passivos financeiros detidos para negociação .....	116.136	46	—	—	22	116.204
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	—	—	985	—	13.032	14.017
Recursos de outras instituições de crédito .....	572.165	69.658	41.736	57	5.485	689.101
Recursos de clientes e outros empréstimos.....	6.897.216	477.536	6.132	—	369.546	7.750.430
Responsabilidades representadas por títulos.....	1.294.655	—	411.776	—	—	1.706.431
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	—	—	—	—	—	—
Derivados de cobertura .....	—	—	—	—	—	—
Passivos não correntes detidos para venda.....	—	—	—	—	—	—
Provisões .....	18.376	2.609	9.824	403	73	31.285
Provisões técnicas.....	—	—	—	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	3.256	—	4	2.344	250	5.854
Passivos por impostos diferidos.....	55.888	3.155	3.967	—	49	63.059
Instrumentos representativos de capital.....	2.009	—	—	—	—	2.009
Outros passivos subordinados.....	228.114	—	—	—	—	228.114
Outros passivos.....	167.252	3.848	24.281	3.808	6.360	205.549
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>12.146.342</b>	<b>569.661</b>	<b>498.705</b>	<b>6.612</b>	<b>394.817</b>	<b>13.616.137</b>

**Balanço**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
(milhares de euros)						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	266.394	7.773	3.636	—	10.275	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	166.876	3.176	5.023	7.146	1.548	183.769
Activos financeiros detidos para negociação .....	100.257	23.056	128.154	—	147	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.....	111.820	—	6.003	10.762	31.553	160.138
Activos financeiros disponíveis para venda.....	511.098	661	39.411	—	10.318	561.488



**Balanço**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
Aplicações em instituições de crédito.....	624.772	—	20.920	970	2.009	648.671
Crédito a clientes .....	9.811.797	255.574	594.278	205.050	317.124	11.183.823
Investimentos detidos até à maturidade.....	39.812	—	13.558	—	136	53.506
Activos com acordo de recompra.....	51.233	—	21.114	—	—	72.347
Derivados de cobertura.....	—	—	—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda.....	254.006	—	13.672	—	—	267.678
Propriedades de investimento .....	688.183	20.590	81.957	31.447	21.849	844.026
Outros activos tangíveis.....	349.022	6.441	9.393	260	4.076	369.192
Activos intangíveis .....	26.362	729	262	—	103	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	92.813	32.562	30.295	—	—	155.670
Activos por impostos correntes.....	10.125	—	14.698	—	244	25.067
Activos por impostos diferidos.....	122.210	5.496	20.854	2.527	92	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	—	—	—	—	—	—
Outros activos.....	335.070	8.528	142.544	5.766	87.504	579.412
<b>Total do Activo.....</b>	<b>13.561.850</b>	<b>364.586</b>	<b>1.145.772</b>	<b>263.928</b>	<b>486.978</b>	<b>15.823.114</b>
Recursos de bancos centrais .....	2.458.551	25.735	—	—	—	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação .....	89.015	33	—	—	—	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	—	—	20.375	—	60.571	80.946
Recursos de outras instituições de crédito.....	912.143	2.322	160.746	8	13.296	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos.....	7.457.641	266.072	12.600	—	294.379	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos.....	1.700.355	—	576.019	—	72.782	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	—	—	—	—	—	—
Derivados de cobertura.....	130	—	—	—	—	130
Passivos não correntes detidos para venda.....	—	—	—	—	—	—
Provisões .....	13.360	—	1.896	—	149	15.405
Provisões técnicas.....	—	—	—	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	6.300	—	5.419	2.391	180	14.290
Passivos por impostos diferidos.....	37.390	60	12.838	—	1.399	51.687
Instrumentos representativos de capital .....	43.891	—	—	—	—	43.891
Outros passivos subordinados.....	218.540	—	—	—	—	218.540
Outros passivos.....	303.000	1.857	41.894	8.128	66.733	421.612
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>13.240.316</b>	<b>296.079</b>	<b>831.787</b>	<b>10.527</b>	<b>509.489</b>	<b>14.888.198</b>

Ver também a secção 9.6 - “Principais actividades” no Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente” deste Prospecto.

## **10.7 Comparação do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

A actividade da Banif SGPS, *holding* do Banif – Grupo Financeiro no exercício de 2011, foi afectada pela forte deterioração observada na conjuntura económica nacional, que resultou no início da implementação do PAEF, bem como ao nível internacional, com o agravamento da crise de dívida soberana europeia. Assim, os resultados líquidos consolidados da Banif SGPS, *holding* do Banif – Grupo Financeiro, atingiram -161,6 milhões de euros no final do exercício de 2011, face aos 34,4 milhões de euros do período homólogo do ano anterior.

### **Análise de resultados**

#### ***Demonstração de resultados***

O produto da actividade do Banif – Grupo Financeiro atingiu 561,6 milhões de Euros no final do exercício de 2011, registando um aumento de 1,9% em termos homólogos. Para este resultado contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Uma diminuição de 20,4% na margem financeira, para 277,3 milhões de Euros, devido ao agravamento dos custos de financiamento decorrentes do endividamento das *holdings* do Grupo, que aumentaram 21,7 milhões de Euros (+130,3%), mas também devido à consolidação de novas unidades com custos de financiamento de 6,4 milhões de Euros (essencialmente o Banif Imopredial - FIJA). Para além das situações atrás referidas, merece ainda referência o agravamento do custo dos recursos de clientes e a redução da actividade creditícia em 2011. Com efeito, o aumento sustentado dos *spreads* de crédito ao nível do segmento Empresas não foi suficiente para compensar o aumento do custo médio dos depósitos a prazo de clientes, pelo que a margem de intermediação sofreu uma ligeira redução ao longo do período em apreciação.
- Os Outros Proveitos aumentaram 212,2%, para 174,3 milhões de Euros. Merece destaque a mais-valia decorrente da alienação da Banif Corretora de Valores e Câmbio, que ascendeu a 46,8 milhões de Euros em termos brutos (ou 37,7 milhões de Euros líquidos de impostos). De salientar que o Grupo reconheceu, no período em análise, 52,9 milhões de Euros relativos à recompra de passivos financeiros emitidos (14,8 milhões de Euros no exercício de 2010).
- Os Resultados de Operações Financeiras atingiram -1,1 milhões de Euros no final do exercício de 2011, correspondendo a uma diminuição de 104,6%. Em 2010, o Grupo registou um ganho financeiro de 12,1 milhões de Euros na alienação da participação no Finibanco – Holdings, em resultado da oferta pública de aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Relativamente à estrutura de custos, os gastos gerais administrativos e os custos com pessoal (custos de funcionamento) totalizaram 326,0 milhões de Euros, diminuindo ligeiramente 0,6% face ao final do exercício de 2010, reflectindo as medidas de racionalização e optimização adoptadas pelo Grupo. O rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) desceu de 66,3%, no final do exercício de 2010, para 64,4%, no final do exercício de 2011.

O *Cash Flow* de exploração consolidado do Banif – Grupo Financeiro, à data de 31 de Dezembro de 2011, atingiu 235,5 milhões de Euros, o que representa um aumento de 5,5% face ao final do exercício de 2010.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no final do exercício de 2011 um aumento de 204,8% para 377,8 milhões de Euros.

Atendendo à conjuntura económica, o Banif – Grupo Financeiro manteve uma política prudente e conservadora no que respeita à avaliação da imparidade da carteira de crédito, que resultou em dotações líquidas para imparidade no montante de 342,3 milhões de Euros até ao final exercício de 2011, face aos 107,9 milhões de Euros contabilizados no final do mesmo período do ano anterior. Em 2011 o Banif – Grupo Financeiro constituiu imparidade de 7,1 milhões de Euros referente ao *goodwill* na participação no IPME 2012, S.A. e 10,2 milhões de Euros de imparidade referente a imóveis classificados na rubrica “ativos não correntes detidos para venda”.

### **Balanço**

O activo líquido do Banif – Grupo Financeiro totalizava 15.823,1 milhões de Euros, a 31 de Dezembro de 2011, registando um crescimento de 0,8% face ao final do exercício de 2010.

Neste âmbito, o crédito bruto concedido a clientes atingiu 11.948,8 milhões de Euros a 31 de Dezembro de 2011, diminuindo cerca de 6,7% em termos homólogos. No mesmo período, o rácio de imparidade do crédito/crédito total subiu de 4,73% para 6,81%, influenciado sobretudo pelo agravamento dos níveis de incumprimento do crédito a empresas em Portugal.

Em termos de recursos de clientes, merece referência o crescimento homólogo de 2,4% registado nos depósitos, para 8.030,7 milhões de Euros.

Quanto aos recursos “fora de balanço”, o seu total ascendia a 2.962 milhões de Euros a 31 de Dezembro de 2011, reflectindo uma queda homóloga de -22,1%.

Os capitais próprios, deduzidos de interesses minoritários, registaram uma diminuição de 18,3%, de 1.018,3 milhões de Euros para 831,8 milhões de Euros entre o final dos exercícios de 2011 e 2010, essencialmente em resultado dos seguintes factores (aumentos (+); diminuições (-)):

(-) Resultado acumulado do exercício 2011, de -161,6 milhões de Euros.

(-) Diminuição das reservas de reavaliação, em 20,7 milhões de Euros.

(-) Variações cambiais negativas, de 20,7 milhões de Euros.

(+) Ganhos em recompra de acções preferenciais de 16,1 milhões de Euros.

Os fundos próprios de base do Grupo (Tier I) totalizavam 803,6 milhões de Euros, enquanto os activos ponderados (*risk weighted assets*) ascendiam a 11.862,1 milhões de Euros, a que correspondia um rácio de Tier I no final do exercício de 2011 de 6,77 % (contra 7,75% no final do exercício de 2010).

O rácio Core Tier I do Grupo no final do exercício de 2011 ascendeu a 6,78% (contra 6,60% no final do exercício de 2010). Por seu turno, os fundos próprios totais do Banif – Grupo Financeiro elevavam-se a 951,0 milhões de Euros, a que correspondeu a um rácio de solvabilidade total de 8,02% (contra 9,24% no final do exercício de 2010).

### **Resultados da área de banca comercial**

#### **Banif**

No final de 2011 concretizou-se o processo de cisão-fusão da Banif Go – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“Banif Go”), que resultou no aumento de 16,95 milhões de euros do activo líquido e num impacto de -11,7 milhões de euros nos resultados de 2011 do Banif, em base IAS/IFRS.

A análise das demonstrações financeiras e dos principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2011, do qual se destaca:

- O resultado do exercício de 2011 apresenta um prejuízo de 86,65 milhões de Euros no final de 2011, que compara com 37,1 milhões de euros de lucro em 2010;
- O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 60,6% em 2010 para 57,1% em 2011, em consequência da subida do produto da actividade em 4,8% e da descida dos custos de funcionamento em 1,2%.
- O rácio de transformação de depósitos em crédito desceu de 140,7% para 119,5%, em resultado da diminuição do crédito líquido e do aumento dos depósitos de clientes, alcançando-se assim o rácio indicativo previsto no PAEF.
- O rácio de capital Core Tier I ascendeu a 10,1%, acima dos 9,0% de mínimo requerido para 31 de Dezembro de 2011, e o rácio total foi de 11,4%, calculados nos termos regulamentares do Banco de Portugal.

A margem financeira, incluindo o rendimento de instrumentos de capital, apresentou uma descida de 3,5% face ao final de 2010, ascendendo a 223,71 milhões de euros. Os rendimentos de instrumentos de capital incluem dividendos distribuídos antecipadamente pela sociedade Numberone, SGPS, Lda., veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passaram de 16,8 milhões de euros em 2010 para 26,0 milhões de euros em 2011. A evolução da margem financeira propriamente dita foi negativa, devido principalmente à subida das taxas de juro passivas, que foram superiores à progressão verificada nas taxas de juro activas, gerando uma diferença unitária negativa, estimada em 29 p.b.

Nas operações financeiras, registou-se em 2011 um prejuízo no valor de 7,25 milhões de euros, contra um lucro de 0,53 milhões de euros em 2010. O prejuízo de 2011 foi motivado pelos resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 8,16 milhões de euros, justificados principalmente por desvalorizações em unidades de participação de fundos de investimento. Os resultados de activos financeiros disponíveis para venda também foram negativos em 0,64 milhões de euros, contra lucros de 7,51 milhões de euros no ano de 2010, ano em que se efectuou a alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em resultados de reavaliação cambial foram alcançados ganhos de 0,98 milhões de euros, que compararam com 0,78 milhões de euros registados em 2010.

Os outros proveitos líquidos, que incluem rendimento de serviços e comissões, resultados de alienação de outros activos, e os outros resultados de exploração, apresentaram uma subida de 32,7%, passando de 96,5 milhões de euros no exercício de 2010 para 128,1 milhões de euros em 2011. Os rendimentos de serviços e comissões subiram 15,1%, o que evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de clientes do Banco e a revisão das condições de preçário. Em resultados de alienação de outros activos registou-se um prejuízo de 1,8 milhões de euros, justificado principalmente por menos-valias na venda de imóveis, que compara com ganhos de 2,29 milhões de euros, em 2010. Por último, neste agregado, os outros resultados de exploração ascenderam a 47,95 milhões de euros em 2011, com uma subida de 108,2% face aos 23,03 milhões de euros registados em 2010. A principal causa desta evolução decorre do ganho de 25,61 milhões de euros com recompra de passivos emitidos, no âmbito da operação de oferta pública de troca de obrigações subordinadas.

Como corolário da evolução da margem financeira, operações financeiras e outros proveitos líquidos, o produto de actividade subiu 4,8%, totalizando 344,53 milhões de euros. Os custos de funcionamento, que incluem custos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações, ascenderam a 196,73 milhões de euros, menos 1,2% do que no exercício de 2010, conseguindo-se novamente uma redução neste conjunto de custos.

Os custos com pessoal apresentaram um aumento de 3,0%, justificados pelo impacto com a transferência parcial das responsabilidades com pensões para a Segurança Social, que ascendeu a 6,83 milhões de euros. O total das remunerações pagas apresenta uma descida de 3,2%.

Em 2011, os gastos gerais administrativos foram inferiores em 7,2% face a 2010, representando uma poupança de 5,25 milhões de euros. As maiores poupanças registaram-se em serviços informáticos, comunicações, rendas e alugueres e formação de pessoal. Nas amortizações verificou-se uma descida de 3,5%, menos 0,51 milhões de euros.

O desinvestimento na rede de distribuição do Banif em 2011, com o encerramento de 17 agências e a consequente libertação de meios humanos, que se traduziu na redução de 121 colaboradores, foram determinantes na obtenção das poupanças atrás referidas. Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento e na expansão do produto de actividade, a evolução do rácio *Cost to Income* traduz o acréscimo de eficiência de alcançado, tendo passado de 60,6%, no final do de 2010, para 57,1%, no final do exercício em análise.

O *cash flow* de exploração ascendeu a 161,73 milhões de euros, representando um crescimento de 12,2% quando comparado com o final do exercício anterior. As provisões e imparidades, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 265,77 milhões de euros em 2011, mais 180,16 milhões de euros do que em 2010, situação demonstrativa da actual conjuntura económica adversa.

A carga fiscal suportada pelo Banco em 2010 e 2011 é influenciada pelo regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior. Por outro lado, os impostos correntes incluem o impacto com a contribuição extraordinária do sector bancário que ascendeu a 3,28 milhões de euros.

Em consequência da actual conjuntura, a actividade do Banco em 2011 gerou um resultado líquido negativo, em base IAS/IFRS, no montante de 86,65 milhões de euros, contra um lucro de 37,11 milhões de euros em 2010.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2011 se fixaram em -15,7 milhões de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 167,76 milhões de euros (138,70 milhões de euros no final de 2010), e imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 265,27 milhões de euros (85,60 milhões de euros no exercício de 2010), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 72,91 milhões de euros.

No final de 2011, as principais variações ocorridas no Balanço, foram as seguintes:

- Activo líquido aumentou 11,1%;
- Crédito sobre clientes bruto diminuiu 4,5%;
- Depósitos de clientes subiram 10,6%;
- Capitais próprios com uma redução de 75,14 milhões de euros, menos 8,3%.

O activo líquido do Banif ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 16.754 milhões de euros, mais 11,1%, como já referido, relativamente ao exercício de 2010. Este aumento decorre principalmente do aumento dos activos disponíveis para venda, em consequência de aquisições de obrigações no âmbito de operações de securitização realizadas pelo Banco. Retirando este efeito, a variação do activo líquido seria de 6,8%.

No final do exercício de 2011, o saldo bruto do crédito concedido a clientes ascendia a 9.953 milhões de euros, representando uma diminuição de 4,5% relativamente ao exercício anterior.

No segmento de particulares, o crédito concedido bruto ascendia a 4.261 milhões de euros, menos 2,1% do que no período homólogo de 2010, representando 42,8% do total do crédito em balanço. O crédito imobiliário, que dentro do segmento de particulares representa 74,9%, ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 3.192 milhões de euros, dos quais, 2.661 milhões de euros estavam titularizados. Comparativamente ao ano anterior, o saldo do crédito imobiliário diminuiu na globalidade 1,0%, e o titularizado também diminuiu, 4,1%. O crédito ao consumo ascendia no final de 2011 a 345 milhões de euros, contra 375 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 8,1%. O crédito ao consumo titularizado apresenta um aumento de 18,6%, devido à realização, no final de 2011, de uma nova operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 4, que abrangeu 110 milhões de euros de créditos. O outro crédito a particulares ascendia no final de 2011 a cerca de 724 milhões de euros, menos 3,9% do que na mesma data de 2010.

O crédito a empresas ascendia, em 31 de Dezembro de 2011, a 5.611 milhões de euros, menos 6,7% do que na mesma data de 2010. O crédito ao segmento empresas representava no final do exercício em análise 56,4% do total do crédito bruto concedido.

	2011	2010	Variação
	(milhões de euros)		
<b>Particulares.....</b>			
Crédito Imobiliário.....	3.192	3.223	(1,0)%
Do qual titularizado.....	2.661	2.774	(4,1)%
Crédito ao consumo .....	345	375	(8,1)%
Do qual titularizado.....	232	195	18,6%
Outro .....	724	754	(3,9)%
<b>Total Particulares.....</b>	<b>4.261</b>	<b>4.352</b>	<b>(2,1)%</b>
<b>Empresas.....</b>			
Desconto .....	193	293	(34,3)%
Empréstimos .....	2.717	2.706	0,4%
Do qual titularizado.....	863	-	-
Contas Correntes.....	1.913	2.260	(15,3)%
Outros .....	788	755	4,4%
<b>Total Empresas .....</b>	<b>5.611</b>	<b>6.014</b>	<b>(6,7)%</b>
Juros a receber e vencidos.....	81	54	51,8%
<b>Total Crédito Bruto .....</b>	<b>9.953</b>	<b>10.419</b>	<b>(4,5)%</b>
Imparidade de crédito .....	488	347	40,8%
<b>Total Crédito Líquido.....</b>	<b>9.465</b>	<b>10.072</b>	<b>(6,0)%</b>

Em Abril de 2011 securitizaram-se 1.128 milhares de euros de créditos concedidos ao segmento empresas, sob a operação Atlantes SME 1. Além das duas operações de titularização atrás referidas, o Banif realizou em 2011 cessões de crédito, desconhecidas do balanço, no total de 142 milhões de euros, pelo preço de 133 milhões de euros.

A qualidade do crédito deteriorou-se em 2011, como demonstra a evolução do indicador imparidade / crédito total que passou para 4,91% no final de 2011, contra 3,33% no final de 2010.

Os activos financeiros disponíveis para venda, líquidos de imparidade, ascendiam, em 31 de Dezembro de 2011, a 3.979 milhões de euros, mais 800 milhões de euros do que em 2010. Neste aumento, cerca de 501 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2011, a Atlantes SME 1 e Atlantes Finance 4. O restante aumento, corresponde a aquisições de diversas obrigações e de dívida pública.

Relativamente à carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados, verificou-se uma diminuição de 224 milhões de euros, decorrente da venda de unidades de participação de fundos imobiliários e do vencimento de obrigações.

No lado do passivo, o *funding* captado pelo Banif subiu 7,8%, correspondendo a um aumento de 858 milhões de euros, entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011.

	31.12.2011	Estr.	31.12.2010	Estr.	Variação
Recursos de Bancos Centrais.....	2.127	17,9%	1.651	15,0%	28,8%
Recursos de Outras Instituições de					
Crédito .....	859	7,2%	1.013	9,2%	(15,2%)
Recursos de Clientes.....	8.530	71,8%	7.919	71,8%	7,7%
Passivos Financeiros.....	8	0,1%	17	0,2%	(50,8)%
Passivos Subordinados .....	362	3,0%	429	3,9%	(15,6)%
Total do <i>Funding</i> .....	11.886	100,0%	11.028	100,0%	7,8%

Os Recursos de Clientes apresentaram uma forte subida, com um aumento de 611 milhões de euros, mais 7,7%, mantendo um peso de 71,8% no total do *funding*.

Os recursos de bancos centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 476 milhões de euros, mais 28,8% face a 31 de Dezembro de 2010, passando a representar 17,9% do total do *funding*, contra 15,0% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos está associado ao aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

Os recursos de outras instituições de crédito diminuíram 154 milhões de euros face a Dezembro de 2010, menos 15,2%, diminuindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2011, para cerca de 7,2%, em comparação com 9,2% no final de 2010.

Dentro do *funding*, merece destaque os recursos de clientes, que incluem depósitos de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros ao justo valor e que apresentaram a seguinte evolução nos períodos em análise:

	2011	2010	Variação
	(milhões de euros)		
<b>Depósitos de Clientes .....</b>	<b>7.918</b>	<b>7.158</b>	<b>10,6%</b>
À ordem .....	2.445	1.311	86,4%
A prazo.....	4.892	5.304	(7,8)%
Poupança.....	512	503	1,7%
Outros .....	69	40	72,8%
<b>Responsabilidades representadas por títulos.....</b>	<b>611</b>	<b>755</b>	<b>(19,1)%</b>

	2011	2010	Varição
<b>Passivos ao justo valor .....</b>	-	5	(100,0)%
<b>Recursos de Clientes .....</b>	8.530	7.919	7,7%

Os depósitos de clientes subiram 10,6%, no período em análise, representando um aumento de 760 milhões de euros. Por natureza, verifica-se que os depósitos a prazo diminuíram 411 milhões de euros, menos 7,8%, e os depósitos à ordem aumentaram 1.134 milhões de euros, uma subida de 86,4%. Estas variações resultam de uma reclassificação entre produtos, em curso, com um valor estimado em cerca de 975 milhões de euros. Retirando este efeito, a evolução de depósitos a prazo e depósitos à ordem seria de 10,6% e 12,1%, respectivamente. Os restantes tipos de depósitos, poupança e outros, aumentaram 8 milhões de euros e 29 milhões de euros, respectivamente.

A *performance* obtida nos depósitos de clientes foi determinante na evolução favorável do rácio de transformação de depósitos em crédito, que passou de 140,7% em 2010 para 119,5% no final do exercício em análise.

A variação ocorrida em responsabilidades representadas por títulos, com menos 144 milhões de euros, decorre principalmente do vencimento do Banif 2010 Float Euro Medium Term Programme, no montante de 150 milhões de euros, que foi substituído por um outro programa de maturidade trimestral e valor de 20 milhões de euros.

Em 2011, o Banco realizou um aumento de capital social de 14,5 milhões de euros, na sequência do processo de cisão-fusão da Banif GO. Contudo, em consequência dos resultados negativos, os capitais próprios, em base IAS/IFRS, apresentam uma diminuição de 75,1 milhões de euros, para 833,8 milhões de euros no final de 2011, contra 908,9 milhões no final de 2010.

O rácio de solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, passou de 14,1%, no final de 2010 para 11,4% no final de 2011. O rácio Core Tier I apresenta 10,1% em 2011, o mesmo valor apresentado no final de 2010.

## **Resultados da área internacional do Banif – Grupo Financeiro**

### ***Banif (Cayman)***

À data de 31 Dezembro de 2011 o volume de activos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (“**Banif (Cayman)**”) cifrava-se em USD 599 milhões (contra-valor de aproximadamente 462,9 milhões de euros), tendo-se verificado um acréscimo de 16%, comparativamente a 31 de Dezembro de 2010.

O acréscimo verificado no volume dos activos do Banif (Cayman) é explicado essencialmente pelo aumento ocorrido nas rubricas outros activos, que cresceu USD 127,6 milhões (contra-valor de aproximadamente 98,6 milhões de euros); e aplicações em instituições de crédito que verificou um acréscimo de USD 45,7 milhões, face ao período homólogo. No entanto e em idêntico período, ocorreram decréscimos nas rubricas disponibilidades em outras instituições de crédito que cifraram em USD 100,9 milhões (contra-valor de aproximadamente 77,98 milhões de euros), que corresponde a um decréscimo de USD 61,8 milhões (contra-valor de aproximadamente 47,8 milhões de euros); e crédito a clientes que diminuiu USD 65,2 milhões (contra-valor de aproximadamente 50,4 milhões de euros), apresentando um valor de USD 199,8 milhões (contra-valor de aproximadamente 154,4 milhões de euros) comparativamente a 2010. Destaca-se ainda o facto de a rubrica propriedades de investimento registar um saldo de USD 28,3 milhões (contra-valor de



aproximadamente 21,9 milhões de euros) enquanto que no período homólogo esta rubrica não apresentava saldo.

Relativamente ao passivo do Banif (Cayman) verificou-se, face ao fecho do exercício do ano de 2010, um acréscimo de 17%, o que corresponde um aumento de USD 81,8 milhões (contra-valor de aproximadamente 63,2 milhões de euros), cifrando-se em Dezembro de 2011 nos USD 557,2 milhões (contra-valor de aproximadamente 430,6 milhões de euros). Esta variação é essencialmente explicada pelos crescimentos verificados nas rubricas outros passivos que apresenta um valor de USD 69,3 milhões (contra-valor de aproximadamente 53,6 milhões de euros) e uma variação positiva de USD 61,6 milhões (contra-valor de aproximadamente 47,6 milhões de euros); e recursos de outras instituições de crédito, a qual cresceu USD 97,6 milhões (contra-valor de aproximadamente 75,4 milhões de euros) e apresenta um saldo de USD 278,6 milhões (contra-valor de aproximadamente 215,3 milhões de euros). No entanto a rubrica de recursos de clientes e outros empréstimos contraiu-se em USD 22,5 milhões (contra-valor de aproximadamente 17,4 milhões de euros) o que correspondeu a um saldo final de USD 69,5 milhões (contra-valor de aproximadamente 53,7 milhões de euros). Salienta-se ainda que a rubrica outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados em Dezembro de 2011 apresenta saldo zero, quando em Dezembro de 2010 apresentava um saldo de USD 57,2 milhões (contra-valor de aproximadamente 42,8 milhões de euros).

O Banif (Cayman) apresentou um resultado líquido negativo de USD 14 mil (contra-valor de aproximadamente 10,8 mil euros), o que, comparado com o lucro de USD 111 mil (contra-valor de aproximadamente 83,1 mil euros), que o Banco havia registado em 2010, se explica maioritariamente pelas variações abaixo identificadas.

O banco obteve, em 2011, um produto bancário de USD 5,3 milhões (contra-valor de aproximadamente 4,1 milhões de euros), o que representa um aumento de 10% face ao período homólogo. Este aumento deveu-se ao incremento da margem financeira (que apresentou um saldo de USD 3,5 milhões (contra-valor de aproximadamente 2,7 milhões de euros)) e da rubrica outros resultados de exploração, que registou um montante de quase USD 10,0 milhões (contra-valor de aproximadamente 7,7 milhões de euros), enquanto no período homólogo o saldo desta rubrica tinha sido negativo em USD 4,4 milhões (contra-valor de aproximadamente 3,3 milhões de euros). No entanto, foram pagos USD 6,0 milhões (contra-valor de aproximadamente 4,6 milhões de euros) em encargos com serviços e comissões e USD 2,3 milhões (contra-valor de aproximadamente 1,8 milhões de euros) em resultados de alienação de outros activos (em 2010 esta rubrica não apresentou qualquer valor), o que originou o produto bancário acima referido.

Os gastos gerais administrativos de USD 1,5 milhões (contra-valor de aproximadamente 1,2 milhões de euros) e as Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) de USD 3,2 milhões (contra-valor de aproximadamente 2,5 milhões de euros) em 2011 contribuíram para o resultado líquido negativo apresentado.

Considerando a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no país, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro (*“AML rules and regulations”*) e as regras de identificação de Clientes (*“KYC rules”*), são devidamente assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman) nas Ilhas Caimão, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Em Fevereiro de 2010, foi proposta, por uma empresa de consultoria de investimentos, contra o Banif (Cayman), uma acção judicial no Tribunal do estado de Nova Iorque, reclamando o facto de o banco ter, alegadamente, recebido comissões que seriam devidas à referida empresa. O banco entende que a acusação

formulada não tem fundamento, uma vez que nunca houve qualquer relação de negócios entre o banco e a referida empresa, pelo que, apesar da incerteza quanto ao momento e ao valor do desfecho da acção judicial, não espera ter que suportar qualquer compensação ou prejuízo com esta acção, à parte dos custos legais incorridos com a sua defesa.

	2011	2010	Variação
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	599.313	518.283	15,6%
Crédito Concedido .....	199.185	265.015	(24,8)%
Depósitos de Clientes.....	69.449	91.942	(24,5)%
Capitais Próprios.....	42.095	42.910	(1,9)%
Resultado Líquido.....	(14)	111	(112,6)%

### ***Banif International Bank***

À data de 31 de Dezembro de 2011, o volume de activos do Banif International Bank, Ltd. (“**BIB**” ou “**Banif International Bank**”) ascendia a USD 785,3 milhões (contra-valor de aproximadamente 606,9 milhões de euros), tendo-se verificado um acréscimo de 24%, comparativamente ao fecho do exercício de 2010, onde o total do activo do banco era de USD 635,8 milhões (contra-valor de aproximadamente 475,8 milhões de euros).

O aumento verificado no total dos activos do BIB, face ao período homólogo, é maioritariamente explicado pelas variações ocorridas nas rubricas outros activos, com uma variação positiva de USD 39,1 milhões (contra-valor de aproximadamente 30,2 milhões de euros); crédito a clientes, que cresceu USD 110 milhões (contra-valor de aproximadamente 85 milhões de euros); e disponibilidades em outras instituições de crédito cujo aumento se cifrou em USD 100,1 milhões (contra-valor de aproximadamente 77,4 milhões de euros). Contudo em igual período, registou-se um decréscimo significativo de USD 92,0 milhões (contra-valor de aproximadamente 71,1 milhões de euros) na rubrica outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.

No que respeita ao passivo do BIB, verificou-se um acréscimo de 27% que corresponde a USD 162,5 milhões (contra-valor de aproximadamente 125,6 milhões de euros) face ao exercício de 2010, apresentando o total do passivo em Dezembro de 2011, o valor de USD 754,4 milhões (contra-valor de aproximadamente 583 milhões de euros). Esta variação é essencialmente explicada pelo acréscimo verificado na rubrica recursos de outras instituições de crédito, que se cifrou em USD 445,0 milhões (contra-valor de aproximadamente 343,9 milhões de euros), o que correspondeu a um crescimento de USD 165,6 milhões (contra-valor de aproximadamente 128 milhões de euros). Houve no entanto uma redução na rubrica recursos de clientes e outros empréstimos em USD 21,1 milhões (contra-valor de aproximadamente 16,3 milhões de euros), que foi parcialmente compensada pelo acréscimo verificado na rubrica outros passivos em USD 20,0 milhões (contra-valor de aproximadamente 15,5 milhões de euros).

O BIB apresentou, no exercício de 2011, um resultado líquido negativo de USD 12,4 milhões (contra-valor de aproximadamente 9,6 milhões de euros), o que, comparado com o prejuízo de USD 237 mil (contra-valor de aproximadamente 183,1 mil euros), que o banco havia registado em 2010, explica-se maioritariamente pelas variações abaixo identificadas.

Na margem financeira ocorreu uma diminuição de USD 2,0 milhões (contra-valor de aproximadamente 1,5 milhões de euros) (-25%), no entanto devido ao incremento verificado na rubrica rendimentos de serviços e

comissões, que registou um total de USD 14,7 milhões (contra-valor de aproximadamente 11,4 milhões de euros), o banco apresentou um produto bancário de USD 8,9 milhões (contra-valor de aproximadamente 6,9 milhões de euros) (o que corresponde a um aumento de USD 3,4 milhões (contra-valor de aproximadamente 2,6 milhões de euros) face ao período homólogo).

Apesar deste aumento, foram registadas na rubrica correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) USD 19,6 milhões (contra-valor de aproximadamente 15,1 milhões de euros), um aumento de USD 15,3 milhões (contra-valor de aproximadamente 11,8 milhões de euros), face aos USD 4,3 milhões (contra-valor de aproximadamente 3,2 milhões de euros) apresentados no ano de 2010, o que veio influenciar o resultado líquido negativo acima referido.

Considerada a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no país, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - “*AML rules and regulations*” - e as regras de identificação de clientes - “*KYC rules*”) são devidamente assegurados pela direcção geral do Banif International Bank, Ltd. nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	785.259	635.755	23,5%
Crédito Concedido .....	579.781	469.344	23,5%
Depósitos de Clientes.....	224.801	245.945	(8,6)%
Capitais Próprios.....	30.811	43.772	(29,6)%
Resultado Líquido.....	(12.410)	(237)	5.142%

### ***Banif (Malta)***

Em Dezembro de 2011, o Banif (Malta) concluiu o seu quarto ano de actividade e, apesar das incertezas da conjuntura internacional, com a crise da dívida soberana europeia a atingir máximos, riscos de recessão mundial e consequente volatilidade dos mercados, o Banif (Malta) voltou a registar um crescimento significativo da sua actividade em Malta.

O resultado desse crescimento, verificado no seu *core business* na área de retalho e empresas, na actividade de *trading* e, ao mesmo tempo, pelo bom controlo sobre os custos operacionais, permitiu ao banco começar a registar lucros no segundo semestre do ano.

Este crescimento de negócio é um marco importante, que está em linha com as estratégias definidas para o Banif (Malta) no qual se prevê ainda mais investimentos em infra-estruturas, tanto em termos de capacidade de captação de negócio, como em soluções e produtos oferecidos aos seus clientes. O Banif (Malta) está actualmente presente na República de Malta com um centro de empresas e 9 agências, tendo a última delas sido inaugurada no final do segundo trimestre de 2011, em Rabatt. Este crescimento foi complementado com o reforço da capacidade operacional, tanto no “*frontoffice*” como nas áreas de *back-office* e com a extensão das instalações da sede.

Além destas acções, o banco abriu a sua rede interna de ATMs, disponibilizando-a aos seus clientes, lançou produtos alternativos de poupança e disponibilizou novos serviços, como a funcionalidade do Banif@st pagamento de facturas.

No final de Dezembro de 2011, o número de empregados do Banif (Malta), atingiu 144 pessoas (em Dezembro de 2010 eram 137).

Durante o ano de 2011, o Banco voltou a ter um crescimento significativo nas áreas de retalho e de empresas, o que resultou num crescimento importante do seu produto bancário e nos respectivos resultados do exercício.

A carteira de empréstimos cresceu 93,9 milhões de euros, representando um aumento de 60% quando comparado com 156,9 milhões de euros, alcançados em finais de Dezembro de 2010. A carteira de depósitos de clientes embora tenha diminuído de 433,7 milhões de euros, no final de Dezembro de 2010, para 261,9 milhões de euros, no final de Dezembro de 2011, teve uma importante consolidação e apresentou maior dispersão de maturidades, atenuando o risco de liquidez.

A queda nos depósitos de clientes deveu-se ao levantamento de um depósito de 250 milhões de euros, de um institucional internacional, depositado no banco no final de 2010, por um período de curto prazo e maturidade no primeiro trimestre de 2011.

Dado o risco de concentração, este depósito não foi considerado para efeitos de sustentabilidade do negócio do banco em Malta. Comparando a evolução dos depósitos de clientes e excluindo este depósito extraordinário, o crescimento desta rubrica foi de 42,5%.

A margem financeira resultante foi de 5,6 milhões de euros, o que, comparado com o ano anterior, representa um crescimento de 69,4% (2010: 3,3 milhões de euros).

Quanto à margem complementar, o resultado de serviços e comissões somou 1,255 milhões de euros (2010: 0,806 milhões de euros) e os resultados de *trading* 1,932 milhões de euros (2010: 1,009 milhões de euros). O resultado em serviços e comissões deveu-se principalmente ao aumento da carteira de crédito, ao aumento das taxas cobradas sobre as garantias emitidas e ao aumento de outros serviços bancários de retalho.

Quanto aos resultados de *trading*, o Banif (Malta) aumentou o nível de actividade da sala de mercados durante o ano de 2011, por um lado, em actividades de moeda estrangeira e, por outro, constituindo uma carteira de títulos nacionais e internacionais corporativos e, na generalidade, cobertos ("*covered bonds*"), com vencimentos de curto prazo. Alguns destes títulos foram utilizados, nomeadamente, em operações de *repos* para efeitos de liquidez do banco e, ao mesmo tempo, para maximizar os resultados.

Durante o ano de 2011, o produto bancário foi de 8,8 milhões de euros, representando um aumento de 71,6% quando comparado com o registado no ano anterior, de 5,1 milhões de euros. No total, o produto bancário cobriu em 92,1% os custos operacionais, incluindo provisões e imparidade líquidas (2010: 55,8%).

Quanto aos custos operacionais durante o período em análise, reflectem o aumento dos custos com pessoal e sistemas tecnológicos de suporte. Assim, os custos com pessoal, gastos gerais administrativos, depreciação de imobilizado e amortização de activos intangíveis, aumentaram no total 2,6%, passando de 8,5 milhões de euros em 2010 para 8,7 milhões de euros em finais de 2011. Os custos com pessoal representaram 49,8% (2010: 43,6%) dos custos operacionais totais. Embora o banco tenha atingido, em Setembro de 2011, numa base mensal, o seu *break even* operacional, o resultado total do exercício para o período em análise traduziu-se em uma perda antes de impostos de 0,753 milhões de euros, o que representou uma evolução significativa e positiva em termos de resultados e *performance* do banco (2010: 4,051 milhões de euros de perda para o mesmo período).

Levando em consideração a referida perda e a possibilidade de *offset* contra previsíveis lucros futuros para efeitos fiscais, registou-se um efeito positivo de imposto diferido de 0,175 milhões de euros (2010: 1,376 milhões de euros).

O total dos activos no final de Dezembro de 2011 totalizou 470,4 milhões de euros (2010: 458,6 milhões de euros), sendo que a maior componente do mesmo corresponde ao crédito a concedido a clientes, que totalizou 250,9 milhões de euros (2010: 156,9 milhões de euros). Como durante o ano 2011 o Banco continuou a aumentar a sua carteira de *trading* e investimentos, os activos financeiros totalizavam 65,2 milhões de euros no final de Dezembro de 2011 (2010: 4,179 milhões de euros), representando a segunda maior componente dos activos do Banif (Malta).

O investimento em activo imobilizado, equipamentos e outros activos intangíveis líquidos de depreciação e amortização, representou 9,6 milhões de euros (2010: 7,818 milhões de euros).

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	470.404	458.641	2,6%
Crédito Concedido Bruto .....	250.914	156.950	59,9%
Depósito de Clientes .....	261.873	433.679	(39,6)%
Capital Social .....	32.500	25.000	30,0%
Margem Financeira .....	5.611	3.311	69,4%
Crédito Vencido / crédito total .....	1,45%	2,38%	(39,1)%
Produto da Actividade .....	8,797	5.126	71,6%
Resultado Líquido .....	(528)	(2.675)	(80,3)%
ROA .....	(0,16)%	(0,88)%	(81,8)%
ROE .....	(2,61)%	(17,36)%	(85,0)%
Rácio de Solvabilidade .....	8,37%	8,29%	1,0
Cost-to-income .....	99,24%	165,96%	(40,2)%
N.º de Agências .....	9	8	12,5%
N.º de Empregados .....	144	137	5,1%

### **Banif Brasil**

Em 2011, dadas as incertezas relativas à Zona Euro, as dificuldades de Portugal com as negociações para servir a sua dívida externa, e os impactos negativos na economia brasileira causados pela política monetária restritiva de subida das taxas de juro, em conjunto com a ausência de uma flexibilidade fiscal que pudesse dar as empresas melhores perspectivas e maior actividade comercial, o Banif Brasil adoptou uma postura conservadora na concessão de crédito, privilegiando os clientes mais antigos, com um relacionamento favorável com a instituição, e assumindo um critério muito selectivo no desenvolvimento de novas relações comerciais.

Por essa razão, o Banif Brasil alterou a sua estratégia de crescimento, que acompanhou nos últimos anos o crescimento da economia brasileira, e passou a actuar em produtos de maior rentabilidade e de menor risco de concentração, procurando manter a sua posição no mercado.

O programa de crescimento da rede de agências, que conta actualmente com 13 agências no país, foi interrompido, não se tendo procedido a novas aberturas de sucursais em 2011. Foi colocada em prática na rede comercial uma estratégia de venda de produtos de crédito ao consumo, crédito automóvel e cartões de crédito, procurando alicerçar nesses mercados o desenvolvimento da base de clientes.

Na sequência dessa estratégia, os activos líquidos reduziram-se ligeiramente, em 3%, em 2001 com relação ao ano de 2010, tendo encerrado o exercício com 1,919 mil milhões de reais (correspondente a aproximadamente 788,7 milhões de euros; 1 euro = R\$2,4331). O crédito líquido manteve-se próximo dos níveis de 2010, com uma redução da ordem de 4%, para 1,143 mil milhões de reais (correspondente a aproximadamente 469,8 milhões de euros; 1 euro = R\$2,4331). Os recursos de clientes mantiveram-se praticamente estáveis em 1,024 mil milhões de reais (correspondente a aproximadamente 420,9 milhões de euros; 1 euro = R\$2,4331), apresentando uma redução de 2% no exercício.

O resultado líquido do banco apresentou um crescimento significativo no período, de 556%, encerrando o exercício com um lucro líquido de 12,6 milhões de reais (correspondente a aproximadamente 5,2 milhões de euros; 1 euro = R\$2,4331). Este resultado está relacionado com a estratégia de redireccionar a actividade financeira do banco para empréstimos e parcerias comerciais na área do imobiliário, além da aposta no crédito ao consumo, que apresenta melhores taxas de retorno.

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	1.919.307	1.978.000	(3)%
Crédito Líquido .....	1.143.733	1.194.371	(4)%
Recursos de Clientes .....	1.024.183	1.042.321	(2)%
Capitais Próprios .....	203.240	176.744	15%
Produto Bancário .....	85.185	94.791	(10)%
Cash Flow de Exploração .....	41.830	27.621	51%
Resultado Líquido .....	12.652	1.929	556%
N.º de agências .....	13	13	0%
Número de Empregados .....	275	322	(15)%

### **Banca Pueyo**

A Banca Pueyo contava, em finais de 2011, com 90 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões – Pueyo Pensiones EGFP, S.A. – e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación, S.A.

Durante o exercício de 2011, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de agências, tendo inaugurado 2 novas agências, ambas na Estremadura.

A actividade do sector bancário espanhol, em 2011, esteve marcada pela crise económica internacional e pela reestruturação das Caixas de Aforro. A necessidade de liquidez por parte do sector financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos clientes, o que manteve a remuneração dos mesmos em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2011 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre crédito e

recursos de clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 2,34% no crédito concedido e de 3,40% nos depósitos de clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada durante todo o exercício de 2011. Estes números permitem à Banca Pueyo iniciar o exercício de 2012 em óptimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O crédito a clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2011, o montante de 679 milhões de euros. Deste valor, 77% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias. Os depósitos de clientes atingiram o montante de 860 milhões de euros. Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um rácio de crédito vencido de 2,10% sobre o total da carteira de crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 174%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2011, um lucro líquido de 5,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11,18% em relação ao resultado do exercício anterior.

Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

	2011	2010	Variação
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	1.024.350	982.806	4,23%
Crédito Concedido Bruto .....	679.462	663.943	2,34%
Depósitos de Clientes.....	859.678	831.446	3,40%
Capitais Próprios.....	85.028	81.170	4,75%
Margem Financeira .....	31.259	28.746	8,74%
Produto da Actividade.....	10.155	12.767	(20,46)%
Resultado Líquido .....	5.117	5.761	(11,18)%
ROA .....	0,48%	0,5%	-
ROE .....	5,84%	6,87%	-
Crédito em Incumprimento / Crédito Total.....	1,54%	1,65%	-
Cost-to-income.....	50,57%	50,45%	-
N.º de Agências.....	90	88	3,27%
N.º de Colaboradores .....	227	225	0,89%

### ***Banco Caboverdiano de Negócios***

Durante 2011, a economia em Cabo Verde, apesar da crise financeira internacional, manteve alguma estabilidade, com taxas de crescimento real do PIB estimadas em torno de 5%.

Neste contexto, merece particular destaque a intervenção, em Dezembro de 2011, de cariz restritivo a nível da política monetária por parte do Banco Central, que aumentou a sua taxa directora em 150 pb e a taxa de disponibilidade mínimas de caixa de 16% para 18%, com o intuito de estabilizar as reservas cambiais, o que se traduz num acréscimo de custos de *funding* e pressão adicional sobre a gestão de liquidez para todos os intervenientes no sector financeiro.

Para o Banco Caboverdiano de Negócios, o ano de 2011 foi marcado pela continuidade da política de selectividade na concessão de crédito, que se traduziu numa redução de cerca de 4% da sua carteira de crédito bruto a clientes. Igualmente em 2011, o banco viu reduzir-se a sua carteira de recursos de clientes em cerca de

16%, tendo esta variação negativa decorrido da redução da importância de um grupo limitado de grandes clientes, designadamente projectos imobiliários e empresas públicas. Este facto obrigou o banco a adoptar uma política de gestão criteriosa da liquidez e a procurar alternativas de funding junto do mercado interbancário, tanto em Cabo Verde como junto do Grupo. Nesta linha, merece realce a obtenção de uma linha de crédito de médio – longo prazo, em condições favoráveis, junto da Proparco (França).

No que concerne à demonstração de resultados, a margem financeira manteve-se estável, ainda que espelhe uma redução de 13% em juros recebidos, traduzindo o aumento significativo da carteira de crédito vencido (tendo o rácio de crédito em incumprimento passado de 2,24% em 2010 para 6,7% para 2011), compensada por uma redução nos juros pagos em cerca de 27%. A margem complementar, por seu lado, apesar da revisão do preçário e comportamento positivo da posição cambial, apresenta uma redução de cerca de -9%, negativamente afectada pela redução da actividade creditícia.

Em termos de eficiência operacional, o rácio *Cost to Income* reduziu-se de 63% em 2010 para 61% em 2011.

Em síntese, em 2011, os resultados antes de impostos reduziram-se cerca de -25% e os resultados líquidos em cerca de -32%.

O banco procedeu, em Dezembro de 2011, à racionalização da sua estrutura comercial, com o encerramento de duas sub-agências e a integração do centro de empresas na rede de agências, consolidando a área comercial numa única Direcção.

	2011	2010	Variação
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo Líquido .....	109.349	113.912	(4)%
Crédito Concedido Bruto .....	87.566	91.308	(4,1)%
Depósitos de Clientes.....	73.375	87.486	(16,1)%
Capitais Próprios.....	10.341	9.999	3,4%
Margem Financeira .....	4.704	4.706	0,0%
Produto da Actividade.....	6.206	6.350	(2,3)%
Cash Flow de Exploração .....	2.873	3.078	(6,7)%
Resultado Líquido.....	491	719	(31,8)%
ROA.....	0,45%	0,63%	(0,2)%
ROE .....	4,74%	7,19%	(2,4)%
Crédito em Incumprimento / Crédito Total.....	6,7%	2,3%	4,4%
Imparidade / Crédito em Incumprimento .....	89,4%	165,6%	(76,2)%
Cost-to-income.....	60,5%	62,6%	(2,1)%
N.º de Agências.....	18	21	(3)%
N.º de Colaboradores .....	124	124	0,0%
Rácio de Solvabilidade .....	12,4%	11,0%	1,4%

## Resultados por actividade

### *Banca de crédito especializada*

#### Banco Mais

O ano de 2011 foi marcado pelos impactos na actividade de concessão de crédito da crise económica e das medidas de austeridade impostas a Portugal e os seus efeitos negativos na oferta e procura de financiamentos e no perfil de risco dos potenciais clientes.



No que respeita à principal actividade desenvolvida pelo Banco Mais, a concessão de financiamento para a aquisição de veículos usados, de acordo com os dados da ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado, financiaram-se 828,8 milhões de euros, menos 17% do que em 2010, correspondentes a 71.785 unidades, menos 14.437 unidades do que no ano anterior.

Conforme referido, em 2011 foi concluído o processo de cisão-fusão da Banif Go, tendo o Banco Mais incorporado o património relativo às actividades de “*leasing* mobiliário” e “financiamento de aquisições a crédito”. Note-se que concretização e respectivo *booking* de novas operações relativas a estes financiamentos já tinham passado a ser efectuados no Banco Mais desde 2010.

O ano de 2011 foi também um ano de esforço de contenção de custos, tendo sido desenvolvidas várias medidas neste sentido.

Na Eslováquia, em 2011, o mercado automóvel registou um crescimento, tendo o segmento de veículos ligeiros de passageiros novos crescido 6,5% face a 2010.

Na Polónia e ao contrário de 2010, o mercado automóvel registou um fraco desempenho em 2011 face ao ano anterior, com o nível de vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos a apresentar uma diminuição de 12,4%.

Em 2011 as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram 1.950 contratos (1.579 contratos em 2010), com um total de crédito concedido de 8,7 milhões de euros (6,5 milhões de euros em 2010), o que traduz um crescimento do crédito concedido em ambos os países, apesar dos diferentes contextos de mercado referidos.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2011, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo líquido.....	1.037.781	827.278	25.4%
Crédito Total .....	931.301	780.091	19.4%
Capitais Próprios .....	247.883	215.824	14.9%
Produção global.....	143.400	173.772	(17.5)%
Margem Financeira .....	35.003	39.112	(10.5)%
Produto da Actividade.....	48.204	49.596	(2.8)%
Cash-flow .....	26.733	28.282	(5.5)%
Resultado líquido .....	(995)	19.726	(105.0)%
Custos Pessoal/Produto Bancário.....	18.0%	17.3%	-
Cost to income.....	46.9%	45.1%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio.....	6.2%	6.5%	-
ROE.....	(0.5)%	11.0%	-
ROA .....	(0.1)%	2.3%	-
RAI/Activo Líquido Médio.....	(0.4)%	2.9%	-
RAI/Capitais Próprios Médios .....	(1.6)%	12.6%	-
Imparidade do Crédito / Crédito Total .....	24.4%	22.9%	-
Rácio Solvabilidade .....	32.0%	23.4%	-
Pontos de Venda.....	20	20	0.0%
N.º de Empregados <sup>(1)</sup> .....	243	267	(9.0)%

(1) Em 31.12.2011 inclui 35 colaboradores do ex-Banif Go.

### Banif Plus Bank, ZRT

Em 2011 a actividade da subsidiária do Banco Mais na Hungria contrariou a tendência negativa do mercado húngaro de financiamento de automóveis usados, que registou um decréscimo de 17% no número de unidades financiadas, tendo registado um aumento no número de contratos celebrados de 21,4% (e de 26% em termos de valor de crédito concedido). Este desempenho acima do mercado é em parte explicado pelo facto de em anos anteriores esta subsidiária ter sentido fortes quebras da sua produção. Acima das quedas do mercado, situação que começou a inverter em 2010, mas cuja recuperação foi sobretudo notória em 2011, tendo recuperado parcialmente a sua posição no mercado.

Estes números são mais expressivos tendo em consideração o esforço de redução dos custos de estrutura da filial, e que teve implicações ao nível da rede de delegações que passou de 9 para 6 balcões.

Apesar da referida evolução do mercado de financiamento, as vendas de veículos novos e usados apresentaram em 2011 evoluções positivas de 3,7% e 6,7%, respectivamente. Contudo, a penetração das vendas a crédito no ponto de venda reduziu-se em cerca de 2,3 pontos percentuais nas vendas de veículos usados (passando de 10,5% do total das transacções em 2010, para 8,2% em 2011) e cerca de 1,8 pontos percentuais no segmento de veículos novos (decrecendo de 29,3% para 27,5%).

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Activo líquido.....	94.137	113.021	(16,7)%
Crédito Total .....	85.809	111.107	(22,8)%
Capitais Próprios .....	25.168	29.923	(15,9)%
Produção global.....	10.594	6.732	57,4%
Margem Financeira .....	9.720	9.914	(2,0)%
Produto da Actividade .....	11.195	12.156	(7,9)%
Cash flow.....	5.947	6.985	(14,9)%
Resultado líquido.....	3.844	3.095	24,2%
Custos Pessoal/Produto Bancário .....	32,9%	29,0%	-
Cost to income.....	49,1%	45,0%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio.....	10,9%	10,3%	-
ROE.....	14,7%	10,2%	-
ROA .....	3,7%	2,6%	-
RAI/Activo Líquido Médio .....	4,6%	3,1%	-
RAI/Capitais Próprios Médios .....	17,8%	12,2%	-
Imparidade do Crédito / Crédito Total .....	16,1%	14,4%	-
Rácio Solvabilidade.....	25,75%	25,2%	-
Pontos de Venda.....	6	9	(33,3)%
N.º de Empregados .....	71	90	(21,1)%

### Banif Rent

Durante o ano de 2011 o mercado de automóveis ligeiros assistiu mensalmente a quebras consecutivas nas suas vendas, terminando o ano com menos 30% de unidades vendidas face aos valores registados no ano anterior. A conjuntura macroeconómica adversa que se vive no nosso país, os critérios de análise mais restritivos na concessão de crédito e as altas taxas de juro, variáveis importantes na decisão de compra, contribuíram para as quebras registadas.

O mercado do Aluguer Operacional de Veículos (AOV) registou, segundo dados da ALF (Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting), uma quebra de 10% face aos valores do ano de 2010.

Esta quebra não foi tão acentuada quanto a registada no mercado automóvel, devido ao facto das gestoras de frotas terem optado por efectuar prolongamentos dos contratos existentes, bem como pelo realuguer de viaturas já existentes nas suas frotas, o que lhes permitiu contrariar a quebra da procura com níveis de investimentos mais reduzidos.

A actividade desenvolvida pela Banif Rent acompanhou a tendência negativa do mercado automóvel tendo registado um decréscimo na sua produção de 43%. Este decréscimo deveu-se à conjugação dos factores já referidos, associados à implementação de uma estratégia de desaceleração e controlo do investimento.

Em 2011 foram celebrados 1.593 contratos (2.800 no período homologado de 2010), o que correspondeu a um investimento de 8 milhões de euros.

No final de 2011 a frota total sob gestão era de 3.394 veículos (4.671 no final de 2010), o que representa um decréscimo de 27% face ao ano anterior.

Do total dos veículos sob gestão, 2.718 (80%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro da Açoreana), o que face a 2010 representa, no total da frota, uma maior proporção de viaturas com serviços associados.

Apesar da situação adversa do mercado, e consequente impacto na conta de exploração, a Banif Rent não limitou o apoio dado na gestão da frota automóvel do Banif – Grupo Financeiro.

O resultado líquido do período foi negativo em 11 milhões de euros, que compara com 317 mil euros negativos em 2010. Para este resultado contribuiu, significativamente, o constante aumento do custo de *funding* verificado durante o ano de 2011 e o reforço das perdas por imparidade em 6,7 milhões de euros (4,3 milhões de euros em dívidas de clientes e 2,4 milhões de euros em activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda), consequência de uma política de prudência que tem vindo a ser adoptada pela empresa.

Em Dezembro de 2011, procedeu-se ao reforço dos capitais próprios da sociedade em 8,5 milhões de euros através de prestações suplementares efectuadas pelo accionista único Banif Comercial, SGPS, S.A.

A 31 de Dezembro de 2011, o número de colaboradores da Banif Rent era de 33.

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Rubrica</b>			
Produção - n.º contratos.....	1.593	2.800	(43)%
Produção - Investimento.....	8.024	26.282	(69)%
Frota sob gestão.....	3.394	4.671	(27)%
EBITDA .....	10.667	14.323	(26)%
Activo .....	73.060	94.669	(23)%
Capitais Próprios .....	(2.288)	501	(557)%
N.º empregados .....	33	35	(6)%
Resultados Antes de Impostos.....	(10.659)	(746)	1.329%
Resultado Líquido .....	(11.289)	(317)	3.461%

### Actividade de banca de investimento

Tomando o universo da fileira de banca de investimento em Portugal e a perspectiva das contas consolidadas (relevando IAS), os resultados decresceram fortemente em 2011, de um lucro líquido de 8,1 milhões de euros para um prejuízo de 0,9 milhões de euros<sup>3</sup>.

Esta regressão, que interrompe uma trajectória de crescente geração de valor, encontra explicação numa descida de 17% no principal indicador de actividade, o produto bancário, de 36,4 para 30,2 milhões de euros e no crescimento de 102% do *stock* de imparidade sobre crédito, condicionando a rubrica global de dotação para provisões e imparidades a uma contribuição adversa de 7,9 milhões de euros, contra apenas 2,1 milhões de euros no ano passado.

Em relação ao produto bancário, é de notar que os seus dois principais componentes sofreram evoluções desfavoráveis. A margem financeira caiu 29%, de 14,4 para 10,2 milhões de euros, devido à extraordinária subida do custo dos depósitos e dos fundos tomados ao abrigo da linha do Banif, só parcialmente repercutida nas aplicações. As comissões líquidas descenderam 23%, de 21,5 para 16,6 milhões de euros, mercê do abrandamento sentido nas actividades de “*advisory services & banking*” e de corretagem de acções no banco e do notório decréscimo das comissões gerada pela gestora de activos (-34%), fortemente impactada pela quebra de comissões de gestão e desempenho nos fundos imobiliários.

Já os resultados de operações financeiras tiveram um comportamento misto. De facto, enquanto a carteira proprietária de fundos de investimento – com destaque para as posições em Infra Invest, Banif Capital Infrastructure Fund, New Energy Fund, Ged Sur e Capven – sofreu uma considerável depreciação ao longo de exercício, os resultados cambiais, a imunização do risco República em carteiras valorizadas a *fair value* e a operação de recompra de obrigações próprias empreendida no final do ano permitiam que o agregado crescesse de 0,1 para 3,0 milhões de euros.

Os custos com o pessoal, incluindo 818 milhares de euros de indemnizações pagas no contexto de acordos de rescisão por acordo mútuo, cresceram 5,6% em relação ao ano transacto. Não fossem aquelas indemnizações os custos com o pessoal teriam decrescido 1,6%.

Os custos com fornecimentos e serviços externos caíram 12% (1,2 milhões de euros), com forte contributo da publicidade e de um conjunto de outras naturezas. As amortizações cresceram no exercício, quase exclusivamente devido à sub-rúbrica de *software*.

A dotação líquida para provisões atingiu, como referido, o montante de 7,9 milhões de euros, valor que compara com 2,1 milhões no ano passado. Para este desempenho contribuiu de forma decisiva o forte reforço das imparidades de crédito, elevadas de 6,4 para 13,1 milhões de euros.

Por último, algumas notas sobre a evolução das principais massas de balanço destacando, desde logo, o decréscimo do activo em 246 milhões de euros (-18%), assente em decréscimos nas carteiras de obrigações (-199 milhões de euros), unidades de participação de fundos de investimento (-36 milhões de euros) e crédito vivo (-35 milhões de euros), esta última infelizmente contrabalançada pelo crescimento de 32 milhões no crédito vencido. Quanto ao passivo e situação líquida, merecem realce a subida da exposição ao ECB, sobretudo na exposição média ao longo do ano (+135 milhões de euros), a quebra nos depósitos de empresas e institucionais, a recompra de dívida própria (gerando uma importante mais valia, no montante de 6.094,5 milhares de euros) e o aumento de capital de 30 milhões de euros realizado em Dezembro. As reservas de

---

<sup>3</sup> Os resultados individuais (NCA) do Banif Investimento cifraram-se em 3.0 milhões de euros em 2011.

reavaliação foram impactadas negativamente em 17 milhões de euros (23 milhões antes do efeito fiscal) devido à degradação do risco República.

	2011	2010	Varição
	(milhares de euros)		
<b>Individual</b>			
Activo Líquido .....	1.102.738	1.322.666	(17)%
Capitais Próprios .....	77.027	60.968	26%
Produto Bancário .....	22.613	28.512	(21)%
<i>Cash Flow</i> .....	8.631	14.493	(40)%
Resultado do exercício .....	3.063	5.836	(48)%
<b>Subconsolidado (*)</b>			
Activo Líquido .....	1.093.293	1.339.229	(18)%
Capitais Próprios .....	89.253	77.485	15%
Produto Bancário .....	30.203	36.499	(17)%
<i>Cash-Flow</i> .....	18.177	15.685	16%
Resultado do exercício .....	(887)	8.182	n/a

(\*) Como não existe uma entidade *holding* que consolida a banca de investimento, entenda-se por Subconsolidado o conjunto de participações das quais o Banif Investimento é titular às datas de referência apresentadas. Esta informação é tratada para efeitos de gestão.

### Seguros

O exercício de 2011 desenvolveu-se em condições de envolvente externa extremamente difíceis, marcado pela actual crise económica e pelo início do processo de ajustamento da economia portuguesa, ao qual o sector segurador português não ficou indiferente.

O mercado segurador nacional atingiu cerca de 11,6 mil milhões de euros em volume de negócio, segundo dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores, o que traduz uma quebra face ao ano anterior de 28,6%. A evolução negativa registada pelo mercado segurador, contrariando a tendência do último ano, verificou-se quer no ramo não vida (-0,9%) quer no ramo vida (-38,1%), onde a quebra foi bastante mais acentuada.

No ramo vida é de salientar o decréscimo de 60% na produção dos planos poupança reforma (PPR), justificado quer pela redução dos incentivos fiscais associados a estes produtos quer pelo maior esforço de captação de poupanças efectuado pelo sector bancário, em particular sob a forma de depósitos a prazo. Nos ramos não vida observou-se uma contracção do seu volume de produção, em particular nos ramos acidentes de trabalho (-3,7%) e automóvel (-0,8%).

Após a integração da Global Seguros e Global Vida, cujo processo de fusão ficou concluído no início de 2011, a Açoreana passou a ser uma das companhias com maior peso no sector segurador português em particular no ramo não vida, onde ocupa a quinta posição do *ranking* e detém uma quota de 7% (fonte: APS, “Produção de Seguro Direto 2012”, de Fevereiro de 2013). Apesar do esforço decorrente do processo de fusão das companhias, em particular no alinhamento e uniformização da cultura, processos e sistemas, a Açoreana manteve o foco na persecução dos seus objectivos, consolidando a sua capacidade de desenvolvimento sustentado.

Da *performance* evidenciada pela Açoreana em 2011, merecem particular destaque:

- A melhoria significativa dos indicadores económico-financeiros, destacando-se a evolução positiva dos resultados líquidos que se traduziu na melhoria da rentabilidade dos capitais próprios;
- A evolução positiva dos indicadores de gestão técnica, nomeadamente da taxa de sinistralidade dos ramos não vida, que apresentou um decréscimo de 7 p.p., resultado da implementação de mecanismos mais rigorosos de selecção de risco, monitorização e controlo de carteiras;
- O comportamento verificado pelo ramo vida, em particular no ramo vida risco, que registou um crescimento de 5%, em contraciclo com o mercado segurador (-2,5%).

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos, ascendeu aos 475,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 13,3% face ao ano transacto.

O ramo vida registou uma produção de 187,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo face ao ano anterior de 22,3%, quando o mercado sofreu uma quebra de 38,1%. A venda de produtos de capitalização e PPR tem sofrido, devido à actual conjuntura económica, uma quebra significativa. No entanto, a variação negativa de 33,7%, registada pela companhia nos produtos PPR, é consideravelmente melhor que a quebra de 60% verificada pelo mercado. No ramo vida risco a companhia apresenta um crescimento de 5% face ao ano anterior, claramente em contraciclo com o mercado, que terminou o ano com uma quebra de 2,5%.

Os ramos não vida apresentaram em 2011 uma variação negativa do volume de prémios na ordem dos 6,3%, quando comparados com os valores agregados de 2010, destacando-se a diminuição verificada nos ramos acidentes de trabalho e automóvel. Esta variação traduz, para além da perda sempre expectável em cenários de fusão, o contexto económico desfavorável, bem como o impacto do processo de saneamento de carteira implementado pela companhia, em alinhamento com o objectivo estratégico de melhorar os níveis de rentabilidade da carteira dos ramos não vida. Não obstante, importa referir a evolução muito positiva registada pelo ramo saúde, com uma variação de 9,7% face a 2010.

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 4,1%, sendo de 7% nos ramos não vida e 2,5% no ramo vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 49 delegações próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 4 300 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2011, 57,1% na estrutura de distribuição da Açoreana.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 56,4% da produção do ramo vida e por 2,8% da produção dos ramos não vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 5.014 milhares de euros, revelam uma recuperação face a 2010, não obstante o contexto económico extremamente adverso em que a actividade se desenvolveu acrescido da actual conjuntura desfavorável dos mercados de capitais, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos, nomeadamente no reconhecimento de imparidades, cujo montante atingiu cerca de 29 milhões de euros.

O activo líquido e os capitais próprios atingiram, respectivamente, o montante de 1.250,8 milhões de euros e de 115,5 milhões de euros.

Resultante do processo de fusão, foi efectuado, em Janeiro de 2011, um aumento do capital social da Açoreana para 82,5 milhões de euros. Com vista ao reforço dos elementos constitutivos da margem de solvência, os accionistas da Açoreana procederam, em Abril de 2011, ao aumento do capital social da companhia em 25 milhões de euros, situando-se o mesmo actualmente em 107,5 milhões de euros. De realçar ainda a emissão de um empréstimo obrigacionista perpétuo subordinado, no montante de 10 milhões de euros, totalmente subscrito, o qual contribuiu igualmente para o reforço da margem de solvência da Açoreana.

A margem de solvência apresentava, assim, uma taxa de cobertura, no final de Dezembro de 2011, de cerca de 182%, o que confere à Açoreana uma posição muito confortável no mercado segurador e revela a capacidade e a robustez financeira da companhia para enfrentar os desafios que a actual conjuntura impõe ao sector segurador.

Principais indicadores económico-financeiros da Açoreana:

	2011	2010	Variação
	(milhares de euros)		
Prémios Vida.....	187.630	241.424	(22,3)%
Prémios Não Vida.....	287.719	307.150	(6,3)%
Prémios Totais .....	475.349	548.574	(13,3)%
Cash Flow Operacional.....	9.377	3.499	168
Activo Líquido .....	1.250.788	1.381.935	(9,5)%
Investimentos Líquidos .....	1.006.937	1.176.013	(14,4)%
Capitais Próprios.....	115.465	88.661	30,2
Resultados Líquidos.....	5.014	1.109	352,1

### Outras actividades

#### *Banif Imobiliária*

Durante o exercício de 2011, a Banif Imobiliária vendeu imóveis no valor de 1.712 milhares de euros e adquiriu imóveis no valor total de 80 milhões de euros, os quais correspondem, na sua quase totalidade, aos imóveis adquiridos ao Fundo ImoPredial, conforme referido *supra*.

Deste modo, o valor dos imóveis em carteira aumentou para 143.770 milhares de euros. Conforme *supra* referido, a BI adquiriu, no final do exercício, unidades de participação em diversos fundos, no valor total de 440.100 milhares de euros, bem como uma participação na LDI, no valor de 31.157 milhares de euros.

Para financiar estas aquisições, a Banif Imobiliária recorreu aos fundos decorrentes do seu aumento de capital e à contratação de suprimentos junto do, agora accionista, Banif. A BI reembolsou ainda, no final do exercício, suprimentos concedidos pela Banif SGPS, no valor de 79.250 milhares de euros.

Os proveitos da Banif Imobiliária provenientes da cobrança de rendas ascenderam a 2.852 milhares de euros, dos quais 1.117 milhares de euros correspondem a imóveis arrendados a entidades do Grupo. A Banif Imobiliária beneficiou ainda de 712 mil euros de receitas provenientes de serviços prestados a entidades do Grupo.

Conforme referido, as vendas ascenderam a 1.712 milhares de euros, sendo o custo dos imóveis vendidos de 2.019 milhares de euros, o que reflecte as dificuldades do mercado imobiliário. Em todo o caso, é de salientar que este volume de vendas é superior ao alcançado em 2010. Assim, no total, os proveitos da Banif Imobiliária ascenderam a 5.275 milhares de euros, contra 2.321 milhares de euros em 2010.

Quanto aos custos, verificou-se, fruto do aumento do valor dos imóveis em carteira e do quadro de pessoal, um aumento substancial, que ascendeu a 128 mil euros nos fornecimentos e serviços externos e 328 mil euros nos gastos com o pessoal.

Os encargos financeiros aumentaram, de forma muito significativa, passando de 1.456 mil euros para 5.744 mil euros e correspondem aos juros pagos pelos suprimentos contratados. Este aumento deve-se ao aumento do capital em dívida para financiar as aquisições de imóveis ao Fundo ImoPredial, bem como o agravamento das condições de financiamento.

Como resultado de todos estes factores, os resultados da Banif Imobiliária agravaram-se, tendo os prejuízos atingido 3.456 milhares de euros.

*BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE*

O número de colaboradores da BanifServ é de 58, dos quais 3 em regime de contrato a termo. Destes elementos, 30 estão afectos à manutenção, ao desenvolvimento de projectos e ao órgão de relacionamento com os clientes, 23 aos sistemas e à gestão da produção, 2 ao suporte administrativo e 3 são elementos de gestão.

No final do ano de 2011 a BanifServ apresentou proveitos de 10.741 milhares de euros, dos quais 9.503 milhares de euros são respeitantes à prestação de serviços às associadas, 1.184 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE, 52 milhares de euros de outros rendimentos e ganhos e 1.172,37 euros de proveitos financeiros.

O imobilizado total, no final do ano de 2011, era de 31.796 milhares de euros, dos quais 5.629 milhares de euros referentes a imobilizados em curso.

### Segmentos de negócio

Abaixo apresentam-se as demonstrações de resultados e balanços por segmentos de negócio relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

#### Demonstração de resultados

	31.12.2011				
	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Margem financeira: Clientes externos .....	267.016	24.359	(4.545)	(9.555)	277.275
Margem Financeira: Inter - Segmentos.....	46.718	(5.628)	(1.780)	(39.310)	—
<b>Margem financeira .....</b>	<b>313.734</b>	<b>18.731</b>	<b>(6.325)</b>	<b>(48.865)</b>	<b>277.275</b>
Rendimento de instrumentos de capital .....	330	423	—	—	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos .....	105.917	28.359	4.762	658	139.696
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos.....	13.629	2.275	4.267	851	21.022
Rendimento de serviços e comissões .....	119.546	30.634	9.029	1.509	160.718
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos .....	(23.980)	(4.308)	(643)	(401)	(29.332)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	(7.599)	(52)	(7.170)	(548)	(15.369)
Encargos com serviços e comissões.....	(31.579)	(4.360)	(7.813)	(949)	(44.701)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados.....	5.188	4.432	(1.333)	(10.336)	(2.049)
Resultados de Activos Financeiros	(443)	(1.894)	—	—	(2.337)



**Demonstração de resultados**
**31.12.2011**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
disponíveis para Venda.....					
Resultados de Reavaliação Cambial.....	(1.122)	4.860	13	(497)	3.254
Outros Resultados de Exploração.....	115.756	45.551	15.773	16.470	193.550
<b>Produto da Actividade.....</b>	<b>521.410</b>	<b>98.377</b>	<b>9.344</b>	<b>(42.668)</b>	<b>586.463</b>
Custos com Pessoal.....	(153.440)	(25.100)	(2.060)	(3.533)	(184.133)
Outros gastos administrativos.....	(128.337)	(24.138)	(10.276)	(4.071)	(166.822)
Amortizações do exercício.....	(30.167)	(2.646)	(519)	(2.214)	(35.546)
Provisões líquidas de anulações.....	(1.579)	(726)	(1.549)	(26)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações.....	(314.842)	(21.070)	—	(6.364)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações.....	(3.630)	(108)	—	(33)	(3.771)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.....	(18.554)	(68)	(2.141)	(7.069)	(27.832)
Diferenças de Consolidação negativas.....	—	—	—	—	—
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim).....	1.704	(4.510)	—	380	(2.426)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam.....</b>	<b>(127.435)</b>	<b>20.011</b>	<b>(7.201)</b>	<b>(65.598)</b>	<b>(180.223)</b>
Impostos.....	34.407	(13.440)	617	5.338	26.922
Correntes.....	(10.444)	(12.554)	(777)	(63)	(23.838)
Diferidos.....	44.851	(886)	1.394	5.401	50.760
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam.....</b>	<b>(93.028)</b>	<b>6.571</b>	<b>(6.584)</b>	<b>(60.260)</b>	<b>(153.301)</b>
Interesses que não controlam.....	(9.838)	(38)	2.087	(493)	(8.282)
<b>Resultado do Exercício.....</b>	<b>(102.866)</b>	<b>6.533</b>	<b>(4.497)</b>	<b>(60.753)</b>	<b>(161.583)</b>

**Demonstração de resultados**
**31.12.2010**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Margem financeira: Clientes externos.....	322.019	24.414	1.844	(145)	348.132
Margem Financeira: Inter - Segmentos.....	18.464	3.272	184	(21.920)	-
<b>Margem financeira.....</b>	<b>340.483</b>	<b>27.686</b>	<b>2.028</b>	<b>(22.065)</b>	<b>348.132</b>
Rendimento de instrumentos de capital.....	385	176	-	344	905
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos.....	99.123	34.144	10.017	1.934	145.218
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos.....	9.399	1.174	3.562	596	14.731
Rendimento de serviços e comissões.....	108.522	35.318	13.579	2.530	159.949
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos.....	(18.763)	(3.489)	(728)	(163)	(23.143)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos.....	3.950	(377)	(6.606)	(1.526)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões.....	(22.713)	(3.866)	(7.334)	(1.689)	(35.602)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados.....	(3.163)	(2.620)	3.257	2.978	452

**Demonstração de resultados****31.12.2010**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda.....	(71)	1.149	12.052	-	13.130
Resultados de Reavaliação Cambial.....	8.675	2.253	(30)	(120)	10.778
Outros Resultados de Exploração.....	40.971	1.958	815	9.815	53.559
<b>Produto da Actividade.....</b>	<b>473.089</b>	<b>62.054</b>	<b>24.367</b>	<b>(8.207)</b>	<b>551.303</b>
Custos com Pessoal.....	(153.260)	(24.231)	(3.406)	(3.077)	(183.974)
Outros gastos administrativos.....	(109.317)	(24.043)	(6.988)	(3.828)	(144.176)
Amortizações do exercício.....	(32.458)	(2.443)	(90)	(2.336)	(37.327)
Provisões líquidas de anulações.....	1.121	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações.....	(106.472)	(1.472)	-	-	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações.....	(238)	(53)	-	(4.822)	(5.113)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.....	(3.130)	(7.727)	(834)	(314)	(12.005)
Diferenças de Consolidação negativas.....	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim).....	1.920	(8.169)	62	2.148	(4.039)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam.....</b>	<b>71.255</b>	<b>(6.084)</b>	<b>13.111</b>	<b>(20.436)</b>	<b>57.846</b>
Impostos.....	(8.126)	(3.960)	(2.313)	495	(13.904)
Correntes.....	(5.338)	(5.306)	(2.313)	(65)	(13.022)
Diferidos.....	(2.788)	1.346	-	560	(882)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam.....</b>	<b>63.129</b>	<b>(10.044)</b>	<b>10.798</b>	<b>(19.941)</b>	<b>43.942</b>
Interesses que não controlam.....	(9.681)	(62)	4	155	(9.584)
<b>Resultado do Exercício.....</b>	<b>53.448</b>	<b>(10.106)</b>	<b>10.802</b>	<b>(19.786)</b>	<b>34.358</b>

**Balanço****31.12.2011**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	287.067	1.000	-	11	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	150.169	29.777	3.641	182	183.769
Activos financeiros detidos para negociação.....	54.093	190.158	7.363	-	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.....	32.952	60.844	50.600	15.742	160.138
Activos financeiros disponíveis para venda.....	342.997	183.619	-	34.872	561.488
Aplicações em instituições de crédito.....	600.248	48.384	39	-	648.671
Crédito a clientes.....	10.756.444	408.432	9.099	9.848	11.183.823
Investimentos detidos até à maturidade.....	13.693	39.813	-	-	53.506
Activos com acordo de recompra.....	72.347	-	-	-	72.347
Derivados de cobertura.....	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda.....	237.762	3.273	-	26.643	267.678

**Balanço****31.12.2011**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Propriedades de investimento .....	195.279	—	558.069	90.678	844.026
Outros activos tangíveis.....	83.060	15.529	151.767	118.836	369.192
Activos intangíveis .....	20.688	3.710	22	3.036	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação.....	27.839	3.157	1	124.673	155.670
Activos por impostos correntes.....	14.388	7.506	1.116	2.057	25.067
Activos por impostos diferidos.....	108.582	24.474	78	18.045	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	—	—	—	—	—
Outros activos.....	353.574	118.108	45.402	62.328	579.412
<b>Total do Activo.....</b>	<b>13.351.182</b>	<b>1.137.784</b>	<b>827.197</b>	<b>506.951</b>	<b>15.823.114</b>
Recursos de bancos centrais .....	2.171.015	313.271	—	—	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação .....	14.786	74.262	—	—	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	67.177	13.769	—	—	80.946
Recursos de outras instituições de crédito.....	738.007	219.927	63.923	66.658	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos.....	7.802.877	227.007	—	808	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos.....	2.051.841	120.182	—	177.133	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos.....	—	—	—	—	—
Derivados de cobertura.....	130	—	—	—	130
Passivos não correntes detidos para venda .....	—	—	—	—	—
Provisões .....	10.262	1.109	3.055	979	15405
Provisões técnicas.....	—	—	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	11.089	3.130	—	71	14.290
Passivos por impostos diferidos.....	41.286	6.561	60	3.780	51.687
Instrumentos representativos de capital.....	39.997	—	—	3.894	43.891
Outros passivos subordinados.....	215.864	2.676	—	—	218.540
Outros passivos.....	231.427	19.364	142.373	28.448	421.612
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>13.395.758</b>	<b>1.001.258</b>	<b>209.411</b>	<b>281.771</b>	<b>14.888.198</b>

**Balanço****31.12.2010**

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	116.509	2.218	-	7	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	133.981	82.541	1.154	138	217.814
Activos financeiros detidos para negociação .....	85.704	346.271	29.336	-	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.....	167.878	133.752	86.898	4.980	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda .....	100.609	192.551	-	1.250	294.410
Aplicações em instituições de crédito.....	472.363	6.042	12.617	-	491.022
Crédito a clientes.....	11.662.024	522.312	-	21.918	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade .....	3.548	60.391	-	-	63.939
Activos com acordo de recompra .....	22.615	28.389	-	-	51.004

**Balanço**

31.12.2010

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	Total
	(milhares de euros)				
Derivados de cobertura .....	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda .....	153.445	2.657	-	11.354	167.456
Propriedades de investimento .....	37.671	-	177.331	57.589	272.591
Outros activos tangíveis.....	177.156	17.922	6.898	67.981	269.957
Activos intangíveis .....	15.809	4.297	24	2.933	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação.....	55.411	15.308	1.084	79.477	151.280
Activos por impostos correntes.....	17.645	4.467	724	4.268	27.104
Activos por impostos diferidos.....	47.355	19.807	1	5.534	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	-	-	-	-	-
Outros activos.....	242.905	60.390	26.426	88.270	417.991
<b>Total do Activo.....</b>	<b>13.512.628</b>	<b>1.499.315</b>	<b>342.493</b>	<b>345.699</b>	<b>15.700.135</b>
Recursos de bancos centrais .....	1.650.966	287.181	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação .....	28.349	116.773	137	-	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	104.501	14.385	-	-	118.886
Recursos de outras instituições de crédito.....	1.042.591	180.768	11.500	52.020	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos.....	7.455.978	282.207	-	101.865	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos.....	2.155.350	126.657	-	98.014	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura .....	1.303	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda .....	-	-	-	-	-
Provisões .....	9.016	4.702	533	979	15.230
Provisões técnicas.....	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes .....	8.000	2.769	-	81	10.850
Passivos por impostos diferidos.....	20.103	1.721	-	10.387	32.211
Instrumentos representativos de capital.....	40.000	-	-	5.651	45.651
Outros passivos subordinados.....	253.465	14.713	-	-	268.178
Outros passivos.....	207.842	140.396	77.937	1.112	427.287
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>12.977.464</b>	<b>1.172.272</b>	<b>90.107</b>	<b>270.109</b>	<b>14.509.952</b>

**Segmentos geográficos**

Abaixo apresenta-se a distribuição do resultado líquido e do activo líquido por mercado geográfico relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

**Demonstração de resultados**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
Margem financeira: Clientes externos .....	203.034	6.653	54.006	8.834	4.748	277.275
Margem Financeira: Inter - Segmentos .....	10.305	(1.086)	(4.662)	(11.237)	6.680	-
<b>Margem financeira .....</b>	<b>213.339</b>	<b>5.567</b>	<b>49.344</b>	<b>(2.403)</b>	<b>11.428</b>	<b>277.275</b>

**Demonstração de resultados**
**31.12.2011**

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
(milhares de euros)						
Rendimento de instrumentos de capital .....	377	—	331	—	45	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos .....	110.844	882	22.987	2.344	2.639	139.696
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	17.666	—	—	875	2.481	21.022
Rendimento de serviços e comissões .....	128.510	882	22.987	3.219	5.120	160.718
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos .....	(19.846)	(547)	(7.163)	(393)	(1.383)	(29.332)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	(10.026)	(114)	—	(1.221)	(4.007)	(15.368)
Encargos com serviços e comissões .....	(29.872)	(661)	(7.163)	(1.614)	(5.390)	(44.700)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados .....	(17.719)	1.041	20.871	(3.897)	(2.345)	(2.049)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda .....	(1.919)	(1)	—	—	(417)	(2.337)
Resultados de Reavaliação Cambial .....	5.278	235	(2.545)	(238)	524	3.254
Outros Resultados de Exploração .....	130.169	(386)	65.145	518	(1.896)	193.550
<b>Produto da Actividade .....</b>	<b>428.163</b>	<b>6.677</b>	<b>148.970</b>	<b>(4.415)</b>	<b>7.069</b>	<b>586.464</b>
Custos com Pessoal .....	(139.840)	(4.395)	(33.361)	(3.777)	(2.760)	(184.133)
Outros gastos administrativos .....	(124.467)	(3.648)	(33.191)	(2.183)	(3.334)	(166.823)
Amortizações do exercício .....	(31.650)	(691)	(2.711)	(28)	(466)	(35.546)
Provisões líquidas de anulações .....	(1.248)	—	(1.512)	—	(1.120)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações .....	(283.980)	(1.425)	(24.326)	(15.558)	(16.987)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	(3.772)	—	—	—	1	(3.771)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....	(27.832)	—	—	—	—	(27.832)
Diferenças de Consolidação negativas .....	—	—	—	—	—	—
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim) .....	400	(2.953)	127	—	—	(2.426)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam .....</b>	<b>(184.226)</b>	<b>(6.435)</b>	<b>53.996</b>	<b>(25.961)</b>	<b>(17.597)</b>	<b>(180.223)</b>
Impostos .....	40.915	355	(17.560)	2.831	381	26.922
Correntes .....	(9.013)	—	(14.645)	—	(180)	(23.838)
Diferidos .....	49.928	355	(2.915)	2.831	561	50.760
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam .....</b>	<b>(143.311)</b>	<b>(6.080)</b>	<b>36.436</b>	<b>(23.130)</b>	<b>(17.216)</b>	<b>(153.301)</b>
Interesses que não controlam .....	(9.556)	192	(522)	2.392	(788)	(8.282)

**Demonstração de resultados**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
<b>Resultado do Exercício</b> .....	<b>(152.867)</b>	<b>(5.888)</b>	<b>35.914</b>	<b>(20.738)</b>	<b>(18.004)</b>	<b>(161.583)</b>

**Demonstração de resultados**

31.12.2010

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
Margem financeira: Clientes externos .....	265.236	2.286	67.928	9.430	3.252	348.132
Margem Financeira: Inter - Segmentos .....	1.212	2.035	(5.022)	(6.854)	8.629	-
<b>Margem financeira</b> .....	<b>266.448</b>	<b>4.321</b>	<b>62.906</b>	<b>2.576</b>	<b>11.881</b>	<b>348.132</b>
Rendimento de instrumentos de capital .....	813	-	-	-	92	905
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos .....	111.804	446	25.243	4.093	3.632	145.218
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	10.529	-	-	1.144	3.058	14.731
Rendimento de serviços e comissões .....	122.333	446	25.243	5.237	6.690	159.949
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos .....	(17.866)	(245)	(3.496)	(220)	(1.316)	(23.143)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos .....	(8.579)	(34)	-	(3.844)	(2)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões .....	(26.445)	(279)	(3.496)	(4.064)	(1.318)	(35.602)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados .....	(1.339)	68	(493)	2	2.214	452
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda .....	1.078	12.052	-	-	-	13.130
Resultados de Reavaliação Cambial .....	6.581	530	3.304	(152)	515	10.778
Outros Resultados de Exploração .....	65.625	(377)	(9.429)	3.366	(4.721)	54.464
<b>Produto da Actividade</b> .....	<b>434.281</b>	<b>16.761</b>	<b>78.035</b>	<b>6.965</b>	<b>15.261</b>	<b>551.303</b>
Custos com Pessoal .....	(138.917)	(3.758)	(34.283)	(3.305)	(3.711)	(183.974)
Outros gastos administrativos .....	(103.384)	(3.830)	(32.709)	(2.232)	(2.021)	(144.176)
Amortizações do exercício .....	(33.014)	(613)	(2.924)	(56)	(720)	(37.327)
Provisões líquidas de anulações .....	1.121	-	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações .....	(98.819)	(670)	461	(2.635)	(6.281)	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	(286)	(4.827)	-	-	-	(5.113)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações .....	(2.956)	(8.735)	-	-	(314)	(12.005)
Diferenças de Consolidação negativas .....	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos .....	2.109	(6.148)	-	-	-	(4.039)

**Demonstração de resultados**

31.12.2010

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
(Eq. Patrim) .....						
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam .....</b>	<b>60.135</b>	<b>(11.820)</b>	<b>8.580</b>	<b>(1.263)</b>	<b>2.214</b>	<b>57.846</b>
Impostos .....	(13.675)	1.446	(173)	(1)	(1.501)	(13.904)
Correntes .....	(7.715)	-	(5.115)	-	(192)	(13.022)
Diferidos .....	(5.960)	1.446	4.942	(1)	(1.309)	(882)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam .....</b>	<b>46.460</b>	<b>(10.374)</b>	<b>8.407</b>	<b>(1.264)</b>	<b>713</b>	<b>43.942</b>
Interesses que não controlam .....	(8.987)	784	(334)	(121)	(926)	(9.584)
<b>Resultado do Exercício .....</b>	<b>37.473</b>	<b>(9.590)</b>	<b>8.073</b>	<b>(1.385)</b>	<b>(213)</b>	<b>34.358</b>

**Balanco**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
	(milhares de euros)					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	266.394	7.773	3.636	-	10.275	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	166.876	3.176	5.023	7.146	1.548	183.769
Activos financeiros detidos para negociação .....	100.257	23.056	128.154	-	147	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.....	111.820	-	6.003	10.762	31.553	160.138
Activos financeiros disponíveis para venda.....	511.098	661	39.411	-	10.318	561.488
Aplicações em instituições de crédito.....	624.772	-	20.920	970	2.009	648.671
Crédito a clientes .....	9.811.797	255.574	594.278	205.050	317.124	11.183.823
Investimentos detidos até à maturidade .....	39.812	-	13.558	-	136	53.506
Activos com acordo de recompra .....	51.233	-	21.114	-	-	72.347
Derivados de cobertura .....	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda.....	254.006	-	13.672	-	-	267.678
Propriedades de investimento .....	688.183	20.590	81.957	31.447	21.849	844.026
Outros activos tangíveis.....	349.022	6.441	9.393	260	4.076	369.192
Activos intangíveis .....	26.362	729	262	-	103	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	92.813	32.562	30.295	-	-	155.670
Activos por impostos correntes.....	10.125	-	14.698	-	244	25.067
Activos por impostos diferidos.....	122.210	5.496	20.854	2.527	92	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	-	-	-	-	-	-
Outros activos.....	335.070	8.528	142.544	5.766	87.504	579.412
<b>Total do Activo.....</b>	<b>13.561.850</b>	<b>364.586</b>	<b>1.145.772</b>	<b>263.928</b>	<b>486.978</b>	<b>15.823.114</b>

**Balanço**

31.12.2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
Recursos de bancos centrais .....	2.458.551	25.735	—	—	—	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação .....	89.015	33	—	—	—	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados .....	—	—	20.375	—	60.571	80.946
Recursos de outras instituições de crédito .....	912.143	2.322	160.746	8	13.296	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	7.457.641	266.072	12.600	—	294.379	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos .....	1.700.355	—	576.019	—	72.782	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	—	—	—	—	—	—
Derivados de cobertura .....	130	—	—	—	—	130
Passivos não correntes detidos para venda .....	—	—	—	—	—	—
Provisões .....	13.360	—	1.896	—	149	15.405
Provisões técnicas .....	—	—	—	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	6.300	—	5.419	2.391	180	14.290
Passivos por impostos diferidos .....	37.390	60	12.838	—	1.399	51.687
Instrumentos representativos de capital .....	43.891	—	—	—	—	43.891
Outros passivos subordinados .....	218.540	—	—	—	—	218.540
Outros passivos .....	303.000	1.857	41.894	8.128	66.733	421.612
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>13.240.316</b>	<b>296.079</b>	<b>831.787</b>	<b>10.527</b>	<b>509.489</b>	<b>14.888.198</b>

**Balanço**

31.12.2010

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
(milhares de euros)						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	95.173	6.607	6.228	-	10.726	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	204.629	1.911	4.017	4.388	2.869	217.814
Activos financeiros detidos para negociação .....	96.153	3.594	361.164	-	400	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	357.259	-	31.739	-	4.510	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda .....	276.176	-	1.498	-	16.736	294.410
Aplicações em instituições de crédito .....	459.965	356	29.711	956	34	491.022
Crédito a clientes .....	10.955.140	157.292	619.913	203.419	270.490	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade .....	60.391	-	3.409	-	139	63.939
Activos com acordo de recompra .....	28.389	-	22.615	-	-	51.004
Derivados de cobertura .....	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda .....	146.112	-	21.344	-	-	167.456
Propriedades de investimento .....	241.690	-	9.834	21.067	-	272.591
Outros activos tangíveis .....	242.867	5.470	17.039	293	4.288	269.957
Activos intangíveis .....	21.606	620	613	-	224	23.063



**Balanço**

31.12.2010

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	Total
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	70.974	80.306	-	-	-	151.280
Activos por impostos correntes.....	10.187	-	169.917	-	-	27.104
Activos por impostos diferidos.....	36.358	5.351	30.619	139	230	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	-	-	-	-	-	-
Outros activos.....	291.864	1.753	103.119	10.467	10.788	417.991
<b>Total do Activo.....</b>	<b>13.594.933</b>	<b>263.260</b>	<b>1.279.779</b>	<b>240.729</b>	<b>321.434</b>	<b>15.700.135</b>
Recursos de bancos centrais .....	1.938.147	-	-	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação .....	144.425	78	360	-	396	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	4.343	-	20.313	-	94.230	118.886
Recursos de outras instituições de crédito .....	1.136.169	-	140.521	120	10.069	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos.....	7.032.755	437.256	35.919	-	334.120	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos.....	1.754.926	-	580.759	-	44.336	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura.....	1.303	-	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda.....	-	-	-	-	-	-
Provisões .....	9.607	-	5.158	-	465	15.230
Provisões técnicas.....	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes .....	4.804	58	3.058	2.738	192	10.850
Passivos por impostos diferidos.....	28.518	-	1.696	-	1.997	32.211
Instrumentos representativos de capital.....	45.651	-	-	-	-	45.651
Outros passivos subordinados.....	268.178	-	-	-	-	268.178
Outros passivos.....	266.981	1.264	141.932	3.604	13.506	427.287
<b>Total do Passivo .....</b>	<b>12.635.807</b>	<b>438.656</b>	<b>929.716</b>	<b>6.462</b>	<b>499.311</b>	<b>14.509.952</b>

Ver também a secção 9.6 - “Principais actividades” no Capítulo 9 - “Informações sobre o Emitente e Oferente” deste Prospecto.

## 10.8 Liquidez e recursos financeiros

### Declaração de fundo de maneo

O Conselho de Administração do Banif considera que o seu fundo de maneo é suficiente para as suas necessidades actuais, ou seja, para um período de doze meses contados da data de publicação do presente Prospecto.

### Liquidez e financiamento

Ao longo dos anos, o Banif tem adoptado uma postura conservadora no que respeita à gestão do risco de liquidez, tendo definido a respectiva estrutura de forma a assegurar que a gestão de liquidez cumpre com

todas as regras regulatórias em vigor em todas as geografias em que o Banco opera, e que todas as obrigações são cumpridas, tanto em condições normais de mercado como em condições de *stress*.

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *gaps* de liquidez. Durante o ano de 2012, tal como esperado, o acesso aos mercados revelou-se impraticável para financiamentos não colateralizados, sendo por isso inevitável a subida verificada no peso dos empréstimos junto do BCE na estrutura de *funding* do Grupo.

Apesar da conjuntura nacional e internacional particularmente adversa no que toca à gestão de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para 2012.

Como já previsto pelo Grupo, assistiu-se no segundo trimestre de 2012 a um pico de necessidades de liquidez provocado pelo reembolso de uma emissão de dívida garantida pelo Estado e de uma emissão sénior do Banif Finance, cujo efeito conjunto totalizou 690 milhões de euros. Este fluxo foi compensado pela concretização de uma nova emissão de dívida garantida pelo Estado (utilizada em operações de reporte com outras instituições de crédito) e pelo reforço dos financiamentos junto do BCE (suportados pela inclusão de carteiras de crédito na *pool* de colaterais).

A concretização do plano de recapitalização do Grupo no início de 2013 e um plano de vencimentos de dívida sénior (colocada junto de clientes particulares) distribuído ao longo de 2013 constituem uma envolvente mais favorável à gestão do risco de liquidez do Grupo. Em 2013, a estratégia de liquidez assentará essencialmente na diversificação das fontes de financiamento (e consequente redução do recurso ao BCE), assim como na criação de uma folga de liquidez correspondente no mínimo a 10% do volume de depósitos.

A avaliação do risco de liquidez do Grupo baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição. Assim, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Grupo e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento da crise de liquidez.

A política interna de gestão de liquidez atribui grande relevância à monitorização e revisão dos limites de exposição de forma a reflectirem, em cada momento, as condições de mercado. No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no plano de financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas correctivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

No cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco de Portugal, o Grupo está obrigado a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõe de fundos líquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem.

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos fluxos de caixa dos activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e 31 de Março de 2013 (não considerando juros futuros), respectivamente:

(valores expressos em milhares de euros)

Mar-13

	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
<b>PASSIVO</b>	<b>687.884</b>	<b>468.681</b>	<b>562.083</b>	<b>735.623</b>	<b>10.663.369</b>	<b>645.684</b>	<b>13.763.324</b>
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	219.961	28.286	20.502	86.869	3.348.615	0	3.704.233
Recursos de clientes e outros empréstimos	338.199	359.230	373.799	348.807	5.669.338	225.485	7.314.858
Responsabilidades representadas por títulos	37.864	46.149	139.194	242.238	1.148.448	20.437	1.634.330
Passivos Subordinados	0	0	17.783	27.862	44.895	135.011	225.551
Outros Passivos	91.860	35.016	10.805	29.847	419.141	264.751	851.420
Provisões	0	0	0	0	32.932	0	32.932
Capital e Reservas	0	0	0	0	0	997.688	997.688
<b>TOTAL</b>	<b>687.884</b>	<b>468.681</b>	<b>562.083</b>	<b>735.623</b>	<b>10.663.369</b>	<b>1.643.372</b>	<b>14.761.012</b>
<b>ACTIVO</b>							
Crédito sobre IC's	234.879	5.837	724	47.519	55.974	30.285	375.218
Crédito a Clientes	650.979	631.633	661.734	775.363	5.733.983	1.145.532	9.599.224
Activos financeiros	8.491	169.389	32.248	74.014	420.422	1.387.837	2.092.401
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	0	0	0	0	0	445.052	445.052
Outros Activos	147.003	1.870	24.307	880.275	790.841	404.821	2.249.117
<b>TOTAL</b>	<b>1.041.352</b>	<b>808.729</b>	<b>719.013</b>	<b>1.777.171</b>	<b>7.001.220</b>	<b>3.413.527</b>	<b>14.761.012</b>

2012

	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5 A	Total
	(milhares de euros)						
<b>Passivo</b>	<b>2.771.882</b>	<b>2.217.476</b>	<b>1.915.057</b>	<b>1.625.083</b>	<b>3.309.202</b>	<b>1.777.436</b>	<b>13.616.137</b>
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs	1.177.355	134.135	92.889	57.833	2.030.973	0	3.493.185
Débitos para com Clientes	1.348.332	2.019.257	1.766.614	1.384.028	559.667	672.532	7.750.430
Débitos representados por Títulos	35.326	24.126	37.289	118.159	513.761	977.770	1.706.431
Passivos Subordinados	0	0	17.871	27.939	60.308	121.996	228.114
Outros Passivos	210.250	39.851	395	37.121	113.973	5.102	406.691
Provisões	619	106	0	3	30.521	37	31.285
Capital e reservas	0	0	0	0	0	376.156	376.156
<b>Total</b>	<b>2.771.882</b>	<b>2.217.476</b>	<b>1.915.057</b>	<b>1.625.083</b>	<b>3.309.202</b>	<b>2.153.593</b>	<b>13.992.293</b>
<b>Activo</b>							
Crédito sobre ICs	261.337	246.962	8.162	30.285	19.862	11.002	577.609
Crédito sobre Clientes	541.835	772.955	887.879	840.715	3.383.456	3.389.140	9.815.981
Títulos de Renda fixa e variável	16.913	36.731	190.095	360.520	412.152	33.166	1.049.578
Participações e Imobilizações	572	1.804	2.750	7.194	22.649	416.951	451.919
Outros Activos	240.107	29.196	48.769	137.766	420.457	1.220.912	2.097.206
<b>Total</b>	<b>1.060.764</b>	<b>1.087.648</b>	<b>1.137.655</b>	<b>1.376.480</b>	<b>4.258.575</b>	<b>5.071.171</b>	<b>13.992.293</b>

2011

	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5 A	Total
	(milhares de euros)						
<b>Passivo</b>	<b>3.526.754</b>	<b>2.810.521</b>	<b>2.228.561</b>	<b>1.136.085</b>	<b>3.496.183</b>	<b>1.690.094</b>	<b>14.888.198</b>
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs	1.266.390	748.077	146.760	144.339	1.243.247	23.989	3.572.802
Débitos para com Clientes	1.940.092	1.922.301	1.564.913	876.560	1.668.258	58.568	8.030.692
Débitos representados por Títulos	75.980	65.502	504.738	82.533	178.033	1.442.370	2.349.156
Passivos Subordinados	293	18.366	0	5.643	29.071	165.167	218.540
Outros Passivos	243.999	56.275	12.150	27.010	362.169	0	701.603
Provisões	0	0	0	0	15.405	0	15.405
Capital e reservas	0	0	0	0	0	934.916	934.916
<b>Total</b>	<b>3.526.754</b>	<b>2.810.521</b>	<b>2.228.561</b>	<b>1.136.085</b>	<b>3.496.183</b>	<b>2.625.010</b>	<b>15.823.114</b>
<b>Activo</b>							
Crédito sobre ICs	563.814	59.193	(6.028)	110.838	49.374	55.249	832.440
Crédito sobre Clientes	640.074	756.899	1.079.930	1.546.137	3.546.161	3.614.622	11.183.823
Títulos de Renda fixa e variável	197.418	10.507	161.247	83.177	280.322	240.569	973.240
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	52.855	499.463	552.318
Outros Activos	421.061	25.918	324.424	421.551	10.728	1.077.611	2.281.293
<b>Total</b>	<b>1.822.367</b>	<b>852.517</b>	<b>1.559.573</b>	<b>2.161.703</b>	<b>3.939.440</b>	<b>5.487.514</b>	<b>15.823.114</b>

A análise dos desfasamentos (*gap*) verificados no perfil de vencimentos dos *cash-flows* futuros permite também verificar o nível de concentração de risco nos vários prazos:

(valores expressos em milhares de euros)

Mar-13

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP /TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO /TOTAL ACTIVO
Até 1 Mês	(609.789)	(609.789)	-4,1%	-4,1%
1-3 MESES	(1.061.664)	(1.671.453)	-7,2%	-11,3%
3-6 MESES	(1.105.324)	(2.776.777)	-7,5%	-18,8%
6-12 MESES	83.086	(2.693.691)	0,6%	-18,2%
1-5 ANOS	1.365.795	(1.327.896)	9,3%	-9,0%
>5 ANOS	1.327.896	-	9,0%	-

2012

	Gap	Gap Acumulado	% Gap/ Total Activo	% Gap Acumulado/ Total Activo
	(milhares de euros)			
Até 1m .....	(1.711.118)	(1.711.118)	(12,2)%	(12,2)%
1-3m .....	(1.129.828)	(2.840.946)	(8,1)%	(20,3)%
3-6m .....	(777.402)	(3.618.348)	(5,6)%	(25,9)%
6-12m .....	(248.603)	(3.866.951)	(1,8)%	(27,6)%
1-5A.....	949.373	(2.917.578)	(6,8)%	(20,9)%
>5A.....	2.917.578	-	20,9%	-

2011

	Gap	Gap Acumulado	% Gap/ Total Activo	% Gap Acumulado/ Total Activo
	(milhares de euros)			
Até 1m .....	(1.704.387)	(1.704.387)	(10,8)%	(10,8)%
1-3m .....	(1.958.004)	(3.662.391)	(12,4)%	(23,1)%
3-6m .....	(668.988)	(4.331.379)	(4,2)%	(27,4)%
6-12m .....	1.025.618	(3.305.761)	6,5%	(20,9)%
1-5A.....	443.257	(2.862.504)	2,8%	(18,1)%
>5A.....	2.862.504	-	18,1%	-

O *gap* de liquidez negativo verificado até 1 mês é justificado pelo vencimento de financiamentos do BCE que serão totalmente renovados, não havendo previsão de redução na *pool* de colaterais que os suportam. Adicionalmente, e no seguimento da aprovação do Plano de Recapitalização do Banif, o Estado Português subscreveu, já em Janeiro de 2013, 700 milhões de euros em acções especiais e 400 milhões de euros em instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos).

Relativamente aos vencimentos de recursos de clientes, o Banco tem a expectativa de renovar a sua quase totalidade. De forma semelhante, uma percentagem significativa dos créditos sobre instituições de crédito (“ICs”) e sobre clientes deverá ser renovado. Assim sendo, espera-se que os *gaps* verificados no segundo e terceiro intervalos temporais (1 a 3 meses, e 3 a 6 meses) sejam cobertos.

### Dívida

Excluindo a securitização referida abaixo, o Grupo tinha aproximadamente €1.980 milhões em dívida a 31 de Dezembro de 2012, dos quais aproximadamente €638 milhões foram emitidos durante 2012. As datas de

vencimento variam entre €272 milhões em 2013 e €9,7 milhões em 2027. A maioria da dívida foi emitida pelo Banif, em certos casos com garantia da República Portuguesa, e pelo Banif Finance. Apesar de, na maioria dos casos, a dívida estar sujeita a uma taxa de juro fixa, existem situações em que a taxa de juro é variável, ligada à Euribor ou aos indicadores IPCA.

Durante 2012, o Grupo também reembolsou dívida, em cerca de €792 milhões, a maioria da qual correspondente a dívida do Banif com garantia da República Portuguesa.

A estrutura de financiamento do Banif – Grupo Financeiro é principalmente composta por recursos de clientes, que representam 56,92% do total do passivo, tendo diminuído 3,5% face a 2011. Esta redução é explicada exclusivamente pela redução verificada nos depósitos de institucionais, tendo-se verificado um aumento dos depósitos de empresas e particulares.

A exposição líquida do Grupo ao BCE aumentou 319,8 milhões de euros, comparativamente a Dezembro de 2011, totalizando 2.804,1 milhões de euros no exercício de 2012. Os recursos de bancos centrais são a segunda maior fonte de financiamento, representando 20,59% do financiamento total de 2012.

As responsabilidades representadas por títulos representaram 12,53% do financiamento total de 2012. No segundo trimestre de 2012, o Grupo reembolsou as obrigações de caixa emitidas pelo Banif Finance no montante de 249,1 milhões de euros e as obrigações com garantia da República Portuguesa, emitidas pelo Banif no montante de 442,1 milhões de euros, amortizando, assim, a quase totalidade das responsabilidades que tinha no mercado de *wholesale*.

### **Solvência**

O rácio Core Tier I atribuível a 31 de Dezembro de 2012 situou-se em 11,16% e tem em consideração a aprovação do Plano de Recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da primeira fase de recapitalização, com a entrada do Estado Português na estrutura accionista do Banif em 25 de Janeiro de 2013, através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como a subscrição de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos), qualificados como capital Core Tier I.

O rácio Core Tier I foi penalizado pelos resultados líquidos negativos obtidos em 2012, que foram influenciados pelo forte aumento das dotações para provisões e imparidades, incluindo os apurados no âmbito das acções de inspecção especiais decorrentes do processo de recapitalização.

A evolução do rácio Core Tier I reflecte também uma redução significativa dos activos ponderados pelo risco entre 2011 e 2012 em cerca de 1.113 milhões de euros (-9,4%), para 10.749 milhões de euros, em resultado da muito significativa desalavancagem da carteira de crédito e do reforço dos níveis de imparidade.

O rácio de solvabilidade total, calculado nos mesmos pressupostos, situou-se em 11,75% a 31 de Dezembro de 2012 e em 11,06% a 31 de Março de 2013.

	31.03.2013	31.12.2012 (*)	31.12.2011	31.12.2010
			(milhares de euros)	
Core Tier I.....	1.102	1.199	804	903
Total Tier I.....	1.126	1.224	858	1.049
Tier II.....	119	199	226	271
Deduções.....	(163)	(159)	(132)	(142)
Total Fundos Próprios.....	1.162	1.263	951	1.178
Activos Ponderados pelo Risco.....	10.500	10.749	11.863	12.736

	31.03.2013	31.12.2012 (*)	31.12.2011	31.12.2010
	(milhares de euros)			
Rácios.....				
Core Tier I.....	10,50%	11,16%	6,78%	6,60%
Capital Tier I.....	10,11%	10,80%	6,77%	7,75%
Capital Tier II.....	1,28%	1,26%	1,44%	1,64%
Total Capital.....	11,06%	11,75%	8,02%	9,24%

(\*) Os valores dos rácios têm em conta o impacto da primeira fase do Plano de Recapitalização, cuja data de liquidação foi o dia 25 de Janeiro de 2013, como se realizada em 31 de Dezembro de 2012. Face às metas regulamentares definidas pelo Banco de Portugal para rácio Core Tier I de Dezembro de 2012 (os 10% estabelecidos no Aviso n.º 3/2011), o Grupo deliberou recorrer a fundos públicos, ao abrigo da Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), para a recapitalização do Banco. Em 31 de Dezembro de 2012, o Estado Português anunciou o seu acordo de princípio à participação no Plano de Recapitalização do Banif, após devida apreciação e parecer favorável do Banco de Portugal. Em Janeiro de 2013, em consequência do acordo de Dezembro de 2012, foi concretizada a entrada do Estado na estrutura accionista do Banco e o reforço dos seus fundos próprios, através da subscrição de €700 milhões de acções especiais e de €400 milhões de CoCos. Neste contexto, mostrou-se mais relevante a divulgação dos referidos rácios relativos a 2012 já com a inclusão dos efeitos da operação de recapitalização, permitindo assim evidenciar que foram alcançados, em Janeiro de 2013, os objectivos que estiveram na base desse mesmo processo (adequação desses rácios às exigências regulamentares).

### Transacções fora de balanço

As operações não incluídas no balanço incluem as garantias prestadas e os valores nominais registados em contas extrapatrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 e para o período intercalar findo em 31 de Março de 2013, conforme segue:

Descrição	31.03.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
	(milhares de euros)			
Garantias prestadas (das quais:):.....	428.857	447.883	485.515	1.071.263
Garantias e avales.....	388.757	405.605	420.044	870.638
Créditos documentários abertos.....	40.100	42.278	65.471	200.625

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 e ao período intercalar findo em 31 de Março 2013, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31.03.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
	(milhares de euros)			
Outros passivos eventuais (dos quais:):.....	7.684.196	6.524.755	4.667.067	2.712.255
Fianças e Indemnizações.....	-	-	6.209	-
Activos dados em Garantia.....	7.684.196	6.524.755	4.660.858	2.712.255
Compromissos perante terceiros (dos quais:):.....	671.870	601.462	873.349	1.197.193
Compromissos irrevogáveis.....	125.436	139.723	260.466	411.516
Compromissos revogáveis.....	546.434	461.739	612.883	785.677
Total.....	8.356.066	7.126.217	5.540.416	3.909.448

Os “activos dados em garantia” correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o crédito intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

### ***Securitizações***

A 31 de Dezembro de 2012, o Grupo tinha aproximadamente €4.300 milhões em tranches de securitização, dos quais €396,88 milhões foram emitidos em 2012. O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos, na maioria dos casos, no estrangeiro para o efeito. A duração total de cada um dos programas é variável e a taxa de juro paga pelo Grupo é geralmente variável. Ver a nota 28 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2012 do Banif – Grupo Financeiro, intitulada “Responsabilidades representadas por Títulos”.

### **Desenvolvimentos recentes**

Salvo no que é divulgado a propósito dos resultados intercalares relativos ao período trimestral findo em 31 de Março de 2013, não ocorreram alterações significativas na situação financeira e nas actividades do Banif – Grupo Financeiro desde a data das demonstrações financeiras auditadas mais recentes relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 até à data do presente Prospecto.

## **10.9 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

### **Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banif – Grupo Financeiro são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores. Mais informação sobre as políticas contabilísticas adoptadas pelo Banif – Grupo Financeiro pode ser consultada nas notas às demonstrações financeiras consolidadas (auditadas) relativas aos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010, as quais se encontram inseridas por remissão.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue estimativas e julgamentos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas, o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como dos passivos contingentes divulgados. No apuramento das estimativas, a gestão do Grupo utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Não obstante, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

Os temas que envolvem um maior nível de julgamento ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são apresentados como segue:

### ***Continuidade das operações***

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, dado que a equipa de gestão do Grupo considera que o Grupo e a empresa-mãe dispõem de meios e de capacidade para continuar a desenvolver a sua actividade no futuro previsível. Para este julgamento, a gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

### ***Justo valor dos instrumentos financeiros***

O justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, é determinado com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (*market to model*) considerando as condições de mercado, factores de volatilidade, correlação, não esquecendo o valor temporal.

### ***Imparidade em créditos a clientes***

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade. Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em pressupostos sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na rubrica “Imparidade de crédito líquida de recuperações e reversões”.

A imparidade de crédito a clientes está apresentada no Capítulo 13 - “*Gestão de risco*” deste Prospecto.

### ***Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda instrumentos de capital***

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada no seu justo valor, abaixo de preço de custo, ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros desses activos.

Esta determinação requer julgamento, sendo que o Grupo reúne toda a informação disponível no mercado e fora do mercado para o efeito. Em consequência da volatilidade dos mercados, o Grupo considera que existe evidência objectiva de imparidade, ou seja, que se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada, sempre que se registe:

- Um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30%;
- Um declínio por um período superior a 1 ano.

### ***Avaliação de activos imobiliários***

O serviço de avaliações é prestado por empresas externas, independentes, registadas na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas



funções. Os relatórios obedecem aos requisitos estabelecidos pela CMVM, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal, assim como aos critérios definidos pelas Normalização Contabilística Europeia e às orientações de Instituições Internacionais, como sejam a *Royal Institution of Chartered Surveyors* (RICS) e a *European Group of Valuers' Association* (TEGoVA).

Os procedimentos de avaliação pressupõem uma recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer junto das câmaras municipais e outros organismos, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento dessa informação, áreas e usos e valores de mercado permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O método comparativo de mercado é sempre utilizado quer directamente, quer como base de *cash-flows* de desenvolvimento, actualizados à data da avaliação a taxas que incorporem o risco dos projectos. O método do custo de reposição tem também utilização directa na valorização dos imóveis em uso continuado e um contributo indispensável nos cenários de desenvolvimento referidos. Nas propriedades sujeitas a exploração, efectivamente arrendadas ou cuja valorização dependa do seu rendimento potencial, actualizam-se os rendimentos capitalizados, mediante *yields* que reflectam o comportamento e principais indicadores do mercado.

Todos os relatórios são analisados e validados pela estrutura técnica interna, sendo que as avaliações para este activos foram realizadas entre o período de Junho de 2012 e Dezembro de 2012 e reflectem as actuais condições de mercado.

O valor de realização destes activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

#### ***Activos por impostos diferidos***

O Grupo reconhece activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não reconhecidos, quando estima que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito, são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

#### ***Benefícios de reforma***

O Grupo determina as responsabilidades por pensões de reforma e o rendimento dos fundos de pensões, constituídos para cobrir estas responsabilidades, com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e do retorno dos activos, que compõem os fundos de pensões. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Ver a nota 47 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2012 do Banif – Grupo Financeiro, intitulada “Benefícios pós-emprego: Responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência”.

#### ***Consolidação de entidades de finalidades especiais (SPE)***

O Grupo recorre à constituição de entidades de finalidades especiais (SPE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos. O Grupo não consolida as SPE relativamente às quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessa SPE.

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

## 11 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E QUADROS SUPERIORES DO EMITENTE E OFERENTE

### 11.1 Panorâmica geral sobre governo societário

O governo das sociedades cotadas em Portugal está sujeito ao regime previsto no Código das Sociedades Comerciais, no Código dos Valores Mobiliários, no Regulamento da CMVM n.º 1/2010 e no Código do Governo das Sociedades Cotadas (versão de Janeiro de 2010). Por força do disposto no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, bem como no Regulamento da CMVM n.º 1/2010, as sociedades cotadas devem apresentar um relatório sobre governo societário juntamente com o relatório e contas anual. No referido relatório deve ser indicado se o Banif cumpre com as recomendações da CMVM relativas ao governo societário e, caso não cumpra, explicar os motivos (num modelo de “*comply or explain*”). A secção 11.16 - “*Declaração relativa à conformidade com o regime português de governo das sociedades*” do presente Capítulo contém uma lista das recomendações da CMVM adoptadas e não adoptadas pelo Banif, explicitando as razões de divergência relativamente àquelas que não são integralmente adoptadas.

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, o Banif tem uma estrutura de governo composta por um conselho de administração (o “**Conselho de Administração**”), que inclui uma comissão executiva (a “**Comissão Executiva**”), um conselho fiscal (o “**Conselho Fiscal**”) e um revisor oficial de contas (o “**Revisor Oficial de Contas**”), sendo os respectivos membros eleitos pela assembleia geral de accionistas (a “**Assembleia Geral**”).

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Banif e pela definição da sua estratégia, cumprindo-lhe em especial garantir que o Banif estabeleça políticas adequadas à gestão dos vários tipos de risco com que se confronta a sua actividade, bem como estabelecer meios que garantam a tomada de decisões independentes e assegurar que o princípio do igual tratamento é observado relativamente a todos os accionistas. (Ver a secção 11.2 - “*Conselho de Administração*” do presente Capítulo)

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, que reúne semanalmente. O Presidente e os restantes membros da Comissão Executiva são escolhidos pelo Conselho de Administração de entre os seus membros.

Presentemente, a Comissão Executiva é composta por 8 Administradores. Não existem matérias vedadas à Comissão Executiva, com excepção das seguintes, às quais foi determinada reserva de competência exclusiva do Conselho de Administração:

- a. Cooptação de Administradores;
- b. Aprovação dos relatórios do Conselho de Administração e das contas anuais;
- c. Pedidos de convocação de Assembleias Gerais;
- d. Aprovação da prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, com excepção de garantias e avals bancários que se relacionem com o seu negócio;
- e. Aprovação da mudança da sede e de aumentos do capital social nos termos previstos nos estatutos do Banif;

- f. Aprovação da abertura e encerramento de filiais, bem como de sucursais, agências e delegações ou de outras formas de representação social no estrangeiro;
- g. Aprovação dos projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- h. Aprovação dos planos e orçamentos anuais;
- i. Aprovação da emissão de valores mobiliários;
- j. Aprovação das propostas de alteração dos estatutos do Banif e dos estatutos de sociedades participadas;
- k. Decisão sobre aumento de responsabilidades ou redução de garantias em operações/limites de crédito (por desembolso e extrapatrimoniais) que envolvam exposições de crédito globais de clientes ou grupos de clientes, que não sejam instituições de crédito, superiores a 20 milhões de euros. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa de modalidades de crédito, no âmbito do valor global das linhas ou limites em vigor, das taxas de juro ou comissões, bem como para a realização de operações extra-limite ou pontuais que não excedam, na sua totalidade, 10% do limite máximo aprovado para um cliente ou grupo de clientes;
- l. Decisão sobre investimentos, projectos de investimento ou desinvestimentos de montante superior a 5 milhões de euros e a aquisição ou alienação de participações financeiras qualificadas ou que envolvam um montante superior ao atrás referido;
- m. Contratação de empregados com a categoria de Director e a designação ou destituição de responsáveis de órgãos de primeira linha da estrutura do Banco;
- n. Atribuição de patrocínios e donativos de montante superior a 25 mil euros, e a aprovação de campanhas publicitárias de montante superior a 100 mil euros;
- o. Pagamento de multas, penalidades e coimas de montante superior a 50 mil euros;
- p. Relacionamento institucional com os titulares de valores mobiliários emitidos pelo Banco, sem prejuízo das competências próprias do Representante para as Relações com o Mercado;
- q. Aprovação, em termos globais, das políticas e planos de actividade elaborados anualmente pelas áreas de Risco, Compliance e Auditoria, bem como o relatório anual de controlo interno;
- r. Estabelecimento e revisão periódica de limites de tolerância à exposição a cada categoria de risco;
- s. Indicação de membros para os órgãos sociais das sociedades dominadas pelo Banco ou de elementos para representarem o Banco enquanto membro dos órgãos sociais de terceiras entidades;
- t. Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira a deliberação do Conselho de Administração.

Foi ainda deliberado que as competências previstas nas alíneas d), f), i), k), l), m), p) e s) *supra* são passíveis de ratificação pelo Conselho de Administração sempre que, por motivo de urgência ou manifesto interesse para o Banco, as mesmas devam ser exercidas pela Comissão Executiva que, para o efeito, as não poderão delegar.

O Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Fiscal têm acesso às agendas, às actas e à documentação de suporte às reuniões da Comissão Executiva.

Ao Conselho Fiscal compete fiscalizar a administração do Banif, elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é actualmente composto por quatro membros efectivos e um suplente.

A fiscalização externa do Banif é exercida pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., bem como pelas autoridades de supervisão a que o Banif está sujeito: Banco de Portugal, CMVM, e Instituto de Seguros de Portugal.

## 11.2 Conselho de Administração

De acordo com os estatutos do Banif, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 15 membros (cada um deles designado por “**Administrador**”), os quais podem ou não ser accionistas. Presentemente, o Conselho de Administração é composto por 13 Administradores. A duração do mandato de um Administrador é de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes. Na sua primeira reunião de cada mandato, o Conselho de Administração designa, de entre os seus membros, o seu Presidente e um ou mais Vice-Presidentes (o “**Vice-Presidente**”). Ao Presidente do Conselho de Administração cabe voto de qualidade nas deliberações deste órgão. Na falta ou impedimento definitivos de qualquer Administrador, proceder-se-á à cooptação de um substituto, que será sujeita a ratificação na Assembleia Geral imediatamente subsequente. O mandato do novo Administrador terminará no fim do período para o qual o Administrador substituído tinha sido eleito.

O Conselho de Administração do Banif é composto por 8 administradores executivos e por 5 administradores não executivos, incluindo um membro não executivo nomeado pelo Estado Português no âmbito do Plano de Recapitalização do Banif. Os administradores não executivos são responsáveis pela supervisão da actuação da Comissão Executiva.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 1/2010, as sociedades cotadas deverão, no seu Relatório Anual de Governo da Sociedade, distinguir os membros executivos do Conselho de Administração dos não executivos e, de entre estes, os que cumpriam, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na respectiva al. b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º do mesmo Código.

De acordo com as Recomendações da CMVM, na avaliação da independência dos administradores não executivos deverão ser tidos em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais.

A esta luz, e aplicando aos administradores não executivos os critérios de independência e incompatibilidade previstos no Código das Sociedades Comerciais para os membros do órgão de fiscalização, os Administradores não-executivos são independentes quando não estejam associados a qualquer grupo de interesses específicos no Banif, nem se encontrem em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de serem titulares ou actuarem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social do Banif ou terem sido reeleitos por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

Em qualquer caso, entende-se que, além de aferir a verificação dos critérios de independência estabelecidos pela CMVM, o Conselho de Administração deve ajuizar, em termos fundamentados, da independência dos seus membros perante outras circunstâncias concretas a eles atinentes. Para esse efeito, são enviados anualmente questionários aos Administradores não executivos de modo a aferir da respectiva independência. Os Administradores não executivos em causa são notificados do entendimento do Conselho de Administração relativamente à sua independência sendo-lhes solicitado que confirmem a ausência de quaisquer factos que possam afectar a sua independência.

Os Administradores não executivos Luís Filipe Marques Amado, Diogo António Rodrigues da Silveira e Manuel Carlos de Carvalho Fernandes (tendo este último cessado funções em 30 de Junho de 2013, por renúncia datada de 21 de Maio de 2013 e registada em 3 de Julho de 2013) cumprem todos os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, do Código das Sociedades Comerciais e cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais (com excepção das previstas nas alíneas b) e c), dado que desempenham funções não executivas em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro). Não foi efectuada uma apreciação acerca do cumprimento dos critérios de independência por parte da Administradora não executiva Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro, eleita na Assembleia Geral de 8 de Outubro de 2012, a qual iniciou funções em 5 de Março de 2013. Apesar de não ter sido também realizada uma acerca do cumprimento dos critérios de independência por parte do Administrador António Carlos Custódio de Moraes Varela, considera-se que o mesmo, enquanto Administrador não executivo nomeado pelo Estado Português com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, não cumpre os requisitos de independência relevantes. Em linha com o recomendado pela CMVM, o Banif dispõe de um número de Administradores não executivos independentes não inferior a um quarto do número total dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Banif e pela definição da sua estratégia, cumprindo-lhe em especial garantir que o Banif estabeleça políticas adequadas à gestão dos vários tipos de risco com que se confronta a sua actividade, bem como estabelecer meios que garantam a tomada de decisões independentes pelo Conselho de Administração e assegurar que o princípio do igual tratamento é observado relativamente a todos os accionistas. Adicionalmente, compete, designadamente, ao Conselho de Administração: (i) solicitar a convocação de assembleias gerais; (ii) elaborar os relatórios e contas anuais; (iii) propor a distribuição de resultados; (iv) decidir sobre abertura ou encerramento de estabelecimentos do Banif – Grupo Financeiro ou de partes importantes destes; (v) deliberar sobre extensões ou reduções importantes da actividade do Banif; (vi) decidir sobre modificações importantes na organização do Banif; (vii) estabelecer ou cessar cooperação duradoura e importante com outras empresas; (viii) decidir sobre a mudança de sede do Banif; (ix) deliberar sobre projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade; (x) deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários, salvo tratando-se de valores mobiliários cuja deliberação de emissão seja exclusivamente reservada, por disposição imperativa, à Assembleia Geral; (xi) deliberar aumentar o capital social em até €450.000.000, a realizar por entradas em dinheiro, através de um ou mais aumentos de capital.

O Conselho de Administração reúne, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado, por escrito, telefónica ou oralmente, pelo seu Presidente ou por dois Administradores. As reuniões do Conselho podem realizar-se através de meios telemáticos.

### Composição do Conselho de Administração

Do quadro seguinte constam os membros do Conselho de Administração para o triénio 2012-2014 <sup>(1)</sup>, com indicação do nome, cargo, qualificação como administrador independente ou não independente e ano da primeira designação:

Nome	Cargo	Independente	Ano da primeira designação
Luís Filipe Marques Amado	Presidente do Conselho de Administração	Sim	2012
Jorge Humberto Correia Tomé	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	Não	2012
Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro <sup>(2)</sup>	Vice-Presidente do Conselho de Administração	<sup>(5)</sup>	2011
José António Vinhas Mouquinho <sup>(2)</sup>	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2012
Carlos Eduardo Pais e Jorge	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2012
Diogo António Rodrigues da Silveira	Membro do Conselho de Administração	Sim	2008
Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2012
João José Gonçalves de Sousa	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2012
João Paulo Pereira Marques de Almeida	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2012
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes <sup>(3)</sup>	Membro do Conselho de Administração	Sim	2012
Nuno José Roquette Teixeira	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2010
Vítor Manuel Farinha Nunes	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	2011
António Carlos Custódio de Morais Varela <sup>(4)</sup>	Membro do Conselho de Administração	Não	2013

<sup>(1)</sup> Nomeados na Assembleia Geral de 8 de Outubro de 2012, os Administradores Paula Cristina Moura Roque e Fernando José Inverno da Piedade apresentaram a sua renúncia ao cargo em 30 de Janeiro de 2013, antes de terem iniciado o exercício efectivo de funções.

<sup>(2)</sup> Administradores nomeados na sequência da fusão por incorporação entre o Banif (sociedade incorporante) e a Banif SGPS (entidade incorporada), tendo iniciado o exercício efectivo de funções em 5 de Março de 2013, após conclusão do correspondente processo de registo junto do Banco de Portugal.

<sup>(3)</sup> Cessou funções em 30 de Junho de 2013, por renúncia datada de 21 de Maio de 2013 e registada em 3 de Julho de 2013.

<sup>(4)</sup> Administrador não executivo nomeado pelo Estado Português com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, que iniciou o exercício efectivo de funções em 26 de Março de 2013, após conclusão do correspondente processo de registo junto do Banco de Portugal.

<sup>(5)</sup> Não foi efectuada uma apreciação acerca do cumprimento dos critérios de independência por parte da Administradora não executiva Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro.

O endereço profissional dos Administradores é: Rua de João Távira, 30, 9004-509 Funchal, Portugal.

### 11.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais, podendo ser reeleitos, sem prejuízo dos limites decorrentes dos requisitos de independência previstos na lei (cf. artigoº 28.º dos estatutos do Banif), devendo a maioria dos seus membros ser considerados independentes nos termos da lei.

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto e pode ser integrado por sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas, ou accionistas, que, neste último caso, devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena e ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão.

Os estatutos do Banif não prevêem qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, e com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, foi designado pelo Estado Português Rogério Pereira Rodrigues como membro do Conselho Fiscal.

Na sequência de um juízo de aferição da “independência” (considerada nos termos descritos no n.º 5 do artigoº 414.º do Código das Sociedades Comerciais) de todos os membros do Conselho Fiscal nomeados para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014 (com excepção do membro nomeado em 2013 pelo Estado), este órgão concluiu que, a 31 de Dezembro de 2012, os vogais António Ernesto Neto da Silva e Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos deverão ser considerados independentes, uma vez que reúnem todos os requisitos legalmente previstos para o preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão. Relativamente ao Presidente do Conselho Fiscal, Fernando Mário Teixeira de Almeida, considerou-se que o mesmo não reúne os mencionados requisitos, atento o disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e o número de ocasiões em que foi reeleito para órgãos sociais.

O endereço profissional dos membros do Conselho Fiscal é: Rua de João Tavira, 30, 9004-509 Funchal, Portugal.

#### Composição do Conselho Fiscal

Do quadro seguinte constam os membros do Conselho Fiscal para o triénio 2012-2014, com indicação do nome, cargo e ano da primeira designação:

Nome	Cargo	Ano da Primeira Designação
Fernando Mário Teixeira de Almeida	Presidente do Conselho Fiscal	2005
António Ernesto Neto da Silva	Vogal Efectivo	2007
Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos	Vogal Efectivo	2012



Rogério Pereira Rodrigues <sup>(1)</sup>	Vogal Efectivo	2013
José Pedro Lopes Trindade	Vogal Suplente	2005

<sup>(1)</sup> Membro nomeado pelo Estado Português com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, que iniciou o exercício efectivo de funções em 26 de Março de 2013, após conclusão do correspondente processo de registo junto do Banco de Portugal.

## 11.4 Comissão Executiva

Presentemente, a Comissão Executiva é composta por 8 membros identificados no quadro seguinte:

<b>Jorge Humberto Correia Tomé</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Coordenação da Comissão Executiva
	Direcção de Auditoria e Inspecção
	Direcção Global de Risco
	Secretariado do Conselho de Administração
	Direcção de Assessoria Jurídica
	Direcção de Comunicação e Imagem
<b>Nuno José Roquette Teixeira</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Direcção de Tesouraria
<b>Vítor Farinha Nunes</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Direcção de Recuperação de Créditos
	Direcção de Crédito
	Direcção de Recursos Humanos
	Direcção de <i>Procurement</i> e Património
<b>João Paulo Pereira Marques de Almeida</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Direcção de Contabilidade e Planeamento
	Gabinete de Provedoria do Cliente
	Direcção de <i>Compliance</i>
<b>Carlos Eduardo Pais e Jorge</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Direcção do Executivo de Operações
	Direcção de Sistemas de Informação
	Direcção de Organização
	Gabinete de Qualidade e Sustentabilidade
	Representação do Banco junto da SIBS
<b>João José Gonçalves de Sousa</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Direcção Operacional de Produtos
	Direcção Comercial Norte
	Direcção Comercial Sul
	Direcção da Rede Directa
<b>Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Direcção Comercial Açores
	Direcção Comercial Madeira
	Direcção de Negócios Internacionais
	Direcção de <i>Marketing</i>

Direcção de <i>Corporate Banking</i>	
<b>José António Vinhas Mouquinho</b>	<b>Actuais pelouros:</b>
	Actividade Imobiliária (articulação com a Banif Imobiliária)

### **11.5 Aspectos relevantes da experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e graus de parentesco entre os mesmos**

Seguidamente, descrevem-se os aspectos mais relevantes da experiência profissional nos últimos cinco anos de cada um dos membros efectivos do Conselho de Administração (incluindo os membros que integram a Comissão Executiva) e do Conselho Fiscal:

*Luís Filipe Marques Amado*, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa (1976). Deputado à Assembleia da República entre 1991 e 2009. Ministro dos Negócios Estrangeiros nos XVII e XVIII Governo Constitucional, entre 2006 e 2011. É Presidente do Conselho de Administração do Banif desde Março de 2012.

*Jorge Humberto Correia Tomé*, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE, do Instituto Universitário de Lisboa (1979). Mestrado em Economia Aplicada pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1993). Advanced Management Course na Chicago Business School Campus de Londres (2011). Presidente da Comissão Executiva da Caixa – Banco de Investimento, S.A. entre Março de 2002 e Janeiro de 2008. Presidente do Conselho de Administração da Caixa – Banco de Investimento, S.A. entre Março de 2008 e Fevereiro de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. entre Março de 2008 e Fevereiro de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. entre Abril de 2008 e Fevereiro de 2012. Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A. entre Março de 2009 e Fevereiro de 2012. Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. entre Abril de 2009 e Fevereiro de 2012. Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, S.A. entre Abril de 2009 e Fevereiro de 2012. Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. entre Maio de 2009 e Fevereiro de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Gerbanca, SGPS, S.A. entre Maio de 2009 e Fevereiro de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Caixa Desenvolvimento, S.A. entre Maio de 2011 e Fevereiro de 2012. Vogal do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações entre Julho de 2011 e Fevereiro de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde, S.A. entre Outubro de 2011 e Fevereiro de 2012. Vice-Presidente do Banco Nacional de Investimentos (em Moçambique) entre Novembro de 2011 e Fevereiro de 2012. Membro da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A. entre Julho de 2011 e Fevereiro de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A. entre Janeiro de 2008 e Fevereiro de 2012. Presidente do Conselho de Administração do Trem Aluguer Material Circulante, ACE entre Março de 2002 e Fevereiro de 2011. Presidente do Conselho de Administração do Trem II Aluguer Material Circulante, ACE entre Março de 2002 e Fevereiro de 2011. Membro (não executivo) do comité de monitorização e estratégia do Fomentinvest SGPS, S.A. entre Maio de 2008 e Abril de 2010. Representante do Banif – Banco de Investimento, S.A. na Comissão de Acompanhamento do Fomentinvest SGPS, S.A. entre Outubro de 2012 e Maio de 2013. É Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banif desde Março de 2012.

*Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro*, licenciada em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford, no Reino Unido (1992). Mestrado em Relações Internacionais no School of

Advanced International Studies (SAIS) na Universidade de Johns Hopkins, Bolonha, Itália e Washington D.C. (1995). Diploma em Gestão Estratégica, Universidade Católica, Lisboa (1999). Candidata a Doutoramento no Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (2010). Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos – Siet Savoi, S.A. desde Março de 2011. Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos – Siet Savoi, S.A. desde Março de 1999. Presidente do Conselho de Administração da Soil – SGPS, S.A. desde Outubro de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Rentipar Seguros SGPS, S.A. desde Março de 2013. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. desde Maio de 2010. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Açoreana Seguros, S.A. desde Maio de 2013. Vogal do Conselho de Administração da Banif Mais SGPS, S.A. desde Maio de 2013 (a aguardar registo junto do Banco de Portugal para início de funções). Vogal do Conselho de Administração do Banco Banif Mais, S.A. desde Maio de 2013 (a aguardar registo junto do Banco de Portugal para início de funções). Vogal do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. desde Março de 1998. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social, S.A. desde Janeiro de 2011. Vogal do Conselho de Administração da Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social, S.A. desde Fevereiro de 1992. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Madeirense de Tabacos, S.A. desde Março de 2011. Vogal do Conselho de Administração da Empresa Madeirense de Tabacos, S.A. desde Março de 1999. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Rama – Rações para Animais, S.A. desde Março de 2011. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A. desde Março de 2011. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Aviatlântico – Avicultura, S.A. desde Março de 2011. Vice-Presidente da Banif SGPS, S.A. entre Março e Dezembro de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Rentipar Investimentos, SGPS, S.A. desde Junho de 2006. Vogal do Conselho de Administração da Câmara de Comércio Luso-Britânica desde Abril de 2008. Vogal do Conselho de Administração da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A. desde Maio de 2010. Vogal do Conselho de Administração da Rentiglobo, SGPS, S.A. desde Maio de 2010. Vogal do Conselho de Administração da Rentipar Indústria, SGPS, S.A. desde Junho de 2010. Vogal do Conselho de Administração da Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. desde Outubro de 2010. Vogal do Conselho de Administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. desde Agosto de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Rentipar Seguros, SGPS, S.A. desde Dezembro de 2012. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Rentimédís – Mediação Seguros, S.A. desde Março de 2010. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Génius – Mediação Seguros, S.A. desde Março de 2010. Presidente do Conselho Consultivo da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola desde Abril de 2013. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A. desde Maio de 2010. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (em representação da Rentipar Financeira – SGPS, S.A.) desde Junho de 2010. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (em representação da Rentipar Financeira – SGPS, S.A.) desde Junho de 2010. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Câmara de Comércio Luso-Namíbia desde Junho de 2010. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa Madeirense de Tabacos, S.A. desde Março de 2011. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Rama – Rações para Animais, S.A. desde Março de 2011. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A. desde Março de 2011. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Aviatlântico – Avicultura, S.A. desde Março de 2011. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da MS Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, S.A. desde Março de 2011. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Habiprede – Sociedade de Construções, S.A. desde Setembro de 2012. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos

– Siet Savoi, S.A desde Março de 2011. Vice-Presidente do Conselho de Administração da St. Julian's School – Carcavelos. Presidente do Conselho Estratégico do Banif desde Dezembro de 2012. Membro do Conselho Consultivo da Confederação da Indústria Portuguesa, S.A. desde Abril de 2010. Membro do Conselho Consultivo da Nova School of Business and Economics desde Janeiro de 2011. Gerente da Ronardo – Gestão de Empresas, Lda. desde Maio de 2010. É Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banif desde Outubro de 2012.

*José António Vinhas Mouquinho*, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG – Universidade Técnica de Lisboa (1989). Vogal do Conselho de Administração da Banif SGPS, S.A. entre Março de 2012 e Dezembro de 2012. Vogal do Conselho de Administração do Banif Investimentos – SGPS, S.A. entre Março de 2000 e Julho de 2012. Vogal do Conselho de Administração do Banif Comercial, SGPS, S.A. entre Abril de 2002 e Julho de 2012. Assessor da Comissão Executiva do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. entre Abril de 2002 e Dezembro de 2012. Assessor do Conselho de Administração da Banif SGPS, S.A. entre Junho de 2002 e Fevereiro de 2012. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A. entre Março de 1993 e Dezembro de 2011. Vogal do Conselho de Administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. entre Dezembro de 2001 e Maio de 2010. Vogal do Conselho de Administração do Banif Seguros, SGPS, S.A. entre Abril de 2002 e Março de 2009. Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Banif (Açores), SGPS, S.A. entre Julho de 1996 e Março de 2008. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Outubro de 2012.

*Diogo António Rodrigues da Silveira*, *Diplôme d'Ingenieur* pela École Centrale de Lille. *Research Scholar* pela Berkeley UC, EUA. *Master of Business Administration* (MBA) pelo INSEAD, França. Vogal do Conselho de Administração/Presidente da Comissão Executiva da ONI SGPS, S.A. entre 2005 e 2007. Presidente do Conselho de Administração da Onitelecom – Infocomunicações, S.A. entre 2005 e 2007. Presidente do Conselho de Administração da Oni Madeira – Infocomunicações, S.A. entre 2005 e 2007. Presidente do Conselho de Administração da Oni Açores – Infocomunicações, S.A. entre 2005 e 2007. Presidente do Conselho de Administração da Comunitel Global, S.A. entre 2005 e 2007. É membro do Conselho de Administração do Banif desde Maio de 2007.

*Vítor Manuel Farinha Nunes*, licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão (1989). Vogal do Conselho de Administração do Banco Pecúnia (Brasil), S.A. entre 2007 e 2010. Vogal do Conselho de Administração da TCC Investments, Ltd. entre 1999 e 2009. Vogal do Conselho de Administração da Tecnicrédito ALD, Aluguer de Automóveis, S.A. entre 1996 e 2012. Gerente da Core Investimentos, Consultoria e Serviços, Lda. entre 2008 e 2012. Vogal do Conselho de Administração da Tecnicrédito Cayman, Inc, entre 1999 e 2009. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Novembro de 2009.

*Nuno José Roquette Teixeira*, licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 1987-1992). Vogal do Conselho de Administração do Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. entre Março de 2003 e Junho de 2008. Vogal do Conselho de Administração da Beta Securitizadora, S.A. entre Setembro de 2004 e Novembro de 2009. Vogal do Conselho de Administração do Banif Securities Holdings, Ltd. entre Abril de 2002 e Setembro de 2010. Vogal do Conselho de Administração do Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, S.A. entre Setembro de 2005 e Fevereiro de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. entre Junho de 2006 e Julho de 2010. Vogal do Conselho de Administração do Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. entre Novembro de 2007 e Julho de 2010. Vogal do Conselho de Administração do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. entre Março de 2005 e

Março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da BaniEuropa Holding SL entre Dezembro de 2009 e Setembro de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Banif Açores SGPS, S.A. entre Março de 2012 e Julho de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Banif Investimentos SGPS, S.A. entre Abril de 2012 e Agosto de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Banif Comercial SGPS, S.A. entre Março de 2012 e Agosto de 2012. Vogal do Conselho de Administração da Banif SGPS, S.A. entre Julho de 2010 e Dezembro de 2012. Vice-Presidente da Comissão Executiva do Banif – Banco de Investimento, S.A. entre Dezembro de 2008 e Julho de 2010. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Julho de 2010.

*João Paulo Pereira Marques de Almeida*, licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 1981). Administrador do Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. entre Dezembro de 2000 e Junho de 2008. Administrador do Banif – Banco de Investimento, S.A. entre Dezembro de 2000 e Junho de 2008. Administrador do Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. entre Agosto de 2001 e Junho 2008. Administrador do Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. entre Abril de 2003 e Junho de 2008. Administrador do Banif International Asset Management, Ltd, entre Maio de 2004 e Junho de 2008. Administrador do Banif Multifund, Ltd. entre Maio de 2004 e Junho de 2008. Administrador do Banif Securities Holdings, Ltd. entre Fevereiro de 2005 e Junho de 2008. Administrador do Banif Securities Inc. entre Maio de 2005 e Junho de 2008. Administrador da Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A. entre Março de 2006 e Junho de 2008. Administrador do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. entre Abril de 2006 e Junho de 2008. Administrador do Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. entre Abril de 2006 e Junho de 2008. Administrador da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. entre de Junho 2006 e Junho de 2008. Administrador da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. entre Junho de 2002 e Maio de 2010. Administrador do BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE entre Março de 2010 e Março de 2012. Administrador da Bankpime entre Março e Outubro de 2012. Administrador da Banif SGPS, S.A. entre Março de 2012 e Dezembro de 2012. Administrador do Banif Banco Comercial dos Açores, S.A. entre Junho de 2008 e Dezembro de 2008. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Junho de 2008.

*Carlos Eduardo Pais e Jorge*, licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 1982). Membro da Comissão Executiva e da Direcção Geral do Barclays Bank Portugal entre 1998 e 2008. Vogal do Conselho de Administração do Barclays ACE e do Barclays Gestão de Fundos Mobiliários entre 1998 e 2008. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif – Banco de Investimento, S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. Administrador do Banif Gestão de Activos, S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. Administrador do Banif Açor Pensões, S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. Administrador do Banif Capital, S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. Administrador da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. Administrador do Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. Administrador do Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. entre Agosto de 2008 e Março de 2012. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Março de 2012.

*João José Gonçalves de Sousa*, licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1977). Quadro do Banif desde Novembro 1992. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Março de 2012.

*Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho*, licenciado em Gestão e Administração de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa (1984-1989). Membro do Conselho de Administração e da Comissão

Executiva da Caixa Banco de Investimento, S.A. entre 2005 e 2012. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banif desde Março de 2012.

*António Carlos Custódio de Moraes Varela*, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG – Universidade Técnica de Lisboa (1978) e M.Sc pela London School of Economics. Vogal do Conselho de Administração, Membro da Comissão Executiva e Chief Financial Officer (CFO) da Cimpor – Cimentos de Portugal SGPS, S.A. entre Maio de 2009 e Julho de 2012. Presidente do Conselho de Administração da Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., da Cimpor Reinsurance, S.A. (Luxemburgo) e da Cimpor Egypt for Cement Company – S.A.E. (Egipto); Vogal do Conselho de Administração da Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha), da Asment de Temara, S.A. (Marrocos), da Cimpor Yibitas Çimento Sanayi Ve Ticaret A.S. (Turquia) e da Shree Digvijay Cement Company Limited (Índia) entre 2009 e 2012. Director do Investment Bank da UBS AG – Representação em Lisboa entre 2000 e 2009. É membro do Conselho de Administração do Banif desde Fevereiro de 2013.

*Fernando Mário Teixeira de Almeida*, licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Doutoramento em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela. Revisor Oficial de Contas. Director da Faculdade de Ciências Económicas e da Empresa da Universidade Lusíada até Setembro de 2009. Docente do Instituto Superior de Formação Bancária desde 2000. Presidente do Conselho Fiscal do Banif Comercial SGPS, S.A. entre 2009 e Julho de 2012. Presidente do Conselho Fiscal da Banif SGPS, S.A. entre 2009 e Dezembro de 2012. É Presidente do Conselho Fiscal do Banif desde Março de 2005.

*António Ernesto Neto da Silva*, licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Master em Estudos Europeus Contemporâneos (Economia) pela Universidade de Reading, Reino Unido. Secretário de Estado do Comércio Externo entre Abril de 1990 e Outubro de 1991. Presidente da Comissão das Relações Externas, da Política Comercial e da Cooperação do Comité Económico e Social da CCE e EURATOM entre 1988 e 1990. Membro do Comité da Comunidade Económica Europeia e Comunidade Europeia de Energia Atómica entre 1986 e 1990. Accionista-Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Socifa, S.A. entre 1988 e 1990. Membro do Conselho Fiscal do Banif Comercial SGPS, S.A. entre 2009 e Julho de 2012. Membro do Conselho Fiscal da Banif SGPS, S.A. entre 2009 e Dezembro de 2012. É membro do Conselho Fiscal do Banif desde Março de 2007.

*Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos*, licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Católica. Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. entre 2004 e 2009. Membro do Conselho Geral e de Supervisão e Vogal da Comissão para as Matérias Financeiras do Banco Millennium BCP entre 2009 e 2010. Presidente do Conselho de Administração da Serfingest SGPS, S.A. entre 2010 e 2012. Vogal do Conselho de Administração Multiauto Galilei SGPS, S.A. entre 2010 e 2012. É membro do Conselho Fiscal do Banif desde Março de 2012.

*Rogério Pereira Rodrigues*, licenciado em Finanças pelo ISEG – Universidade Técnica de Lisboa (1975). Técnico superior da Inspeção-Geral de Finanças, no Ministério das Finanças desde 1978. Presidente do Grupo de Trabalho para alterações e adaptações das regras de determinação do lucro tributável às normas internacionais de contabilidade, entre Dezembro de 2006 e Julho de 2007. Inspector-geral da Defesa Nacional no Ministério da Defesa Nacional entre Outubro de 2007 e Dezembro de 2012. Controlador financeiro do Ministério da Defesa Nacional, entre Abril de 2006 e Outubro de 2007. É membro do Conselho Fiscal do Banif desde Fevereiro de 2013.

## 11.6 Lista completa de cargos dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal noutras sociedades

Do quadro seguinte consta a denominação de todas as empresas de cujos órgãos de administração, de direcção ou de fiscalização cada um dos membros efectivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal tenha sido membro ou sócio (consoante aplicável) nos cinco anos anteriores à data do Prospecto, incluindo cargos em subsidiárias directas consolidadas e sociedades participadas bem como cargos exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro.

**Luís Filipe Marques Amado**  
(Presidente do Conselho de Administração)

---

### *A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif – Banco de Investimento, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banif Plus Bank ZRT (Presidente do Conselho de Supervisão)

### *B. Outros cargos*

- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (Administrador não executivo)
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Professor Convidado)
- *Business School* da Universidade Nova de Lisboa (Professor Convidado)
- Fundação Oriente (Curador)
- D. Dinis *Business School* (Membro do Conselho Superior)
- Fundação Francisco Manuel dos Santos (Membro do Conselho de Administração)
- Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva (Membro do Conselho de Patronos)

**Jorge Humberto Correia Tomé**  
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

---

### *A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banif Imobiliária, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banif Finance, Ltd. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banco Banif Mais, S.A. (Presidente da Comissão Executiva)
- Banif – Banco de Investimento, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva)
- Banif Bank (Malta), PLC (Vogal do Conselho de Administração)

- 
- Banif International Bank, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)

*B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro*

- Associação Portuguesa de Bancos, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Vogal da Direcção)

**Maria Teresa Henriques da Silva  
Moura Roque dal Fabbro (Vice-  
Presidente do Conselho de  
Administração)**

---

*A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Rentipar Financeira, SGPS, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
- Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
- Rentipar Investimentos, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Rentipar Indústria, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Rentiglobo, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Rentimédís – Mediação Seguros, S.A. (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Génius – Mediação Seguros, S.A. (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A. (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- MS Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, S.A. (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

*B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro*

- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos – Siet Savoi, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Empresa Madeirense de Tabacos, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
- Rama – Rações para Animais, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de



---

Administração)

- Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
- Aviatlântico – Avicultura, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
- Soil – SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A. (Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Confederação da Indústria Portuguesa, S.A. (Membro do Conselho Consultivo)
- Ronardo – Gestão de Empresas Lda. (Gerente)

*C. Outros cargos*

- Câmara de Comércio Luso-Britânica (Presidente do Conselho de Administração)
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Câmara de Comércio Luso-Sul-Africana (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- Câmara de Comércio Luso-Namíbia (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- EPIS – Empresários pela Inclusão Social (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)
- St. Julian's School – Carcavelos (Membro da Direcção)

---

**José António Vinhas Mouquinho**

---

*A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif Imobiliária, S.A. (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva)
- Rentipar Seguros SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif International Holdings, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A. (Secretário da Mesa da Assembleia Geral)

*B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro*

- SIP – Sociedade Imobiliária Piedade, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda. (Gerente)

---

**Diogo António Rodrigues da  
Silveira**

---

*A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif Imobiliária, S.A. (Vogal não executivo do Conselho de

---

Administração)

- Açoreana Seguros, S.A. (Presidente da Comissão Executiva)

*B. Outros cargos*

- GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes (Presidente do Conselho de Administração)
- CRIA – Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes (Presidente do Conselho de Administração)
- Bureau des Conseillers du Commerce Extérieur de la France em Portugal (Vice-Presidente)
- Associação Portuguesa de Seguradores, em representação da Açoreana Seguros, S.A. (Vogal da Direcção)
- Firma Shilling Capital Partners, SGPS, S.A. (Sócio)

---

**Vitor Manuel Farinha Nunes**

---

*A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif Rent – Aluguer Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banif Mais, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banco Banif Mais, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif – Banco de Investimento, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif Plus Bank ZRT (Vogal do Conselho de Administração)
- TCC Investments Luxembourg, SARL (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif Imobiliária, S.A. (Vogal do Conselho de Administração não executivo)
- Planos de Pensões do Fundo de Pensões Banif, em representação do associado Banif (Membro da Comissão de Acompanhamento)
- Margem – Mediação de Seguros, Lda. (Gerente)

*B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro*

- FN Participações, SGPS, S.A. (Administrador Único)

---

**Nuno José Roquette Teixeira**

---

*Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Beta Securitizadora, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração)

- 
- Banif – Banco de Investimento, S.A. (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)
  - Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
  - Banco Banif Mais, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
  - Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)
  - Banif International Bank, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)
  - Banif Finance, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)
  - Banif Securities, Inc. (Vogal do Conselho de Administração)
  - Açoreana Seguros, S.A. (Vogal não executivo do Conselho de Administração)
  - Banif Imobiliária, S.A. (Membro da Comissão de Vencimentos)
  - Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Membro da Comissão de Vencimentos)
  - Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Membro da Comissão de Vencimentos)

---

**João Paulo Pereira Marques de Almeida**

---

*Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif – Banco de Investimento, S.A. (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif Finance, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)

---

**Carlos Eduardo Pais e Jorge**

---

*A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif Securities Inc. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif Multifund, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)
- Banif International Asset Management, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Banif Securities Holdings, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração)</li> <li>– Banif Ecoprogresso Trading, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)</li> </ul> <p><i>B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Gestarquipark – Sociedade Imobiliária, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)</li> <li>– SIBS SGPS, S.A. e SIBS FPS, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)</li> </ul>
<b>João José Gonçalves de Sousa</b>	<p><i>Cargos sociais exercidos noutras entidades, dentro ou fora do Banif – Grupo Financeiro</i></p> <p>Não exerce cargos noutras entidades.</p>
<b>Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho</b>	<p><i>A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Banif – Banco de Investimento, S.A. (Vogal não executivo do Conselho de Administração)</li> <li>– Banif Bank (Malta), Plc (Vogal da Comissão de Auditoria)</li> </ul> <p><i>B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– ZON TV Cabo Madeirense, S.A. (Representante da Comissão de Remunerações)</li> </ul>
<b>António Carlos Custódio de Moraes Varela</b>	<p><i>Outros cargos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– CFO Forum do ISCTE – IUL (Membro do Advisory Board)</li> <li>– IDEFE – ISEG (Docente na Pós-Graduação em Gestão de Operações Bancárias)</li> </ul>
<b>Fernando Mário Teixeira de Almeida (Presidente do Conselho Fiscal)</b>	<p><i>Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Banif – Banco de Investimento, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal)</li> <li>– Açoreana Seguros, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal)</li> </ul>
<b>António Ernesto Neto da Silva</b>	

---

*Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro*

- Deimos Engenharia, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Financetar – Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e Imobiliários, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- CIP – Confederação Empresarial de Portugal, S.A. (Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

**Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos**

---

*A. Cargos sociais exercidos em empresas do Banif – Grupo Financeiro*

- Açoreana Seguros, S.A. (Vogal do Conselho Fiscal)

*B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Banif – Grupo Financeiro*

- TimeW SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria e da Comissão de Vencimentos)

**Rogério Pereira Rodrigues**

---

*Cargos sociais exercidos noutras entidades, dentro ou fora do Banif – Grupo Financeiro*

Não exerce cargos noutras entidades.

## **11.7 Participações sociais**

### **Participações sociais**

Do quadro seguinte consta o número de acções detidas directamente pelos membros efectivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banif a 31 de Dezembro de 2012:

<b>Membro do Conselho de Administração / Conselho Fiscal</b>	<b>Número de acções detidas a 31.12.2012</b>
João Paulo Pereira Marques de Almeida.....	24.807
José António Vinhas Mouquinho.....	67.200
Fernando Mário Teixeira de Almeida .....	213.847
<b>Total .....</b>	<b>305.854</b>

## **11.8 Política de remuneração dos órgãos sociais**

A Comissão de Remunerações determina a remuneração dos membros que integram os diversos órgãos sociais do Banif e submete, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral de accionistas, nos termos legais, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade.

A actual declaração sobre a política de remunerações dos membros do órgão de administração e de fiscalização foi aprovada em Assembleia Geral de 30 de Maio de 2013.

## 11.9 Remuneração

### Remuneração individual auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Não estão em vigor, nem estão previstos, planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banif.

A remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização do Banif foi de 2.900 milhares de euros em 2012, e de 2.540 milhares de euros em 2011:

(milhares de Euros)			
REMUNERAÇÕES	2010	2011	2012
Remuneração do Conselho de Administração:	3.060	2.490	2.778
Remunerações Fixas (inclui senhas de presença)	2.616	2.462	2.778
Remunerações Variáveis	444	28	0
Remuneração do Conselho Fiscal*	42	50	122
<b>Total</b>	<b>3.102</b>	<b>2.540</b>	<b>2.900</b>

\* Exclusivamente composta por senhas de presença. O valor apresentado para o ano de 2012 considera de forma agregada os valores pagos pelo Banif e pela Banif SGPS.

As remunerações auferidas em 2012 por cada um dos membros do Conselho de Administração (incluindo os membros da Comissão Executiva) e do Conselho Fiscal foram as seguintes<sup>4</sup>:

Nome	Remuneração
Luís Filipe Marques Amado (Presidente do Conselho de Administração)	€ 292.500,00
Jorge Humberto Correia Tomé (Vice-Presidente do Conselho de Administração)	€ 316.229,17
Carlos Eduardo Pais e Jorge (Membro do Conselho de Administração)	€ 176.000,00
Diogo António Rodrigues da Silveira (Membro do Conselho de Administração)	€ 103.560,00
Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho (Membro do Conselho de Administração)	€ 168.666,67
João José Gonçalves de Sousa (Membro do Conselho de Administração)	€ 175.104,05
João Paulo Pereira Marques de Almeida (Membro do Conselho de Administração)	€ 335.883,23
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes (Membro do Conselho de Administração) <sup>(a)</sup>	€ 76.000,00
Nuno José Roquette Teixeira (Membro do Conselho de Administração)	€ 363.590,88
Vítor Manuel Farinha Nunes (Membro do Conselho de Administração)	€ 322.980,00

<sup>4</sup> Nesta informação são considerados de forma agregada os valores pagos pelo Banif e pela Banif SGPS, atento o facto de esta última sociedade ter sido incorporada na primeira por fusão, em 17 de Dezembro de 2012.

Joaquim Filipe Marques dos Santos <sup>(b)</sup>	€ 84.950,90
Carlos David Duarte de Almeida <sup>(b)</sup>	€ 81.600,74
António Manuel Rocha Moreira <sup>(b)</sup>	€ 72.337,98
Manuel Isidoro Martins Vaz <sup>(b)</sup>	€ 57.868,02
José Marques de Almeida <sup>(b)</sup>	€ 31.580,00
José António Machado de Andrade <sup>(b)</sup>	€ 61.734,52
João Manuel da Silva Machado dos Santos <sup>(b)</sup>	€ 57.868,00
Fernando Mário Teixeira de Almeida (Presidente do Conselho Fiscal) <sup>(c)</sup>	€ 65.800,00
António Ernesto Neto da Silva (Vogal Efectivo do Conselho Fiscal) <sup>(c)</sup>	€ 16.000,00
Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos (Vogal Efectivo do Conselho Fiscal) <sup>(c)</sup>	€ 30.000,00
José Pedro Lopes Trindade	-
José Lino Tranquada Gomes <sup>(c)</sup>	€ 10.400,00 <sup>(d)</sup>

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 30 de Junho de 2013, por renúncia datada de 21 de Maio de 2013 e registada em 3 de Julho de 2013.

<sup>(b)</sup> Remuneração paga entre Janeiro e Março de 2012, na qualidade de então membro do Conselho de Administração.

<sup>(c)</sup> A remuneração indicada diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença.

<sup>(d)</sup> Dos quais, €6.400 pagos pela Banif SGPS e €4.000 pelo Banif.

Não houve lugar ao pagamento de remuneração variável referente ao exercício de 2012 – designadamente aos administradores executivos – na medida em que não se encontra cumprida a “Condição Preliminar de Atribuição de Remuneração Variável”, prevista no ponto c. (i) da política de remunerações.

Nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio (conforme alterada), durante o período de duração do investimento público, o conjunto da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banif, na sua componente fixa e variável, não pode ser superior a 50% da respectiva remuneração média dos dois anos anteriores, pelo que, a partir de Fevereiro de 2013, todos os administradores executivos e não executivos verão a sua remuneração reduzida em 50%.

Os montantes totais constituídos em reserva ou acumulados pelo Banif ou pelas suas filiais no exercício de 2012 para pensões, pensões de reforma ou benefícios similares dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização e quadros superiores são os seguintes:

- Órgão de administração: €39.000,00.
- Quadros superiores: €26.273,00.
- Órgão de fiscalização: €0,00.

### **Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada**

Em 5 de Abril de 2012, a Banif SGPS, S.A., na qualidade de *holding* de topo à data do Banif – Grupo Financeiro, aprovou a declaração relativa à política de remunerações que lhe foi submetida pela Comissão de Remunerações, após deliberação unânime dos respectivos membros, que constituem actualmente, em resultado da deliberação de fusão por incorporação da Banif SGPS, S.A. no Banif, a Comissão de Remunerações do Banif.

A política de remunerações encontrava-se consubstanciada nos termos e condições *infra*:

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade. Esta remuneração, constituída por um valor fixo, será paga até ao final do mês em que a(s) reunião(ões) se efective(m) e até ao limite de 12 por ano.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração é exclusivamente constituída por senhas de presença, de valor fixo, nas reuniões do referido órgão.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Remunerações contém uma parte fixa e uma parte variável.

A remuneração fixa constitui a parte mais significativa da remuneração global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 70% da remuneração global dos administradores executivos. Através dela, pretende-se remunerar os membros executivos do órgão de administração pelas responsabilidades inerentes às suas funções e pelas suas competências específicas.

Por sua vez, a remuneração variável, referida ao desempenho, deverá constituir a parte menor da remuneração global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 30% daquela. A remuneração variável – prémio de desempenho – consiste unicamente num montante em dinheiro, uma vez que o Banif não detinha, à data da aprovação da política de remunerações, acções admitidas à negociação, e, por esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração.

Subjacente à remuneração variável está o objectivo de reconhecer e recompensar o contributo de cada administrador executivo, bem como a sua *performance* enquanto membro do colectivo dirigente do Banco. Os montantes atribuídos a título de prémio de desempenho dependem directamente do desempenho efectivo da instituição, aferido a objectivos qualitativos e quantitativos pré-determinados. Estes objectivos são determinados em função das estratégias delineadas (estratégia global do Banif – Grupo Financeiro e estratégias específicas para o Banif).

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da Sociedade.

Em reunião de Assembleia Geral de accionistas do Banif de 30 de Maio de 2013, e atento o Plano de Recapitalização do Banif, aprovado pela Assembleia Geral de accionistas de 16 de Janeiro de 2013, foi deliberada a introdução, naquela política, de ajustamentos em matéria remuneratória, necessários ao cumprimento das disposições implicadas pelo recurso ao investimento público, ao abrigo da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada) e, nomeadamente, as previstas no artigo 12.º da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio (conforme alterada).

Nos termos da deliberação da Assembleia Geral de accionistas *supra* referida, a política de remunerações do Banif passou a ser a resultante das alterações introduzidas pelo Plano de Recapitalização na política de remunerações aprovada para vigorar no Banif – Grupo Financeiro a partir de 2012, inclusive, até ao integral reembolso do investimento público a que respeita o Plano de Recapitalização.

Nestes termos, a política de remunerações instituída compreende:

- (i) O não pagamento de qualquer remuneração variável aos membros do órgão de administração.



- (ii) Será fixada para o conjunto dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) uma remuneração que não será superior a 50% da respectiva remuneração média dos dois anos anteriores, contados com referência à data de operação de recapitalização, salvo se esse valor for inferior à remuneração em vigor em instituições de crédito cujo capital seja detido na totalidade, directa ou indirectamente, pelo Estado, caso em que pode ser este o valor de remuneração a fixar.

#### **Relativamente à remuneração dos administradores executivos:**

##### ***Componente variável da remuneração***

Relativamente a este ponto, deverá confrontar-se o ponto anterior.

##### ***Órgãos competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos***

Não existem órgãos do Banif com competência específica para avaliação de desempenho dos administradores executivos. A Comissão de Remunerações avalia o desempenho da generalidade dos membros da Comissão Executiva por aplicação dos critérios estabelecidos na política de remunerações, para efeito de cálculo da respectiva remuneração variável. Não obstante, é à estrutura accionista que cabe a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

##### ***Critérios de avaliação de desempenho***

A informação em referência consta da declaração sobre a política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de 5 de Abril de 2012, com as alterações aprovadas na Assembleia Geral de 30 de Maio de 2013. Conforme ali se refere, os critérios para determinação da remuneração variável são aplicados ao desempenho da Comissão Executiva e não a cada administrador individualmente considerado.

##### ***Componentes fixa e variável da remuneração***

A informação em referência consta da declaração sobre a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral de 5 de Abril de 2012. Complementarmente ao ali referido, informa-se que, considerando os montantes da remuneração fixa paga aos administradores executivos durante o exercício de 2012, e o montante de remuneração variável estabelecido com referência ao mesmo exercício, a remuneração fixa representou 100% e a remuneração variável representou 0% da remuneração global dos administradores executivos.

##### ***Diferimento da componente variável da remuneração e respectivo pagamento***

Não houve lugar ao pagamento de remuneração variável referente ao exercício de 2012.

##### ***Prémios anuais e outros benefícios não pecuniários***

Não existem quaisquer prémios anuais, para além da componente variável da retribuição dos administradores executivos (com as limitações acima descritas e cujos parâmetros e fundamentos constam da declaração sobre política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral, e que não teve lugar relativamente a 2012), ou outros benefícios não pecuniários relevantes.

##### ***Participação nos lucros***

A Sociedade não pagou remunerações sob a forma de participações nos lucros.

##### ***Indemnizações***

Não foram pagas nem são devidas a ex-membros executivos do órgão de administração quaisquer quantias/indemnizações decorrentes da cessação das suas funções durante o exercício em referência.

### ***Compensação por destituição sem justa causa***

Os administradores são destituídos pela Assembleia Geral. Não se encontra formalizada qualquer política da Sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada de contratos, sendo as situações respectivas analisadas casuisticamente.

Dois membros do órgão de administração estão vinculados por acordos nos quais se encontra previsto o pagamento de quantias após o termo dos respectivos mandatos, e em caso de não renovação destes.

### ***Montantes pagos por outras sociedades do Grupo***

Os montantes pagos a cada um dos administradores executivos do Banif por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco encontram-se descritos nos seguintes quadros (em que são considerados de forma agregada os valores pagos pelo Banif e pela Banif SGPS, atento o facto de esta última sociedade ter sido incorporada na primeira por fusão, em 17 de Dezembro de 2012):

(em Euros)		
Conselho de Administração (*)	Remuneração fixa (inclui senhas de presença)	Remuneração variável
Joaquim Filipe Marques dos Santos	80.367,68	0,00
Carlos David Duarte de Almeida	90.500,00	0,00
António Manuel Rocha Moreira	44.257,92	0,00
Manuel Isidoro Martins Vaz	37.500,00	0,00
José Marques de Almeida	137.023,34	0,00
José António Machado de Andrade	15.000,00	0,00
João Manuel da Silva Machado dos Santos	15.000,00	0,00

(\*) Cessaram funções em Março de 2012.

(em Euros)		
Conselho de Administração (**)	Remuneração fixa (inclui senhas de presença)	Remuneração variável
Carlos Eduardo Pais e Jorge	34.660,14	0,00
Diogo António Rodrigues da Silveira	10.500,00	0,00
Vítor Manuel Farinha Nunes	69.000,00	0,00
Nuno José Roquette Teixeira	29.200,00	0,00
João Paulo Pereira Marques de Almeida	20.000,00	0,00

(\*\*) Nomeados para o triénio 2012-2014.

### ***Regimes complementares de pensões***

A concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência, com estabelecimento do respectivo regime, depende de deliberação da Assembleia Geral (artigo 31.º, n.º 6 dos estatutos do Banif). No entanto, a Assembleia Geral poderá delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.

Os administradores executivos do Banif são participantes do plano de contribuição definida do fundo de pensões do Banif, gerido pela Banif Açor Pensões.

Estes fundos são complementares à Segurança Social.

Sendo as suas participações nos fundos idênticas à dos restantes empregados participantes do fundo, este assunto não foi sujeito à apreciação da Assembleia Geral.

***Mecanismos preventivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável***

Não existem quaisquer mecanismos com tais características.

**Remuneração dos administradores não executivos:**

***Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis***

A remuneração dos administradores não executivos referente ao exercício de 2012 não inclui qualquer componente variável (entendendo-se como tal uma componente associada ao desempenho da Sociedade).

**11.10 Comissão de Remunerações**

A Comissão de Remunerações do Banif, composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, determina a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Presentemente, a Comissão de Remunerações tem a seguinte composição:

- António Gonçalves Monteiro (Presidente);
- Filipe de Andrade e Silva Lowndes Marques;
- António Carlos Custódio Morais Varela.

**11.11 Revisor Oficial de Contas**

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 178 e na CMVM sob o n.º 9011, com sede na Avenida da República, n.º 90, 6.º, 1600-206 Lisboa, na qualidade de Revisor Oficial de Contas do Banif e de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas e relatórios de auditoria às contas individuais e às contas consolidadas. O representante da Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. no âmbito da certificação legal das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banif – Grupo Financeiro foi:

- Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011: Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, com domicílio profissional na morada referida *supra* e inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1230; e
- No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010: João Carlos Miguel Alves, com domicílio profissional na morada referida *supra* e inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 896.

## **11.12 Práticas do Conselho de Administração**

### **Contratos com os membros do Conselho de Administração ou Órgão de Fiscalização**

O Banif ou as suas subsidiárias não têm acordos com os membros do respectivo Conselho de Administração ou órgão de fiscalização nos quais esteja previsto o pagamento de quaisquer quantias ou a atribuição de quaisquer benefícios após o termo dos respectivos mandatos.

## **11.13 Comissões do Conselho de Administração**

### **Comissão Executiva**

As informações gerais sobre a Comissão Executiva bem como informações sobre cada um dos membros da mesma e as respectivas atribuições constam da secção 11.4 - “*Comissão Executiva*” do presente Capítulo.

## **11.14 Conselho Estratégico**

O Conselho Estratégico é um órgão colegial, de natureza consultiva, constituído por um total de 7 a 13 membros, dos quais 4 a 9 são eleitos pela Assembleia Geral e 3 a 4 integram aquele órgão por inerência das seguintes funções desempenhadas na Sociedade: Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Presidente do Conselho de Administração, Presidente do Conselho Fiscal e, quando exista uma Comissão de Remunerações, o respectivo Presidente.

Os membros do Conselho Estratégico eleitos pela Assembleia Geral são designados por períodos de 1 ano, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes. A Assembleia Geral designará, de entre os membros especificamente eleitos para o Conselho Estratégico, o Presidente e o Vice-Presidente deste órgão.

Actualmente, o Conselho Estratégico do Banif tem a seguinte composição:

Presidente	Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
Vice-Presidente	Mário Raúl Leite Santos
Vogais	António Soares Pinto Barbosa
	Fernando José Inverno da Piedade
	Jorge Humberto Correia Tomé
	José Marques de Almeida
	José Paulo Baptista Fontes
	Mário Henrique de Almeida Santos David
	Paula Cristina Moura Roque

Compete ao Conselho Estratégico, designadamente e na medida em que não conflitue com os poderes legalmente atribuídos aos demais órgãos sociais:

- a. Acompanhar, analisar e reflectir sobre a estratégia global da Sociedade e das sociedades por esta participadas, bem como sobre a estratégia para cada geografia em que as mesmas exercem as suas actividades, emitindo, sempre que o entenda, recomendações para o Conselho de Administração;
- b. Acompanhar, analisar e reflectir sobre a evolução e implementação da estratégia para cada segmento de actividade da Sociedade e das sociedades por esta participadas, emitindo, sempre que o entenda conveniente, recomendações para o Conselho de Administração;
- c. Analisar e reflectir sobre o modelo de governo da Sociedade e das sociedades por esta participadas, apresentando ao Conselho de Administração um relatório anual sobre a adequação e eficácia dos modelos adoptados, propondo eventuais alterações que considere convenientes;
- d. Analisar os aspectos e circunstâncias conjunturais relevantes, presentes ou previstas, designadamente no que respeita a factores susceptíveis de influenciar ou potenciar a actividade da Sociedade e das sociedades por esta participadas;
- e. Acompanhar e apreciar as práticas da Sociedade e das sociedades por esta participadas em termos ambientais, de sustentabilidade e de responsabilidade social, os códigos internos de ética e de conduta e dar parecer em matérias de conflitos de interesses relativas a membros dos órgãos sociais;
- f. Recomendar critérios e competências a observar na composição dos órgãos societários e das estruturas da Sociedade e das sociedades por esta participadas, identificar elementos com o elevado perfil necessário para o exercício de funções de alto nível de responsabilidade, elaborar e propor aos órgãos competentes planos de sucessão;
- g. Apoiar o Conselho de Administração, mediante e nos termos da solicitação deste órgão, no sentido de assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores da Sociedade e das sociedades por esta participadas, bem como das diversas comissões existentes;
- h. Exercer funções consultivas em quaisquer matérias que lhe sejam solicitadas, pelo Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, produzindo análises e opiniões em relação a assuntos de carácter regulamentar, económico e empresarial.

O Conselho Estratégico deverá dispor dos recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades, podendo contratar a prestação de serviços de peritos para apoio a um ou vários dos seus membros, no exercício das respectivas funções, e solicitar, junto de quaisquer órgãos ou serviços da Sociedade, todas as informações e documentação que considere relevantes para o tratamento das matérias que lhe estão confiadas. Os pareceres do Conselho Estratégico não são vinculativos.

#### **11.15 *Compliance*, controlo interno e prevenção de branqueamento de capitais**

Ao nível da função de controlo interno corporativo, foram acompanhadas e promovidas, em 2012, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares, entre as quais se destacam:

- A realização de questionários completos de *self-assessment* em cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008. Em cumprimento do disposto neste Aviso, foram realizados, durante o primeiro

semestre, o relatório de controlo interno da *holding* do Grupo, e os relatórios individuais de todas as filiais consideradas mais relevantes nos termos do modelo de avaliação de riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão;

- Realização do projecto de remediação junto das filiais e definição das acções a realizar e respectiva prioridade;
- Execução de acções de *follow-up* dos projectos de remediação com reporte bimestral e semestral dos pontos de situação das deficiências ao Conselho de Administração do Banif e ao órgão de supervisão.

Em linha com as orientações regulamentares (e, em particular, do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal), o Grupo utiliza uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas em cada filial, o que permite um acompanhamento contínuo do *status* de cada deficiência e de cada acção de mitigação e, bem assim, da informação de suporte da sua concretização, sempre que considerado necessário.

A equipa corporativa de apoio ao sistema de controlo interno estabelece um diálogo sistemático com os responsáveis de controlo interno das filiais, promovendo a disseminação das orientações do Grupo e colaborando para a melhoria do sistema de gestão de risco do Grupo.

A função de auditoria no âmbito do Banif passou a ter, por força da integração da Banif SGPS, e da sua passagem a sociedade de topo do Grupo, um certo tipo de responsabilidades que antes estavam confiadas ao órgão de auditoria corporativa da Banif SGPS. Assim, em Dezembro de 2012, uma cadeia específica de reporte funcional das funções de auditoria e *compliance* foi atribuída a um administrador não executivo e/ou ao Conselho Fiscal. O comité de *compliance* discute, coordena e monitoriza as actividades dos vários *stakeholders* em questões de *compliance*, numa base bi-anual.

A direcção de *compliance* tem como missão principal a gestão do risco de *compliance*, de forma a mitigá-lo eficiente e eficazmente. A direcção de *compliance* reporta directamente ao Conselho de Administração, através do respectivo administrador de pelouro, informando-o, de imediato, dos riscos de *compliance* que detecte e que considere serem susceptíveis de envolver riscos de reputação ou prejuízos significativos, efectivos ou potenciais, para o Banco ou para o Banif – Grupo Financeiro.

A direcção de *compliance* possui uma estrutura orgânica concebida para responder eficazmente às diferentes necessidades em matéria de *compliance* do Banif, decorrentes da diversificação da sua actividade e dos diferentes quadros regulatórios que se lhe aplicam, bem como das autoridades de supervisão a que este se encontra sujeito. Deste modo, a estrutura da direcção de *compliance* contempla três gabinetes com missões específicas: o gabinete de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (“GPBC”), responsável pela coordenação das actividades de prevenção nestas matérias e pela monitorização da observância das sanções internacionais; o gabinete de controlo de cumprimento – intermediação financeira (“GCC”), órgão especializado em matérias de intermediação financeira; e o gabinete de *compliance* (“GC”), com competências de *compliance* vocacionadas essencialmente para a supervisão comportamental da prestação de serviços bancários.

Ao GPBC compete, nomeadamente, coordenar os procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e sanções internacionais, bem como comunicar às entidades competentes o conhecimento ou suspeita de quaisquer transacções que indiciem a prática de ilícitos nestas matérias, e verificar a observância integral da legislação, regulamentação e procedimentos internos em vigor.

O GPBC actua com base num programa de prevenção de branqueamento de capitais, o qual abrange:

- Políticas, procedimentos e processos de controlo interno;
- Processos de informação e comunicação (reporte);
- Procedimentos de contratação e formação de empregados.

As actividades de controlo desenvolvidas são realizadas com recurso a aplicativos informáticos, os quais efectuam a monitorização de transacções e a filtragem de clientes e contrapartes.

A direcção de *compliance* do Banco inclui também o GCC, especializado em questões de *compliance* no âmbito da intermediação financeira (área de mercado de capitais, em particular no que respeita à DMIF). A principal responsabilidade do GCC é identificar, avaliar, aconselhar, monitorizar e reportar ao órgão de administração o risco de *compliance* do Banco relacionado com a prestação de serviços financeiros regulados pela DMIF e efectuar o controlo interno das operações de mercado de capitais, com a finalidade de prevenir ou detectar eventuais práticas de abuso de mercado.

O GCC desenvolve a sua actividade em conformidade com as orientações da *European Securities and Markets Authority* (“ESMA”) para a função *compliance* (“ESMA guidelines on certain aspects of the MiFID compliance function requirements”), seguindo uma abordagem baseada no risco (*risk-based approach*) e dispondo de um programa de monitorização delineado com base nos riscos de *compliance* identificados. Adicionalmente, o GCC tem responsabilidades de assessoria ao nível da formação dos recursos humanos, na definição de novas políticas e procedimentos, no processo decisório de aprovação de novas linhas de negócio ou de novos produtos financeiros, e no respectivo processo de comercialização/distribuição, bem como no relacionamento com autoridades de supervisão em matérias da sua competência.

O Banif dispõe de políticas e procedimentos para efeitos de cumprimento com as suas obrigações no âmbito da DMIF. Estas políticas e procedimentos incluem a política de melhor execução e a política de conflitos de interesses, e bem assim um conjunto de normas internas aplicáveis a todos os colaboradores envolvidos em actividades de intermediação financeira, incluindo regras de conduta, com ênfase nos conflitos de interesses, respeito dos direitos dos clientes, realização de operações pessoais sobre instrumentos financeiros e defesa de mercado.

Como parte da sua actividade corrente, o GCC executa o seu programa de monitorização com o objectivo de avaliar em que medida o negócio é conduzido de acordo com as obrigações impostas pela DMIF e demais regulamentação da CMVM e em que medida as políticas, as normas e os mecanismos de controlo interno se mantêm efectivos e apropriados. Nos últimos anos, programa de monitorização tem sido ajustado de acordo com as prioridades da CMVM, considerando a importância atribuída por esta entidade aos requisitos da DMIF relacionados com a verificação da adequação das operações e os conflitos de interesse.

Os instrumentos e metodologias para a realização das actividades de controlo incluem a utilização de “relatórios de cumprimento” que registam os desvios materiais das ocorrências relativamente aos requisitos legais e regras internas. As deficiências identificadas nos “relatórios de cumprimento” são comunicadas à Comissão Executiva e incluem uma descrição da implementação e eficácia dos procedimentos e controlos em vigor (“nível de *compliance*”), uma lista dos riscos identificados e as medidas correctivas a implementar. As actividades de controlo incluem também actividades de vigilância destinadas a detectar sinais de abuso de mercado e potenciais situações de conflito de interesses.

Finalmente, o gabinete de *compliance* (GC) é responsável pela monitorização do risco de *compliance* que não se enquadre nas competências dos restantes gabinetes, dando particular atenção ao risco de *compliance* associado à prestação, pelo Banif, de serviços bancários sujeitos à supervisão comportamental do Banco de Portugal. Neste âmbito, colabora activamente na elaboração de normas internas e de conduta respeitantes à actividade bancária e presta assessoria às direcções do Banco que desenvolvem essas actividades.

O GC tem ainda competências no âmbito das normas internas sobre recolha, tratamento e protecção de dados pessoais.

#### 11.16 Declaração relativa à conformidade com o regime português de governo das sociedades

O Banif cumpre com a legislação e regulamentação relativa ao governo das sociedades actualmente em vigor em Portugal e adopta a maioria das recomendações emitidas pela CMVM, contidas no Código do Governo das Sociedades, aprovado em 2010.

O quadro seguinte contém a indicação discriminada das recomendações contidas no Código do Governo das Sociedades adoptadas e não adoptadas pelo Banif (explicitando as razões de divergência relativamente àquelas que não são integralmente adoptadas) e bem assim aquelas que o Banif entende não lhe serem aplicáveis na sua globalidade. Esta apreciação sobre o grau de cumprimento pelo Banif é da responsabilidade deste último e não foi objecto de apreciação ou aprovação por parte da CMVM.

Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Observações
<b>I.1.1.</b> O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	X		-
<b>I.1.2.</b> A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	X		-
<b>I.2.1.</b> A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a 5 dias úteis.	N/A	N/A	Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em Assembleia Geral deixou de ser exigível
<b>I.2.2.</b> Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	N/A	N/A	Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em Assembleia Geral deixou de ser exigível



<b>I.3.1.</b> As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	X	-
<b>I.3.2.</b> O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	X	-
<b>I.3.3.</b> As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmem o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	X	-
<b>I.4.</b> As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	X	-
<b>I.5.</b> Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada.  A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	X	-
<b>I.6.1.</b> As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	X	-
<b>I.6.2.</b> Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	X	-
<b>II.1.1.1.</b> O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	X	-
<b>II.1.1.2.</b> As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do	X	-

sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.

**II.1.1.3.** O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.

X

-

**II.1.1.4.** As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.

X

-

**II.1.1.5.** Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

X

A Sociedade tem em preparação um regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e um regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, que conta estarem concluídos a breve prazo

**II.1.2.1.** O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.

X

-

**II.1.2.2.** De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

X

-

**II.1.2.3.** A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutra órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.

X

-

**II.1.3.1.** Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.

X

O Presidente do Conselho Fiscal (eleito para um novo mandato, em reunião da Assembleia Geral de 23 de Março de 2012 para o triénio 2012-2014) deixou de ser considerado independente dado o número de renovações do respectivo mandato, considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais

**II.1.3.2.** O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

X

-

**II.1.4.1.** A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser

X

-

dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

**II.1.4.2.** As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.

X

-

**II.1.5.1.** A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

X

-

**II.1.5.2.** A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

X

A Comissão de Remunerações não entendeu conveniente a divulgação de eventuais elementos comparativos que hajam sido considerados na definição da política e práticas remuneratórias da Sociedade

**II.1.5.3.** A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

N/A

N/A

A remuneração dos quadros dirigentes não integra uma componente variável importante

**II.1.5.4.** Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

N/A

N/A

Não estão em vigor, nem estão previstos, planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração e fiscalização, nem existe um sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração e fiscalização

**II.1.5.6.** Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.

X

-

**II.1.5.7.** Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

X

-

**II.2.1.** Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

X

-

**II.2.2.** O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

X

-

**II.2.3.** Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos

N/A

N/A

O Presidente do Conselho de Administração não exerce

eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.

funções executivas

**II.2.4.** O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

X

-

**II.2.5.** A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

X

Tendo em consideração o modelo de governo da Sociedade que tem vindo a ser implementado, o órgão de administração considera que não é conveniente submeter ou condicionar a rotação de pelouros a qualquer política ou critério previamente estabelecido. O Conselho de Administração considera que a eventual alteração/rotação de pelouros, entre os seus membros, deverá ser determinada por aquele órgão de forma casuística, em função da evolução da actividade da Sociedade e das valências dos elementos que o integram

**II.3.1.** Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

X

-

**II.3.2.** O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

X

-

**II.3.3.** O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

N/A

N/A

Recomendação não aplicável no contexto do modelo de governo adoptado

**II.4.1.** O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

N/A

N/A

Recomendação não aplicável no contexto do modelo de governo adoptado

**II.4.2.** Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

X

-

**II.4.3.** Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais

X

-

constrangimentos deparados.

**II.4.4.** O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.

X

-

**II.4.5.** O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

X

-

**II.4.6.** Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.

X

A função de auditoria no âmbito do Banif passou a ter, por força da integração da Banif SGPS e da sua passagem a sociedade de topo do Grupo, um certo tipo de responsabilidades que antes estavam confiadas ao órgão de auditoria corporativa da Banif SGPS. Assim, no âmbito dos ajustamentos aos mecanismos de governo em estudo e em implementação, após a conclusão da fusão, em Dezembro de 2012, encontra-se a determinação de uma cadeia específica de reporte funcional das funções de auditoria e *compliance* a um administrador não executivo e/ou ao Conselho Fiscal

**II.5.1.** Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.

X

A necessidade de criação destas Comissões no seio do órgão de administração do Banif passou a ser sentida sobretudo após incorporação da Banif SGPS e a passagem do Banco a sociedade de topo do Grupo, em Dezembro de 2012. Está em fase de estudo, para implementação, a criação das comissões aqui indicadas

**II.5.2.** Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

X

-

**II.5.3.** Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações o desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio conselho de administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

X

-

<b>II.5.4.</b> Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	X	-
<b>III.1.1.</b> As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	X	-
<b>III.1.2.</b> A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocações para a realização de assembleia geral.	X	-
<b>III.1.3.</b> As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	X	A Sociedade não tem definida uma política específica de rotação do auditor externo. A nomeação do auditor externo é efectuada pela Assembleia Geral, de acordo com recomendação/proposta do Conselho Fiscal
<b>III.1.4.</b> O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	X	-
<b>III.1.5.</b> A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	X	-
<b>IV.1.</b> Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	X	-
<b>IV.1.2.</b> Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	X	-

### **11.17 Quadros superiores relevantes e cargos exercidos noutras sociedades fora do Banif – Grupo Financeiro nos últimos cinco anos**

Dada a sua diversidade e a especificidade das várias sociedades do Banif – Grupo Financeiro dificilmente será possível estabelecer um critério uniforme para definir “quadro superior”.

As funções corporativas são desenvolvidas no âmbito de actividade dos correspondentes órgãos de primeira linha da macro-estrutura do Banif, com excepção da função de auditoria interna corporativa, exercida por um órgão autónomo, designado por direcção de auditoria corporativa.

Assumem ainda âmbito corporativo os seguintes comités: o comité ALCO, o comité de produtos e *cross-selling*, e o comité de recuperação de créditos.

### **11.18 Declaração sobre potenciais conflitos de interesses**

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração do Banif, não existem quaisquer potenciais conflitos de interesses entre as obrigações dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou dos dirigentes referidos na secção anterior para com o Banif e os seus interesses privados e/ou outras obrigações.

### **11.19 Declaração sobre litígios**

À data do presente Prospecto e salvo no que nele se descreve, nenhum dos membros do Conselho de Administração, nenhum dos membros do Conselho Fiscal e nenhum dos dirigentes referidos na secção 11.17 - “*Quadros superiores relevantes e cargos exercidos noutras sociedades fora do Banif – Grupo Financeiro nos últimos cinco anos*” do presente Capítulo, nos últimos cinco anos:

- Sofreu qualquer condenação relacionada com conduta fraudulenta;
- Desempenhou quaisquer funções executivas como quadro superior ou membro do órgão de administração ou de fiscalização de qualquer sociedade que tenha estado ou esteja em processo de falência, insolvência ou liquidação;
- Foi sujeito a quaisquer acusações formais e/ou sanções por parte de autoridades legais ou reguladores (incluindo organismos profissionais), nem foi impedido por um tribunal de actuar como membro de um órgão de administração, de direcção, e de fiscalização de uma sociedade ou de gerir ou dirigir as actividades de qualquer sociedade.

## 12 PRINCIPAIS ACCIONISTAS E OPERAÇÕES COM ENTIDADES TERCEIRAS ESPECIALMENTE RELACIONADAS

### 12.1 Principais accionistas

Na sequência da fusão da Banif SGPS no Banif, o principal accionista do Banco era a herança indivisa de Horácio da Silva Roque (a “**Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque**”), que detinha, directa e indirectamente, aproximadamente 59,129% dos direitos de voto do Banif. Após a fusão, o Banif passou a ter as suas acções admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, gerido pela Euronext.

A tabela abaixo reflecte a estrutura de participações qualificadas do Banco antes da conclusão da primeira fase do Plano de Recapitalização:

	N.º de acções	% de capital social	% direitos de voto
Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque (*). .....	337.073.868	59,129%	59,129%
Auto-Industrial SGPS, S.A. ....	76.377.857	13,400%	13,400%
Evaesco SGPS, S.A. ....	11.803.959	2,071%	2,071%

(\*) São imputáveis à Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque as participações representativas de capital social e de direitos de voto das entidades:

	N.º de acções	% de capital social	% direitos de voto
Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque. ....	808.888	0,142%	0,142%
Rentipar Financeira SGPS, S.A. ....	307.063.133	53,871%	53,871%
Membros dos órgãos sociais da Rentipar Financeira SGPS, S.A. ....	1.152.997	0,202%	0,202%
Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. ....	27.583.051	4,839%	4,839%
Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda ....	267.750	0,047%	0,047%
Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A. ....	162.049	0,028%	0,028%
<b>Total</b>	<b>337.073.868</b>	<b>59,129%</b>	<b>59,129%</b>

Após a conclusão da primeira fase do Plano de Recapitalização, o capital social do Banif passou a ser de €1.270.000.000, representado por 70.570.000.000 acções sem valor nominal.

A partir da conclusão da primeira fase do Plano de Recapitalização, as percentagens de direitos de voto apresentadas são calculadas tendo por base todas as matérias não previstas no número 8 do artigo 4.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada).

Destas, o Estado Português detém 70.000.000.000 acções especiais, que representam 99,192% do capital social: 44.511.019.900 acções têm direito de voto (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), representando 98,736% do capital social votante, e 25.488.980.100 acções têm o direito de voto limitado a alterações estatutárias, fusões, cisões, transformação, dissolução e outras deliberações que exijam uma maioria qualificada para a sua aprovação.

No âmbito da segunda fase do Plano de Recapitalização, em 26 de Junho de 2013, foi realizado um aumento de capital do Banif no montante de €100 milhões, de €1.270 milhões para €1.370 milhões, o qual foi subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS.



Após o aumento de capital *supra* referido, a participação detida pelo Estado Português foi diluída para 86,881% do capital social, correspondendo a 80,810% dos direitos de voto. No que se refere às demais participações qualificadas, importa referir o seguinte:

- A Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque voltou a assumir uma participação qualificada no Banif, indirectamente detida, correspondente a 7.837.073.868 acções ordinárias, representativas de 9,727% do capital social e de 14,228% dos direitos de voto; e
- A Auto-Industrial SGPS voltou a assumir uma participação qualificada no Banif, correspondente a 2.576.377.857 acções ordinárias, representativas de 3,198% do capital social e de 4,677% dos direitos de voto.

Nos termos da autorização que lhe foi conferida pela Assembleia Geral de accionistas do Banif, em reunião havida em 25 de Junho de 2013, o Conselho de Administração, em reunião havida em 27 de Junho de 2013, procedeu à deliberação de um aumento de capital social do Banif no montante de até €100.000.000, a que respeita o presente Prospecto. Caso o aumento de capital a que respeita o presente Prospecto seja integralmente subscrito, a participação detida pelo Estado Português será diluída para 77,288% do capital social, correspondendo a 68,393% dos direitos de voto. Em caso de subscrição completa do aumento de capital a que respeita o presente Prospecto, e assumindo que as entidades abaixo referidas não irão subscrever este aumento, as demais participações qualificadas no Banif a assumir pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque e pela Auto-Industrial SGPS serão as seguintes:

- A Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque continuará a assumir uma participação qualificada no Banif, indirectamente detida, correspondente a 7.837.073.868 acções ordinárias, representativas de 8,653% do capital social e de 12,042% dos direitos de voto (participação que engloba, nos termos do artigo 20.º do CVM, as 7.500.000.000 acções ordinárias, representativas de 8,281% do capital social e de 11,524% dos direitos de voto detidos pela Açoreana Seguros); e
- A Auto-Industrial SGPS continuará a assumir uma participação qualificada no Banif, correspondente a 2.576.377.857 acções ordinárias, representativas de 2,845% do capital social e de 3,959% dos direitos de voto.

Caso o BES venha a subscrever, no âmbito do presente aumento de capital, a totalidade das 2.500.000.000 acções objecto do respectivo compromisso de colocação no âmbito da OPS de Acções, aquele assumirá uma participação qualificada no Banif, correspondente a 2.500.000.000 acções ordinárias, representativas de 2,760% do capital social e de 3,841% dos direitos de voto.

Após a conclusão integral da segunda fase do Plano de Recapitalização, o Estado Português deterá 60,57% do capital social do Banif, correspondente a 49,41% dos direitos de voto (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro), caso o valor global de €450 milhões (dos quais €100 milhões são objecto da presente Oferta) seja totalmente subscrito no âmbito do(s) aumento(s) de capital.

Não obstante a participação do Estado Português no capital do Banif, aquele não assume qualquer responsabilidade pelos termos da Oferta ou pela restante informação contida neste Prospecto.

## **Acordos Parassociais**

### ***Contrato celebrado em 10 de Junho de 2009 – Integração do Grupo Tecnigrédito***

Foi celebrado em 10 de Julho de 2009, entre a Banif SGPS e os então accionistas controladores da Tecnigrédito, SGPS, S.A. (“**Tecnigrédito**”) (aos quais se substituiu a Auto-Industrial SGPS, por aditamento de 7 de Agosto de 2009), um contrato referente à integração da Tecnigrédito na Banif SGPS. Como consequência da incorporação da Banif SGPS no Banif, por fusão, tal contrato passou desde então a aplicar-se ao Banco.

Nos termos deste contrato, estão previstas restrições à alienação, por parte da Auto-Industrial SGPS, das acções e valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (“**VMOCs**”) que esta veio a subscrever no âmbito do aumento de capital da Banif SGPS, por contrapartida das acções representativas do capital social da Tecnigrédito. Das restrições então previstas, mantém-se em vigor o compromisso da Auto-Industrial SGPS de, até à data de efectiva conversão dos VMOCs (em acções do Banif) não reduzir, seja de que forma for, o seu interesse económico para uma percentagem inferior a dois terços do interesse económico adquirido aquando da concretização das transacções previstas naquele contrato.

Foram excluídas do referido compromisso quaisquer transacções de acções e de VMOCs efectuadas entre a Auto-Industrial SGPS e sociedades dominadas directa ou indirectamente por si e entre aquelas sociedades entre si, desde que o adquirente se vincule ao contrato celebrado.

### ***Secured Subscription Commitments***

No âmbito do processo de recapitalização do Banif com recurso ao investimento público, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), foi subscrito, em 31 de Dezembro de 2012, por cada um dos accionistas Rentipar Financeira e Auto-Industrial SGPS, um documento designado *Secured Subscription Commitment*, nos termos do qual os referidos accionistas se comprometeram, designadamente, a não transaccionar/transmitir quaisquer acções do Banif (ou títulos convertíveis em acções do Banco ou direitos de adquirir ou subscrever tais acções) até 31 de Outubro de 2013, inclusive.

## **12.2 Operações com entidades terceiras especialmente relacionadas**

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

Ver a nota 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2012 do Banif – Grupo Financeiro, intitulada “Empresas do Grupo”, para uma lista completa das empresas do Grupo e das entidades de finalidade especial incluídas no processo de consolidação.

A 31 de Dezembro de 2012, as partes relacionadas do Banif – Grupo Financeiro são as seguintes:

### **Elementos chave de gestão:**

Luís Filipe Marques Amado

Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

Paula Cristina Moura Roque

Fernando José Inverno da Piedade  
Jorge Humberto Correia Tomé  
Diogo António Rodrigues da Silveira  
Nuno José Roquette Teixeira  
Vítor Manuel Farinha Nunes  
João Paulo Pereira Marques de Almeida  
José António Vinhas Mouquinho  
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes (\*)  
Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho  
João José Gonçalves de Sousa  
Carlos Eduardo Pais e Jorge  
José Marques de Almeida  
Vítor Hugo Simons

---

(\*) Cessou funções em 30 de Junho de 2013, por renúncia datada de 21 de Maio de 2013 e registada em 3 de Julho de 2013.

*Membros próximos da família dos elementos chave de gestão:*

Marta do Patrocínio Oliveira de Castro Amado  
Carlos António de Castro Amado  
Maria Carolina de Castro Amado  
Lorenzo Roque dal Fabbro  
Bianca Maria Roque dal Fabbro  
Luísa Maria Campina Pinto da Piedade  
Carolina Pinto Inverno da Piedade  
Leonor Pinto Inverno da Piedade  
Isabel Maria da Silva Pedro Gomes  
Carolina Pedro Gomes Tomé  
Catherine Thérèse Laurence Jouven da Silveira  
Alexandre Tiago da Silveira  
Heloïse Maria da Silveira  
Gaspar Antoine da Silveira

Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira  
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes  
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Helena Veiga Martins de Almeida  
Catarina Martins Marques de Almeida  
Margarida Martins Marques de Almeida  
Domingas da Conceição Clérigo Barradas Mouquinho  
Inês Sofia Barradas Mouquinho  
Isabel Maria Forbes de Bessa Lencastre  
Luisa Lencastre Fernandes  
Rita Lencastre Fernandes  
Inês Lencastre Fernandes  
Maria João Ferreira Pena Chancerelle de Machete de Medeiros Botelho  
Gonçalo Vaz de Machete Gago da Câmara do Botelho  
Miguel António de Machete Gago da Câmara do Botelho  
Marta Maria Pena de Machete Contreras do Botelho  
Maria Luísa Pereira Silva Sousa  
João Nuno da Silva e Sousa  
Joana Filipa da Silva e Sousa  
Maria do Carmo Barroso de Oliveira Pais e Jorge  
Matilde Barroso de Oliveira Pais e Jorge  
Mariana Barroso de Oliveira Pais e Jorge  
Maria do Carmo Barroso de Oliveira Pais e Jorge  
Maria Alice Pereira de Almeida  
Maria José Pereira Marques de Almeida

Maria João Pereira Marques de Almeida  
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons  
Nídia da Mota Simons  
João Pedro da Mota Simons  
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons

Entidades associadas:

Rentipar Seguros, S.G.P.S., S.A.  
Açoreana Seguros, S.A.  
Espaço Dez Sociedade Imobiliária, Lda.  
Banca Pueyo  
Inmobiliaria Vegas Altas, S.A.  
MCO2 - SGFIM, S.A.  
Centaurus Realty Group Invest. Imobiliários, S.A.  
Pedidos Liz, Lda.

Accionistas com participação qualificada:

Rentipar Financeira, SGPS, S.A.  
Vestiban Gestão e Investimentos, S.A.  
Auto-Industrial Investimentos e Participações, SGPS, S.A.  
Evalesco SGPS, S.A.

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.  
Rentipar Investimentos, SGPS, S.A.  
Rentipar Indústria SGPS, S.A.  
Rentiglobo, SGPS, S.A.  
Empresa Madeirense de Tabacos  
SIET Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.  
DISMADE Distribuição de Madeira

PADORE Reflorestamento, Lda.

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Em 2012, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

### **12.3 Relação com o Estado Português**

A primeira fase de recapitalização do Banif foi anunciada em 31 de Dezembro de 2012, com a aprovação do Plano de Recapitalização após apreciação e parecer favorável do Banco de Portugal e na sequência da concordância do Estado Português em participar na injeção de capital prevista nesta fase.

O Plano de Recapitalização foi subsequentemente aprovado pela Assembleia Geral do Banif em 16 de Janeiro de 2013, o que permitiu ao Banif cumprir com os requisitos de capital prescritos pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 3/2011 (10% de rácio Core Tier I). O Plano de Recapitalização contempla:

- (i) Aumento do capital social no valor de €700 milhões, por entradas em dinheiro e com supressão do direito de preferência, reservado à subscrição pelo Estado Português, através da emissão de 70.000 milhões de acções especiais com o valor unitário de €0,01. O aumento de capital foi realizado em 25 de Janeiro de 2013.
- (ii) Emissão de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificáveis como capital Core Tier I (CoCos), no valor total de €400 milhões, subscritos pelo Estado Português. A emissão foi realizada em 25 de Janeiro de 2013.
- (iii) Novo aumento de capital por emissão de acções ordinárias, no montante de até €450 milhões, através de um ou mais aumentos de capital e destinado a investidores particulares, dos quais €100 milhões são objecto da presente Oferta.

#### **Aumento de capital social no valor de €700 milhões, subscrito pelo Estado Português**

Em consequência do aumento de capital social referido em (i) *supra*, o Estado Português detém actualmente uma participação de 99,19% no Banif.

De entre as 70.000.000.000 de acções especiais subscritas pelo Estado Português, 44.511.019.900 acções têm direito de voto sem restrições (tendo sido estes cálculos realizados ao abrigo do disposto na Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio, conforme alterada pela Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro) e as 25.488.980.100 restantes acções têm o direito de voto limitado a alterações estatutárias, fusões, cisões, transformação, dissolução e outras deliberações que exijam uma maioria qualificada para a sua aprovação.

As restrições ao direito de voto do Estado Português encontram-se previstas nas Normas de Recapitalização do Banif, que determinam que o Estado Português apenas poderá exercer os direitos de voto decorrentes das acções especiais que excedam 50% do capital do Banif. O número de acções especiais detidas pelo Estado Português que conferem direito de voto sem quaisquer restrições é de 44.511.019.900.

As acções especiais apenas podem ser detidas pelo Estado ou por uma entidade pública. Se estas acções forem transferidas no âmbito da opção de compra do Banco, do direito de aquisição por parte dos accionistas ou da

venda directa a outros investidores, dentro dos limites legais, as acções especiais serão convertidas em acções ordinárias.

O Estado poderá, a todo o tempo, dispor livremente de parte ou da totalidade das acções especiais ou das acções ordinárias que detém no Banco, desde que ofereça preferência na aquisição das acções em causa aos accionistas que o sejam à data do desinvestimento, nos termos das Normas de Recapitalização do Banif.

Assiste aos accionistas do Banif, na proporção das acções por eles detidas em 25 de Janeiro de 2013, a faculdade de adquirir as acções de que o Estado seja titular, em virtude da operação de recapitalização. Esta faculdade pode ser exercida durante um período determinado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças. O primeiro período de exercício desta faculdade será em 2014, nos termos do Despacho n.º 1527-B/2013.

Adicionalmente, e de acordo com o Despacho n.º 1527-B/2013, as acções especiais subscritas pelo Estado Português atribuem ao Estado o direito a receber uma remuneração prioritária (dividendo preferencial) correspondente a uma percentagem equivalente ao seu interesse económico sobre 30% dos lucros distribuíveis do Banif do exercício financeiro relevante.

Enquanto as acções especiais forem detidas pelo Estado Português, o Banco não poderá distribuir dividendos. Quaisquer lucros, que de outro modo estariam disponíveis para ser distribuídos aos accionistas, serão obrigatoriamente afectos ao pagamento de qualquer dividendo prioritário relativo às acções especiais, ou à recompra de quaisquer acções especiais ou CoCos, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos. As presentes limitações são igualmente aplicáveis a quaisquer outras distribuições aos accionistas, incluindo recompra de acções e distribuição de activos.

Quaisquer acções especiais alienadas a terceiros (que não uma entidade pública) pelo Estado serão obrigatoriamente convertidas em acções ordinárias a um rácio de conversão específico (1:1). Decorridos cinco anos, as acções especiais serão convertidas em acções ordinárias, observando-se esse rácio de conversão.

### **Emissão de CoCos no valor de €400 milhões, subscritos pelo Estado Português**

Nos termos da ficha técnica para a emissão dos CoCos, estes instrumentos pagarão um cupão anual de (i) 9,5% no primeiro ano; (ii) 9,75% no segundo ano; (iii) 10% no terceiro ano; (iv) 10,5% no quarto ano, e (v) 11% no quinto ano.

Em caso de incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, *inter alia*, se não for cumprido o rácio mínimo de Core Tier I exigido pelo Banco de Portugal, os CoCos serão convertidos em acções especiais, que atribuirão ao Estado Português o dividendo preferencial acima referido. Declarando o Estado Português ter-se verificado um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização, serão atribuídos às acções especiais detidas pelo Estado, nomeadamente, os seguintes direitos: (i) o Estado poderá exercer todos os direitos de voto inerentes às acções especiais (como se estas fossem acções ordinárias normais); (ii) o Estado poderá nomear ou aumentar, na proporção dos direitos de voto exercidos ao abrigo da alínea anterior, o número dos seus representantes no órgão de administração, os quais poderão ter funções executivas, ou de supervisão (incluindo comissão de auditoria, se aplicável) do Banco; (iii) o Estado poderá livremente dispor, no todo ou em parte, da sua participação no capital do Banco, independentemente dos direitos legais de preferência referidos no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sem prejuízo do disposto nos artigos 102.º e seguintes do regime legal relevante (RGICSF) e ao abrigo dos termos legalmente previstos. No final do período do investimento público, os CoCos ainda não reembolsados ao Estado serão convertidos em acções ordinárias.



Enquanto os CoCos forem detidos pelo Estado Português, o Banco não poderá distribuir dividendos. Quaisquer lucros, que de outro modo estariam disponíveis para ser distribuídos aos accionistas, serão obrigatoriamente afectos ao pagamento de qualquer dividendo prioritário relativo às acções especiais, ou à recompra de quaisquer acções especiais ou CoCos, ou no pagamento de quaisquer juros ou cupões vencidos e não pagos relativamente aos mesmos. As presentes limitações são igualmente aplicáveis a quaisquer outras distribuições aos accionistas, incluindo recompra de acções e distribuição de activos.

#### **Aumento de capital de até €450 milhões, a subscrever por investidores particulares**

A segunda fase do Plano de Recapitalização previa a realização de um aumento suplementar do capital social do Banif no montante de €450 milhões, até 30 de Junho de 2013. Em 26 de Junho de 2013, foi realizado um aumento de capital do Banco, no valor de €100 milhões, integralmente subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, o que reduziu o montante em causa para €350 milhões. A OPS de Acções integra-se também nesta segunda fase do Plano de Recapitalização, visando-se, através dela, um aumento de capital do Banco no valor de €100 milhões, reduzindo o montante ainda pendente de realização. Não obstante, tendo sido incumprido o prazo inicialmente acordado para o aumento global de €450 milhões, o Banif solicitou ao Estado Português a alteração e reescalonamento dos prazos de realização da operação. Caso tais prazos não venham a ser alterados e/ou reescalados, o Estado Português pode declarar ter-se verificado um incumprimento materialmente relevante do Plano de Recapitalização. Em tal caso, serão atribuídos às acções especiais detidas pelo Estado Português, nomeadamente, os seguintes direitos: (i) o Estado poderá exercer todos os direitos de voto inerentes às acções especiais (como se estas fossem acções ordinárias normais); (ii) o Estado poderá nomear ou aumentar, na proporção dos direitos de voto exercidos ao abrigo da alínea anterior, o número dos seus representantes no órgão de administração, os quais poderão ter funções executivas, ou de supervisão (incluindo comissão de auditoria, se aplicável) do Banco; (iii) o Estado poderá livremente dispor, no todo ou em parte, da sua participação no capital do Banco, independentemente dos direitos legais de preferência referidos no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sem prejuízo do disposto nos artigos 102.º e seguintes do regime legal relevante (RGICSF) e ao abrigo dos termos legalmente previstos.

No contexto e para efeitos do aumento de capital de até €450 milhões a subscrever por investidores particulares, dos quais €100 milhões são objecto da presente Oferta, a intenção é (i) cumprir com os novos requisitos a nível de capital regulatório aplicáveis ao sector financeiro, (ii) diluir a participação detida pelo Estado Português, equilibrando a estrutura accionista entre o Estado e os investidores particulares, e (iii) reforçar a base de capital do Banif, por forma a melhor enfrentar os desafios relacionados com a incerteza na evolução das condições macroeconómicas. No seu conjunto, os montantes do encaixe das Ofertas serão utilizados para proceder ao reembolso parcial dos CoCos.

Caso o aumento de capital a que respeita o presente Prospecto, no valor de até €100 milhões, seja integralmente subscrito, a participação detida pelo Estado Português será diluída para 77,288% do capital social, correspondendo a 68,393% dos direitos de voto.

No âmbito da presente OPS de Acções, o Banco Espírito Santo, S.A. assumiu o compromisso de assegurar a colocação, por subscrição directa ou por subscrição por terceiras entidades por si designadas, das Acções que não venham a ser subscritas no âmbito da OPS de Acções, até um máximo de €25.000.000, correspondente a um máximo de 2.500.000.000 Acções. Este compromisso encontra-se sujeito a determinadas condições, designadamente, à de a liquidação financeira do aumento de capital ocorrer até 31 de Julho de 2013.

## 13 GESTÃO DE RISCO

### 13.1 Modelo Organizativo

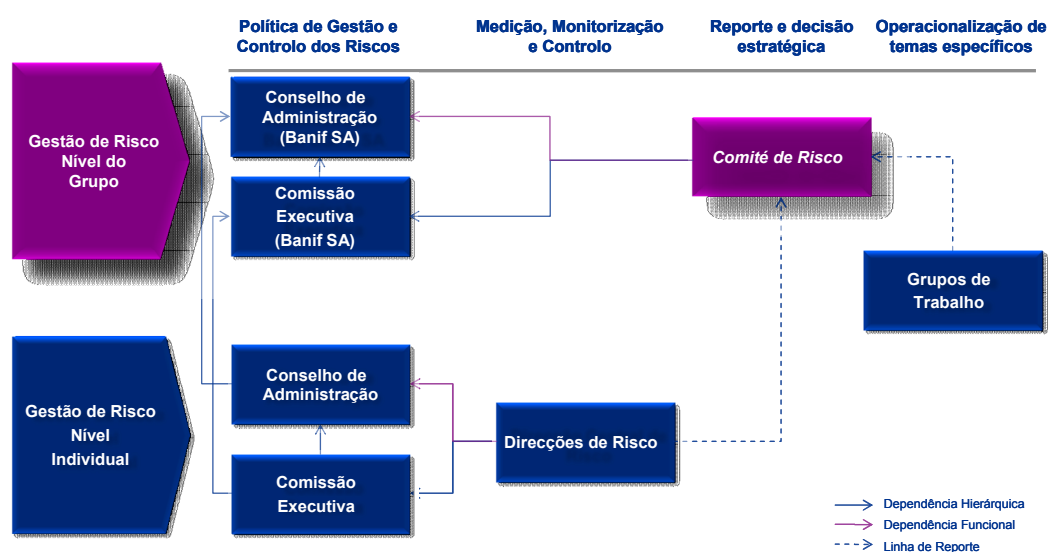
A gestão de risco no Banif – Grupo Financeiro assenta na identificação, medição, mitigação e monitorização da exposição aos principais riscos de actividade aos quais o Grupo se encontra exposto e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

O Grupo assume o controlo e a gestão dos riscos como um pilar fundamental na garantia da sua sustentabilidade e da rendibilidade do negócio. A gestão de topo do Grupo encontra-se cada vez mais focada na obtenção do equilíbrio entre risco e retorno, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a sua *performance* financeira.

A função de gestão de risco do Grupo é conduzida de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, garantindo a Comissão Executiva a sua implementação através da direcção de risco corporativo e dos respectivos órgãos de gestão de risco das suas filiais.

A direcção de risco corporativo constitui-se como um órgão do Grupo dependendo directamente do Conselho de Administração. A sua estrutura enquadra-se nos requisitos apresentados nos normativos em vigor, emanados pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo Aviso n.º 5/2008, de 25 de Junho de 2008.

O modelo de *governance* da gestão de risco, apresentado em seguida, contempla um controlo transversal das várias entidades do Grupo, no qual cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade última pela definição das políticas de gestão e de controlo de risco.



Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão de risco, dimensionada em função da actividade, dos respectivos riscos associados e do seu nível de materialidade.

A direcção de risco corporativo, pelos poderes conferidos pelo respectivo estatuto orgânico e funcional, mantém uma relação funcional com os respectivos órgãos designados para a gestão de risco das filiais do Grupo.

Essa relação é exercida através de um responsável nomeado e de interlocutores designados para a condução dos diferentes temas de risco sob gestão. Trata-se de um modelo de relação dinâmico e evolutivo que é alvo de ajustamentos sempre que necessário, assegurando, assim, a prestação atempada de informação harmonizada tendo em conta a complexidade crescente dos trabalhos nesta área.

Decorrente das alterações do modelo organizativo do Grupo, foi formalizada a comissão de riscos e auditoria. Esta comissão constitui um fórum de discussão multidisciplinar, com fortes competências e representatividade ao nível da gestão de topo, que analisa, acompanha e efectua recomendações aos órgãos de decisão do Grupo, tendo a seu cargo a supervisão dos riscos financeiros e outros riscos.

O Grupo promove a revisão periódica das políticas e dos procedimentos instituídos para a gestão de risco, de modo a reflectir as alterações nos mercados, nos produtos e nas melhores práticas. O Conselho de Administração é responsável pela definição das referidas políticas contando com o apoio da direcção de risco corporativo na avaliação e monitorização dos riscos, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, de liquidez, risco operacional, risco de negócio/estratégia e risco imobiliário – e propondo, sempre que necessário, novas políticas e medidas correctivas que promovam a prevenção e mitigação dos mesmos.

### **13.2 Alocação de capital**

Ao nível do apuramento do valor dos activos ponderados pelo risco, para efeitos do cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, o Grupo utiliza as seguintes metodologias:

- Método *standard* para o risco de crédito;
- Método do indicador básico para o risco operacional;
- Método de avaliação ao preço de mercado (*mark-to-market approach*) para o risco de mercado .

Não obstante a utilização desta metodologia, o Grupo tem vindo a promover programas de optimização dos seus activos ponderados pelo risco (RWA – *risk-weighted assets*), através da obtenção de melhores níveis de colateralização elegível dos seus activos, de maior fiabilidade da base de dados dos colaterais e, ainda, na avaliação selectiva do consumo de capital para operações de crédito, através de uma ferramenta de simulação disponível em todas as redes comerciais do Banif.

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis, que é utilizada nos exercícios de auto-avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

Para este efeito, o Grupo dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – modelo de *risk taking capacity* – que avalia a adequação dos níveis de capital económico e de recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro. O modelo existente considera os principais riscos a que se encontra exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, o risco de estratégia e negócio e o risco imobiliário, entre outros. Estas três tipologias de risco representam, em agregado, cerca de

78,6% (68,6% em 2011) do total de capital económico aferido em 2012: €1.792 milhares (€1.670 milhares em 2011).

A quantificação do risco de crédito foi efectuada ao nível das exposições do Grupo. Para as estimativas de risco das exposições do Grupo, foram aplicados os parâmetros de risco dos modelos das principais entidades do Grupo. Para o cálculo do capital económico para este tipo de risco é fundamental a existência de informação sobre os seguintes parâmetros: segmento e valor de exposição, probabilidade de incumprimento (PD), perda dado o incumprimento (LGD), intervalo de confiança e ponderador de risco (RW).

No que diz respeito ao risco de estratégia e de negócio, o mesmo é calculado com base na metodologia de quantificação *earnings at risk* (EaR). A metodologia escolhida é a abordagem que melhor aproveita a informação disponível no Banif – Grupo Financeiro, uma vez que utiliza as séries existentes de proveitos e custos registados para o Grupo no âmbito do *Funding and Capital Plan*. Para este risco não foram consideradas técnicas de redução de risco.

Relativamente ao risco imobiliário, a sua quantificação é efectuada através da metodologia VaR (*value-at-risk*) sobre a exposição do Banif – Grupo Financeiro em imóveis, incluindo os de usufruto próprio. Não se encontram ainda em prática técnicas de redução de risco no que respeita ao risco imobiliário.

O modelo de *risk taking capacity* do Grupo assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como na categorização em perspectivas de cobertura de capital e hierarquização por níveis de segurança. Esta hierarquização facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

### 13.3 Principais actividades

No âmbito de um contexto macro-económico adverso e caracterizado pela degradação da capacidade económica e financeira das empresas e particulares, com reflexos visíveis na qualidade dos activos do Grupo e consequentemente nos seus rácios de capital, os trimestres mais recentes foram, no âmbito da gestão de risco, particularmente dedicados à concretização de iniciativas que visam o robustecimento dos mecanismos de controlo e de carácter regulamentar:

- Inspeções das entidades supervisoras: assumem especial destaque, pela sua dimensão, complexidade e recursos alocados, a continuidade dos trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspeções (SIP), realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, e à consequente concretização de diversos planos de acção para endereçar as recomendações e melhorias identificadas no mesmo. No decurso de 2012 e no contexto do PAEF, foram realizadas duas acções de inspecção ao Grupo: (i) *Validation of Assets and Liabilities*, destinada a avaliar os principais activos e passivos do Grupo quer em Portugal, quer das suas subsidiárias no exterior; e (ii) *On-site Inspections Programme* (“OIP”), destinado a avaliar em particular as exposições aos sectores da construção e promoção imobiliária. Em resultado destas inspecções, foram identificadas necessidades de reforço de imparidades, as quais tiveram um impacto significativo nos resultados do Grupo.

Refira-se que este acréscimo de imparidade resultou, também, da degradação dos riscos actuais e previsíveis decorrentes da recessão económica, que incidem sobre diversos sectores de actividade, e da actualização dos parâmetros de risco que suportam os cálculos de imparidade.

Já em Junho de 2013, e em resultado de uma solicitação do Banco de Portugal, foi realizada pelos auditores externos, uma acção de auditoria à imparidade da carteira de crédito do Banif (Brasil), que abrangeu 95% da exposição (a restante correspondia já a exposições totalmente cobertas por imparidade).

Com efeito, a carteira de crédito daquela entidade foi objecto de uma profunda avaliação, quer pelos órgãos internos locais quer por parte dos auditores externos, estando à data efectuado um completo diagnóstico e reconhecidas e relevadas nas contas consolidadas do Grupo, desde 31 de Março de 2013, as imparidades consideradas necessárias para a cobertura dos riscos de crédito daquela entidade.

- Gestão de informação: o Grupo deu continuidade às iniciativas de melhoria das bases de dados de suporte à informação de gestão de riscos, de forma a torná-la cada vez mais abrangente e fidedigna. Neste âmbito, foi realizado um projecto designado por *Risk Assessment Datawarehouse*, que teve como objectivo identificar requisitos de dados adicionais e fontes de informação necessários para o estabelecimento de uma base de informação mais robusta, escalável e regular que permita aos órgãos de gestão de risco promover um nível de monitorização, controlo e reporte mais eficaz e tempestivo. Trata-se de um projecto estrutural que potenciará o sucesso de um conjunto de outras iniciativas baseadas nos sistemas de informação do Grupo, e cuja implementação decorrerá essencialmente durante 2013.

Neste âmbito, consolidou-se ainda o trabalho desenvolvido nos anos anteriores, tendo-se procedido a uma actualização dos *key performance indicators* (KPIs) e das análises periódicas produzidas para efeitos de reporte interno e externo, possibilitando uma visão mais abrangente e efectiva da gestão de risco por parte dos órgãos de gestão e restantes *stakeholders*.

- Testes de Esforço (*Stress Tests*): a realização e a análise dos resultados de testes de esforço são actividades que se revestem de especial relevância, designadamente na antecipação e identificação de situações inesperadas mas plausíveis e de anormal funcionamento dos mercados em que as instituições operam. Neste âmbito, o Grupo levou a cabo um projecto de implementação de melhorias muito significativo decorrente das insuficiências identificadas no âmbito do *workstream 3* do SIP.
- Controlo Interno: foram realizados os relatórios de controlo interno do Grupo, nos termos do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, tendo ao longo do exercício sido monitorizadas regularmente as acções de mitigação de regularização necessárias à melhoria do sistema de controlo interno do Grupo e das suas filiais.
- Elaboração do relatório de adequação de capital interno (ICAAP) e do relatório de disciplina de mercado, referentes ao Pilar II e Pilar III de Basileia II, respectivamente, bem como do relatório de risco de concentração.
- Colaboração nos exercícios regulares do plano de capital e liquidez no âmbito do plano de capital e financiamento (*“Funding and Capital Plan”*), quer no cenário base quer nos cenários de *stress*.
- Desenvolvimento, ainda em curso, de um novo modelo de apuramento de imparidade, de modo a incorporar indicadores mais sensíveis à conjuntura, adoptando metodologias mais abrangentes na captação da informação, designadamente para o apuramento dos parâmetros de risco.

### 13.4 Gestão de risco no Banif – Grupo Financeiro

#### Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

A gestão do risco de crédito adopta um perfil conservador e é baseado num conjunto de políticas e orientações aplicáveis a toda a actividade do ciclo de vida do crédito. Essas políticas e orientações são estabelecidas em função das estratégias de negócio do clima económico e social e são ajustadas e revistas sempre que tal se mostre necessário.

A actividade de concessão de crédito é desenvolvida e assente em regulamentos e normativos que disciplinam a actividade e que estabelecem com clareza a delegação de competências, quer em valor, quer em rendibilidade, em função do risco implícito dos clientes, segmentos e operações.

Para além dos normativos, a concessão de crédito é, na maioria dos segmentos, suportada pela avaliação e classificação do risco dos clientes com o auxílio de modelos de *scoring* e de *rating* e na avaliação do nível de cobertura dos colaterais das operações.

Por outro lado, as principais entidades do Grupo dispõem de sistemas que permitem identificar e classificar, em diferentes níveis, os clientes com sinais de degradação da sua capacidade creditícia, o que veio proporcionar um melhor conhecimento e alavancar qualitativamente o processo de concessão de crédito no Grupo, bem como proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento.

Relativamente à concentração do risco, o Grupo dispõe de um conjunto de métricas internas que lhe permitem acompanhar os índices de concentração, nomeadamente ao nível de grupos económicos, sectores de actividade, regiões geográficas, entre outras dimensões.

No decurso de 2012 e englobado no processo de reestruturação significativa do Grupo, merecem referência, na gestão deste risco, diversas iniciativas concretizadas:

- A criação do comité de supervisão da imparidade, coordenado pela direcção global de risco (“DGR”) do Banif, tendo como missão a gestão do modelo de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito (designadamente, metodologias, parâmetros de risco e pressupostos utilizados) e o acompanhamento da sua aplicação periódica. Neste âmbito foram também reforçadas as acções de controlo e monitorização do risco de crédito e respectivas imparidades das filiais no exterior;
- A reformulação do modelo operativo de concessão de crédito do Banif, tendo a intervenção da DGR sido substancialmente alterada através da segregação de funções entre as actividades de atribuição da notação de risco ao cliente e as de análise e decisão de crédito, tendo estas últimas sido incorporadas na direcção de crédito;
- A redefinição do comité de recuperação de créditos, para as filiais em Portugal, com o objectivo de gerir de uma forma mais eficaz as carteiras de crédito vencido e em incumprimento sobre gestão das áreas comerciais e de concretizar o novo modelo estratégico definido para a função de recuperação de créditos;
- No âmbito da política de qualidade e eficiência sobre a qual o Grupo se rege, em 2012, todos os regulamentos de crédito (geral, *rating* a empresas e crédito vencido) foram revistos e reformulados,

de forma a melhor se adaptarem ao contexto económico actual e à nova estratégia definida para o Banif e para todas as participadas domésticas. Enquadrado nestas alterações, foi revisto o modelo operativo de concessão de crédito em Portugal, o qual inclui agora valências multidisciplinares para as exposições de risco de crédito mais significativas, nomeadamente, a participação dos responsáveis das áreas comerciais, de recuperação, de risco, jurídica e, sempre que necessária, de tesouraria ou internacional. Estes normativos são revistos com regularidade e sempre que se considera necessário, e parte dos quais já sofreu alterações e actualizações no decurso de 2013.

### ***Gestão do risco de crédito***

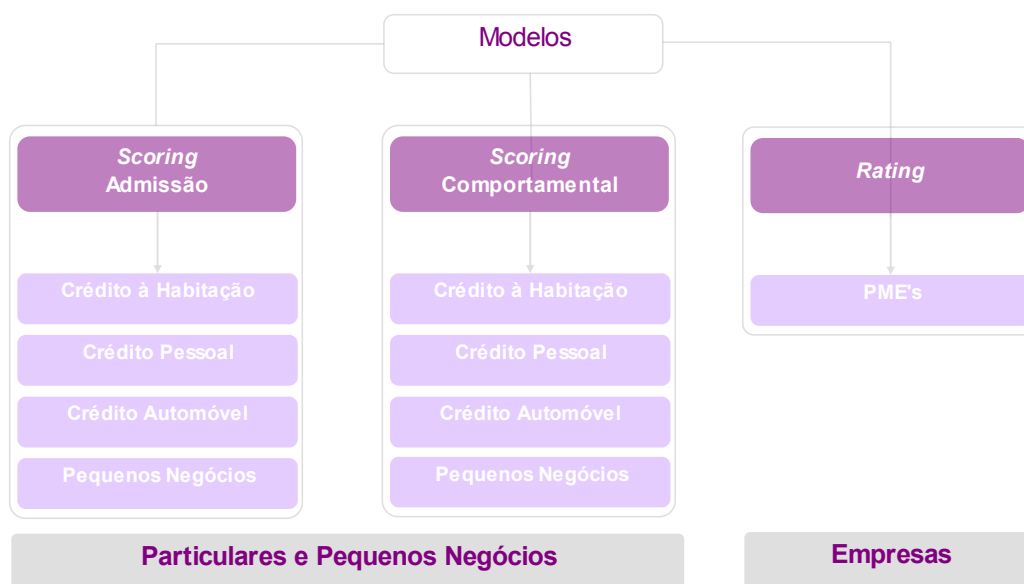
Considerando a situação económica e conjuntural do país e da Zona Euro, e as restrições de *funding* que pautaram a sua actividade nos períodos mais recentes, o Grupo tem vindo a gerir a sua actuação com critérios mais prudentes e com políticas de concessão de crédito mais conservadoras.

O perfil da carteira é monitorizado e avaliado, regularmente, face aos limites estabelecidos ao nível das seguintes dimensões: produto, área geográfica, tipo de cliente, canais de distribuição, sector de actividade, colateral associado, *rating*, principais exposições em situação regular e em incumprimento, divisa, dimensão da exposição, cobertura por colaterais, consumo de capital, imparidades, entre outros, quer a nível consolidado quer a nível individual.

### ***Medição do risco de crédito***

O Grupo dispõe de modelos de notação de risco para uma parte significativa do seu portefólio de crédito concedido. Os modelos desenvolvidos consideram metodologias diferenciadas para cada um dos segmentos e/ou produtos com base na experiência de incumprimento dos clientes e que, combinando um vasto conjunto de variáveis socio-demográficas, económico-financeiras e transaccionais, proporcionam uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.

Os sistemas de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:



Os modelos de *scoring* de admissão, utilizados no momento da concessão do crédito, permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), bem como classificar cada operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *scoring* comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito de retalho ao longo da sua vida útil, através da análise do comportamento, irregular ou não, das operações com mais de um ano de vida e do respectivo mutuário.

O modelo de notação de *rating* utilizado para o segmento empresas atribui a cada cliente uma probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte, através da combinação de informação financeira com dados de natureza qualitativa, nomeadamente, variáveis de relação e envolvimento comercial. Em paralelo, são ainda consultadas as notações de risco atribuídas por agências de notação externas, sempre que aplicável.

#### Monitorização do risco de crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos, a qual é concretizada através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito, da produção automatizada de sinais de alerta e da execução de acções a desenvolver em função da classificação dos referidos sinais. Desta forma, é possível antecipar acções de recuperação e actuar na gestão preventiva do incumprimento.

A gestão dos referidos eventos de risco assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos sinais de alerta, pelas competências atribuídas aos responsáveis na prestação e actualização da informação e, por fim, pela definição das acções a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas, é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas e a correspondente aplicação de medidas correctivas.

#### Mitigação do risco de crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido – bem como o grau de cobertura necessário dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte. O Grupo avalia, em primeiro lugar, a capacidade de reembolso e a probabilidade de incumprimento da contraparte, considerando os colaterais como uma segunda via de pagamento e, por isso, não constituem necessariamente o atributo principal dos critérios de avaliação.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.



### ***Gestão do risco de mercado***

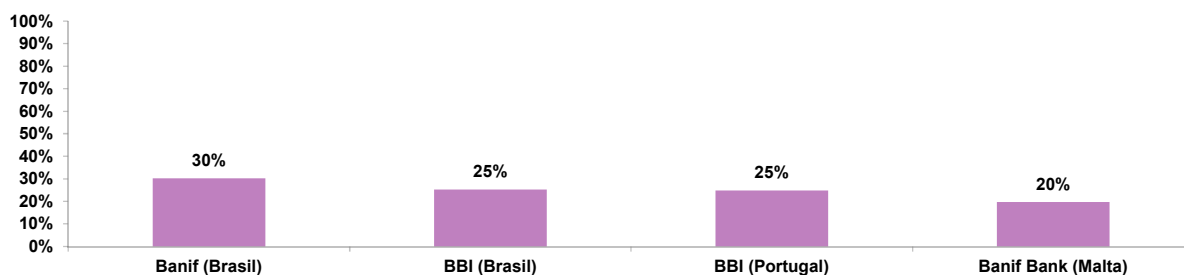
Ao nível do Banif – Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias. Em norma, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da própria carteira e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Banif – Grupo Financeiro se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

Em 31 de Março de 2013, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação no total das entidades do Grupo ascendeu, em termos absolutos, a 113 milhões de euros, composto por 110 milhões de euros de posições longas e 3 milhões de euros de posições curtas. O valor global e consolidado dos títulos reportados não considera as participações financeiras detidas pelo Banif Capital no valor de 6,6 milhões de euros (entidades não cotadas).

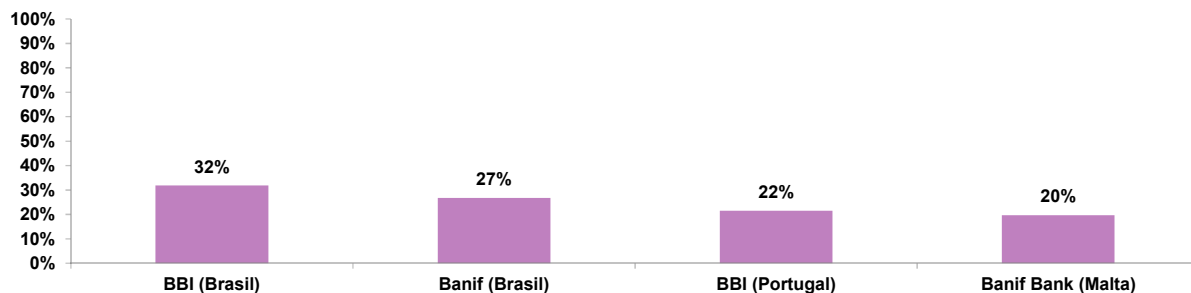
A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil, nomeadamente, a unidade de banca de investimento neste país: o Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A., e a unidade de banca comercial: o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, e em Malta: o Banif Bank (Malta) e, ainda, o Banif Investimento em Portugal.

Em termos consolidados, o Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, representa a maior fatia da carteira de negociação, com um peso de 30%, seguido do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo as sociedades participadas com um peso de 25%, do Banif Banco de Investimento, SA em Portugal, com 25%, e do Banif Bank (Malta) com 20%.

À data de 31 de Março de 2013, a carteira de títulos de negociação das principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:

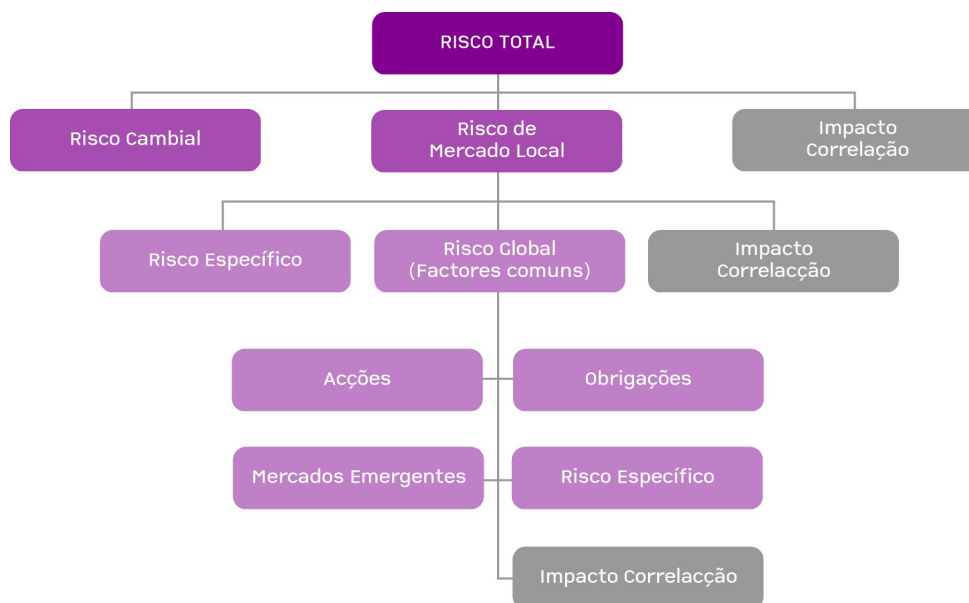


À data de 31 de Dezembro de 2012, a carteira de títulos de negociação das principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:



A análise do risco de mercado no Grupo é desenvolvida com o apoio da ferramenta *BarraOne*, que permite analisar o risco das carteiras, desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente, diferenciando o risco específico do risco global (ou de mercado), o qual, por sua vez, é desagregado em diversos constituintes. O risco total considera a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O *BarraOne* tem como metodologia um sistema multi-factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva *forward-looking*.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o *BarraOne* desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos *itens* aplicáveis à carteira.



O cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) é assim decomposto pelos seguintes factores:

**Risco Cambial** – componente de VaR atribuível ao risco de moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor, o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

**Risco de Mercado Local** – componente de VaR atribuível ao risco de mercado *per se*, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em três componentes: risco global, risco específico e correlação.

**Risco Global** – consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, *spread*, mercados emergentes, *hedge funds* e *commodities*. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

**Acções** – cada activo é classificado no sector onde melhor se enquadra (de acordo com a metodologia da aplicação), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector. Além disso, o modelo captura o risco que deriva do activo: deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado *versus* avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo.

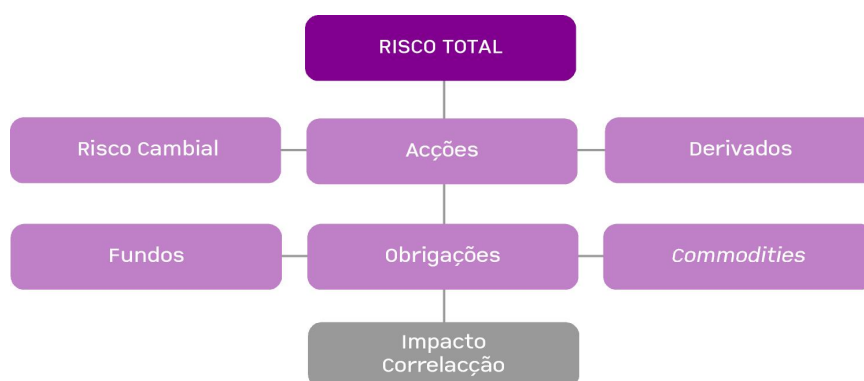
**Obrigações** – os activos são analisadas em duas vertentes: (i) taxa de juro (*yield curve*), que inclui o risco que decorre das alterações da inclinação da curva de rendimentos e da curvatura (*twist* ou *butterfly*); e (ii) *spread*, que analisa a diferença entre a curva *swap* e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação de VaR.

**Mercados Emergentes** – mede o risco adicional pelo facto de o emitente ser de um país emergente ou pelo facto do activo ter sido emitido num país emergente.

**Risco Específico** – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco exclusivo de cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com o valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

De referir que as instituições do Grupo a operar no Brasil possuem um sistema próprio de controlo e gestão de risco de mercado, utilizado igualmente com objectivos de reporte prudencial, de acordo com as regras da entidade local de supervisão – o Banco Central do Brasil. Em termos regulamentares, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. não procede à distinção entre carteira bancária e de negociação, procedendo ao cálculo do VaR para a totalidade das posições. O sistema MAPS é uma importante ferramenta de suporte à gestão e controlo dos riscos destas duas instituições, sendo uma referência no mercado financeiro brasileiro, utilizado pelos principais bancos deste país, permitindo o controlo de limites, testes de aderência e testes de esforço, elaboração de relatórios para a gestão e de reporte ao Banco Central do Brasil.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o MAPS desagrega o risco para o cálculo do VaR.



### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos. A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

### **Risco Cambial**

O risco cambial representa o risco de que o valor de posições financeiras expressas em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

#### ***Gestão do risco cambial***

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos pela gestão. De salientar que existem limites de *trading* e *settlement* aprovados superiormente que são cumpridos pela sala de mercados. As operações cambiais de clientes iguais ou superiores a €250.000 são cobertas no mercado. As operações de risco estão abrangidas por *stop-loss limits* e por escalão de competências definido superiormente. A exposição do Grupo ao risco cambial assenta essencialmente no capital social das participações financeiras detidas fora da Zona Euro e, por isso, sujeitas a volatilidade.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos decorrentes da incapacidade da instituição dispor no imediato de fundos líquidos para o cumprimento atempado das suas obrigações financeiras, sendo gerido de forma centralizada no Grupo.

#### ***Gestão do risco de liquidez***

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *gaps* de liquidez. Durante o ano de 2012 e até ao final do primeiro trimestre de 2013, tal como esperado, o acesso aos mercados revelou-se impraticável para financiamentos não colateralizados, sendo por isso expectável a subida verificada no peso dos empréstimos junto do BCE na estrutura de *funding* do Grupo.

Apesar da conjuntura nacional e internacional particularmente adversa no que toca à gestão de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os períodos analisados.

Como já previsto pelo Grupo, assistiu-se no segundo trimestre de 2012 a um pico de necessidades de liquidez provocado pelo reembolso de uma emissão de dívida garantida pelo Estado e de uma emissão sénior do Banif Finance, cujo efeito conjunto totalizou 690 milhões de euros. Este fluxo foi compensado pela concretização de uma nova emissão de dívida garantida pelo Estado (utilizada em operações de reporte com outras instituições de crédito) e pelo reforço dos financiamentos junto do BCE (suportados pela inclusão de carteiras de crédito na *pool* de colaterais).

A concretização do plano de recapitalização do Grupo no final de 2012 e um plano de vencimentos de dívida sénior (colocada junto de clientes particulares) distribuído ao longo de 2013 constituem uma envolvente mais favorável à gestão do risco de liquidez do Grupo. Para 2013, a estratégia de liquidez assentará essencialmente na diversificação das fontes de financiamento.

### ***Análise do risco de liquidez***

A avaliação do risco de liquidez do Grupo baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição.

Assim, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Grupo e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento da crise de liquidez.

A política interna de gestão de liquidez atribui grande relevância à monitorização e revisão dos limites de exposição de forma a reflectirem, a cada momento, as condições de mercado. No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no plano de financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas correctivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

No cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco de Portugal, o Grupo está obrigado a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõem de fundos líquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem.

### **Risco Operacional**

O risco operacional é a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes da inadequação ou deficiência de processos e procedimentos, do pessoal, dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

### ***Gestão do risco operacional***

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

No modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, a direcção de risco corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, assegura o sistema de reporte numa perspectiva global e integrada, bem como o apoio a todas as necessidades de formação relevantes, garantindo, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

O Grupo procede à identificação e avaliação do risco operacional em todas as áreas de actividade, classificando-o de acordo com as tipologias de risco definidas pelo Comité de Basileia.

### ***Sistema de gestão de continuidade de negócio***

Durante o ano de 2012, verificou-se uma evolução significativa nos planos de recuperação e continuidade das entidades do Grupo. Durante o primeiro semestre, foram concluídos projectos em participadas nacionais e internacionais. Por outro lado, no segundo semestre, a equipa de trabalho teve uma dedicação quase exclusiva ao plano de continuidade de negócio do Banif, pelo que a implementação do plano decorreu dentro dos prazos previstos acompanhando e fazendo reflectir no mesmo, em simultâneo, a profunda reorganização logística tendente ao aproveitamento de sinergias, partilha de processos e redução de custos de funcionamento.

De salientar o empenho na aplicação das práticas internacionalmente reconhecidas plasmadas em documentos específicos da ISO – *International Organization for Standardization* e recomendações prudenciais das entidades internas de supervisão.

### **Outros Riscos**

No âmbito do aprofundamento e melhoria da sua função de gestão de riscos, o Grupo incorpora na sua gestão a monitorização de outras tipologias de risco, as quais, apesar de não serem tão expressivas como as tipologias mais “tradicionais”, permitem, através do seu acompanhamento, obter uma apreciação mais abrangente e completa do perfil de risco da instituição. Desta forma, são incorporados nas estruturas de reporte de informação sobre gestão de risco do Grupo vários indicadores para acompanhamento do “risco estratégia” e de “negócio”.

### **Análise quantitativa do Banif – Grupo Financeiro**

#### ***Análise do risco de crédito***

#### ***Exposição a risco de crédito por rubrica contabilística***

Em 31 de Março de 2013, o total do activo do Grupo apresenta a seguinte exposição ao risco de crédito:

	Mar-13		2012		2011	
	Exposição <sup>1</sup> máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida	Exposição <sup>1</sup> máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida	Exposição <sup>1</sup> máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida
Activos financeiros detidos para negociação	223.325	223.325	214.725	214.725	251.614	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.561	79.561	79.287	79.287	160.138	160.138
Activos financeiros disponíveis para venda	1.789.515	1.789.515	755.566	755.566	561.488	561.488
Crédito a clientes	9.599.224	4.325.063	9.815.981	4.453.850	11.183.823	5.432.636
Investimentos detidos até à maturidade	154.859	154.859	36.284	36.284	53.506	53.506
Outros activos	2.914.528	2.914.528	3.090.450	3.090.450	3.612.545	3.612.545
<b>Sub-Total</b>	<b>14.761.012</b>	<b>9.486.851</b>	<b>13.992.293</b>	<b>8.630.162</b>	<b>15.823.114</b>	<b>10.071.927</b>
Passivos contingentes	8.132.079	8.132.079	6.972.638	6.972.638	5.146.373	5.146.373
Compromissos assumidos	671.870	671.870	601.462	601.462	873.349	873.349
<b>Sub-Total</b>	<b>8.803.949</b>	<b>8.803.949</b>	<b>7.574.100</b>	<b>7.574.100</b>	<b>6.019.722</b>	<b>6.019.722</b>
<b>Total</b>	<b>23.564.961</b>	<b>18.290.800</b>	<b>21.566.393</b>	<b>16.204.262</b>	<b>21.842.836</b>	<b>16.091.649</b>

<sup>1</sup> **Exposição máxima:** respeita ao valor líquido de balanço.

<sup>2</sup> **Exposição líquida:** respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

A exposição máxima representa a maior exposição ao risco do Grupo, à data de referência de 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro, nos exercícios de 2012 e 2011, tendo em conta que esta exposição não considera os colaterais e outros mitigantes associados aos activos. Os valores reflectem as posições financeiras relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em termos de exposição líquida, o efeito dos mitigantes apresenta-se significativo no crédito a clientes, reflectindo uma menor exposição ao risco de crédito de cerca de 55%. Em termos de grau de cobertura da carteira de crédito por tipo de colateral, 51% é referente a colaterais hipotecários, 2% a colaterais financeiros

e 2% por garantias emitidas por entidades institucionais. Uma parte relevante da carteira remanescente é coberta por garantias dos mutuários ou entidades relacionadas.

#### Compromissos e garantias

Para fazer face às necessidades dos seus clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

#### Estrutura geográfica da carteira de crédito e de títulos

Relativamente à exposição ao risco de crédito aos diferentes mercados, por geografia das contrapartes, em 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o risco de concentração dos activos financeiros assume a seguinte distribuição:

**Mar-13**

(valores expressos em milhares de Euros)

	<b>Europa</b>	<b>América do Norte</b>	<b>América Latina</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>Total</b>
Activos financeiros detidos para negociação <sup>1</sup>	48.525	4.334	57.589	89	110.538
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	75.023	3.905	-	633	79.561
Activos financeiros disponíveis para venda	1.747.672	0	36.293	5.550	1.789.515
Crédito a clientes	8.862.464	144.759	462.217	129.784	9.599.224
Investimentos detidos até à maturidade	143.809	-	10.923	127	154.859
<b>Total</b>	<b>10.877.493</b>	<b>152.998</b>	<b>567.023</b>	<b>136.182</b>	<b>11.733.697</b>

Peso de cada área geográfica      93%      1%      5%      1%

**2012**

	<b>Europa</b>	<b>América do Norte</b>	<b>América Latina</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>Total</b>
<b>(milhares de Euros)</b>					
Activos financeiros detidos para negociação <sup>(1)</sup>	31.561	389	75.775	5.344	113.069
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	75.398	3.738	-	152	79.287
Activos financeiros disponíveis para venda	676.244	8.846	63.906	6.570	755.566
Crédito a clientes	9.013.437	136.485	538.509	127.550	9.815.981
Investimentos detidos até à maturidade	15.602	10.136	10.424	122	36.284
<b>Total</b>	<b>9.812.242</b>	<b>159.593</b>	<b>688.614</b>	<b>139.738</b>	<b>10.800.188</b>
Peso de cada área geográfica	91%	1%	6%	1%	-

<sup>(1)</sup> Não estão incluídos os derivados.

Face aos valores apresentados, importa referir que o crédito a clientes apresenta um risco de concentração significativo no mercado europeu e no mercado da América Latina, representando 81% e 82% no total dos activos financeiros geridos em cada mercado (92% e 78% em 31 de Dezembro de 2012).

Salienta-se ainda que os activos financeiros detidos para negociação apresentam um peso relativo mais significativo no mercado da América Latina, representando 10% dos activos geridos nesse mercado (11% em 31 de Dezembro de 2012).

### Estrutura geográfica da carteira de crédito

Em 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a exposição da carteira de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada na tabela seguinte, sendo o mercado europeu a região mais significativa.

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13		2012		2011	
	Exposição máxima	Exposição <sup>1</sup> líquida	Exposição máxima	Exposição <sup>1</sup> líquida	Exposição máxima	Exposição <sup>1</sup> líquida
Portugal Continental	5.290.058 55%	2.376.463 55%	5.368.901 55%	2.399.208 54%	6.154.750 55%	2.943.760 54%
Regiões Autónomas	2.699.916 28%	1.084.543 25%	2.755.101 28%	1.118.269 25%	3.041.459 27%	1.269.550 23%
União Europeia	839.066 9%	279.633 6%	855.114 9%	291.532 7%	893.058 8%	350.509 6%
Resto da Europa	33.424 0%	4.769 0%	34.321 <1%	5.097 <1%	26.082 <1%	8.055 <1%
América do Norte	144.759 2%	75.042 2%	136.485 1%	63.583 1%	193.204 2%	138.219 3%
América Latina	462.217 5%	433.575 10%	538.509 5%	510.112 11%	730.429 7%	636.530 12%
Resto do Mundo	129.784 1%	71.038 2%	127.550 1%	66.049 1%	144.841 1%	86.013 2%
<b>Total</b>	<b>9.599.224</b>	<b>4.325.063</b>	<b>9.815.981</b>	<b>4.453.850</b>	<b>11.183.823</b>	<b>5.432.636</b>

<sup>1</sup> **Exposição líquida:** respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avals/fianças e outros colaterais de fraco valor.

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 5% em ambos os períodos.

### Estrutura sectorial da carteira de crédito

À data de 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13		2012		2011	
	Exposição máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida	Exposição máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida	Exposição máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida
Serviços <sup>1</sup>	1.499.507 16%	1.038.015 24%	1.554.532 16%	1.083.397 24%	1.721.122 15%	1.165.502 21%
Construção	988.497 10%	521.053 12%	1.019.828 10%	542.702 12%	1.279.195 11%	686.510 13%
Actividades Imobiliárias	774.523 8%	348.197 8%	813.303 8%	373.743 8%	866.686 8%	411.306 8%
Indústria	562.657 6%	400.313 9%	572.134 6%	399.223 9%	695.967 6%	496.964 9%
Vendas a Retalho	469.281 5%	253.714 6%	471.521 5%	256.795 6%	495.295 4%	294.959 5%
Sector Público	225.925 2%	208.504 5%	223.678 2%	205.942 5%	240.616 2%	222.147 4%
Instituições financeiras e seguradoras	147.890 2%	109.218 3%	129.326 1%	90.164 2%	158.931 1%	128.760 2%
Outros sectores	577.480 6%	365.064 8%	579.304 6%	362.297 8%	772.753 7%	573.729 11%
Particulares	4.353.464 45%	1.080.985 25%	4.452.355 45%	1.139.587 26%	4.953.258 44%	1.452.759 27%
<b>Total</b>	<b>9.599.224</b>	<b>4.325.063</b>	<b>9.815.981</b>	<b>4.453.850</b>	<b>11.183.823</b>	<b>5.432.636</b>

<sup>1</sup> O segmento Serviços inclui outros serviços prestados às empresas.

<sup>2</sup> **Exposição líquida:** respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avals/fianças e outros colaterais de fraco valor.

Em 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o segmento Serviços representa 16% do total da exposição máxima, seguindo-se o segmento Construção contribuindo com 10% de exposição, e as Actividades Imobiliárias com 8%.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos *top 20* clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 (incluindo crédito directo e garantias bancárias prestadas), a 1.150 milhões de euros (valor bruto) e 1.218 milhões de euros (valor bruto), respectivamente.

A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada como segue:



Março 2013



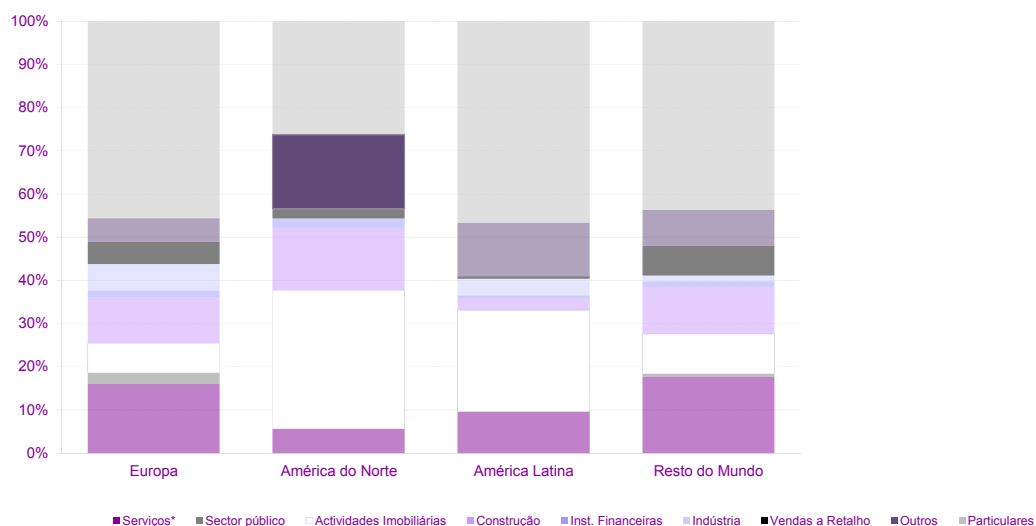
Dezembro 2012



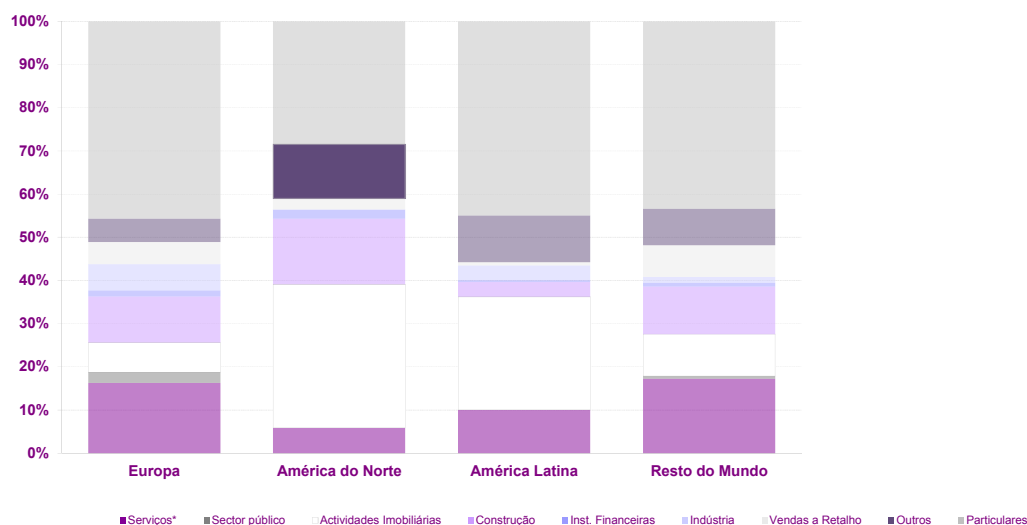
### Estrutura sectorial e geográfica da carteira de crédito

Em 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:

Março 2013



Dezembro 2012



### Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação apresenta os seguintes montantes:

Mar-13

(valores expressos em milhares de Euros)

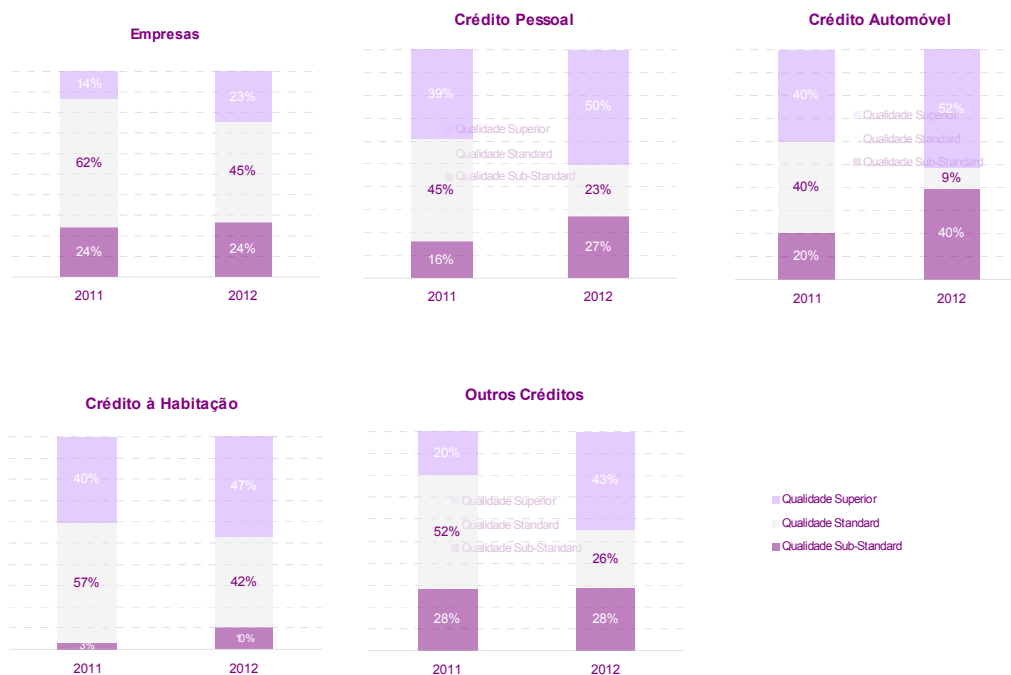
Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M - 0,5M ]	360.615	5.999.057	17	62,5%
] 0,5M - 2,5M ]	1.040	1.338.187	1.287	13,9%
] 2,5M - 5M ]	156	611.546	3.920	6,4%
] 5M - 10M ]	83	619.314	7.462	6,5%
> 10M	60	1.031.120	17.185	10,7%
<b>Total</b>	<b>361.954</b>	<b>9.599.224</b>		

Intervalo de valor por operação	N.º Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
<b>2012</b>		<b>(milhares de Euros)</b>		
0M - 0,5M .....	368.162	6.124.789	17	62,4%
0,5M - 2,5M .....	1.084	1.393.150	1.285	14,2%
2,5M - 5M .....	156	599.346	3.842	6,1%
5M - 10M .....	87	652.355	7.498	6,6%
> 10M .....	62	1.046.341	16.876	10,7%
<b>Total .....</b>	<b>369.551</b>	<b>9.815.981</b>	-	-

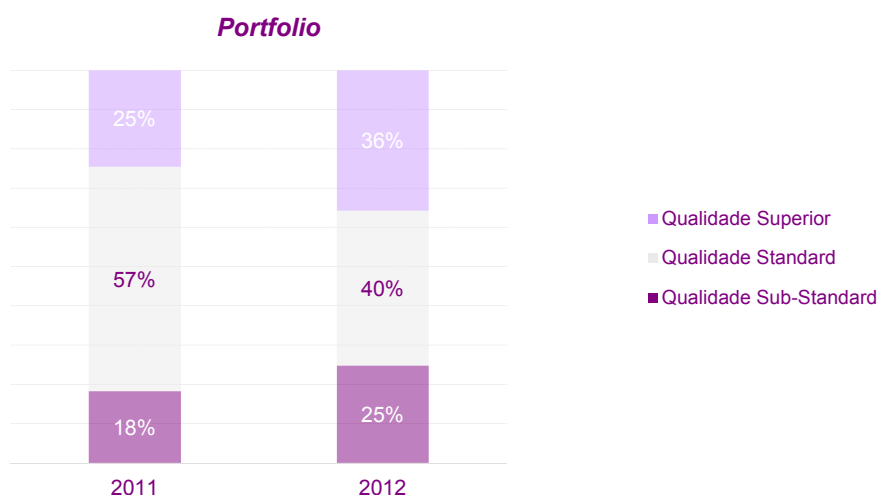
### Qualidade do crédito e outros activos financeiros

#### Crédito concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2012, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



Em termos globais, a carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a clientes baseia-se na classificação atribuída às carteiras das entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco, diferenciados por probabilidade de incumprimento: “Qualidade Superior”, “Qualidade Standard”, e “Qualidade Sub-Standard”. A metodologia de qualificação da carteira foi reformulada face aos anos anteriores (por forma a permitir a comparabilidade com os dados de 2012, os valores referentes a 2011 acima apresentados reflectem a nova metodologia).

Em termos de decomposição por sector, apresentamos na tabela seguinte montantes e indicadores de qualidade do crédito:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13			2012			2011		
	Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**		Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**		Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**	
Serviços	1.622.515	228.007	14%	1.670.027	252.696	15%	1.813.124	191.416	11%
Construção	1.169.909	329.976	28%	1.188.212	327.703	28%	1.408.115	326.079	23%
Actividades Imobiliárias	950.955	238.817	25%	950.168	221.634	23%	935.959	191.281	20%
Indústria	663.879	183.219	28%	668.691	186.739	28%	777.188	154.720	20%
Vendas a retalho	544.692	133.252	24%	542.400	126.808	23%	553.496	107.756	19%
Sector público	228.665	9.011	4%	226.322	17.018	8%	242.349	8	0%
Instituições financeiras e seguradoras	168.956	14.722	9%	151.907	13.980	9%	173.092	5.663	3%
Outros sectores	719.471	201.914	28%	730.562	209.600	29%	844.731	159.763	19%
Particulares	4.713.005	738.998	16%	4.785.456	726.250	15%	5.249.300	704.486	13%
<b>Total</b>	<b>10.782.047</b>	<b>2.077.916</b>		<b>10.913.745</b>	<b>2.082.428</b>	<b>19%</b>	<b>11.997.354</b>	<b>1.841.172</b>	<b>15%</b>

\* Exposição bruta: respeita ao valor de balanço antes de provisões.

\*\* Exposição total em incumprimento &gt;90 dias: respeita ao saldo total (vincendo e vencido) das operações de crédito que, à data de referência, se encontram em incumprimento há mais de 90 dias, de acordo com os conceitos da Instrução n.º 23/2007 do Banco de Portugal.

Para além da deterioração do contexto económico durante o ano de 2012 e início de 2013, a evolução negativa evidenciada nos indicadores acima apresentados é igualmente influenciada pela redução significativa da carteira de crédito decorrente do actual processo de desalavancagem.

No que respeita à qualidade do crédito, os indicadores apresentam, nos períodos apresentados, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13	2012	2011
Crédito a Clientes, do qual:	10.782.047	10.913.745	11.997.354
Crédito e Juros Vencidos <sup>2</sup>	1.392.545	1.343.500	1.064.470
Imparidade do crédito	(1.182.823)	(1.097.764)	(813.531)

**Indicadores (%)**

Imparidade do Crédito / Crédito a Clientes	11,0%	10,1%	6,8%
Crédito com Incumprimento/Crédito Total <sup>1</sup>	15,2%	12,3%	8,9%
Crédito com Incumprimento, líquido/Crédito Total, líquido <sup>1</sup>	4,7%	2,5%	2,3%
Crédito em Risco/Crédito Total <sup>1</sup>	20,7%	20,3%	16,8%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido <sup>1</sup>	10,9%	11,4%	10,8%

<sup>1</sup> Rácios provenientes da Instrução n.º 22/2011 do Banco de Portugal.<sup>2</sup> Crédito e Juros vencidos > 90 dias

Os indicadores apresentados demonstram que, no exercício de 2012, se registou uma degradação da qualidade da carteira de crédito, fruto da deterioração da situação económica doméstica e internacional. Este enquadramento reflectiu-se num aumento dos valores do crédito vencido e das respectivas perdas por imparidade.

Neste âmbito, verificou-se um agravamento nos parâmetros de PD (*Probability of Default*) e de LGD (*Loss Given Default*), em alguns segmentos de negócio, com impacto no apuramento da imparidade colectiva, sobretudo ao nível do Banif. Ao nível da imparidade apurada na análise individual de clientes, salienta-se um acréscimo das necessidades de cobertura face aos valores de incumprimento verificados. Refira-se, contudo, que o significativo reforço de dotações para imparidade em 2012 e no primeiro trimestre de 2013 se traduziu num expressivo grau de cobertura do crédito de menor qualidade.

O valor de crédito e juros vencidos inclui, em 31 de Março de 2013, 81.250 milhares de euros de crédito abatido ao activo nas contas individuais das entidades do Grupo, em comparação com o valor de 70.347 milhares de euros, registado nas contas individuais das entidades do Grupo em 31 de Dezembro de 2012.

#### Compromissos e garantias

Para fazer face às necessidades dos seus clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

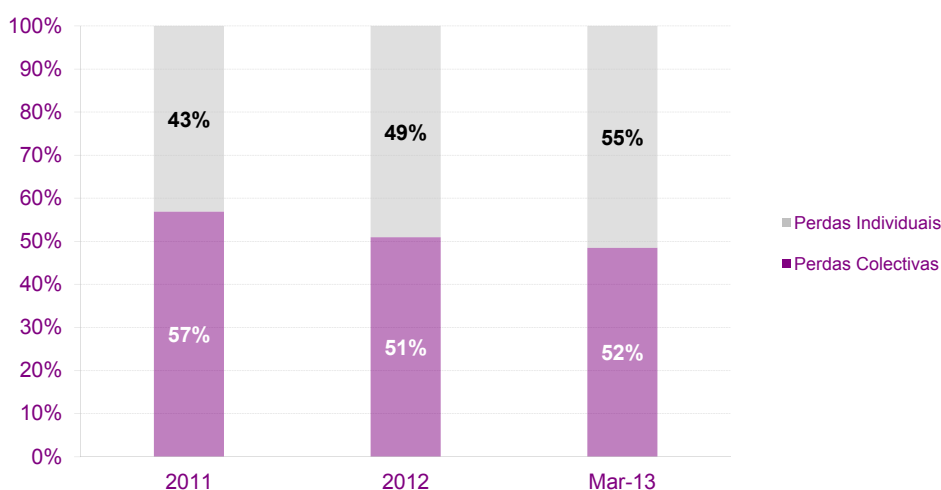
Os valores de exposição máxima para compromissos e garantias assumidos pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2012, encontram-se divulgados na nota 29 ao anexo das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 do Banif – Grupo Financeiro.

#### Avaliação de imparidade

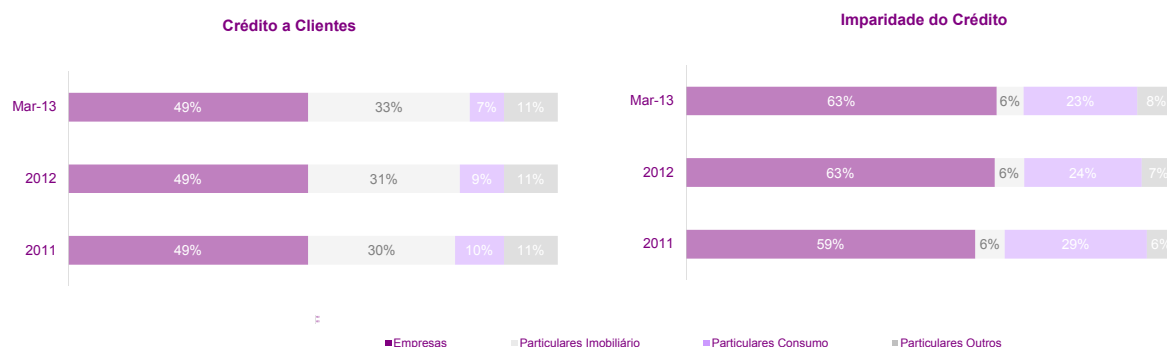
À data de 31 de Março de 2013, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, excluindo as perdas extrapatrimoniais, ascende a 573.578 milhares de euros (559.475 e 464.629 milhares de euros, respectivamente para 2012 em 2011) e 609.245 milhares de euros (538.289 e 351.728 milhares de euros, respectivamente para 2012 em 2011), respectivamente. A análise individual é aplicada a créditos de montante significativo, e a análise colectiva é aplicada a créditos de menor valor.

Em 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o crédito analisado individualmente ascendeu a 2,113 mil milhões de euros e 2,074 mil milhões de euros, respectivamente.

No final dos períodos em análise, a contribuição das perdas individuais para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo e responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito é apresentado como segue:



O montante do crédito concedido, face às perdas estimadas por segmento, para os períodos em análise apresenta os seguintes valores:



No decurso do primeiro trimestre de 2013, não se registaram variações significativas na carteira de crédito e na distribuição das perdas por imparidade, permanecendo o segmento empresas com o maior peso no portefólio do Grupo. Em 2012, verifica-se uma degradação da carteira de crédito a clientes do segmento empresas, cuja imparidade representa cerca de 63% do total da imparidade do crédito, face a 59% registada em 2011.

A imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação nos períodos em análise:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
<b>Saldo 2012</b>	<b>692.399</b>	<b>259.144</b>	<b>66.303</b>	<b>79.918</b>	<b>1.097.764</b>
Reforços	93.839	30.348	4.608	19.177	147.973
Utilizações e Regularizações	14.540	(3.391)	-	(1.442)	9.706
Reversões e Recuperações	(50.684)	(11.674)	(6.287)	(3.975)	(72.620)
<b>Saldo Mar-2013</b>	<b>750.095</b>	<b>274.426</b>	<b>64.624</b>	<b>93.678</b>	<b>1.182.823</b>

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
<b>Saldo 2011</b>	<b>482.028</b>	<b>238.830</b>	<b>47.685</b>	<b>44.988</b>	<b>813.531</b>
Reforços	490.615	81.917	36.242	62.196	670.970
Utilizações e Regularizações	(101.658)	(12.185)	(4.662)	(13.396)	(131.901)
Reversões e Recuperações	(178.585)	(49.419)	(12.963)	(13.870)	(254.836)
<b>Saldo 2012</b>	<b>692.399</b>	<b>259.144</b>	<b>66.303</b>	<b>79.918</b>	<b>1.097.764</b>

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
<b>Saldo 2010</b>	<b>326.805</b>	<b>186.755</b>	<b>39.330</b>	<b>41.967</b>	<b>594.857</b>
Reforços	296.904	113.345	13.121	32.280	455.649
Utilizações e Regularizações	(99.267)	(13.483)	-	(10.853)	(123.602)
Reversões e Recuperações	(42.414)	(47.786)	(4.766)	(18.406)	(113.373)
<b>Saldo 2011</b>	<b>482.028</b>	<b>238.830</b>	<b>47.685</b>	<b>44.988</b>	<b>813.531</b>

De salientar que o peso dos sectores da construção e actividades imobiliárias, face ao valor total de imparidade do Grupo, é de cerca de 31% em Março de 2013, comparativamente com os 28% registados em Dezembro de 2012.

#### Crédito e juros vencidos

À data de 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 e 2011 respectivamente, o montante de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por classes de incumprimento apresenta a seguinte desagregação:

Mar-2013

(valores expressos em milhares de Euros)

	< 3 Meses	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total > 3 Meses
Empresas	155.016	44.396	202.271	301.264	313.524	861.455
Particulares Consumo	6.404	6.529	26.314	69.819	181.542	284.204
Particulares Imobiliário	3.152	3.097	5.199	18.063	30.140	56.499
Particulares Outros	12.299	4.453	10.455	37.544	137.995	190.387
<b>Total</b>	<b>176.871</b>	<b>58.475</b>	<b>244.239</b>	<b>426.690</b>	<b>663.141</b>	<b>1.392.545</b>

2012

(valores expressos em milhares de Euros)

	< 3 Meses	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total > 3 Meses
Empresas	87.686	116.099	165.307	231.913	289.213	802.533
Particulares Consumo	26.999	14.482	35.397	82.943	190.274	323.096
Particulares Imobiliário	13.736	1.371	4.145	11.999	25.840	43.366
Particulares Outros	16.922	3.877	12.623	32.397	125.619	174.516
<b>Total</b>	<b>145.343</b>	<b>135.829</b>	<b>217.472</b>	<b>359.253</b>	<b>630.946</b>	<b>1.343.500</b>

2011

(valores expressos em milhares de Euros)

	< 3 Meses	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total > 3 Meses
Empresas	124.966	80.177	83.176	213.804	109.894	487.062
Particulares Consumo	1.398	2.775	8.655	66.482	142.523	220.434
Particulares Imobiliário	57.019	19.698	26.094	42.596	22.183	110.571
Particulares Outros	11.810	3.767	27.767	44.817	170.064	246.413
<b>Total</b>	<b>195.192</b>	<b>106.417</b>	<b>145.692</b>	<b>367.697</b>	<b>444.664</b>	<b>1.064.470</b>

<sup>†</sup> O valor de crédito e juros vencidos reportado não é líquido de imparidades.

### Recuperação de crédito vencido e em contencioso

De forma consistente com a abordagem seguida nos últimos anos, o Grupo prosseguiu o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

No decorrer de 2012, o Grupo concretizou um conjunto de iniciativas que visam a melhoria dos processos transversais e das ferramentas de suporte aos modelos de recuperação, em que assumiram maior relevância:

- A revisão dos procedimentos na articulação das estruturas de recuperação com os mandatários dos processos, suportada numa aplicação informática que centraliza a troca de informação necessária à gestão dos processos;
- Reforço dos mecanismos de articulação e partilha de informação entre as várias entidades do Grupo, nomeadamente nos clientes que são comuns;
- O reforço do grau de sistematização e eficiência no desempenho dos procedimentos no âmbito do acompanhamento dos processos, estimativas de taxas de recuperabilidade/imparidade e reporte de informação.

### Crédito reestruturado

O Grupo monitoriza regularmente a sua carteira de crédito, no intuito de detectar preventivamente situações de possível incumprimento dos clientes. Quando aplicável e adequado, os créditos são alvo de reestruturação, sendo negociadas novas condições mais adequadas às capacidades financeiras dos clientes e à sua capacidade de geração de fundos para reembolso do empréstimo.

No âmbito dos normativos do Banco de Portugal, as operações de crédito alvo de reestruturação são identificadas e marcadas como tal nos sistemas de informação, sendo consideradas as operações de crédito cujas condições iniciais foram reformuladas, na mesma operação ou através da contratação de um novo crédito, em virtude da degradação da qualidade creditícia dos clientes. Os créditos identificados com o estado de reestruturado deixam de estar nessa condição se, ao fim de um ano, não tiverem ocorrido novos incumprimentos.

O contexto macroeconómico adverso verificado em 2012, consubstanciado num ambiente de forte contracção económica, com redução do consumo privado, aumento do nível de desemprego e consequente aceleração do ritmo de degradação do risco de crédito das empresas e particulares, teve uma forte influência no volume de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes, tal como descrito na tabela seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13			2012			2011		
	Exposição Bruta*	Exposição reestruturada**		Exposição Bruta*	Exposição reestruturada**		Exposição Bruta*	Exposição reestruturada**	
Residentes	9.212.508	961.474	10%	9.355.698	946.085	10%	10.275.445	578.287	6%
Habituação	3.016.667	37.183	1%	3.054.010	27.679	1%	3.259.329	10.732	0%
Consumo e outros	1.384.453	102.513	7%	1.419.446	98.889	7%	1.619.769	63.112	4%
Empresas	4.439.666	781.821	18%	4.506.630	778.251	17%	4.828.327	488.653	10%
Administração pública	266.576	39.957	15%	176.412	41.266	23%	207.297	15.790	8%
Outros	105.146	-	0%	199.200	-	0%	360.723	-	0%
Não residentes	1.569.539	217.375	14%	1.558.047	172.613	11%	1.721.909	5.800	0%
<b>Total</b>	<b>10.782.047</b>	<b>1.178.849</b>	<b>11%</b>	<b>10.913.745</b>	<b>1.118.698</b>	<b>10%</b>	<b>11.997.354</b>	<b>584.087</b>	<b>5%</b>

\* **Exposição bruta**: respeito ao valor bruto de balanço.

\*\* **Exposição reestruturada**: respeito às operações de crédito cujas condições iniciais foram reformuladas na sequência da degradação da qualidade creditícia dos clientes.

### Outros activos financeiros

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida ventiladas por *ratings* externos (emissão/emitente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais: Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.

Mar-13

(valores expressos em milhares de Euros)

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação <sup>1</sup>	8.177	14.894	13.804	33.558	70.432
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	430	137	908	1.474
Activos financeiros disponíveis para venda	6.598	17.655	1.475.141	31.968	1.531.361
Crédito a clientes <sup>2</sup>	-	-	-	123.269	123.269
Investimentos detidos até à maturidade	1.463	2.562	131.417	8.493	143.935
<b>Total</b>	<b>16.238</b>	<b>35.541</b>	<b>1.620.498</b>	<b>198.195</b>	<b>1.870.472</b>
Em %	0,9%	1,9%	86,6%	10,6%	100%

<sup>1</sup>Não estão incluídos os derivados.

<sup>2</sup>Não estão incluídos os títulos de papel comercial.



	2012				
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
	(milhares de Euros)				
Activos financeiros detidos para negociação <sup>(1)</sup>	7.215	37.891	15.142	16.618	76.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	237	236	530	1.003
Activos financeiros disponíveis para venda	22.853	24.582	140.167	344.862	532.465
Crédito a clientes <sup>(2)</sup>	—	—	4.876	112.690	117.566
Investimentos detidos até à maturidade	12.631	2.540	10.566	122	25.860
<b>Total</b> .....	<b>42.699</b>	<b>65.251</b>	<b>170.988</b>	<b>474.822</b>	<b>753.759</b>
Em %	5,7%	8,7%	22,7%	63,0%	100%

<sup>(1)</sup> Não estão incluídos os derivados.

<sup>(2)</sup> Não estão incluídos os títulos de papel comercial.

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8, 9, 10 e 13 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012 do Banif – Grupo Financeiro.

### *Análise do risco de mercado*

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para as carteiras de títulos de negociação do Banif – Grupo Financeiro. O VaR foi apurado seguindo o modelo paramétrico, para um horizonte de 10 dias e com um intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações de Basileia II e do Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2007). De referir que, no cômputo global, as carteiras são compostas maioritariamente por títulos de renda fixa.

O sistema *BarraOne* foi aplicado às carteiras de negociação das várias entidades do Grupo, à excepção do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A., incluindo participadas, tendo em consideração que o sistema usado internamente para controlo e gestão de risco de mercado (MAPS) se revela mais adequado ao tratamento das respectivas carteiras, dadas as características dos activos, entre os quais unidades de participação de fundos de investimento e outros instrumentos financeiros locais.

No que diz respeito à carteira do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Brasil), com um valor de mercado de cerca de 31 milhões de euros no final de Março de 2013, a mesma era composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 74% composta por dívida pública brasileira, de taxa fixa, em moeda local, com 70% dos títulos em carteira a liquidar no início de Julho. O VaR total da carteira ascendia a BRL 670 mil (260 mil euros) no final do ano.

A carteira de negociação do Banif – Banco de Investimento (Brasil), incluindo sociedades participadas, correspondia a cerca de 26 milhões de euros à taxa de câmbio de final do trimestre, o que inclui cerca de 21 milhões de euros de investimento em unidades de participação de um fundo imobiliário. O VaR total carteira do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA, cifrava-se em BRL 225 (ou 87 mil euros) no final do trimestre, sendo cerca de 24% da carteira composta por títulos de dívida pública Brasileira.

A carteira de negociação do Banif – Banco de Investimento, SA, em Portugal, incluindo a Banif Açor Pensões, que ascendia a cerca de 26 milhões de euros em valor absoluto, a 31 de Março de 2013, era composta quase exclusivamente por títulos de renda fixa. A componente de acções assume um peso quase nulo. Relativamente ao risco-país, cerca de 57% da carteira corresponde a investimento em títulos Brasileiros e 22% em emitentes Portugueses. Para efeitos de simplificação, e sendo uma sociedade detida maioritariamente pelo Banif – Banco de Investimento, incluiu-se nesta análise as exposições da carteira de negociação do Banif Açor Pensões, com um valor de mercado de apenas 201 mil de euros. No cômputo global,

o VaR da carteira de negociação da unidade de banca de investimento em Portugal ascendia a 697 mil euros no final do trimestre.

No que diz respeito à carteira do Banif Bank (Malta), com um valor de mercado de cerca de 21 milhões de euros no final do ano, era composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 49% composta por dívida pública de Malta e 22% em dívida pública portuguesa. A carteira é composta por títulos de renda fixa em euros, em que cerca de 29% da mesma apresentava uma maturidade residual inferior a 1 ano. O VaR total da carteira ascendia a 450 mil euros no final do ano.

Nos quadros seguintes apresenta-se o VaR para a carteira consolidada a 31 de Março de 2013, desagregada pelas várias subsidiárias do Grupo, reflectindo a gestão independente e local das respectivas carteiras de negociação e o risco de mercado próprio a que estão sujeitas.

Decomposição do VaR da carteira do Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A.:

Março 2013

	(valores expressos em milhares)	
	<b>VaR da Carteira (BRL)</b>	<b>VaR da Carteira (EUR)</b>
<b>Risco Total</b>	<b>225</b>	<b>87</b>
<b>Risco de Mercado</b>	<b>238</b>	<b>93</b>
Risco Global (factores comuns)	238	93
<b>Risco Cambial</b>	-	-
Efeito de Diversificação	(13)	(5)

Dezembro 2012

	<b>VaR da carteira (BRL)</b>	<b>VaR da carteira (EUR)</b>
	<b>(milhares de euros)</b>	
Risco Total .....	566	209
Risco de Mercado.....	581	215
Risco Global (factores comuns) .....	581	215
Risco Específico .....	-	-
Risco Cambial .....	(15)	(5)

Decomposição do VaR da carteira do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.:

Março 2013

(valores expressos em milhares)

	VaR da Carteira (BRL)	VaR da Carteira (EUR)
<b>Risco Total</b>	<b>670</b>	<b>260</b>
<b>Risco de Mercado</b>	<b>705</b>	<b>274</b>
Risco Global (factores comuns)	669	260
Risco Específico	36	14
<b>Risco Cambial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Efeito de Diversificação	(35)	(14)

Dezembro 2012

	VaR da carteira (BRL)	VaR da carteira (EUR)
	(milhares de euros)	
Risco Total .....	765	283
Risco de Mercado.....	765	283
Risco Global (factores comuns).....	764	283
Risco Específico .....	32	12
Risco Cambial.....	-	-
Efeito de Diversificação .....	(31)	(11)

Decomposição do VaR da carteira do Banif Investimento e Banif Açor Pensões:

Março 2013

(valores expressos em milhares de Euros)

	VaR da Carteira
<b>Risco Total</b>	<b>697</b>
<b>Risco de Mercado</b>	<b>411</b>
Risco Global (factores comuns)	385
Risco Específico	146
<b>Risco Cambial</b>	<b>649</b>
Efeito de Diversificação	(363)

Dezembro 2012

Banif Investimento + Banif Açor Pensões	VaR da carteira (milhares de euros)
Risco Total .....	<b>539</b>
Risco de Mercado.....	<b>461</b>
Risco Global (factores comuns).....	444
Risco Específico .....	122

<b>Banif Investimento + Banif Açor Pensões</b>	<b>VaR da carteira</b>
	<b>(milhares de euros)</b>
Risco Cambial.....	<b>367</b>
Efeito de Diversificação .....	<b>(394)</b>

Decomposição do VaR da carteira do Banif Bank (Malta):

Março 2013

<b>(valores expressos em milhares de Euros)</b>	
<b>VaR da Carteira</b>	
<b>Risco Total</b>	<b>450</b>
<b>Risco de Mercado</b>	<b>594</b>
Risco Global (factores comuns)	409
Risco Específico	185
<b>Risco Cambial</b>	<b>-</b>
Efeito de Diversificação	(144)

Dezembro 2012

<b>Banif Bank (Malta)</b>	<b>VaR da carteira</b>
	<b>(milhares de euros)</b>
Risco Total .....	<b>421</b>
Risco de Mercado.....	<b>421</b>
Risco Global (factores comuns).....	570
Risco Específico .....	99
Risco Cambial.....	-
Efeito de Diversificação .....	(248)

Desta forma, o VaR total agregado das carteiras de negociação das várias entidades do Banif – Grupo Financeiro ascende a cerca de 1,49 milhões de euros a 31 de Março de 2013, representando cerca de 1,44% do respectivo valor de mercado em base consolidada. O rácio do VaR total nos fundos próprios de base consolidados do Grupo (considerando os fundos próprios Tier I após a recapitalização) assume um peso muito reduzido: cerca de 0,1%.

#### ***Análise do risco de taxa de juro***

Esta análise tem por base a determinação do nível de exposição efectuada de acordo com os métodos e pressupostos submetidos à aprovação da autoridade de supervisão, considerando um choque *standard*, positivo e negativo, de 200 pontos base na taxa de juro e o respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses).

*Análise de sensibilidade – impacto de uma variação positiva de 200 pontos  
base na curva de taxas de juro por moedas relevantes*

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13			2012			2011		
	EUR	USD	TOTAL	EUR	USD	TOTAL	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	1.653	172	1.825	2.615	154	2.769	946	0	946
1 - 3 m	-8.964	498	-8.466	-7.255	221	-7.034	-3.510	153	-3.357
3 - 6 m	-9.199	602	-8.597	-10.119	1.233	-8.886	-7.226	-451	-7.677
6 - 12 m	13.076	1.223	14.299	14.376	1.187	15.563	3.632	160	3.792
1 - 5 A	92.435	-855	91.580	10.436	-1.082	9.354	29.448	-2.160	27.288
> 5 A	-177.570	-14.341	-191.911	-26.340	-14.328	-40.668	-70.369	-14.757	-85.126
<b>Impacto na Situação Líquida</b>	<b>-88.569</b>	<b>-12.701</b>	<b>-101.270</b>	<b>-16.287</b>	<b>-12.615</b>	<b>-28.902</b>	<b>-47.079</b>	<b>-17.055</b>	<b>-64.134</b>
<b>Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-5,0%</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-6,8%</b>
Até 1 m	-39.782	-4.132	-43.914	-62.868	-3.694	-66.562	-22.157	-16	-22.173
1 - 3 m	44.556	-2.499	42.057	34.935	-1.163	33.772	18.749	-769	17.980
3 - 6 m	11.228	-1.047	10.181	13.691	-1.934	11.757	8.656	927	9.583
6 - 12 m	-5.410	-250	-5.660	-6.670	-87	-6.757	-1.504	63	-1.441
<b>Impacto na Margem Financeira, a 12 meses</b>	<b>10.592</b>	<b>-7.928</b>	<b>2.664</b>	<b>-20.912</b>	<b>-6.878</b>	<b>-27.790</b>	<b>3.744</b>	<b>205</b>	<b>3.949</b>
<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>35,8%</b>	<b>-26,8%</b>	<b>9,0%</b>	<b>-12,1%</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-16,1%</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,1%</b>	<b>1,5%</b>
<b>Fundos Próprios</b>	1.161.680			1.263.320			951.045		
<b>Margem Financeira</b>	29.565			172.772			277.275		

Nota: esta análise considera os Fundos Próprios após a recapitalização.

Os resultados da análise de sensibilidade aos elementos patrimoniais e extrapatrimoniais na carteira bancária indicam que uma subida nas taxas de mercado terá um impacto, a longo prazo, negativo na situação líquida e, a curto prazo, positivo na margem financeira.

#### *Análise do risco cambial*

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, na carteira de crédito concedido, centra-se em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Mar-13	2012	2011
EUR	8.832.447	8.979.075	10.018.179
BRL	355.865	435.382	571.705
USD	222.986	210.344	325.803
CVE	77.272	76.946	83.914
CHF	28.333	29.745	51.159
GBP	48.314	48.455	88.972
HUF	25.919	27.356	35.025
PLN	7.460	7.874	6.736
JPY	595	773	2.296
Outras	33	31	34
<b>Total</b>	<b>9.599.224</b>	<b>9.815.981</b>	<b>11.183.823</b>

#### *Análise do risco liquidez*

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos fluxos de caixa dos activos e passivos do Grupo em 31 de Março de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (não considerando juros futuros), respectivamente:

(valores expressos em milhares de euros)

Mar-13

	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
<b>PASSIVO</b>	<b>1.651.141</b>	<b>1.870.393</b>	<b>1.824.337</b>	<b>1.694.085</b>	<b>5.635.425</b>	<b>1.087.943</b>	<b>13.763.324</b>
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	219.961	28.286	20.502	86.869	3.348.615	0	3.704.233
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.301.456	1.760.942	1.636.053	1.307.269	641.394	667.744	7.314.858
Responsabilidades representadas por títulos	37.864	46.149	139.194	242.238	1.148.448	20.437	1.634.330
Passivos Subordinados	0	0	17.783	27.862	44.895	135.011	225.551
Outros Passivos	91.860	35.016	10.805	29.847	419.141	264.751	851.420
Provisões	0	0	0	0	32.932	0	32.932
Capital e Reservas	0	0	0	0	0	997.688	997.688
<b>TOTAL</b>	<b>1.651.141</b>	<b>1.870.393</b>	<b>1.824.337</b>	<b>1.694.085</b>	<b>5.635.425</b>	<b>2.085.631</b>	<b>14.761.012</b>
<b>ACTIVO</b>							
Crédito sobre IC's	234.879	5.837	724	47.519	55.974	30.285	375.218
Crédito a Clientes	650.979	631.633	661.734	775.363	5.733.983	1.145.532	9.599.224
Activos financeiros	8.491	169.389	32.248	74.014	420.422	1.387.837	2.092.401
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	0	0	0	0	0	445.052	445.052
Outros Activos	147.003	1.870	24.307	880.275	790.841	404.821	2.249.117
<b>TOTAL</b>	<b>1.041.352</b>	<b>808.729</b>	<b>719.013</b>	<b>1.777.171</b>	<b>7.001.220</b>	<b>3.413.527</b>	<b>14.761.012</b>

## 2012

	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
	(milhares de Euros)						
<b>Passivo</b>	<b>2.771.882</b>	<b>2.217.476</b>	<b>1.915.057</b>	<b>1.625.083</b>	<b>3.309.202</b>	<b>1.777.436</b>	<b>13.616.137</b>
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs.....	1.177.355	134.135	92.889	57.833	2.030.973	0	3.493.185
Débitos para com Clientes.....	1.348.332	2.019.257	1.766.614	1.384.028	559.667	672.532	7.750.430
Débitos representados por títulos.....	35.326	24.126	37.289	118.159	513.761	977.770	1.706.431
Passivos Subordinados.....	0	0	17.871	27.939	60.308	121.996	228.114
Outros Passivos.....	210.250	39.851	395	37.121	113.973	5.102	406.691
Provisões.....	619	106	0	3	30.521	37	31.285
Capital e Reservas.....	0	0	0	0	0	376.156	376.156
<b>Total.....</b>	<b>2.771.882</b>	<b>2.217.476</b>	<b>1.915.057</b>	<b>1.625.083</b>	<b>3.309.202</b>	<b>2.153.593</b>	<b>13.992.293</b>
<b>Activo</b>							
Crédito sobre ICs.....	261.337	246.962	8.162	30.285	19.862	11.002	577.609
Crédito sobre Clientes.....	541.835	772.955	887.879	840.715	3.383.456	3.389.140	9.815.981
Títulos de Renda fixa e variável.....	16.913	36.731	190.095	360.520	412.152	33.166	1.049.578
Participações e Imobilizações.....	572	1.804	2.750	7.194	22.649	416.951	451.919
Outros Activos.....	240.107	29.196	48.769	137.766	420.457	1.220.912	2.097.206
<b>Total.....</b>	<b>1.060.764</b>	<b>1.087.648</b>	<b>1.137.655</b>	<b>1.376.480</b>	<b>4.258.575</b>	<b>5.071.171</b>	<b>13.992.293</b>

## 2011

	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
	(milhares de Euros)						
<b>Passivo</b>	<b>3.526.754</b>	<b>2.810.521</b>	<b>2.228.561</b>	<b>1.136.085</b>	<b>3.496.183</b>	<b>1.690.094</b>	<b>14.888.198</b>
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs.....	1.266.390	748.077	146.760	144.339	1.243.247	23.989	3.572.802
Débitos para com Clientes.....	1.940.092	1.922.301	1.564.913	876.560	1.668.258	58.568	8.030.692
Débitos representados por títulos.....	75.980	65.502	504.738	82.533	178.033	1.442.370	2.349.156
Passivos Subordinados.....	293	18.366	0	5.643	29.071	165.167	218.540
Outros Passivos.....	243.999	56.275	12.150	27.010	362.169	0	701.603
Provisões.....	0	0	0	0	15.405	0	15.405
Capital e Reservas.....	0	0	0	0	0	934.916	934.916
<b>Total.....</b>	<b>3.526.754</b>	<b>2.810.521</b>	<b>2.228.561</b>	<b>1.136.085</b>	<b>3.496.183</b>	<b>2.625.010</b>	<b>15.823.114</b>
<b>Activo.....</b>							

2011						
	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS
	(milhares de Euros)					
<b>Passivo</b>	<b>3.526.754</b>	<b>2.810.521</b>	<b>2.228.561</b>	<b>1.136.085</b>	<b>3.496.183</b>	<b>1.690.094</b>
Crédito sobre ICs.....	563.814	59.193	(6.028)	110.838	49.374	55.249
Crédito a Clientes.....	640.074	756.899	1.079.930	1.546.137	3.546.161	3.614.622
Títulos de Renda fixa e variável.....	197.418	10.507	161.247	83.177	280.322	240.569
Participações e Imobilizações.....	0	0	0	0	52.855	499.463
Outros Activos .....	421.061	25.918	324.424	421.551	10.728	1.077.611
<b>Total .....</b>	<b>1.822.367</b>	<b>852.517</b>	<b>1.559.573</b>	<b>2.161.703</b>	<b>3.939.440</b>	<b>5.487.514</b>
						<b>15.823.114</b>

A análise dos desfasamentos (*gaps*) verificados no perfil de vencimentos dos *cash-flows* futuros permite também verificar concentrações de risco nos vários prazos:

(valores expressos em milhares de euros)

**Mar-13**

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP /TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO /TOTAL ACTIVO
<b>Até 1 Mês</b>	(609.789)	(609.789)	-4,1%	-4,1%
<b>1-3 MESES</b>	(1.061.664)	(1.671.453)	-7,2%	-11,3%
<b>3-6 MESES</b>	(1.105.324)	(2.776.777)	-7,5%	-18,8%
<b>6-12 MESES</b>	83.086	(2.693.691)	0,6%	-18,2%
<b>1-5 ANOS</b>	1.365.795	(1.327.896)	9,3%	-9,0%
<b>&gt;5 ANOS</b>	1.327.896	-	9,0%	-

**2012**

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP / TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO / TOTAL ACTIVO
	(milhares de Euros)			
Até 1 Mês .....	(1.711.118)	(1.711.118)	(12,2)%	(12,2)%
1-3 Meses .....	(1.129.828)	(2.840.946)	(8,1)%	(20,3)%
3-6 Meses .....	(777.402)	(3.618.348)	(5,6)%	(25,9)%
6-12 Meses .....	(248.603)	(3.866.951)	(1,8)%	(27,6)%
1-5 Anos .....	949.373	(2.917.578)	6,8%	(20,9)%
>5 Anos .....	2.917.578	-	20,9%	-

**2011**

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP / TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO / TOTAL ACTIVO
	(milhares de Euros)			
Até 1 Mês .....	(1.704.387)	(1.704.387)	(10,8)%	(10,8)%
1-3 Meses .....	(1.958.004)	(3.662.391)	(12,4)%	(23,1)%
3-6 Meses .....	(668.988)	(4.331.379)	(4,2)%	(27,4)%
6-12 Meses .....	1.025.618	(3.305.761)	6,5%	(20,9)%
1-5 Anos .....	443.257	(2.862.504)	2,8%	(18,1)%
>5 Anos .....	2.862.504	-	18,1%	-

Os financiamentos do BCE de curto prazo com carácter de estabilidade, em regime de *rollover*, são considerados com uma maturidade superior a 1 ano, não havendo previsão de redução na *pool* de colaterais que os suportam. Adicionalmente, e no seguimento da aprovação do Plano de Recapitalização, o Estado

Português subscreveu, já em Janeiro de 2013, 700 milhões de euros em acções especiais e 400 milhões de euros em instrumentos subordinados e convertíveis (CoCos).

Relativamente aos vencimentos de recursos de clientes, o Banco tem a expectativa que não haja uma alteração significativa destes, esperando a renovação na sua quase totalidade. De forma semelhante, uma percentagem significativa dos créditos sobre instituições de crédito (“ICs”) e sobre clientes continuará a ser renovado. Assim sendo, e após a recapitalização ocorrida em Janeiro de 2013, os *gaps* acumulados reduziram-se.

No sentido de reforçar a estratégia de cobertura do *gap* comercial, para além da folga de liquidez originada pelo aumento de capital em Janeiro, o Banif tem vindo a concretizar algumas medidas geradoras de liquidez:

- Emissão de uma nova securitização de SME (com um impacto positivo em liquidez de 300 milhões de euros);
- Venda de emissões RMBS detidas em carteira própria (com um impacto positivo em liquidez de 50 milhões de euros);
- Concretização da segunda fase do Plano de Recapitalização (com um impacto positivo em liquidez de 50 milhões de euros).

#### Derivados ao justo valor

O quadro abaixo analisa os derivados apresentados ao justo valor decompostos pelos *gap* de maturidade, baseados no período remanescente (pela data contratual) à data de 31 de Março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os montantes apresentados correspondem aos *cash-flows* contratados actualizados, contudo estes podem ocorrer antes da data de maturidade.

Os *cash-flows* da carteira de instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidades residuais são os seguintes:

(valores expressos em milhares de euros)

<b>Mar-13</b>	<b>Até 1m</b>	<b>1-3m</b>	<b>3-12m</b>	<b>1-5 A</b>	<b>&gt;5A</b>	<b>Total</b>
Swaps FX	5.639	2.566	0	0	0	8.205
Divisas	-988	26	-233	0	0	-1.195
Interest Rate Swaps	0	-7	621	-800	-3.655	-3.841
Credit Default Swaps	0	0	0	0	0	0
Operações a prazo de divisas	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4.651</b>	<b>2.585</b>	<b>388</b>	<b>-800</b>	<b>-3.655</b>	<b>3.169</b>

	<b>2012</b>					
	<b>Até 1m</b>	<b>1-3m</b>	<b>3-12m</b>	<b>1-5 A</b>	<b>&gt;5 A</b>	<b>Total</b>
	<b>(milhares de Euros)</b>					
Swaps FX.....	(1.539)	(1.941)	19	0	0	(3.461)
Divisas.....	(109)	56	103	4	0	54
Interest rate swaps.....	4	(8)	766	101	(4.817)	(3.954)
Credit default swaps.....	0	0	0	0	0	0
Operações a prazo de divisas.....	0	0	0	0	0	0
Total .....	<b>(1.644)</b>	<b>(1.893)</b>	<b>888</b>	<b>105</b>	<b>(4.817)</b>	<b>(7.361)</b>



	2011					Total
	Até 1m	1-3m	3-12m	1-5 A	>5 A	
	(milhares de Euros)					
Swaps FX.....	2.582	4.353	309	0	0	7.244
Divisas.....	(679)	147	34	0	0	(498)
Interest rate swaps.....	(2.821)	0	0	141	(2.021)	(4.701)
Credit default swaps.....	0	0	(4.785)	0	0	(4.785)
Operações a prazo com divisas.....	0	0	0	0	0	0
Total .....	(918)	4.500	(4.442)	141	(2.021)	(2.740)

### ***Análise do risco soberano***

Os valores de exposição assumidos pelo Grupo, no que diz respeito ao risco soberano de Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha, Itália e Chipre, a 31 de Março de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, podem ser analisados nos seguintes quadros:

#### Março 2013

	Prazo Residual					Total (valores líquidos)	Provisões / Imparidade	Reserva JV	Exposição Bruta
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos				
<b>Portugal</b>									
<i>Activos financeiros Disp Venda</i>									
Governo Central	266.382	88.425	105.321	187.098	822.042	1.469.268	-	(10.491)	1.479.759
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	500	265	528	-	-	1.293	-	27	1.266
Empresas Públicas	-	-	-	-	4.363	4.363	-	(8)	4.371
	<u>266.882</u>	<u>88.690</u>	<u>105.849</u>	<u>187.098</u>	<u>826.405</u>	<u>1.474.924</u>	<u>-</u>	<u>(10.472)</u>	<u>1.485.396</u>
<i>Investimentos detidos até maturidade</i>									
Governo Central	-	-	85.810	35.000	-	120.810	-	-	120.810
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	2.551	-	-	-	2.551	-	-	2.551
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85.810</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.361</u>
<i>Crédito</i>									
Governo Central	922	859	852	2.896	65.163	70.692	-	-	70.692
Governos Locais e regionais	38.250	15.000	-	-	20.000	73.250	-	-	73.250
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	37.197	37.197	-	-	37.197
	<u>39.172</u>	<u>15.859</u>	<u>852</u>	<u>2.896</u>	<u>122.360</u>	<u>181.139</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>181.139</u>
	<u>306.054</u>	<u>107.100</u>	<u>192.511</u>	<u>224.994</u>	<u>948.765</u>	<u>1.779.424</u>	<u>-</u>	<u>(10.472)</u>	<u>1.789.896</u>
<b>Grécia</b>									
<i>Activos financeiros Disp Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	(630)	-	630
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>630</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>630</u>
<b>Irlanda</b>									
<i>Activos financeiros Disp Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	11.788	11.788	-	(103)	11.891
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.788</u>	<u>11.788</u>	<u>-</u>	<u>(103)</u>	<u>11.891</u>
<b>Itália</b>									
<i>Activos financeiros Disp Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	2.064	2.064	-	(31)	2.095
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.064</u>	<u>2.064</u>	<u>-</u>	<u>(31)</u>	<u>2.095</u>
<b>Espanha</b>									
<i>Activos financeiros Disp Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	3.218	3.218	-	(52)	3.270
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	409	-	-	-	204	613	-	1	612
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.422</u>	<u>3.831</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>3.882</u>
<i>Investimentos detidos até maturidade</i>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	2.562	-	-	-	2.562	-	-	2.562
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>2.562</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.562</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.562</u>
	<u>409</u>	<u>2.562</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.422</u>	<u>6.393</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>6.444</u>
	<u>306.463</u>	<u>109.662</u>	<u>192.511</u>	<u>224.994</u>	<u>966.039</u>	<u>1.799.669</u>	<u>(630)</u>	<u>(10.657)</u>	<u>1.810.956</u>

## Dezembro 2012

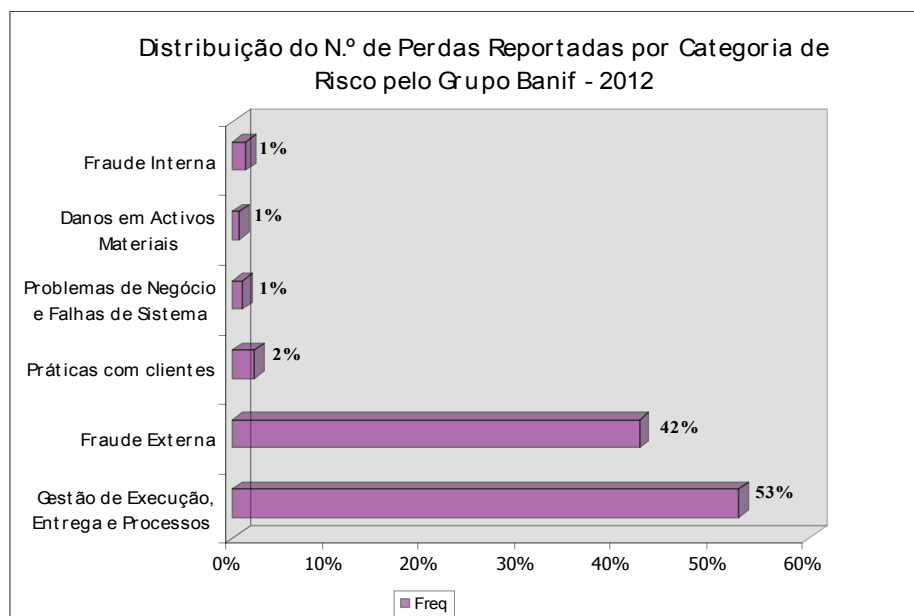
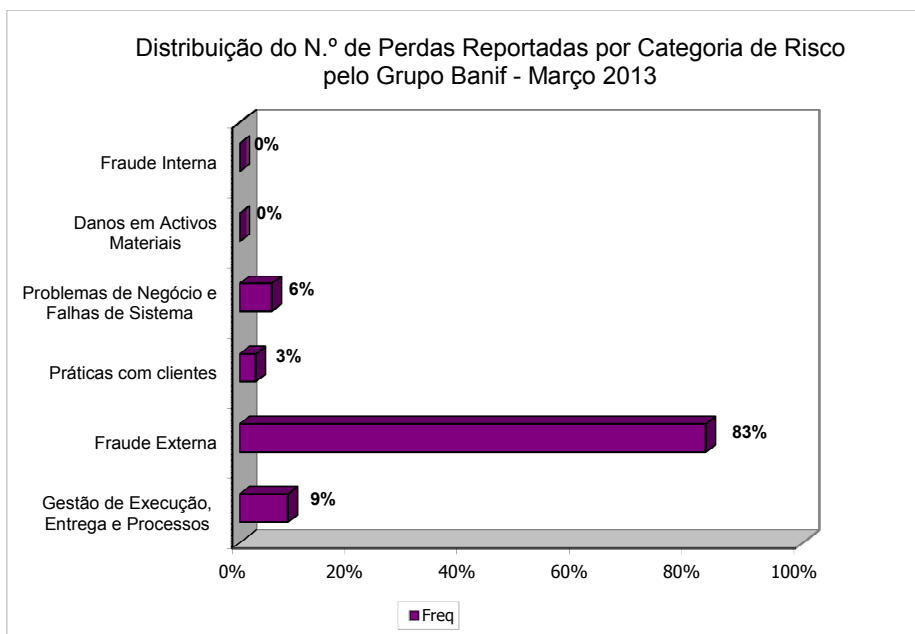
	Prazo Residual					Total (valores líquidos)	Provisões / Imparidade	Reserva JV	Exposição Bruta
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos				
<b>Portugal</b>									
<u>Activos financeiros Disp Venda</u>									
Governo Central	231.166	91.868	25.509	15.170	55.232	418.945	-	1.508	417.437
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	12.523	-	-	-	12.523	-	62	12.461
Empresas Públicas	10.069	-	-	-	3.944	14.013	-	(1.208)	15.221
	<u>241.235</u>	<u>104.391</u>	<u>25.509</u>	<u>15.170</u>	<u>59.176</u>	<u>445.481</u>	<u>-</u>	<u>362</u>	<u>445.119</u>
<u>Investimentos detidos até maturidade</u>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	2.526	-	-	2.526	-	-	2.526
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.526</u>
<u>Crédito</u>									
Governo Central	997	817	1.067	3.036	66.013	71.930	(1.288)	-	73.218
Governos Locais e Regionais	30.250	15.000	-	-	20.000	65.250	(737)	-	65.987
Bancos	198	-	-	-	-	198	-	-	198
Empresas Públicas	75	-	-	-	37.235	37.310	(428)	-	37.738
	<u>31.520</u>	<u>15.817</u>	<u>1.067</u>	<u>3.036</u>	<u>123.248</u>	<u>174.688</u>	<u>(2.453)</u>	<u>-</u>	<u>177.141</u>
	<u>272.755</u>	<u>120.208</u>	<u>29.102</u>	<u>18.206</u>	<u>182.424</u>	<u>622.695</u>	<u>(2.453)</u>	<u>362</u>	<u>624.786</u>
<b>Grécia</b>									
<u>Activos financeiros Disp Venda</u>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	(630)	-	630
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>630</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>630</u>
<b>Irlanda</b>									
<u>Activos financeiros Disp Venda</u>									
Governo Central	-	-	-	-	6.640	6.640	-	950	5.690
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	25	1.049	-	-	-	1.074	-	32	1.042
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>25</u>	<u>1.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.640</u>	<u>7.714</u>	<u>-</u>	<u>982</u>	<u>6.732</u>
<b>Italia</b>									
<u>Activos financeiros Disp Venda</u>									
Governo Central	-	-	-	-	2.127	2.127	-	231	1.896
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	146	-	-	2.074	-	2.220	-	46	2.174
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>146</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.074</u>	<u>2.127</u>	<u>4.347</u>	<u>-</u>	<u>277</u>	<u>4.070</u>
<b>Espanha</b>									
<u>Activos financeiros Disp Venda</u>									
Governo Central	-	-	-	-	3.118	3.118	-	11	3.107
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	330	5.162	-	-	-	5.492	-	(82)	5.574
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>330</u>	<u>5.162</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.118</u>	<u>8.610</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	<u>8.681</u>
<b>Chipre</b>									
<u>Activos financeiros Disp Venda</u>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	(708)	-	708
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	(708)	-	708
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(708)</u>	<u>-</u>	<u>708</u>
	<u>273.256</u>	<u>126.419</u>	<u>29.102</u>	<u>20.280</u>	<u>194.309</u>	<u>643.366</u>	<u>(3.791)</u>	<u>1.550</u>	<u>645.607</u>

### Análise do risco operacional

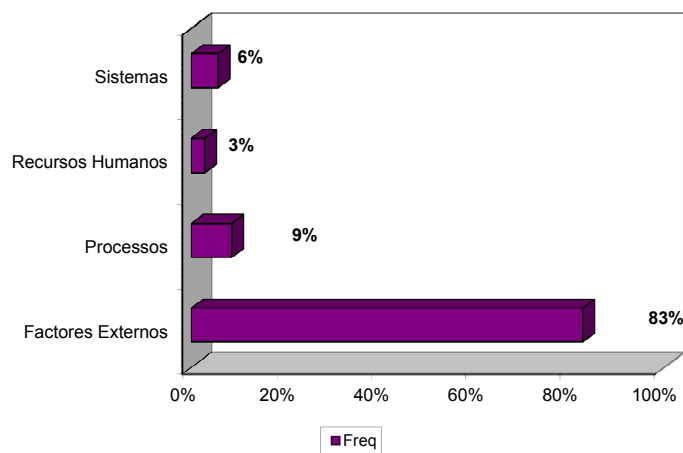
O registo de eventos de perda operacional permite reforçar a sensibilidade para os diferentes tipos de risco e correspondentes acções de mitigação, sendo também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital económico e regulamentar.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação de perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação. Os registos são todos classificados quanto à sua fonte e categoria de risco, sendo quantificadas e definidas acções correctivas ou de melhoria de procedimentos com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

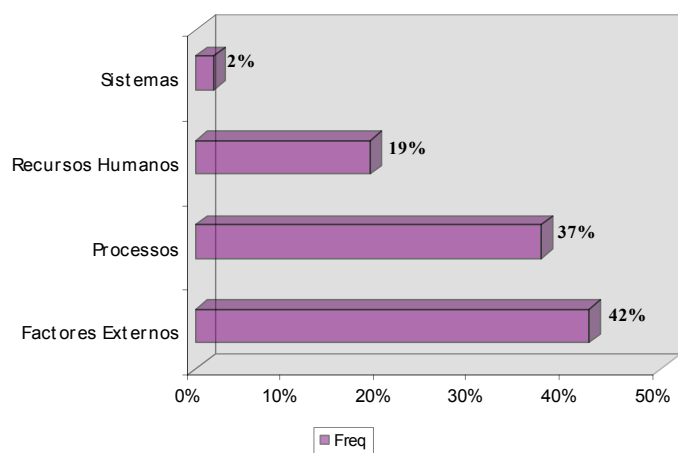
Os resultados do primeiro trimestre de 2013 no que concerne à captação de perdas, e respectiva distribuição de eventos de perda, por categorias e fontes de risco, apresentam, a 31 de Março de 2013, a seguinte representatividade:



Distribuição do N.º de Perdas Reportadas por Fonte de Risco  
pelo Grupo Banif - Março 2013



Distribuição do N.º de Perdas Reportadas por Fonte de Risco  
pelo Grupo Banif - 2012



## 14 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ACTIVIDADE DO EMITENTE E OFERENTE

### 14.1 Banco de Portugal

O Banco de Portugal faz parte do Sistema Europeu de Bancos Centrais (“SEBC”), criado no âmbito da União Económica e Monetária (“UEM”). A UEM pressupõe uma política monetária única, cujas principais características assentam numa moeda única – o Euro – e no estabelecimento do Banco Central Europeu (“BCE”) e do SEBC. De acordo com o Tratado da União Europeia (“UE”), o objectivo primordial do SEBC será a manutenção da estabilidade dos preços, a qual deverá ser atingida através da política monetária.

Nos termos da respectiva Lei Orgânica (aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro), o Banco de Portugal tem por missão “*velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, assegurando, com essa finalidade, designadamente a função de refinanciador de última instância*”. Este objectivo deverá ser atingido através da supervisão das instituições de crédito, sociedades financeiras e outras entidades que lhe estejam legalmente sujeitas.

De acordo com o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro de 1992, conforme alterado), o Banco de Portugal concede autorizações para a constituição de instituições de crédito e sociedades financeiras baseando-se exclusivamente em critérios técnico-prudenciais. Adicionalmente, cabe ao Banco de Portugal acompanhar a actividade das instituições sob a sua supervisão e vigiar pela observância das normas que disciplinam as suas actividades, emitindo recomendações para que sejam sanadas as irregularidades detectadas, sancionando infracções, caso ocorram, e tomando providências extraordinárias de saneamento.

O Banco de Portugal estabelece regras relativas a rácios de solvabilidade, constituição de reservas, controlo de grandes riscos e provisões para riscos gerais e específicos de crédito e fiscaliza o cumprimento destas regras através de inspecções periódicas, da revisão dos relatórios e das contas submetidas regularmente e da análise contínua do cumprimento da legislação em vigor.

Ao Banco de Portugal cabe também “*regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento dos sistemas de pagamentos, designadamente no âmbito da sua participação no SEBC*”.

O facto de Portugal pertencer à UE obriga ao cumprimento da legislação comunitária, que pode assumir a forma de regulamentos, os quais podem ser directamente aplicáveis em qualquer Estado-Membro, ou directivas dirigidas aos Estados-Membros, que, por seu lado, obrigam à aprovação de legislação para a sua transposição, podendo também, tal como estabelecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia em diversas decisões, ser directamente aplicáveis num Estado-Membro. Adicionalmente, a Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia emitem recomendações não vinculativas aos Estados-Membros. As autoridades portuguesas transpuseram directivas e recomendações comunitárias de forma a adaptar o ordenamento jurídico nacional aos padrões comunitários.

### Manutenção de fundos próprios

#### *Fundos próprios e rácio de solvabilidade*

As instituições de crédito portuguesas encontram-se sujeitas ao cumprimento de determinados requisitos no que diz respeito a rácios de solvabilidade. Estes requisitos estão em linha com a legislação comunitária, a qual

visa estabelecer padrões comuns para a determinação dos fundos próprios e um sistema para ponderação dos elementos do activo (actualmente contidos na Directiva 2006/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho de 2006 relativa aos fundos próprios das sociedades de investimentos e instituições de crédito e adoptados em Portugal através da publicação do Decreto-Lei n.º 103/2007 e do Decreto-Lei n.º 104/2007, ambos de 3 de Abril, e da emissão de um conjunto de Avisos e de Instruções do Banco de Portugal visando a regulamentação das disposições constantes daqueles Decretos-Lei. O rácio de solvabilidade encontra-se definido como o quociente entre os fundos próprios (Core Tier I) dividido pelos activos ponderados pelo risco sendo que o rácio mínimo é actualmente de 10%.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, decorrente do novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei n.ºs 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banif – Grupo Financeiro utiliza o método padrão para o tratamento do risco de crédito (*standardised approach*), o método do indicador básico para o tratamento do risco operacional (*basic indicator approach*) e o método de avaliação ao preço de mercado para o tratamento do risco de mercado (*mark-to-market approach*).

Os activos ponderados pelo risco compreendem uma componente que reflecte o risco de crédito, mas também componentes que reflectem o risco de mercado e operacional. Ao abrigo do actual regime jurídico, as instituições de crédito podem calcular a ponderação de risco dos seus activos, no que a risco de crédito diz respeito, de acordo com o método Padrão ou com o método dos *ratings* internos, neste último caso, sujeito a autorização pelo Banco de Portugal.

O risco de mercado é definido como o risco de perdas nas posições de balanço e fora de balanço resultantes de oscilações dos preços de mercado. O risco de mercado abrange os riscos relativos a instrumentos relacionados com taxas de juro e valores mobiliários representativos de capital na carteira de negociação, bem como os riscos de câmbio e de mercadorias.

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes da inadequação ou ruptura de processos internos, pessoas ou sistemas ou de factores externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico e de reputação.

Os elementos de capital do Banif – Grupo Financeiro dividem-se em Fundos Core Tier I, Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios Core Tier I (“CTI”): Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, os resultados negativos do período, o valor de balanço dos montantes relativos ao *goodwill* apurado, activos intangíveis, montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial.
- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Para além dos valores considerados como Core Tier I, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor, as participações superiores a 10% em instituições

financeiras e entidades seguradoras, bem como outros valores elegíveis para fundos próprios/margem de solvência dessas entidades emittentes.

- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor, as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras, bem como outros valores elegíveis para fundos próprios/margem de solvência dessas entidades emittentes.
- Deduções (“D”): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos, de acordo com os critérios do Banco de Portugal.

Adicionalmente, a composição dos elementos de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

As instituições de crédito que não respeitem estas regras poderão ser objecto de várias medidas impostas pelo Banco de Portugal, incluindo restrições à distribuição de dividendos e imposição de coimas e outras sanções, não só sobre a instituição de crédito mas também sobre os respectivos membros do órgão de administração. O Banif – Grupo Financeiro cumpre com os requisitos de rácio de solvabilidade.

No final do terceiro trimestre de 2010, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia tomou um conjunto de decisões relativas ao funcionamento do sistema financeiro mundial que se materializaram em recomendações que passaram a ser conhecidas como Basileia III.

Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório (expectavelmente, de 1 de Janeiro de 2014 até 1 de Janeiro de 2019) para cumprimento das regras aprovadas que têm em vista a garantia de uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras no futuro.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Estabilização, o Banco de Portugal emitiu o Aviso n.º 3/2011 (conforme alterado pelos Avisos n.ºs 8/2011 e 4/2012), que veio estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as instituições financeiras deveriam atingir um rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

### ***Regras de Basileia III***

As regras de Basileia III apontam para o seguinte enquadramento regulamentar a alcançar, de forma gradual, até 1 de Janeiro de 2019:

- Rácio mínimo Core Tier I: 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- Rácio mínimo Tier I: 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- Rácio total: 10,5%;
- Introdução de um *buffer* anti-ciclo entre 0% e 2,5% de elementos Core Tier I em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo as regras de Basileia III e para as novas deduções à base de capital;

- Estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de curto e de médio/longos prazos em condições ainda a definir.

As instituições de crédito portuguesas, na sequência do pedido de intervenção do FMI/BCE/CE formalizado por Portugal no decurso do 2º trimestre de 2011 e do acordo estabelecido entre o Estado Português e as referidas entidades, deveriam alcançar um rácio de capital Tier I de 9% em 31 de Dezembro de 2011 e de 10% até ao final de 2012 (Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal).

### ***Fundos próprios e grandes riscos***

As instituições de crédito deverão manter um nível adequado de fundos próprios, o qual, de acordo com o disposto no Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, não poderá ser inferior ao capital social mínimo. Os critérios para a determinação do nível de fundos próprios são estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Nos termos da lei portuguesa, é considerado como sendo um grande risco o conjunto de riscos incorridos por uma instituição de crédito perante um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si que represente pelo menos 10% dos fundos próprios dessa mesma instituição. Em momento algum, essa exposição poderá exceder 25% dos mesmos fundos próprios. Em termos da exposição ao grupo económico em que determinada instituição de crédito se integra, para esse limite não contribuem as exposições perante aquelas entidades que se encontrem incluídas no âmbito de supervisão do Banco de Portugal em base consolidada e desde que tenham sede em Portugal. Mediante prévia autorização do Banco de Portugal, esta isenção poderá ser estendida a outras entidades que possuam as mesmas características que as anteriormente referidas, mas cuja sede seja num país terceiro. De igual modo, encontra-se prevista na legislação vigente a isenção do limite de 25% dos fundos próprios da instituição de exposições assumidas, entre outros, perante os activos representativos de créditos e outros riscos sobre administrações centrais, bancos centrais, organizações internacionais ou bancos multilaterais de desenvolvimento aos quais, nos termos da regulamentação aplicável emanada pelo Banco de Portugal, é aplicado um coeficiente de ponderação de 0%.

### ***Reservas Mínimas***

As instituições de crédito têm que manter depósitos de carácter obrigatório junto dos bancos centrais nacionais, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1745 /2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003 (BCE/2003/9), as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida emitidos com prazo inferior a dois anos, excluindo destes as responsabilidades para com outras instituições sujeitas à constituição de reservas mínimas de caixa, bem como as responsabilidades para com o BCE e bancos centrais nacionais. A taxa de remuneração média das reservas constituídas junto do Banco de Portugal até 12 de Março de 2013 ascende a 0,75% (até 10 de Julho de 2012: 1%). A não constituição das reservas mínimas assim impostas poderá implicar: (i) um aumento do montante de reservas a constituir (até três vezes o montante das reservas mínimas que a instituição em causa não constituiu); ou (ii) o pagamento de juros sobre o montante de reservas que a instituição não constituiu a uma taxa de juro correspondente a duas vezes a taxa de refinanciamento ou até cinco pontos percentuais acima da referida taxa.

### **Fundo de Garantia de Depósitos**

O Fundo de Garantia de Depósitos (“**Fundo**”) foi criado em 1992, tendo iniciado a sua actividade em Dezembro de 1994, e é dotado de autonomia administrativa e financeira. As instituições de crédito com sede



em Portugal autorizadas a receber depósitos participam obrigatoriamente no Fundo. Os recursos financeiros do Fundo de Garantia de Depósitos são principalmente compostos por contribuições iniciais do Banco de Portugal e das instituições de crédito participantes e contribuições periódicas anuais por parte destas últimas entidades.

As contribuições anuais são apuradas tendo por base o valor médio dos saldos mensais dos depósitos captados no ano anterior, aos quais se aplica uma taxa contributiva fixada anualmente pelo Banco de Portugal que, para 2013, foi fixada em 0,03%, e um factor multiplicativo obtido em função do rácio de solvabilidade médio (em base individual) apurado entre Junho e Dezembro do ano para o qual se está a calcular a contribuição (quanto mais elevado for o rácio médio, menor será o factor a aplicar e mais baixa será a contribuição). Excepcionalmente, a contribuição a pagar por cada instituição no ano de 2013, será calculada com referência a 31 de Dezembro de 2012 (Aviso n.º 11/2012 do Banco de Portugal). O factor encontra-se publicado no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

O Banco de Portugal poderá permitir que as instituições substituam o pagamento de até 75% das contribuições anuais pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento que o fundo o solicite (total ou parcialmente), compromisso este que deverá ser caucionado por penhor de títulos negociáveis que apresentem liquidez elevada e baixo risco de crédito. O Banco de Portugal estabeleceu este limite em 10% para as contribuições do ano de 2011. Se os recursos se mostrarem insuficientes para o cumprimento das respectivas obrigações, poderão ser exigidas pelo Fundo às instituições participantes contribuições especiais ou poderão ser efectuados empréstimos.

Recentemente, o Banco de Portugal publicou as Instruções n.º 33/2012 e 34/2012, nas quais são determinadas a taxa contributiva e da contribuição mínima para 2013 (0,03% para todas as geografias e €17.500, respectivamente) e estabeleceu que, em 2013, as instituições de crédito participantes não podem substituir a sua contribuição anual por compromissos irrevogáveis.

Em situações em que uma instituição de crédito não cumpra as respectivas obrigações, o Fundo garante o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada titular de depósito até ao limite de €100.000.

Os depósitos captados em Portugal são garantidos independentemente da moeda em que sejam denominados e independentemente do depositante ser residente em território português ou não. Contudo, alguns depósitos encontram-se excluídos da garantia de reembolso – tais como os depósitos constituídos em seu nome e por sua própria conta por instituições de crédito, sociedades financeiras, empresas seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensões e respectivas sociedades gestoras e entidades da administração central ou local. Acresce que de forma a prevenir situações de conflitos de interesse, o Fundo não garante o reembolso de depósitos de que sejam titulares membros dos órgãos de administração ou fiscalização da instituição de crédito, accionistas que nela detenham participações qualificadas, auditores externos e empresas que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a instituição de crédito.

### **Fundo de Resolução**

Em 2012, no âmbito das alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, foi introduzida uma nova abordagem de intervenção por parte do Banco de Portugal junto das instituições em dificuldades financeiras, com vista a, quando a recuperação da instituição de crédito se revelar inviável, preparar a sua liquidação ordenada com salvaguarda do interesse público essencial da manutenção da estabilidade financeira.

Neste contexto, e porquanto a implementação desta nova abordagem de intervenção por parte do Banco de Portugal pode gerar necessidades de financiamento com recurso a fundos exógenos à instituição em dificuldades, foi criado o Fundo de Resolução – pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira – financiado essencialmente por via de contribuições das instituições nele participantes, a par da afectação das receitas da contribuição sobre o sector bancário.

No que respeita às contribuições das instituições participantes para o Fundo de Resolução, existem três tipos de contribuições: iniciais, periódicas e especiais.

Quanto às contribuições periódicas, enquanto fonte de financiamento mais importante atenta a sua natureza recorrente, o método concreto de apuramento e a taxa a aplicar podem ser ajustados em função do perfil de risco e da importância sistémica de cada instituição participante, sendo que incidem sobre o passivo apurado e aprovado pelas instituições participantes, deduzido dos elementos do passivo que integram os fundos próprios de base e complementares e dos depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos – nos termos melhor definidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2013.

Nos termos da Instrução n.º 7/2013 do Banco de Portugal, a taxa base a vigorar em 2013 para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução é de 0,015%.

### **Empréstimos do Banco de Portugal**

O Banco de Portugal tem seguido uma política de refinanciador de última instância em situações de falta de liquidez no sistema bancário. O principal método de financiamento utilizado funciona através de adiantamentos e descobertos com garantia. Para este efeito o Banco de Portugal estabelece uma lista de títulos que poderão ser dados em garantia. A taxa de refinanciamento é definida pelo BCE.

### **Movimentos de capitais internacionais**

As autoridades portuguesas estabeleceram um programa de liberalização dos movimentos de capitais internacionais em sequência da integração do país no mercado único da UE.

### **Investimento em sociedades não financeiras**

De acordo com o artigo 100.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, as instituições de crédito não podem deter, directa ou indirectamente, no capital de uma sociedade (que não seja instituição de crédito, sociedade financeira, instituição financeira, sociedade gestora de fundos de pensões, empresa de seguros e de resseguros) participação qualificada cujo montante ultrapasse 15% dos seus fundos próprios. O montante global das participações qualificadas em sociedades não pode ultrapassar 60% dos fundos próprios da instituição de crédito participante.

Estabelece-se ainda no artigo 101.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que as instituições de crédito não podem deter, directa ou indirectamente, participação que lhes confira mais de 25% dos direitos de voto numa sociedade não financeira por prazo superior a três anos (cinco anos para participações indirectas detidas através de sociedades de capital de risco e de sociedades gestoras de participações sociais). Estas limitações não se aplicam, nomeadamente, a participações noutras instituições de crédito, sociedades financeiras e sociedades de serviços auxiliares.

### **Supervisão de Conduta**

O Banco de Portugal tem poderes de supervisão relativamente à conduta das instituições de crédito. Estes poderes são apoiados por poderes de fiscalização, decisórios e sancionatórios relativamente às regras sobre

vários aspectos da actividade dos bancos, relações com clientes, segredo profissional, conflitos de interesse e concorrência, às quais as instituições de crédito estão sujeitas. As regras de supervisão de conduta nas relações com clientes consistem em obrigações de prestar informações, regras relativas à gestão de reclamações de clientes, a exigência de adoptar um código de conduta e regras relativas à publicidade de instituições de crédito.

### **Concessão de crédito a membros de órgãos sociais**

Em geral, as instituições de crédito não podem conceder crédito, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, aos membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização ou pessoas e entidades com eles relacionadas, nem a sociedades ou outros entes colectivos, por eles directa ou indirectamente dominados.

Esta limitação não se aplica a: (i) operações de carácter ou finalidade social ou decorrentes da política de pessoal; (ii) crédito concedido em resultado do uso de cartões de crédito associados à conta de depósito, em condições semelhantes às aplicáveis aos restantes clientes, com um perfil e risco análogos; (iii) membros do Conselho Geral e de Supervisão que não integrem a comissão para as matérias financeiras, administradores não executivos das instituições de crédito que não façam parte da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos por eles dominados; ou (iv) operações de concessão de crédito de determinadas entidades incluídas no perímetro de supervisão da instituição de crédito relevante.

Os membros do órgão de administração ou fiscalização das instituições de crédito não podem intervir na apreciação e decisão de operações em que possam ter um conflito de interesses.

### **Violação de regras ao abrigo da supervisão do Banco de Portugal**

A violação de regras e deveres ao abrigo da supervisão do Banco de Portugal constituem contra-ordenações e podem resultar na imposição de coimas pelo Banco de Portugal até ao máximo de €5.000.000,00 (podendo esse valor ser agravado em função do benefício económico decorrente da infracção). Podem também ser aplicadas sanções acessórias como, por exemplo, a apreensão e perda do objecto da infracção, incluindo o produto económico desta, a publicação pelo Banco de Portugal da punição definitiva, a inibição do exercício de cargos sociais e de funções de administração em instituição de crédito e a suspensão do exercício do direito de voto atribuído aos sócios das instituições de crédito.

### **Outros Controlos**

O Banco de Portugal estabelece diversos mecanismos de controlo adicionais sobre vários aspectos da actividade dos bancos. O Banco de Portugal verifica a aplicação destes mecanismos de controlo através das obrigações de informação e da supervisão contínua, incluindo inspecções periódicas das actividades e dos activos detidos pelos bancos individualmente considerados e dos grupos bancários em base consolidada.

## **14.2 Supervisão pela CMVM**

A regulamentação e supervisão do mercado de valores mobiliários e das actividades de intermediação financeira em Portugal são exercidas pelo Governo, actuando através do Ministério das Finanças e da CMVM.

O Ministério das Finanças pode estabelecer políticas relativas aos mercados de instrumentos financeiros, protecção de investidores, actividades de intermediação financeira, e, em geral, quaisquer assuntos regulados pelo Código dos Valores Mobiliários. O Ministério das Finanças também supervisiona a CMVM e coordena a

supervisão e regulamentação relativa aos mercados de instrumentos financeiros quando os seus poderes tenham sido delegados em mais do que uma entidade pública. Quando uma perturbação dos mercados de instrumentos financeiros colocar em sério risco a economia nacional, o Ministério das Finanças poderá, por meio de portaria conjunta emitida pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, impor as medidas necessárias, nomeadamente a suspensão temporária de (i) os mercados regulados e determinadas categorias de operações ou actividades de entidades gestoras de mercados regulamentados; (ii) sistemas de negociação multilateral; (iii) sistemas de liquidação; (iv) câmaras de compensação ou contrapartes centrais; e (v) centrais de depósito de valores mobiliários.

A entidade encarregue da supervisão e regulamentação dos mercados de valores mobiliários e actividades de intermediação financeira é a CMVM, uma entidade administrativa sob supervisão do Ministério das Finanças.

Em particular, as responsabilidades da CMVM incluem a supervisão de determinadas regras de conduta relativas às actividades de intermediação financeira em mercados de instrumentos financeiros e a supervisão prudencial de determinadas entidades.

Para este efeito, a CMVM poderá emitir regulamentos relativos aos assuntos sob os seus poderes de supervisão, incluindo regras de conduta aplicáveis a prestadores de serviços de investimento, ao reconhecimento de mercados de instrumentos financeiros, o estabelecimento de regras para a operação dos referidos mercados, bem como regras sobre ofertas públicas e requisitos aplicáveis a prospectos.

A CMVM pode, no âmbito das suas actividades de supervisão, realizar inspecções, emitir pedidos de informação, ouvir quaisquer pessoas, requerer a colaboração de quaisquer pessoas ou entidades, incluindo autoridades policiais, divulgar informação, incluindo em substituição das entidades supervisionadas, conduzir investigações e organizar um sistema de registo e impor o cumprimento de regras e sanções administrativas.

O Banif está sujeito à supervisão da CMVM tanto no exercício da sua actividade de intermediário financeiro, como enquanto emite de acções admitidas à negociação num mercado regulamentado.

### **Regras de supervisão aplicáveis ao Banif enquanto intermediário financeiro**

O Banif e algumas das suas subsidiárias portuguesas, das quais se destacam o Banif – Banco de Investimento, S.A. e a Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., estão autorizados como intermediários financeiros e, no âmbito do exercício das suas actividades de intermediação financeira, estão sujeitas à supervisão da CMVM.

As regras de conduta aplicáveis a intermediários financeiros estão estabelecidas no Código dos Valores Mobiliários, em regulamentos da CMVM (destacando-se o Regulamento da CMVM n.º 2/2007) e em legislação específica aplicável a determinadas actividades de intermediação financeira.

### ***Regras de Conduta***

No exercício de actividades financeiras, os intermediários financeiros, tal como o Banif, estão obrigados ao cumprimento de regras de conduta estabelecidas no Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e no Código dos Valores Mobiliários, bem como as que possam ser estabelecidas por regulamento da CMVM (destacando-se o Regulamento da CMVM n.º 2/2007) ou legislação especial.

Um dos princípios gerais a observar é o de que os intermediários financeiros têm que conduzir a sua actividade de forma a proteger os interesses dos seus clientes e a eficiência do mercado. Ao relacionar-se com todos os intervenientes no mercado, os intermediários financeiros, têm que observar os ditames da boa-fé de acordo com os mais elevados *standards* de diligência, lealdade e transparência.

As principais regras de conduta aplicáveis aos intermediários financeiros no exercício da sua actividade de intermediação dizem respeito: (i) ao conhecimento do cliente (“*know your client*”), incluindo ao dever de adequação das operações e produtos a cada cliente; (ii) aos recursos humanos, materiais e técnicos dos intermediários financeiros; (iii) aos procedimentos de reclamações; (iv) à segregação dos activos dos clientes; (v) à manutenção de registos e reporte de operações; (vi) à política de conflitos de interesse; e (vii) aos deveres de informação que recaem sobre os intermediários financeiros.

### **Regras de supervisão aplicáveis ao Banif enquanto emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado**

Uma sociedade cujas acções estejam admitidas à negociação num mercado regulamentado tem a obrigação, acrescida a todas as obrigações de informação constantes do Código das Sociedades Comerciais, de divulgar à CMVM e ao público no seu próprio sítio na internet, a informação relativa à sua organização, aos principais aspectos da sua actividade e à forma como o seu negócio é conduzido.

As principais regras aplicáveis a estas sociedades dizem respeito: (i) à obrigação de divulgar à CMVM e ao mercado no seu próprio sítio na internet todos os comunicados relativos a participações qualificadas de terceiros no seu capital social e a informação de gestão e financeira anual, semestral e trimestral relevante; (ii) aos procedimentos específicos aplicáveis ao voto por correspondência e procurações para o exercício de direitos de voto nas assembleias gerais de accionistas da sociedade; (iii) à divulgação de informação privilegiada; e (iv) à obrigação dos membros do Conselho de Administração e outros dirigentes de divulgar quaisquer operações que realizem sobre acções da sociedade.

### **Poderes da CMVM**

Conforme indicado, a CMVM é a entidade reguladora dos intervenientes e actividades do mercado financeiro em Portugal, com a faculdade de aprovar regulamentação de aplicação obrigatória, de fazer cumprir as disposições contidas nestes regulamentos e no Código dos Valores Mobiliários, bem como de sancionar quem incumpra essas regras.

Para o exercício dos seus poderes, a CMVM dispõe de variadas prerrogativas como, por exemplo, o direito de requerer informação não pública contra a qual não podem ser invocados deveres de sigilo, ouvir quaisquer pessoas, proceder a investigações e requerer a colaboração de pessoas, substituir-se às entidades supervisionadas no cumprimento dos deveres de divulgação de informação.

A CMVM é ainda responsável pelo sistema de divulgação de informação que poderá ser utilizado pelas entidades sujeitas a deveres de informação como meio não dispendioso e menos burocrático de cumprir com os referidos deveres.

### **Incumprimento de regras sob a supervisão da CMVM**

O incumprimento das regras estabelecidas no Código dos Valores Mobiliários pode constituir crime ou contra-ordenação.

**Crimes:** O abuso de informação privilegiada e a manipulação de mercado são crimes punidos com pena de prisão até cinco anos e penas acessórias que incluem a interdição de exercício de qualquer actividade de intermediação financeira ou de exercer um cargo numa sociedade aberta ou num intermediário financeiro, a divulgação do crime e a apreensão das vantagens do crime.

**Contra-ordenações:** São aplicadas diferentes sanções consoante o tipo de contra-ordenação. As contra-ordenações muito graves, tais como a divulgação de informação falsa ou enganadora ao mercado ou a

realização de uma oferta sem a divulgação de um prospecto aprovado, estão sujeitas a coimas até €5.000.000. As contra-ordenações graves, como são consideradas a omissão de divulgação de acordos parassociais de sociedades abertas ou violação da obrigação de lançamento de oferta pública de aquisição, são punidas com coimas até €2.500.000 e as contra-ordenações menos graves são punidas com coimas até €500.000.

### **14.3 Instituto de Seguros de Portugal**

O Banif – Grupo Financeiro está também sujeito à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal na medida em que dele fazem parte a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a empresa de seguros Açoreana Seguros, S.A.

### **14.4 Evolução da regulamentação**

Como parte do programa relativo ao mercado interno da UE, a Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia têm proposto e aprovado diversos regulamentos, directivas e recomendações relativas ao sector bancário e de serviços financeiros, incluindo legislação aprovada e proposta relativa aos movimentos de capitais, garantia de depósitos, sistemas de pagamentos, instituições de investimento colectivo, empresas de investimento, divulgação de aquisição e alienação de participações qualificadas em sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, publicação prospectos em oferta públicas de valores mobiliários, direitos dos accionistas, crédito ao consumidor, abuso de informação privilegiada, crédito hipotecário, seguros, publicação de contas anuais e fiscalidade. A legislação promove maior concorrência no sector dos serviços financeiros, incluindo nas áreas de corretagem, negociação de títulos e tomada firme e prestação de serviços de consultoria para investimento e gestão em que o Banif – Grupo Financeiro actua.

### **União Bancária**

A percepção de insustentabilidade das trajectórias das finanças públicas por parte dos países periféricos da Zona Euro traduziu-se na incapacidade de financiamento dos Estados nos mercados de dívida soberana e a incapacidade de financiamento dos bancos dessas economias. De facto, a estreita ligação entre os emittentes soberanos e os respectivos sistemas bancários implicou uma crescente fragmentação dos mercados de crédito da Zona Euro. A fragmentação dos mercados impede a eficácia da política monetária, dado que a transmissão das medidas de política para a economia das empresas e das famílias fica interrompida. Essa interrupção compromete definitivamente a unidade e integridade do mercado único europeu de serviços financeiros, não permitindo a criação de condições de financiamento semelhantes entre empresas que concorrem no mercado único e que estão localizadas em países diferentes.

Neste contexto, o Conselho Europeu, no final de Junho de 2012, avançou com a proposta de reforçar a arquitectura institucional da Zona Euro e acelerar o processo de integração europeia, através da criação de uma União Bancária que permita restaurar a confiança no sector financeiro e permitir libertar o fluxo de crédito à economia.

A União Bancária compreende três aspectos fundamentais:

- Uma supervisão única, com poderes de controlo sobre todos os bancos da Zona Euro, e um livro de regras único;
- Um fundo europeu de resolução de bancos, que permita a sua reestruturação sem afectar a estabilidade sistémica e a situação financeira dos países onde operam;

- Um sistema comum de protecção de depósitos.

Para quebrar a ligação entre o risco soberano e o sistema bancário é fundamental avançar simultaneamente nos três pilares. No entanto, o primeiro passo passa por estabelecer um mecanismo único de supervisão, tendo a Comissão Europeia proposto em Setembro de 2012 que tal responsabilidade fosse atribuída ao BCE. No entanto, numa primeira fase, a supervisão única irá apenas recair sobre os bancos com actividades pan-europeias e os bancos que beneficiaram de ajudas públicas.

## 15 DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIREITOS INERENTES ÀS ACÇÕES

*O sumário que se segue visa descrever de forma resumida o capital social do Banif, os seus estatutos e as Normas de Recapitalização do Banif. A presente descrição não pretende ser exhaustiva, pelo que não contém toda a informação que poderá ser considerada relevante. Acresce que este resumo deve ser lido e interpretado em conjugação com os estatutos do Banif e as Normas de Recapitalização do Banif.*

### 15.1 Capital social

#### Valor e representação

O capital social do Banif é de 1.370.000.000 Euros, representado por 80.570.000.000 acções, escriturais e nominativas, sem valor nominal, das quais 10.570.000.000 são acções ordinárias (encontrando-se 570.000.000 das 10.570.000.000 acções ordinárias admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon) e 70.000.000.000 são acções especiais com dividendo preferencial, detidas pelo Estado Português. Não existe capital subscrito não realizado, nem acções não representativas de capital.

Foi solicitada a admissão à negociação das 10.000.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif emitidas no âmbito do aumento de capital realizado em 26 de Junho de 2013 subscrito pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif) e pela Auto-Industrial SGPS, sendo expectável que a sua admissão venha a ocorrer em simultâneo com a admissão à negociação das Acções objecto da presente Oferta Pública de Subscrição de Acções.

O Emitente passará assim a ter a totalidade das acções ordinárias representativas do seu capital social admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

#### Acções próprias

Durante o exercício de 2012, o Banif não efectuou qualquer transacção sobre acções próprias, e não detém directamente quaisquer acções próprias.

Indirectamente, através da sua participada Banif Investimento, detinha, a 31 de Dezembro de 2012, 851.951 acções Banif, posição que resulta da conversão das acções Banif SGPS em acções Banif, ocorrida em Dezembro de 2012, decorrente da fusão por incorporação da Banif SGPS no Banif. O valor contabilístico destas acções ascendia a 124 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2012.

As acções do Banif detidas, directa ou indirectamente por sociedade dependente do Banif, nos termos do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, são consideradas, para todos os efeitos, acções próprias do Banif.

#### Outros instrumentos de capital

Nos termos do contrato de subscrição (*Subscription Agreement*) celebrado entre o Banif e o Estado Português, datado de 23 de Janeiro de 2013, o Banif emitiu 4.000 instrumentos de capital Core Tier I no valor nominal unitário de €100.000 subscritos pelo Estado Português em 25 de Janeiro de 2013.

De acordo com as condições acordadas e previstas nos termos e condições dos instrumentos de capital Core Tier I, os referidos instrumentos serão remunerados às seguintes taxas anuais efectivas:



- a) 9,5% por ano para o primeiro ano;
- b) 9,75% por ano para o segundo ano;
- c) 10% por ano para o terceiro ano;
- d) 10,5% por ano para o quarto ano; e
- e) 11% por ano para o quinto ano.

No que respeita ao Banco, e conforme melhor detalhado no Plano de Recapitalização, aprovado pelo Despacho n.º 1527-B/2013, bem como nos anexos a ambos os documentos (e, em especial, no anexo aos termos e condições dos instrumentos de capital Core Tier I), destacam-se as imposições de restrições a:

- a) Distribuição de dividendos;
- b) Recompra de instrumentos híbridos ou de dívida subordinada, sem o consentimento do Ministro das Finanças;
- c) Recompra ou reembolso antecipado relativo a instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumentos de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente ou por qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), sem o prévio consentimento do Ministro das Finanças;
- d) Pagamento de cupões e juros relativos a instrumentos híbridos e dívida subordinada detidos por terceiros, quando não exista legalmente obrigação de efectuar tal pagamento;
- e) Pagamento de remuneração e juros relativos a quaisquer instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumento de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente ou por qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), quando não exista obrigação legal de efectuar tal pagamento;
- f) Aquisição ou subscrição de participações sociais noutras sociedades (incluindo sociedades relacionadas e participadas pelo Emitente), ou participação noutros activos que conjuntamente consubstanciem um negócio, salvo se com autorização prévia da Comissão Europeia, do Ministro das Finanças e do Banco de Portugal;
- g) Prosseguir uma estratégia comercial agressiva e publicitar a participação do Estado Português no capital social do Emitente.

Prevê-se igualmente que:

- a) O Ministro das Finanças tem o poder de nomear um membro não executivo do órgão de administração e um membro do conselho fiscal (“**Membros Nomeados**”), sendo que o primeiro dos Membros Nomeados tem também assento nos comités de gestão de risco e de remuneração ou em outros de natureza semelhante. Os Membros Nomeados deverão dispor de instalações adequadas no local de funcionamento da administração do Emitente e terão acesso a toda a informação e apoio (incluindo pessoal administrativo) necessários ao exercício apropriado das suas funções. Nos termos do Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, e com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, foram designados pelo Estado Português António Carlos Custódio de Moraes Varela como membro não executivo do Conselho de Administração e Rogério Pereira Rodrigues como membro do Conselho Fiscal;

- b) A remuneração e benefícios complementares dos quadros superiores são sujeitos a níveis apropriados de transparência e escrutínio, de forma a assegurar a respectiva manutenção num nível adequado;
- c) O Ministro das Finanças tem a faculdade de limitar a afetação, pelo Emitente, de recursos financeiros adicionais a actividades que não correspondam à concessão de crédito, bem como à realização de fusões ou aquisições;
- d) Os Membros Nomeados podem, actuando de forma comercialmente razoável e de acordo com as práticas de mercado, requerer a realização de auditorias externas e independentes relativas à situação financeira, à actividade e à estratégia do Banco, a expensas do Emitente;
- e) É proibido o financiamento, pelo Banco, de fusões ou aquisições de empresas no sector dos serviços financeiros, excepto quando previamente autorizado pelo Ministro das Finanças;
- f) O Emitente deverá manter, em linha com as melhores práticas internacionais, uma unidade (ou unidades) interna especializada responsável pela gestão de activos em incumprimento ou reestruturados ou cuja cobrança se apresente problemática;
- g) O montante global de crédito concedido directa ou indirectamente a accionistas e/ou a suas sociedades filiais ou participadas (excluindo instituições de crédito e entidades do sector público português) deverá ser reduzido de acordo com o plano especificado pelo Banco de Portugal e facultado pelo Ministro das Finanças. Adicionalmente, não poderá ser adiantado qualquer crédito, directa ou indirectamente, aos accionistas e/ou suas sociedades filiais ou participadas durante o período de apoio do Estado, excepto quando especificamente autorizado por escrito pelo Banco de Portugal;
- h) O Banco deverá tomar medidas razoáveis no sentido de promover a eficácia do Mediador do Crédito, tais como encaminhar, de forma proactiva, os seus clientes para o Mediador do Crédito, fornecer ao Mediador do Crédito informação apropriada, etc.;
- i) O Banco deverá aplicar pelo menos €10.000.000 por ano num fundo que investirá em participações sociais em PMEs e em sociedades com grau de capitalização médio (*mid-cap*). O fundo será gerido pelo Banco segundo as melhores práticas de mercado ou por um terceiro com suficiente experiência e acesso a oportunidades de investimento. O capital do fundo será detido pelo Banco. O fundo não será usado como mecanismo de refinanciamento de empréstimos já existentes. Quaisquer fundos não transferidos para o fundo nos 12 meses após a expressão do respectivo compromisso serão transferidos para o Tesouro, a título de cláusula penal.

Em caso de incumprimento das obrigações previstas no referido anexo aos termos e condições dos instrumentos de capital Core Tier I e, sendo ele sanável, enquanto não for remediado, e pelo tempo que tal situação perdurar, está prevista a aplicação de uma penalidade, a aplicar pelo Ministro das Finanças, a fixar num montante equivalente a um valor entre 10 e 100 pontos base sobre o montante dos fundos públicos aplicados e não reembolsados pelo Banco, aplicável discricionariamente pelo Ministro e até que seja sanado qualquer incumprimento das presentes condições.

### **Evolução do capital social**

Em 30 de Dezembro de 2010, procedeu-se ao registo, na Conservatória do Registo Comercial, de um aumento de capital no âmbito do qual, em resultado da emissão de 42.800.000 acções, com o valor nominal de €5, o capital do Banco passou de €566.000.000 para €780.000.000.

Posteriormente, em 30 de Dezembro de 2011, foi registada a cisão da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com a divisão em duas partes da totalidade do seu património, sociedade que se dissolve, sendo o seu património incorporado no Banif e no Banif Mais, S.A., aumentando assim o capital social do Banif em €14.500.000, através da emissão de 158.900.000 acções com o valor nominal de €5,00, passando este a ser de €794.500.000.

Por sua vez, no âmbito do processo de reestruturação societária do Banif – Grupo Financeiro, o Banco incorporou a Banif SGPS, passando a ser a *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro. Como consequência da concretização da referida fusão, através da sua inscrição definitiva na Conservatória do Registo Comercial em 17 de Dezembro de 2012, o capital social do Banif passou a ser de €570.000.000 representado por 570.000.000 acções sem valor nominal.

No âmbito da primeira fase do processo de recapitalização do Banif, o Estado Português entrou na estrutura accionista do Banif através da subscrição de acções especiais no montante de €700.000.000 a 25 de Janeiro de 2013.

Em 26 de Junho de 2013, no âmbito da segunda fase do processo de recapitalização do Banif, foi realizado um aumento de capital no montante de €100 milhões mediante a emissão de 10.000.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, na modalidade de novas entradas em dinheiro, subscrito exclusivamente pela Açoreana Seguros (subsidiária da Rentipar Seguros SGPS, sendo esta detida, em 47,69%, pelo Banif), no montante de €75.000.000, e pela Auto-Industrial SGPS, no montante de €25.000.000, em cumprimento dos compromissos de subscrição de capital assumidos por estas entidades perante o Estado Português.

Os estatutos do Banif prevêem o direito de preferência dos accionistas na subscrição de novas acções emitidas ao abrigo de um aumento de capital, assim como no rateio das acções que não tiverem sido subscritas, salvo se tal direito vier a ser limitado ou suprimido pela deliberação da Assembleia Geral que aprovar o aumento de capital.

### **Outros valores mobiliários**

De acordo com os respectivos estatutos, o Banif pode emitir quaisquer instrumentos ou valores mobiliários, incluindo *warrants* autónomos sobre valores mobiliários próprios, que poderão revestir qualquer tipo ou modalidade que seja ou venha a ser legalmente permitida. O Conselho de Administração pode deliberar, dentro dos limites legais aplicáveis e salvo nos casos em que a lei exija que a deliberação seja tomada pelos accionistas, a emissão de obrigações ou de qualquer outro tipo de dívida, sob qualquer forma e por qualquer montante, em moeda com curso legal em Portugal, bem como de *warrants* autónomos, podendo os valores emitidos ser colocados no mercado nacional ou em mercados estrangeiros, observadas as disposições legais aplicáveis. Os accionistas terão preferência na subscrição de quaisquer valores mobiliários que sejam convertíveis em acções ou que confirmem o direito à subscrição das acções que possuem, a não ser que sejam emitidos por contrapartida de entradas em espécie.

Foram emitidos pela Banif SGPS, em 30 de Setembro de 2009, 70.000.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (“VMOCs”) com o valor nominal unitário de €1 cada (70.000.000 VMOCs valorizados pela cotação das acções da Banif SGPS em 30 de Junho de 2009 – 1,37 euros/acção). A data de conversão destes instrumentos é 30 de Setembro de 2013. Os VMOCs conferem o direito a uma remuneração anual paga postecipadamente, a 30 de Setembro de cada ano. A remuneração dos VMOCs é o somatório das componentes fixas e variável (fixa: 0,03 euros por VMOCs / ano; variável: indexada ao valor anual do dividendo do ano anterior à data de pagamento). À data de 31 de Março de 2013, o Banif registava no passivo

um montante de €2.039 milhares referente à remuneração fixa dos VMOCs. No seguimento da conversão dos VMOCs, no dia 30 de Setembro de 2013, serão emitidas 70.000.000 novas acções ordinárias representativas do capital social do Banif, as quais serão distribuídas pelos actuais titulares dos VMOCs, entre os quais, a Auto-Industrial SGPS. Assumindo-se a subscrição completa da OPS de Acções, e caso não venha a ocorrer nenhum aumento de capital social do Banif após a conversão dos VMOCs prevista para 30 de Setembro de 2013, o capital social do Banif ascenderá a 1.470.700.000 euros e estará representado por 90.640.000.000 acções. Num cenário de subscrição completa da OPS de Acções, a conversão integral dos 70.000.000 VMOCs, a ocorrer até 30 de Setembro de 2013, implicará uma diluição adicional máxima de 0,077% na participação dos accionistas do Banif, no pressuposto da aplicação do factor de conversão máximo de 1 para 1 (ou seja, 1 VMOC convertido em 1 acção do Banif).

Adicionalmente, e no âmbito de acordo parassocial celebrado entre as partes a seguir referidas relativamente à Banif Mais SGPS, S.A., o Banif é titular de uma opção de compra sobre as acções que a Açoreana, a Auto-Industrial SGPS e a Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. detêm na Banif Mais SGPS, S.A., sendo estas três entidades titulares de uma opção de venda, ao Banif, dessas mesmas acções.

## **15.2 Estatutos e Normas de Recapitalização do Banif**

### **Descrição dos direitos inerentes às acções**

#### ***Acções ordinárias***

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os estatutos do Banif, as 10.570.000.000 acções ordinárias representativas do capital social do Banif contêm os seguintes direitos políticos e económicos:

- Direito a receber dividendos sobre o lucro líquido do exercício: os accionistas adquirem um efectivo direito aos lucros na data em que a Assembleia Geral delibera a sua distribuição, o que acontece, em regra, na Assembleia Geral anual que se realiza até 5 meses a contar do termo do exercício. Depois de constituída ou reintegrada a reserva legal (a compor anualmente com, pelo menos, 5% dos lucros da sociedade, até ao limite de 20% do capital social), a Assembleia Geral delibera livremente sobre a aplicação dos resultados líquidos do exercício, podendo, nomeadamente, deliberar a sua não distribuição aos accionistas sempre que o interesse social o justificar. O crédito do accionista à sua parte nos lucros vence-se decorridos 30 dias sobre a referida deliberação, salvo diferimento aprovado pelo accionista. Os dividendos não reclamados consideram-se abandonados a favor do Estado quando, no prazo de cinco anos, os titulares ou possuidores das respectivas acções não hajam cobrado ou tentado cobrar aqueles rendimentos, ou não tenham manifestado por outro modo legítimo ou inequívoco o seu direito sobre os mesmos, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 187/70, de 30 de Abril. Não existe uma taxa fixa de remuneração das acções, nem uma periodicidade obrigatória e o direito aos dividendos não é cumulativo. Não existem restrições aplicáveis aos dividendos nem procedimentos aplicáveis a titulares não residentes.
- Direito de voto: a cada acção corresponde 1 voto. As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais, existindo uma identidade entre este e o regime estatutário. Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial. Os estatutos prevêm o exercício do direito de voto por correspondência, por parte dos

accionistas, na Assembleia Geral, e regulam a forma como este voto se processa, bem como as condições de segurança a que deve obedecer, e consagra a sua relevância para a formação do quórum constitutivo. Não está porém previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos na Assembleia Geral.

- Direito a receber informação relativa à Sociedade: (a) qualquer accionista que possua acções correspondentes a, pelo menos, 1% do capital social pode, desde que alegue motivo justificado, consultar e fazer cópias dos relatórios de gestão e dos documentos de prestação de contas relativos aos 3 últimos exercícios, dos documentos relativos às reuniões da Assembleia Geral, dos montantes globais das remunerações pagas, relativamente a cada um dos últimos 3 anos, aos membros dos órgãos sociais, dos montantes globais das 10 maiores remunerações pagas, bem como do documento de registo de emissão de acções junto do emitente (documentação que também deve constar no sítio na internet da Sociedade, com excepção do documento de registo de acções); (b) os accionistas têm o direito de que lhes seja facultada a consulta à informação preparatória para as assembleias gerais desde a publicação da convocatória (devendo tal informação constar no sítio na internet da Sociedade); (c) durante a assembleia os accionistas podem requerer que lhes sejam prestadas informações sobre os assuntos sujeitos a deliberação; e (d) accionistas cujas acções atinjam 10% do capital social podem solicitar, por escrito, ao Conselho de Administração, informação relativa aos assuntos do Banif.
- Direito de participar na Assembleia Geral: podem estar presentes, participar, discutir e votar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, os accionistas que, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral forem titulares de acções que lhes confirmem, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto, e que o tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar até ao dia anterior à referida data. Adicionalmente, os accionistas titulares de acções correspondentes a, pelo menos, 2% do capital social podem requerer a convocação de uma Assembleia Geral, a inclusão de assuntos na ordem de trabalhos de Assembleia já convocada e, bem assim, apresentar propostas de deliberação relativas a assuntos constantes da convocatória ou a esta aditados.
- Direito a receber em partilha o remanescente resultante de eventual liquidação.
- Direito de preferência na subscrição de novas acções do Banif, no âmbito de aumentos de capital por novas entradas em dinheiro, salvo se tal direito vier a ser limitado ou suprimido pela deliberação da Assembleia Geral que aprovar o aumento de capital;
- Direito a receber novas acções emitidas pela sociedade no âmbito de aumento de capital por incorporação de reservas;
- Direito a impugnar deliberações dos órgãos sociais em caso de violação da lei ou dos estatutos.

### ***Acções especiais***

Na sequência do processo de recapitalização aprovado em Assembleia Geral de 16 de Janeiro de 2013, as acções subscritas pelo Estado Português em 25 de Janeiro de 2013 estão sujeitas ao regime previsto nas Normas de Recapitalização do Banif, do qual se destacam os seguintes direitos e poderes por parte do Estado:

- Transmissão e direitos especiais: os direitos inerentes às acções especiais que sejam diferentes dos direitos inerentes às acções ordinárias aplicar-se-ão apenas enquanto as acções especiais sejam detidas pelo Estado ou por uma entidade pública à qual tenham sido transmitidas;
- Direitos de subscrição em emissões futuras: o Estado Português, enquanto titular de acções especiais, goza de direito de participação em aumentos de capital ou outras ofertas de acções, direitos ou valores mobiliários oferecidos pelo Emitente com direito de preferência para os titulares de acções ordinárias;
- Direitos de voto: sem prejuízo do disposto na Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), os direitos de voto inerentes às acções especiais são idênticos aos direitos de votos das acções ordinárias;
- Lucros distribuíveis: o Emitente não deverá fazer, e deverá assegurar que nenhuma das suas subsidiárias ou outra sociedade que tenha emitido valores mobiliários que sejam instrumentos de capital Tier I do Emitente que seja uma instituição de crédito com sede social em Portugal faça, quaisquer distribuições (nem ponha de parte quaisquer montantes para fazer distribuições) a detentores de quaisquer valores mobiliários equivalentes, e bem assim que se abstenha de fazer quaisquer pagamentos de juros sobre instrumentos de capital existentes (nem ponha de parte quaisquer montantes para realizar esses pagamentos). Com efeito, se relativamente a determinado exercício financeiro existirem lucros distribuíveis, os mesmos deverão ser aplicados pelo Emitente no pagamento da remuneração prioritária ao Estado Português (nos termos melhor descritos *infra*), sendo depois aplicados na compra: (i) de instrumentos de capital Core Tier I do Emitente em dívida, detidos pelo Estado ou por uma entidade pública, e (ii) de acções especiais ou, de acordo com a lei aplicável, de acções ordinárias detidas pelo Estado.
- Remuneração prioritária (dividendo preferencial): a detenção de acções especiais acarreta o pagamento ao Estado Português de uma remuneração prioritária a qual é igual ao produto de  $A \times B \times C$ , onde:

A = os lucros distribuíveis do Emitente para o exercício financeiro relevante;

B = 30%;

C = uma percentagem igual ao número de acções ordinárias em que as acções especiais detidas pelo Estado se converteriam ao rácio de conversão, enquanto percentagem do número total de acções ordinárias.

Adicionalmente, e conforme melhor detalhado no Plano de Recapitalização e no contexto do Despacho n.º 1527-B/2013, que aprovou o investimento público previsto no Plano de Recapitalização, bem como nos anexos a ambos os documentos (e, em especial, no anexo aos termos e condições das acções especiais), destacam-se as seguintes imposições de restrições ao Emitente e Oferente:

- a) Distribuição de dividendos;
- b) Recompra de instrumentos híbridos ou de dívida subordinada, sem o consentimento do Ministro das Finanças;
- c) Recompra ou reembolso antecipado relativo a instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumentos de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente

ou por qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), sem o prévio consentimento do Ministro das Finanças;

- d) Pagamento de cupões e juros relativos a instrumentos híbridos e dívida subordinada detidos por terceiros, quando não exista legalmente obrigação de efectuar tal pagamento;
- e) Pagamento de remuneração e juros relativos a quaisquer instrumentos híbridos, empréstimos, dívida subordinada ou instrumento de dívida detidos por sociedades filiais ou participadas pelo Emitente ou por qualquer um dos seus accionistas (ou respectivas participadas), quando não exista obrigação legal de efectuar tal pagamento;
- f) Aquisição ou subscrição de participações sociais noutras sociedades (incluindo sociedades relacionadas e participadas pelo Emitente), ou participação noutros activos que conjuntamente consubstanciem um negócio, salvo se com autorização prévia da Comissão Europeia, do Ministro das Finanças e do Banco de Portugal;
- g) Prosseguir uma estratégia comercial agressiva e publicitar a participação do Estado Português no capital social do Emitente.

Prevê-se igualmente que:

- a) O Ministro das Finanças tem o poder de nomear um membro não executivo do órgão de administração e um membro do conselho fiscal (“**Membros Nomeados**”). Um dos Membros Nomeados tem assento nos comités de gestão de risco e de remuneração ou em outros de natureza semelhante. Os Membros Nomeados deverão dispor de instalações adequadas no local de funcionamento da administração do Emitente e terão acesso a toda a informação e apoio (incluindo pessoal administrativo) necessários ao exercício apropriado das suas funções;
- b) A remuneração e benefícios complementares dos quadros superiores são sujeitos a níveis apropriados de transparência e escrutínio, de forma a assegurar a respectiva manutenção num nível adequado;
- c) O Ministro das Finanças tem a faculdade de limitar a afetação, pelo Emitente, de recursos financeiros adicionais a actividades que não correspondam à concessão de crédito, bem como à realização de fusões ou aquisições;
- d) Os Membros Nomeados podem, actuando de forma comercialmente razoável e de acordo com as práticas de mercado, requerer a realização de auditorias externas e independentes relativas à situação financeira, à actividade e à estratégia do Banco, a expensas do Emitente;
- e) É proibido o financiamento, pelo Banco, de fusões ou aquisições de empresas no sector dos serviços financeiros, excepto quando previamente autorizado pelo Ministro das Finanças;
- f) O Emitente deverá manter, em linha com as melhores práticas internacionais, uma unidade (ou unidades) interna especializada, responsável pela gestão de activos em incumprimento ou reestruturados ou cuja cobrança se apresente problemática;
- g) O montante global de crédito concedido directa ou indirectamente a accionistas e/ou a suas sociedades filiais ou participadas (excluindo instituições de crédito e entidades do sector público português) deverá ser reduzido de acordo com o plano especificado pelo Banco de Portugal e facultado pelo Ministro das Finanças. Adicionalmente, não poderá ser adiantado qualquer crédito, directa ou indirectamente, aos accionistas e/ou suas sociedades filiais ou participadas durante o

período de apoio do Estado, excepto quando especificamente autorizado por escrito pelo Banco de Portugal;

- h) O Banco deverá tomar medidas razoáveis no sentido de promover a eficácia do Mediador do Crédito, tais como encaminhar, de forma proactiva, os seus clientes para o Mediador do Crédito, fornecer ao Mediador do Crédito informação apropriada, etc.;
- i) O Banco deverá aplicar pelo menos €10.000.000 por ano num fundo que investirá em participações sociais em PME's e em sociedades com grau de capitalização médio (*mid-cap*). O fundo será gerido pelo Banco segundo as melhores práticas de mercado ou por um terceiro com suficiente experiência e acesso a oportunidades de investimento. O capital do fundo será detido pelo Banco. O fundo não será usado como mecanismo de refinanciamento de empréstimos já existentes. Quaisquer fundos não transferidos para o fundo nos 12 meses após a expressão do respectivo compromisso serão transferidos para o Tesouro, a título de cláusula penal.

Em caso de incumprimento das obrigações previstas no referido anexo aos termos e condições das acções especiais e, sendo ele sanável, enquanto não for remediado, e pelo tempo que tal situação perdurar, está prevista a aplicação de uma penalidade, a aplicar pelo Ministro das Finanças, a fixar num montante equivalente a um valor entre 10 e 100 pontos base sobre o montante dos fundos públicos aplicados e não reembolsados pelo Banco, aplicável discricionariamente pelo Ministro e até que seja sanado qualquer incumprimento das presentes condições.

As acções especiais detidas pelo Estado Português encontram-se, nos termos previstos na Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), sujeitas ao direito de aquisição por parte dos accionistas (a exercer pelos accionistas do Banco que já o fossem a 25 de Janeiro de 2013) e ao direito de preferência em caso de alienação pelo Estado (neste caso a exercer pelos accionistas na data do desinvestimento), nos termos previstos nos artigos 24.º, n.º 2, e 8.º, n.º 3, ambos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro (conforme alterada), e no Despacho n.º 1527-B/2013.

### **Alteração de direitos**

A alteração de direitos dos accionistas não resultante de alterações legislativas carece de deliberação em Assembleia Geral e, em regra, importa uma alteração dos estatutos.

Para estes efeitos, a Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação se estiverem presentes ou representados accionistas que detenham acções correspondentes a, pelo menos, um terço do capital social. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode reunir seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado. Uma vez reunida a Assembleia Geral, as deliberações são aprovadas por maioria qualificada de dois terços dos votos favoráveis emitidos, quer em primeira quer em segunda convocatória. Porém, se, na Assembleia Geral reunida em segunda convocação, estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, a deliberação pode ser tomada pela maioria simples dos votos emitidos.

Adicionalmente, salvo regra legal específica, sempre que sejam atribuídos direitos especiais a uma categoria de acções, os mesmos não podem ser suprimidos ou limitados sem o consentimento do respectivo titular, dado por deliberação tomada em assembleia especial dos accionistas titulares de acções da respectiva categoria.

Acresce que, além das condições indicadas acima, o Banif está ainda sujeito, por força do número 1 do artigo 34.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à prévia autorização do Banco de Portugal para alterar os seus estatutos relativamente às seguintes matérias: firma ou denominação; objecto;



mudança do local da sede fora do mesmo concelho ou do concelho limítrofe; redução do capital social; criação de categorias de acções ou alteração de categorias existentes; estrutura da administração ou da fiscalização; limitação dos poderes dos órgãos de administração ou de fiscalização; e dissolução.

### **Objecto social**

De acordo com os seus estatutos, o Banif tem por objecto social o exercício do comércio bancário, podendo, mediante deliberação do Conselho de Administração, livremente e sob qualquer forma legal ou contratual, associar-se com outras entidades jurídicas, singulares ou colectivas, bem como participar, nos termos da lei, em contratos de associação em participação, em agrupamentos complementares de empresas, em agrupamentos europeus de interesse económico, bem como adquirir, originária ou subsequentemente, participações em sociedades de responsabilidade limitada, qualquer que seja o objecto destas e mesmo se sujeitas a leis especiais.

### **Assembleia Geral**

Nos termos da lei e dos estatutos do Banif, a Assembleia Geral é composta pelos accionistas com direito de voto. Só podem estar presentes, participar, discutir e votar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, os accionistas que na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral forem titulares de acções que lhes confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto, e que o tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior à referida data.

Os estatutos do Banif determinam que a cada acção corresponde um voto.

Os accionistas com direito de voto podem fazer-se representar na Assembleia Geral por outro accionista ou por qualquer outra pessoa com capacidade jurídica plena, sendo as pessoas colectivas representadas por quem para o efeito designarem. Como instrumento de representação voluntária basta um documento escrito e assinado, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, apresentado no Banif até às 17 horas do dia útil anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral à qual se refere, ou até ao momento de dar início à sessão, no caso de representação de accionista pessoa colectiva.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um ou dois Secretários, eleitos pelo período de 3 anos pela Assembleia Geral. Nos termos da lei, é o Presidente da Mesa da Assembleia Geral quem convoca e dirige as reuniões da Assembleia Geral. Actualmente, a Mesa da Assembleia Geral do Banif tem a seguinte composição:

- Presidente: Miguel José Luís de Sousa; e
- Secretário: Bruno Miguel dos Santos de Jesus.

Os estatutos do Banif admitem a possibilidade dos accionistas votarem por correspondência, sendo os votos por correspondência contados para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, bem como para a segunda convocação da Assembleia Geral (salvo indicação expressa em contrário), cabendo também ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a autenticidade e confidencialidade dos votos por correspondência emitidos. As declarações de voto por correspondência devem ser recebidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral até às 17 horas do dia útil anterior à data marcada para a Assembleia Geral. Não é porém admitido o voto electrónico.

As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entre a data de divulgação das respectivas convocatórias, contendo os pontos da ordem de trabalhos, e a data da reunião devem mediar, pelo menos, vinte e um dias.

A informação preparatória para as Assembleias Gerais deverá ser facultada aos accionistas na data da divulgação da respectiva convocatória.

A Assembleia Geral reúne, pelo menos, uma vez por ano, devendo as demais Assembleias Gerais ser convocadas quando a lei o exija ou tal seja requerido pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por um ou mais accionistas detentores de acções correspondentes a, pelo menos, 2% do capital social, mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral anual deve reunir no prazo de cinco meses a contar da data do encerramento do exercício para deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, a proposta de aplicação de resultados, a apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e sobre as eleições que sejam da sua competência.

Os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade. No caso de matérias de gestão da sociedade, os accionistas só podem deliberar a pedido do Conselho de Administração. Em regra, a Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, salvo disposição em contrário na lei ou nos estatutos. Na deliberação sobre a designação de titulares de órgãos de administração ou fiscalização, se houver várias propostas, fará vencimento aquela que tiver a seu favor maior número de votos. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação.

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração do Banif é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 15 membros, de entre os quais o Presidente do Conselho de Administração, que é designado por este órgão na sua primeira reunião de cada mandato, podendo igualmente ser designados, também pelo Conselho de Administração, um ou mais Vice-Presidentes. Os membros do Conselho de Administração podem ser accionistas ou não e são eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes. A actual composição do Conselho de Administração compreende 13 membros.

Os poderes do Conselho de Administração são os que constam da lei e dos estatutos do Banif. O Conselho de Administração representa a Sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabendo-lhe os mais amplos poderes de gerência, assim como deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade, podendo ainda, confessar, desistir e transigir em quaisquer litígios, bem como comprometer-se em árbitros.

Cabe também na competência do Conselho de Administração deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida nos termos admitidos por lei, adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso, constituir mandatários, proceder, por cooptação, à substituição de Administradores, bem como as demais competências que lhe possam ser atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração pode ainda encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração, dentro dos limites fixados na lei, e conferir mandato a

qualquer um dos seus membros ou a outras pessoas para a prática de quaisquer actos contidos nas suas atribuições e competências.

Nos termos dos estatutos do Banif, o Conselho de Administração deverá reunir, pelo menos, uma vez por mês e, além disso, sempre que for convocado pelo Presidente ou por outros dois Administradores. Para o Conselho de Administração deliberar validamente é necessário que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros em exercício. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos Administradores presentes ou representados e, em caso de empate nas votações, o Presidente terá voto de qualidade.

Os Administradores poderão ser remunerados nos termos definidos pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Remunerações constituída por três membros (que não poderão integrar qualquer órgão social) eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos.

A responsabilidade de cada Administrador é caucionada por alguma das formas admitidas na lei pelo montante mínimo de 250 mil Euros, sem prejuízo de deliberação da Assembleia Geral que estabeleça valor superior.

Nos termos do Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, António Carlos Custódio de Moraes Varela foi nomeado pelo Estado Português, com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, como membro não executivo do Conselho de Administração do Banif.

*Vide a secção 11.2 - “Conselho de Administração” no Capítulo 11 - “Órgãos de administração e de fiscalização e quadros superiores do Emitente e Oferente” do presente Prospecto.*

### **Comissão Executiva**

A gestão corrente do Banif cabe a uma Comissão Executiva. De entre os membros da Comissão Executiva, será designado um Presidente. A actual composição da Comissão Executiva compreende 8 membros.

A Comissão Executiva funcionará nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

*Vide a secção 11.4 - “Comissão Executiva” no Capítulo 11 - “Órgãos de administração e de fiscalização e quadros superiores do Emitente e Oferente” do presente Prospecto.*

### **Conselho Fiscal**

A fiscalização do Banif cabe a um Conselho Fiscal composto por um mínimo de três membros efectivos e por um ou dois suplentes, eleitos por mandatos de três anos pela Assembleia Geral. Se a Assembleia Geral não o designar, o Conselho Fiscal deve designar o seu Presidente. A actual composição do Conselho Fiscal compreende quatro membros efectivos e um suplente.

Os poderes do Conselho Fiscal são, designadamente: fiscalizar a administração da sociedade; zelar pela observância da lei, das disposições regulamentares aplicáveis emitidas pelas entidades supervisoras e dos estatutos do Banif; verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e restantes documentos; verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas; fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna; receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas; fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira; fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas da sociedade; bem como contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem os seus membros no exercício das respectivas funções.

O Conselho Fiscal reúne-se, pelo menos, uma vez em cada trimestre. Para que o Conselho Fiscal possa deliberar, deverá estar presente a maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria.

Nos termos do Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, e com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2013, foi designado pelo Estado Português Rogério Pereira Rodrigues como membro do Conselho Fiscal.

*Vide a secção 11.3 - “Conselho Fiscal” no Capítulo 11 - “Órgãos de administração e de fiscalização e quadros superiores do Emitente e Oferente” do presente Prospecto.*

### **Revisor Oficial de Contas**

O exame das contas do Banif cabe a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não pertencente ao Conselho Fiscal, proposto por este órgão e designado pela Assembleia Geral, juntamente com o respectivo suplente.

### **Secretário da Sociedade e Suplente**

De acordo com o disposto nos estatutos do Banif, o secretário da Sociedade e o seu suplente são designados pelo Conselho de Administração, e a duração das suas funções coincidirá com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

As competências do secretário da sociedade são as previstas na lei.

### **Conselho Estratégico**

O Conselho Estratégico é um órgão colegial, de natureza consultiva, constituído por um total de 7 a 13 membros designados por períodos de 1 ano, dos quais 4 a 9 são eleitos pela Assembleia Geral e 3 a 4 integram aquele órgão por inerência de determinadas funções desempenhadas na Sociedade.

Os pareceres do Conselho Estratégico não são vinculativos.

*Vide a secção 11.14 - “Conselho Estratégico” no Capítulo 11 - “Órgãos de administração e de fiscalização e quadros superiores do Emitente e Oferente” do presente Prospecto.*

### **Vinculação**

Nos termos dos respectivos estatutos, o Banif vincula-se da seguinte forma:

- Pelas assinaturas do Presidente e de um Vice-Presidente, ou de um destes com qualquer um dos outros membros do Conselho de Administração;
- Pelas assinaturas de dois membros da Comissão Executiva;
- Pela assinatura do administrador em quem tenham sido delegados poderes, dentro dos limites da respectiva delegação do Conselho de Administração;
- Pelas assinaturas de um dos membros do Conselho de Administração e de um mandatário, nos precisos termos dos respectivos instrumentos de mandato;
- Pela assinatura de um ou mais mandatários, nos termos das procurações outorgadas.

### **Acções**

Nos termos dos estatutos do Banif, não existem quaisquer disposições que visem adiar, diferir ou impedir alterações no controlo do Banif, nomeadamente, os mesmos não consagram quaisquer restrições à aquisição

ou transmissão de acções. As acções especiais detidas pelo Estado Português estão sujeitas às restrições à sua transmissibilidade previstas nas Normas de Recapitalização do Banif. Nos termos estatutários, as acções são nominativas ou ao portador, sendo reciprocamente convertíveis, de acordo com a legislação aplicável, e nas condições especiais fixadas para cada emissão, à custa do accionista.

O capital social do Banif é representado por 10.570.000.000 acções ordinárias e 70.000.000.000 acções especiais detidas pelo Estado Português. Não existem acções que permitam o voto plural.

Nos termos do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários, um accionista que detenha acções que correspondem a uma participação igual ou superior, ou que se torne inferior a, 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,3%, 50%, 66,6% e 90% do capital social do Banif, deve informar desse facto a Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários e o Banif, no prazo de quatro dias de negociação após o dia da ocorrência do facto.

Nos termos dos artigos 483.º e 484.º do Código das Sociedades Comerciais, os accionistas que detenham acções que correspondem a uma participação igual ou superior a 10% do capital social devem comunicar ao Banif todas as aquisições e alienações que efectuem enquanto mantiverem uma participação superior a 10%. Nos termos do artigo 485.º do Código das Sociedades Comerciais, as sociedades que estiverem em relação de participações recíprocas ficam sujeitas a semelhante dever de informação e a sociedade que mais tardiamente efectue a comunicação de que a percentagem de 10% do capital social foi atingida fica sujeita à restrição de não aquisição adicional de participações no capital social da outra sociedade, a partir do momento em que ambas as participações atinjam 10% do capital.

O Banif não tem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração (*“poison pills”*), prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

### **Acções próprias**

Nos termos dos artigos 316.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, não é permitido que uma sociedade subscreva acções próprias e, de uma forma geral, que preste garantias, conceda empréstimos ou por qualquer forma forneça fundos para que um terceiro subscreva ou por outro meio adquira acções representativas do seu capital, com excepção de empréstimos efectuados por bancos e outras instituições financeiras no seu âmbito normal de actividade. Caso não seja proibido pelos respectivos estatutos, uma sociedade pode adquirir ou alienar acções próprias nos termos e condições fixados em deliberação da Assembleia Geral, sendo que, ressalvadas determinadas excepções, tais acções não poderão exceder 10% do respectivo capital social, em conjunto com as acções detidas pela sociedade em penhor ou caução. Enquanto as acções pertencerem à sociedade consideram-se suspensos todos os direitos inerentes às acções, excepto o de o seu titular receber novas acções no caso de aumento de capital por incorporação de reservas (direito este que, nos termos dos estatutos do Banif, pode ser afastado por deliberação da Assembleia Geral). Salvo determinadas excepções, uma sociedade portuguesa em relação de domínio encontra-se impedida de subscrever acções de sociedade dominante, estando a sua aquisição sujeita às regras acima descritas.

As acções próprias detidas pela sociedade que representem mais de 10% do respectivo capital social devem ser alienadas no prazo de um ano (se ilicitamente adquiridas) ou de três anos (se lícitamente adquiridas). Não tendo sido oportunamente efectuadas as referidas alienações, deve proceder-se à anulação das acções em causa, sendo os administradores responsáveis pelos prejuízos sofridos pela sociedade, seus credores ou terceiros.

Os emitentes sujeitos à lei pessoal portuguesa ou a lei pessoal estrangeira com acções ou outros valores mobiliários que dêem direito à sua subscrição, aquisição ou alienação, admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal devem comunicar à Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários as aquisições ou alienações que efectuem de acções próprias ou de valores mobiliários que confira direitos sobre acções próprias. Adicionalmente, os emitentes devem divulgar: (i) a posição final resultante das transacções quando aquela perfaça, ultrapasse ou desça abaixo de 1% do capital social ou sucessivos múltiplos; (ii) todas as aquisições e alienações, independentemente do saldo líquido das mesmas, efectuadas na mesma sessão do mercado regulamentado, quando estas perfaçam ou ultrapassem 5% do volume negociado nessa sessão.

A sociedade dominante deve comunicar, nos termos do parágrafo anterior, as aquisições ou alienações de valores mobiliários por ela emitidos efectuadas por sociedade por si dominada.

### **Acções preferenciais**

O n.º 4 do artigo 5.º dos estatutos do Banif prevê a emissão de acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor de emissão, acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante deliberação do órgão competente.

### **Amortização de acções**

A Assembleia Geral pode deliberar, por maioria de 2/3 dos votos emitidos, que o capital seja reembolsado, no todo ou em parte, sem que tal acarrete redução do capital social, desde que para o efeito sejam apenas utilizados fundos distribuíveis aos accionistas.

Depois do reembolso, os direitos patrimoniais inerentes às acções são modificados nos seguintes termos: (i) as acções cujo capital tenha sido integralmente reembolsado só compartilham dos lucros de exercício, depois de às demais acções ter sido atribuído um dividendo (cujo máximo montante é igual à taxa de juro legal), e as acções só parcialmente reembolsadas têm direito proporcional àquele dividendo; (ii) as acções cujo capital tenha sido integralmente reembolsado só compartilham do produto da liquidação da sociedade, juntamente com as outras, depois de a estas ter sido reembolsado também o capital, e as acções só parcialmente reembolsadas têm direito proporcional a essa primeira partilha.

O reembolso é definitivo, mas as acções parcial ou totalmente reembolsadas podem ser convertidas em acções de capital ou ser reconstituídas, respectivamente, por deliberação da Assembleia Geral e da assembleia especial dos respectivos titulares, e por meio de retenção dos lucros que, num ou mais exercícios, lhes caberiam, salvo se as referidas assembleias autorizarem que ela se efectue por meio de entradas oferecidas pelos accionistas interessados.

Nos termos da lei portuguesa, os estatutos de uma sociedade podem impor ou permitir que, em certos casos e sem consentimento dos seus titulares, sejam amortizadas acções com redução do capital da sociedade e extinção das acções amortizadas. Tal não sucede com os estatutos do Banif, que apenas prevêem que a Assembleia Geral possa deliberar, nos termos legais aplicáveis, a amortização de acções que sejam objecto de penhora ou medida judicial equivalente.

## **16 INFORMAÇÕES DE TERCEIROS, DECLARAÇÕES DE PERITOS E DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS INTERESSES**

Dada a natureza das presentes Ofertas, não existem interesses, incluindo interesses em conflito, de pessoas singulares e colectivas envolvidas na Oferta.

Os eventuais interesses dos membros dos órgãos sociais do Banif encontram-se descritos na secção 11.18 - “*Declaração sobre potenciais conflitos de interesses*” do Capítulo 11 - “*Órgãos de administração e de fiscalização e quadros superiores do Emitente e Oferente*” deste Prospecto.

O Banif confirma que a informação obtida junto de terceiros incluída no presente Prospecto foi rigorosamente reproduzida e que, tanto quanto é do seu conhecimento e até onde pode verificar com base em documentos publicados pelos terceiros em causa, não foram omitidos quaisquer factos cuja omissão possa tornar a informação menos rigorosa ou susceptível de induzir em erro.

## 17 DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO

Durante o período de validade do presente Prospecto, serão disponibilizadas (quando publicadas) cópias em suporte físico dos seguintes documentos na sede do Emitente e Oferente:

- O contrato de sociedade do Banif;
- Os Relatórios e Contas individuais e consolidados relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 (reportando-se os anos de 2011 e 2010 aos documentos de prestação de contas anuais da Banif SGPS, e o ano de 2012 aos documentos de prestação de contas anuais do Banif);
- O Plano de Recapitalização, divulgado como informação preparatória da Assembleia Geral do Banif de 16 de Janeiro de 2013;
- O relatório de actividades do Banif relativo ao período de três meses findo em 31 de Março de 2013;
- O presente Prospecto.

Todos os documentos estão também disponíveis no *site* do Banif ([www.banif.pt](http://www.banif.pt)) e, com excepção do contrato de sociedade, no *site* da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

Cópias deste Prospecto estarão igualmente disponíveis na sede do Banif Investimento em Lisboa, Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14.º piso, 1070-274 Lisboa.



## 18 INFORMAÇÃO INSERIDA POR REMISSÃO

Incluem-se por remissão neste Prospecto, e dele fazem parte integrante, os seguintes documentos:

- Os Relatórios e Contas consolidados relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 (reportando-se os anos de 2011 e 2010 aos documentos de prestação de contas anuais da Banif SGPS, e o ano de 2012 aos documentos de prestação de contas anuais do Banif), incluindo o relatório do auditor externo e a certificação legal de contas;
- O relatório de actividades do Banif relativo ao período de três meses findo em 31 de Março de 2013, divulgado no dia 31 de Maio de 2013;
- O Plano de Recapitalização do Banif, aprovado na Assembleia Geral de 16 de Janeiro de 2013, com excepção das previsões do Banif quanto ao cumprimento do rácio Core Tier I do Grupo a Dezembro de 2017, na sequência do processo de recapitalização, constantes da página 117, as quais não são inseridas por remissão, uma vez que o plano foi preparado com base em pressupostos e dados reportados ao final de 2012, e sem considerar ainda as medidas de reestruturação que se perspectiva venham a resultar do processo negocial entre o Estado Português e a Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, tendo as referidas previsões deixado de estar conformes com a realidade perspectivada do Banco, e não devendo ser consideradas indicadores prospectivos atendíveis à presente data, atenta a alteração subsequente dos referidos pressupostos;
- O Despacho n.º 1527-B/2013 do Ministro do Estado e das Finanças, de 23 de Janeiro de 2013, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.º Série, de 24 de Janeiro de 2013 (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 393/2013 do Ministério das Finanças, de 14 de Março de 2013, publicado em Diário da República, 2.ª série, de 26 de Março de 2013), que aprovou o investimento público previsto no Plano de Recapitalização, posteriormente completado pelo Despacho n.º 3454-A/2013 do Ministério das Finanças, de 1 de Março de 2013, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.ª série, de 4 de Março de 2013.

Este Prospecto (incluindo os documentos aqui inseridos por remissão) faz referência a determinados sítios na internet e documentos, cujo conteúdo não é inserido por remissão no presente Prospecto.

## 19 RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO NAS OFERTAS

### *Aviso a potenciais investidores nos Estados Unidos da América*

A informação contida neste documento não se destina a divulgação, publicação ou distribuição, directa ou indirectamente, nos Estados Unidos da América, ou em qualquer outra jurisdição em que a sua distribuição ou divulgação seja ilegal.

O presente documento não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação de oferta para compra ou subscrição de valores mobiliários nos Estados Unidos da América. Os valores mobiliários aqui referidos não foram, nem serão, registados ao abrigo do *US Securities Act of 1933*, conforme alterado, e não podem ser oferecidos ou vendidos nos Estados Unidos da América sem registo ou aplicação de isenção relativamente aos requisitos de registo. Não existe qualquer intenção de registar qualquer parte das Ofertas nos Estados Unidos da América ou de realizar uma oferta pública de valores mobiliários nos Estados Unidos da América.

A emissão ou venda de valores mobiliários nas Ofertas está sujeita a restrições legais ou regulamentares específicas em certas jurisdições. O Emitente não assume qualquer responsabilidade no caso de ocorrer uma violação de tais restrições por qualquer pessoa.

As informações contidas neste documento não constituem uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta para compra de valores mobiliários, nem haverá qualquer venda de valores mobiliários aqui mencionados, em qualquer jurisdição na qual tal oferta, solicitação ou venda seja ilegal. Os investidores não devem aceitar qualquer oferta relativa a, nem adquirir, quaisquer valores mobiliários a que o presente documento se refira, a menos que o façam em função de informações contidas em prospecto publicado ou *offering circular* distribuída pelo Emitente.

### *Aviso a potenciais investidores no Espaço Económico Europeu*

Em relação a cada Estado Membro do Espaço Económico Europeu que transpôs a Directiva dos Prospectos (um “**Estado Membro Relevante**”), uma oferta ao público de Acções, tal como a consubstanciada na presente OPS, não pode ser realizada num Estado Membro Relevante, para além da oferta prevista neste Prospecto, após aprovação pela competente autoridade portuguesa e publicação do Prospecto nos termos da Directiva dos Prospectos conforme transposta em Portugal, salvo se a oferta ao público das Acções for realizada ao abrigo de alguma das seguintes isenções previstas na Directiva dos Prospectos, caso as mesmas tenham sido transpostas no Estado Membro Relevante:

- Ofertas a entidades jurídicas que sejam investidores qualificados tal como definidos na Directiva dos Prospectos;
- Ofertas dirigidas a menos de 100, ou, se o Estado Membro Relevante tiver transposto a norma relevante da Directiva dos Prospectos, 150 pessoas singulares ou colectivas por Estado-Membro (que não sejam investidores qualificados, tal como definidos na Directiva dos Prospectos), e nos termos permitidos por esta; ou
- Ofertas em quaisquer outras circunstâncias previstas no artigo 3.º número 2 da Directiva dos Prospectos;

desde que essa oferta de Acções não crie para o Emitente e Oferente uma obrigação de publicar um prospecto ao abrigo do artigo 3.º da Directiva do Prospecto.

Para os efeitos da presente secção, a expressão “oferta ao público” relativa a Acções num Estado Membro Relevante significa qualquer comunicação ao público, independentemente da forma e dos meios por ela assumidos, que apresente informações suficientes sobre as condições da oferta e os valores mobiliários em questão, a fim de permitir a um investidor decidir sobre a aquisição ou subscrição de Acções, uma vez que as mesmas podem variar nesse Estado Membro por alguma medida que implemente a Directiva dos Prospectos nesse Estado Membro, e inclui quaisquer medidas implementadas no Estado Membro Relevante.

#### ***Aviso a potenciais investidores na Suíça***

O presente Prospecto não consiste num prospecto de oferta pública no sentido que tal termo assume de acordo com o artigo 652a ou 1156 do Código das Obrigações suíço nem consiste num prospecto de admissão à negociação ao abrigo do significado previsto nas regras de admissão à negociação da Bolsa SIX suíça. Nestes termos, não é permitido efectuar oferta pública, solicitação ou comercialização das Acções na e a partir da Suíça.

O presente Prospecto não foi emitido, circulado ou distribuído na ou a partir da Suíça, salvo nas situações excepcionais a seguir descritas, e não pretende constituir uma oferta ou solicitação relativamente à compra ou venda pelo público das Acções. O Prospecto apenas poderá ser distribuído no âmbito de uma oferta privada, sem que exista qualquer distribuição, oferta ou comercialização públicas na ou a partir da Suíça, e desde que aquela distribuição não ocorra como resultado ou em relação a uma solicitação, oferta ou comercialização públicas relativamente à compra ou venda das Acções.

#### ***Aviso a potenciais investidores no Brasil***

O presente Prospecto não foi objecto de registo ou apresentação à Comissão de Valores Mobiliários brasileira. As Acções não foram nem serão emitidos ou colocados, distribuídos, oferecidos ou negociados nos mercados de capitais brasileiros. Nem o Emitente das Acções, nem a emissão das Acções foram ou serão registados junto da Comissão de Valores Mobiliários brasileira. Deste modo, as Acções não poderão ser oferecidas ou vendidos no Brasil, excepto em casos que não consubstanciem uma oferta pública, colocação, distribuição ou negociação de valores mobiliários nos mercados de capitais brasileiros.

#### ***Aviso a potenciais investidores no Reino Unido***

O presente Prospecto é somente dirigido a pessoas no Reino Unido que sejam investidores qualificados tal como definidos na Directiva dos Prospectos e que (i) tenham experiência profissional nas matérias relativas a investimentos abrangidas pelo disposto no Artigo 19(5) do “*Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotion) Order 2005*”, conforme alterado (a Instrução), ou (ii) sejam pessoas abrangidas pelo disposto no Artigo 49(2)(a) a (d) (empresas com elevado património líquido/ “*high net worth companies*”, associações informais/ “*unincorporated associates*”, etc.) da Instrução (sendo todas essas pessoas referidas conjuntamente como “Pessoas Relevantes”). Qualquer pessoa que não seja uma Pessoa Relevante não poderá utilizar ou basear-se no presente Prospecto. Qualquer investimento ou actividade de investimento a que se refira esta comunicação está apenas disponível para Pessoas Relevantes e apenas será negociado com Pessoas Relevantes.

***Aviso a potenciais investidores na Austrália e no Canadá***

As Acções não poderão ser oferecidas, vendidas, exercidas ou adquiridas na Austrália nem no Canadá, excepto em conformidade com as leis aplicáveis.

***Aviso a potenciais investidores no Japão***

As Acções não foram nem serão registados ao abrigo da Lei de Instrumentos Financeiros e Negociação do Japão (Lei n.º 25 de 1948, conforme alterada, a “**Lei de Instrumentos Financeiros e Negociação**”). Assim, as Acções não poderão ser oferecidas ou vendidas, directa ou indirectamente, no Japão, ou em benefício, de qualquer pessoa residente no Japão (expressão que, para efeitos do presente aviso, significa qualquer pessoa residente no Japão, incluindo qualquer empresa ou entidade organizada ao abrigo das leis do Japão), ou a outros para nova oferta ou revenda, directa ou indirectamente, no Japão ou a qualquer pessoa residente no Japão, excepto ao abrigo de uma isenção dos requisitos de registo, e de acordo com a Lei de Instrumentos Financeiros e Negociação, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis.

## **20 ANEXOS**

**Anexo I – Anexo referido no Capítulo 6 - “Regime fiscal”**

**CERTIFICADO PARA ISENÇÃO OU DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA**

**(N.º 1 DO ART. 17.º DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 193/2005, DE 7 DE NOVEMBRO)**

O Participante abaixo assinado declara, por este meio, que detém valores mobiliários representativos de dívida abrangidos pelo regime especial de tributação aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro (os “Valores Mobiliários”), na seguinte conta de valores mobiliários com o número \_\_\_\_\_ (a “Conta”) junto da \_\_\_\_\_ (*nome e morada completa da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*).

Estes Valores Mobiliários serão detidos na qualidade de beneficiário efectivo ou de intermediário, em nome de um ou mais beneficiários efectivos, incluindo nós próprios se tal for aplicável, todos beneficiando de isenção ou dispensa de retenção na fonte em conformidade com a legislação portuguesa.

**1. Identificação do Participante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Domicílio fiscal (Morada completa): \_\_\_\_\_

Número de Identificação Fiscal: \_\_\_\_\_

**2. Certificamos, por este meio, que a partir da presente data e até ao termo do período de validade deste certificado:**

**A. ☐ Somos o Beneficiário Efectivo dos seguintes Valores Mobiliários:**

<i>Código ISIN do Valor Mobiliário</i>	<i>Descrição do Valor Mobiliário</i>	<i>Posição Nominal</i>

e mais declaramos que não estamos sujeitos a retenção na fonte, em conformidade com a legislação aplicável, abaixo indicada:

- Regime Especial de Tributação aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro ☐
- Art. 97º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) – Dispensa de retenção na fonte ☐

**B.** ☐ Atuamos como intermediários dos seguintes Valores Mobiliários:

<i>Código ISIN do Valor Mobiliário</i>	<i>Descrição do Valor Mobiliário</i>	<i>Posição Nominal</i>

os quais são detidos em nome de:

Nome: \_\_\_\_\_

Domicílio fiscal (Morada completa): \_\_\_\_\_

Número de Identificação Fiscal: \_\_\_\_\_

e juntamos em anexo uma declaração de titularidade, que inclui a justificação da isenção ou dispensa de retenção de IRS ou de IRC.

3. Comprometemo-nos, por este meio, a fornecer à \_\_\_\_\_ (*nome da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*) um documento comprovativo da isenção ou dispensa de retenção de IRS ou de IRC, referida na declaração de titularidade em anexo, sempre que o beneficiário efectivo não seja banco central, instituição de direito público, organismo internacional, instituição de crédito, sociedade financeira, fundo de pensões e empresa de seguros, domiciliada em qualquer país da OCDE ou em país com o qual Portugal tenha celebrado convenção para evitar a dupla tributação internacional, em nome do qual detemos valores mobiliários representativos de dívida portuguesa na Conta.

4. Comprometemo-nos, por este meio, a notificar prontamente a [• (*nome da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*)] caso alguma das informações contidas neste certificado venha a tornar-se incorrecta ou incompleta.

5. Temos conhecimento de que a certificação é exigida pela legislação portuguesa e autorizamos irrevogavelmente a \_\_\_\_\_ (*nome da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*) e respectivo Depositário a receber e remeter este certificado ou fotocópia, bem como quaisquer anexos e quaisquer informações relacionadas, às autoridades portuguesas, incluindo as autoridades fiscais.

6. O presente Certificado é válido por um período de doze meses a contar da data da assinatura.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Signatário Autorizado:

Nome \_\_\_\_\_

Título / Cargo: \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Título / Cargo: \_\_\_\_\_

## ANEXO

### Declaração de Titularidade

O beneficiário abaixo assinado:

- Nome:

\_\_\_\_\_

- Morada:

\_\_\_\_\_

- Número de identificação fiscal:

\_\_\_\_\_

Detentor através do seguinte intermediário financeiro:

- Nome do intermediário financeiro:

\_\_\_\_\_

- Número de conta:

\_\_\_\_\_

Dos seguintes valores mobiliários:

- Código ISIN: \_\_\_\_\_
- Designação do valor mobiliário: \_\_\_\_\_
- Data do pagamento do rendimento: \_\_\_\_\_
- Posição: \_\_\_\_\_

1. Declara, por este meio, que é o beneficiário efectivo dos valores mobiliários e detentor da posição acima mencionada na data de pagamento do rendimento, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_; e

2. Declara que não se encontra sujeito a retenção na fonte nos termos da legislação a seguir indicada (assinalar a aplicável):

- Regime Especial de Tributação aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro ☐

- Art.º 97º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) ☐

– Dispensa de retenção na fonte



- Art.º 9º do CIRC – Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, suas associações de direito público e federações e instituições de segurança social ☐
- Art.º 10º do CIRC – Pessoas colectivas de utilidade pública e de solidariedade social; isenção reconhecida por Despacho Ministerial n.º \_\_\_\_\_, publicado em Diário da República \_\_\_\_\_ ☐
- Art.º 16º do EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais) – Fundos de pensões e equiparáveis ☐
- Art.º 21º do EBF – FPR, FPE, FPR/E ☐
- Art.º 23º do EBF – Fundos de capital de risco ☐
- Art.º 26º do EBF – Fundos de poupança em acções (FPA) ☐
- Outra legislação (indicar qual) ☐

O presente documento destina-se a ser apresentado às autoridades fiscais portuguesas, quando solicitado, de acordo com o previsto no Art.º 17º do Regime Especial de Tributação aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro.

Assinatura autorizada:

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Anexo II – Anexo referido no Capítulo 6 - “Regime fiscal”

### DECLARAÇÃO PARA ISENÇÃO OU DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA

#### (N.º 2 DO ART. 17.º DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 193/2005, DE 7 DE NOVEMBRO)

O Participante abaixo assinado declara, por este meio, que detém ou deterá valores mobiliários representativos de dívida abrangidos pelo regime especial de tributação aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro (os “Valores Mobiliários”), na seguinte conta de valores mobiliários com o número \_\_\_\_\_ (a “Conta”) junto da \_\_\_\_\_ (*nome e morada completa da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*).

Estes Valores Mobiliários são ou serão detidos na qualidade de beneficiário efectivo ou de intermediário, em nome de um ou mais beneficiários efectivos, incluindo nós próprios se tal for aplicável, todos beneficiando de isenção ou dispensa de retenção na fonte em conformidade com a legislação portuguesa.

**1. Identificação do Participante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Domicílio fiscal (Morada completa): \_\_\_\_\_

Número de Identificação Fiscal: \_\_\_\_\_

**2.** Comprometemo-nos, por este meio, a fornecer à \_\_\_\_\_ (*nome da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*) uma lista dos Beneficiários Efectivos em cada data de registo relevante contendo o nome, domicílio fiscal, Número de Identificação Fiscal e a quantidade dos Valores Mobiliários representativos de dívida portuguesa para cada Beneficiário Efectivo, incluindo nós próprios se aplicável, em nome dos quais detemos ou deteremos valores mobiliários representativos de dívida portugueses na Conta.

**3.** Comprometemo-nos, por este meio, a notificar prontamente a \_\_\_\_\_ (*nome da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*) caso alguma das informações contidas neste certificado venha a tornar-se incorrecta ou incompleta.

**4.** Temos conhecimento de que a certificação é exigida pela legislação portuguesa e autorizamos irrevogavelmente a \_\_\_\_\_ (*nome da entidade gestora do sistema de liquidação internacional*) e respectivo Depositário a receber e remeter esta declaração ou fotocópia, quaisquer anexos e quaisquer informações relacionadas, às autoridades portuguesas, incluindo as autoridades fiscais.

**5** A presente declaração é válida por um período de doze meses a contar da data da assinatura.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Signatário Autorizado:

Nome \_\_\_\_\_

Título / Cargo: \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Título / Cargo: \_\_\_\_\_

#### ANEXO

##### Lista de Beneficiários Efectivos

Para:

Juros vencidos: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Código do valor mobiliário (código ISIN): \_\_\_\_\_

Descrição do valor mobiliário: \_\_\_\_\_

N.º de conta mantida junto de entidade gestora de sistema de liquidação internacional: \_\_\_\_\_

Certificamos que os valores mobiliários representativos de dívida portuguesa acima identificados são detidos em nome dos seguintes Beneficiários Efectivos:

<i>Nome</i>	<i>Número de identificação fiscal</i>	<i>Domicílio fiscal</i>	<i>Quantidade de valores mobiliários</i>	<i>Base legal da isenção ou dispensa de retenção</i>	
				<i>Código (*)</i>	<i>Legislação (**)</i>

(\*) Indicar o código correspondente à base legal aplicável, de acordo com a seguinte tabela:

<i>Código</i>	<i>Base legal aplicável</i>
1	Regime Especial de Tributação aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro
2	Art.º 97º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) – Dispensa de retenção na fonte
3	Art.º 9º do CIRC – Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, suas associações de direito público e federações e instituições de segurança social

4	Art.º 10º do CIRC – Pessoas colectivas de utilidade pública e de solidariedade social; isenção reconhecida por Despacho Ministerial
5	Art.º 16º do EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais) – Fundos de pensões e equiparáveis
6	Art.º 21º do EBF – Fundos de poupança-reforma (FPR), poupança-educação (FPE) e poupança-reforma/educação (FPR/E)
7	Art.º 23º do EBF – Fundos de capital de risco
8	Art.º 26º do EBF – Fundos de poupança em acções (FPA)
9	Outra legislação

(\*\*) O preenchimento desta coluna é obrigatório quando na coluna anterior seja indicado o código “9”.